

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

FRANCISCO BENTO DA SILVA

**ACRE, A “PÁTRIA DOS PROSCRITOS”: PRISÕES E
DESTERROS PARA AS REGIÕES DO ACRE EM 1904 E
1910**



—Noutra é que eu não caio... senão quando fôr Senador ou Deputado.

CURITIBA
2010



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**ACRE, A PÁTRIA DOS PROSCRITOS: PRISÕES E
DESTERROS PARA AS REGIÕES DO ACRE EM 1904 E 1910**

FRANCISCO BENTO DA SILVA

CURITIBA – 2010

FRANCISCO BENTO DA SILVA

**ACRE, A "PÁTRIA DOS PROSCRITOS": PRISÕES E
DESTERROS PARA AS REGIÕES DO ACRE EM
1904 E 1910**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de *Doutor em História*.

Orientador: prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

**CURITIBA - PR
2010**

® Charge da capa: *Para o Acre*, de Raul Pederneiras. Jornal *Gazeta de Notícias*, nº 331, de 26/11/1904. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

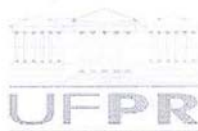
Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Francisco Bento da
Acre, a “pátria dos proscritos”: prisões e desterramentos para as
regiões do Acre em 1904 e 1910/Francisco Bento da Silva. –
Curitiba, 2010.
363 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Revoltas – Brasil – Acre – 1904, 1910. 2. Estado de
sítio – Acre. 3. Brasil – Acre – história. 4. Desterramentos. I. Título.

CDD 981.12



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Francisco Bento da Silva**, intitulada: **Acre, a Pátria dos Proscritos: prisões e destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

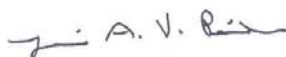
Curitiba, dezesseis de dezembro de dois mil e dez.



Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin
Presidente da Banca Examinadora




Prof.ª Dr.ª Ciméa Barbato Bevilacqua (UFPR)
1º Examinador



Prof. Dr. José Augusto Pádua (UFRJ)
2º Examinador



Prof.ª Dr.ª Edilene Coffaci de Lima (UFPR)
3º Examinador



Prof.ª Dr.ª Joseli Maria Nunes Mendonça (UFPR)
4º Examinador

Este trabalho é especialmente dedicado às pessoas cujas ausências foram sentidas de forma recíproca nesses anos de tese, agravadas pelos laços perenes que nos prendem: ascendência e descendência, meu filho João Marcos e minha mãe Maria de Nazaré.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Acre - UFAC, em especial à área de História e à Coordenadoria de Apoio à Pesquisa – COAPG, pela oportunidade desta Pós-Graduação. Agradecimento que se estende aos professores e a secretária Maria Cristina, do PGHIS da UFPR, onde realizei esta etapa acadêmica de aperfeiçoamento;

Aos colegas de que no ano de 2007 cursaram comigo as disciplinas na UFPR, na cidade de Curitiba: Sílvio Weber, Rafael Dias, Cristiano Durat, Loiva Canova, Stephanie Dahn, Andréa Schactae, Edilane Lacheski, Luciana Patrícia, Luis Adriano, Luiz Sabeh e Luis Carlos;

No Acre, aos amigos e colegas de caminhadas acadêmicas e de vida: Sérgio Roberto, com quem tanto compartilhei os avanços da minha escrita entre goles de boas bebidas, boas comidas e conversas fiadas; Elder Andrade, meu orientador de graduação, compadre, amizade de longa data e de bons papos; Gerson Albuquerque, que na correria do dia-a-dia e convivência quase diária na universidade, deu sua parcela de contribuição neste trabalho; Raquel Ishii, que também compartilhou o avançar deste trabalho na convivência semanal na UFAC e ainda fez a tradução do resumo para o inglês; e, Alderlândia Maciel, amiga sempre prestativa e de agradável companhia, cujas visitas que eu lhe fazia em Piracicaba, ajudaram-me a esparecer das dúvidas e incertezas iniciais;

No Rio de Janeiro, durante minha estada em 2008 para pesquisa em acervos e conclusão dos créditos no IFCS/UFRJ, agradeço ao companheirismo e amizade de Isac Guimarães e Stephanie Maia, amizade de outros tempos e cujos sentimentos foram reforçados nesse período. Ainda sou grato à Maria de Jesus, geógrafa da UFAC, que muito me ajudou com textos sobre fronteira e região enquanto também fazia seu doutorado na UFF; Sônia Menezes, historiadora e amiga cearense do Crato que lá também fazia seu doutorado; Valéria Rodrigues e Mauro Rocha, professores da UFAC, pelos encontros e conversas lá em Niterói onde também cursavam pós-graduação;

Minha gratidão é grande com Maria Helena Guimarães e Sérgio Lima, ambos funcionários do Arquivo Nacional (RJ), sempre prestativos e atenciosos em relação as minhas demandas durante minha pesquisa naquela instituição;

Em Porto Velho, meus agradecimentos à Nilza Menezes, diretora do Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia e ao funcionário Miguel, pessoas sempre solícitas diante de minhas buscas por documentos naquele arquivo;

Aos professores do PGHIS da UFPR que me ajudaram nesta caminhada com seus ensinamentos nas disciplinas que cursei com eles e elas: Antônio César, Maria Luíza Andreazza, Marion Brepohl, Roseli Boschila e Judith Trindade;

Às professoras Joseli M. Nunes Mendonça e Helenice Rodrigues da Silva, por tecerem comentários e observações abalizadas e significativas no exame de Qualificação. Em muito me ajudaram na finalização do trabalho, algo que foi complementado pelas observações feitas durante a defesa pelo professor José Augusto Pádua e pelas professoras Ciméa Barbato, Edilene Coffaci e Joseli Mendonça.

Ao meu orientador, professor Carlos Alberto Medeiros Lima, cuja amizade tecida ao longo dos quatro anos, liberdade e confiança que me forneceu nos caminhos que escolhi e que ele indicou, foram fundamentais nos avanços e na execução deste trabalho. Mas eximo-o das falhas e dos limites que o trabalho encerra. Isso é de minha responsabilidade. No último ano, próximo da defesa, meu orientador que necessitou ausentar-se do Programa devido sua saída para cursar pós-doutorado e mesmo assim continuou me auxiliando com esmero e diligência. Contudo, senti-me adotado com o mesmo carinho e competência pela professora Maria Luíza Andreazza na defesa da Tese.

Por tudo isso, obrigado a todos e todas!

*“Dia quinze de novembro
Antes de nascer o sol
Vi toda a cavalaria
De clavinote a tiracol*

*As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus;
O culpado disso tudo
É o dr. Osvaldo Cruz”.*

Os sucessos, José Domingos

*“Céus... meus! Por piedade
Tirai-me desta aflição!
Vós!... socorrei os meus filhos
Das garras da maldição!*

*São horas, são horas
São horas de teu embarque
sinto não ver a partida
Dos desterrados do Acre”.*

Sem título, Carlos F. P.

*“Meus amigos e camaradas
As coisas não andam boas
Tomaram Porto Artur
Na conhecida Gamboa*

*Logo o Cardoso de Castro
Ao seu Seabra foi falar
Para deportar os desordeiros
Para o Alto Juruá*

*Mas eu que não sou de ferro
Meu corpo coleí com lacre
Que não gosto de chalaças
Lá nos borrachas do Acre”*

De autoria de um detento anônimo*

* Estes três poemas foram repassados por detentos ao jornalista e escritor João P. A. Coelho Barreto (1881/1921), mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio, quando da sua visita à Casa de Detenção (RJ) acompanhado do guarda Antônio Barros, em 1904. Suas crônicas-reportagens apareceram inicialmente no jornal *Gazeta de Notícias*, onde assinava uma coluna intitulada *A cidade*. Em 1908, João do Rio reuniu estes poemas e as crônicas, publicando-os em seu livro *A alma encantadora das ruas*.

RESUMO

A temática envolvendo os desterrados republicanos é algo, senão ausente, pouco abordado na historiografia brasileira. O meu interesse por esse tema surgiu exatamente após não encontrar nada mais aprofundado sobre tais medidas tomadas pelo Governo Federal, quando li a literatura que lida com a temática das Revoltas da Vacina (1904) e Chibata (1910), ambas ocorridas no Rio de Janeiro, então capital da República. Procuro neste trabalho intitulado *Acre, a “pátria dos proscritos”: prisões desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910*, expor alguns aspectos obscuros relacionados a essas duas revoltas que marcaram a nascente República brasileira no alvorecer do século XX. Parte desses aspectos está relacionada com o desterro de cerca de duas mil pessoas para a Amazônia acreana, medida que foi adotada como punição pelo Estado brasileiro após o fim desses eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. O que permanece obscuro é o porquê daqueles homens e mulheres serem condenados ao desterro e o que levou o Estado brasileiro a enviá-los para o Território Federal do Acre, ou *regiões do Acre*, na Amazônia. O objetivo é situar, dentro das normas e enquadramentos legais e tolerados, adotados e vigentes na época, os significados e sentidos de tais medidas. Discutindo também os significados e as percepções das punições impostas aos desterrados na perspectiva da ordem republicana, bem como os sentidos — simbólicos e práticos — de serem enviados para os “confins” da Amazônia, especificamente para os “sertões” do Acre. Sucintamente, a conclusão parcial da pesquisa aponta para o desterro como medida de “limpeza” da capital da República dos seus indesejados sociais. O estado de sítio foi o instrumento que possibilitou tal medida. A escolha do Acre como local para internação dos desterrados estava ligada a fatores de ordem simbólica, geográfica e de *status* político dessa recente unidade federativa brasileira. Em suma, foram embarcados à força para os *sertões* da Amazônia para que desaparecessem — física e metaforicamente — da cidade que se *civilizava*, nos dizeres de um cronista da época chamado Alberto Pimentel.

PALAVRAS-CHAVE: República, Revoltas, Rio de Janeiro, Desterrados, Amazônia, Acre.

ABSTRACT

The issue involving the Republican transportation is something rarely addressed or even absent in Brazilian history. My interest in this subject arose just after finding nothing further on the measures taken by the Federal Government, when I read the literature that deals with the topic of Vaccine Revolt (1904) and Sailors Revolt (1910), both occurring in Rio de Janeiro, capital of the Republic at the time. With this work entitled *Acre, the "homeland of the outcasts": prisons and transportation for the regions of Acre in 1904 and 1910*, I intend to expose some obscure aspects related to these two revolts that marked the nascent Brazilian republic at the dawn of the twentieth century. Part of these aspects is related to the transportation of about two thousand people to the Acre, in Amazon, a measure that was adopted by the Brazilian state as punishment after the end of those revolts occurring in Rio de Janeiro. What remains unclear is why those men and women are condemned to exile and what prompted the Brazilian government to send them to the Federal Territory of Acre, or *regions of Acre*, Amazon. The aim is to locate, within the legal, tolerated norms and frameworks, adopted and prevailed at the time, the significance and meanings of such measures. I discuss also the meanings and perceptions of the punishments imposed to the exiled people from the perspective of the republican order, and the senses - symbolic and practical - of being sent to the "ends" of the Amazon, specifically to the "wilderness" of Acre. Briefly, the partial completion of the research points to the banishment as a measure to "clean up" the capital of the Republic of its unwanted inhabitants. The state of siege was the instrument that made possible such a measure. The choice of Acre as a place to stay banished people was linked to symbolic and geographic factors and also to a political *status* of that recent Brazilian federal unit. In short, those people were shipped by force to the "wilderness" of the Amazon to disappear - metaphorically and physically - from the *civilized* city, in the words of one chronicler of the time named Alberto Pimentel.

Key words: *Republic, Revolt, Rio de Janeiro, Exiles, Amazon, Acre.*

LISTA DE ICONOGRAFIAS, TABELAS E QUADROS

Mapa 01	<i>Região Norte do Brasil/Bacia Amazônica</i>	68
Foto 01	<i>Desterrados no vilarejo de Santa Izabel, nas margens do Rio Negro</i>	74
Charge 01	<i>O caldo da Bernarda</i>	101
Foto 02	<i>O êxodo da população da capital</i>	115
Foto 03	<i>Ilha das Cobras</i>	128
Charge 02	<i>A separação na Ilha das Cobras</i>	129
Charge 03	<i>A flor da gente</i>	131
Charge 04	<i>Pobre D. Bernarda</i>	135
Foto 04	<i>Os presos que seguiram para o Acre</i>	147
Desenho 01	<i>Barra fora!</i>	154
Mapa 02	<i>Rios Madeira, Purus e Juruá</i>	155
Foto 05	<i>Os prisioneiros na Ilha das Cobras</i>	169
Charge 05	<i>Limpando águas</i>	186
Foto 06	<i>Um pacote do Lloyd brasileiro</i>	189
Tabela 01	<i>Partidas e chegadas dos navios com desterrados para a Amazônia</i>	193
Charge 06	<i>Pelos tribunais</i>	195
Charge 07	<i>Em que deu a brincadeira</i>	232
Charge 08	<i>Formação de um Novo Mundo</i>	237
Foto 07	<i>Vila Xapury</i>	246
Foto 08	<i>Cruzeiro do Sul</i>	258
Foto 09	<i>Santo Antônio do Rio Madeira</i>	274
Mapa 03	<i>Linha da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré</i>	288

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS DOS ARQUIVOS CONSULTADOS

AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro - RJ);

BM – Biblioteca da Marinha (Rio de Janeiro - RJ);

BMJH – Biblioteca Municipal dom José Hascher (Cruzeiro do Sul - AC);

BPP – Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba - PR);

CDH/TJRO – Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia (Porto Velho - RO);

CDIH – Centro de Documentação e Informação Histórica/UFAC (Rio Branco - AC);

CEDI – Centro de Documentação e Informação/Câmara Federal dos Deputados (Brasília - DF);

FBN – Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro - RJ);

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro - RJ);

FCCS – Fórum da Comarca de Cruzeiro do Sul (Cruzeiro do Sul - AC);

FCX – Fórum da Comarca de Xapuri (Xapuri - AC);

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro - RJ);

MHEx/FC – Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana (Rio de Janeiro - RJ);

MB – Museu da Borracha (Rio Branco - AC);

TJAC – Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Rio Branco - AC).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
PARTE I	CENAS E CENÁRIOS: O RIO DE JANEIRO DAS BERNARDAS E DOS DESTERROS
CAPÍTULO I: <i>Dos degredos aos desterrados: a viragem na República brasileira com o estado de sítio.....</i>	40
<i>1.1 – Novas legislações, velhas práticas: do degredo colonial e imperial aos desterrados republicanos.....</i>	<i>40</i>
<i>1.2 – O desterro na legislação republicana: a Constituição Federal de 1891 e o Código Penal de 1890, entre práticas e normas.....</i>	<i>52</i>
<i>1.3 – O primeiro ato: o estado de sítio de 1892 e os desterrados dos “canas graúdas”.....</i>	<i>63</i>
<i>1.4 – Políticos, militares e jornalistas: de próceres da República a desterrados nos confins da Amazônia.....</i>	<i>66</i>
<i>1.5 – A defesa dos acusados: Rui Barbosa assume a causa dos célebres desterrados.....</i>	<i>75</i>
<i>1.6 – Epílogo: os reabilitados de 1892 em cena novamente nos anos de 1904 e 1910.....</i>	<i>83</i>
CAPÍTULO II: <i>As Bernardas, os indesejados e a cidade: “O Rio civiliza-se!”.....</i>	87
<i>2.1 – As mudanças, as reformas e a criminalização das “classes perigosas”.....</i>	<i>87</i>
<i>2.2 – As revoltas na capital da República no princípio do século XX e os filhos da Bernarda.....</i>	<i>97</i>
<i>2.2.1 – As Bernardas de 1904 e 1910: a vacina e a chibata</i>	<i>104</i>
<i>2.3 – O Acre é escolhido como recanto dos vencidos.....</i>	<i>122</i>
<i>2.4 – O Governo Federal expulsa os órfãos de Dona Bernarda..</i>	<i>135</i>

PARTE II CENAS E CENÁRIOS: AS VIAGENS E OS NAVIOS – DO RIO DE JANEIRO PARA A AMAZÔNIA

CAPÍTULO III: Crimes e castigos: os ban(d)idos rumo a Amazônia acreana.....	139
3.1 – As prisões e o destino dado aos “criminosos sem crime”...	139
3.2 – Travessias - As viagens dos “navios-prisões”: do Rio de Janeiro à Amazônia.....	153
3.2.1 – Itaipava, a primeira viagem.....	158
3.2.2 – Itaperuna.....	166
3.2.3 – Itaipava, a segunda viagem.....	168
3.2.4 – Itapacy.....	172
3.2.5 – Satélite.....	174
CAPÍTULO IV: Desencontros e esperas: uma nova rota para o Satélite, “o navio fantasma”, e as anistias.....	181
4.1 – Por que os prisioneiros do Satélite não foram para o Acre?.....	181
4.2 – Os pedidos de habeas corpus, requerimentos e as anistias: medidas inócuas e tardias.....	194

PARTE III CENAS E CENÁRIOS: OS DESTERRADOS NA AMAZÔNIA – ACRE E ALTO MADEIRA

CAPÍTULO V: Amazônia, a Sibéria Tropical: lugar de degredos e de destertos.....	213
5.1 – Prólogo: os degradados para a Amazônia portuguesa – povoar, defender e trabalhar.....	213
5.2 – Os condenados ao “acricídio”.....	218
5.3 – Os desterrados em terras acreanas: crimes e máculas do desterro.....	244
5.3.1 – Lycurgo Álvaro de Carvalho, Xapuri – Acre, março de 1910.....	245

5.3.2 – <i>Saul Ovídio, Cruzeiro do Sul – Acre, março de 1905</i>	258
5.4 – <i>Os desterrados anônimos no Acre: lampejos de um tempo</i>	267
CAPÍTULO VI: <i>Os desterrados no Alto Madeira: trabalho, punições e mortes</i>	273
6.1 – <i>Santo Antônio do Rio Madeira: nos “confins da civilização”</i>	273
6.1.1 – <i>Delphina Rodrigues, Santo Antônio do Madeira, agosto de 1913</i>	289
6.1.2 – <i>Francisco Pereira, Presidente Marques, 1916</i>	295
6.2 – <i>Os desterrados na Sibéria tropical: máculas, crimes e esquecimentos</i>	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	315
ANEXOS	335
APÊNDICES	347

Introdução

“Ser forçado a descer naquele horror, mesmo que se aterre incólume, é ficar onde se desceu e morrer sepultado na sombra”.

Marquês de Pinedo
(sobre a Amazônia)

No ano de 1905, Saul Ovídio, natural do Rio de Janeiro, respondeu a um inquérito policial pela prosaica acusação de furto de um prato de comida em Cruzeiro do Sul, no Território Federal do Acre¹. Em março de 1910 Lycurgo Álvaro de Carvalho foi preso na cidade de Xapury, também no Acre, acusado de coautoria em um crime de assassinato numa das ruas daquela cidade². Uma mulher chamada Delphina Rodrigues da Silva, em 1913, foi arrolada em um processo criminal como ré e pivô de uma briga em um bar na vila de Santo Antônio do Madeira, donde saiu ferido a golpes de navalha o soldado José Rodrigues³. Já Francisco Pereira, foi preso após ser baleado pela Força Policial em virtude de ter “causado confusão” em uma festa alusiva ao dia do trabalho, em 1916, na vila de Presidente Marques, próxima de Santo Antônio do Madeira⁴. O comandante da polícia, acusado como réu no processo, se defende denunciando a má fama de Francisco Pereira e classifica-o como criminoso contumaz e irrecuperável, desterrado para aquela localidade pela polícia carioca.

Nestes relatos expostos de forma concisa não há *a priori* nenhum indicativo de relação entre as pessoas citadas acima. Então, o que estas personagens têm em comum? O que as aproxima é que eles e elas faziam parte de um grupo *sui generis* de pessoas que foram expurgadas, do Rio de Janeiro, para as “regiões do Acre”⁵ como desterrados nos últimos meses dos anos de 1904 e 1910. Saul Ovídio e

¹ Saul Ovídio, acusado; inquérito policial nº 97, Delegacia Auxiliar de Polícia, Departamento do Alto Juruá/Acre, caixa 1905, 20p, ano de 1905. Arquivo do Fórum da Comarca de Cruzeiro do Sul - FCCS.

² Paulino Gomes da Silva & Lycurgo Álvaro de Carvalho, réus; autos de crime, juízo da Comarca do Alto Acre/Acre, nº 268, caixa 15, 73p, 1910. Arquivo do Fórum da Comarca de Xapuri - FCX.

³ Delphina Rodrigues da Silva, ré; processo criminal (crime de lesões corporais), juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira/Mato Grosso, nº 011/1914, caixa 03, 129p, 1914. CDH/TJRO.

⁴ Henrique de Carvalho Santos, réu; processo criminal (abuso de poder e tentativa de assassinato contra Francisco Pereira), juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira/Mato Grosso, nº 052/1917, caixa 05, 86p, 1916. CDH/TJRO.

⁵ Em relação a este termo, utilizo-o porquê o Governo Federal e os jornais da época nomeiam a vila de Santo Antônio do Rio Madeira como tal. Antes de uma confusão geográfica, acredito que devido à

Lycurgo de Carvalho são da leva de 1904. Delphina Rodrigues e Francisco Pereira são dois dos desterrados embarcados no navio *Satellite* em dezembro de 1910.

Feitas as apresentações sucintas de algumas personagens que serão mais adiante melhor situadas, este trabalho busca trazer à baila uma discussão em torno de algumas tramas ainda obscuras relacionadas com os desdobramentos de dois eventos intestinos e cruentos que marcaram a nascente República brasileira no alvorecer do século XX: as chamadas *Revolta da Vacina*, ocorrida em 1904, e a *Revolta da Chibata*, ou *Revolta dos Marinheiros*, em 1910. Refiro-me especificamente aos desdobramentos punitivos envolvendo cerca duas mil pessoas desterradas para o extremo Ocidental da Amazônia⁶ brasileira pelo Governo Federal após o fim daqueles dois conflitos ocorridos na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. E, com isto, tentar apontar na direção preconizada por Pierre Nora ao falar de novas formas de abordagens e enfoques na historiografia, procurando

não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas ou até comemoradas, mas os vestígios dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos em si mesmo, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações; não o passado tal como se passou mas suas retomadas permanente, seus usos e desusos, sua pregnância sobre os sucessivos presentes; não a tradição, mas a maneira pela qual ela se constituiu e se transmitiu⁷.

Em linhas gerais os desterrados republicanos são muito pouco estudados e na historiografia existente sobre estes dois acontecimentos, tais medidas aparecem apenas tangenciadas em notas de rodapés ou linhas acessórias, sem maiores aprofundamentos ou indagações⁸ sobre suas práticas, consequências e significados nos primeiros anos do período republicano.

fama do Acre como maior produtor de borracha naquele período, fazia com que outras áreas produtoras do entorno fossem também identificadas genericamente como “regiões do Acre”.

⁶ Mesmo ao longo do trabalho aparecendo o termo Amazônia no singular, gostaria de deixar claro que isso não significa, de minha parte, pensá-la como uma totalidade fechada e uniforme. Ela é entendida aqui como algo plural e complexo nas suas múltiplas dimensões e nas interações daí resultantes.

⁷ *Apud* DOSSE, F. **A História**. Bauru-SP: Edusc, 2003, pp. 09-10.

⁸ Remeto aqui principalmente às obras de CASTRO, S. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932. É um relato de memórias do autor, contemporâneo dos acontecimentos e na época repórter policial do *Jornal do Commercio*; SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo. Cosaic Naify, 2010; CARVALHO, J. M. especialmente o capítulo IV – *Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina*, da obra **Os Bestializados da República: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; PEREIRA, L. A. M. **As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de**

Usando aqui como referencial a fala de uma personagem clássica para ilustrar minha afirmação sobre tais lacunas, digo também que “o resto é silêncio”⁹. E são esses “restos” que aqui me interessam tirar um pouco do silêncio em que ainda se encontram. As obras escritas sobre esses dois acontecimentos são marcadas por darem acima de tudo prioridade a um enfoque que é comum a todas elas: discutir as motivações que levaram às eclosões desses dois movimentos, buscando apresentar os atores envolvidos e as consequências mais imediatas — de cunho social e político — no cotidiano da capital federal e de sua população.

Diante de tais especificidades, minha intenção é trazer à baila — em um sentido mais amplo — uma abordagem que possibilite abrir novas veredas em torno dos desterramentos adotados pelo Governo Federal em ambos os momentos, como medidas de “limpeza” da cidade dos seus indesejados sociais. Conhecer esse passado através do fazer historiográfico não significa um “resgate”, mas aponta possibilidades de apreensão a partir de questionamentos contemporâneos que o pesquisador/historiador faz e de onde ele faz isso. Significa dizer que para além da pesquisa, da metodologia e das preocupações teóricas, outras marcas estão impressas em um trabalho dessa natureza. Como nos disse o historiador Johan Huizinga, “a história não é apenas um ramo do saber, mas uma forma intelectual para compreender o mundo”¹⁰ e, neste sentido, ela deve buscar transcender as fronteiras do seu *metier*.

E esse transcender de fronteiras leva-me a fazer aqui algumas considerações que permitirão me situar diante dessa temática, bem como falar sucintamente de minha trajetória acadêmica. Graduei-me em Ciências Sociais na UFAC em 1998, com habilitação em Ciência Política, e em meu trabalho monográfico intitulado *Da democracia proscrita à democracia prescrita: a transição política e as eleições de 1982 no Acre* procurei analisar as limitações políticas e

Janeiro da Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; SANTUCCI, J. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008; NASCIMENTO, A. P. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910.** Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008; MOREL, E. **A Revolta da Chibata.** Rio de Janeiro: Graal, 1986; PAMPLONA, M. A. **Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana.** Rio de Janeiro: Record, 2003. Cabe esclarecer também que não existe nessas obras a proposta, por seus respectivos autores, de enveredarem pelos caminhos que me conduziram para a presente pesquisa. Ou seja, tratar dos desterramentos que ocorreram após o fim daqueles dois conflitos.

⁹ Diálogo entre Hamlet e Horácio, onde o primeiro se dirige ao segundo encerrando a conversa com esta frase. Esta passagem encontra-se no ato quinto, da obra *Hamlet* de W. Shakespeare.

¹⁰ In LE GOFF, J. “A História Nova”, pp. 26/67. In LE GOFF, J. (Org.). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

práticas de um governo cujo lema era “governo de participação”. O enfoque sobre essas limitações não foi nem tanto no quadro do regime militar, mas principalmente diante das disputas internas dos grupos partidários e ideológicos que compunham uma frente política ampla que elegeu um novo governador do Acre após 20 anos decorridos desde a primeira eleição direta no estado.

No ano de 2002 conclui meu mestrado em História pela UFPE, com trabalho intitulado *As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964*. É um trabalho que marca minha transição para o campo da historiografia, influenciado ainda pela forte abordagem política e as idas e vindas nessa tênue fronteira das humanidades. Porém, creio que é algo portador de perspectivas conceituais diferentes daquelas adquiridas na graduação. Foi durante a pesquisa e escrita dessa dissertação que pela primeira tive a atenção voltada para um fato desconhecido e nunca abordado pela historiografia, seja na sua dimensão regional ou nacional: os desterros para o Acre ocorridos no início do século XX.

No ano de 2001 morei em Cruzeiro do Sul, onde trabalhei como professor substituto no *campus* da UFAC dessa cidade, localizada a cerca de 700 km da capital acreana. Lá, ao consultar jornais antigos do acervo da Biblioteca municipal dom José Hascher, deparei-me com a notícia de que eram esperados no ano de 1911 a chegada naquela cidade de uma leva de “quebra-lampiões” do Rio de Janeiro como desterrados. Foi a partir daí que comecei a procurar informações sobre esse assunto. Primeiro através de obras publicadas sobre as revoltas; depois esparsos indícios de documentos em alguns acervos, notadamente tendo os jornais como ponto de partida.

Nesse período, minhas viagens ao Rio de Janeiro em férias ou a trabalho me permitiram caminhar de forma mais equilibrada na busca de informações de maior consistência, principalmente na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Estas instituições pareceram o caminho natural, após ler as obras de autores que trabalharam com a temática das revoltas de 1904 e 1910 ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Segui-os, procurando ter acesso à mesma documentação por eles consultadas, priorizando as pistas que me permitissem dimensionar as práticas de expulsão de uma grande quantidade de homens e mulheres para o Território Federal do Acre em princípio do século XX. A ideia de escrever um projeto visando uma seleção para o curso de doutorado teve materialidade em 2006, um ano antes de

terminar meu estágio probatório na UFAC como professor assistente do então Departamento de História.

Iniciei meu doutorado no PGHIS da UFPR em 2007 e, daquele projeto inicial aprovado, até agora, a caminhada se mostrou muito mais ampla e instigante do que eu imaginava. A pesquisa, as leituras, as escritas e as orientações permitiram-me apresentar o que agora se configura como uma tese de doutoramento, cuja abordagem central aponta para esses desterrados e esses desterrados para o Acre, localidade por muitos cognominada à época de *Sibéria tropical*. Tal apodo já diz bastante acerca do imaginário daquele tempo em relação ao Acre e a Amazônia.

Foi para essa *Sibéria* que cerca de dois milhares de pessoas, em um intervalo de seis anos, embarcaram à força em navios fretados pelo Estado brasileiro na primeira década do século XX. Antes daquelas duas sedições muitos deles já eram pessoas que causavam temores e preocupações — infundados ou não — nas autoridades metropolitanas; com as revoltas e as prisões tornaram-se convenientemente os párias da república. Segundo dados dos cruzamentos de datas de saídas de quatro navios e das quantidades transportadas, foram desterradas para o território do Acre em fins de 1904 e início de 1905, entre 1.453 e 1.647 pessoas¹¹. Esta variação acontece devido aos números constantes nos documentos coligidos de diferentes fontes, para esta pesquisa, apresentarem dados diferentes entre si. Para o ano de 1910 ocorreu uma única leva de 436 pessoas também enviadas para as aludidas “regiões do Acre”, num navio de nome *Satélite*.

No primeiro caso, de acordo com os jornais cariocas ainda no calor dos acontecimentos, as notícias dali emanadas dão conta de quatro viagens partindo do porto do Rio de Janeiro à Amazônia nos seguintes navios: *Itaipava* (primeira viagem com 334 [ou 336] e a segunda com 461 pessoas), *Itapacy* (entre 319 e 450 pessoas) e *Itaperuna* (entre 339 e 400 pessoas). Porém, o Governo Federal, através do relatório oficial¹² do chefe de polícia do Distrito Federal, admite apenas o desterro de 461 pessoas, que corresponde à segunda viagem do navio *Itaipava*. Há evidentemente aí uma discrepância com os vários registros de jornais, que relatam

¹¹ Em relação a 1904 a quantidade de pessoas, datas, nomes de navios e nomes de parte dos desterrados foram obtidos através do cruzamento de diversas fontes escritas: jornais (*Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*) e Anais do Congresso Nacional. Para o caso de 1910, o Relatório de Viagem do navio *Satélite*.

¹² CASTRO, A. A. C. **Relatório do chefe de polícia do Distrito Federal (1905)**. Anexo G. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1888/contents.html>>, acesso em 20/11/08.

as saídas do Rio de Janeiro e as passagens de mais três navios por portos de Belém e Manaus. O que deixa patente ter sido subdimensionado o número de desterrados admitidos pelo Governo Federal, ao assumir apenas uma das levas de expulsos do Rio de Janeiro para o Acre em 1904. Somam-se, nestes dois períodos mencionados, uma quantidade entre no mínimo 1.889 e no máximo 2.083 exilados compulsórios para a parte mais ocidental da Amazônia brasileira. O que motivou o Governo Federal, após o fim dessas revoltas, a tomar essas drásticas providências e por quais motivos eles foram enviados para a Amazônia – ou mais especificamente para o Acre – é o que irei discutir com mais relevo ao longo deste trabalho.

A região acreana até 1903 era oficialmente território boliviano, mas com presença majoritária de brasileiros que começaram a migrar para a localidade desde a segunda metade do XIX. Era uma região que estava identificada em grande medida pela riqueza proporcionada pela borracha natural, oriunda do látex extraído das árvores de seringa [*hevea brasiliensis*] e de caucho [*castilloa ulei*] nas áreas dos altos e médios rios da Amazônia, de onde era escoada por via fluvial para os portos de Belém e Manaus, e dali era exportada para beneficiamento na Europa e América do Norte. Sua exploração e produção eram tão intensas e significativas que a borracha amazônica — em grande parte procedente da região acreana — logrou representar uma das mais importantes *commodities* na balança comercial brasileira, sendo o segundo produto mais exportado pelo Brasil¹³ naquele período.

À essa característica econômica, assentada prioritariamente no extrativismo vegetal, somam-se outras particularidades que no meu entendimento se conjugam com pesos diferenciados, mas complementares, como determinantes que levaram o Governo Federal a desterrar¹⁴ aqueles indesejados da república para os lindes Oeste da Amazônia brasileira.

¹³ Sobre questões de ordem histórica, política e econômica acerca do Acre, ver: TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. Volumes I e II. Brasília: Senado Federal, 2001; CRAVEIRO COSTA, J. **A Conquista do deserto Ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974; LIMA, M. J. **Capitalismo e extrativismo: a formação da região acreana**. Tese de doutorado/IE-Unicamp. Campinas, 1994. Especificamente sobre a borracha na Amazônia ver: CORRÊA, S. **O Rio Acre**. Rio de Janeiro: Mont Alverne, 1899; DEAN, W. **A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989, cuja abordagem é de natureza mais biológica/ecológica; WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1885-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993. Essa autora centra seu trabalho nas regiões do Pará e médio Amazonas e prioriza os aspectos econômicos.

¹⁴ Diferentemente da legislação colonial e imperial, a Constituição Brasileira de 1891 e o Código Penal de 1890 excluem da nomenclatura jurídica o termo *degredo*. Passa a existir na Constituição o *desterro* (dentro do território nacional); no Código Penal o *banimento* (de nacionais para outro país e com perda dos direitos políticos); e por último, a *deportação*, uma emenda posterior ao Código Penal aplicável apenas para estrangeiros.

Como força de trabalho, os desterrados poderiam significar novos braços disponíveis para o trabalho de extração da borracha natural, — já que se necessitava repor as peças humanas que morriam amiúde afetadas pelas doenças tropicais endêmicas — e com isto aumentar a intensidade de exploração do próprio látex. Considerava-se à época que qualquer indivíduo fosse capaz de realizar o trabalho de seringueiro¹⁵, pois muitos entendiam que não era preciso nenhuma qualificação laborial aprimorada para tal empreitada no interior das matas amazônicas. Esse aspecto é apontado em alguns jornais cariocas e documentos oficiais, quando realçam a baixa qualificação profissional dos desterrados. Por esse motivo, justificavam que eles poderiam e deveriam ser aproveitados pelos empreendimentos privados no trabalho extrativo realizado no interior da floresta amazônica.

Do ponto de vista geopolítico o território do Acre era, e evidentemente ainda é, uma região de fronteira¹⁶ internacional, uma fronteira que continuava quente e tensionada pelos conflitos armados ocorridos entre seringueiros brasileiros — arregimentados como soldados pelos patrões seringalistas —, forças militares bolivianas e peruanas (as questões fronteiriças com o Peru ainda não estavam resolvidas, somente em 1909 os lindes foram fixados). O Tratado de Petrópolis assinado em 1903, após o fim da chamada *Revolução Acreana*, outorgou ao Brasil uma nova unidade federativa¹⁷, onde a presença do Estado nacional era de completamente ausente à deficiente nas primeiras décadas de administração da

¹⁵ Trabalhador extrativista, subordinado ao patrão seringalista e vinculado a uma Colocação (local de morada e trabalho) situada no interior dos seringais. Responsável pelo trabalho de extração do látex para a produção de borracha, posteriormente entregue no barracão (sede do seringal) e que daí seguia para as praças de Manaus ou Belém. Em seguida a borracha era enviada para as indústrias europeias e norte-americanas, onde era utilizada como insumo para a fabricação de diversos produtos. Para maiores informações consultar: REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953; PANTOJA, M. C. **Os Miltons: cem anos de história nos seringais**. Rio Branco: Edufac, 2008; LIMA, 1994, *op. cit.*

¹⁶ O termo fronteira aparecerá ao longo do texto expressando dois sentidos: um, relacionado aos limites territoriais entre unidades políticas; o outro, mais fluido, compreende as múltiplas zonas de contatos, confrontos e encontros de culturas distintas. Como diria José de Souza Martins, para este caso, “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie), fronteira espacial, fronteira de culturas e de visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”. MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.

¹⁷ Tratado assinado entre o Brasil e a Bolívia (17/11/1903) que incorporou o Acre ao território brasileiro. Os principais pontos do acordo estabeleciam a construção, pelo governo brasileiro, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a indenização de 02 milhões de libras esterlinas ao governo da república andina.

União¹⁸. Esse Estado nacional, cujo processo de *state building* alguns estudiosos apontam como tendo suas raízes no Império, seria marcado por duas características básicas: manutenção da unidade nacional e expansão do aparelho do estado¹⁹. O Acre no início do século XX parecia incorporar essas características ao ser inserido no mapa federativo da Nação.

Demograficamente, considerava-se que havia uma baixa densidade de pessoas nacionais ocupando as terras alastrantes e cobiçadas do Acre. Neste quesito, as vozes oficiais e conservadoras consideravam os indígenas ali existentes como elementos que não entravam no cômputo censitário de nacionais. Tratava-se dos considerados *selvagens*, que muitas vezes se tornavam empecilhos ao estabelecimento da empresa seringalista em áreas nas quais suas presenças eram mais significativas.

Por último, juridicamente o Acre estava constituído como o único Território Federal brasileiro. Por isso, a mais recente, distante e isolada unidade federativa da nação brasileira²⁰ era administrada diretamente pela União. Esta característica talvez tenha tido uma valia significativa na decisão do governo em ambos os momentos nos quais precisou livrar-se de seus indesejados metropolitanos, pois seria certamente mais problemático negociar com os governadores e oligarquias de outros estados da federação o recebimento de tais pessoas, acusadas dos piores crimes e vistos como portadores de intrínseca má fama.

A região amazônica, onde o território do Acre está situado, era caracterizada à época e durante as décadas seguintes, no olhar de diversos cronistas e cientistas que por lá estiveram ou estavam, como um lugar de solidão incomensurável, provocando melancolia até nos espíritos mais audazes que chegavam naquelas plagas distantes e pouco conhecidas. Embora existam alguns escritores que busquem mostrar a Amazônia como um paraíso verde²¹, fazendo um contraponto aos escritos sobre a região onde é recorrente ela aparecer como uma

¹⁸ Sobre as fases das administrações territoriais do Acre unificado (1921/1962) ver: SILVA, F. B. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964**. Dissertação de mestrado/UFPE. Recife, 2002.

¹⁹ GOMES, A. C. “República, trabalho e cidadania”, pp. 69-79. In BOSCHI, R. (org). **Corporatividade e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

²⁰ Uma das conceituações aplicadas ao degredo colonial português diz: “residência obrigatória do delinquente numa colônia ou num país de civilização inferior, sobre a qual a pátria mãe exerce o domínio político”. In MELO, V. M. A. H. **O Degredo**. Lisboa: Cadeia Penitenciária, 1942, p. 05.

²¹ **Na planície amazônica** (1926), Raymundo Moraes; e, **Terra imatura** (1923), Alfredo Ladislau. São autores que se opõem principalmente às imagens não tão idílicas construídas por Euclides da Cunha

terra de males, de perigos e de degenerescência moral. Entre os principais motivos para estas crenças disseminadas ao longo do tempo estavam algumas doenças vistas como endêmicas e mortais; a cobiça gerada pela possibilidade muitas vezes enganosa de riqueza imediata ou em curto prazo; as distâncias imensas percorridas exclusivamente por vias fluviais, a pé ou em lombo de animais; o isolamento do restante do país e os chamados aspectos “incultos” da região e da sua população, formada em grande medida por “caboclos”, índios, migrantes pobres e aventureiros de toda espécie.

Outro aspecto que considero importante ressaltar é o fato de que a maior parte dos títulos das obras do final do XIX e início do XX, que tem a Amazônia como foco, trazem uma singularidade: mesmo sem fazer aqui uma abordagem do conteúdo dessas narrativas (científicas ou literárias, nos seus diversos gêneros), elas remetem sempre à uma determinada originalidade telúrica na interpretação da Amazônia e das suas gentes. A terra, a natureza, os mistérios e mitos são elementos importantes nesses olhares, cuja presença humana parece ser sempre um desafio de superação com doses de impertinência. A natureza na Amazônia torna-se uma espécie de personagem angular que ora confronta ou acalanta o ser humano que nela chega: às vezes é uma espécie de deusa Medéia que destrói seus filhos; noutras é tal como a deusa Gaia, protetora e dadivosa. No corpo do trabalho, algumas dessas visões ambíguas serão retomadas com mais ênfase. E como bem expressou a escritora Ana Pizarro nesta direção, “a Amazônia é um suporte de nosso imaginário mítico (...) mais do que a densidade histórica e mítica, é reservatório de formas diversas de vida e de diferentes relações com o mundo”²².

Percebe-se também essa reputação/imaginário referidos acima sendo expressos por boa parte daquilo que aqui chamarei de *intelligentsia* da capital da República (políticos, jornalistas, cientistas, memorialistas, escritores e artistas). Com frequência aparecem nos seus escritos, discursos e relatos uma Amazônia apontada como região comumente associada ao inóspito, ao vazio, às pestilências e distante da chamada *civilização*. Nota-se nessas construções que junto aos aspectos de ordem objetiva, realçam-se as características subjetivas e negativas do lugar. E em alguns casos, torna-se quase automático mostrá-la como local adequado às

(À margem da história), Alberto Rangel (*Inferno verde*) e, posteriormente, por Ferreira de Castro (*A Selva*).

²² PIZARRO, A. *O sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 99.

peessoas com predicados e comportamentos também negativos. No caso específico dos desterrados, e seguindo a tônica predominante desses discursos, pode se dizer que muitos viam ali o encontro da natureza amazônica — vista como pouco domesticada e conhecida — com homens e mulheres também apresentados como indômitos, não polidos e incivilizados que necessitavam serem expulsos à força da cidade que se “civilizava”.

Aos olhos das autoridades do Distrito Federal, — e talvez para os próprios desterrados — a expulsão do Rio de Janeiro para a Amazônia representava na prática uma ida sem volta daqueles que para lá foram enviados contra suas vontades. Como foi dito há pouco, havia subjacentes muitos significados negativos relacionados à simbologia de isolar e penalizar homens e mulheres para o interior dos *sertões*. Por isso foram condenados ao desterro nas *regiões do Acre* no primeiro decênio do século XX, como demonstram as inúmeras charges e escritos publicados nos periódicos do Rio de Janeiro, principalmente no humorístico *O Malho*²³.

Somados a isto existiam os elementos que permeavam a visão negativa construída sobre os estratos sociais de onde provinham aqueles homens e mulheres desterrados: sujeitos retratados como criminosos irrecuperáveis e perigosos. Eram invariavelmente tidos aos olhos das autoridades como prostitutas, caftens, punguistas, capoeiras e malandros de toda espécie. Enfim, pessoas classificadas como escória social e pertencentes inatas das chamadas “classes perigosas”²⁴. Portanto, estas características, reais e imaginárias, que lhes eram agregadas, somam-se para dar como medida final e saneadora o desterro. Esta solução extrema passa a funcionar como arma política para resolução de problemas que transcendiam a circunscrição daqueles dois conflitos em si. É nesse contexto que tal medida é aplicada a uma gama de sujeitos já amplamente marginalizados e que faziam parte do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro desde muito. Mas eles gradativamente passaram a ser vistos, principalmente aos olhos das autoridades, como estorvos à modernização, à urbanização e à nova ordem social e política que estava se implantando na capital federal²⁵.

²³ Sobre as publicações humorísticas – como *O Malho*, *Careta*, *Tagarela* e *Fon-Fon* – periodização de circulação, editores, seus principais chargistas e colaboradores, ver: SALIBA, E. T. **Raízes do riso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁴ Sobre esta questão ver: GUIMARÃES, A. P. **As Classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1981; BRESCIANI, M. S. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1990; CHALHOUB, 1996, *op. cit.*

²⁵ Sobre as migrações para a Amazônia e migrantes na Amazônia em fins do XIX e início do XX, cito alguns autores que podem ser consultados: BENCHIMOL, S. **Amazônia, um pouco antes e além**

O remate de tudo isso é que o próprio ato de desterrá-los se configurou nos dois casos em mais uma diminuição, um rebaixamento para aqueles sujeitos já copiosamente classificados como delinquentes, senão de fato, mas potenciais. Enfim, há aí clarificado o exercício rotineiro da humilhação, palavra de etimologia derivada do latim *humus*, que significa terra, chão, ou metaforicamente, estar por baixo, rente ao chão²⁶ numa escala hierárquica de valores que distingue os “homens de bem” dos “párias sociais”. Muitas vozes entendiam que a cidade não comportava mais aquelas pessoas e suas práticas condenáveis, por isso foram enxotadas para o *humus* quase virgem e pouco explorado da região Amazônia, mais especificamente o do Acre.

Para tentar dar conta dessas questões preliminarmente apontadas, a pesquisa de campo deste trabalho está alicerçada em uma base documental diversificada, que agrega o conjunto das seguintes fontes:

a) Relatos de **jornais e revistas**, onde foram analisadas matérias, entrevistas e reportagens sobre as prisões e os desterrados para a Amazônia após o fim das Revoltas da *Vacina* (1904) e dos *Marinheiros* (1910). Selecionei os meses de novembro e dezembro dos anos de 1904 e 1910, períodos que vão desde a eclosão dos respectivos conflitos, seus desdobramentos mais intensos (estado de sítio, prisões, mortes, deportações e desterrados) e refluxo. E nos anos subsequentes, 1905 e 1911, os meses de janeiro a março, quando existiam ainda muitas notícias envolvendo estes dois acontecimentos e período em que ocorreu também o fim dos estados de sítios²⁷ que tinham sido decretados anteriormente. Os jornais fizeram ampla cobertura sobre estes acontecimentos e relataram amiúde o destino dado aos numerosos prisioneiros, transformados em desterrados enviados para a Amazônia. Isso permitiu saber como os jornais se reportaram aos conflitos, que interpretações deram a eles, como receberam a decisão dos desterrados por parte do governo e a publicidade acerca do trajeto de viagem daqueles desterrados para a Amazônia acreana.

depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977. Especialmente alguns capítulos da primeira parte da obra chamada *Nossa gente: ex-ante e ex-post*; GUILLEN, I. C. M. **Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia.** Tese de doutorado/IFCH-Unicamp. Campinas, 1999.

²⁶ DECCA, E. “A humilhação: ação ou sentimento?” In: MARSON, I. & NAXARA, M. (org). **Sobre a humilhação:** sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: Edufu, 2005, p. 112.

²⁷ Acerca da historicidade e origem da prática constitucional do estado de sítio podem ser consultados os seguintes autores: AGAMBEN, G. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo editorial, 2004; BOBBIO, N. (*et alii*). **Dicionário de política.** Volume I. Brasília: Edunb, 1993.

Esta pesquisa foi focada nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Folha do Dia*, todos do Rio de Janeiro; *O Estado de São Paulo*, de São Paulo; *A Província do Pará*, de Belém; *Jornal do Commercio*, de Manaus. Todos eles micro-filmados e sob a guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Algumas dessas publicações, em parte ou no todo, foram consultadas preliminarmente no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, no ano de 2007. No Acre, foram consultados os jornais *Folha do Acre*, *O Acre*, *Correio do Acre*, *O Cruzeiro do Sul*, *Via Láctea* e *O Rebate* nos acervos do CDIH/UFAC, do Museu da Borracha e da Biblioteca dom José Hascher, cujas cópias micro-filmadas também existem no acervo da Biblioteca Nacional, onde foi finalizada essa pesquisa no ano de 2008.

Os jornais cariocas e o paulista foram selecionados, entre outros motivos, devido à cobertura dada aos acontecimentos e também por serem os mais significativos do ponto de vista da circulação e tiragem. No caso dos periódicos do Rio de Janeiro, a listagem ainda contempla aqueles que apoiavam ou combatiam o governo, a República e o regime monárquico. Entender o espectro político e ideológico de um determinado veículo de comunicação nos permite “ler” e entender um pouco como as notícias foram produzidas, com que finalidades e como se inscreviam no tempo e espaço do qual eram originárias e ao público que se destinavam. Permite ainda, captar as vozes dos “profissionais da cidade”²⁸ que atuaram naquele período, cujos discursos e justificativas para a intervenção urbana a imprensa reverberava amiúde. Incluem-se neste campo os engenheiros, arquitetos, médicos, técnicos e burocratas encarregados de transformar a velha cidade colonial em uma urbe moderna. Estas duas revoltas, para muitos à época, representou um embate entre o arcaico e o moderno, das velhas práticas e costumes de antanho contrastando como o *novo* que surgia.

Por isso, os jornais aqui também são pensados com portadores de uma determinada *escrita do tempo*²⁹. Nesta perspectiva, o periódico “guarda uma relação profunda de proximidade com o tempo vivido. A percepção das mudanças pelas quais passa a sociedade demanda uma instância especializada de leitura do cotidiano” como bem enfatiza Carla Siqueira ao se referir à singularidade do jornal.

²⁸ O termo é de Marcel Roncayolo em seu estudo sobre cidades no XIX, *La ville et ses territoires*. Apud PESAVENTO, S. J. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”, pp. 279/290. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº. 16, 1995.

Depreende-se então que a imprensa escrita procura apontar para uma dupla dimensão: “ao mesmo tempo em que tenta aplacar a angústia sentida em face da aceleração da história, deixa surgir em suas páginas uma atualidade desconcertante. Assim, enfatiza e dilata uma percepção histórica do presente”³⁰.

Além dos jornais, foram feitas consultas em artigos, fotografias e principalmente nas charges das revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho*. Estas revistas, todas de tom humorístico, trazem informações preciosas sobre as representações e o imaginário envolvendo certos “tipos” perseguidos e desterrados pelas autoridades da cidade do Rio de Janeiro: os capoeiras, as prostitutas, os jogadores, o chamado povo da lira³¹, os estivadores, os bêbados, os delinquentes e os vadios, entre outros, que viviam a maior parte do tempo nas ruas, nos cortiços do centro da cidade e nos casebres dos morros próximos.

No caso específico dos jornais e revistas que consultei na busca por informações sobre as revoltas e os desterrados para o Acre, houve o cuidado em não utilizá-los acriticamente como fontes. Deve-se entender que nesse particular esses veículos de comunicação podem traduzir antes de tudo uma imagem que se queria passar sobre os revoltosos e os desterrados, sem que elas necessariamente tenham correspondência com uma descrição objetiva deles. Captar esses imaginários construídos em torno desses diversos sujeitos talvez seja a tarefa mais importante e difícil ao se utilizar essas fontes impressas e visuais;

b) outras fontes consultadas foram algumas edições do *Diário Oficial* do Congresso Nacional, disponíveis no CEDI e no Arquivo Nacional. Essa documentação permitiu captar alguns debates parlamentares (deputados e senadores), seus posicionamentos de crítica ou apoio ao poder executivo em torno dos desterrados e das deportações republicanas de 1904 e 1910. No arquivo da Casa de Rui Barbosa, também na cidade do Rio de Janeiro, tive acesso a boa parte dos discursos referenciados ao longo do trabalho e que foram posteriormente publicados na coleção *Obras Completas* de Rui Barbosa, coletânea também disponível na

²⁹ NEVES, M. S. “A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. Rio de Janeiro: PUC (mimeo), 1998.

³⁰ SIQUEIRA, C. “A imprensa comemora a República: memórias em lutas no 15 de novembro de 1890”, pp. 161/171. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 07, nº. 14, 1994.

³¹ O termo, na linguagem da época, remete aos músicos que tocavam ritmos populares — como o samba — nas ruas, bares, cortiços, etc. Para as autoridades, estas pessoas estavam indelevelmente associadas à malandragem e à vagabundagem. Ver: VELLOSO, M. P. **A Cultura das ruas no Rio de Janeiro: mediações, linguagens e espaços (1900-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

Biblioteca de Humanas da UFPR, nesta por mim consultada preliminarmente em 2007;

c) Trabalhei também fontes manuscritas de caráter judicial e policial, que foram os **inquéritos policiais, processos criminais e *habeas corpus***. Nesta seara realizei consultas aos acervos pouco organizados dos fóruns acreanos das comarcas de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, cidades para onde foram enviados muitos dos desterrados de 1904. No Arquivo Nacional fiz consultas aos pedidos de *habeas corpus* solicitados por advogados em favor de alguns dos expulsos em 1904. Estes casos são, evidentemente, diminutos se comparados ao conjunto de desterrados, pois somente referem-se àquelas pessoas cujas famílias e amigos tinham ou obtiveram recursos/favores de advogados dispostos a defenderem seus presos. Em todos os casos consultados os pedidos se mostraram tardios, pois os navios já haviam partido do porto do Rio de Janeiro com suas cargas humanas.

No Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia – CDH-TJRO realizei o levantamento dos processos criminais envolvendo alguns dos desterrados de 1910, nos quais aparecem como réus, vítimas ou testemunhas. São processos da antiga comarca de Guajará-Mirim, que na época estava subordinada a vila de Santo Antônio do Rio Madeira. Na sua totalidade, essa documentação cobre o período de 1911 a 1929, quando essa comarca é então transferida para a cidade de Porto Velho. Nos processos foi possível encontrar algumas informações relativas às atividades que alguns passaram a desempenhar quando chegam ali nas *regiões do Acre*, como são vistos pela sociedade local, bem como perceber a mácula que carregavam de desterrados e criminosos permanentes.

Cabe alertar que esses processos são em um número também muito reduzido quando comparados ao conjunto de desterrados, pois boa parte daqueles homens e mulheres não cometeu crimes aos olhos da justiça para deixarem suas marcas em processos criminais, inquéritos ou assemelhados quando ali chegaram a contragosto. Nos processos que coligi, após compará-los com a listagem de prisioneiros do *Relatório de Viagem* do navio *Satellite*, encontrei principalmente acusações que remetiam para o envolvimento de mulheres com a prostituição. Este fato reforça a hipótese preliminar de um olhar mais vigilante em torno dessas pessoas, que carregavam além da mácula do desterro, o signo de já serem prostitutas enxotadas da capital da República. Por fim, também é preciso compreender que o Processo Criminal, pensado como fonte para/pelo o historiador,

é algo produzido num determinado lugar social com suas verdades, representações do certo e do errado, do que é crime e de quem é criminoso numa determinada sociedade, que por sua vez é dotada de múltiplos particularismos.

Nesta direção, entendo como extremamente importantes as observações de J. Boutier e D. Julia e que podem ser aplicadas ao que estou discutindo. Sobre a tessitura do documento jurídico, eles dizem que “esse ‘real’ nasce de uma prática de poder que ordena o texto segundo as exigências do interrogatório”. Ou seja, essa documentação segue um ritual de produção (oitivas de réus, testemunhas, o que o escrivão coloca no papel, despacho de delegados, juízes, promotores, apensada de provas, etc.) que acaba dando a ela um caráter muito particular de documento e de fonte histórica. As vozes ali existentes permeadas de mediações, resumos de falas postas no papel pela autoridade do escrivão, juiz e promotor.

Eles concluem então que

não há então uma ‘verdadeira’ palavra popular a se exumar como um tesouro enterrado. Mas é a partir de parcelas desse discurso, desses fragmentos de vida, que se torna possível reconstruir os modos de racionalidade que regulam práticas, ações, os códigos que regem as relações sociais³².

As pretensas vozes “autênticas”, que ficaram durante muito tempo inauditas e que pretensamente poderiam reverberar aos posteriores “o outro lado” da história, não passariam então de um maniqueísmo metodológico e teórico de pouco valor. Por isso não haverá no trabalho a pretensão de atribuir a “verdade” a determinadas falas ou ações dos sujeitos a partir do lugar social que ocupam. Porém, se tentará captar as múltiplas dimensões explícitas e implícitas nos “fios e rastros” deixados por eles, de forma direta e indireta, dentro de certos parâmetros de veracidade que eles contêm.

d) Consultei ainda diversos **Relatórios Oficiais**, que estão listados na sequência: 1) *Relatórios dos prefeitos departamentais do Território Federal do Acre*. Em alguns destes relatórios os prefeitos fazem referências à presença de desterrados da *Revolta da Vacina* no Acre; 2) *Relatório do Chefe da Casa de Detenção do Distrito Federal*. Neste relatório aparecem as prisões ocorridas no ano de 1904 e os motivos pelos quais ocorreram. Interessaram-me principalmente os

³² BOUTIER, J. & JULIA, D. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora da FGV, 1998, p. 49.

dados referentes aos meses de novembro e dezembro de 1904; 3) *Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal*. Antônio Cardoso de Castro era o chefe de polícia do Distrito Federal e estava a frente das principais decisões envolvendo a repressão aos insurretos e recalcitrantes de 1904. No seu relatório aparecem inclusive seus comentários e justificativas sobre o porquê dos desterrados para o Acre.

Contudo, esse último relatório não está completo, pois faltam cerca de cinquenta páginas, da 19ª a 70ª, correspondentes ao capítulo intitulado *Ordem pública*³³. Certamente informações importantes, suprimidas pelo fato de estarem relacionadas com as medidas discricionárias tomadas pelo governo durante o estado de sítio. Antes das páginas ausentes, o chefe de polícia reforça esta possibilidade ao assim encerrar a parte introdutória do seu *Relatório*: “abstenho-me de maiores considerações a respeito dos acontecimentos de novembro, porque o relatório que então formulei e que adiante insiro é bastante minucioso e amplo”³⁴; 4) Por fim, o *Relatório de Viagem do navio Satélite*, feito por seu comandante Carlos Brandão Story.

Este navio transportou os desterrados da *Revolta dos Marinheiros* de 1910. Além dos nomes dos transportados, local de destino e observações adicionais sobre alguns dos desterrados, o comandante daquele navio relata como a viagem se desenrolou, em quais portos o vapor parou, como se deram as brigas nos porões e os justicamentos e mortes ocorridas no trajeto entre o Rio de Janeiro e Santo Antônio do Madeira. Os três primeiros tipos de relatórios eram enviados obrigatoriamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores - MJNI, cujo ministro em 1904 era Joaquim José Seabra. Toda esta referida documentação está disponível *on line* no site <http://crl.edu/brazil>, seção de estudos brasileiros do *Center for Research Libraries (Chicago - USA)*. Para o último relatório citado, sua consulta está disponível na Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

e) por fim, fez-se necessário travar um dialogo com a legislação brasileira do período republicano que trata especificamente dos banimentos³⁵, desterrados,

³³ Em 15/10/09 fiz uma consulta via e-mail a Divisão de Informação Documental – DINF, da Biblioteca Nacional. A resposta da funcionária Flávia Cezar foi a seguinte: “olhei o microfilme que você indicou, PR-SPR 00438 (11), e vi uma sinalética informando que no original estão faltando as páginas compreendidas entre 10 e 70. Então se na versão digitalizada estão faltando as páginas entre 19 e 70 você já tem 09 páginas a mais”.

³⁴ CASTRO, A. A. C. *Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal*, *op. cit.*, p. 09.

³⁵ Etimologicamente, o verbo banir deriva do antigo vocábulo germânico *ban*, que significava “proclamação pública”. Quando era expulso de um lugar, o indivíduo era acompanhado de um toque de corneta que dava notoriedade e publicidade à medida perante a população. PIERONI, G.

deportações e penas assemelhadas. Para este caso incluem-se principalmente a **Constituição de 1891** e o **Código Criminal de 1890**. Mas existem ainda inúmeros regulamentos, decretos e códigos de posturas que passaram a vigorar a partir do último decênio do XIX, na tentativa de normatizar e regular as pessoas e suas práticas sociais na capital republicana.

Somou-se a isso, a necessidade da leitura e do diálogo com obras que tratam especificamente sobre desterros/deportações, das duas revoltas supracitadas, sobre as mudanças urbanas, sociais e políticas que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro no limiar do século XX, bem como de obras de cunho historiográfico e literário sobre a Amazônia e o Acre. Do ponto de vista estilístico resolvi adotar, em todas as citações derivadas dessa documentação listada, a grafia original que elas contêm. Entendo que a escrita tem sua historicidade e seu *tempo*, atualizá-la seria reescrevê-la *noutro* tempo e, portanto, tirar suas marcas e até significados originais.

Creio que tudo isso me proporcionou compreender, contextualizar e interpretar a lógica das medidas adotadas para os dois episódios que viriam precipitar em seguida os desterros para Amazônia. Ou seja, seus desdobramentos para além da então capital da República e com questões candentes à época: o problema da cidadania, os conflitos entre os poderes do Estado brasileiro e outras mais fluídas relacionadas aos estereótipos e preconceitos vigentes sobre determinados grupos sociais e lugares/espços da cidade. Para finalizar, tenho clareza que estas fontes arroladas, como todas e quaisquer outras organizadas ou depositadas em arquivos, são oriundas de lugares que por definição guardam certas memórias. São estas instituições que estabelecem, nas possibilidades que se tecem e nos seus regimes internos, o que deve ser preservado e lembrado; por consequência, também o que deve ser silenciado e esquecido.

Diante destas observações, há a compreensão de que as fontes documentais não “falam por si mesmas”, elas trazem grafadas suas singularidades e contêm intencionalidades subjetivas e objetivas, lacunas, leituras múltiplas de discursos e de práticas sociais permeadas por interesses que muitas vezes, a *posteriori*, não nos são dadas as possibilidades de decifrá-las. São estratégias e propósitos que muitas vezes estão para além daquilo que está dado, mas são estas

fontes e os arquivos que as guardam que fazem a ponte necessária e possível entre a dicotomia metodológica do velho e desgastado mantra sujeito/objeto.

Ou como nos alerta José Reis, “entre o sujeito e o objeto há uma intransponível barreira temporal, uma barreira invisível, apenas perceptível em documentos, vestígios, testemunhos precários e lacunares, arruinados e muitas vezes estrategicamente depositados”³⁶. Cabe então ao historiador no seu ofício ter os cuidados necessários em lidar com estas fontes documentais, fazer as perguntas possíveis e apropriadas para que as fontes “respondam” ou forneçam indícios, ter o rigor teórico e metodológico para que o trabalho figure dentro de um cânone historiográfico.

Cabe, para este caso, encampar as recomendações de Carlo Ginzburg e seguir o “paradigma do indício”³⁷, onde “o historiador começa seu trabalho seguindo pistas que muitas vezes não são mais do que um ‘resto’ muitíssimo significativo. Não se pode negligenciar a particularidade dessas ‘vidas encalhadas’ em arquivos que dizem muito sobre a violência, a humilhação ou o prazer”³⁸. Saul Ovídio, Lycurgo de Carvalho, Delphina Rodrigues e Francisco Pereira são alguns destes vestígios que até agora, passado cerca de um século, permaneceram encalhados e empoeirados em arquivos públicos. Este trabalho também era apenas uma intenção remota anos atrás, quando se alicerçava apenas em sinais débeis e de pouco vigor, mas que foram se avolumando com os outros indícios encontrados em diversos acervos ao longo dos últimos anos.

Por fim, quando se lida com o diacrônico há de se considerar que sua *grafia* acontece sempre a partir de olhares possíveis de uma época, que estabelece certos caminhos que conduzem nossa retroatividade ao passado. Desta forma, lidamos com aquilo que consideramos saliente e do que é relevante para nós e para nossos contemporâneos. Seja isto constituído pelo aspecto acadêmico, dos domínios de um determinado campo temático, ou pela curiosidade que se inicia muitas vezes embalada por fatores ligados aos afetos e enlaçados pelos múltiplos “territórios” aos quais o pesquisador está vinculado. Marc Bloch³⁹ já alertou sobre esta

³⁶ REIS, J. C. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 98.

³⁷ GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

³⁸ *apud* BOUTIER & JULIA, *op. cit.*, pp. 48-49.

³⁹ BLOCH, M. L. B. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editores, 2001.

particularidade de sempre o historiador se dirigir ao passado com interesses do presente. Isto antes de ser um denodo ou estorvo, torna-se apenas uma constatação se seguirmos certos procedimentos éticos e metodológicos.

Feitas essas considerações e para dar conta desta proposta ora apresentada, o trabalho está dividido em seis capítulos, a saber: no primeiro capítulo intitulado *Dos degredos aos desterros: a viragem na República brasileira com o estado de sítio*, minha intenção é mostrar que no período pós 1890 o Estado brasileiro adotou com frequência a expulsão de indesejados políticos e sociais da capital federal. Porém, ao mesmo tempo em que há uma aproximação simbólica desses desterros com o degredo colonial e imperial, há também uma virada dele com a República. A mudança não é só de nomenclatura (desterro), mas traz no seu bojo questões ligadas às mudanças sociais, jurídicas e políticas que se desenharam principalmente a partir da última década do século XIX e alvorecer do XX.

O estado de sítio é a nova ferramenta que permite desterrar, banir e deportar os indesejados da cidade; um ato que em primeira instância era de iniciativa do presidente da República. Os casos de 1904 e 1910 para as linhas limites da Amazônia brasileira não foram os primeiros nem os últimos da chamada Primeira República, por isso traçar neste capítulo um panorama de como se davam estas medidas e em que situações ocorriam é algo necessário para a compreensão das problematizações apresentadas nos capítulos posteriores. Por isso, trato dos primeiros desterros do governo republicano para a Amazônia ocorridos em 1892. Diferentes dos casos de 1904 e 1910, esses desterros tiveram como vítimas figuras de destaques no meio social e político da República.

No segundo capítulo, intitulado *As Bernardas, os indesejados e a cidade: “O Rio civiliza-se!”*, reporto-me especificamente aos sujeitos indesejados que passam a contrastar com a cidade que se transformava de acordo com cânones urbanísticos de matriz europeia. Uma cidade que ao mesmo tempo em que incorporava novos modos e personagens ao seu cotidiano, procurava alijar os entraves materiais e humanos considerados empecilhos às mudanças urbanas planejadas e colocadas em curso pelas autoridades. Isso tudo fazia parte de uma política de Estado que envolvia os governos federal e distrital, na cidade do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX. As revoltas da Vacina e dos Marinheiros serviram — no campo da consecução das expulsões — como uma dádiva que possibilitou aos governos de então decretarem o estado de sítio e consequentemente realizarem os

desterros para a Amazônia. Sendo assim, procuro explicitar como estes dois acontecimentos foram fundamentais para que se reforçasse um discurso sobre as aludidas “classes perigosas”, acerca dos criminosos natos ou irrecuperáveis e da resolução célere dos problemas por eles causados.

No terceiro, *Crimes e castigos: os ban(d)idos rumo a Amazônia acreana*, abordo através de relatos de jornais, charges, relatórios e documentos oficiais a decisão do Governo Federal de mandar para a Amazônia os indesejados da capital da República. Procuro mostrar como os jornais se posicionaram diante destas duas decisões dos governos de então (num intervalo de exatos seis anos), quais as justificativas para tais práticas e quem eram os opositores a essas medidas.

Com o quarto capítulo, chamado *Desencontros e esperas: uma nova rota para o Satélite, o navio fantasma, e as anistias sem valor*, abordo as viagens do Rio de Janeiro ao Acre e das passagens desse navio pelos portos do Nordeste⁴⁰ e nas cidades de Belém e Manaus antes das autoridades de bordo se livrarem dos proscritos enviados para as ditas *regiões do Acre*. Outros dois aspectos tratados são os pedidos de *habeas corpus* e as anistias, dada pelo Governo Federal, mas que não atingiram de forma prática aqueles que foram desterrados para as bordas Oeste da Amazônia brasileira nos anos de 1904 e 1910.

O quinto capítulo intitulado *Amazônia, a Sibéria Tropical: lugar de degredo e de desterro* trata da presença de alguns desses desterrados nos ditos confins da Amazônia, notadamente aqueles que aparecem envolvidos como réus, vítimas ou testemunhas em alguns tipos de crimes. Procuro lançar um olhar analítico acerca da imagem que à época se constrói e reconstrói sobre a Amazônia e o Acre como lugares apropriados para aqueles decantados tipos de gentes. Enfim, sobre as visões acerca da Amazônia, e do Acre em particular, como uma espécie de Sibéria⁴¹ dos trópicos, um local mais que adequado para pessoas como aquelas que foram desterradas na primeira década do século XX pela República brasileira.

Os desterrados no Alto Madeira: trabalho, punições e mortes é o título do sexto e último capítulo, um complemento ao anterior no tocante ao enfoque e

⁴⁰ Cabe ressaltar que oficialmente o Nordeste, como uma das cinco divisões geográficas do país, só foi oficializado em 1941 pelo IBGE. Porém, seu uso com significações de ordem histórica, cultural, antropológica ou ecológica antecede esta data. Cf.: FREIRE, G. Nordeste. São Paulo: Global, 2004; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife/São Paulo: Massangana/Contexto, 2001.

⁴¹ Região localizada na parte central da Rússia, de clima polar e pouco povoada. Ao longo do século XIX foi se construindo interna e externamente a sua imagem como sendo a de um local inóspito, de natureza adversa ao homem e local de exílio penal.

discussão. Nele trato mais especificamente dos desterrados de 1910 enviados em sua maioria para Santo Antônio do Madeira: alguns trabalhando e sendo fuzilados nas obras da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMA (1907-1915); outros labutando na Estrada de Ferro da Madeira-Mamoré – EFMM, ou internados nos seringais e morrendo de doenças; alguns presos nas cadeias ou sofrendo da infâmia permanente de desterrados onde quer que estivessem; outros tantos reconstruindo suas vidas e identidades no “paraíso perdido/inferno verde”. Nesta parte final apresento alguns desses desterrados que foram embarcados no navio *Satélite*, numa viagem que principiou no Rio de Janeiro e terminou nas margens do Alto Madeira, onde hoje fica a cidade de Porto Velho. As fontes primárias utilizadas para estes dois últimos capítulos foram basicamente documentações de caráter judicial, notadamente processos criminais e inquéritos policiais.

O que vai escrito nos próximos seis capítulos é, portanto, parte de esforços e possibilidades que foram empreendidos na tentativa de apresentar e discutir questões pouco exploradas ou desconhecidas até então no campo historiográfico. Para isso, fiz percursos reais e imaginários que me permitiram palmilhar locais onde há pouco mais de um século os desterrados também estiveram em cena. A tentativa aqui é de apresentá-los como atores de um enredo, cuja extensão e profundidade jamais se saberá plenamente. Porém, alguns “fios e rastros” por eles deixados, na maioria das vezes de forma involuntária, e mediados por terceiros, permitiram-me realizar este trabalho.

É um trabalho coletivo, naquela perspectiva de ter diálogos mediados por autores/atores diversos, das contribuições teóricas e metodológicas apreendidas de outros ao longo desse caminhar, do acesso às diversas fontes utilizadas e das discussões travadas com professores e colegas. Porém, resolvi adotar uma narrativa em primeira pessoa do singular (eu) em vez do tão comum “nós” majestático (que nada mais é do que uma soma do *eu* com uma coletividade indefinida). Longe de ser uma atitude de falta de humildade, creio que essa escolha estilística denota um respeito cerimonioso com todos que me ajudaram de forma voluntária ou involuntária, — sejam pessoas do passado ou do presente, — sem que eu lhes pedisse licença ou que tivesse autorização para tal. Com essa opção, assumo as deficiências como algo particular e socializo os acertos com quem merece através das referências. Assim, quando aparecer porventura ao longo do texto a primeira

pessoa do plural, estarei apenas tentando estabelecer uma desejada comunicação com aquele que no momento lê o texto.

Quero então concluir afirmando a minha satisfação em escrever esse trabalho, da gratificação em lidar com as fontes guardadas nos diversos arquivos que pesquisei, de ir descobrindo aos poucos os ladrilhos que compõem o mosaico desta tese. Escrever uma tese tem ônus e bônus, que sintetizo fazendo uso de uma passagem do historiador Philippe Ariès. Através dele, digo o que eu não seria capaz de tornar tão conciso e claro com minhas palavras:

(...) o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis – como ele próprio foi – às cores e aos odores das coisas desconhecidas⁴².

Portanto são essas particularidades de lugares, de pessoas, de ações, reações, subjetividades, sensibilidades e representações que muitas vezes são fugidias às idiossincrasias inerentes ao fazer do historiador e às suas limitações de ordem humana e profissional que quero socializar. São essas cores esmaecidas, esses odores distantes, esses cenários em muito apagados, essas personagens muitas vezes desconhecidas, juntamente com as representações construídas sobre elas e os lugares em que viviam — acima de tudo carregados das tessituras dos tempos idos e das tramas sociais produzidas — que buscarei mostrar ao longo dos capítulos que se seguem a partir de agora.

⁴² ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1978, p. 09.

PARTE – I

CENAS E CENÁRIOS: O RIO DE JANEIRO DAS BERNADAS E DOS DESTERROS

QUEM VAI PARA O MAR, AVIA-SE EM TERRA



O *Malho* submete á apreciação dos seus leitores dous artigos de um projecto de reforma de Constituição que pretende apresentar ao Congresso...

Fonte: O MALHO. Quem vai para o mar, avia-se em terra, ano IV, nº 124, 28/01/1905, p. 25. Acervo da FBN.

Capítulo I – Dos degredos aos desterros: a viragem na República brasileira com o estado de sítio

“Um progresso! Até aqui se fazia isso [desterrar] sem ser preciso estado de sítio; O Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil”.

Lima Barreto, Diário Íntimo (1904).

1.1 - Novas legislações, velhas práticas: do degredo colonial e imperial aos desterros republicanos

A charge que abre a *Parte I* deste trabalho é bastante ilustrativa para uma série de questões que aqui serão abordadas, relacionadas todas com as revoltas ocorridas durante os primeiros anos republicanos na cidade do Rio de Janeiro e os consequentes estados de sítios que vigoraram nesse mesmo período. Esta charge, publicada na revista *O Malho* em 1905 é de autoria do desenhista J. Dubois, na qual ele apresenta-nos uma crítica em tom humorístico à banalização da Constituição Federal e de suas normas durante a vigência dos recorrentes estados de sítio, algo bastante comum em boa parte da Primeira República.

É significativa na imagem a centralidade da figura burlesca de Arlequim, personagem farsante, irresponsável e fanfarrão, apresentando a “proposta” de uma nova Carta Magna, resumida em apenas dois artigos. No parágrafo único, da fictícia constituição, o autor faz uma crítica às perseguições contra jornalistas e jornais não alinhados ao governo, sobre os quais os rigores dos estados de sítio também recaiam com frequência. Nessa perspectiva “legal” absurda, especificamente em relação aos jornalistas, diz a matéria que havia a grande possibilidade de se “marchar para o Acre quando a polícia estiver hemorrodária (*sic*) ou atacada da mania de perseguição ou ainda quando lhe der na veneta de metter o nariz onde não é chamada”⁴³. Outro exemplo de crítica jocosa ao cerceamento de parte da imprensa é esta passagem da revista *Fon-Fon*, que de forma irônica “obedece” as determinações do governo no estado de sítio implantado em fins de 1910, ao firmar

⁴³ O MALHO. *Quem vai para o mar, avia-se em terra*, ano IV, nº 124, 28/01/1905, p. 25

que “continua esta secção, em respeito às ordens superiores, a dar somente notícias inoffensivas e de inteiro accordo com a gravidade do momento”⁴⁴.

Diante desse quadro tão comum durante na República Velha, encerra-se um roteiro sobejamente conhecido, cujos enredos semelhantes foram adotados logo após as eclosões de revoltas civis e militares, nas primeiras décadas da república brasileira: primeiro, a decretação do estado de sítio; depois, a consequente supressão parcial da ordem legal e, por fim, desterros para o Acre — ou para a Amazônia de forma geral.

Afora esta charge, busco nesta partida auxílio do escritor Lima Barreto, que além de contemporâneo dos principais acontecimentos que marcaram a infante república brasileira, na virada do século XIX e nas primeiras décadas do XX, foi também um observador astuto do cotidiano e das peculiaridades sociais do seu tempo. Ele escreveu e opinou sobre os eventos agudos que sacudiram a cidade do Rio de Janeiro, tais como algumas revoltas e sedições sobre as quais aqui irei reportar-me amiúde mais adiante.

Particularmente em relação à *Revolta da Vacina* ele nos diz que “toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras”⁴⁵. Inocentes e vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre”⁴⁶. Lima Barreto era sem dúvida uma pessoa bem informada sobre o calor daqueles “sucessos de novembro”⁴⁷ de 1904, pois na época trabalhava como escrivão na Secretaria da Guerra. Nessa secretaria certamente os burburinhos sobre aquela revolta transitavam pelos corredores e salas com grande intensidade naqueles últimos dois meses do ano de 1904, pois de lá também partiam ordens para repressão dos protestos e controle dos distúrbios que agitavam mais uma vez a capital republicana e outrora capital imperial.

A argúcia e senso crítico de Lima Barreto se traduzem de certa maneira na epígrafe que abre este capítulo, ao observar no seu *Diário Íntimo* que o “progresso” republicano no tocante ao desterro se alicerçava no expediente jurídico do estado de sítio. O literato e servidor público Lima Barreto remete, nas observações contidas no

⁴⁴ FON-FON. **Coluna Noticiário**. 07/01/1911, ano V, nº 01, p. 24

⁴⁵ Complexo naval da Marinha brasileira situado na Baía da Guanabara, onde também existia uma unidade prisional utilizada para prender militares e civis. Estes últimos só em momentos excepcionais eram para lá enviados.

⁴⁶ LIMA BARRETO, A. H. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 49.

⁴⁷ Termo usado pelo governo e pela imprensa na época ao se referirem às debelações dos conflitos, prisões e punições dos revoltosos. Ou seja, os *sucessos* significavam que a ordem e o *status quo* tinham sido restabelecidos pelo poder público.

seu diário, para uma historicidade e continuidade envolvendo a prática do desterro e assemelhados, ao dizer que havia séculos que aquilo ocorria. A novidade, segundo ele, era a República utilizar do aporte do estado de sítio para consubstanciar os desterramentos que ela iria executar com frequência a partir de então. Ele procura aludir às práticas usuais e de longa data, que vão sendo reformuladas e adequadas aos novos momentos que o país e a sociedade vivenciam na transição do Império para a República na capital federal. Longe de apontar para o “progresso” republicano e da nação, Lima Barreto parece querer alertar — com doses de ironia — a um passado que teimava em permanecer.

Mas que práticas eram essas? A que se refere esse autor quando se reporta aos quatro séculos em “que não se fez outra coisa?” Para responder estas indagações é preciso situar neste trabalho o *continuum* temporal e histórico dos atos por ele referidos. Para isso, procurarei traçar aqui uma breve retrospectiva que permita aproximações e também pontuar os distanciamentos entre as práticas do degredo colonial e imperial do desterro pós 1889 no Brasil, com especial ênfase para os casos que serão analisados com maior propriedade à frente: os desterrados das revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910) para o Acre.

Para uma compreensão sucinta deste assunto, aponto para uma perspectiva mais geral que entende o degredo moderno (pós século XVI) e suas variações, como uma pena que impunha a saída imperativa do(s) faltante(s) do local onde o crime fora cometido e o isolamento podendo ser provisório ou permanente. Degredar era, nesses termos, ser deslocado forçosamente para outro lugar (país, reino, estado, cidade, comarca, vila, termo, distrito, concelho), comumente distante e localizado na periferia de onde o delito fora cometido⁴⁸. Sítio geralmente à margem da metrópole (degredo interno) ou em alguma de suas possessões além-mar (degredo externo), algo comum durante o período colonial português⁴⁹.

Nesta direção de entendimento vai Ronaldo Vainfas, que afirma ser o termo derivado de “degradar”, isto é, a diminuição de um grau, transitar obrigatoriamente de uma dada posição para outra inferior. Mas excetuando o degredo para as galés⁵⁰,

⁴⁸ Sobre questões mais específicas do degredo no mundo português, principalmente para Ásia, ver a obra de COATES, T. J. **Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império português, 1550/1755**. Lisboa: CNCDP, 1998; e, para o Brasil, ver PIERONI, G. **Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia**. Brasília: EdUnb, 2000.

⁴⁹ Sobre o degredo espanhol ver: RIVADULLA *et al.* **El Exilio español en América en el siglo XIX**. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

⁵⁰ Nos primórdios a pena consistia em servidão compulsória e o apenado era utilizado nos serviços de antigas embarcações chamadas galés, principalmente como remadores. O nome permaneceu

no *mundo português* a pena em si não era plena e juridicamente infamante, que redundasse sempre na perda de honras e títulos. Em sentido diverso deste anterior, Joel Serrão busca também uma explicação semântica e defende que a palavra vem do latim *decretum*. Significando, portanto, a determinação ou ordem legal de um soberano⁵¹ que deveria ser obedecida sem alternativas. Mas como nos alerta Maristela Toma, a explicação etimológica tem seus limites na definição do conceito de degredo. Ela aponta que um complemento a esta lacuna seria recorrer ao campo do Direito para se buscar as acepções jurídicas que o termo vai adquirindo ao longo do tempo, principalmente a partir do século XVI nos documentos que tratam desta questão⁵².

Embora não apareça como regra, comumente o local para onde se era degredado carregava subjacente a ideia de inferioridade em várias escalas e dimensões, fossem elas social, cultural, política ou econômica. Assim, quando se conjugava a uma hierarquia comparativa do lugar de onde se saía com o lugar para onde se ia de forma obrigatória, derivava mais uma ideia de degredo, além claro das suas singularidades históricas que o termo carrega, e como já foi ressaltado, devem ser observadas.

Portanto, se entendermos que desterrar é apartar alguém do “seu” lugar, distanciá-lo da “sua” terra para “outro” lugar, pode-se então dizer que todo degredo é também na prática uma das formas de desterro. Na concepção de alguns estudiosos do assunto, o degredo colonial português pressupunha a expulsão do lugar (saída), combinada com a designação para onde se ia (destino final, comumente uma possessão ultramarina) e o aproveitamento dos condenados em algum tipo de atividade laboral. Já o desterro, era apenas a obrigação de sair do lugar, sem a autoridade determinar a localidade para onde o faltante deveria ir⁵³. Outra observação a se fazer é o fato da pena de degredo ter estado associada de maneira intrínseca com a colonização europeia do período moderno, mas cabe ressaltar que isto não era uma norma inerente a ela, pois o degredo para existir prescindia da posse de domínios coloniais.

modernamente, mas as funções se modificaram e iam desde trabalhos compulsórios em navios da marinha, fortalezas militares ou em obras públicas do Estado. MELO, *op. cit.*; COATES, *op. cit.*

⁵¹ Toda esta discussão aparece no capítulo II - *Entre genealogias, práticas e definições*, do trabalho de TOMA, M. **Imagens do degredo: história, legislação e imaginário**. Dissertação de mestrado/Unicamp. Campinas, 2002.

⁵² TOMA, *op. cit.*, p. 52.

⁵³ *Ibidem*, p. 58.

A partir destas noções mais gerais, passo a discutir o desterro/degrado como conceitos/termos que devem ser pensados à luz de suas historicidades, formando um conjunto de práticas jurídicas e de punições socialmente constituídas. Ou seja, o corpo jurídico estatal adota como norte determinadas concepções de crimes e faltas sociais que são aceitas como válidas em um determinado espaço e tempo. Essas normatizações jurídicas é que passam comumente a classificar os crimes e escalonar suas penas, adotando interditos e permissões em face da realidade e do imaginário que uma dada sociedade formata e compartilha.

Historicamente, com seus efeitos duradouros e diretos ao Brasil colonial e imperial, o degrado português era adotado pelas autoridades eclesiásticas e civis preferencialmente para as áreas consideradas mais remotas, insalubres e pouco povoadas dos domínios da Coroa. Aqueles que faziam a defesa do degrado como algo benéfico para os interesses da metrópole, argumentavam que a pena era útil para o sucesso da colonização lusitana, pois permitia a possibilidade de regeneração dos condenados e o afastamento desses indesejáveis da metrópole⁵⁴.

Nesta ótica, o Brasil se insere com receptor de degredados desde o período pré-colonial, posteriormente passa também a degradar tanto para fora dos seus limites (degrado intercolonial) como também internamente para os extremos do seu território, notadamente para locais de fronteira⁵⁵ pouco povoados. Esta prática era herança lusitana, pois é fato que os “portugueses levaram o seu sistema judicial consigo para o ultramar e converteram rapidamente novos territórios a um velho sistema de exílio”⁵⁶. Ocupava-se então com degredados estas regiões de fronteira, localidades que eram ao mesmo tempo “distantes, estratégicas e indesejáveis (...) locais onde o Estado pretende reforçar um poder freqüentemente tênue e para os quais não consegue atrair suficiente emigração livre”⁵⁷.

No século XIX, o Império brasileiro já independente de Portugal reformula sua legislação acerca do degrado e das suas variantes. Todas as penas passam a

⁵⁴ TOMA, *op. cit.*

⁵⁵ Para uma leitura específica sobre esta temática destaco, entre outros, os seguintes autores: PIERONI, 2000, *op. cit.*; PIERONI, G. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006; VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989; e, COSTA, E. V. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados”. In **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, pp. 77-100, 1999.

⁵⁶ COATES, *op. cit.*, p. 112.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 28.

figurar ancoradas apenas no Código Criminal⁵⁸ do Império, de 1830, e na Constituição do Império brasileiro, aprovada seis anos antes, em 1824. De acordo com Fabrícia Noronha, os reformadores jurídicos buscavam já ali atrelar o Brasil a um novo contexto internacional e, ao outorgar estes novos documentos, procuraram vinculá-los aos princípios teóricos do liberalismo e do utilitarismo, que na prática foram apropriados de forma particular à realidade do Brasil agrário, elitista e escravista⁵⁹ do século XIX. Ou como nos diz uma estudiosa do assunto, já na “Constituinte de 1823, os princípios corporativistas de um Estado-nação foram gradualmente se sobrepondo aos princípios abstratos da racionalidade política”⁶⁰, dando uma matização própria aos princípios ditos modernizantes e liberais que sopravam de forma bruxuleante nos trópicos. Em outras palavras, significa dizer que o realismo político, a lógica de uma sociedade escravocrata e de um Estado aristocrático irão dar uma coloração própria aos princípios legais incorporados, ou que se tentaram incorporar, como norte jurídico e legal através da Carta Magna e do Código Criminal. Muito desse debate teve como principais expoentes os condutores da chamada cultura “ilustrada” no Brasil, formado por estudantes que ao retornarem de seus estudos na Europa, em fins do XVIII e início do XIX, “procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas”⁶¹.

Porém, não se pode pensar que as mudanças propostas por esses homens de ciência, muitas vezes desempenhando papéis importantes no aparelho estatal, tivessem como marcas tentativas de rupturas com o *status quo* vigente, como bem aponta Maria Odila Dias nessa passagem ao tratar desse assunto:

pretendiam modernizar tradições longamente arraigadas no solo da pátria. Não acreditavam muito no poder das leis baseadas em princípios abstratos e estranhos ao meio brasileiro. Norteava-os o princípio organicista de formação das sociedades e de evolução das comunidades nacionais, que os homens da geração da Independência tinham colhido da leitura de [Edmund] Burke, repetidas vezes citado na Constituinte de 1823, e que os conservadores cultivavam amadurecidos pela leitura dos textos de Guizot e Royer Collard sobre as “forças de conservação” das sociedades⁶².

⁵⁸ Aprovado em 16 de maio de 1830, mas passou a vigorar apenas a partir de 07 de janeiro de 1831. Este Código pode ser consultado em: CORDEIRO, C. A. **Código Criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1861.

⁵⁹ NORONHA, F. R. G. S. **O Império dos indesejáveis, legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889)**. Dissertação de mestrado/Unb, Brasília. 2003, p. 15.

⁶⁰ DIAS, M. O. L. S. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

⁶¹ *Ibidem*, p. 39.

⁶² *Ibidem*, p. 147.

Ou seja, não havia muito interesse nem ambiente para rompimentos imediatos com toda a longa tradição local atrelada ao ordenamento jurídico do Estado absolutista português de antanho, ainda mais num país com o trabalho assentado predominantemente no regime escravista, da permanência legal da figura divina do monarca, da não separação entre Estado e Igreja e da implantação do Poder Moderador em 1824. Esses são exemplos mais diretos desta mediação entre a tradição anterior e a “nova ordem” que se queria implantar no Brasil pós independência.

Sobre este último aspecto, Raymundo Faoro em sua obra *Os donos do poder*, já tornada clássica, sintetiza com propriedade e concisão esta coexistência ao afirmar que

em águas do liberalismo, a monarquia se refugia, ao estilo europeu pós-napoleônico, na câmara dos pares e, com a originalidade do texto constitucional, no poder moderador. O poder minoritário, concentrado na aristocracia em construção e na alta burocracia, vigia, disciplina e educa o poder majoritário, numa reformulação brandamente absolutista da realidade monárquica⁶³.

Esse arcabouço institucional singular tem seu marco original formatado após a emancipação brasileira de Portugal, quando intelectuais formados na Universidade de Coimbra tornam-se figuras chaves na proposição das novas peças jurídicas da nova Nação. São eles que irão incorporar elementos da tradição iluminista do campo da filosofia, do direito e de outras ciências ao texto constitucional e penal no período pós-independência. Naquela arena de disputas políticas e de poder, de forma concomitante, havia também a presença de ideias oriundas da França, Itália, Inglaterra, EUA e até mesmo algumas de caráter nativista⁶⁴ pautando essas novas formulações legais. Da França as maiores influências são os ideais da *Revolução Francesa*, vista por muitos como um movimento cosmopolita e universal, e o classicismo; da Itália há a influência do arcadismo; da Inglaterra as ideias liberais; dos EUA as marcas do movimento de independência; e por fim, o nativismo que trazia elementos indígenas e antilusitanos como principais características⁶⁵. Cabe lembrar que cada uma dessas correntes teve pesos, importâncias e inserções bastante distintas na sociedade brasileira do

⁶³ FAORO, R. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Volume I/10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, pp. 327/328.

⁶⁴ NORONHA, *op. cit.*, p. 22 e ss.

período em tela. O que teve mais predomínio e inserção foi o iluminismo conservador português, dominante no ambiente universitário de Coimbra⁶⁶.

De forma mais específica e simbólica, a adoção de um *corpus juris* próprio — expresso na Constituição e no Código Criminal — era um dos ingredientes somado ao processo em busca da efetivação da liberdade requerida em 1822. Elementos que visavam alicerçar a construção da soberania política, da independência jurídica de Portugal e da formação de fato do Estado-Nação. Fazia-se necessário, pois, “estruturar no país inorgânico, um ‘país legal’”⁶⁷ que começava a existir e a caminhar. São então alguns dos egressos⁶⁸ da Universidade de Coimbra pós reforma pombalina, com apoio de D. Pedro I, que irão ter papel preponderante na elaboração principalmente do Código Criminal e que trarão d’além mar novas ideias que já eram correntes naquela referida academia portuguesa.

A Carta Constitucional de 1824 de pronto já abolia as penas consideradas infamantes à época e apontava que o futuro Código Criminal deveria ratificar, regulamentar e legislar sobre a adoção de penas mais “humanas”, de acordo com o que passava a vigorar de forma cada vez mais frequente nos países chamados “civilizados”. Fica claro ali o intuito de instituir a chamada “humanização” das penalizações e do criminoso, que não deveria mais ser submetido às penas suplicantes (açoites, ferros quentes e torturas) ou correlatas com o que entendia ser a intensidade do agravo cometido, como vigorava anteriormente no Brasil colonial⁶⁹. Como por exemplo aponta o deputado José Clemente, ao criticar a legislação das *Ordenações Filipinas* e suas punições ao dizer que elas “são imensas e informes (...) inteiramente inaplicáveis às nossas circunstâncias”⁷⁰. Já o deputado paraibano Augusto Xavier foi mais incisivo, a falar que a proposta de novo código em

⁶⁵ Ver DIAS, 2005, *op. cit.* Especialmente o capítulo II – *Aspectos da Ilustração no Brasil*.

⁶⁶ Para o papel, composição formação das elites no Império ver: CARVALHO, J. M. **A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-dumará, 1996.

⁶⁷ FAORO, *op. cit.*, p. 330.

⁶⁸ São duas as figuras proeminentes na elaboração do Código Criminal de 1830: os deputados José Clemente Pereira e Bernardo Pereira de Vasconcelos, ambos egressos da Universidade de Coimbra. Cada um foi responsável pela redação de um projeto de código. Esses dois projetos, com algumas alterações, redundaram no Código aprovado em 1830. É considerado o primeiro Código Penal moderno promulgado na América Latina. NORONHA, *op. cit.*, p. 53.

⁶⁹ Sobre os debates e disputas parlamentares na feitura do Código, ver: SLEMIAN, A. “À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal”, pp. 175-206. In RIBEIRO, G. S. (org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2008.

⁷⁰ *apud* SLEMIAN, *op. cit.*, p. 189/190.

discussão já era melhor que a “legislação bárbara, desconexa e gótica”⁷¹ das *Ordenações*.

Essa discussão sobre a humanização das penas tem um duplo significado: o mais óbvio é a consideração de que o criminoso era indelevelmente portador de sua condição humana, pois por mais grave que tivesse sido o crime que ele houvesse cometido, essa qualidade lhe era intrínseca e não podia ser subtraída; segundo, o corpo social agravado, formado também por seres humanos, não poderia mais conviver ou condescender com atos “desumanizantes” contra quaisquer que fossem os ofensores da ordem social. A partir daí, se tenta fazer com que as penas consideradas desumanas se tornassem parte de um passado que se desejava romper, iniciando e validando um novo ordenamento do direito penal moderno que se espalhava em alguns Estados nacionais de então.

O jurista italiano Cesare Beccaria (1738-1794), que teve grande influência teórica na legislação dos códigos penais do século XIX, já dizia em sua obra modelar *Dos delitos e das penas*, — escrita no século precedente — que “espetáculos muito bárbaros só podem ser resultados dos furores passageiros de um tirano, e não ser sustentados por um sistema constante de leis”⁷².

Percebe-se a vigência desse norte jurídico-punitivo presente no Brasil com a implantação da nova legislação criminal imperial a partir de 1830. Na quantificação que Fabrícia Noronha fez, dos 235 delitos regulamentados e prescritos no novo Código Criminal brasileiro pós Colônia, 103 deles eram punidos com a prisão conjugada com trabalho forçado por período pré-determinado de tempo. Este tempo de trabalho variava normalmente entre o mínimo de dois e o máximo de vinte anos para as penas com prisão, cuja faina era realizada dentro das dependências prisionais. Já as penas de galés, poderiam ser entre vinte anos e perpétuas, com a obrigação do condenado usar calcetas e correntes de ferro e a “empregarem-se nos trabalhos publicos da província”⁷³. Como foi afirmado, incorpora-se a visão moderna da ciência jurídica, que propõe penas humanizadas e prescreve-se o trabalho compulsório como uma forma do condenado servir a sociedade que ele afetou, tendo ele assim a capacidade de se arrepender, de se regenerar e de saldar sua

⁷¹ *Ibidem*, p. 193.

⁷² Influenciado pelos escritos de Rousseau, Montesquieu, Buffon e Diderot, Beccaria passa a levantar voz contra a violência e arbitrariedade da justiça em seu tempo. Contrário a pena de morte, preconizava uma proporcionalidade entre os crimes e as punições. BECCARIA, C. **Do Delito e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 51.

⁷³ Código Criminal do Império do Brasil, artigo 44. In CORDEIRO, *op. cit.*

falta cometida. Havia ali, além da necessidade utilitária de braços, uma concepção educacional ou pedagógica do trabalho, como sendo portador destas funções mencionadas anteriormente. Isso pelo menos em determinados tipos de penas, já que geralmente para as galés havia o princípio da perpetuidade da punição e de cumprir integralmente as obrigações dela decorrentes.

Ou seja, no caso brasileiro há particularidades e seletividades na incorporação desses princípios ditos humanistas, pois a lei excluiu somente as mulheres, os menores de vinte um e os maiores de sessenta anos da possibilidade de condenação às galés e à prisão com trabalhos forçados. Sobre o escravo, devido sua condição idiossincrática de propriedade de um senhor e de não se incluir na categoria de cidadão, continuaram a incidir sobre ele as penas corporais (açoites) existentes no Código Criminal de 1830 quando da participação deste em atos de insurreição⁷⁴. O açoite, mais do que ser uma pena de escravo, estava identificado com ele intrinsecamente.

A título de exemplo, a insurreição de escravos era um crime (*artigo 113*) punido com muito mais gravidade que o crime de conspiração (*artigo 107*) praticado contra o Império ou Imperador, pois enquanto este era punido “com desterro para fora do Império por quatro a doze anos”, aquele preconizava textualmente que “julgar-se-há cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força”. As penas aos cabeças eram, em grau máximo a morte (força), em grau médio galés perpétuas e em grau mínimo galés por quinze anos. Aos demais partícipes, apenas os açoites⁷⁵. Por essa legislação entende-se que o crime contra a estrutura da escravidão e da propriedade era mais grave que o crime político praticado contra o regime ou o monarca por não-escravos.

O Código Criminal imperial estava dividido em quatro partes que, segundo Fabrícia Noronha, reflete a já ressaltada influência coimbrã e que, por sua vez, remete para muitas proposições contidas na obra clássica do jurista italiano Cesare Beccaria, especialmente aquelas que tratam da conceituação e classificação dos crimes e das suas respectivas penas.

Por ser um Código de transição em relação à jurisprudência anterior, ele conservou as penas de galés (perpétuas ou temporárias) que eram empregadas em onze casos (pirataria, insurreição, homicídio, perjúrio e roubo com agravante); em

⁷⁴ *Ibidem*.

relação ao degredo e desterro, estas punições eram aplicadas em nove casos (conspiração, comando militar ilícito, sedução de mulher honesta menor de idade com cópula e, determinadas formas de estupro).

Abaixo, percebe-se mais claramente como os legisladores definiram estes tipos de penas — herdadas do *Código Filipino* — nos artigos 50, 51, 52 e 53 do Código Criminal de 1830, bem como as distinções entre cada uma delas.

Artigo 50 – a pena de BANIMENTO privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inibirá perpetuamente de habitar o território do Império. Os banidos que voltarem ao território do Império serão condenados a prisão perpétua;

Artigo 51 – a pena do DEGREDO obrigará os réos a residir no lugar destinado pela sentença, sem poderem sahir delle, durante o tempo que a mesma lhes marcar. A sentença nunca destinará para o degredado lugar que se compreenda dentro da comarca em que morar o offendido;

Artigo 52 – a pena de DESTERRO, quando outra declaração não houver, obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto, e da principal residência do offendido, e não entrar em alguns delles, durante o tempo marcado na sentença;

Artigo 53 – os condemnados às GALÉS, à prisão simples, a degredo ou a desterro, ficão privados do exercício dos direitos políticos de cidadão brasileiro, enquanto durarem os efeitos da condenação⁷⁶ [*destaques meus*].

Como demonstra a autora de *O Império dos indesejáveis*, estas penas já não eram mais tão importantes como no período anterior e por isso passam a ocupar uma parte reduzida no conjunto das punições⁷⁷ do novo Código; havia ainda a pena de morte, que era aplicada apenas em três casos (insurreição de cativos e livres, homicídio com agravante e roubo seguido de morte - latrocínio)⁷⁸, reforçando a tese do abrandamento das punições aos delitos cometidos. Passava a vigorar uma, digamos, “sobriedade punitiva” quando comparada com as normas anteriores.

Mas havia uma hierarquia de gravidades que ia da pena de morte ao desterro para fora da comarca, somadas aí a variação temporal em anos e também as multas pecuniárias existentes em muitos casos. Nesse Código, o degredo se

⁷⁵ PIERANGELI, J. H. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, pp. 248/249.

⁷⁶ Código Criminal do Império do Brazil, *op. cit.*

⁷⁷ Na década de 1850, de acordo com dados do Ministério da Justiça apanhados em todas as Províncias, os crimes punidos com estes tipos de penas representaram os seguintes percentuais: 15,38% galés; 0,57% desterro; 0,24% banimento e 0,16% degredo. NORONHA, *op. cit.*, p. 131.

diferenciava do desterro porque o primeiro definia previamente o lugar de sentença onde deveria ser cumprida a pena, algo herdado claramente da tradição portuguesa. Quanto ao banimento, ele era destinado apenas aos nacionais, sentença que os impedia de retornarem ao solo pátrio de forma perene. Outra vez se percebe a herança e influência lusitana nessa distinção entre as duas medidas.

No período colonial se degredava e se desterrava amiúde os indesejáveis (fossem criminosos civis ou religiosos). No Império há uma mudança significativa em relação a este tipo de punição, mas as práticas continuam existindo para crimes bem específicos como já me referi há pouco. Existe a partir de então uma mudança na história deste tipo de punição, que é substituída em importância quantitativa no Código Criminal pela prisão com trabalho compulsório e com a pena de galés, que em seu *artigo 34* assim a definia: “sujeitará os réos a andarem com a calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregaremos nos trabalhos públicos da Província onde estiver sido cometido o delicto, à disposição do governo”⁷⁹.

Mas para os poucos casos em que permaneceu a pena de degredo, ela ainda remontava ao modelo anterior nas suas características mais gerais. Se juridicamente o degredo arrefeceu como punição, socialmente ele continuava como uma forma de controle sobre certos tipos de indesejáveis que se tornavam úteis aos interesses do Império nas suas possessões mais remotas e pouco povoadas, para onde eram comumente ainda enviados⁸⁰.

A pena de galés que o Império mantém, como uma herança das *Ordenações Filipinas*, me parece adquirir a importância que outrora tivera o degredo, pois os condenados a esta pena serviam ao Estado imperial com seus trabalhos, que não podem ser entendidos como “humanizantes” ou que tivessem por objetivo a recuperação do condenado. Numa sociedade onde o trabalho manual em grande medida estava associado ao negro escravo, homens livres que caíam nas malhas da lei e que eram condenados às galés anos a fio ou perpetuamente, certamente não viam no trabalho compulsório que realizavam a positividade correcional imaginada pelos legisladores.

⁷⁸ Código Criminal do Império do Brasil, *op. cit.*

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ Em 1834 o governo imperial regulamentou a existência de 03 colônias de degredados nas cidades de São João das Duas Barras (PA), Minas Novas (MG) e Guarapuava (PR). Cf.: NORONHA, *op. cit.* Ver também o caso específico de Guarapuava em PONTAROLO, F. **Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

Na República o cenário mudou no que tange ao arcabouço legal que passa a tratar das expulsões dos indesejados: saem as *Ordenações Filipinas*⁸¹ que vigoraram no período colonial e a legislação Imperial adotada após a independência, entrando em vigor a Constituição republicana de 1891 e o Código Criminal de 1890⁸² com seus posteriores derivativos legais, que se explicitavam de forma mais incisiva e vigorosa com a adoção do já citado estado de sítio.

Já nas últimas décadas do Império, discutia-se a reformulação da legislação penal, vista por muitos como atrasada e envelhecida em relação aos “novos tempos” que vivenciava a sociedade brasileira. É nesse cenário que “as novas concepções sobre crimes e encarceramento foram brotando em meio a um intenso suceder de transformações econômicas, políticas e culturais”⁸³. Para o sociólogo Fernando Salla, as mudanças foram mais de cunho prático do que de orientação filosófica à luz da ciência penal em voga⁸⁴. Vale observar então, de forma mais detalhada, como isso passa a acontecer, de fato, quando é instaurada a República no Brasil em fins do século XIX.

1.2 - O desterro na legislação republicana: a Constituição Federal de 1891 e o Código Penal de 1890, entre práticas e normas

O fim da monarquia no Brasil, a abolição da escravidão, a adoção universal do trabalho livre e a implantação do regime republicano são acontecimentos que passam a provocar profundas transformações no Brasil a partir da última década do século XIX. Mudanças que trazem em seu bojo as mais variadas propostas – político-ideológicas, filosóficas, científicas e econômicas – que visavam apresentar “projetos” de nação para o país, cuja finalidade era fazer com que o Brasil a partir daquele caminhasse para tornar-se uma nação em consonância com os cânones considerados modernos e modernizantes, já presentes em muitas nações tomadas como referências à época. Portanto, era preciso romper com o “atraso”, com o que

⁸¹ Estas ordenações foram organizadas por LARA, S. H. (org). **Ordenações Filipinas: livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁸² O Código foi aprovado através do Decreto nº 847, em 11/10/1890 e a Constituição Federal em 24/02/1891.

⁸³ SALLA, F. **As Prisões em São Paulo: 1822 – 1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006, p. 116.

⁸⁴ *Idem*.

era considerado obsoleto e viesse a emperrar o progresso pretendido pelas elites brasileiras que aderem a esse projeto.

A modernização almejada ocorre também no campo jurídico, com a aprovação de um novo *Código Penal* em 1890, que já vinha sendo elaborado havia algum tempo. Existia ali uma tentativa de intelectuais, médicos, juristas e criminalistas em incorporar novas tendências penais de caráter humanista e liberal, algumas já timidamente tentadas no contexto do Império, décadas antes. Nesse campo, a mudança mais significativa é a extensão legal de direitos constitucionais a toda população e a extinção das chamadas penas degradantes, tais como: pena de morte, açoites, galés e banimento judicial para crimes comuns. Pela primeira vez tenta se instalar no Brasil um regime penitenciário de natureza correcional e mais uma vez acabar com as penas consideradas desumanas, pelo menos na letra da lei.

O próprio ministro da justiça do Governo Provisório, Manoel Ferraz de Campos Sales, em seu relatório entregue ao presidente, alertava da necessidade urgente de mudanças na legislação penal, pois considerava que

a melhor legislação que nos deixou a monarquia, foi a criminal. Já muito deficiente, porém, na qualificação dos crimes, incompleta na aplicação de muitas theorias (...) atrasada em penologia, com os vestígios ainda da escravidão e da cruel pena de açoites, com a da infamante das galés, com a de morte cominada até aos crimes políticos, a perpetuidade dos castigos em grande numero de casos, e a imprescriptibilidade em todos, o Código de 1830 não podia ser mantido pela República⁸⁵

Importante ressaltar que o ministro aponta indiretamente para “novos crimes” não contemplados pela legislação de 1830, bem como o descompasso dela com novas teorias criminológicas em voga naquele momento. Vigorava um código que trazia, por exemplo, os resquícios da escravidão recém abolida, que ainda permaneciam nos delitos associados aos homens de cor marcados pelo estigma da “raça”. E, para além desta particularidade, as penas de caráter cruel eram a preocupação central dos reformadores. Ou seja, o código anterior era incompatível com os ideais da República, com as mudanças sociais ocorridas no país e com os mais recentes avanços no campo do direito penal e criminal da época.

⁸⁵ BRAZIL. **Exposição apresentada ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em janeiro de 1891.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/edu/bsd/bsd/u1897/contents.html>>, acesso em 12/03/09.

Nessa passagem de *status* político (de Colônia para Nação independente) e de regime (de Monarquia para República) percebe-se que, em ambos os momentos, o uso das penas consideradas degradantes vão se tornando paulatinamente uma exceção. Porém, a República mantém ainda na Constituição a possibilidade de uso do desterro em situações de vigência do estado de sítio. No contexto da Primeira República (1889-1930), o estado de sítio se caracterizava pela suspensão temporária de certas garantias legais, ocasionadas pela alegada necessidade do Governo Federal em manter a ordem pública vigente. Com o estado de sítio o executivo assumia também certos poderes atribuídos ao legislativo e ao judiciário. O governo podia assim determinar a obrigação de residência em localidade pré-determinada de pessoas, a busca e apreensão em domicílio sem mandado judicial, a suspensão de liberdade de reunião e associação e a censura de correspondência, imprensa e comunicação.

Estado de sítio e desterro caracterizavam-se por serem medidas adotadas em momentos de crises provocadas por revoltas populares ou quando das tentativas de golpes dentro dos grupos políticos (civis e militares) que divisavam o poder e a condução da chamada República Velha. É sobejamente sabido que o recém instaurado regime republicano, nas suas primeiras décadas, foi atravessado por disputas internas, que tornavam o chamado “pacto oligárquico” extremamente frágil às acomodações e a recorrente estabilidade política. Isso provocava frequentes rearranjos, fissuras e rupturas continuadas, pois tal pacto não era capaz de equacionar a contento todos os “interesses predatórios em competição”⁸⁶ de forma duradoura.

São a partir dessas disputas intestinas dentro dos espaços do Estado restrito (parlamento, executivo, judiciário e partidos), da cidadania ainda não universalizada, da fragilidade institucional e do autoritarismo de longa data que busco explicar em grande medida as adoções dos estados de sítio e dos desterramentos durante a Primeira República como expedientes de controle social e de punição dos indesejados do momento. A recorrência ao estado de sítio foi algo corriqueiro, pois possibilitava ao governo o uso de medidas discricionárias contra os adversários/inimigos/indesejados da hora. Em alguns casos afetando mais diretamente as camadas mais pobres da população, como especificamente aconteceu nas revoltas de 1904 e 1910 ocorridas no Rio de Janeiro.

Estabelecia a Carta Constitucional de 1891⁸⁷ que ficaria a cargo do Congresso Nacional declarar, aprovar e suspender o estado de sítio, mas caso isso não ocorresse, o presidente da República tinha então a prerrogativa unilateral de declará-lo sem consulta ao parlamento (*artigo 48, inciso 15º*) quando houvesse agressão estrangeira ou “grave comoção intestina”. Esta Constituição, considerada de cunho liberal-federalista, em suas *Disposições Gerais*, no *artigo 80*, especificava que poderia ser declarado estado de sítio “em qualquer parte do território da União”, suspendendo automaticamente as garantias constitucionais por tempo determinado⁸⁸. Durante o estado de sítio⁸⁹, as autoridades podiam adotar medidas de repressão e atos específicos — não usuais em outros momentos — como estabelecia o *inciso 2º* nos seus itens 1º e 2º: “a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns” e, “o desterro para outros sítios do território nacional”. Isto não significa dizer que todo estado de sítio redundava em desterros, mas que os desterros só poderiam acontecer com a adoção do estado de sítio.

Percebe-se claramente que o *artigo 80* era muito genérico na sua proposição, ao não definir objetivamente o que seria “comoção intestina”, dando margem para que o expediente do estado de sítio fosse amplamente adotado por vários presidentes durante todo o período da Primeira República, de acordo com a vontade, momento e força política de cada um deles.

Fica evidente nestes dois itens que os presos envolvidos em atos geradores de “comoção intestina” (revoltas civis ou motins militares)⁹⁰ teriam tratamento diferenciado, começando pela prisão: primeiro, não eram considerados presos comuns; segundo, o desterro interno para locais ermos e distantes do território nacional era frequentemente o complemento da detenção inicial. Posteriormente, com a expiração do estado de sítio, cabia ao presidente da República relatar ao Congresso Nacional os motivos que o levaram à tomada de medidas de exceção,

⁸⁶ SANTOS, W. G. **Razão da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 20.

⁸⁷ BRAZIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>, acesso em 12/03/09.

⁸⁸ De trinta dias, com a possibilidade de outra prorrogação por igual período.

⁸⁹ A regulamentação do estado de sítio só ocorre em 1898. Ver BARBOSA, R. “Sala das Sessões, 18 de outubro de 1898”. In **Obras completas de Rui Barbosa**. Volume XXV, tomo VI. Rio de Janeiro: MEC, 1953, pp. 359-364.

⁹⁰ Há também casos de deportação de estrangeiros para outros países, acusados de serem anarquistas ou caftens e, de ciganos, em fins do XIX e princípio do século XX. Cf. SAMIS A. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002.

conforme preconizava a mesma Constituição. Isto evidencia o caráter político de tais medidas, que não tinham relação direta com o aparato jurídico-criminal do Estado.

O *artigo 43* do novo Código Penal explicitava bem isso, pois permitia apenas as seguintes punições para todos os crimes lá regulamentados: banimento; prisão celular, com trabalhos forçados e disciplinares; interdição; multa e perda de cargo público. O que mais se aproxima do desterro é o banimento, caracterizado em seu *artigo 46* como sendo a punição para o crime de “tentar directamente e por factos, mudar por meios violentos a Constituição política da República ou a forma de governo estabelecida”⁹¹. Parecia ser uma precaução específica contra possíveis tentativas de restauração do regime e forma de governo anterior, via força ou emenda constitucional.

A pena para esse crime consistia na expulsão dos líderes do movimento do território nacional, concomitante com perda da cidadania pátria, se brasileiros, e de reclusão entre cinco e dez anos aos demais envolvidos. Diferente do Império, o banimento republicano era por tempo determinado e o condenado readquiria seus direitos de cidadão após o cumprimento da pena ou se anistiados (*CF – artigo 34, §27*), caso fosse nacional. O fato é que em nenhuma das revoltas civis ou militares que aconteceram nas décadas iniciais da República, tal medida foi utilizada. Por fim, apenas os crimes de sedição (*artigos 118-123*) e de conspiração (*artigos 115-117*) contemplavam no Código Penal punições para ilícitos de ordem política e social. Portanto, eram regulados por instrumentos de natureza penal e criminal, sob resguardo do judiciário. Diferentemente do estado de sítio e do desterro, que eram instrumentos de uso político que o poder executivo dispunha para resolução de problemas imediatos, sem precisar recorrer a justiça para tal.

São exemplares as decretações do estado de sítio nos anos de 1891 (dissolução do Congresso); 1892 (revolta antiflorianista); 1893/1894 (Revolta da Armada); 1897 (tentativa de assassinato de Prudente de Moraes); 1901 (greves e distúrbios na cidade do Rio de Janeiro contra o aumento das passagens dos bondes); 1902 (Revolta das Carnes verdes); 1904 (Revolta da Vacina) e 1910 (Revolta da Chibata). Em todos estes momentos, ocorreram deportações de estrangeiros e desterramentos de civis nacionais e de militares — estes quase que exclusivamente de baixa patente, que eram alistados geralmente de forma

⁹¹ FARIA, A. B. **Anotações teórico-práticas do Código Penal ao Brasil**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, p. 172.

compulsória no Exército e na Armada desde o XIX⁹² — para locais distantes da capital republicana.

Havia uma leitura por parte das autoridades de que se não fossem tomadas medidas preventivas enérgicas em momentos de mazorcas ou motins, poderiam vir a ser criadas situações de quebra da ordem vigente, cujo Estado e setores sociais dominantes capitaneavam e se colocavam na posição de guardiões. Somando-se a isto, havia também o temor de manipulação dos trabalhadores e populares por meio de ideologias consideradas subversivas ou por lideranças políticas adversárias do regime ou do governo do momento. Estas preocupações eram mais sintomáticas na capital do Distrito Federal, que contava com um grande número de ex-escravos, operários nacionais e estrangeiros na composição da sua população. São esses muitos migrantes, que em pouco tempo irão fazer aumentar de forma significativa a população da cidade do Rio de Janeiro e mudar suas feições⁹³.

Essa cidade que ainda era vista como portadora do atraso herdado da época colonial, cada vez mais era também atravessada por ares de cosmopolitismo vindos da Europa que engolfavam e inebriavam as elites da *Belle époque* através da moda, da literatura, das artes, da arquitetura e da ciência⁹⁴ (principalmente a médica e jurídica). De forma concomitante, existiam pessoas e grupos sociais que contrastavam com estes novos cânones, por isso práticas antigas de comportamento e viver são combatidas à medida que novos crimes, criminosos e indesejados vão surgindo com a *judicialização* de certas condutas. Novas penas para crimes e delitos são incorporadas ao novo Código Penal republicano, de acordo com as particularidades de um novo tempo que começava, como já requerera o ministro Campos Salles durante o governo provisório.

A respeito dessas transformações, principalmente urbanas, alguns anos depois da proclamação da República o cronista carioca Luís Edmundo disse que a “cidade chiqueiro” transformava-se paulatinamente em “cidade maravilhosa”⁹⁵. Evidente que todos aqueles e tudo aquilo que fossem identificados com o “chiqueiro” obsoleto não se adequavam ao “maravilhoso” que ia surgindo e, muitas vezes, tinham que ser combatidos.

⁹² NASCIMENTO, 2001, op. cit.

⁹³ Entre outras obras, ver: MENEZES, L. M. **Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890/1930)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

⁹⁴ Parte desta discussão pode ser obtida em NEEDELL, J. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

⁹⁵ EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

Neste cenário de múltiplas mudanças, particularmente no campo jurídico, somaram-se aos já referidos Código Penal e Constituição Federal, outras legislações menores (Leis e Decretos) que trouxeram no seu bojo atos repressivos que passaram a incidir mais fortemente sobre os estratos mais pobres da população da cidade sede do governo republicano. Muitas autoridades, já desde o Segundo Reinado, vinham se preocupando com a crescente presença de escravos libertos, migrantes nacionais e estrangeiros que irão tornar a cidade um “caos urbano”, como muitos críticos ressaltavam, devido à falta de empregos, a crise habitacional provocada pelas demolições de cortiços e a migração, a inflação em ascensão e os baixos salários crônicos. Isto pode ser percebido na legislação adotada sobre vadiagem, mendicância e outras contravenções.

No Código Criminal do Império, não havia qualquer menção aos atos de vadiagem, capoeiragem e mendicância, por exemplo. É apenas a República quem vai tornar essas práticas e comportamentos como crimes, instituindo punições e incluindo no primeiro Código republicano essas novas categorias de criminosos com suas punições correlatas. Cabe ressaltar que embora a prática de vadiagem, mendicância e capoeira não aparecessem como delito clarificado no Código Criminal do Império, isso não imiscuía as pessoas identificadas com tais práticas de serem perseguidas e punidas pela polícia e pelas autoridades com base em outras letras da lei ou apenas na exorbitância dela. No caso específico da capoeira isso se dava pelo fato de estar ela comumente associada aos mestiços e negros, livres ou não. Embora existam registros da prática de capoeiragem por portugueses, seus filhos nascido no Brasil e outros estrangeiros provenientes do Velho Mundo a partir da segunda metade do XIX⁹⁶.

No Código Penal de 1890, são dois artigos que tratam dessas questões no *Capítulo XIII*, intitulado *Dos vadios e capoeiras*. O *artigo 399*, sobre vadiagem, preconizava que aquele que deixasse de exercitar alguma profissão “moral e legalmente honesta” para ganhar a vida, que não tivesse meios de subsistência e domicílio certo estava sujeito a prisão celular por até trinta dias e só seria liberado após assinar termo de conduta no qual se obrigava a exercer algum “trabalho honesto” em até quinze dias.

⁹⁶ SOARES, C. E. L. “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira”, pp. 685-713. In **Revista Análise Social**, Lisboa, Volume XXXII, nº 142, 1997.

O artigo seguinte agravava o descumprimento do compromisso de *bem viver* e determinava que o infrator fosse recolhido por um período, que variava entre um e três anos, “nas colônias penaes que se fundarem em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território nacional, podendo para este fim ser aproveitado os presídios militares existentes”⁹⁷. Caso fosse estrangeiro, o infrator deveria ser deportado.

E este capítulo do Código Penal encerrava-se com o original *artigo 402*, tipificando que

fazer nas ruas e nas praças exercícios de agilidade corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando desordens ou tumultos, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal, pena de dous a seis meses de prisão⁹⁸.

O parágrafo único deste mesmo artigo trazia uma circunstância agravante, que era o acusado de capoeiragem pertencer a alguma malta ou bando. Para os chefes desses grupos, a pena anterior era dobrada e se qualquer um deles fosse reincidente, aplicava-se a pena prevista no *artigo 400*.

A vadiagem e a capoeiragem, já nos primórdios da república, estavam preferencialmente associadas à figura dos negros recém libertos e dos mestiços. Criminalizar tais práticas era uma tentativa de “moralização” comportamental dessas pessoas e de incutir nelas o “gosto” pelo hábito do trabalho honesto. Com a imigração crescente em fins do XIX e anos iniciais do século seguinte, a caracterização da vagabundagem também vai atingir estrangeiros desempregados ou que exerciam afazeres considerados ilícitos. Cabe ressaltar que a ociosidade por si só não era um problema se a pessoa dispusesse de meios legais para o seu sustento, pois era “tão somente quando a ociosidade e a pobreza se encontravam unidas na mesma pessoa que a moralidade se veria afetada, levando à degeneração do homem e incitando-o ao crime”⁹⁹.

Nesse processo de autoritarismo crescente na resolução dos problemas urbanos e sociais, pode ser destacada ainda a aprovação da Lei 939 em 29 de dezembro de 1902, que deu poderes quase absolutos ao recém nomeado prefeito

⁹⁷ FARIA, *op. cit.*, p. 601.

⁹⁸ *Ibidem*, pp. 603/604.

⁹⁹ PAMPLONA, *op. cit.*, p. 254.

do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos¹⁰⁰, no tocante as mais variadas intervenções que ele faria na cidade a partir da sua posse¹⁰¹. Este prefeito, assim como seus antecessores, era uma escolha direta do presidente da República, só demissível e impedido por iniciativa própria ou do chefe do executivo federal. Afonso Arinos, admirador e biógrafo de Rodrigues Alves não tem dúvidas ao afirmar que a *Lei 939* ao dar plenos poderes ao prefeito, “era a bem dizer, draconiana”¹⁰².

Foi uma lei que começou por adiar as eleições para a Câmara Municipal por seis meses, acabando assim com qualquer possibilidade de oposição parlamentar ao prefeito. O *artigo 16* era para o próprio Afonso Arinos uma afronta a Constituição¹⁰³, ao declarar que nenhuma autoridade judiciária poderia anular qualquer ato do prefeito. Isso demonstra aspectos conflitivos entre as esferas do executivo e do judiciário na capital federal. A lei tratava principalmente sobre as demolições, despejos, embargos e interdições que a prefeitura necessitava implantar para que as remodelações urbanísticas da área central da cidade fossem iniciadas.

Uma lei extremamente impositiva e autoritária, como reconhece Afonso Arinos ao se reportar retroativamente àquelas medidas. Ele nos diz que:

poucas são as leis em toda a história do nosso direito tão profundamente revolucionárias. (...) os interesses privados (...) ficavam submetidos ao interesse público, ao interesse da saúde, do bem-estar, do progresso do povo. Passos foi muito acusado de, no tempo, de governar como ditador. Na verdade o foi, mas exerceu uma ditadura de certa forma legal, pois os poderes de que dispunha tinha origem na lei. (...) a rebeldia contra a lei, que influi na revolução de 24 de novembro [*Revolta da Vacina*], é que não se justifica.¹⁰⁴

Duas coisas são destacáveis nessa passagem de Afonso Arinos: a primeira é que em nome do interesse coletivo, da salubridade e do bem-estar, o “progresso

¹⁰⁰ Convidado por Rodrigues Alves para assumir a prefeitura do Distrito Federal (1902/1906), esse engenheiro de origem aristocrática e rural vinha de um período na França. Foi lá que completou sua formação e presenciou as reformas da capital francesa realizada pelo prefeito Georges Haussmann, entre os anos de 1853 e 1870. Esse engenheiro é considerado o grande remodelador de Paris e ficou conhecido como o “artista demolidor”. Cf.: BENCHIMOL, L. P. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

¹⁰¹ FREIRE, A. **Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp. 123-125.

¹⁰² FRANCO, A. A. M. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 411.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 412.

do povo” era algo que não podia ser detido; a segunda é que ele procura dar legitimidade às medidas pelo simples fato de serem elas amparadas numa lei que ele mesmo reconhece como autoritária e que confrontava com outras leis vigentes. Fica a forte impressão que havia a compreensão, por parte das autoridades executivas, de que doses de autoritarismo, combinadas com leis arbitrárias e outros expedientes dacronianos, eram remédios necessários para debelar quaisquer empecilhos ao progresso da cidade e ao mesmo tempo proporcionar o bem-estar do “povo”. Uma espécie de “autoritarismo do bem”.

Soma-se ainda a este rol de expedientes legais impositivos a *Lei Alfredo Gordo*, de 1907, que determinava a expulsão de estrangeiros residentes a menos de dois anos no país e que colocassem em risco a segurança nacional, a tranquilidade pública ou que se envolvessem em contravenções penais como vagabundagem, lenocínio e mendicidade¹⁰⁵ em qualquer parte do território nacional. Antes desta data, foram incorporadas ainda emendas de ajustes ao Código Penal de 1890 como o *Decreto Lei 145* (1893) que autorizou a criação de uma Colônia Correcional para receber vadios e capoeiras encontrados na capital federal. Há também a aprovação da *Lei 1.628* (1899), que dava plenos poderes aos chefes e delegados de polícia para processarem *ex-officio* pequenos infratores de crimes corriqueiros ou contravenções. E por fim, há o *Decreto 4.753* (1903) que ampliava em muito os casos passíveis de contravenção aos já existentes no Código de 1890¹⁰⁶.

Para além do até discutível aspecto legal daquelas leis adotadas pelo prefeito, considero como pertinentes a estas circunstâncias citadas as observações de Maria Helena Patto, ao afirmar que “não era preciso que os pobres coubessem no Código Penal para que fossem alvo da sanha policial”¹⁰⁷. Ou seja, os sujeitos sobre os quais comumente incidiam estas normas, antes de serem atingidos pelo aparato jurídico, eram alvos do arbítrio policial. Muitos eram presos com frequência nas delegacias e logo soltos, sem que processos criminais fossem abertos contra suas pessoas. Existia uma espécie de círculo vicioso permanentemente

¹⁰⁵ Lei nº 1641, sancionada pelo presidente Afonso Pena em 07 de janeiro de 1907. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>>, acesso em 01º/11/07. Essa lei limitava e regulamentava o artigo 72 da Constituição de 1891: “A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”.

¹⁰⁶ SANTOS, M. S. **Os Porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande – 1894/1945**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 110 e ss.

¹⁰⁷ PATTO, M. H. S. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 13, nº 35, p. 167-198, jan./abr. 1999, p. 190.

retroalimentado pela lassidão de certas leis, pela arbitrariedade extralegal e pelas estratégias adotadas pelo mundo da criminalidade e das vítimas do exagero policial.

Se havia uma prática corriqueira de arbitrariedades por parte da polícia em relação aos pobres, com a adoção do estado de sítio esses arbítrios se tornavam ainda mais incisivos e ampliados, pois as autoridades militares e civis podiam tomar medidas de repressão, em nome da ordem pública, sem atentar para o mais mezinho ordenamento jurídico e legal vigente nas situações de “normalidade”, onde já vigoravam muitas leis consideradas abusivas.

O estado de sítio torna-se então em algo tão corriqueiro na vida política nacional que em discurso proferido no Senado, em 1898, Rui Barbosa levanta a questão em torno dos seus frequentes usos, e abusos, nos seguintes termos:

para que tem servido os estados de sítio? Primeiro, o estado de sítio de 1892, serviu para oferecer ao país o primeiro espetáculo de uma perseguição política praticada em nome do princípio republicano. Para que serviram os estados de sítio de 1893 e 1894? Foram esses estados de sítio que venceram a revolta? Não, a revolta foi vencida pelas armas, pela superioridade do número e da força, pelo heroísmo de nossos soldados. (...) o estado de sítio serviu apenas para encher de inocentes as prisões do Rio Janeiro; para criar à revolta simpatias que ela não tinha; para aumentar o círculo de rebeldes (...). Para que serviu o estado de sítio de 1897? Para que o governo saísse dele descrente de nossas instituições, acusando o poder judiciário, o Supremo Tribunal Federal, o Júri e o Congresso. A experiência do estado de sítio entre nós está feita. É uma arma temerosa e fatal (...). O governo não nos podia oferecer argumentos mais solenes do perigo que esta instituição encerra.¹⁰⁸

No entanto, Rui Barbosa considerava o estado de sítio um instrumento adequado à legislação de uma república como a brasileira, mas que deveria ser utilizado somente em momentos deveras críticos e com a devida parcimônia. Para ele, o estado de sítio quando adotado abria uma situação de excepcionalidade que modificava o estado constitucional do país; “mas não constitui um interregno, não suspende a Constituição”¹⁰⁹. Ou seja, suspender algumas garantias constitucionais não significava sustar a Constituição e torná-la nula por um determinado período, instaurando um vácuo legal onde tudo seria permitido ao executivo.

¹⁰⁸ BARBOSA, R. “Atos do poder executivo e seus agentes responsáveis por motivo do atentado de 05 de novembro de 1897”. Sessão de 22/09/1898. In **Obras completas de Rui Barbosa**. Volume XXV, tomo VI. Rio de Janeiro: MEC, 1953, pp. 115-117.

¹⁰⁹ BARBOSA, R. “Estado de sítio”. Sessão de 12/11/1897. In **Obras completas de Rui Barbosa**. Volume XIV, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde/DIN, 1952, p. 234.

Para além das filigranas interpretativas da lei, o fato é que desterrar continuava sendo uma prática comum usada pelo Estado brasileiro na penumbra do XIX e o alvorecer do século XX. E para locais não tão desconhecidos dos degredos e galés de outrora, como a Ilha de Fernando de Noronha¹¹⁰ e a Amazônia, onde navios passaram também a aportar deixando suas cargas de condenados e proscritos. Proscritos não somente da justiça e pela justiça, — pois estes eram em pequeno número, — mas de uma nova ordem política, moral e social que se institucionalizava, afetava hábitos arraigados, chocava-se com costumes e modos de vidas sedimentados, gerando múltiplos contrastes com questões que iam além do citado campo jurídico. O ponto comum é que os desterrados republicanos, assim como os degredos de antes, se assemelhavam como instrumentos de punição, correção e exclusão temporária ou permanente de determinados sujeitos indesejados e que, aos olhos das autoridades, tinham algum comportamento considerado “desviante”, perigoso à coletividade ou ao Estado.

1.3 - O primeiro ato: o estado de sítio de 1892 e os desterrados dos “canas graúdas”

Com a república, o desterro é comumente direcionado para a tentativa de extirpar de determinado meio social grupos e indivíduos identificados como afeitos às práticas da capoeiragem, da malandragem contumaz associada ao crime e à criminalidade¹¹¹ e das manifestações políticas contrastante com o *status quo*, num período em que o Brasil passava por amplas mudanças sociais e políticas.

É alicerçada no instrumento do estado de sítio que a recém implantada República brasileira irá praticar o desterro internamente, bem como o banimento e as deportações para outros países. Historicamente eram penas de origens bem

¹¹⁰ A ilha de Fernando de Noronha começou a receber oficialmente os fabricantes e introdutores de moeda falsa condenados à pena de galés na década de 1830. Os degredados militares condenados aos trabalhos públicos ou forçados e os sentenciados às penas de prisão simples ou com trabalho passaram a chegar ao arquipélago na década de 1850. Em 1877 sua administração passa do Ministério da Guerra para o Ministério da Justiça e este ministério então se empenhou em transformá-la em uma penitenciária civil. Ver: PESSOA, G.T.A. **Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos: 1833-1894**. Cadernos de Pesquisa 01. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996; COSTA, M. P. P. **O Caos surgirá da ordem: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império**. Dissertação de mestrado/CCHLA - UFPB. João Pessoa, 2007.

¹¹¹ Sigo aqui as distinções apontadas por Boris Fausto entre crime e criminalidade. O primeiro seria o fenômeno social na sua dimensão mais ampla e de caráter mais jurídico; o segundo é o fenômeno na

antigas, mas ancoradas em uma legislação específica e vigorando em outro contexto histórico e social. As primeiras vítimas premiadas com tal punição foram os adversários políticos de Floriano Peixoto, desterrados após o governo instituir o estado de sítio devido “comoção intestina” gerada pelos eventos de 10 de abril de 1892, ocorridos na capital da República.

Marechal Floriano Peixoto, segundo presidente republicano do Brasil, assumiu o poder em 23 de novembro de 1891 e não tergiversou em fazer uso desse expediente constitucional para, durante seu mandato, se livrar de alguns adversários políticos. O presidente anterior, Deodoro da Fonseca (1889-1891), renunciou ao cargo de presidente para preservar o país de uma possível guerra civil, segundo ele próprio afirmara ao justificar o seu ato¹¹². Floriano Peixoto deixou a condição de vice-presidente para assumir o posto em meio a uma crise de legitimidade¹¹³, realçada e agravada pelos seus adversários no Congresso e na imprensa – *Jornal do Commercio* e *O Paiz* – que pediam com insistência a realização de novas eleições presidenciais. A oposição mais contundente a Floriano Peixoto se encontrava em alguns parlamentares no Congresso Nacional e em órgãos de imprensa, através da pena ferina de alguns jornalistas e literatos¹¹⁴. O evento que desencadeou os desterramentos de 1892 foi aquilo que o governo chamou de “tentativa de golpe” no dia 10 de abril.

Nessa data, partidários do ex-presidente marechal Deodoro organizaram uma manifestação pública no centro do Rio de Janeiro com o pretexto de homenageá-lo, o que redundou em vários distúrbios resultantes do enfrentamento dos manifestantes com as forças do governo. Em meio aos discursos exaltados,

sua dimensão mais particular e de natureza mais sociológica. FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1890/1924)**. São Paulo: Edusp, 2001.

¹¹² Uma conspiração envolvendo militares opositores, entre eles Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk e Floriano Peixoto, com apoio do Partido Republicano Paulista e outro civil, levam a renúncia de Deodoro em abril de 1891, quando uma esquadra Armada comandada pelo almirante Custódio de Melo, com apoio em terra de unidades do Exército, força-o a este ato. Ver: FAUSTO, B. (org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1899-1930)**. Volume I, tomo III. São Paulo: DIFEL, 1984.

¹¹³ A Constituição de 1891 dizia que o vice não poderia assumir se o titular não houvesse completado metade de seu mandato (02 anos); caso contrário, deveriam ser convocadas novas eleições. Mas Floriano não convocou novas eleições e seu mandato acabou sendo referendado pelo Congresso, com o apoio do Partido Republicano Federal. Em seu governo, Floriano teve de enfrentar muitas revoltas como o Manifesto dos Treze Generais, a Revolta da Armada, e a Revolução Federalista (1893-1895). Cf.: CARONE, E. **A Primeira República (evolução)**. Volume II. São Paulo: Difel, 1971.

¹¹⁴ Senadores como o almirante Eduardo Wandenkolk e o marechal Almeida Barreto; os deputados Joaquim Seabra, Mena Barreto, Mata Machado, Jacques Ouriques, Manhães Barreto, Jesuino de Albuquerque e Silva Retumba; e, os escritores e jornalistas José do Patrocínio, Olavo Bilac e Pardal Mallet, este último dono do jornal opositor *O Combate*.

segundo registros de jornais, era comum se ouvir homenagens ao marechal Deodoro da Fonseca e insultos ao “tirano Floriano”, gritados em coro pelos manifestantes¹¹⁵.

O governo tomou a manifestação, e os consequentes enfrentamentos e distúrbios, como uma tentativa de golpe orquestrada por um movimento sedicioso que tinha como finalidade a deposição do presidente Floriano Peixoto. Controlados os distúrbios e as manifestações, o presidente da república já na manhã do dia seguinte, com data retroativa ao dia anterior, assina o *Decreto nº 791*, instituindo estado de sítio no Distrito Federal por 72 horas¹¹⁶.

Com fundamento nesse Decreto acontecem dezenas de prisões de civis e militares acusados de conspiração e sedição, com base nos *artigos 115, § 04º e 118* do Código Penal. O primeiro artigo, no seu *inciso 04º*, dizia que era crime de conspiração concertarem-se vinte ou mais pessoas para “oppor-se ao exercício das atribuições dos poderes legislativo, executivo e judiciário federal ou dos estados”¹¹⁷ e a pena era de um a seis anos de reclusão. Já o *artigo 118* determinava que constituía crime de sedição a reunião de vinte ou mais pessoas, armadas ou não, que se juntassem para “com arruído, violência ou ameaças constranger ou perturbar qualquer corporação política ou administrativa no exercício de suas funções”¹¹⁸. A pena para esse crime era de três meses a um ano de prisão aos líderes da sedição.

Mais uma vez, percebe-se que os artigos penais permitiam, por parte das autoridades e a favor delas, certa elasticidade interpretativa e serviam amplamente para enquadrar os acusados da hora em diversas tipologias criminais. Porém, para este caso o governo combinou os crimes comuns tipificados no Código Penal com o ato do estado de sítio, previsto na Constituição Federal, para aplicar a pena política do desterro aos acusados de provocar “comoção intestina” nas manifestações do dia 10 de abril. De imediato, os presos são encarcerados em fortes militares da capital federal (Fortes São João, Santa Cruz, Lage e Villegaignon).

Entre os presos havia jornalistas e escritores, mas o governo se apressou em explicar que “os jornalistas atingidos por aquele decreto não o foram por

¹¹⁵ PEIXOTO, S. **Floriano: memórias e documentos**. Volume IV. Rio de Janeiro: MEC, 1939.

¹¹⁶ O referido Decreto foi instituído com muita celeridade, pois foi assinado às 04h30min da manhã do dia 11 de abril, com data retroativa ao dia 10. E os desterramentos para o norte do país aconteceram já no fim da tarde do dia 12. JORNAL DO COMMERCIO. **Actos do poder executivo**, 12/04/1892, anno 70, nº 103, p. 01. Acervo da FBN.

¹¹⁷ FARIA, *op. cit.*, p. 63.

¹¹⁸ *Ibidem*, pp. 69/70.

quaesquer abusos que houvessem cometidos na imprensa, mas por actos positivos de conspiração e sedição, praticados fora do jornalismo”¹¹⁹. Nota-se uma preocupação por parte do governo em demonstrar que a liberdade de imprensa – desde que favorável ao governo – não tinha sido atingida pelo estado de sítio. O que não foi o caso dos jornais oposicionistas fechados, como *Cidade do Rio* e *O Combate*, este último dirigido por Pardal Mallet, cujo apelido era o de “D’Artgnan republicano”.

1.4 - Políticos, militares e jornalistas: de próceres da República a desterrados nos confins da Amazônia

No dia 13 de abril de 1892, por volta das 16h00min, foram embarcados no paquete¹²⁰ *Pernambuco* onze militares e treze civis e, entre esses últimos, antigos membros da elite imperial de outrora, os nobres conde da Leopoldina e barão Moniz de Aragão. O barco partiu da Baía da Guanabara tendo como guarnição de bordo oficiais e alunos da Escola Militar e Superior de Guerra, encarregados da segurança dos desterrados até o trajeto final. O restante dos presos ficou encarcerado em unidades militares no Rio de Janeiro. Para o governo de Floriano Peixoto, desterrar tornou-se a medida mais adequada e politicamente inteligente, pois serviu para esfriar os ânimos exaltados dos seus opositores e enviar para longe parte deles. Se apenas permanecessem presos pelos crimes de sedição e conspiração na capital federal, o governo continuaria a ter dificuldades pelo incômodo que essas pessoas tão importantes e conhecidas lhe causariam.

Destino da embarcação com os desterrados: Manaus, capital do estado do Amazonas. Nove dias depois de sair do Rio de Janeiro, o vapor *Pernambuco* fez escala na manhã do dia 22 no porto de Belém do Pará, onde os desterrados receberam a má notícia de que o pedido de *habeas corpus*¹²¹ coletivo impetrado no

¹¹⁹ JORNAL DO COMMERCIO. **Desterro de jornalistas**, 13/04/1892, anno 70, nº 104, p. 01. Acervo da FBN.

¹²⁰ Apropriação aportuguesada por sonoridade do termo inglês *Pocket boat*, usado para designar navios mercantes e de passageiros de médio porte, movidos a vapor, que geralmente faziam navegação de cabotagem.

¹²¹ Sobre o *habeas corpus* no Brasil ver: VIEIRA, J. R. “O instituto do *habeas corpus* como instrumento de alargamento da cidadania na Primeira República (1889-1921)”, pp. 225-262. In SAMPAIO, M. P. F. (et ali). **Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal**. Rio de Janeiro: UFF/TRF, 2006.

dia 18 de abril por Rui Barbosa tinha sido negado pela justiça. Talvez já contassem com a possibilidade de liberdade em Belém, mas ela não veio e foi preciso seguir viagem adiante até a cidade de Manaus. Chegaram à capital amazonense na noite do dia 28 de abril. De lá, eles foram redistribuídos em embarcações menores para rumarem para regiões de fronteira ermas e distantes daquele estado já no dia seguinte, conforme nos informa o *Jornal do Commercio* no dia 26 de maio:

No dia 29 passado chegou a Manaus o vapor *Pernambuco*, conduzindo os presos políticos desterrados para a fronteira do Amazonas. Ali deixarão¹²² o *Pernambuco* e no dia 30, às 6 horas da manhã, seguirão cada um o seu destino. Os desterrados para Tabatinga foram no rebocador *Jane* (...). Os deportados para Cucuhy, seguirão no vapor *Imperatriz Thereza* até Santa Isabel (...). Os deportados para São Joaquim, seguirão escoltados por uma lancha da flotilha, levando um destacamento de praças do 36º [batalhão]¹²³.

Os desterrados da recém implantada República seguiram para os pontos mais remotos da região amazônica, ao norte do país. Foram para as localidades de São Joaquim, Tabatinga e Cucuhy, no estado do Amazonas, conforme distribuição abaixo apresentada pelo *Jornal do Commercio* na época, com o título de *actos do poder executivo*¹²⁴:

1) Para São Joaquim, no Rio Branco, estado do Amazonas: marechal José Clarindo de Queiroz; tenente-coronel Antônio Adolpho de Fontoura Menna Barreto; tenente-coronel reformado Gregório Thaumaturgo de Azevedo; Antônio Joaquim Bandeira Júnior; José Elysio dos Reis; José Joaquim Ferreira Júnior; Bacharel Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes (barão Moniz de Aragão); Ignácio Alves Correa Carneiro;

2) Para Cucuhy, no mesmo estado e fronteira com Venezuela e Colômbia, Forte São José do Marabitanas, foram: marechal reformado José Almeida Barreto; coronel reformado Alfredo Ernesto Jacques Ouriques; major reformado Sebastião Bandeira; capitão reformado Antônio Raymundo Miranda de Carvalho; Dr. Joaquim J. Seabra; José Carlos do Patrocínio; Plácido de Abreu; Manoel Lavrador; Dr. Arthur

¹²² Como conservei a norma ortográfica da época em todas as transcrições, os verbos terminados em **ão** denotam o tempo passado e não o futuro, como atualmente vigora.

¹²³ JORNAL DO COMMERCIO. **Desterrados**, 26/05/1892, anno 70, nº 145, p. 01. Acervo da FBN. Observa-se que o jornal usa os termos *desterrados* e *deportados* como se fossem equivalentes. Técnica e juridicamente, como expressava o Código de 1890, a deportação só podia ser aplicada aos estrangeiros; aos nacionais, o banimento. O desterro era contemplado apenas na Constituição.

Na página anterior temos um mapa (*mapa 01*), atualizado, com o destaque para as cidades de Belém, Manaus e os principais rios amazônicos por onde passaram os célebres desterrados transportados do Rio de Janeiro até a Amazônia no vapor *Pernambuco*. Também se pode visualizar em destaques as localidades de Cucuí, Tabatinga e Boa Vista, cidade próxima à antiga vila Rio Branco (cerca de 32 km), que pertencia à época ao estado do Amazonas. Foram estes os lugares designados como locais de cumprimento da punição de desterro outorgada por Floriano Peixoto.

Como é possível perceber, pelas patentes e cargos de alguns, aqueles desterrados eram principalmente parlamentares e militares – ou as duas coisas juntas em alguns casos – que tinham participado na noite do dia 10 de abril do referido comício e das manifestações cuja finalidade, diziam eles, era apenas prestar homenagem ao ex-presidente Deodoro da Fonseca¹²⁵. Estes atos e seus desdobramentos levaram o país e a República a uma crise de estabilidade institucional muito forte diante das frações de forças políticas em disputas, que claramente pleiteavam a hegemonia do poder tendo o Estado¹²⁶ como teatro privilegiado. Instabilidade política e social foram aspectos marcantes nas primeiras duas décadas de república, tanto nas disputas intra-elites quanto na relação da população com o Estado. De acordo com Carvalho, a mudança de regime “projetou luz intensa sobre as novas realidades” e, continua ele, “trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites mas de camadas antes excluídas do jogo político”¹²⁷.

Esses conflitos intra-poder, marcados pelas disputas entre forças que muitas vezes estavam dentro do aparelho estatal, foi assim sintetizada por José Murilo de Carvalho:

Os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente. (...) pequenos proprietários, empregados, funcionários

¹²⁵ CARONE, *op. cit.*

¹²⁶ Para Elisa Reis, o processo de *state building* na Primeira República foi portador de avanços significativos quando comparado com o Estado imperial e que a propalada tese de redução do espaço público pelas oligarquias agrárias não pode ser considerada como um aspecto marcante. E ainda, que o fortalecimento do poder público e privado passou pela interação de ambos, construídos e mediados pelas elites hegemônicas daquele período. Cf.: REIS, E. P. “Poder privado e construção do Estado na Primeira República”, pp. 43-68. In BOSCHI, Renato (org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

¹²⁷ CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 16 e 22.

públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política (...) quebravam jornais, promoviam arruação, vaiavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram monarquistas, assassinavam inimigos¹²⁸.

É nesse contexto de conflitos e confrontos, de instabilidade institucional e de fragilidade governamental, que o próprio presidente Floriano Peixoto, em Decreto publicado no *Diário Oficial* do dia 13 de abril, assim justifica os desterramentos dos ilustres indigitados em crimes de sedição e conspiração, conforme legislação já citada:

Considerando que maus cidadãos, abusando das imunidades dos cargos em que os investiu a soberania nacional, atentam contra ela própria (...), que a situação melindrosa do país, ainda em período de reorganização política (...) mais imperiosa torna a necessidade de paz política. (...) importa de uma vez por todas encerrar o período de desordens e sobressaltos (...) que as medidas de rigorosa repressão, que a salvação pública impõe, traduzem os votos patrióticos de todos bons cidadãos civis (...) que as instituições republicanas, ainda ameaçadas por exploradores de todas as ruins paixões (...) não de ser mantidas a custo de quaisquer sacrifícios¹²⁹.

Como era comum com o degredo português no período colonial, também neste caso o lugar de desterro não era só distante e fronteiriço. Excetuando o *glamour* e a pujança das cidades portuárias de Belém e Manaus, provocados pela riqueza da borracha, a Amazônia também era um lugar “inferior” nas percepções de muitos homens daquele período. Partícipes dessa visão advogavam a tese de que haveria uma “rudeza” cultural dos seus habitantes e da região, que indistintamente era vista como um manancial de doenças tropicais endêmicas, com uma imensidão territorial marcada por significativa ausência do Estado nacional regulando o espaço e as pessoas. Seria, ainda nesta perspectiva, uma terra propícia para aventureiros de toda espécie e caráter, um lugar selvagem e ainda desconhecido.

Sobre os locais designados ao cumprimento da sentença, de forma resumida não é errado dizer que Cucuí era na época uma pequena vila situada à margem esquerda do alto Rio Negro, onde existia um posto militar avançado, distando pouco mais de um quilômetro da fronteira com a Venezuela. Local distante e difícil acesso até mesmo a partir da capital amazonense, pois de Manaus até

¹²⁸ *Ibidem*, pp. 22-23

¹²⁹ PEIXOTO, *op. cit.*, pp. 136-138.

Cucuí a viagem de barco durou cerca de um mês conforme atestam os desterrados para lá enviados.

Já o Forte São Joaquim do Rio Branco, erigido por portugueses em 1775, estava localizado na confluência do rio Branco com o rio Arariquera, situado no interior do que hoje é o estado de Roraima, próximo também da fronteira com a Venezuela e “toda população logarejo será hoje de umas 50 a 80 pessoas, pela máxima parte tapuia, isto é, índios e seus filhos, já semi-civilizados”¹³⁰, conforme avalizava um observador anos depois. Por sua vez, entre as três, Tabatinga era considerada a povoação mais desenvolvida e populosa à época. Estava encravada às margens do Rio Solimões, já próxima à tríplice fronteira peruana, brasileira e colombiana.

Vale observar o que narra o *Jornal do Commercio* do dia 26 de maio, ao fazer cobertura sobre os reclames dos desterrados a respeito dos locais para onde deveriam seguir e cumprir suas penas impostas pelo Governo Federal:

No *Diário de Manaus* publicarão os prisioneiros um protesto, dirigido ao capitão-tenente commandante militar do vapor *Pernambuco*, contra a execução que vai ter a pena de desterro. Allegarão os desterrados que Cucuhy é um deserto, não tem casas nem hospedaria, nem habitação, por mais modesta e menos confortável, em que os desterrados se abriguem. Não há também comércio em que estes possam prover-se dos gêneros de primeira necessidade. O *Commercio* (jornal) fez a seguinte referência à recepção dos deportados: em Manáos, a notícia da chegada do *Pernambuco*, foi recebida com frieza, não aconteceu o mesmo no Pará, onde os presos, ao ser permitida a entrada a bordo às pessoas munidas da precisa autorização, forão visitados por pessoas de todas as classes¹³¹.

Mas aquele foi um desterro *sui generis*, dada as posições sociais dos punidos: eram militares de alta patente, parlamentares e pessoas de renome, como os escritores Pardal Mallet, José do Patrocínio e o deputado Joaquim Seabra, este futuro ministro da justiça no governo de Rodrigues Alves. Ao chegarem às cidades de Belém e Manaus, os desterrados aproveitam para ecoar na imprensa seus protestos sobre as condições adversas que encontrariam nas localidades para as quais estavam sendo enviados para cumprimento das penas. Não reclamavam tanto

¹³⁰ *Ibidem*, p. 145. Cabe ressaltar que quando o autor diz *hoje* é em relação ao momento em que escreve sua obra, publicada no ano de 1939.

¹³¹ JORNAL DO COMMERCIO. 26/05/1892, p. 01, *op. cit.* Acervo da FBN.

da condição de desterrados, mas antes de tudo dos lugares para onde rumavam a contragosto explícito.

Tais atitudes seriam impensáveis se os desterrados não tivessem o estofo social e político semelhantes aos dos seus adversários no governo. Não fossem também, na sua maioria, homens que havia pouco tempo tinham sido condestáveis do regime republicano recém implantado. Faziam questão de deixar claro que não eram desterrados comuns, que os lugares aos quais foram destinados para o cumprimento da punição eram remotos demais, sem as mínimas condições de recebê-los com a dignidade exigida e com o que suas posses pecuniárias podiam comprar, para dar-lhes o conforto devido. Mas não houve alternativa, senão cumprir inicialmente as punições determinadas nas vilas indicadas, exceto o caso de Cucuí, como já me reportei anteriormente sobre os motivos pelos quais os designados para lá não chegaram até aquela vila.

O jornal *Democrata do Pará*, no dia 07 maio, também reverbera a situação dos desterrados e de uma maneira bastante enfática coloca-os como mártires da república, classificando-os como homens desapegados de quaisquer interesses que não fossem para o bem da pátria, pois

peessoa insuspeita nos comunica que aqueles esforçados obreiros da República [os *desterrados*], uma vez sequer, a bordo ou em terra, se mostraram abatidos sob a pressão da adversidade que os arrancou do seio de suas famílias estremecidas. Uma vez ou outra diziam: “amigos, amigos, tudo pela pátria”¹³².

Porém, este afetado tom piedoso e patriótico que é dirigido aos desterrados não fez eco em outros jornais de Manaus e Belém, que ficaram claramente ao lado do Governo Federal e adotaram um tom sóbrio a respeito do desenrolar da viagem e de suas personagens vistas como anti-florianistas empedernidos.

Para cumprirem suas punições, cada um dos três grupos de desterrados recebeu uma farta feira de gêneros alimentícios e grande quantidade de utensílios de cozinha e mesa, com alguns itens até luxuosos e supostamente impensáveis para pessoas que estavam na condição de desterrados. Entre outras compras, foram adquiridos na casa comercial *P. P. J. H. Andersen*, por conta do governo amazonense, produtos caros e ostentosos como caranguejos, ostras, bacalhaus, lagostas, vinhos finos, conhaques, cervejas, prataria, louças e cálices de cristais,

¹³² *apud* SAMIS, *op. cit.*, p. 141.

gelos em barra, frutas em caldas importadas e outros apetrechos, como inusitadas palmatórias que ainda faziam parte do *Kit* dos desterrados. Não foi possível saber para que tipo de uso elas se destinavam: se para alguma prática de auto-imolação ou se o conde da Leopoldina, que levou criados, usava-as para castigá-los diante de alguma falta para manter clara sua condição de nobre avulso diante dos seus serviçais.

Mas até onde foi possível mapear, o conde da Leopoldina tivera apenas ressaltadas suas qualidades de homem bondoso. E como cabe o trocadilho, de atos dotados de nobreza, conforme narra o *Jornal do Comércio* ao afirmar que o “ilustre capitalista conde Leopoldo, nosso amigo de tempos mais felizes, dando expansão aos impulsos de seu coração nobre e generoso, gratificou todo o pessoal da câmara e convés do paquete que o transportou a Santa Izabel”¹³³.

Cada uma dessas compras saiu ao custo de 2:441\$340¹³⁴, totalizando juntas 7:324\$020, já que eram três ranchos iguais destinados para cada uma das comitivas de desterrados, enviados respectivamente para Tabatinga, Cucuí e São Joaquim. A previsão dada na nota era de que cada um dos ranchos aviados durasse quarenta dias, mas findaram bem antes do prazo previsto. Isto acabou gerando novas cartas de protestos por parte dos afamados desterrados nos jornais de Manaus e Belém, nas quais denunciavam que estavam passando fome e alguns até enfrentando doenças¹³⁵.

O próprio governador amazonense, capitão Eduardo Ribeiro, se encarregou de providenciar os ranchos por conta do erário público, certamente com anuência do Governo Federal, a quem ele cientificou em telegrama no dia 30 de abril dirigido ao próprio Floriano Peixoto que os “presos seguiram com todas as comodidades possíveis. Mandeí preparar ranchos magníficos para 40 dias nos fortes. Para viagem mandei também preparar boa mesa”¹³⁶.

¹³³ *Idem*, p. 141

¹³⁴ Ou seja, dois contos, quatrocentos e quarenta e mil e trezentos e quarenta réis em moeda de época.

¹³⁵ JORNAL DO COMMERCIO. **Desterrados**, 26/05/1892, *op. cit.* Acervo da FBN.

¹³⁶ PEIXOTO, *op. cit.*, p. 158.



Foto 01: Desterrados no vilarejo de Santa Izabel (AM), nas margens do Rio Negro. À frente, da esquerda para a direita observa-se o major Sebastião Bandeira (sentado), o escritor José do Patrocínio, o deputado J. J. Seabra (futuro ministro da justiça), Manuel Lavrador (segurando uma arma), marechal Almeida Barreto (sentado), coronel Jacques Ouriques e Campos da Paz. Autoria desconhecida. **Fonte:** PEIXOTO, 1939, p. 212.

Os telegramas para o Rio de Janeiro continuaram frequentes nos dias que se seguiram. Em 08 de agosto o governador se dirigiu ao presidente e afirmou que “comunicações vindas comandantes fronteira deportados [sic] continuam gozando saúde, teem seguido abundantes remessas gêneros alimentícios, nada lhes tem faltado”¹³⁷. Percebe-se que as informações — contrastando com a dos desterrados — não são demonstrações gratuitas de subserviência do governador, mas parece que ele foi designado como interlocutor e informante privilegiado do presidente Floriano Peixoto das notícias do Norte sobre os desterrados. Certamente as medidas que ele tomou contaram com a anuência antecipada do presidente ou foram ordenadas por este.

Na foto (*foto 01*) acima, aparece parte do grupo de desterrados para Cucuí. De um total de dez pessoas, é possível ver na imagem apenas sete delas na localidade de Santa Izabel, próxima de onde deveriam cumprir a pena. Estão

¹³⁷ *Ibidem*, p. 160.

ausentes da foto o conde da Leopoldina, o capitão Antônio Raymundo Miranda de Carvalho e Plácido de Abreu.

Não se sabe o porquê da falta deles na imagem: se por falha no enquadramento, ausência deliberada, atitude consciente do fotógrafo ou posterior manipulação da imagem. Mas se percebe que do lado direito de Sebastião Bandeira há alguém sentado em uma cadeira, junto com o restante dos fotografados. Entre esses, percebemos claramente um deles portando arma e todos em trajes e poses que procuram preservar, mesmo em tal situação, o relevo de suas condições sociais. Atrás, próximos à choupana podem ser vistos dois homens negros que provavelmente prestavam serviços ao grupo. Embora não existam provas cabais para associá-los a essa possibilidade, lembremos que o conde da Leopoldina levava seus criados para lhes auxiliar e servir. Portanto, não é de todo absurda a hipótese deles serem criados do referido conde.

1.5 – A defesa dos acusados: Rui Barbosa assume a causa dos célebres desterrados

Mas é necessário voltar alguns dias antes novamente à cidade do Rio de Janeiro, para melhor compreender essa trama envolvendo os desterrados e seus agentes na capital federal. De imediato ao estado de sítio, os eminentes desterrados contratam como advogado o renomado jurista e político Rui Barbosa, que no dia 18 do mês de abril entra com uma petição de *habeas corpus* coletivo em favor de seus clientes – que ele chama de vítimas – junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. O ponto central da tese encampada por Rui Barbosa é a alegação de que seus contratantes foram presos ilegalmente e retirados em constrangimento de seus lares e da cidade onde residiam, numa afronta clara às leis vigentes.

No texto da petição ele distribui sua clientela de desterrados em 03 categorias, relacionadas às estratégias de defesa: 1) os que foram presos antes do estado de sítio; 2) os considerados como incursos em prisão pela declaração oficial que encerrou o estado de sítio; 3) os presos durante o estado de sítio¹³⁸.

¹³⁸ BARBOSA, R. “Petição de *habeas corpus*”. In **Obras completas de Ruy Barbosa: discursos parlamentares**. Volume XIX, tomo III, ano de 1892. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p. 19.

No primeiro caso estavam os deputados José Joaquim Seabra; deputado coronel Adolfo da Fontoura Mena Barreto; Dr. Campos da Paz; Dr. Clímaco Barbosa; José Carlos Pardal de Medeiros Mallet; Olavo Bilac; Manuel Lavrador; Severiano Rodrigues da Fonseca; José Elísios dos Reis; José Joaquim Ferreira Júnior; Constantino de Oliveira. Destes, apenas o poeta Olavo Bilac e Clímaco Barbosa permanecem na capital federal após o dia 13 de abril, presos no Forte Lage.

Para a defesa deste grupo o causídico começa contestando o dia e hora de vigência do Decreto que instaurou o estado de sítio. Ele alega que o mesmo foi outorgado por um prazo de 72 horas e, cessado este prazo, no entender de Rui Barbosa, seus clientes deveriam ser libertados, pois pela Constituição vigente, em seu *artigo 80*, a suspensão dos direitos constitucionais se daria somente por tempo determinado. Como o Decreto foi promulgado na manhã do dia 11, para Rui Barbosa, as prisões efetuadas antes disso seriam ilegais e, portanto, passíveis de nulidade por não estarem acobertadas por tal medida.

Como alguns de seus clientes eram parlamentares, considerou Rui Barbosa que “se o deputado ou senador, no momento da prisão, estava na plenitude de gozo das suas imunidades legais, o ato do governo, prendendo-os, importa o crime de abuso de poder”¹³⁹. Discute ainda que as medidas tomadas não se adequavam ao crime de sedição, pois ele alega que o movimento morrera antes de produzir consequências suscetíveis desta ou qualquer outra penalidade. Ou seja, ele quis dizer que poderia ter havido a intenção, mas ela não se concretizou porque o governo interveio e se antecipou a um crime que poderia ter ocorrido, mas que ficou apenas como potência liquidada antecipadamente pelo governo.

Para o segundo grupo, Rui Barbosa explicou que mesmo findo o estado de sítio as prisões prosseguiram. Portanto continuou a existir de forma ilegal, nos seus dizeres, a caçada policial aos acusados. Cita como exemplo a “caçada policial” consumada com a prisão do almirante Eduardo Wandenkolk, ocorrida apenas no dia 14 de abril. Daí ele lança um apelo aos juízes do STF para que defendessem a constitucionalidade ameaçada pelo arbítrio do estado de sítio, ao dizer: “senhores juízes, salvai, com a lei, a sociedade brasileira”¹⁴⁰.

Segundo Rui Barbosa, a Constituição em vigor não previa deportação e desterros após o fim do estado de sítio, o que era patente perceber na leitura do

¹³⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 28.

artigo 80. Para fundamentar seu arrazoado jurídico ele cita de cor o trecho constitucional referente a esta questão: “a constituição estatui: não prendereis, nem desterrareis, senão durante a suspensão das garantias. Mas o governo restabelece as garantias, e continua a deter e degredar cidadãos, como se elas estivessem suspensas”¹⁴¹. Percebe-se, mesmo nas palavras escritas e num texto formal de petição, que Rui Barbosa usa o termo *degredar* para se referir à medida imputada aos seus clientes. Ou ele quis tomar os termos como equivalente no linguajar comum da época ou ainda, mostrar o exagero daqueles desterramentos ao compará-los com o degredo de outrora e assim apontar o quão eram ilegítimos. Ou também, aludir que a República era capaz de cometer contra cidadãos abusos semelhantes a uma pena já abolida da lei brasileira.

Aqui cabe fazer um comentário a partir das observações de natureza constitucional, apontadas por Rui Barbosa, acerca dos desterramentos na República e sua relação com medidas como o degredo de outrora. O desterro na República brasileira era algo que trazia de fato o signo da excepcionalidade, pois era uma medida só adotada durante as suspensões de certas garantias constitucionais. Era algo presente apenas na Constituição, e não no Código Penal. A sua motivação originária era de natureza política, e não criminal. Já o desterro e o degredo vigentes no período colonial e imperial tinham outra característica: foram medidas essencialmente punitivas de determinados tipos de crimes (civil ou público, penal, religioso e moral), que eram aplicados dentro daquilo que aqui chamarei de “normalidade jurídica”. Ou seja, não era preciso alterar a institucionalidade para tais práticas.

Para os inclusos no último grupo, Barbosa levanta três aspectos para fazer a defesa de seus clientes: 1) o estado de sítio não observou as condições essenciais de constitucionalidade; 2) portanto, derivada dessa inconstitucionalidade anterior, o STF seria o órgão competente para reconhecê-la; 3) findo o estado de sítio, deveria começar para os detidos políticos o direito ao julgamento, segundo as formas usuais do processo com o embasamento centrado no Código Penal.

Nestes três casos, era possível obter a concessão do *habeas corpus* nos dizeres do renomado causídico. De acordo com ele, não houvera uma agressão, uma gota de sangue derramado, nenhuma arma dirigida contra ninguém nos eventos do dia 10 de abril, e o entusiasmo dos manifestantes expandira-se somente

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 30.

em aclamações e apupos. E complementa: “ora, sem o perigo, e perigo geral para a pátria, e perigo iminente, é constitucionalmente ilegítima a suspensão de garantias”¹⁴². É uma crítica dirigida claramente contra a decretação do estado de sítio, que criou as condições para que houvesse aqueles desterros.

Mas o jurista admite também que se, em tese, fossem verdadeiros os crimes de sedição e conspiração, estes seriam enquadrados como fato policial, regido pelas leis criminais vigentes, e não pelo direito político [*estado de sítio e desterros*]. Rui Barbosa alertava aos magistrados, de maneira óbvia, que a sedição estava tipificada no Código Penal, que em seu *artigo 121* deixava bem claro de como se deveria proceder nesse caso:

... e, quando a autoridade policial for informada de alguma sedição, irá ao lugar, acompanhada do seu escrivão e força, e, reconhecendo que a reunião é ilícita, e tem fins ofensivos da ordem pública, o fará constar às pessoas presentes, e as intimará, para se retirarem (...) se a autoridade não for obedecida, depois da terceira admoestação, empregará a força, para dispersar o ajuntamento, e mandará recolher à prisão preventiva os cabeças¹⁴³.

Ele conclui então seu raciocínio de interpretação jurídica fazendo um adendo para as consequências dos atos tomados pelo governo, procurando dar clareza para a excepcionalidade dos efeitos do estado de sítio, cujo uso não poderia ser assemelhado a uma sentença condenatória igual às existentes no Código Penal:

a detenção e o desterro, facultados ao poder executivo, são medidas de repressão, e não penas. São providências conducentes a obstar o mal, e não sofrimentos destinados a expiar delitos. São instrumentos restauradores da paz, e não meios de castigar criminosos. **São atos de alta polícia política e não sentenças** [*grifos meus*]. Constituem apenas funções de administração; não significam exercício de judicatura. Não envolvem qualificação de culpa: implicam apenas coibição de desordens sociais¹⁴⁴.

Na conclusão de sua peça jurídica, Rui Barbosa alega que o governo exerceu contra os presos que ele defendia a ostentação de uma crueldade inútil. Elegendo-lhes para o desterro, segundo ele, locais de climas que eram “morte para homens do sul”. Locais alagadiços, onde “a aluvião periódica das invernias deposita envenenamentos fatais”, paragens ermas, habitadas somente pelas guarnições dos

¹⁴² *Ibidem*, p. 63.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 64.

presídios e pelos “selvagens da floresta”. Homens desterrados para confins remotíssimos, cuja viagem custava meses, “através das regiões mais doentias e, só da capital do Pará, demora perto de 500 léguas”¹⁴⁵, complementa. Esse conjunto de representações explicitadas por Rui Barbosa sobre os lugares que o governo escolheu para mandar os desterrados eram elementos que, na sua visão, agravavam ainda mais a situação de seus clientes punidos pela “alta polícia política”.

Mas os apelos jurídicos compostos de um exacerbado tom humanitário não surtiram efeitos, pois a maioria simples do pleno do STF preferiu não se intrometer na questão em favor dos desterrados, negando o pedido de *habeas corpus* coletivo, rejeitando-o por apenas um voto de diferença. Na resposta, os membros do STF justificam que foram tomadas pelo governo “medidas de segurança”, de “natureza transitória” e que não caberia ao judiciário fazer ingerência em questões que diziam respeito apenas ao legislativo e ao executivo. Pelo aspecto legal, evidencia-se aí que o judiciário — mesmo com votação apertada — reconhecia sua incapacidade de arbitrar algo (desterro e estado de sítio) que fugia de suas prerrogativas; pelo lado político, não queria criar nenhum obstáculo ou cizânia com os outros poderes. Terminava então a luta jurídica, restava aos desterrados ainda batalha política.

Uma luta que na verdade dependia muito mais de uma vontade política do presidente, em consonância com o Congresso Nacional, do que qualquer tipo de protesto por parte dos desterrados via imprensa, como vinham fazendo. Meses depois, no dia 05 de agosto do mesmo ano, o presidente assina o Decreto que já tinha sido aprovado no Congresso Nacional dias antes e que concedia a anistia aos desterrados nos seguintes termos:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução: artigo 01º. É concedida anistia a todos os cidadãos implicados nos acontecimentos que motivaram o decreto executivo de 10 de abril deste ano, declarando em estado de sítio a Capital Federal¹⁴⁶.

Semanas depois de assinado o ato de anistia, o governador amazonense Eduardo Ribeiro notifica ao presidente o “mau comportamento” dos anistiados ao retornarem à Manaus, já cientes da notícia de que estavam reabilitados da diáspora

¹⁴⁴ *Ibidem*, pp. 68-69.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 80.

¹⁴⁶ PEIXOTO, *op. cit.*, p. 188.

à qual foram submetidos. Em telegrama datado de 27 de agosto ele comunica ao presidente que “Seabra, Lavrador e outros anistiados teem pronunciado discursos violentos contra vosso patriótico governo”. Mais à frente ele finaliza seu enredo dizendo que “um grupo de despeitados aclamou Menna Barreto presidente da República. Houve grande desfrute nessa ocasião, Barreto aceitou agradeceu comovido! Todos se dizem dispostos novas lutas”¹⁴⁷. Isso parecia antever que novos conflitos e novos estados de sítio viriam mais adiante.

A anistia concedida funcionou então como a abertura de uma cela sem portas, que possibilitou o regresso de todos à capital da República. Depois de dias de viagem pelo rio Amazonas e pela costa brasileira, no dia 20 de setembro, após cerca de cinco meses de ausências dos seus afazeres e dos seus lares, os desterrados anistiados desembarcam no porto do Rio de Janeiro. Prontos para a rotina das suas atividades e para o concerto de novas batalhas, como alguns chegaram a afirmar em Manaus, segundo as palavras do governador Eduardo Ribeiro.

Pode se dizer que aqueles desterros foram medidas de repressão essencialmente política, moderada e leniente na fiscalização do seu cumprimento quando comparada a outros que foram imputados às pessoas comuns em momentos posteriores de revoltas na capital da República. Não é errado afirmar que, em certo sentido, os desterros de 1892 tiveram alguma semelhança ao ostracismo¹⁴⁸ presente no mundo grego antigo, já que os condenados não perderam os bens econômicos e os ganhos, dispondo deles para seus usufrutos enquanto cumpriam a punição, escreveram o que quiseram na imprensa e o governo ainda se encarregou de pagar-lhes a alimentação, que estava bem distante de ser apenas de gêneros de “primeira necessidade”.

Há também certa relação com o degredo português, que fazia diferenciação e estabelecia trabalhos infames e perigosos entre os degredados dos estratos sociais inferiores, chamados de “gente baixa” e aqueles chamados de “gente de qualidade”, como os capitães, cavaleiros, escudeiros e serviçais do rei, que

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 195.

¹⁴⁸ Na sua origem, o ostracismo grego era o afastamento da cidade por dez anos do cidadão. Era uma medida de precaução política, adota para tolher a popularidade ou proeminência de determinado homem público pelos serviços prestados à cidade. Tinha a medida ares de honorabilidade para aquele que a recebia. Era uma cautela contra a possibilidade de exacerbação do poder e do apego aos cargos públicos. Cf. MELO, 1940, *op. cit.*, p. 1940.

realizavam somente aquelas tarefas mais adequadas às suas estirpes¹⁴⁹. No caso dos militares desterrados, estes continuaram com o porte de suas armas e receberam normalmente seus soldos de reformados, alguns investindo até em bens imóveis na Amazônia e, não realizaram nenhum tipo de trabalho obrigatório. A anistia concedida posteriormente possibilitou, inclusive, que eles retornassem até mais fortes politicamente à vida pública na capital federal.

Mesmo antes, durante a viagem e depois da chegada deles à Amazônia, eles puderam expressar seus descontentamentos e as alegadas situações de penúrias através de cartas publicadas nos jornais de Belém e Manaus, que acabavam ecoando também nos jornais do Rio de Janeiro. Os próprios desterrados se viam ainda numa situação especial diante da lei, conforme é possível inferir desse caso a seguir.

Numa carta, de 30 de junho de 1892, dirigida ao dono do jornal *Democrata do Pará*, Sr. Regalado Batista, os desterrados para São Joaquim pedem que o mesmo dê publicidade a um fato ocorrido na cidade de Boa Vista, onde se encontravam. Afirmavam na missiva que o delegado de polícia em Boa Vista queria prendê-los pelo fato deles estarem fora do lugar determinado para o desterro, no caso São Joaquim. E que aquela autoridade policial estava “fazendo essa comunicação na rua, em voz alta e de modo insultuoso acompanhado de grosseiras ameaças, foi repellido com toda energia pelo Sr. Elísyo dos Reis, que soube manter sua posição de desterrado e não de preso, como quer o delegado”¹⁵⁰.

Nesse caso, a atitude enérgica de Elísyo Reis estava de acordo com sua propalada má fama conservada há tempos diante das autoridades do Rio de Janeiro da sua época. Ele era o bem nascido e relacionado capoeira português *Juca Reis*, conforme nos explica José Falcão:

Famoso e terribilíssimo (...) um autêntico marialva, filho de um dos mais ricos representantes da colônia lusa no Rio de Janeiro, o Conde de São Salvador de Matosinhos. Juca Reis, assim como aconteceu com vários outros portugueses que apreciavam o batuque frenético dos atabaques, foi preso pelo crime de “capoeira”. Essa prisão resultou na primeira crise ministerial da recém criada República. Marechal Deodoro da Fonseca atribuiu ao primeiro Chefe de Polícia da República, Joaquim Sampaio Ferraz, a delicada missão de exterminar os capoeiras na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴⁹ CRUZ, M. A. L. “Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do século XVI”. In **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, pp. 169-184, 1999.

¹⁵⁰ *apud* SAMIS, *op. cit.*, p. 142.

Juca Reis foi um deles. Seu pai era amigo íntimo do General Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, que não concordou com a prisão do filho de seu amigo e se rebelou contra o governo, causando a primeira grave crise ministerial da República¹⁵¹.

Percebe-se que manter “a posição” não era apenas simples retórica daqueles homens colocados em diáspora nos limites da região amazônica brasileira. Faziam questão de chamarem a si próprios de desterrados, e não de *presos*¹⁵², pois de fato não estavam encarcerados. Estavam cumprindo uma punição política, cujo local de internação era predeterminado e geograficamente delimitado e não, uma sentença penal. Consideravam-se e “patriotas” excluídos momentaneamente do centro do poder republicano. Portanto, julgavam que não poderiam ficar submetidos a um delegado de polícia do interior amazonense, pois “esse agente do governo não sabe a diferença que há entre preso e desterrado e me parece que também não o sabe o governador [*Eduardo Braga*]”¹⁵³.

Eles se consideravam perseguidos políticos e procuravam afirmar, cada um a sua maneira, ter folha corrida de serviços patrióticos prestados à nação. Para parte deles, o desterro serviu como um ativo político a ser usado futuramente, na condição de vítimas do governo de Floriano Peixoto. Com exceção de alguns, boa parte era composta de homens que abraçaram a causa republicana ainda no Império e combateram a escravidão, como é o caso do jornalista e escritor José do Patrocínio. Mas esse, até onde se sabe, não se lamentou ou se manifestou em nenhum momento por meio da imprensa durante seu exílio em terras do norte e nem na volta.

As privações materiais, de acordo com Samis¹⁵⁴, atingiram uma minoria dos sentenciados. O coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, por exemplo, teria aproveitado seu curto tempo de desterrado para comprar em sociedade uma fazenda de gado, ao custo de 20:000\$ (vinte contos de réis)¹⁵⁵. Ele inclusive é uma personagem que reaparece neste trabalho relacionado diretamente ao desterrados

¹⁵¹ FALCÃO, J. L. C. “Fluxos e refluxos da capoeira: Brasil e Portugal gingando na roda”. In **Revista Análise Social**, Lisboa, Volume XL, nº 174, pp. 111-133, 2005, p. 115.

¹⁵² JORNAL DO COMMERCIO. **Os Desterrados políticos**, 30/07/1892, anno 70, nº 211, p. 01. Acervo da FBN.

¹⁵³ *Idem. Ibidem.*

¹⁵⁴ SAMIS, *op. cit.*, p. 142.

¹⁵⁵ JORNAL DO COMMERCIO, *op. cit.*

para o Acre: era prefeito do Departamento do Alto Juruá em 1905, localidade que recebeu parte dos desterrados da *Revolta da Vacina*.

Os civis, excetuando os jornalistas, eram homens que tinham recursos financeiros acima da média e eram bem relacionados na capital federal. O mais rico de todos, provavelmente, era o conde da Leopoldina, um rico banqueiro e industrial de origem inglesa chamado Henry Lowndes, que fizera sua fortuna durante o Império. Tirando talvez o fausto das compras com as quais foram agraciados pelo governo amazonense, foi um desterro parecido também ao de muitos nobres e ricos portugueses de outrora, cuja condição econômica e social era um fator significativo de distinção do rigor da pena e da possibilidade de atenuantes e perdão. Algo que não aconteceu com os homens e mulheres simples, que desprovidos de recursos e boas relações entre aqueles que realmente mandavam, foram desterrados aos montes anos depois para a mesma Amazônia, sem perdão e sem retorno ao Rio de Janeiro, de onde partiram de forma avulsa.

1.6 – Epílogo: os reabilitados de 1892 em cena novamente nos anos de 1904 e 1910

Como já foi ressaltado, muitas das personagens desterradas por Floriano Peixoto tinham destacados papéis na República ou eram reconhecidos por aquilo que faziam nas suas atividades privadas. Alguns daqueles antigos desterrados estiveram no olho do furacão em eventos subsequentes, que continuaram convulsionando a capital federal e abalando a República.

Rui Barbosa, que já tinha sido ministro da Fazenda durante o governo provisório e membro da Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1891, tornou-se um ferrenho opositor do florianismo¹⁵⁶ — em particular — e do militarismo na política de forma geral. Defensor jurídico dos desterrados, como foi visto, já em 1893 ele foi obrigado a se exilar do país, retornando somente em 1895. Assumiu o senado nesse mesmo ano e dedicou-se com empenho às causas republicana, constitucionais e ao civilismo (poder político dos civis). Em relação às revoltas da *Vacina* (1904) e da *Chibata* (1910), o advogado e senador se constituiu em uma voz parlamentar quase solitária na crítica aos governos de Rodrigues Alves

¹⁵⁶ Sobre o surgimento, aspectos e herança do florianismo ver: PENNA, L. A. **O Progresso da ordem: florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

e Hermes da Fonseca, ao cobrar explicações sobre os usos dos estados de sítios e dos desterros para a Amazônia de sujeitos pobres, desconhecidos e mal afamados.

Mesmo assim, Rui Barbosa votou a favor dos estados de sítio em 1897¹⁵⁷ e 1904, pois entendia que nos dois casos a situação política necessitava da aplicação daquela medida. Mas logo após as vigências daqueles estados de sítio, passou a criticar o que ele considerou como excessos do poder executivo. Já em 1910 ele vota contra o estado de sítio, pois pondera então que naquela ocasião a República não corria o perigo que correria nos anos anteriores supracitados. Junte-se a esta justificativa o fato de anos antes, em 1905, ele ter feito um discurso no senado em que declarava de forma peremptória que: “tornei a dá-lo [*estado de sítio*] no ano passado. Não darei nunca mais a governo algum”¹⁵⁸.

O militar Antônio Adolpho F. Mena Barreto, já como general, em 1910 comandou um destacamento militar sediado no Arsenal da Marinha que deu combate aos marinheiros sublevados na Ilha das Cobras, participantes do acontecimento conhecido como *Revolta da Chibata* ou, *Revolta dos Marinheiros*.

José Joaquim Seabra, por exemplo, foi ministro da Justiça (1902/1906) no governo de Rodrigues Alves, de Viação e Obras Públicas (1910/1912) no governo Hermes da Fonseca e governador da Bahia entre 1912 e 1916. Mas, à luz do que estou tratando, sua presença como ministro da justiça é mais significativa, pois este cargo o envolveu diretamente nas medidas de desterros dos implicados na *Revolta da Vacina* para o Acre.

Quanto a Gregório Thaumaturgo de Azevedo, já como coronel, foi designado pelo Governo Federal, em 1904, prefeito do Departamento do Alto Juruá, no recém incorporado Território Federal do Acre. Foi ele quem recebeu em 1905 os 366 desterrados na recém fundada cidade de Cruzeiro do Sul, sede do departamento do Alto Juruá. Mais tarde, exerceu o mandato de deputado pelo

¹⁵⁷ Rui Barbosa mais uma vez advogou em favor dos desterrados para Fernando de Noronha. Entre estes estavam o senador João Cordeiro, os deputados Barbosa Lima e Alcindo Guanabara, Barão de Sant'Anna Nery, major Thomaz Cavalcanti de Albuquerque e José de Alexandre Maranhão. Cf.: BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXV, tomo IV, 1898. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948, p. 181.

¹⁵⁸ Sessão de 05 de agosto de 1905. In BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXXII, tomo I, 1905. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, p. 09

Amazonas por quatro legislaturas, comandou ainda a Região Militar da Bahia e a Brigada Policial do Rio (1909), entre outros cargos¹⁵⁹.

Esses, como outros, seguiram exercendo suas atividades políticas através de nomeações e indicações. Servindo ou se opondo aos governos que sucederam Floriano Peixoto, presidente que deu início a um período da infante República marcado por contrastes e confrontos entre essas forças políticas. Isso permitia que, vez ou outra, estratos sociais subalternos fossem engolfados pelo turbilhão que vinha de cima. Sobre essa questão remeto, para finalizar, a uma passagem de Euclides da Cunha que creio ter o poder sintetizar um pouco do que está sendo tratado até aqui, indicando ainda elementos para algumas questões que serão discutidas mais adiante. Na sua obra *Os Sertões*, assim ele analisa o governo de Floriano Peixoto e seu legado para a vida política nacional:

agia inteiramente fora da amplitude da opinião nacional, entre as paixões e interesses (...). Destruíra e criara revoltosos. Abatera a desordem com a desordem. Ao deixar o poder não levara todos os que o haviam acompanhado nos transes difíceis do governo. Ficaram muitos agitadores, robustecidos numa intensa aprendizagem de tropelias, e estes viam-se contrafeitos no plano secundário a que naturalmente volviam. Traziam o movimento irreprimível de uma carreira fácil e vertiginosa demais para estacar de súbito: dilataram-se pela nova situação a dentro¹⁶⁰.

O republicano Euclides da Cunha é um daqueles que logo cedo se decepçiona com os rumos tomados pelos governos da República que apoiara, apontando a sua degenerescência ainda na sua fase inicial. Os ânimos exaltados do florianismo sobreviveram ao mandato do chamado Marechal de Ferro, como também alguns resquícios monarquistas, a influência do militarismo na vida política nacional e o “espírito da desordem” predominando junto com interesses particulares ou de grupos. A soma de tudo isso desagradava em muito republicanos da estirpe de Euclides da Cunha, mas foi de certa forma a tônica presente nos governos que se sucederam nas primeiras duas décadas após proclamação da República.

Outro aspecto a ser realçado é que toda esta legislação republicana permaneceu vigorando por décadas durante toda a Primeira República. A Constituição de 1891 só foi reformulada no ano de 1926 e na parte específica sobre

¹⁵⁹ SILVA, J. A. F. **Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo - o genial fundador da cidade de Cruzeiro do Sul**. Cruzeiro do Sul: Gráfica do TJAC, 2001.

¹⁶⁰ CUNHA, E. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Publifolha, 2000, p. 248.

o desterro é acrescentado apenas mais um componente, o *inciso 33* no *artigo 72*, que facultava ao poder executivo a expulsão do território nacional de quaisquer estrangeiros perigosos à ordem pública e aos interesses da república¹⁶¹.

A primeira Constituição (1934) aprovada após o fim da República Velha, há uma mudança significativa, principalmente no *artigo 102*, no seu *parágrafo 30*, que afirmava que nem mesmo em tempo de guerra o cidadão brasileiro poderia ser expulso do território nacional¹⁶². E ainda no seu *artigo 131*, *parágrafo 01º* e *inciso 03º*, dizia textualmente que “nenhum detido do sítio será, sob motivo algum, (...) desterrado para trechos desertos ou insalubres do território nacional, ou distantes mais de mil quilômetros do ponto de onde a detenção se efetuar”¹⁶³. Isto em tese excluía definitivamente a Amazônia, que durante muito tempo foi lugar privilegiado para o envio de degredados e desterrados, como poderá ser visto nos próximos capítulos deste trabalho. Porém, o Código Penal de 1890 continuava vigorando, somente sendo reformado amplamente cerca de meio século depois, quando passa a ter valor o Código Penal de 1940.

No capítulo a seguir, tratarei especificamente de duas notórias revoltas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1904 e 1910, que redundaram em inúmeros desterramentos de pessoas que ali viviam. Foram também enviadas para a Amazônia, mas para uma localidade recém tornada brasileira, o Acre. Essas pessoas não eram personalidades de destaque na política e na sociedade da capital da república e a caixa de Pandora do estado de sítio, cuja abertura fora inaugurada por Floriano Peixoto, abateu sobre eles na primeira década do século XX.

¹⁶¹ DIAS, F. A. **Constituições do Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Liber Júris, 1975, p. 397.

¹⁶² *Ibidem*, p. 467.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 476.

Capítulo II – As *Bernardas*, os indesejados e a cidade: “O Rio civiliza-se!”

“No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do passado, do atraso, do opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecido materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava este protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como a alma dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!”

Olavo Bilac, Crônicas (1904).

2.1 – As mudanças, as reformas e a criminalização das “classes perigosas”

Em seu tempo, o cronista social e escritor Alberto Figueiredo Pimentel era afamado por seus artigos nos quais retratava suas impressões sobre o cotidiano da sociedade carioca da virada do século e, também, pelos livros infantis que escrevera. Contudo, em um caso, uma criatura sua se tornou maior que o criador: sua conhecida máxima “o Rio civiliza-se!”, que se eternizou. Esta frase apareceu em um artigo seu, escrito em 1904, na folha noticiosa *Gazeta de Notícias*, da qual era colunista. Sua sentença de aprovação e contentamento virou uma espécie de palavra símbolo do reformismo autoritário que ocorria então nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, provocando mudanças profundas no cotidiano de milhares de pessoas que trabalhavam, viviam e sobreviviam com seus afazeres legais e ilegais há tempos na urbe carioca.

Na virada do século XIX o Rio de Janeiro ainda guardava muitos aspectos que eram bem comuns na época imperial, como as ruelas estreitas e tortuosas, valas com esgotos correndo a céu aberto, vacas sendo ordenhadas nas ruas, porcos e aves vendidas vivas em meio aos transeuntes, muitas construções irregulares com pouca salubridade e um quadro permanente de epidemias (peste bubônica, febre amarela, tuberculose e varíola) que se propagavam de forma constante atingindo indistintamente a todos. Nessa época, a cidade do Rio de Janeiro era portadora de

uma má fama que transcendia suas fronteiras, a de “túmulos dos estrangeiros”¹⁶⁴. Esta espécie de epitáfio estava relacionada diretamente com as epidemias que grassavam na cidade desde o período imperial. De tempos em tempos a cidade era varrida por doenças como a febre amarela, a varíola (bexiga) e a peste bubônica. Quando o presidente Rodrigues Alves¹⁶⁵ (1902/1906) assumiu o poder, já no seu discurso de posse, prometeu basicamente duas coisas: sanear e reformar a cidade do Rio de Janeiro¹⁶⁶. As palavras do biógrafo do ex-presidente, escritas *a posteriori*, sintetizam aquelas que pareciam ser as principais pretensões das autoridades daquele período. Diz ele que:

o saneamento não seria atingível sem uma renovação da cidade, cuja massa predominante era ainda colonial. As ruas e os becos sem sol, os casarões úmidos e sombrios, as praias cheias de detritos, tornavam impossível o transporte rápido, o comércio limpo, a iluminação e a areação adequadas dos logradouros públicos e ambientes fechados. Portanto, ao higienista do futuro deveria juntar-se o futuro demolidor e construtor, ambos prestigiados e defendidos por um estadista capaz. Faltava o encontro de vontades, de energias, de homens: o governante, o cientista e o engenheiro¹⁶⁷.

No entendimento do Afonso Arinos isto só passa a acontecer quando Rodrigues Alves sobe ao poder como presidente. Com já foi dito antes, as reformas urbanas ficaram a cargo do prefeito Francisco Pereira Passos, que assumiu com plenos poderes a municipalidade após convite do presidente; para cuidar da profilaxia da cidade e de seus habitantes, o jovem médico sanitarista Oswaldo Cruz foi nomeado Diretor Geral de Saúde Pública em 1903; e, o engenheiro Lauro Müller o encarregado das obras de ampliação e adequação do cais do porto do Rio de Janeiro, bem como da construção das amplas e novas avenidas centrais. Eis aí a trindade reformadora bem ao estilo da *Belle époque* e do republicanismo matizado pela ideologia do progresso e da ciência: governantes, médicos e engenheiros¹⁶⁸.

¹⁶⁴ A Coroa inglesa oferecia ao seu corpo diplomático a serviço na capital brasileira um adicional de insalubridade, devido ao risco que seus membros corriam de adquirir alguma doença. Cf.: CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 19.

¹⁶⁵ Ligado a oligarquia agrária paulista, na monarquia foi um monarquista, na república um republicano. Formado em direito, foi promotor público e juiz de direito no interior de São Paulo nos anos 70 do XIX. Posteriormente foi deputado provincial e geral por São Paulo, província da qual foi presidente (governador) de 1887 a 1888. Na república foi deputado federal, senador e presidente de São Paulo e ministro da Fazenda por duas vezes, antes de assumir a presidência da República em 1902. FRANCO, 2001, *op. cit.*

¹⁶⁶ *Op. cit.*

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 404.

¹⁶⁸ Em muitos casos, os próprios governantes eram formados nas ciências vinculadas ao saneamento (medicina), remodelamento (engenharia) e regulação da cidade (direito). Dos 27 prefeitos do Distrito

Para muitos, a velha urbe necessitava mudar urgentemente, adequar-se à “civilização” da *Belle époque*¹⁶⁹ e tornar-se a *madame* “Sebastianópolis” de Olavo Billac, como comumente ele chamava a cidade parnasiana, por ele idealizada. No princípio do século XX a cidade então começou a mudar e, de fato, mudava rápido. A grande imprensa exaltava as transformações urbanísticas, as demolições de cortiços e de estalagens¹⁷⁰ insalubres, locais onde viviam notadamente escravos libertos, mestiços, migrantes pobres (nacionais e estrangeiros). Todos eles compartilhavam entre si condições de vida e de trabalho muito próximas. Também foram derrubados muitos prostíbulos, quiosques, diversas pensões e os freges¹⁷¹ (restaurantes populares), ou como se refere Afonso Arinos todos “os restos vivos de um passado morto”¹⁷² em descompasso com o novo momento de “higiene, bom gosto e arte”.

A respeito dos quiosques, o jornalista e escritor Luís Edmundo afirma em uma de suas crônicas que aquelas construções estavam “entre as coisas que mais enfeiam, mancham e desagradam, uma espelunca fecal, empestando à distância e em cujo bojo vil um homem se engaiola, vendendo ao pé-rapado, vinhos, broas, fumo, café (...)”¹⁷³. Este é apenas um exemplo, entre outros, de renomados articulistas que faziam ecoar apoios para as medidas que o poder público ia tomando para implantar as novas posturas municipais, sanear e remodelar a capital e suas gentes. Algo que no período republicano já tinha sido iniciado na gestão do primeiro prefeito da cidade, o médico higienista Cândido Barata Ribeiro, nomeado pelo então presidente Floriano Peixoto.

Uma das primeiras ações desse prefeito foi “botar abaixo”, já em janeiro de 1893, o mais célebre e populoso cortiço do centro do Rio de Janeiro, conhecido como *Cabeça de Porco*. A opinião de Barata Ribeiro sobre os cortiços já estava clarificada na sua tese defendida em 1877 na Faculdade de Medicina do Rio de

Federal, entre os anos de 1892 e 1930, 24 (88,89%) tinham formação em algumas dessas três áreas. Ver: PINTO, S. C. S. **Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)**. Tese de doutorado/IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

¹⁶⁹ Para os aspectos culturais ligados aos costumes e às tendências artísticas sugiro, mais uma vez, a leitura de NEEDELL, *op cit.*

¹⁷⁰ Para a distinção entre esses tipos de habitações coletivas e outras correlatas, consultar: CARVALHO, L. A. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro – 1886/1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

¹⁷¹ Ou ainda, o nome pejorativo de frege-moscas. Eram as casas de pasto de “ínfima categoria”, consideradas de pouco asseio, onde a população pobre podia comer durante dia ou à noite nas áreas centrais da cidade. Ver FRIEIRO, E. **Feijão, angu e couve**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1982, p. 168.

¹⁷² FRANCO, 2001, *op. cit.*, p. 419.

¹⁷³ EDMUNDO, *op. cit.*, p. 67.

Janeiro, quando dizia: “só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles”¹⁷⁴. “Botar abaixo” virou a palavra símbolo do seu governo, uma exortação que imprimiu uma marca na sua administração. E os outros prefeitos, que o sucederam, levaram adiante o mesmo propósito¹⁷⁵.

Estava em curso, a partir do mandato de Barata Ribeiro, aquilo que em tom poético e exultante Olavo Bilac sintetiza na epígrafe que abre este capítulo. Ele nos diz que a cidade colonial, de tradições obsoletas marcantes, dava seus derradeiros suspiros e gemidos mocos diante das picaretas vingadoras. No seu entender, essas ferramentas eram as mensageiras que em alto em bom som, sob o tilintar dos seus ferros determinados, anunciavam o *progresso* e a *civilidade* na nova urbe.

Essas transformações atingem seu ápice com a ascensão de Pereira Passos como chefe da municipalidade, exatos dez anos após Barata Ribeiro ter dado início a eliminação dos cortiços, eleitos como símbolos da obsolescência, tidos pelas autoridades desde muito como valhacutos de desordeiros e marginais incorrigíveis que habitavam a cidade. Uma cidade que era vista como um privilegiado “teatro dos vícios” para as camadas mais pobres, como afirmara em anos ainda de escravidão uma autoridade policial da Corte¹⁷⁶. Dar-se a ver que a preocupação com mudanças de comportamentos, disciplina e controle de certos estratos sociais tinha suas raízes mais distantes, que antecederam os anos iniciais da fase republicana.

Muitos reconheciam que as reformas ao longo da última década do XIX e princípio do XX iam deixando a cidade mais salubre e saneada, com mais funcionalidade e com melhor aparência estética. Enfim, ela se modernizava como uma *Paris tropical*, mas todas aquelas mudanças beneficiavam bem mais uma seletiva parte da população que podia usufruir dos novos serviços e dos confortos gerados pelas transformações em curso. Porém, muitas dessas medidas tomadas

¹⁷⁴ Ver especialmente o capítulo I – *Cortiços*, de CHALHOUB, 1996, *op. cit.*, pp. 50/51.

¹⁷⁵ Já no ano de 1888 a cidade do Rio de Janeiro possuía oficialmente 1.331 estalagens nas suas 13 Freguesias, onde moravam 46.680 pessoas. Cf.: ROCHA, O. P. **A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro – 1870/1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 141. Esta quantidade de pessoas é um número expressivo quando comparado com a população total, pois pelo censo de 1890 a população da cidade era de 522.651 pessoas. Atente ainda para o fato dos números das estalagens e moradores serem apenas os oficiais, pois existiam ainda as muitas habitações coletivas irregulares. Sobre o censo ver o **Relatório apresentado ao vice-presidente da República pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Antônio Francisco de Paula Souza**. Cf: BRAZIL, 1893, p. 256.

¹⁷⁶ CHALHOUB, S. “Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. Volume 08, nº 16, março/agosto de 1988, p. 87.

eram antipopulares e extremamente impopulares para a maioria da população. Mas para o governo e seus apoiadores tinha maior importância levar a cabo as reformas urbanas e a erradicação das epidemias, do que a repercussão negativa e o impacto social das ações tomadas que afetavam a população mais pobre.

Como já foi realçado no *capítulo I*, um desses instrumentos utilizados, além das picaretas regeneradoras das quais fala Olavo Bilac, foi a legislação. Nos decorrer das duas primeiras décadas da república foram aprovadas e entraram em vigor um número variado de leis, regimentos, decretos que, — juntos com a Constituição e o Código Penal — dotaram principalmente as autoridades executivas de poderes para punir, adequar e controlar inúmeros sujeitos, tornados quase que impotentes diante do arbítrio do Estado reformador e saneador que ia se implantando.

Havia por parte das autoridades a crença de que eles estavam cumprindo uma espécie de missão pública e civilizatória, embasada naquilo que fosse oportuno usar do conhecimento médico (o combate das epidemias), do saber jurídico (na criação de leis reguladoras dos bons costumes) e do poder onipresente dos engenheiros remodeladores¹⁷⁷ (obras que expressavam bom gosto e funcionalidade da cidade). Seriam elas as sentinelas ilustradas de um povo tido ainda como rude; às vezes, insubmisso e de fácil arregimentação para maquinações escusas. Portanto, essas pessoas careciam de vigilância e disciplina do poder público. Para fazer cumprir essas determinações e reprimir os desviantes, havia nas ruas os guardiões da ordem: a Polícia Militar (Brigada Policial) e a Polícia Civil (Guarda Civil)¹⁷⁸, que juntas formavam a Força Policial do Distrito Federal.

Na citação a seguir, as palavras do chefe de polícia do Distrito Federal sintetizam e alicerçam, em certa medida, o que foi dito anteriormente. No seu Relatório de 1905 ele se reporta retroativamente às mudanças que vinham ocorrendo na cidade, naquilo que ele nomeia de “progresso, na vida nova” e, de forma indireta e subliminar, nas motivações que redundaram na *Revolta da Vacina*, ocorrida no final de 1904.

¹⁷⁷ Importante destacar o papel político do conceituado Clube de Engenharia, que em 1901 realiza no Rio de Janeiro o *II Congresso de Engenharia e Indústria*. O tema do congresso era sobre saneamento e embelezamento da capital federal. Os participantes propõem um conjunto de medidas que, em grande parte, seriam mais adiante adotadas pelo engenheiro Pereira Passos ao assumir a prefeitura da cidade no ano seguinte. Cf.: ROCHA, *op. cit.*

¹⁷⁸ Sobre a reforma policial no Distrito Federal ver especialmente o capítulo III – *A prisão dos ébrios e vagabundos*, de SANTOS, 2009, *op. cit.*

É um sobressalto que não finda, e o facto se torna agora tanto mais absurdo, quanto é certo que iniciamos uma era de recomposição e de progresso real, um período de trabalho intenso e de vida nova, não havendo justificativa para os grandes descontentamentos que a phantasia oposicionista anda a inventar como um recurso de baixa política, esquecida de que assim pratica a mais criminosa e lamentável exploração da credulidade pública. A cidade do Rio de Janeiro é uma cidade de crimes e de criminosos, ninguém imagina a impunidade em que vivemos. A massa formidável constituída pelos freqüentadores habituaes das prisões augmenta dia a dia e não há castigo nem repressão para essa gente¹⁷⁹.

Se os crimes e criminosos pululavam, como alertava o chefe de polícia, significava que o poder público precisava agir com urgência e rigor necessários. E com todas as leis e ações repressoras já existentes, os alvos preferenciais – e mais afetados – são certos tipos sociais que se enquadravam na genérica conceituação de “classes perigosas”, termo que ecoava amiúde no discurso policial e, principalmente, nos jornais daquele período. Eram essas pessoas que as autoridades viam como mais factíveis de “exploração” pela “fantasia oposicionista” contra o governo.

Em sua análise sobre o surgimento do termo as “classes perigosas”, Sidney Chalhoub afirma que esta expressão “parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter [...] em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e ‘infância culpada’ utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil”¹⁸⁰.

Alberto Passos Guimarães, que se refere ao fenômeno londrino¹⁸¹ do mesmo período, afirma que “as então chamadas ‘classes criminosas’ eram um fenômeno peculiar das grandes cidades” [*européias*], onde estas classes “dispunham de áreas inteiramente dominadas por seus bandos”¹⁸². Este autor apóia-se no trabalho acadêmico de J. J. Tobias, intitulado *Crime and industrial society in the nineteenth century*, no qual esse autor chama de classe perigosa, ou criminosa, apenas aqueles grupos de criminosos habituais que faziam das atividades ilícitas suas principais ocupações. Enfim, o termo no contexto europeu do XIX não se confundia necessariamente com a classe pobre. Ou seja, a relação direta entre

¹⁷⁹ CASTRO, 1905, p. 04. Relatório citado.

¹⁸⁰ CHALHOUB, 1996, *op. cit.*, p. 20.

¹⁸¹ Uma discussão interessante sobre as desigualdades sociais, marginalidades e modos de vida da população londrina pobre, na segunda metade do século XIX, pode se consultada numa série de artigos organizados por: CHARLOT, M. & MARX, R. (orgs). **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1993.

miséria e criminalidade não era aceita incondicionalmente, embora vozes simpáticas a esta concepção não fossem estranhas.

No Brasil o termo ganha corpo e importância no debate parlamentar em maio de 1888, logo após a abolição da escravidão, quando se discutia no Congresso Nacional um Projeto de Lei sobre a repressão à ociosidade dos escravos recém libertos¹⁸³. Com a abolição instaura-se plenamente a ideologia do trabalho como algo bom, positivo e necessário material e moralmente aos indivíduos pautados nas normas de bem viver. Não se admitia mais com bom grado que homens pudessem viver permanentemente sem patrão e sem trabalho dito honesto, sem que carregassem automaticamente a insígnia inata da vagabundagem, da desconfiança e do opróbrio.

Esta questão era uma preocupação que já remontava o Império, principalmente em relação aos negros livres e aos mestiços. Porém, se acentua com a República e com mais intensidade na capital do país, que exercia desde muito uma atração não só para os nacionais, mas também para um grande número de estrangeiros que aportavam na capital federal, como já me reportei em outro momento. Líderes Positivistas como Miguel Lemos e Teixeira Mendes, por exemplo, alertavam que o fim da escravidão representava o início da “questão social” no país e que se deveria inserir aquele amplo contingente de pessoas libertas ao mundo do trabalho livre para que não se tornassem ociosos¹⁸⁴.

Era forte a crença de que as pessoas vadiarem (*artigo 399*), praticarem a mendicância quando válidas (*artigo 393*), caírem na prostituição¹⁸⁵ e na embriaguez (*artigo 396*) nada mais eram que “opções” pela contravenção, porta de entrada para crimes mais graves e consequentemente penas mais severas em casos de reincidências deveriam ser adotadas. Era fato que todos os sujeitos enquadrados nessas práticas se tornavam cada vez mais inquietantes e incômodos socialmente, pois as penas citadas acima eram de natureza leve e logo eles estavam nas ruas novamente em um curto espaço de tempo. Criava-se uma espécie de círculo vicioso envolvendo criminalidade e justiça, sujeitos delinquentes (de fato ou potenciais) e a polícia.

¹⁸² GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 30.

¹⁸³ CHALHOUB, 1996, *op. cit.*, p. 20.

¹⁸⁴ LEMOS, M. & MENDES, T. R. **A Liberdade espiritual e a organização do trabalho**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1888, pp. 06 e 15.

¹⁸⁵ A prostituição em si não estava tipificada no Código Penal de 1890, mas enquadrava-se comumente no *artigo 399* por ser uma “ocupação ofensiva a moral e aos bons costumes”.

O historiador Sidney Chalhoub, que analisou os discursos parlamentares referidos há pouco, percebeu ali uma tendência presente entre muitos dos deputados em associar a pobreza crônica como geradora de vícios, potencializando os indivíduos que viviam nessa situação a optarem pelo caminho quase inevitável da criminalidade que lhes era tão próxima. Isto leva as autoridades policiais a agirem com o pressuposto da suspeição generalizada sobre certos sujeitos ou grupos sociais¹⁸⁶.

É válido ressaltar que ainda havia na cidade uma escassez de mão-de-obra especializada e o desemprego era recorrente para a maioria dos trabalhadores, situação agravada pelos salários baixos e condições ruins de trabalho. Isso fazia com que atividades de ganhos esporádicos e incertos fossem bastante comuns, somadas a elas tinha-se a criminalidade e a mendicância, fazendo com que “as fronteiras estabelecidas entre as chamadas classes trabalhadoras e as classes perigosas fossem extremamente fluídas”¹⁸⁷. Com propriedade, Lená Menezes considera que uma gama variada de pessoas vivia entre estes dois mundos, transitando pela fronteira que separava o legal do ilegal, o comportamento desviante do comportamento considerado correto¹⁸⁸.

Pode ser adicionado a este componente o caráter oligárquico do sistema político e daquela sociedade que dava os primeiros passos no novo regime, sociedade que era marcada profundamente por desigualdades de ordem social, política e econômica. Uma sociedade onde a maioria era de sub-cidadãos, pois estavam alijados de participação e representação política plena. Na capital da República, 80% dos habitantes estavam excluídos dos processos eleitorais formais, sejam como votantes ou votados¹⁸⁹, cenário que não divergia do resto do país. Sobre esta mesma questão, José Murilo de Carvalho aponta que “o povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República”¹⁹⁰; pois considera ele que os direitos civis e políticos eram por demais precários e os chamados direitos sociais, os menos visíveis ou quase inexistentes.

¹⁸⁶ CHALHOUB, 1996, *op. cit.*, p. 23.

¹⁸⁷ MENEZES, 1996, *op. cit.*, p. 50.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 51.

¹⁸⁹ Estavam excluídos do sistema político-eleitoral representativo os homens menores de 21 anos, as mulheres, os praças, os estrangeiros, os mendigos, os analfabetos e os religiosos. Cf. PATTO, *op. cit.*, p. 169.

¹⁹⁰ CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, p. 83.

Desta ordem oligárquica e autoritária deriva um sistema repressor e mantenedor da ordem vigente, que não tinha pejo em usar da exorbitância da lei de forma frequente para tentar ordenar, punir e reprimir os indesejáveis que se insurgiam ou poderiam se insurgir contra o *status quo*. A “questão social”, como já se falava naquela época, era caso de polícia e tal leitura encontrava guarida e um amplo apoio nos meios intelectuais, na imprensa, na justiça, no parlamento, no executivo, nas ciências médicas e jurídicas.

Nesses meios era comum a afirmação, dotada de alguma certeza, de que os estratos mais baixos na hierarquia social jamais agiam de forma autônoma contra a ordem instituída; e sim, que sempre eram influenciados e conduzidos por pessoas mais instruídas “intelectualmente” para propósitos que lhes eram alheios. No caso das revoltas de 1904 e 1910, a explicação mais recorrente do governo e de seus apoiadores era de que, em ambos os acontecimentos, a população civil e os marinheiros envolvidos nada mais eram do que “sujeitos inconscientes”, instrumentos manipulados por pessoas estranhas às suas classes ou grupos, tal como aparece no relatório do chefe de polícia sobre a revolta de 1904, citado há pouco.

Enfim, as autoridades executivas consideravam que inimigos intentavam derrubar o governo para restaurar a monarquia ou instaurar um governo ditatorial de caráter “jacobino”¹⁹¹. E para isso, dizem oportunamente, os adversários buscavam se servir da “massa de inconscientes” para encorpar suas fileiras oposicionistas e dar ares “populares” às suas proposições. A existência real ou a construção imaginária deste cenário golpista era, por parte do governo, a ante-sala para a decretação dos recorrentes estados de sítio tão comuns na Primeira República.

Todavia, alguns setores da imprensa vinham mostrando preocupação com o desvirtuamento do estado de sítio, adotado amiúde pelo poder executivo republicano na sua ainda curta trajetória. Entre outras coisas, seu uso extemporâneo para resolução da “questão social”, como enfatiza o jornal paulista *O Estado de São Paulo*, em 1905, ao se reportar às consequências da *Revolta da Vacina* e o fim do estado de sítio, expirado quatro dias antes:

¹⁹¹ Sobre os jacobinos republicanos ver: QUEIROZ, S. R. R. **Os Radicais da República: jacobinismo – ideologia e ação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

(...) o governo do Sr. Rodrigues Alves, de abuso em abuso, chegara a desvirtuar a excepcional medida, cujo fim é claríssimo, convertendo-a em uma arma de repressão contra vagabundos, vadios, ladrões. Considerou-a então, até adequada para fechar prostíbulos e para remover mulheres da vida airada, de uma para outras ruas. Hoje o estado de sítio é uma arma ameaçadora que o presidente da República, ainda na ilusão da vitória, conserva suspensa sobre a cabeça dos cidadãos suspeitos por suas idéias políticas, posto que nenhuma participação, punível ou remota, houvesse tido nos sucessos de 14 de novembro. No entanto, não é para varrer de uma cidade os vagabundos, não é para mudar prostíbulos, não é para intimidar ou para seqüestrar adversários, que a suspensão das garantias é permitida ao Congresso e ao executivo federal¹⁹².

O que o jornal condena não é a adoção do estado de sítio em si, mas o caráter que o ato passa a adquirir. Ou dito de outra forma, os seus maus usos para fins aos quais ele não se aplicava constitucionalmente como, por exemplo, “limpar” a cidade das pessoas ditas indesejáveis e perseguir adversários políticos. O periódico paulista também critica o uso político-partidário e autocrático, quase pessoal, para além das normas estritas da lei, que o presidente do momento dispunha ao decretar o estado de sítio, algo próximo do que Rui Barbosa já afirmara em seu discurso de 1898¹⁹³ quando combateu o uso frequente desse ato tão presente nos primeiros anos republicanos.

É interessante perceber como o presidente Rodrigues Alves justifica e compreende a natureza do estado de sítio, quando em 1905 remete sua mensagem ao Congresso fundamentando a adoção daquela medida durante os conflitos civis e militares de novembro e dezembro de 1904. Afirmava ele nos seguintes termos que:

Em meu conceito o estado de sítio suspende TODAS [*destaque meu*] as garantias constitucionais. Não o compreendo de outra forma; pois ele foi criado, como um estado de exceção, para resguardar a ordem pública, que é o interesse supremo da sociedade¹⁹⁴.

¹⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência**, 20/01/1905, nº 9.545, p. 01. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, doravante BPP.

¹⁹³ BARBOSA, 1953, *op. cit.*, p. 115/117.

¹⁹⁴ Sessão de 05 de agosto de 1905. In BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXXII, tomo I, ano 1905. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, p. 22. A íntegra da mensagem pode ser consultada em: BRAZIL. Gabinete da presidência. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da quinta legislatura pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, 1905, mimeo. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsb/bsd/u1294>>, acessado em 01/01/2010.

Pode-se dizer que o estado de sítio era um instrumento que pairava de forma ameaçadora e latente sobre as cabeças de todos, tal qual a mitológica espada de Dâmocles, pronta para golpear os recalcitrantes e indesejáveis que aparecessem para causar qualquer embaraço mais grave ao governo do momento e suas determinações, como aconteceu durante as *Bernardas* de 1904 e 1910 com a adoção dos seus respectivos estados de exceção, como será visto na sequência. Como foi visto há pouco, esse era um expediente corriqueiro utilizado pelos governos naqueles tempos de república juvenil e instável, pois em nome da *ordem* permitia-se ao executivo a adoção de instrumentos repressivos rigorosos contra aqueles que eram vistos como hostis e perigosos.

2.2 – As revoltas na capital da República no princípio do século XX e os filhos da *Bernarda*

A cidade do Rio de Janeiro foi palco de muitas *Bernardas*, que a agitaram desde o princípio do Império até o fim da primeira década do século XX. A cidade parecia ser então a capital das sedições. Mas qual o significado e origem deste termo, tornado tão recorrente na imprensa para se referir aos conflitos e distúrbios de 1904 e 1910? Segundo Ronaldo Vainfas, o termo já tinha no seu início forte conotação política e surgiu no Brasil, por volta de 1821, para designar os “movimentos das tropas portuguesas a favor da revolução constitucionalista do Porto de 1820”¹⁹⁵. No começo, o uso do termo podia significar qualquer novidade ou mudança, mas depois vai se transmutar para incorporar a acepção de qualquer movimento político que intencionasse fazer transformações via armas ou força.

Na abordagem defendida por Vainfas, as *Bernardas* possibilitaram no princípio do Império o aparecimento no cenário político de novos atores, que até então estavam marginalizados no sistema político. Notadamente homens livres de baixos estratos sociais¹⁹⁶, como artesãos, caixeiros, pequenos comerciantes, funcionários públicos e soldados rasos que compunham aquilo que no imaginário da época era chamado genericamente de *povo*. Essas eram notadamente pessoas que

¹⁹⁵ Verbete BERNARDA. VAINFAS, R. (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 89-90.

¹⁹⁶ Sobre esta questão ver: FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983. Para o caso específico do Rio de Janeiro, na passagem do XVIII para o XIX, ver: LIMA, C. A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

não faziam parte da cultura escrita e que, por meio da oralidade, podiam participar e compartilhar das novas ideias que iam surgindo no período pós 1822. Desta forma, elas se integravam cada vez mais às agitações políticas promovidas principalmente por militares descontentes, assevera Vainfas.

Todavia, o termo transcende o Império e consegue sobreviver ainda no período republicano, compondo parte do imaginário jornalístico e popular em momentos de convulsões sociais, quando é lembrado e reatualizado. Periódicos cariocas fazem alusão à *Revolta da Vacina* como mais um momento onde a velha *Bernarda* de novo mostra sua cara, para arregimentar a oposição parlamentar e militar ao governo e, junto com os seus “filhos”, — os aludidos mazorqueiros de plantão, facilmente arrebatados por demagogos — colocar a República em xeque. Esta foi a leitura do governo de Rodrigues Alves e da imprensa que o apoiava, quando procuram explicar os motivos daquela revolta¹⁹⁷ em fins de 1904. Nesta direção é importante atentar mais uma vez para o que afirma o chefe de polícia¹⁹⁸ do Distrito Federal em seu relatório administrativo de 1905, sobre agitações que abalaram a república ao término do ano anterior:

Há de certo um pequeno grupo de gente de responsabilidade social que se deixa arrastar pelo turbilhão da desordem e pactua com os desequilibrados que se sobrepõem à justiça para condenar como vexatória as determinações do poder executivo. Mas essas pessoas, pelo seu número insignificante, não bastariam para alimentar uma sedição. Insuflam, agitam, exploram os humildes, conclamam os elementos maos para a obra demolidora – está feito o motim¹⁹⁹.

O vetusto jornal *O Paiz*²⁰⁰, autodenominado a “folha de maior circulação da América do Sul”, analisou esta questão em uma matéria intitulada *triste decepção*, que vai ao encontro do que já comentei acima. A citação é extensa, mas reveladora da opção política do jornal e do seu apoio ao governo de Rodrigues Alves e das consequentes medidas excepcionais por ele tomadas.

¹⁹⁷ Sobre as ações que o governo tomou e a posição oficial, consultar o Relatório do chefe de polícia do Distrito Federal Antônio A. Cardoso de Castro relativo ao ano de 1904, já citado. O relatório sobre a *Revolta da Vacina* também foi publicado no jornal GAZETA DE NOTÍCIAS. **Os Sucessos de novembro: relatório do chefe de polícia**, 23/12/1904, ano XXXI, nº 358, pp. 03/04. Acervo da FBN.

¹⁹⁸ Os órgãos de repressão estavam todos subordinados ao poder central, como era o caso da Polícia do DF, responsável pela ordem urbana da cidade e subordinada ao ministro da Justiça, que indicava seu chefe. Cf.: FREIRE, *op. cit.*

¹⁹⁹ CASTRO, 1905, *op. cit.*, p. 04.

²⁰⁰ Este jornal era dirigido por João de Souza Lage e pertencia ao Sr. Antônio S. Lage, que também era dono da *Companhia Nacional de Navegação Costeira Lage & Irmãos*. Foi esta companhia quem

Não estamos senão em face de uma baixa exploração política, esse factos nol-a dariam é concludentíssima. A alegação de que o povo se rebella contra a lei da vacinação é evidentemente um simples recurso para mascarar o intuito dos que estão procurando levar-o a rebelião, em seu proveito pessoal. O que effectivamente provocou os mais decididos protestos da opinião pública, foi, não a lei, mas o que se publicou como sendo o projecto do regulamento. (...) essa tranqüilidade, porém, não estava na conveniência dos que, movidos por ambições ou por despeitos, aspiram lançar o paiz nos azares de uma guerra civil. No dia em que o Sr. Lauro Sodré, enterrando todo o seu passado de moderação e de calma, desceu do pedestal a que se havia guindado para pregar a revolução numa reunião popular, não faltou que acreditasse que estava feito um pronunciamento. Os mais precavidos e optimistas recusaram-se a admitir que um homem de tamanhas responsabilidades passadas e actuaes, um homem conhecido por sua moderação, por seu espírito afeito a doutrina de uma escola conservadora, pelas manifestações reiteradas de apego a ordem, renunciasse a tudo isso para se tornar um mero promotor de arruaças²⁰¹ [grifos meus].

Quando o jornal refere-se ao estopim dos protestos, menciona “o que se publicou como sendo o projecto²⁰² do regulamento”, que fora divulgado no jornal *A Notícia*²⁰³, de propriedade do senador oposicionista Antônio Azeredo e dirigido pelo jornalista Oliveira Rocha. Uma regulamentação que nos dizeres de Afonso Arinos “escapava à aprovação do Congresso, e foi apresentada como um ato ditatorial do executivo”²⁰⁴. Já a “reunião popular” alude ao encontro da entidade chamada de *Liga Contra a Vacina Obrigatória*, cuja plenária foi realizada no Centro das Classes Operárias – CCO no dia 05 de novembro, onde “a massa ignorante, explorada pelos demagogos, acreditava nos exploradores”²⁰⁵, afiança o mesmo Afonso Arinos.

Essa reunião foi então presidida pelo senador Lauro Sodré²⁰⁶, que fez um violento discurso contra as medidas tomadas pelo governo a respeito da vacinação

alugou ao governo os navios que transportaram os desterrados da Revolta da Vacina até Manaus. GAZETA DE NOTÍCIAS. **Presos deportados**, 11/12/1904, ano XXXI, nº 346, p. 01. Acervo FBN.

²⁰¹ O PAIZ. **Triste decepção**, 13/11/1904, ano XXI, nº 7.341, p. 01. Acervo da FBN.

²⁰² O projeto que tornava a vacinação contra a varíola obrigatória foi sancionado no dia 31/10/1904, após aprovação na Câmara e Senado. O que estava em discussão em novembro era apenas regulamentação da Lei. CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 99.

²⁰³ A minuta da regulamentação foi publicada no jornal *A Notícia* no dia 10 de novembro (*O projecto de regulamento*). No dia seguinte, outros jornais também publicaram o mesmo texto e no fim da tarde, já ocorriam os primeiros protestos no centro da cidade contra a obrigatoriedade da vacina. Cf.: PEREIRA, L. A. M. *op. cit.*; DEL BENA, G. R. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985, p. 275.

²⁰⁴ FRANCO, 2001, *op. cit.*, p. 500.

²⁰⁵ *Idem*.

²⁰⁶ Lauro Nina Sodré e Silva (1858/1944) nasceu no Pará e seguiu carreira militar no Rio de Janeiro, onde abraçou a causa republicana, o florianismo e o positivismo de Benjamin Constant, de quem foi aluno. Ligado ao Partido Republicano Federal, foi deputado federal (1891/1893), senador (1898/1917-1921/1930) e duas vezes governador do Pará (1891/1897 e 1917/1921). Foi também candidato à

obrigatória²⁰⁷ e, com subentendidas intenções políticas que iam além dos motivos publicamente declarados naquela reunião da Liga.

Interessante também perceber que há uma crítica do jornal devido o senador Lauro Sodré ter “descido do pedestal”, se rebaixado. Como se ele, pelo cargo que ocupava, pela patente militar que carregava e por seu passado de “moderação”, não devesse se misturar com aqueles que eram “inferiores” a ele, — a grande maioria era de operários — com gentes que não faziam parte de sua “casta” nem tinham suas qualidades e formação. Pelo julgamento do autor da matéria, o senador além de estar no lugar errado, abria mão de seu conservadorismo, senso de responsabilidade e respeito à ordem adquiridos na caserna. Enfim, o jornal aponta para certa irresponsabilidade do senador que, em um momento delicado, tenta capitalizar politicamente a insatisfação contra a vacina em benefício de seus interesses políticos diante daquela “massa de inconscientes”.

Na charge a seguir (*charge 01*), a *Bernarda* é lembrada para retratar novamente momentos turbulentos e de revoltas na cidade. São vistos ali representados o presidente Rodrigues Alves; o ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argollo; Antônio Cardoso de Castro, chefe de polícia do DF e José Joaquim Seabra, então ministro da Justiça e Negócios Interiores. Esse “encontro” pitoresco e simulado das autoridades “aconteceu” logo após o governo ter controlado os vários distúrbios que redundaram na chamada *Revolta da Vacina*.

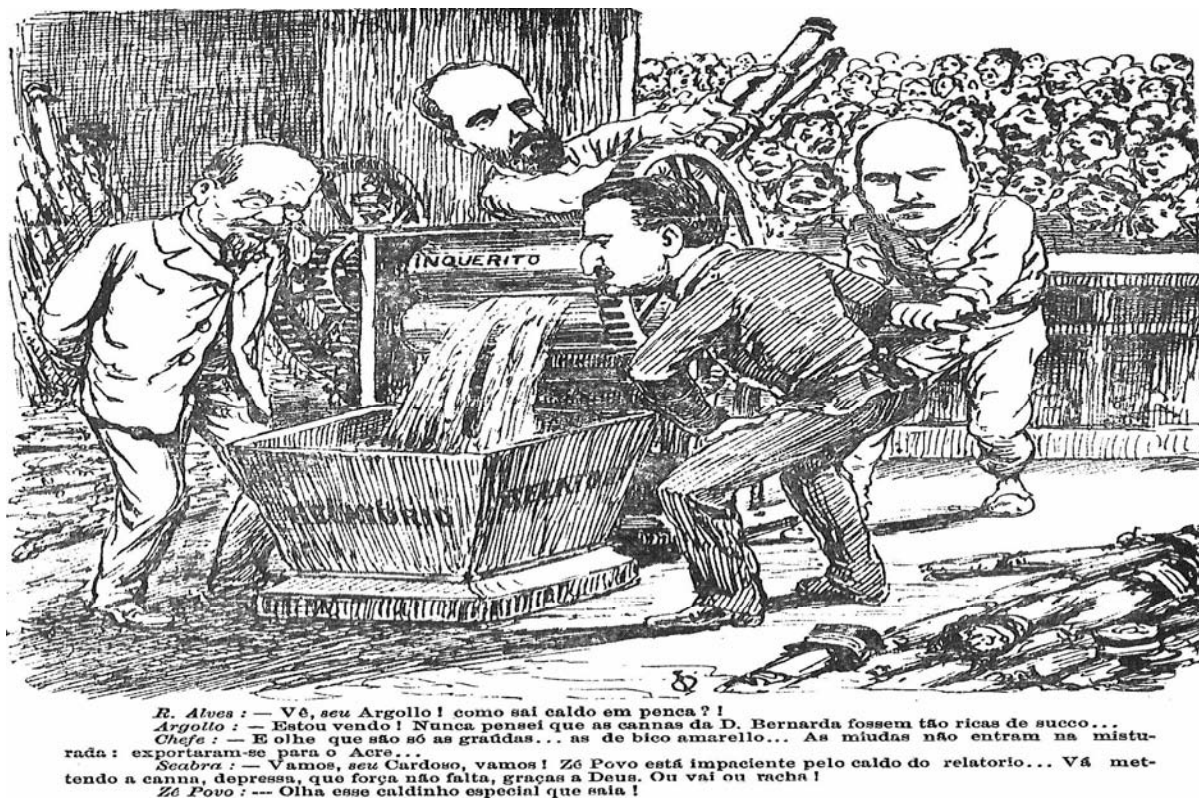
No fictício diálogo travado entre as mais altas autoridades da república o presidente assiste, junto com o marechal Argollo, a produção do “caldo do relatório”. É uma alusão ao relatório oficial elaborado pelo chefe de polícia Cardoso de Castro²⁰⁸, sobre as medidas tomadas em relação aos chamados líderes ou “cabeças” do movimento tumultuário de 1904. Notadamente as chamadas “canas graúdas” como o senador e militar Lauro Sodré; o presidente do CCO e professor de Lógica do Colégio Pedro II, Vicente de Souza; o deputado oposicionista Alfredo

presidência da república em 1898, sendo derrotado por Campos Salles. Ver: COELHO, A. W. **A Ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação de mestrado/UFPa. Belém, 2006.

²⁰⁷ O governo procurou garantir o êxito da obrigatoriedade da vacina se valendo da exigência do atestado de vacinação para matrículas em escolas, empregos domésticos e públicos, nas fábricas, hospedagens em hotéis e casas de cômodos, viagens, casamentos e para votar. CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 99.

²⁰⁸ Antônio Augusto Cardoso de Castro (1860-1911) nasceu na Bahia, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, muda-se em 1890 para o Rio de Janeiro e em novembro de 1902 é nomeado Chefe de Polícia do Distrito Federal, cargo que exerceu até outubro de 1905, quando foi nomeado ministro do STF.

Varela²⁰⁹; o patrono do jornal *Commercio do Brazil*²¹⁰ e monarquista Visconde do Ouro Preto²¹¹, entre outros.



Charge 01: O MALHO. O caldo da Bernarda, 10/12/1904, anno III, nº 117, p. 03. FBN.

Como se pode perceber no iconotexto²¹², essa aludida pressa que o ministro Joaquim Seabra exige do chefe de polícia, ao dizer “vamos seus Cardosol!”, pode ser explicada devido ao fato do governo necessitar dar uma resposta à opinião pública e divulgar, nos jornais da capital, a sua versão o quanto antes sobre “os sucessos de novembro”. Parte desta opinião pública estava representada pela figura coletiva do “Zé Povo”, que remete ao homem simples e comum, com jeitos e

²⁰⁹ Deputado gaúcho ligado ao ex-governador do Rio Grande do Sul e líder positivista Júlio de Castilhos. Formado em direito foi o fundador do jornal *Commercio do Brazil*, que segundo Visconde de Ouro Preto, era financiado e mantido pelos monarquistas. Cf. JANOTTI, M. L. M. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 243.

²¹⁰ Vale ressaltar aqui essa inusitada aliança informal entre florianistas jacobinos e monarquistas, algo que já tinha ocorrido nas conflagrações de 1900 e 1902, quando se aliaram para conspirar contra o governo. Lauro Sodré e Barbosa Lima escreviam com frequência no jornal *Commercio do Brazil*. Nos dizeres de uma historiadora, “a força das oligarquias promoveria estranhas alianças entre setores antagônicos das oposições”. Cf.: JANOTTI, *op. cit.*, p. 192.

²¹¹ Título nobiliárquico de Affonso Celso de Assis Figueiredo (1836/1912), conhecido político do Império. Pai do escritor Affonso Celso, autor da obra laudatória *Porque me ufano do meu país*.

trejeitos de um “tipo brasileiro” idealizado e que se insere na política como espectador, não como cidadão²¹³. Nesta ótica, esse brasileiro “típico” ou homem comum, não tinha cidadania substantiva, não era protagonista da história e nem possuía individualidade autônoma. E via como um espetáculo circense o governo “moer” seus inimigos em praça pública, algo que trazia também o caráter pedagógico de demonstrar como as autoridades agiam com os inimigos.

Interessante notar que o *povo* nessa charge aparece somente ao longe e separado das autoridades por uma cerca, algo que pode ser entendido como o “lugar” que o povo deveria ocupar no espaço público. Por isso “Zé Povo” aparece apenas fazendo figuração para compor o cenário periférico do desenho. Todos os “Zés” com olhares boquiabertos mirando as autoridades esmagarem os revoltosos “graúdos”. Esses últimos eram figuras públicas bastantes conhecidas da população e que, simbolizados pelos bastões de canas, são introduzidos nas engrenagens da moenda e logo jogados fora. Era, no desenho, a transfiguração do governo esmagando a oposição e mostrando o poder coercitivo do Estado nos “sucessos de novembro”.

Já as “canas miúdas”, como também se lê no diálogo imaginário — porém crível de ter acontecido — travado entre as autoridades federais, não foram aproveitadas naquele caldo. Certamente porque produziam um caldo de qualidade inferior e por isso, elas foram mandadas para o Território Federal do Acre²¹⁴. Pois além de serem “canas” de má qualidade, eram homens e mulheres anônimos, desconhecidos e indesejáveis demais para continuarem na cidade que se civilizava e se modernizava de acordo com os cânones da época. Para as “canas graúdas”, a punição com os rigores que a lei permitia, porém seguindo todos os trâmites jurídicos e garantias de defesa; para os segundos, “canas miúdas”, os rigores da medida de exceção extrema que o estado de sítio permitia lhes imputar: o desterro,

²¹² Esta expressão foi criada pelo historiador da arte Peter Wagner e serve para designar imagens acompanhadas de textos explicativos. *Apud* BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004, p. 179.

²¹³ Para informações sobre a trajetória do desenho humorístico (charge, caricatura e cartum) no Rio de Janeiro ver a obra de TEIXEIRA, L. G. **O Traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001; TEIXEIRA, L. G. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005; SILVA, M. A. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

²¹⁴ A lei que regulamentou o estado de sítio em 1898 dizia em seu §2º que era o executivo quem competia decretar o desterro e que este poder “não designará lugares despovoados e notoriamente insalubres”. E ainda, “indicará os lugares nos quais não poderá residir o paciente, devendo este conservar-se solto no ponto do território para onde transferir sua habitação”. *In* BARBOSA, R.

para irem “frutificar” noutra lugar, longe da cidade que as autoridades projetavam e queriam exibir sem os contrastes profundos que ela apresentava.

O poeta e escritor Olavo Bilac, um dos presos em 1892 após a instauração do estado de sítio decretado por Floriano Peixoto, também relembra do termo *Bernarda* ao escrever uma crônica no ano de 1908 sobre as várias “cidades”, que no seu entender compunham o Rio de Janeiro de seu tempo. Dizia ele que a mais original destas “sub-cidades” era a que se alastrava pelos morros “onde vive nossa gente mais pobre, denso formigueiro humano, onde habitualmente se recruta o pessoal barulhento das *Bernardas*, de motins contra a vacinação obrigatória, contra o aumento das passagens dos bondes”²¹⁵.

Foram naqueles morros, localizados próximo ao centro da cidade, que a população pobre passou cada vez mais a morar após o progressivo processo de “bota abaixo” dos cortiços e estalagens, algo agravado ainda mais com a elevação dos preços dos imóveis após as reformas das áreas centrais da cidade²¹⁶. Lá nos morros, muitos também foram caçados após fim das *Bernardas* de 1904 e 1910 para serem desterrados para o Acre, no processo de “limpeza” da cidade levado a cabo pela polícia e Forças Armadas que obedeciam diligentemente as ordens do executivo.

Para encerrar este tópico, merece destaque a maneira como se deu uma dessas buscas policiais morro acima, no final de novembro de 1904, num local próximo ao centro da cidade:

Na madrugada de hontem foi dada uma batida no morro da Favella [*atual morro da Providência*], tradicional valhaçouto de quantos turbulentos, vagabundos e malfeitores operam contra a segurança e tranqüilidade pública. Essa famosa fralda do morro do Pinto constituiu sempre viva preocupação da polícia, e agora que se trata de limpar a cidade desses perigosos elementos foi combinada essa diligência. Contingentes compostos de 100 praças de infantaria da marinha, 50 do 10º batalhão de infantaria e 30 da brigada policial, reuniram-se para cercar o morro. (...) Os malfeitores que os ocupavam haviam fugido, abandonando-os, persuadidos de certo

“Sessão de 18/10/1898”. In **Obras Completas de Rui Barbosa**. Volume. XXV, tomo VI. Rio de Janeiro: MEC, 1953, pp. 359-364.

²¹⁵ BILAC, O. **Olavo Bilac** (seleção e prefácio de Ubiratan Machado). São Paulo: Global, 2005, pp. 135-136. A crônica chama-se *Fora da vida...*

²¹⁶ Ver VAZ, L. F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular: as habitações coletivas no Rio Antigo**. Dissertação de mestrado/UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

que seriam perseguidos, agora, quando a acção da autoridade mais energica se torna²¹⁷.

Para uma compreensão melhor do que ocasionou ações deste tipo envolvendo policiais militares, corpos do exército e da marinha na caça aos aludidos “turbulentos, vagabundos e malfeitores”, buscarei analisar as duas revoltas do primeiro decênio do século XX na capital brasileira, priorizando aquilo que for pertinente às especificidades e objetivos deste trabalho, notadamente questões relacionadas aos desterros para o Acre.

2.2.1– As *Bernardas* de 1904 e 1910: a vacina e a chibata

Os motins, os enfrentamentos com a polícia e os quebra-quebras em protestos contra a vacinação antivariólica obrigatória e contra o governo irrompeu no final do dia 10 novembro de 1904 e teve seu termo somente no dia 18 do mesmo mês. Aqueles dias de confusão e enfrentamentos levaram inclusive ao cancelamento das comemorações alusivas aos quinze anos da proclamação da República, cuja trajetória até aquele momento havia sido marcada pelos embates latentes e abertos que envolviam vez ou outra as oligarquias políticas, os militares e os monarquistas²¹⁸. Diferente de 1892, os protestos foram marcados pela participação significativa de estratos sociais subalternos. Os desdobramentos também foram mais intensos e as medidas mais enérgicas, por parte do governo, em relação aos revoltosos.

Desde o dia 05 de novembro já havia insatisfação e protestos veementes nos jornais e nas tribunas do Congresso, que foram se avolumando e ganharam contornos inesperados. A então capital da república foi tomada por focos de revoltas populares que, em princípio, se opunham à campanha de vacinação obrigatória contra a varíola implantada pelo governo através da regulamentação de um projeto de lei, divulgado com estardalhaço pelo jornal de um senador da oposição no dia 09 de novembro.

No dia seguinte, outros jornais também publicaram a proposta de regulamentação, inclusive aqueles que apoiavam o governo, como *O Paiz*. Este

²¹⁷ JORNAL DO COMMERCIO. **Os acontecimentos (coluna Gazetilhas)**, 24/11/1904, ano 84, nº 528, p. 03. Acervo da BPP.

jornal refere-se ao regulamento como sendo um “acervo de disposições infelizes”, que não deveriam ter sido divulgadas e ainda ressalta que Oswaldo Cruz, por ser cientista e ver somente o aspecto técnico, não tinha atentado para os problemas sociais e políticos de tal medida²¹⁹. A partir daí, o estopim para os mais variados tipos de objeções e antagonismos ao governo tinha sido detonado.

Com a *Bernarda* em curso, o chefe de polícia Cardoso Castro deu publicidade a um boletim que fora afixado em vários pontos do centro da cidade, provavelmente no dia 12 ou antes dessa data. O texto do boletim dizia que no intuito de “assegurar a ordem pública”, “impedir a subversão do sistema constitucional” e tranquilizar as famílias que estavam em sobressalto, a partir daquela data, a polícia iria “dispersar quaesquer reuniões dessa natureza nos termos dos artigos 111 e 118 do Código Penal”²²⁰. São as mesmas alegações usadas por Floriano Peixoto para prender seus adversários e depois desterrá-los para a Amazônia em 1892.

O *artigo 111* tratava dos crimes contra o livre exercício dos poderes políticos e o *artigo 118*, era sobre o crime de sedição e ajuntamento de pessoas com a finalidade de produzir “arruído, violência ou ameaças”, para impedir o cumprimento de ordens legais expedidas por “autoridade legítima” ou “constranger ou perturbar corporação política ou administrativa no exercício de suas funções”²²¹.

Além do embasamento nos artigos do Código Penal, o chefe de polícia ainda fez alusão à Constituição, nomeadamente aos seus parágrafos 08º e 12º do *artigo 72*. O primeiro destes parágrafos afirmava a licitude de todos os cidadãos reunirem-se livremente e sem armas; porém, o pulo do gato era o seu complemento final: “não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. Isto significava que a partir daquele momento quaisquer ajuntamentos de pessoas deveriam ser dispersos pela força policial, pois a ordem pública se sobrepunha ao direito de reunião.

Já o parágrafo 12º versava sobre a liberdade de imprensa e de pensamento, “respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato”²²². Era a senha para que a imprensa fosse compelida a ser mais dócil e atenuasse as críticas ao governo, como

²¹⁸ Ver JANOTTI, *op. cit.*

²¹⁹ O PAIZ. 11/11/1904, ano XXI, nº 7.339, p. 01. Acervo da FBN.

²²⁰ O PAIZ. **A vacinação obrigatória**, 13/11/1904, ano XXI, nº 7.341, p. 01. Acervo da BPP.

²²¹ FARIA, *op. cit.*, pp. 66 e 69, respectivamente.

²²² BRAZIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, *op. cit.*

de fato ocorreu, pois somente os jornais *Correio da Manhã*²²³ e *Commercio do Brazil* foram fechados após o decreto do estado de sítio, no dia 16. Houve até prisões, como a do principal nome do *Correio da Manhã*, o jornalista Leão Velloso Filho, que escrevia sob o pseudônimo de Gil Vidal e foi detido juntamente com o redator e dono do jornal, Edmundo Bittencourt.

Contudo, a leitura dos jornais deixa manifesto que antes disso a população não estava se sentindo ainda cerceada diante das determinações do chefe de polícia, pois no dia 12, um sábado, no cair da tarde, os protestos se avolumavam com vaias, desordens e menoscabos às autoridades, conforme atesta abaixo esta longa citação, porém esclarecedora, da matéria intitulada *provocações e vaias*, publicada no jornal *O Paiz*:

(...) como nos dias anteriores, as arruaças começaram hontem a tardinha. Não estava convocado *meeting*; entretanto, desde 05 horas da tarde o Largo de São Francisco esteve repleto de gente, em sua maioria curiosos. Um grupo de pequenos garotos, naturalmente disso incubidos por terceiros, começou a fazer grandes assuadas sem objectivos, pois ahi nem se achava força alguma da polícia. Seria talvez para atrair o povo! Os garotos passaram das vaias a fingir de cavallerianos montados em pedaços de páos. Andavam elles nesta algazarra quando já depois das 06 horas, o major do 10º de Infantaria, Sebastião Pyrrho, de serviço à guarnição atravessou o largo. A multidão fez-lhe manifestação de sympathia, levantando vivas ao exército. Notou-se então o estado de excitação latente que reinava entre os circumstantes. Essa aclamação, que se repetiu todas as vezes que o official por alli passava, não era mais que hostilidade à polícia. Mas a noite cahia, agglomeração augmentava e as vaias continuavam. Até então não mandara a polícia qualquer força para a rua; ás 7 ½ horas, porém, para evitar qualquer desordem, foram mandadas 10 praças de cavallaria que estacionaram na rua do theatro próximo ao São Pedro de Alcântara. Na frente da força que alli se conservou calmamente, se estendia pela rua do theatro todo o povo que deixara o Largo do São Francisco. Atiravam bichas chinezas [*bombas de pólvora*] para junto da força, vaiando-a ostrondozamente. Foram, por isso, mandadas mais 25 praças de infantaria que estacionaram de bayoneta calada, no Largo de São Francisco de Paula. Momentos depois, cerca de oito horas, alguns exaltados fizeram disparos de revolver contra a força da cavallaria e esta moveu-se sobre elles. Houve por isso, escaramuça, conseguindo afinal a cavallaria dissolver o ajuntamento, distribuindo algumas espaldeiradas²²⁴.

²²³ O *Correio da Manhã* foi fundado em junho de 1901 pelo jornalista Edmundo Bittencourt. Nasceu com o propósito de combater o governo de Campos Salles e logo se tornou a cara mais conhecida da imprensa oposicionista, principalmente por ser uma das vozes mais ferinas contra o governo durante as revoltas ou greves ocorridas durante os governos de Campos Salles e Rodrigues Alves. Cf.: SANTUCCI, *op. cit.*

²²⁴ O PAIZ. **Provocações e vaias**, 13/11/1904, ano XXI, nº 7.341, p. 01. Acervo da BPP.

Pelo texto se percebe que, até então, parecia não haver maiores temores por parte da população que se aglomerava no centro da cidade. Predominava naquele fim de dia ainda o tom de zombaria e gracejos generalizados dos populares no Largo do São Francisco, local tradicional de manifestações políticas. O mesmo jornal atesta que não tinha sido oficialmente convocada nenhuma reunião política, apontando para uma possível espontaneidade daquela aglomeração.

Porém, se não tinha havido uma premeditação inicial, o periódico dar a entender que a partir de determinado momento há certo dirigismo de algumas ações, como a dos garotos “fingindo-se” de policiais, montados em seus “cavalos” de paus para juntar curiosos, promover gracejos e ridicularizar os soldados da força policial ao imitá-los de forma burlesca.

É sabido que desde muito tempo a população mais pobre tinha geralmente uma relação de temor, desprezo e desconfiança em relação à polícia do Distrito Federal. Embora também existissem relações entre policiais e pessoas pobres, não necessariamente ligadas à criminalidade, que transcendiam os limites do “mundo da ordem”²²⁵. Isso explica em parte os aplausos ao major Sebastião Pyrrho e vivas ao exército, instituição militar que granjeava respeito da população e que no dia-dia não tinha prerrogativas como as da Força Policial, ou seja, a de repressão. Já a polícia era uma instituição muito mais presente na vida das pessoas mais pobres, comumente eram elas as mais afetadas pela ação cotidiana dos destacamentos policiais que combatiam os mais variados crimes e contravenções praticados na cidade.

E, muitas vezes, esses policiais cometiam excessos desmedidos contra aquelas pessoas que pululavam pelo centro da cidade com seus afazeres legais e ilegais²²⁶. Havia uma “repressão feroz, ampla e adaptável às variadas situações”²²⁷, daí a imagem negativa que a Força Policial carregava ao, no mínimo, querer fazer cumprir as leis ou o código de posturas municipal. Isso nas ruas e nas residências,

²²⁵ Sobre essas questões envolvendo a representação policial, as relações que se estabeleciam entre população e polícia, bem como o recrutamento de policiais nas camadas mais baixas da população na cidade do Rio de Janeiro, em fins do XIX e início do XX, ver: ROSEMBERG, A. “Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República”, pp. 63/81. In **Em Tempos de História**. PPG-HIS/UnB. Brasília, nº. 13, 2008; BRETAS, M. L. “A Polícia carioca no Império”, pp. 219-234. In **Estudos Históricos**, vol. 12, nº 22, 1998.

²²⁶ Entre outros, ver BRETAS, M. L. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

²²⁷ CRESPO, D. R. **O Cotidiano policial no Rio de Janeiro de Pereira Passos (1902-1906)**. Dissertação de mestrado/UFJF, 2007, p. 83.

quando nestas últimas adentrava muitas vezes sem mandado judicial “jogando abaixo e destruindo os pertences de seus habitantes”²²⁸.

A própria composição social dos quadros da soldadesca era algo criticável, como é possível perceber neste discurso de Rui Barbosa em 1901. Ele, figura pública que antes de ser oposição era um árduo defensor da legalidade, comentava o papel da polícia na tentativa de reprimir os populares e trabalhadores nos distúrbios derivados da greve que afetou a cidade naquele ano. Dizia ele que os policiais eram homens “que atropelam todos os dias a lei, homens cuja moralidade se zomba por toda parte, miseráveis buscados na ralé das ruas para se converterem em agentes da autoridade, não se podem impor respeito a povo algum”²²⁹. Se não havia autoridade imanente à figura do policial, parecia haver a prática do autoritarismo como algo constante.

Além dos distúrbios envolvendo civis e as forças legalistas do governo, outro ator coletivo resolveu tomar parte daqueles eventos turbulentos em fins de 1904: a ala militar insatisfeita com o governo e com os rumos da República. No exército, cujos grupos internos conspiradores já vinham se preparando para um possível levante havia algum tempo, alguns veem naqueles dias tumultuados de novembro²³⁰ os elementos favoráveis para a consecução dos seus objetivos. Na véspera do aniversário da República, no dia 14 de novembro, inicia-se o movimento militar²³¹ no roldão do que já vinha se sucedendo entre os civis. Por parte daqueles havia uma clara tentativa derrubar o governo e, simbolicamente, “refundar” a república, que os mais puristas viam como corrompida pela oligarquia civil.

Oficiais rebeldes, como o major Agostinho Gomes de Castro, capitão Mendes de Moraes, os generais Olympio da Silveira e Silvestre Travassos são os líderes que vinham mantendo contatos com os parlamentares Lauro Sodré e Alfredo Varela, bem como com alguns monarquistas próximos ao general Olympio da Silveira. Todavia, as ações práticas dos líderes militares se mostraram

²²⁸ PAMPLONA, *op. cit.*, p. 178.

²²⁹ Sessão de 19 de junho de 1901. In BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXVIII, tomo I, ano 1901. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, p. 83.

²³⁰ Para a historiadora Maria Janotti, há tempos se tramava entre os jacobinos e militares, ligados ao Clube Militar e as Escolas Militares [*Realengo e Praia Vermelha*], um levante para derrubar o governo. Cf.: JANOTTI, *op. cit.*, p. 249.

²³¹ Existem leituras que remetem à visão das forças legalistas do exército sobre o envolvimento dos militares naqueles dias tumultuosos de novembro. Destaco aqui, por exemplo: LOBATO FILHO. **A Última noite da Escola Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

extremamente carentes de planejamento e, conseqüentemente, convertem-se em experiências desastrosas.

O major Gomes de Castro e o capitão Mendes de Moraes, responsáveis em fazer a sublevação dos cadetes da Escola Tática do Realengo foram aprisionados ao chegarem naquela unidade militar. Ali, o movimento morreu sem ter sido disparado um único tiro; A Escola da Praia Vermelha foi sublevada e, sob as lideranças de Lauro Sodré e general Travassos, cerca de trezentos cadetes marcharam em direção ao Palácio do Catete. Nos enfrentamentos com as forças leais ao governo os rebeldes foram vencidos, o general Travassos e Lauro Sodré feridos e presos²³². O primeiro veio a falecer no hospital em virtude de uma infecção generalizada adquirida após ter sua perna amputada devido aos ferimentos à bala.

Na manhã do dia 15 de novembro de 1904 o governo já tinha total controle sobre os militares sublevados e, no alvorecer do dia subsequente, a cidade acordava sob vigência de mais um estado de sítio. Os alunos das escolas militares envolvidos na sublevação foram presos e “redistribuídos” em outras unidades militares fora do Rio de Janeiro, como aponta uma reportagem ao noticiar as realocações desses militares: “esses alumnos, que hontem embarcaram no vapor *Desterro*, tiveram o seguinte destino: setenta para o Rio Grande, vinte para o Paraná e dez para Santa Catarina”²³³.

Contudo, mesmo com as “canas graúdas” também presas, focos de distúrbios e os enfrentamentos de civis com a polícia continuavam existindo pelas ruas da cidade, principalmente nos bairros de maioria operária, Gamboa e Saúde²³⁴, próximos à zona portuária. Isso demonstra, em parte, que os populares tinham motivações próprias. Diferentes das intenções mais pontuais dos políticos e militares conspiradores de oposição ao governo que se envolveram nas agitações. E de que sabiam agir de forma independente e por outros motivos, sem necessariamente disporem da liderança de uma “vanguarda esclarecida”, como o governo apontava.

Em meados de novembro de 1904, depois de controlados os distúrbios, inúmeras pessoas foram colocadas nas prisões, outras tantas feridas e mortas;

²³² Cf: CARVALHO, J. M. 2004; JANOTTI, 1986; FRANCO, 2001; PEREIRA, 2002.

²³³ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os Conflictos do Rio**, 18/11/1904, ano XXX, nº 9.483, p. 01. Acervo da BPP.

²³⁴ Interessante este trocadilho entre o nome do bairro onde se desenrolaram os conflitos mais intensos, habitado majoritariamente por negros e mestiços, e os problemas envolvendo a vacinação obrigatória: “E vejam os senhores a irrisão do destino: ainda uma vez mais, é da Saúde que nos vem o mal que tanto affecta a tranquillidade desta capital”. O MALHO. [sem título], 19/11/1904, ano III, nº 114, p. 10. Acervo da FBN.

grande parte desterrada e outra de menor monta deportada (estrangeiros). No levantamento feito pelo historiador José Murilo de Carvalho, a partir de dados oficiais e de jornais da época, teriam sido mortas 30 pessoas; 110 ficaram feridas; 945 presas entre civis e militares e 461 são deportadas (*sic*)²³⁵. Apenas quatro civis foram processados por alegados envolvimento com a revolta: o deputado Alfredo Varela, Vicente de Souza, Pinto de Andrade e Arthur Rodrigues. Porém, no ano seguinte esses últimos foram todos anistiados pelo Governo Federal.

Os danos físicos ao patrimônio, segundo o jornal *O Paiz*, foram da seguinte ordem: mais de setecentos combustores da iluminação pública danificados; vinte e dois bondes destruídos, além da depredação de lojas e repartições públicas, inclusive delegacias de polícias incendiadas²³⁶. Como a cidade estava em obras, muitas pedras e madeiras de construções foram usadas como armas e barricadas nas ações contra a polícia. Os tumultos foram controlados antes do fim do mês, mas as prisões continuaram existindo e a vigência do estado de sítio rompeu o ano seguinte.

Apenas na sessão do dia 05 de agosto de 1905 o Congresso Nacional aprova a anistia a todas as pessoas “que tiveram parte nos sucessos desta capital durante a noite de 14 de novembro de 1904, assim como as ocorrências civis ou militares, anteriores ou posteriores, que com elas se relacionem”²³⁷. No entanto, as pessoas desterradas para o Acre não foram atingidas pela anistia, já que não sofreram nenhum tipo de processo pela justiça civil ou militar que os enquadrassem como réus, portanto, passíveis de anistia. A invisibilidade que eles sofreram e o não reconhecimento deles como beneficiários da anistia atesta que foram vítimas dos “atos de alta polícia política”, como já falara Rui Barbosa ao se remeter aos desterrados de 1892. Com um detalhe, como já foi visto, as “canas grudas” de 1892 foram anistiadas e não havia “canas miúdas” entre eles: eram pessoas que o governo não podia “esquecer” permanentemente na Amazônia. Já a grande maioria anônima das “canas miúdas” de 1904 não teve advogados que as defendessem,

²³⁵ CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 126. Talvez não se chegue nunca aos números fidedignos das ocorrências envolvendo as vítimas da Revolta da Vacina, pois os dados do governo nos relatórios parecem sub-dimensionados e os dos jornais, quando comparados uns com os outros, são geralmente conflitantes.

²³⁶ O PAIZ. 14/11/1904, ano XXI, nº 7.342, p. 01. Acervo da BPP.

²³⁷ BARBOSA, R. **Obras completas de Ruy Barbosa: discursos parlamentares**. Volume XXXII, tomo I, ano de 1905. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Imprensa Nacional, 1955, p. 03.

nem ecoaram suas vozes de protesto via imprensa e nem o judiciário quis se pronunciar sobre o autoritarismo do qual foram vítimas.

É correto dizer que a chamada *Revolta da Vacina* carregava diversos significados de cunho social, político e militar. Isso inclusive leva a uma insuficiência do próprio nome adotado para designar aquele movimento, pois não foi só uma revolta contra “a vacina”²³⁸, mas contra a sua regulamentação, as consequências que dela advinham e outros aspectos distintos destes anteriores. Chocava-se com a moral e pudor familiar da época deixar que os corpos de mulheres fossem tocados por estranhos, principalmente quando os maridos estavam ausentes; atentava contra liberdade e autonomia que cada um tinha sobre o seu corpo; existia também o receio da eficácia médica da vacina; junte-se a isso imposição autoritária adotada pelo governo nesta questão. Sua amplitude e complexidade fogem aos limites deste trabalho, centrado apenas em questões mais diretas com a temática que aqui está sendo tratada²³⁹.

No entanto, cabe fazer referência à análise de Afonso Arinos de Melo Franco, biógrafo do presidente Rodrigues Alves, que também teceu algumas breves considerações sobre a revolta. Ele imputa a culpa pelos conflitos aos opositores do governo na imprensa (jornalistas Leão Veloso e Edmundo Bittencourt); no parlamento (Rui Barbosa, Lauro Sodré, Barbosa Lima e Barata Ribeiro) e no exército (generais Olympio da Silveira e Silvestre Travassos) de agirem movidos por ódios, frustrações e sectarismos, apesar de serem *ilustrados* e de boa *situação social* (destaques meus). Para ele, houve também falha do governo que não soube ter a habilidade de persuadir a população dos benefícios da vacinação compulsória em massa, “mas não pode [o governo] deixar de reconhecer que havia muita má fé na resistência, que a ignorância era explorada pelo fanatismo ou paixão”²⁴⁰.

Ou seja, ele entendia que os estratos mais baixos da população não tinham capacidade de agir de maneira autônoma naquela revolta. Suas atitudes foram conduzidas através de uma “vanguarda de fora”, ilustrada e socialmente diferenciada, portadora de interesses escusos sublimados no discurso contra a

²³⁸ No Rio de Janeiro, as políticas públicas de vacinação já vinham de muito tempo. Porém, as resistências a ela e a forma como isso se deu nunca tinham atingido tal magnitude. Sobre a história da vacinação na cidade ver: CUKIERMAN, H. **Yes, nós Temos Pasteur – Manguinhos: Osvaldo Cruz e a história da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2007.

²³⁹ Entre outros autores que tratam da revolta, refiro-me aqui a SEVCENKO, *op. cit.*; PEREIRA, *op. cit.*; SANTOS, J. R. **Quatro dias de rebelião**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1980; e, CARVALHO, 2004, *op. cit.*

²⁴⁰ FRANCO, 2001, p. 492.

vacina. Esta também é a tese oficial, encampada de pronto pelo governo ao explicar aquele setembro conturbado de 1904. Todavia Afonso Arinos complementa de maneira mais contundente, ao dizer que o presidente Rodrigues Alves chefiava uma revolução no país, “e que nenhuma revolução pode ser feita sem abalos e conflitos, nem vitoriosa sem lançar mãos de recursos de exceção”²⁴¹. Há nessa passagem a justificativa de que a fraqueza do governo em convencer a população através meios pacíficos, foi compensada pelos meios coercitivos e excepcionais aos quais lançou mão para implantar seu projeto.

Para encerrar este tópico sobre a *Bernarda* de 1904, recorro novamente ao escritor Lima Barreto, que na sua obra *Recordações do escrивão Isaías Caminha* sintetiza de forma romanceada, através da personagem que dá título ao livro, o que foram aqueles dias atípicos da chamada *Revolta da Vacina*. De acordo com o escrивão, o princípio de tudo ocorreu quando o governo tornou obrigatório o uso de sapatos pela população, foi uma revolta contra os sapatos, ou melhor, contra o autoritarismo do governo.

Isso teria começado porque queriam, além das reformas urbanas, “uma população catita, limpinha, elegante e branca: engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra”²⁴². Por fim, ele sintetiza a composição social daquele movimento fictício, — porém espelhado no real — deixando antever que ele era multifacetado tal qual a revolta real, fonte de inspiração do autor:

havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam seu inimigo natural e outros o Estado (...). O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. Não há um chefe geral nem um plano estabelecido²⁴³.

Nota-se aí que, tanto na história quanto na ficção, as medidas tomadas pelo poder público são semelhantes, predominando o mesmo tom impositivo e autoritário

²⁴¹ *Idem*, p. 492.

²⁴² LIMA BARRETO, A. H. **Recordações do escrивão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 2002, p. 117. A obra é publicada pela primeira vez no ano de 1909.

²⁴³ *Ibidem*, p. 144.

em relação às reformas urbanas e disciplinarização das pessoas em torno de novos e almejados comportamentos. Há ainda – nos dois casos – o ódio à polícia por gentes de todas as classes e profissões que, envolvidas nos protestos, amalgamam suas insatisfações contra a arbitrariedade oficial. Prevalece também a participação grupos distintos que se insurgem autonomamente, sem relação direta com outros, porém todos com o mesmo alvo: o governo e o que se identificasse com ele.

Seis anos mais tarde, na mesma cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a chamada *Revolta da Chibata*²⁴⁴. Essa revolta eclodiu quando marinheiros que serviam em navios da Marinha do Brasil se insurgiram contra seus superiores para exigir o fim das punições e dos castigos físicos que lhes eram impostos na Armada Naval com bastante frequência. A demanda dos marinheiros era “uma reclamação justa, mas feita em voz muito grossa”, como considerou na época o jornal *O Paiz*²⁴⁵ ao reconhecer o mérito do pedido dos marinheiros sintetizado na frase “abaixo a chibata”. Ou seja, um jornal que apoiava Hermes da Fonseca, parcialmente reconhece que os marinheiros estavam certos no conteúdo das suas reclamações; porém, considerava-os errados na forma como as expressaram. Desde muito, a prática do uso da chibata como castigo era algo comum, pois “na avaliação dos oficiais, os marinheiros eram a ralé, a escória da sociedade, eram facínoras que só a chibata e outros tipos de castigos corporais podiam mantê-los sob controle”²⁴⁶, adequá-los à disciplina e ao respeito pela hierarquia militar.

Desde o Império, e continuou com a República, a Marinha encontrava enormes dificuldades para suprir seus quadros inferiores com voluntários. Era comum o oficialato aceitar todos os menores e jovens pobres remetidos pela polícia pelo simples fato destes serem associados como futuros membros das onipresentes “classes perigosas”²⁴⁷. O meio militar serviria então para tirá-los desse “destino” quase que inexorável ao incorporá-los como grumetes. Mesmo com a hierarquia existente na caserna havia, de fato, um fosso enorme de caráter social e cultural entre a oficialidade, de um lado; e os grumetes e os marinheiros, do outro. De forma

²⁴⁴ Não existe consenso sobre a nomenclatura “Revolta da Chibata”, usada pela primeira vez na obra homônima, escrita em 1960, do jornalista Edmar Morel (1986) e depois também acatada por muitos historiadores. Álvaro P. do Nascimento (2001 e 2008), estudioso da história dos marinheiros da Armada, prefere dizer “Revolta dos Marinheiros” porque teria uma amplitude maior e assim daria conta de aspectos que não se resumem apenas ao uso da chibata e aos eventos de 1910.

²⁴⁵ O PAIZ. **A Voz dos canhões**, 27/11/1910, ano XXVI, nº: 9.549, p. 01. Acervo da FBN.

²⁴⁶ CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 17.

subjetiva, não é de todo errado afirmar que essas questões possam ter brotado também nas motivações que levaram à rebelião daqueles marinheiros em 1910.

A tomada do comando dos navios se deu perto da madrugada do dia 22 de novembro, quando centenas de marinheiros mataram seis oficiais e um grumete. Nessa época o Brasil possuía uma das marinhas mais poderosas do mundo, com navios modernos e bem armados para o contexto tecnológico da época. Era o caso das embarcações tomadas de assalto: o *scout Bahia*, os encouraçados *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Deodoro*, todos adquiridos na Inglaterra²⁴⁸ havia pouco tempo.

Os marujos amotinados principiam então bombardeios às cidades do Rio de Janeiro e da vizinha Niterói, derrubando casas, prédios e atingindo algumas pessoas, gerando um pânico generalizado na população que fugia para as áreas suburbanas (os pobres) ou para cidade serrana de Petrópolis (os ricos)²⁴⁹, conforme atesta ainda o jornal *O Paiz* ao dizer dramaticamente que “o centro da cidade despoeva e carros trafegam febrilmente conduzindo famílias (...). Propaga-se um pânico indescritível”²⁵⁰.

Em tom galhofeiro a revista humorística *Fon-Fon* descreve a fuga de parte da população da cidade, notadamente das pessoas de classe média ou abastadas, conforme procura demonstrar através fotografia seguinte (*foto 02*). Assegurava a matéria publicada no editorial da revista que,

O medo é um grande nivelador social. Cá está quem viu, nos exageros da fuga, gente alta, de boa collocação, bom dinheiro e renome, avançar nos modestos bondes de segunda classe e disputar um posto, quasi a muque, ao pobre desprotegido, de tostão contado e posição humilde. A graça fresca e elegante do linho branco, não fazia questão, naquele momento de agonias, de juntar-se á chita barata da pobre operária. Na fuga todos eram iguaes não anda a gente a procura de bons lugares e melhores comodidades²⁵¹.

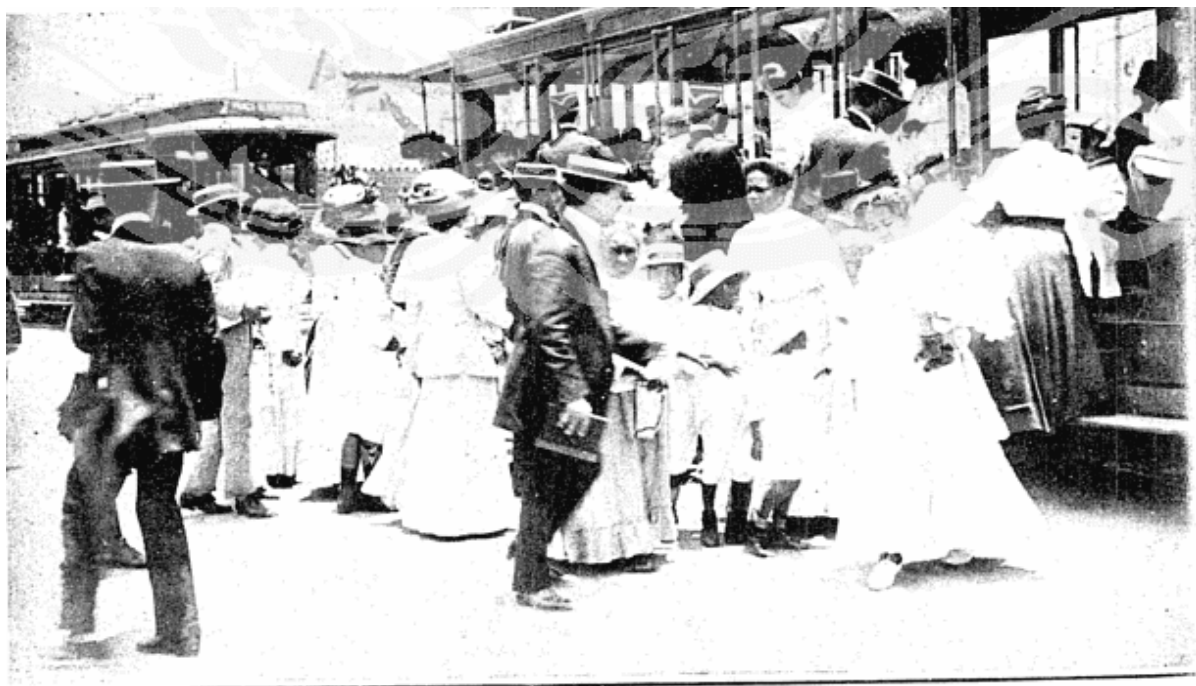
²⁴⁷ Para um aprofundamento destas questões, consultar NASCIMENTO, A. P. **A Ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

²⁴⁸ Dos quatro navios, o *Deodoro* era o mais antigo. Os outros eram os que existiam de mais moderno à época em matéria de navios bélicos, todos com alto poder de destruição e canhões de longo alcance. Começaram a ser construídos nos estaleiros de New Castle em 1906 e entregues havia pouco tempo. Cf. MARTINS, H. L. “A Revolta dos marinheiros – 1910”. In **História naval brasileira**. Volume V. Tomo I B. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, pp. 101/227, 1997.

²⁴⁹ Cf. NASCIMENTO, A. P. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008.

²⁵⁰ O ESTADO DE S. PAULO. **Revolta da Armada**. 25/11/1910, ano XXXVI, nº 11.670, p. 01. Acervo da BPP.

²⁵¹ FON-FON. **Dias passados**. 03/12/1910, anno IV, nº 49, p. 13. Acervo da FBN.



O exodo da população da capital por ocasião dos boatos aterradores de bombardeio.

Foto 02: FON-FON. 03 de dezembro de 1910, anno IV, nº 49, p. 241. Acervo da FBN.

A comicidade e o aspecto burlesco da cena narrada pela revista — e ancorada visualmente na fotografia — tem seu lado sério, que é demonstrar a estratificação social e os “lugares” que cabiam a cada um dos sujeitos que compunha aquela sociedade. Acaba indicando que essa característica não era algo apenas presente no âmbito da participação política, de aspectos muito restritos, como já foi salientado. Ou ainda, prerrogativa das distinções sociais entre militares da oficialidade e da marinhagem de baixa patente, esses últimos impedidos formalmente de galgarem os postos mais altos da carreira. Os costumes e os modos de vida cotidianos como o vestir, os lugares sociais que ocupavam e transitavam, o modo de falar e a cor da pele, por exemplo, eram também elementos que separavam e classificavam os diferentes.

Por seu turno, as autoridades também ficaram atônitas com o fato, pois “o elemento surpresa foi o grande trunfo dos amotinados, pois de uma hora para outra as principais autoridades civis e militares se viram desarmadas e indefesas frente ao inimigo”²⁵², como afirma Nascimento. Desarmadas e indefesas tem um significado mais retórico, creio eu. É inegável que o poderio bélico dos encouraçados era muito maior, mas poderiam ser vencidos militarmente ao cabo de alguns dias. Porém, seria

²⁵² NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 31.

para o governo uma vitória de Pirro: Hermes da Fonseca havia assumido havia apenas alguns dias e o custo político de um confronto militar seria enorme. Materialmente, um embate armado proporcionaria mortes de muitos civis e militares, além das prováveis avarias e destruições das modernas e caríssimas belonaves. E ainda, o risco de destruição de todas as obras de reforma da cidade que tinham acontecido ao longo daquela década a custos financeiros elevadíssimos. Então, a saída era negociar.

Teve início naquela noite um dos momentos mais críticos da República, talvez só comparado aos acontecimentos relacionados à *Revolta da Vacina*. Algumas consequências foram semelhantes: de pronto uma cidade convulsionada; logo veio o estado de sítio; e por fim, marinheiros expulsos da Armada²⁵³. Parte deles, juntos com civis considerados arruaceiros e vagabundos, foi desterrada para o Acre. O ministro da marinha, vice-almirante Joaquim Baptista Marques de Leão, em seu relatório entregue ao presidente Hermes da Fonseca assim se refere ao episódio de exclusão provocado pelo *Decreto 8.400*:

(...) embora não se tratasse de baixas comuns, o governo enviando os excluídos para seus estados, não se limitava ao cumprimento de uma disposição regulamentar, tomava uma providência de segurança geral. Até 31 de dezembro foram excluídos 900 homens, número que se elevou para 1.216 nos primeiros 04 meses do anno fluente; a 1.078 destes excluídos o governo forneceu passagens nos paquetes do Lloyd para regressarem a seus estados. Enquanto se providenciava sobre a exclusão e transporte dos antigos tripulantes dos couraçados Minas Geraes, São Paulo e Deodoro (...). Admitem-se nas fileiras da Marinha elementos de toda espécie, em sua maior parte recrutados no refugio da vagabundagem e do crime (...), mandados para a Europa para tripular as unidades de fabrico, lá sofrem as peores influências dos centros anarchisados pelas idéias subversivas e ao regressarem vieram constituir-se em sociedades secretas a ser exploradas pelas agitações do momento²⁵⁴.

Dois aspectos merecem ser ressaltados nesse documento enviado ao presidente da República pelo ministro da Marinha. O primeiro deles é o da exclusão imediata de todos os marinheiros sobre os quais pairavam suspeitas de participação,

²⁵³ Por meio do Decreto nº 8.400, aprovado no dia 28 de novembro de 1910, a Marinha estava autorizada a excluir todos os marinheiros “inconvenientes à disciplina”. Até o fim de dezembro daquele ano, a Marinha deu baixa em 1.216 praças fazendo uso desse Decreto. Cf.: NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 55.

²⁵⁴ O ESTADO DE S. PAULO. **O Relatório da Marinha**. 17/06/1911, ano XXXVII, nº 11.872, pp. 02/03. Acervo da BPP.

ou de simples simpatias, com o movimento de 22 de novembro. E ainda, não bastava expulsá-los da marinha, era importante mandá-los embora da cidade do Rio de Janeiro como forma de precaução a novas *Bernardas*. Por fim, o almirante Marques de Leão levanta uma hipótese pouco realçada por aqueles que se debruçaram em estudar aquela revolta: ele alude ao fato de parte da marinhagem, em viagens para a Europa, ter tido contato com ideias “subversivas” e semeado isso entre os demais marinheiros. É bastante crível que muitos marujos, devido suas viagens ao exterior tenham tomado conhecimento com mais detalhes do levante de 1905 ocorrido no encouraçado *Potemkin* na Rússia e terem sido influenciados com tais ideias libertárias e de oposição aos castigos internos. Pode ter ecoado aqui nos trópicos, entre a marujada, o exemplo dos marinheiros do porto de Odessa que se revoltaram contra a opressão dos seus superiores na marinha czarista.

Aqui cabe ainda uma pequena digressão: embora não exista relação automática com o que foi dito acima, a motivação mais imediata para a revolta dos marinheiros nacionais está relacionada com o que ocorrera seis dias antes, quando o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes fora castigado com duzentas chibatadas por ter entrado no navio *Minas Gerais* com uma garrafa de aguardente, o que era proibido pelo regimento interno²⁵⁵. Como já foi dito, o Código Penal de 1890 abolira os açoites como pena, mas a Armada Nacional conservava-os para punir seus marinheiros. Durante o Império só os escravos eram passíveis de punição com o açoite; na República, só marinheiros continuavam recebendo tal castigo. É de se imaginar o quão consideravam humilhante tal prática punitiva.

Como só restava ao governo dialogar, o deputado e militar naval José Carlos de Carvalho é escolhido para negociar com os amotinados e, no dia 25, visita o navio *Minas Gerais*. Ele retorna de lá com o marinheiro Marcelino, que seria internado posteriormente no Hospital da Marinha, e declara que “as costas desse marinheiro assemelhava-se a uma tainha lanhada para ser salgada”²⁵⁶. Suas declarações ganham as manchetes dos jornais e causam consternação e protestos no meio político e jornalístico, principalmente entre aqueles da oposição que procuram capitalizar tal fato ou simplesmente denunciar o que ocorria na marinha brasileira. O deputado também traz um documento dos marinheiros rebelados, onde estes se dirigem ao presidente Hermes da Fonseca.

²⁵⁵ Cf.: MOREL, *op. cit.*

²⁵⁶ NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 38.

Resumidamente eles se declaram como cidadãos brasileiros, “defensores fardados” da pátria e republicanos, que não suportavam mais “a escravidão que vivenciavam na marinha, o desamparo e o esquecimento da pátria que defendiam”. Acusam os oficiais de serem os responsáveis pela falta de grandiosidade da marinha e solicitam ao presidente a reforma do código disciplinar da Armada, pedem também aumento dos soldos e educação para os marinheiros. Sobre este último aspecto, fica claro que seria a instrução formal, já que a ampla maioria dos marinheiros era formada de analfabetos, oriundos das camadas mais pobres da população. Por fim, eles dão um ultimato vigoroso: “tem V. Excia. o prazo de 12 horas para nos mandar a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada”²⁵⁷.

Sem margem de manobra, só restou ao governo conceder a anistia (*Decreto 2.280*) aos amotinados dos vasos de guerra, uma atitude que desagradou profundamente os oficiais da Marinha, que acataram tal medida em um silencioso descontentamento. O projeto de anistia foi apresentado pelo senador Rui Barbosa e aprovado com data retroativa ao dia 24 nos seguintes termos: artigo 01º - “é concedida anistia aos insurretos de parte dos navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo, que lhe for marcado pelo governo se submeterem as autoridades constituídas”²⁵⁸.

Mas a anistia não arrefeceu os ânimos exaltados dos oficiais, que se sentiram ofendidos, nem curou as feridas abertas pelos marinheiros revoltosos. Os rumores de uma nova rebelião ecoavam com frequência nos dias que se seguiram após a anistia. E este foi o pretexto para que os militares e marinheiros ficassem de sobreaviso: os primeiros acreditavam (e difundiam) o prenúncio de uma nova rebelião; os últimos estavam receosos de uma possível vingança por parte dos oficiais, que tinham engolido a contragosto a anistia dada pelo governo. Na madrugada do dia 09 de dezembro a guarnição²⁵⁹ do Batalhão Naval, sediada na

²⁵⁷ MOREL, *op. cit.*, pp. 84/85. Segundo este autor, o único com capacidade para escrever aquela carta era o marinheiro Francisco Dias Martins, conhecido como Mão Negra. Isto se confirmaria por dois motivos: ele tinha o curso secundário completo e era sempre o orador dos marinheiros em dias de festa ou eventos oficiais na Armada. No entanto, em artigo recente, seu filho e historiador Marco Morel traz fatos novos que apontam para outro marinheiro a escrita da carta: Adalberto Ferreira Ribas. MOREL, M. & ALMEIDA, S. C. P. “O almirante branco”, pp. 36-40. In **Revista Nossa História**. Ano V, nº 53. Rio de Janeiro: SABIN, 2010.

²⁵⁸ O artigo 2º revogava as disposições em contrário. In MARTINS, *op. cit.*, p. 157.

²⁵⁹ “A guarnição do Batalhão Naval, na verdade, tinha elementos indesejáveis, o rebotalho (*sic*) da sociedade. O que havia de pior nas favelas, lá estava”. MOREL, *op. cit.*, p. 149.

Ilha das Cobras, se sublevou contra os superiores, de imediato os militares reagem e arrasam a Ilha das Cobras já nas primeiras horas dia seguinte.

Depois de horas de enfrentamento, dos mais de 600 marinheiros “restam 60 vencidos pelo desespero. Os outros morreram, fugiram ou entregaram-se ao governo”²⁶⁰. De acordo com o historiador Álvaro do Nascimento, os revoltosos do Batalhão Naval não tinham o intento de reeditar as demandas dos amotinados do dia 22 de novembro e nem colocar o governo mais uma vez na defensiva, o que eles tentaram fazer foi apenas se antecipar aos boatos que corriam entre os marinheiros das vinganças eminentes dos oficiais²⁶¹, ainda recalcados pela ousadia dos marinheiros ocorrida semanas antes. O Governo Federal, através da Força Policial e de destacamentos do Exército e da Armada, empreende uma verdadeira caçada aos marinheiros sobreviventes que fugiram da Ilha das Cobras em direção aos morros ou distritos distantes do centro da cidade. Daí em diante, “os xadrezes da Polícia Central ficaram como ninhos de rato. Cerca de 600 prisões foram efetuadas, sendo que quase todos eram anistiados *[do dia 25 de novembro]* e civis arrebanhados nas ruas”.²⁶²

Ainda com a vigência do estado de sítio, instituído no dia 12 de dezembro, o governo aproveita mais uma vez para se desfazer dos indesejáveis, civis e militares, que encontrava pela frente. Cabe ainda ressaltar que o governo — em particular a marinha — aproveitou aquele momento de estado de sítio para atingir os principais líderes da revolta do dia 22 de novembro, que de imediato foram todos presos. Entre eles encontravam-se os marinheiros João Cândido, Gregório do Nascimento, Francisco Dias Martins, cabo Piaba (Jesuíno de Carvalho) e os sargentos Abílio Servo e Benedicto Rodrigues.

No dia 22 de dezembro eles foram transferidos para as masmorras da prisão subterrânea da Ilha das Cobras e colocados amontoados nos cubículos das solitárias, sem ventilação, água e comida. Nesse local os presos “empilhados uns contra os outros, impossibilitados de se moverem, sentiram dentro em pouco todo o horror da sua situação (...) era aquela uma nova forma de assassinato que lhes fôra aplicada”²⁶³. No dias que se seguiram apenas João Cândido e o cabo Piaba tinham

²⁶⁰ Jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *apud* MOREL, *op. cit.*, p. 152.

²⁶¹ NASCIMENTO, 2008, p. 65.

²⁶² MOREL, *op. cit.*, p. 156.

²⁶³ CORREIO DA MANHÃ. **Ainda a Ilha do Martyrio**. 14/01/1911, ano X, nº 3.467, p. 01. Acervo da FBN.

sobrevivido às mortes por asfixia que se abateram sobre os demais²⁶⁴. Ao todo pereceram dezoito marinheiros, “creaturas mortas á fome, á sede, á asphixya e á pancada”, nenhum com mais de trinta anos e cujos nomes o *Correio da Manhã* publicou na íntegra após o fim do estado de sítio²⁶⁵. Dias depois, o marinheiro João Cândido foi declarado louco pelos médicos e enviado ao Hospital dos Alienados para internação, retornado tempos depois para a mesma ilha onde passou mais dois anos preso²⁶⁶.

O opositorista *Correio da Manhã*, em matéria intitulada *morticínio horroroso*, procura elevar aqueles acontecimentos sinistros da Ilha das Cobras como algo que manchava o nome do Brasil no exterior. E afirma que o Brasil naquele momento “é apontado como um paiz sem cultura, sem civilização, sem direito, sem justiça, paiz de povo sem senso moral, onde friamente, a mando da autoridade pública se matam creaturas humanas pela fome, pela sede e pela asphyxia”²⁶⁷.

Como solução final, no feriado de natal de 25 de dezembro, partiu do Rio de Janeiro o navio *Satélite* com 436 prisioneiros destinados às *regiões do Acre*, como o governo declarou na época. De acordo com o jornalista Edmar Morel, entre eles estavam 293 prisioneiros retirados da Casa de Detenção²⁶⁸, que seriam “modestos operários e servidores públicos”, presos por serem considerados apenas simpáticos à revolta. Existiam outros 66 marinheiros recolhidos no Quartel do Exército, que também foram desterrados. Do quartel do 01º Regimento de Infantaria saíram mais 31 marinheiros. E por fim, embarcaram ainda 44 mulheres retiradas também da Casa de Detenção. De acordo com a consulta que fiz na listagem do governo²⁶⁹, há uma pequena divergência: foram 68 marinheiros do quartel da Força Policial do Distrito Federal e outros 07 marinheiros considerados “livres”.

Nesse navio também embarcaram muitos civis recolhidos nas ruas e prisões da cidade, pelos simples fato de carregarem a fama de vagabundos e criminosos

²⁶⁴ Os relatos sobre as prisões e mortes na Ilha das Cobras estão registrados com riquezas de detalhes nas edições entre os dias 13 e 20 de janeiro de 1911 do *Correio da Manhã*, que voltou a circular após o fim do estado de sítio no dia 12 de janeiro. Este periódico refere-se à Ilha das Cobras como a “Ilha do Martyrio” ou “Ilha da Morte”.

²⁶⁵ CORREIO DA MANHÃ. **A Ilha do Martyrio**. 13/01/1911, ano X, nº 3.466, p. 01.

²⁶⁶ NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 71.

²⁶⁷ CORREIO DA MANHÃ. **Morticínio horroroso**, 20/01/1911, ano X, nº 3.473, p. 01. Acervo da FBN.

²⁶⁸ Sobre o sistema prisional e a Casa de Detenção do Rio de Janeiro ver os seguintes autores: BRETAS, M. “O que os olhos não veem: história das prisões do Rio de Janeiro”, pp. 185-213. In: MAIA, C. [et.al.] (org). **História das prisões no Brasil**. Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009; CHAZKEL, A. “Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República”, pp. 07-45. In: MAIA, *op. cit.*

inveterados. Não importava se essa má fama correspondia de fato ou era apenas algo construído pelas autoridades para justificar tais medidas. Da parte dos ex-marinheiros, foram embarcados à força aqueles que se recusaram inicialmente em receber a passagem que o governo disse oferecer para que retornassem aos seus estados de origem. Na mensagem presidencial enviada à Câmara Federal em maio de 1911²⁷⁰ isso fica bem evidenciado. Eis parte dessa justificativa do presidente da república:

Outros, porém, inveterados no crime, levados na agitação que nesta capital reinava, após os graves e inesperados acontecimentos que a haviam affligidos, recusaram daqui sahir, preferindo ficar vagando nesta capital e servir de elementos de explorações inconvenientes. Evidentemente, taes homens, de instinctos maos, sem occupação, desorientados pelos tristes successos de que haviam sido autores, constituiram nesta capital motivo de inquietação para a ordem pública, sendo certo, como pode com precisão ser apurado, que a maioria delles se mantinha ainda com propósitos de revolta, vivendo em conciliábulos e conspirações, tanto que a polícia, em mais de uma casa em que costumavam se reunir, conseguiu apprehender não pequeno número de armas. Diante da manifesta inconveniência de permanecer nesta cidade, em tal momento, esse tão crescido número de homens desoccupados, que, juntos a outros indivíduos desordeiros e contumazes no crime, constituíam uma constante ameaça a ordem pública, resolvi, como medida de prudência, e fundado no inciso nº 02 do § 02º do artigo 80 da constituição, desterrar para o Acre os mais perigosos desses ex-marinheiros e alguns dos indivíduos que a elles já se achavam ligados por naturaes e perversos instinctos²⁷¹.

Importa menos aqui discutir se essas pessoas que foram desterradas eram de fato criminosas ou se tiveram participação na revolta. A questão principal é que o governo mais uma vez, como em 1904, encontrou um ambiente propício para se desfazer de seus indesejados sociais. Mesmo assim, o presidente da república declara em tom magnânimo: “Não foi intenção do governo atirar essa gente, sem proteção e sem abrigo, nas florestas do Acre. Não: o governo cuidou de lhes proporcionar, naquellas regiões, o trabalho indispensável á sua subsistência”²⁷². E conclui sua mensagem afirmando como seria aproveitado aquele contingente de desterrados para a Amazônia, ao dizer que ordenou “que a metade delles fosse

²⁶⁹ STORRY, C. B. **Relatório de viagem do comandante do Lloyd Brasileiro Satélite**, de 05/03/1911. Coleção Carlos Brandão Storry. Acervo da FCRB.

²⁷⁰ O Congresso Nacional só voltou a funcionar normalmente no dia 03 de maio de 1911.

²⁷¹ JORNAL DO COMMERCIO. **Os actos do estado de sítio**. 28/05/1911, ano 85, nº 147, p. 04. Acervo da BPP.

entregue a Comissão Telegráfica²⁷³ chefiada pelo coronel Cândido Rondon, que lhes daria serviço; e a outra metade á Companhia construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré²⁷⁴.

2.3 – O Acre é escolhido como o recanto dos vencidos

Entendo que compreender a lógica dos desterrados para o Acre só se torna inteligível se for articulada com estes dois eventos há pouco comentados. Muitos dos seus desdobramentos se deram posteriormente com as prisões, os embarques para a Amazônia e a presenças daquelas pessoas no Acre e em algumas das localidades do entorno. Nos dois casos, os desterrados se assemelhavam na pobreza, na certeza por parte das autoridades deles serem desordeiros perigosos, facínoras irrecuperáveis e, naturalmente, inclinados ao crime. Este tipo de olhar e tratamento é completamente diferente daquele dado aos militares de alta patente, aos políticos influentes e jornalistas que em ambos os eventos foram também acusados de sedição, processados e continuaram no Rio de Janeiro. Primeiro presos, depois anistiados e em seguida todos retornando a vida pública.

Ou seja, estes últimos não tiveram nenhum tratamento à margem das leis vigentes da República e não foram “premiados” com o desterro, como bem expressa essa fina ironia publicada anonimamente no jornal *O Paiz* em 1904: “(...) confesso-te que me ocorreu um calafriosinho pela espinha quando o vi votado [*o estado de sítio*]. Logo, porém, que vi o [*visconde de*] Ouro Preto falar grosso e só ser preso o Prata Preta [*Horácio José, acusado de ser o líder da revolta no bairro da Saúde*], criei ânimo; (...) ou a República me trucidada e hei de ser uma mártir da monarquia”²⁷⁵. Enfim, esta fala de um suposto monarquista denota a percepção que aos acusados de sedição oriundos dos estratos sociais mais baixos — e para a população de uma

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ Oficialmente batizada de Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMA (1907-1915). Era uma obra que fazia parte da chamada “Comissão Rondon” (1890-1939) e que englobava todos os trabalhos e expedições chefiados por Cândido Mariano Rondon ao longo desses 50 anos. Ver: CASER, A. T. **O medo do Sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)**. Dissertação de mestrado/PPGHCS-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2009; RONDON, C. M. S. **Missão Rondon**. Brasília: Senado Federal, 2003; MACIEL, L. A. **A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: Educ, 1998; DIACON, T. **Rondon, o marechal da floresta**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. .

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ O PAIZ. **A Semana**, 15/12/1904, ano XXI, nº 7.363, p. 01. Acervo da BPP.

maneira geral — o tratamento punitivo era também diferenciado. Isso refletia as particularidades de uma sociedade onde predominava e muito as distinções de posição, *status* e poder.

Esta outra passagem a seguir se soma a anterior como exemplo da tentativa do governo em atribuir o envolvimento de monarquistas²⁷⁶ na *Revolta da Vacina*, em 1904. Eis a seguir as respostas do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Cardoso de Castro, em entrevista ao jornal *O Paiz* quando ali ele divulga o teor de uma carta que dizia ter sido apreendida com um sedicioso graúdo, que assinara apenas com o pseudônimo de “Seixas da restauração”:

- Chefe de Polícia: Eu tenho interrogado tanto, que agora estou disposto a um interrogatório. Pergunte.
- Repórter: *Vai mandal-o para o Acre?*
- Chefe de Polícia: Deus me livre! Isso seria o mesmo que por fogo no pé da pólvora, elle proclamava a monarchia por lá. Com o pessoal que está seguindo!
- Repórter: *Vai mandal-o para a Ilha das Cobras?*
- Chefe de Polícia: Qual o que! Elle se proclama martir!
- Repórter: *Vai...*
- Chefe de Polícia: Decididamente o senhor não é perspicaz. Vou simplesmente deixá-lo como está: dansando de urso²⁷⁷.

Não existem maiores detalhes sobre quem era o tal “Seixas da restauração”, até mesmo se era real ou apenas um factóide, pois o chefe de polícia pede ao repórter para que não seja divulgado o nome do suposto sedicioso. Sabe-se apenas que a essa personagem é atribuída a intenção de restaurar a monarquia, segundo tese da autoridade policial. É possível extrair ainda desta “entrevista”, algo já ressaltado por estudiosos contemporâneos e observações abalizadas de cronistas daquela época: a antipatia ou indiferença que a República despertava na maioria dos negros e mestiços, mais identificados com a monarquia desaparecida havia pouco mais de uma década. “O pessoal” que estava seguindo para o Acre era basicamente composto de negros e mestiços, como atestam as fotos, as charges, as matérias de jornais e os processos criminais que foram coligidos sobre alguns dos

²⁷⁶ De fato existia, conforme já foi apontado, o envolvimento de alguns deles em aliança pontual com os jacobinos. A historiadora Maria Janotti relata ainda que as correspondências de João Alfredo e Visconde de Ouro Preto, dirigidas à princesa Isabel, esclarecem em muito a dimensão do envolvimento dos monarquistas naquela revolta de 1904. Cf.: JANOTTI, *op. cit.*, pp. 252/253.

²⁷⁷ O PAIZ. **A Semana**, 15/12/1904, ano XXI, nº 7.363, p. 01. Acervo da BPP.

desterrados. Isso é válido tanto para os desterrados de 1904 quanto para aqueles de 1910.

O poeta e cronista João do Rio ao visitar a Casa de Detenção, logo após a *Revolta da Vacina*, observou nas suas conversas com os presos que “com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas”. E com seus preconceitos idiossincráticos de época ele mesmo indaga retoricamente e responde sobre essa singularidade, que ele reputa como obsoleta no tempo e servil na sua forma:

por que gatunos amestrados preferiam Sua Majestade ao Dr. Rodrigues Alves? É um mistério que só poderá ter explicação no próprio sangue da raça, sangue cheio de revoltas e ao mesmo tempo servil; sangue ávido por gritar *não pode!* Mas desejoso de ter certeza de um senhor perpétuo²⁷⁸.

Na fala de João do Rio, percebe-se que sua opinião a respeito das aludidas preferências políticas dos prisioneiros — por ele consideradas obsoletas — certamente seria endossada pelo chefe de polícia Cardoso de Castro. E de fato, ainda nos anos iniciais do século XX, o sentimento monarquista era algo muito presente na capital da antiga Corte entre pessoas de diversas classes sociais, não somente entre negros e mestiços. João do Rio atribui uma possível explicação ao comportamento das pessoas com “sangue da raça” (mestiços e negros de origem escrava), que seriam propensas sempre a obedecer a um senhor servilmente. Tais escolhas, ou convicções, são vistas pelo cronista republicano como um carrancismo deslocado no tempo e no espaço. Essa visão em gradações racialista e evolucionista, com características de tons mais “científicos”, pode ser encontrada nas ideias desenvolvidas pelo médico maranhense Francisco Nina Rodrigues. Contemporâneo desse período, em uma de suas obras ele assim se reporta às crenças monarquistas e personalistas por parte dos sertanejos, que são assim classificados por ele de forma indistinta índios, negros e mestiços:

A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estádio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna — pela lei. Ela carece instintivamente de um rei, de um chefe, de um homem que a dirija, que a conduza (...). serão

²⁷⁸ RIO, J. **A Alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1995, p. 160.

monarquistas como são fetichistas, menos por ignorância do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso insuficiente ou incompleto²⁷⁹.

Sobre esta mesma questão cabe aqui reportar que poucos anos antes, em 1901, o senador Rui Barbosa profere um discurso na tribuna no qual defendeu a necessidade de reconhecer a liberdade de expressão e de opinião dos muitos monarquistas que viviam na capital da república. E justifica, apelando para o caráter inofensivo daquelas preferências com as seguintes palavras: “é preciso confessar que a monarquia tem grandes simpatias no sentimento espontâneo do povo, porém, são platônicas, indiferentes, não atuam sobre a política do país, nem criam para os governos perigo de espécie alguma”²⁸⁰. Eis uma opinião mais amena e moderada, que certamente não seria compartilhada pelo escritor João do Rio e pelo chefe de polícia Cardoso de Castro.

Ainda sobre a declaração do chefe de polícia, a fecundidade da sua fala ao jornal *O Paiz* é expressiva também pelo uso do termo “dançando de urso”, uma gíria muito conhecida na época e que seria originária dos meios marginais e da malandragem. Segundo o poeta e compositor Orestes Barbosa²⁸¹ o termo significava a mesma coisa que traição. Portanto, uma possível tradução daquilo que Cardoso de Castro quis dizer era que, ao não ir para o Acre “proclamar a monarquia”, *Seixas da Restauração* “traiu” seus liderados ao ficar no Rio “dançando de urso”. Ou seja, na visão do governo desterrá-lo seria premiá-lo, dar visibilidade à sua causa tal como foi a ressonância dada em 1892 quando Floriano Peixoto também desterrou várias “canas graúdas” para a Amazônia. Era como se ele dissesse em tom de aviso: “agora é diferente!”

Todavia, sorte igual ao desconhecido Seixas não teve o preto conhecido pelo apodo de *Prata Preta*, cujo nome era Horácio José da Silva. *Prata Preta* foi elevado à condição de “herói rebelde”, sendo comparado no dia da sua prisão ao general russo Anatoly Stoessel pelo jornal *A Notícia*. Eis o teor da matéria:

Prata Preta é um homem de 30 anos presumíveis, alto, de compleição robusta, completamente imberbe. A sua fama de homem valente e rixento não foi desmentida, pois ele era visto nos pontos mais perigosos das trincheiras e barricadas, atirando de carabina

²⁷⁹ *apud* CORRÊA, M. **As Ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 2001, pp. 153/154.

²⁸⁰ Sessão de 19 de junho de 1901. *In* BARBOSA, 1955, *op. cit.*, p. 83.

²⁸¹ BARBOSA, O. **Bambambã**. Rio de Janeiro: Secretária de Cultura, 1993, p. 121.

nas forças atacantes. Sendo impossível prendê-lo no reducto, a polícia preparou-lhe uma emboscada (...). Hoje, as 09 horas Prata Preta retirou-se das trincheiras para ir almoçar em uma casa de pasto, quando os agentes atiraram-se sobre ele para prendê-lo (...). Ao que parece, Prata Preta era considerado o general Stoessel de Porto Arthur, da Saúde²⁸².

Este homem dito “valente e rixento” não ficou dançando de urso, não teve sua identidade preservada e posteriormente foi desterrado no dia 25 de dezembro de 1904 no navio *Itaipava* para o Acre, junto com outras centenas de desconhecidos. Assim ele é apresentado novamente nas páginas da imprensa, desta vez no *Jornal do Commercio*, no dia de sua prisão:

A grande custo elle foi conduzido para a Repartição Central de Polícia, sendo antes desarmado. Além de dous revólveres trazia em seu poder uma navalha e uma faca. Deu o nome Horácio José da Silva e foi mettido em uma camisa de força, recolhido ao xadrez. Esse creoulo tem a alcunha de “Prata Preta” e, pela sua conhecida bravura como famoso desordeiro, fôra proclamado chefe dos sublevados da Saúde. Apresentava muitas contusões de espada e, na repartição da Rua do Lavrádio, seria lynchado pelas Praças se não interviesse o Sr. Dr. Cardoso de Castro, que as conteve. Todos os indivíduos presos nestes últimos dias que se achavam naquella repartição, em número de 96, foram transportados hontem para a Ilha das Cobras, às 02 horas da tarde²⁸³.

Percebe-se que o jornal não poupa o leitor dos pormenores relacionados à vida pregressa de Horácio José: “famoso desordeiro”, conhecido pela sua má fama de mazorqueiro nato, portador de armas brancas e de fogo, sujeito que trazia na própria pele as marcas do seu passado de fora-da-lei. Sua aludida bravura só complicava sua situação perante a polícia, pois o elevava à condição de “líder” rebelde. Porém o jornal *O Paiz*, no mesmo dia, fala dessa prisão e elege outro “líder” dos distúrbios ocorridos no referido bairro da Saúde. Não é *Prata Preta*, mas também possui alcunha, chama-se Manduca e é, da mesma forma, retratado como desordeiro perigoso. Desta maneira ele é apresentado pela imprensa:

O caricato commandante era um tal Manduca, filho de um açougueiro do lugar, rapaz novo, moreno, mettido a valente andava sempre com uma espingarda (...) e era acompanhado de uma

²⁸² A NOTÍCIA. 16 e 17/11/1904, ano XI, nº 273, p. 01. Acervo da FBN.

²⁸³ JORNAL DO COMMERCIO. **Acontecimentos de hontem**, 17/11/1904, nº 521, p. 02. Acervo da BPP.

corneta, um vagabundo que há tempos pertencera a um dos corpos do exército²⁸⁴.

Na abordagem romanceada da revolta, publicada com o título de *Quatro dias de rebelião*, já no prefácio o escritor Joel Rufino dos Santos diz que a sua história “não foi completamente inventada. Manduca, Beijo de Prata, Lindinho, Galeguinho da Saúde – existiram de verdade”. E desta forma ele descreve o “comandante” Manduca, rapaz de 17 anos que trabalhava ajudando seu pai como magarefe em um açougue na Saúde: “não havia nada de especial em Manduca. Usava o chapéu-palhinha de banda, como qualquer rapaz da Saúde”. E nas descrições físicas arremata com mais detalhes: “os lábios eram finos, os cabelos revoltos sobre a testa, o nariz muito afilado – Manduca lembrava um ratinho, temos de convir. Parecia pronto a recolher migalhas em plena queda”²⁸⁵.

Ter apelido parecia ser aos olhos de muitos um sinal de que o sujeito era inquestionavelmente um criminoso. Mas um criminoso de “baixa categoria”, uma “cana miúda”, jamais um “Seixas da restauração” cuja identidade foi cerimoniosamente preservada pelas autoridades.

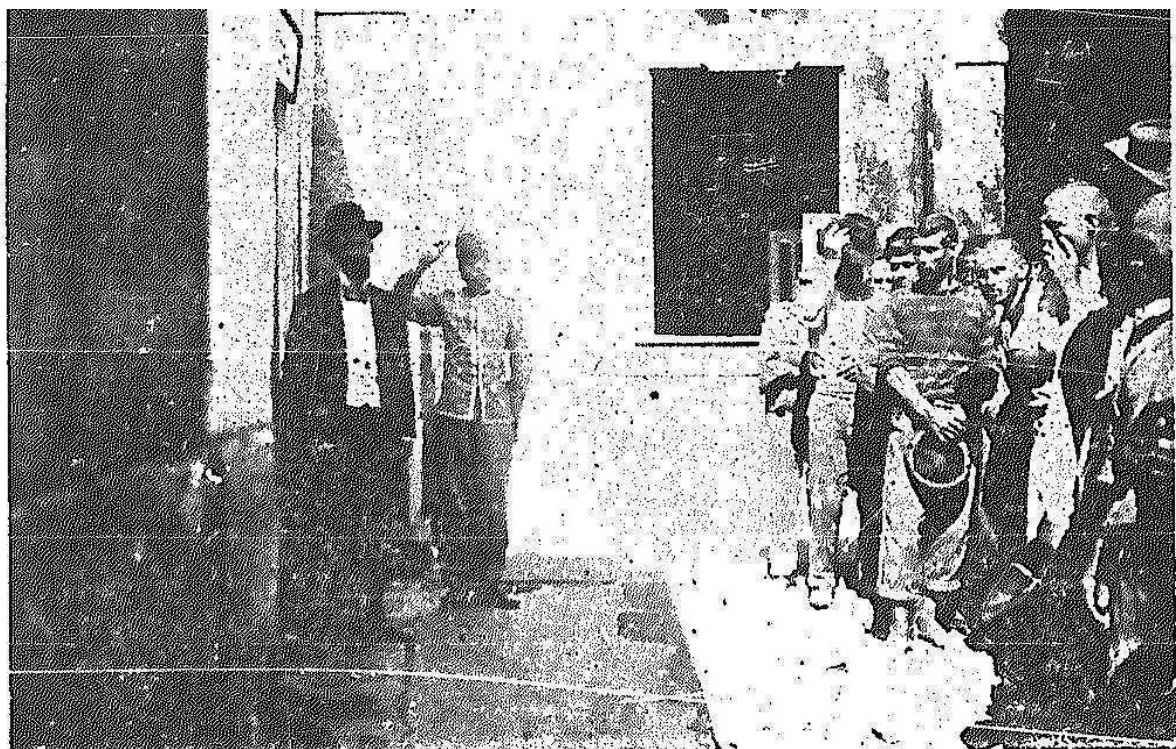
Neste particular, cabe apresentar como o jornal *O Paiz* descreve a visita que o chefe de polícia do Distrito Federal, Antônio Cardoso de Castro (*foto 03*, a seguir), faz à Ilha das Cobras, local para onde foram enviados os prisioneiros apanhados a roldão nas ruas e morros da cidade do Rio de Janeiro em fins de 1904:

O sr. Chefe de Polícia separou o trigo do joio nessa tarde memorável para todos eles: foi sua excelência em pessoa à Ilha das Cobras, fez-se acompanhar do capitão Meira Lima, administrador da Detenção, mandou formar em fila os 700 indivíduos que alli estavam detidos e separou cuidadosamente e escrupulosamente, com a serenidade de um juiz, apenas aqueles que o Diretor da Detenção pessoalmente conhecia como frequentadores habituaes daquela casa, aquellos que a primeira vista **elle chamava pela alcunha, aqueles que elle tinha absoluta convicção de que eram desordeiros profissionais**, vadios, ladrões, reincidentes e contumazes [*grifos meus*]²⁸⁶.

²⁸⁴ O PAIZ. **Reducto abandonado**, 17/11/1904, nº 7.345, p. 02. Acervo da BPP.

²⁸⁵ SANTOS, 1980, *op. cit.*, p. 15.

²⁸⁶ Este artigo foi assinado por alguém que tinha o sugestivo cognome de Pangloss, personagem célebre criada pelo filósofo Voltaire em *Cândido*. O PAIZ, 29/11/1904, nº ano XXI, 7.357, p. 02. Acervo da BPP.



**O Dr. chefe de policia chegando ao lugar onde estão os quebra
lâmpioes que seguem para o Acre**

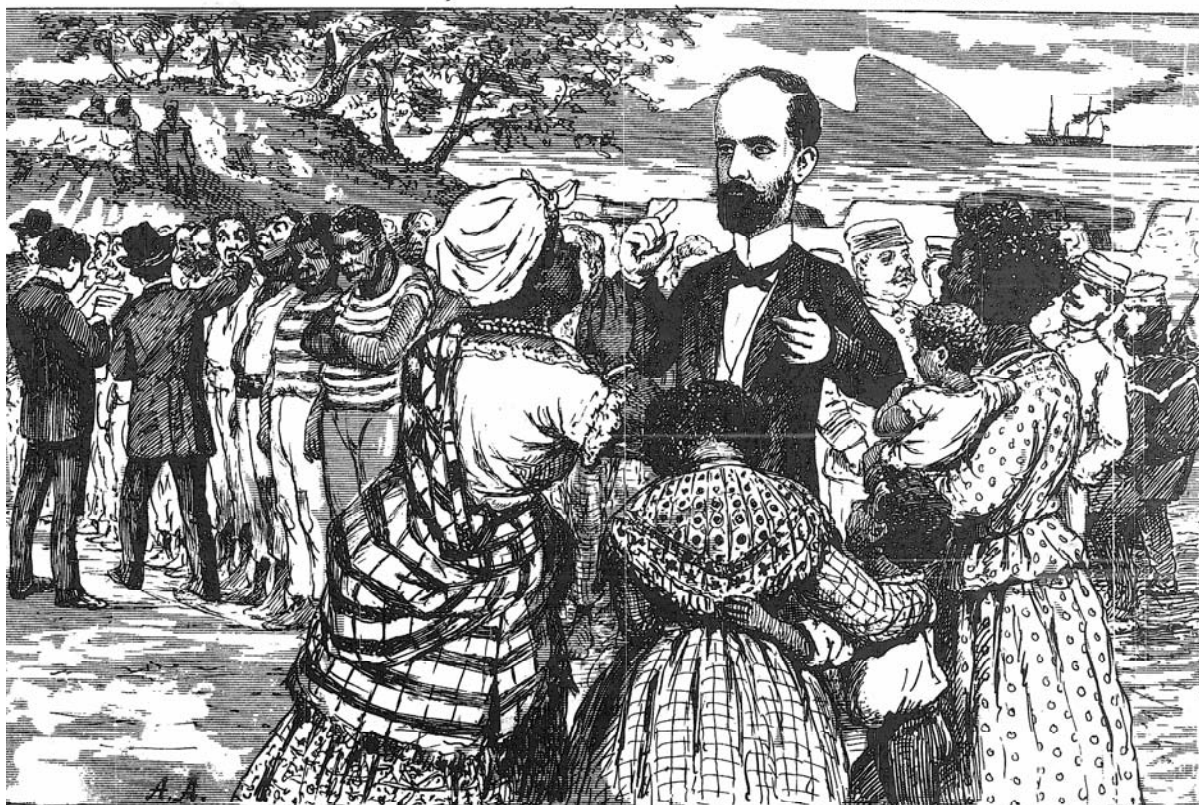
Foto 03 – O MALHO. Ilha das Cobras, 03/12/1904, ano III, nº 116, p. 17. Acervo da FBN.

Nessa mediação feita entre o leitor e a narrativa do acontecimento, o jornal atribui ao chefe de polícia um discurso da certeza, da crença inabalável da culpabilidade dos prisioneiros, principalmente daqueles que carregavam algum apelido, já que muitos deles eram, provavelmente, conhecidos da polícia. Essa “separação escrupulosa” foi certamente feita pela memória visual de agentes que apontavam a Cardoso de Castro quem era quem no mundo do crime, através do método chamado *manyamento*²⁸⁷. Como afirma uma autora, “ser conhecido da polícia” era uma forma não oficial e amplamente aceita para imputar em alguém uma vida voltada para o crime. Ou seja, para realizar suas atividades de identificação a polícia fazia largo uso do “conhecimento informal e local”²⁸⁸ de seus criminosos ou daqueles considerados potencialmente como tais.

²⁸⁷ GALEANO, D. “De frente para o crime”. In **Revista Nossa História**. Ano V, nº 49, pp. 82/85. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

²⁸⁸ CHAZKEL, *op. cit.*

A SEPARAÇÃO NA ILHA DAS COBRAS



MULHERES DO pessoal: — Sinhô doutô chefe, pelo amô de Deus! não embarque os nossos home no vapô que vai pó Acre! Nosso sinhô que le ajude, si nos fizê esta esmola!
 CHEFE DE POLÍCIA: Está bom, fiquem socegadas! Vou escolher e separar com muito cuidado. Só irão os que tiverem crime... Os seus homens são innocentes?
 — Devem sê, sinhô doutô! Mas si houvê baruío outra vez, por esta luz que nos está alumando, nós amarramo esses malucos, como si fosse cachorro na corrente!...

Charge 02 - O MALHO. A Separação na Ilha das Cobras. 03/12/1904, anno III, nº 116, p. 24. Acervo da FBN.

Outra dessas visitas também foi tratada de forma alegórica e sarcástica, em uma charge (*charge 02*, acima) publicada n' *O Malho*. No traço do chargista, o chefe de polícia impávido e solene está cercado por mulheres negras, aludidas esposas de prisioneiros e que suplicam diante daquela autoridade pelos seus maridos recolhidos pela polícia. Estes, ao fundo do desenho, se perfilam diante do displicente e despreocupado corpo de guarda e das demais autoridades contritos, alguns de cabeça baixa.

O diálogo travado é o seguinte:

— Mulheres do pessoal: *sinhô doutô, chefe, pelo amô de Deus! Não embarque os nossos home no vapô que vai pó Acre. Nosso sinhô que le ajude si nos fizê esta esmola.*

— Chefe de Polícia: *Está bom! Fiquem socegadas. Vou escolher e separar com muito cuidado. Só irão os que tiverem crimes... Os seus homens são innocentes?*

— Mulheres: *Devem sê, sinhô doutô! Mas se houvê baruío outra vez, por essa luz que está nos alumando, nós amarramo esses malucos, como se fosse cachorro na corrente....*

É evidentemente uma cena alegórica, mas que busca realçar alguns contrastes entre os distintos interlocutores presentes na cena. As mulheres são mostradas como matronas corpulentas, de falas erradas na ótica da cultura letrada, posicionadas em uma inferioridade física e de *status* diante de Antônio Cardoso de Castro. Compungidas pelos seus, pedem uma “esmola” ao chefe de polícia. Elas mesmas, tenta demonstrar o chargista, não têm certeza da inocência de seus esposos, mas garantem a Cardoso de Castro se responsabilizarem em “conter” a sanha dos “malucos” de seus cônjuges se por desventura surgir uma nova *Bernarda* na cidade.

É importante esclarecer a afirmação atribuída ao chefe de polícia, de que “só irão [para o Acre] os que tiverem crimes”. Na prática, uma afirmativa desta e naquele contexto não se referia necessariamente aqueles casos ocorridos durante as *Bernardas* de novembro de 1904. A acusação de serem aquelas pessoas criminosas tinha um significado mais amplo na perspectiva das autoridades. Eram, em muitos casos, sujeitos desempregados, biscates, capoeiras, delinquentes de pequenos crimes e que carregavam desde muito o estigma de serem elementos formadores das “classes perigosas”. Os seja, os estereótipos que carregavam já os remetiam ao mundo do crime, fosse isso verdadeiro ou não.

No mês de janeiro do ano seguinte, o *Jornal do Commercio* trouxe uma lista imensa com as mais variadas alcunhas dos sujeitos presos, e grande parte deve ter sido deportada e desterrada a partir da “separação escrupulosa” feita por Cardoso de Castro, Meira Lima e seus auxiliares em fins de dezembro do ano anterior. Entre outros apelidos, tem-se os indigitados Carvão de Pedra, Espanta Patrulha, Ferro Velho, Escangalhado, Canela de Vidro, Cara Queimada, Espanta Cachorros, Gallinha Choca, Beiço Rachado, Papa Ovos, Chico Vagabundo, Malagueta, Rato Branco, Orelha Cortada, Boca de Fogo, Foguete, Cambachirra, Escróphula e Tripa Limpa²⁸⁹. Os apelidos jocosos, às vezes insultantes e que muitas vezes se associavam às características físicas ou tipos de crimes que estes sujeitos praticavam, se aproximam das interpretações demonstradas pelo historiador Bronislaw Geremek, na sua obra *Os filhos de Caim*²⁹⁰. Neste estudo sobre mendigos e vagabundos na literatura europeia do período moderno, o autor aponta que uma

²⁸⁹ JORNAL DO COMMERCIO. **Os sucessos de novembro**, 14/01/1905, nº 14, p. 04. Acervo da BPP.

²⁹⁰ GEREMEK, B. **Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia – 1400/1700**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

das funções que o apelido tinha era a de provocar risos, funcionar como ultraje e ser indicativo de culpabilidade inamovível. No Rio de Janeiro, muitos deles inclusive passavam a ser conhecidos apenas pelos apelidos pespegados nas delegacias, cadeias ou redações, que daí em diante tornava-se o “nome” principal. Com o tempo era impossível se desvencilhar do apelido, que em certos momentos dava *status* ao seu possuidor no submundo da criminalidade. E em muitos casos, os apelidos serviam como uma estratégia de driblar a polícia e a justiça diante do ainda falho sistema de identificação policial. Segundo Amy Chazkel, além do propósito claro de enganar as autoridades e impor respeito no mundo do crime, os apelidos serviam como um lenitivo “contra a degradação de si mesmo que, geralmente, acompanha(va) o encarceramento”²⁹¹.

A FLOR DA GENTE



João Baleia : E' a tá cõsa ! Eu não disse a vancês que o estado de sitio se prorogava-se ?
 Zê da Praia : — Não tô gostando nada da brincadêra : s'escapô-se até hoje, mas talvez não s'escapêmo agora...
 Chico Beigudo : — Quã quê ! Entonces o diploma d'inleito é panno sujo de cozinha ? não vâre nada ?
 Cortiça Queimada : — Justamentes ! Nosso turo é inleito, de seu Irineu... Zere não ha di querê ficá sem nois !
 Jurgo que não sômos fôrfe ! Jurgo que estamo seguros !
 Tonieo Garnizé : — Tá, quã. Sômo fôrfe de segurança, só riscamo na caixa inleitorã !

Charge 03 – O MALHO. A Flor da gente, 17/12/1904, ano III, nº 118, p. 27. Acervo da FBN.

A charge acima (*charge 03*) reforça o que já foi dito anteriormente, pois apresenta *tipos* cuja intenção clara é vinculá-los *a priori* às atividades ilegais e

²⁹¹ CHAZKEL, *op. cit.*, p. 33.

criminosas. E ainda, o clichê aponta que todas eram pessoas que se prestavam em realizar afazeres obscuros e ilegais a pedido e soldo dos inimigos do governo e da República, por quem seriam contratados. Por fim, o epíteto *Flor da Gente* não é algo gratuito no contexto da época: era o nome de um famoso grupo de capoeiristas existente na cidade do Rio de Janeiro desde o Império, originário da Freguesia da Glória. Ou como se dizia naquele tempo, era o nome de uma *malta* de capoeiras²⁹².

Nesta charge é ainda possível ver reproduzida uma síntese de como eram vistas essas pessoas na imprensa de uma forma geral. Não era algo isolado, de determinado órgão apenas e nem mesmo desvinculado desse tipo de gênero gráfico do humor. Na charge há um diálogo fictício, mas que na prática devem ter ocorrido muitos semelhantes a ele naqueles dias de perseguições e prisões a roldão de pessoas oriundas das “classes perigosas” e de outros tipos de (des)classificados sociais. Vale lembrar que isso também vai ocorrer em 1910, logo após a decretação do estado de sítio.

A representação caricatural de “A flor da gente” é composta das personagens João Baleia, Zé da Praia, Chico Beijudo, Cortiça Queimada e Tonico Garnizé. Todos eles portadores de apelidos, que reforçariam no imaginário coletivo a ideia de que não eram homens de bem e, portanto, não viviam de “trabalhos honestos”. São apresentados como carrancudos, com traços idealizados de sujeitos maus e de capoeiristas típicos, com seus pés descalços ou com botinas de bico estreito, cabeleiras volumosas e carapinhas, usando paletós-sacos, camisetas justas e calças largas²⁹³. Pelo menos quanto ao tipo de cabelo, o autor da charge procurou associar “a flor da gente” aos negros e mestiços, reforçando assim certos estereótipos já existentes naquela sociedade sobre essas pessoas. Entendendo aqui estereótipo como uma “caracterização grosseira, rápida e indiscriminada de um grupo estranho, (...) um esboço negativo do que é o outro (...), em que as diferenças são apagadas em nome da fabricação de uma unidade superficial”²⁹⁴.

²⁹² SOARES, C. E. **A Negra da instituição: os capoeiras do Rio de Janeiro – 1850/1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 219/233.

²⁹³ Essas descrições acerca de tipos sociais, seus trajes e outros modos podem ser consultadas no tópico *tipos de rua – capoeiragem e capoeiras célebres*, em: MORAIS FILHO, J. A. M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d; Sobre representações da cidade e de suas gentes, ver: OLIVEIRA, Cláudia *et alli*. **O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

²⁹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 13.

Na conversa que eles travam, aludem que a prorrogação do estado de sítio faria com que eles continuassem a correr grandes perigos. Certamente o medo era de serem pegos pelas garras da lei sem acusação nenhuma naqueles dias de “limpeza” das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Chico Beijudo menciona a condição de serem todos eles eleitores, que não eram “panos sujos” e, por isso, valiam alguma coisa. Nesse sentido, caso lhes ocorressem quaisquer problemas, poderiam apelar para o político no qual tinham votado ou de quem eram contratados para agitações ou para atuarem como *fósforos*. De acordo com José Murilo de Carvalho, *fósforo* era a gíria usada à época para designar pessoas arregimentadas em períodos eleitorais, por um determinado candidato, para no dia do pleito votar no lugar dos eleitores ausentes ou falecidos²⁹⁵.

No Rio de Janeiro era prática corriqueira, desde o Segundo Reinado, políticos contratarem pessoas, principalmente capoeiras, para agitações políticas: perseguir e assediar eleitores dos adversários, se infiltrarem em comícios e reuniões de outros candidatos para puxar vaia, aplaudir seu contratante e também servir como *fósforo*. Ainda sobre a charge “A flor da gente”, através do traço e do diálogo, o autor busca ali deixar patente que todos os cinco homens eram conhecidos entre si e que faziam parte de um “grupo”, de uma malta. Enfim, de homens associados para malefícios dos mais diversos.

Além da historiografia, há exemplos substanciais em obras literárias do período sobre esses tipos discriminados e perseguidos, mas também úteis. Aluísio de Azevedo, em sua obra naturalista *O Cortiço*, nos apresenta o mestiço Firmo, que dos doze aos vinte anos fora integrante de uma malta de capoeiras nos idos finais do Império. Um sujeito que “mereceu abraços, presentes e palavras de gratidão de alguns importantes chefes de partido”²⁹⁶. Já o escritor Lima Barreto, anos depois, também recorre a essa figura, que parecia ser tão comum naquela época que vai do Segundo Império aos anos iniciais da República. Sua personagem aparece na obra *Numa e a Ninfa*, chama-se Lucrécio “Barba-de-bode”, que nos anos iniciais da República exercia o “rendoso ofício de capanga político”²⁹⁷.

Percebe-se que os “serviços políticos” de capoeiras, malandros e capangas era algo bastante requisitado e comum naqueles tempos, demonstrando “o

²⁹⁵ CARVALHO, 2008, *op. cit.*

²⁹⁶ AZEVEDO, A. *O Cortiço*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 71.

²⁹⁷ LIMA BARRETO, A. H. *Numa e a Ninfa*, p. 138, <www.dominiopublico.gov.br>, acessado em 12/05/09.

envolvimento de elementos da desordem no próprio mecanismo de composição da representação política²⁹⁸ e do mundo considerado da “ordem”. No caso do qual estou tratando, o chargista dá a entender que seriam todos eleitores/capangas do deputado Irineu Machado²⁹⁹. Sendo assim, o deputado não os abandonaria pelos “serviços” pregressos executados e os vindouros que poderiam ser realizados em seu favor. Mas, meio descrente, Tônico Garnizé alerta que eles são *fórfe* (fósforo), lembrados para *riscá* (agir) só em período eleitoral.

Outro periódico humorístico, chamado *Tagarela*, também procura vincular indiretamente o deputado Irineu Machado aos conflitos de novembro, mais precisamente a uma figura real, Horácio José da Silva, o famoso *Prata Preta*. Na matéria, o repórter diz ter ido ao morro do Pinto e entrevistado pessoalmente a esposa do *Prata Preta*, que ainda se encontrava preso na Ilha das Cobras esperando o desterro para o Acre. Uma das perguntas, cujo pronome de tratamento é galhofeiro, assim é feita: “naturalmente v. excia. está tratando de soltar o seu marido. Já deu passos para isso?” O que ela teria respondido num linguajar que também buscar ridicularizá-la: “quá! Então p’rá que serveu seu Irineu? Não conhece seu Irineu? Zerê tá trabaiano, e se não consegui nada, requê abre corpos p’rá os parceiros dere”³⁰⁰.

É esse humor sarcástico, situacionista, generalizante e estereotipado que predomina nos periódicos daquele período quando abordam a revolta e seus personagens vinculados às “classes perigosas”. Na discussão em questão, isso traduz *a posteriori* ao pesquisador entendimentos sobre determinadas práticas comuns naquele tempo a respeito das eleições, da cidadania e dos meandros dos favores entre políticos e homens marginais e marginalizados numa escala verticalizada que habitava uma zona cinzenta em que conviviam o ilegal e o ilegal.

²⁹⁸ CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 155.

²⁹⁹ Irineu de Mello Machado (1872/1930) era formado em direito, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1897 e 1917, bem como senador de 1917 a 1930. Há na charge a clara intenção de associar o deputado como um dos patrocinadores dos conflitos. “De passado Jacobino (...) Irineu Machado era uma espécie de tribuno das áreas urbanas da capital”. Cf.: PINTO, 2002, *op. cit.*, p. 64.

³⁰⁰ TAGARELA. *Interview*, 08/12/1904, ano III, nº 145, p. 16. Acervo da BN.

2.4 – O Governo Federal expulsa os órfãos de *Dona Bernarda*

A discussão em torno da *Bernarda*, neste trabalho, encerra-se com a charge apresentada abaixo (*charge 04*), onde *Dona Bernarda* sentada e desolada, com o queixo apoiado sobre a mão, assiste impassível e impotente suas “crias” partirem para o embarque num dos navios que os levarão em direção ao Acre. E afirma, triste, que irão lhe faltar comparsas “escovados” [*espertos, malandros*] para novos motins e desordens.

POBRE D. BERNARDA!...



(D. Bernarda profundamente sentida) — Lá vão eles, lá vão eles para o Acre, pobrezinhos! — Não será tão cedo que entrarei em scena : --- falta-me a comparsaria “escovada” !

Charge 04 – JORNAL DO BRASIL. **Pobre D. Bernarda!** 05/12/1904, nº 340, p. 01. Acervo da FBN.

Entre outros aspectos que caracterizam essas charges, um deles é que os tipos retratados pelos chargistas aludem sempre para uma uniformização pasteurizada dos sujeitos que são focos da charge. Eles são eivados de clichês que possibilitam inseri-los em lugares pré-estabelecidos, como se fossem pertencentes a todos eles de acordo com certas características que carregavam. Isso ocorre através das falas, dos trejeitos, dos apelidos, do tipo físico, dos acessórios que portavam e

das atividades que desempenhavam, grupos a que pertenciam ou como eram classificados (malandros, mendigos, capoeiras, povo da lira, etc).

A indiferenciação do sujeito no coletivo parece dotá-lo de um conjunto de características e práticas compartilhadas indistintamente *no* e *pelo* grupo do qual ele faz parte. Na charge em que *Bernarda* olha ressentida e carrancuda seus “discípulos” caminharem em direção do navio que os levará para o Acre, observa-se mais uma vez a tentativa de assemelhá-los em conjunto: usam roupas mal ajambradas e chapéus amarfanhados, caminham com os braços recolhidos e escoltados por um policial, como se aceitassem com resignação a determinação das autoridades que os observam no fim da fila.

São esses sujeitos, reais e “chargeados”, que em situações de normalidade da cidade já levavam vidas difíceis, muitos embora não fossem criminosos ou vivessem eventualmente de práticas à margem da lei, tornam-se estereotipados como marginais de fato ou potenciais. E no momento em que ocorrem convulsões sociais na cidade, eles são tidos como espécimes de monstros de múltiplos tentáculos que se espraiavam levando perigos e subversões ao meio social. É apropriado aqui apontar que naquele momento havia uma visão do urbano assentada em bases funcionalistas, com suas “formas homogêneas de organização e padrões de conduta”³⁰¹, que tentava amalgamar em bases normativas e visíveis toda a multiplicidade de sujeitos e de subjetividades que constituíam a cidade. Mas mesmo com as resistências e confrontos, a condição urbana se sobrepôs à condição humana de alguns grupos sociais marginalizados que ali habitavam. Isso se exacerbou em 1904 e 1910, quando o governo envia ao Acre um grande número dos indesejados da metrópole.

No capítulo seguinte discuto os motivos que o governo apresentou nos dois episódios para desterrar essas pessoas para as fronteiras da Amazônia ocidental e o porquê da escolha do Acre como local de internação delas; abordo também aspectos relacionados às viagens dos navios até a Amazônia, em fins de 1904 e 1910 e princípios de 1905 e 1911. O cenário deixa de ser preferencialmente a cidade do Rio de Janeiro, para ser um “outro geográfico” e visto comumente como a antítese do litoral: os ditos *vazios* geográficos e *sertões* amazônicos, na sua tríplice fronteira internacional. No caso em que estamos tratando os estereótipos generalizantes falam de uma “terra da borracha”, local de “doenças endêmicas”, de

uma “selva selvagem” de cultura inferior, habitada por homens bárbaros, rudes e aventureiros. Como já foi realçado, só se pode falar em Amazônia no singular se aí estiver subentendida a multiplicidade que a envolve, nas mais variadas dimensões. A tentativa de caracterizá-la através de adjetivos ligeiros foi, e sempre será, algo infrutífero e reducionista.

³⁰¹ VELLOSO, *op. cit.*, p. 13.

PARTE – II

CENAS E CENÁRIOS: AS VIAGENS E OS NAVIOS – DO RIO DE JANEIRO PARA A AMAZÔNIA

CONFIDENCIAS A BORDO



— Aqui está o que nós cavámos: cá vamos para o Acre — hein? crioulo!

— E' vrédade! Cala a bocca.. Nós podêmo vortá daqui a pouco...

— Como assim?!

— Lá no Acre, nós torna a quebrá os lampião... *Seu* coroné Thaumaturgo torna a mandá a gente s'embora.

— Tolo... Lá não ha lampiões... não ha *seu* Vicente de Souza, nem outros cabras como elle. O que ha é muito pão e muita borracha.

— Tá bom! Nós havemo de sahi daquella borrachêra de qualquer geito: ou vivo ou morto...

Capítulo III – Crimes e castigos: os ban(d)idos rumo a Amazônia acreana

“Quem se arriscará a estabelecer paralelos entre os corpos de exército que vão para o Acre e a onda de desgraçados que entulham a cadeia desta capital, muitos culpados, outros tantos inocentes, atirados em multidão ao fundo dos vasos que os deviam transportar às terras do destino, com tal selvageria e desumanidade que a imaginação recua como se diante das cenas no navio negreiro que inspiraram Castro Alves”.

senador **Barata Ribeiro**, discurso em 1905.

3.1 – As prisões e o destino dado aos “criminosos sem crime”

O discurso do senador Barata Ribeiro, cujo excerto acima abre este capítulo, foi feito no rescaldo da revolta e na retomada das atividades legislativa no Congresso Nacional no início de 1905. O parlamentar procura fazer uma aproximação entre dois grupos que aos olhos das autoridades eram bem distintos: de um lado os considerados fora-da-lei; de outro, os que representavam a lei e a ordem. O ponto que os aproxima, nos dizeres do senador, era o fato de serem enviados para o Acre compulsoriamente. Como o Acre era um território federal recém incorporado ao Brasil, a determinação para um militar se dirigir àquela localidade e lá servir era vista mais como uma punição, ou fardo, do que um ato corriqueiro de remanejamento³⁰². O Acre era um lugar em que poucos militares desejavam servir e, neste sentido, as transferências para muitos eram vistas como uma espécie de desterro. Geralmente isso se associava a falta de oportunidade, padrinho forte ou boas relações, que possibilitassem ao indivíduo ir para outra localidade considerada mais salubre ou menos distante e isolada que o Acre.

A diferença é que os militares enviados a serviço para o Acre não tinham o *status* de criminosos e nem viajavam trancafiados em porões dos navios como aqueles desterrados em fins de 1910, 1904 e princípio de 1905 para a mais nova

³⁰² Após o fim da chamada *Revolução Acreana*, em princípio de 1903, o governo brasileiro envia tropas federais para ocupação do território acreano em litígio com a Bolívia. Soldados e oficiais do

unidade da federação brasileira. O senador também não resiste a uma comparação, mesmo distante, para demonstrar que na República brasileira a imaginação poética de Castro Alves — acerca do tráfico negreiro — poderia ser evocada como paralelo do horror que foram aqueles desterros. Desterros em nada comparados com o tom idílico da charge que abre esta *parte II* do trabalho, na qual dois desterrados trocam confidências no convés de um navio que os leva para o Acre. Conversam displicentemente diante da calmaria do mar e de bordo, sem nenhuma forma de vigilância ostensiva ou quaisquer tipos de ferros limitando seus movimentos.

E diante disso faço o uso aqui de um oximoro, que por sua vez é um ente ausente no campo jurídico — *criminosos sem crime* — para me referir a algo já evidenciado em alguns estudos contemporâneos ao período que está sendo abordado, no tocante à criminalização e à criminalidade. O historiador Boris Fausto, demonstra em sua obra *Crime e cotidiano* que na cidade de São Paulo, entre 1892 e 1916, cerca de 83,8% das prisões ocorreram por delitos sem vítimas diretas. Eram prisões por vadiagem, desordem e embriaguez e a maioria dos presos por ele pesquisados não teve processos criminais abertos contra si³⁰³. Enfim, muitos eram os casos enquadrados apenas como contravenção penal ou simples detenção.

Outros estudos aqui já referidos, bem como os relatórios de época dos chefes de polícia, atestam que na cidade do Rio de Janeiro as prisões de pessoas enquadradas nessas categorias também ocorriam em grande escala. No entanto, mesmo não sendo possível a comparação direta dos mesmos dados quantitativos, para igual período, o importante é destacar que o sistema de segurança pública atuava de forma parecida em ambas as cidades. Isto porque “a atividade policial vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exercendo uma atividade de amplo controle social”³⁰⁴ que estava presente no cotidiano urbano e na lógica da ação policial dessas duas cidades nas primeiras décadas do XX.

Essa questão inclusive é levantada em sessão na Câmara dos deputados em fins de maio de 1911, quando é debatida a mensagem presidencial enviada àquela casa, na qual o chefe da nação expressou a seguinte opinião: “A deportação (*sic*) desses 400 e tantos indivíduos para as regiões do Acre foi a única medida

exército brasileiro, de diversas partes do país, foram deslocados para a região. Cf.: TOCANTINS, *op. cit.* Especialmente o capítulo *A ocupação militar*.

³⁰³ FAUSTO, 2001, *op. cit.*

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 41.

verdadeiramente de exceção que, durante o estado de sítio, o governo tomou”³⁰⁵. Na sessão do dia seguinte, o deputado Barbosa Lima, opositor do governo e que fora acusado também de participação na *Bernarda* de 1910 e ulteriormente anistiado, imputa culpa ao governo nos seguintes termos acerca dos presos desterrados para a Amazônia e embarcados no *Satélite*:

Não eram indivíduos que alli estivessem detidos em virtude de mandado judicial. Não tinha respondido a processo algum no correr do qual pudessem apurar o gráo de responsabilidade em que porventura tivessem ocorrido. Não tinham sido interrogados em relação ao delicto que acaso houvessem praticado e sobre o qual tivessem de depor testemunhas. Não se instaurou processo algum, nem se promoveram todas as diligências nesse sentido para o fim de se apurar maior ou menor gráo de responsabilidades. Eles eram politicamente desterrados³⁰⁶.

Essa observância feita pelo deputado é perfeitamente aplicável, também, aos procedimentos adotados pelo Governo Federal durante e após a *Revolta da Vacina*. Naquele caso, como nesse dos marinheiros seis anos depois, houve em menos de um ano a anistia dada pelo governo aos envolvidos em ambas as *Bernardas*. Porém, os desterrados de 1904 e 1910 não foram atingidos na prática por tais medidas de perdão, aprovadas meses depois de cessadas as vigências dos respectivos estados de sítios. A quase totalidade dos desterrados jamais retornou dos locais para onde foi enviada. Aqueles que porventura voltaram são casos incomuns e pouco registrados.

É sintomático destacar que a arbitrariedade da polícia era regra geral quando se tratava de reprimir e trancafiar pobres, principalmente pretos e mestiços, muitos deles desempregados ou que exerciam empregos temporários (leia-se vagabundos, na ótica das autoridades) e vistos comumente como insubmissos (leia-se perigosos, idem). Estes já eram, por antecipação, suspeitos de qualquer ligação com ilicitudes, criminosos potenciais e alvos das prisões indiscriminadas. Quando vigoravam os frequentes estados de sítio, — já bastantes salientados — então a intensidade e a arbitrariedade das prisões contra estes sujeitos se ampliavam exponencialmente.

³⁰⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **20ª sessão, mensagem presidencial (26/05/11)**. 28/11/1911, ano XXII, nº 20, p. 190. Acervo do Arquivo Nacional, doravante AN.

³⁰⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **21ª Sessão, discursos**. 29/05/1911, ano XXII, nº 21, p. 199. Acervo do AN.

Com as revoltas de 1904 e 1910 e as consequentes vigências dos estados de sítio, o cenário para medidas discricionárias mais intensas estava dado. Medidas que se tornavam mais incisivas principalmente numa cidade que passava por amplas mudanças arquitetônicas e urbanistas, que aos poucos constituía-se em uma vitrine urbana de inspiração notadamente parisiense, onde se tornava imperioso esconder um povo que “não se enquadrava nos padrões europeu nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara”³⁰⁷, como nos diz José Murilo de Carvalho.

Um complemento a essa passagem citada acima é a análise que faz Fernando Salla sobre o que ele chama de “novos desafios” das elites nacionais, naquele período, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo ele, ao mesmo tempo em que essas elites se aproximavam de um modo de vida de inspiração europeia, tinham de conviver com os sintomas de estranhamento em relação a uma nova composição de sociedade, marcada pela presença mais intensa de ex-escravos, mestiços e imigrantes estrangeiros, todos pobres, e frequentemente associados à criminalidade crescente que pululava nessas capitais³⁰⁸.

Esse sentimento de estranhamento, junto com o “esconder”, — para os casos em que estou tratando —, resultou em deportar e desterrar milhares de sujeitos anônimos. Muitos deles cujos apelidos e estratos sociais de onde provinham já os remetiam à condição de criminosos contumazes e irrecuperáveis aos olhos das autoridades. Eram pessoas “moralmente comprometidas”, como aparecem indigitados amiúde nos jornais da época. Tanto em 1904 quanto em 1910 eles e elas não tiveram processos criminais abertos contra si, não foram indiciados nem sentenciados, seja pela justiça militar ou civil. As punições discricionárias foram baseadas apenas na vontade política das autoridades, que alicerçadas no estado de sítio agiram para “limpar” e “esconder” longe da metrópole aquela parte da cidade desde muito já amplamente marginalizada e renegada. Há então uma prática repressiva e autoritária que em determinados momentos “seleciona e individualiza ao seu critério [tanto] o conjunto de ações criminosas como criminaliza condutas diferentes do ponto-de-vista penal”³⁰⁹. Nos dois casos, o governo abriu mão de usar as possíveis criminalizações e sentenças que o Código Penal permitia e preferiu

³⁰⁷ CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 162.

³⁰⁸ SALLA, *op. cit.*

³⁰⁹ FAUSTO, 2001, *op. cit.*, p. 30.

fazer uso da exorbitância que o estado de sítio concedia, para punir de forma sumária aquelas pessoas.

Toda essa discussão vai ao encontro do que disse o periódico *O Paiz* em 1904, cujo título da matéria é *polícia de costumes*, expressivo e significativo por si só. Seguindo a lógica do título, sustenta o jornal que a polícia, através do seu chefe, “aproveitava” da situação para tentar resolver problemas relativos aos “maus costumes” de uma grande parcela da população, calculada em quarenta mil “desviados”. Eis o conteúdo da reportagem:

Os jornais têm noticiado com alguma insistência que o Sr. Dr. Chefe da Polícia, aproveitando os amplos poderes que lhe permitem o estado de sítio, pretende limpar a cidade dos malandros de toda espécie, há tempo aqui domiciliados. É uma belíssima idéia. Não é de hoje que fazemos justiça aos esforços do Dr. Cardoso de Castro, desejoso sempre de sanear quanto possível a nossa cidade, inçada de criminosos impunes. O Dr. Cardoso de Castro pretende nestes 30 dias *[de sítio]* apanhar o maior número de vadios e larápios que ao todo são para mais de 40.000. É uma tarefa árdua³¹⁰.

O número de vadios e larápios citados pelo jornal talvez fosse um exagero, pois apresentava um quadro excessivo que apontava para uma proporção maior do que aquilo que a realidade parecia espelhar. Seria o Rio de Janeiro a metrópole dos malfeitores? Numa cidade cujo censo de 1900³¹¹ indicava para um total de aproximadamente 800 mil habitantes, 05% da população ser formada de “vadios e larápios” era pintar um panorama com tintas fortes. Somente compreensível se levarmos em consideração a linha tênue que separava homens e mulheres pobres desempregados em vadios, na ideologia e na legislação de uma época em que se atentava mais para o controle das *classes perigosas* do que para o controle do crime, como bem observou Boris Fausto³¹².

Tomando como contraponto outro grupo de pessoas acusadas de envolvimento nas *Bernardas*, o tratamento foi bastante diferenciado e elas foram acusadas formalmente de sedição nos dois eventos. Eram pessoas de “alto coturno”, “canas graúdas”: deputados, jornalistas, advogados e militares de alta patente, que não tiveram julgamentos à margem da lei nem foram enviados aos

³¹⁰ O PAIZ. **Polícia de costumes**, 27/11/1904, ano XXI, nº 7.355, p. 02. Acervo da BPP.

³¹¹ BRAZIL. **Synopse do recenseamento**. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, pp. 12 e 15. Disponível em www.biblioteca.ibge.gov.br, acessado em 10/06/2010.

³¹² *Idem*.

calabouços da Ilha das Cobras, nem metidos em navios para seguirem como desterrados para as terras distantes do norte do país. Seus depoimentos foram colhidos, os processos correram em segredo de justiça e muitos deles não sofreram maiores consequências e, passado o calor dos acontecimentos, levaram a vida normalmente sem atribulações consideráveis tal qual ocorreu igualmente com os desterrados graúdos de 1892 enviados para a Amazônia.

Isso se expressa bem em 1904 nos casos envolvendo Visconde de Ouro Preto (do jornal *Comércio do Brasil*); Vicente de Souza (presidente do Centro das Classes Operárias); Jansen Tavares (secretário do CCO); João Pompílio Dias (gerente do *Comércio do Brasil*); Almeida Nobre (delegado da 18ª Circunscrição Urbana, exonerado); José de Brito Oliveira (procurador do deputado Alfredo Varela); Pinto de Andrade; general Sylvestre Travassos e o tenente-coronel, e senador, Lauro Sodré³¹³. Já em 1910, os processados foram em grande medida pessoas que já tinham se envolvido nos acontecimentos de 1904, como os mesmos Vicente de Souza, deputado Alfredo Varela e Pinto de Andrade, além do militar e político Barbosa Lima que ficou vários dias preso em um navio na Baía da Guanabara. Meses depois todos eles foram anistiados, como atesta esta matéria do *Jornal do Commercio* de 1905:

está desde hontem assignado pelo Sr. Presidente da República o decreto que sanciona a resolução legislativa na qual se concede amnistia a todos os implicados nos acontecimentos de novembro. Hontem os papéis foram enviados ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que os remeteu ás autoridades judiciárias para providenciarem acerca da soltura dos Srs. Drs. Vicente de Souza, Luiz Pinto de Andrade e Arthur Rodrigues da Silva. E ao Sr. Ministro da Guerra para as providências relativas á soltura dos Srs. Tenente coronel Lauro Sodré, general Olympio da Silveira, major Gomes de Castro, capitão Antônio Augusto de Moraes e mais indiciados³¹⁴.

Para uns, o estado de direito não foi suprimido e mesmo com participações diretas em alguns atos contra o governo, seus direitos de defesa foram garantidos. E mesmo todos eles tendo em maior ou menor grau envolvimento com as *Bernardas* de 1904 e 1910, os jornais de uma maneira geral tratam todos com os devidos pronomes de tratamento, em tom cerimonioso e respeitoso: são chamados de

³¹³ JORNAL DO COMMERCIO. **Os acontecimentos (coluna Gazetilhas)**, 19/11/1904, anno 84, nº 523, p. 02. Acervo da BPP.

³¹⁴ JORNAL DO COMMERCIO. **Senado (coluna Gazetilhas)**, 04/09/1905, anno 85, nº 246, p. 02. Acervo da FBN.

doutores, senhores, majores, capitães, etc. Para outros, pobres e ditos ignorantes, considerados “criminosos irrecuperáveis” e sem quem os defendessem nos espaços dos caminhos legais, restou apenas o desterro da cidade do Rio de Janeiro sem apelação ou escolha, logo após aquelas inúmeras prisões realizadas pela polícia em 1904 e 1910. Havia claramente para esses dois grupos distâncias sociais e diferenças no acesso as leis, seja para punir ou beneficiar. Em nenhum momento os desterrados miúdos são tratados com cortesia ou há margens para dúvidas sobre suas aludidas culpabilidades e maus modos de vida: são prostitutas, caftens, vagabundos, desordeiros e outros termos assemelhados que compõem as designações destas pessoas. São seres dotados “de atrevimento, astúcia e maldade, verberados nas infundáveis frases dos relatórios oficiais”³¹⁵ e, por que não dizer também, dos jornais e das imagens das charges de época.

Outro aspecto importante de se ressaltar é que as formas como se deram as prisões obedeciam a um padrão, uma lógica própria desde a captura nos bairros e nos morros, passando pelas delegacias seccionais, Central de Polícia até a chegada final na Ilha das Cobras. Isso é mais incisivo no ano de 1904, mas em 1910 também são percebidos estes procedimentos: primeiro, os presos capturados eram encerrados em celas das delegacias seccionais e na medida em que elas iam superlotando, os delegados enviavam seus excessos para a Repartição Central de Polícia e depois, os presos eram daí remetidos para os calabouços da Ilha das Cobras. A remessa em massa para a Ilha das Cobras só não ocorreu na segunda revolta dos marinheiros de 09 de dezembro de 1910, porque a Ilha foi bombardeada por forças do governo, para sufocar o movimento rebelde, e boa parte das construções ali existentes ficaram então destruídas.

Aqui é importante saber como na prática ocorreram estas prisões a partir da ótica das autoridades e dos veículos de comunicações, que na sua grande maioria eram favoráveis ao Governo Federal e às medidas tomadas por este. Quando aparecia alguma crítica, elas eram de natureza mais pontual e de forma, mas não de conteúdo. O *Jornal do Commercio* alertava, no dia 18 de novembro de 1904, que

considerável tem sido o número de prisões efectuadas nestes últimos dias, estando a zona urbana limpa de todos os elementos perturbadores. Desordeiros, gatunos e vagabundos têm sido recolhidos nas malhas da polícia, e ainda hontem foi feita para a ilha

³¹⁵ FAUSTO, 2001, *op. cit.*, p. 51.

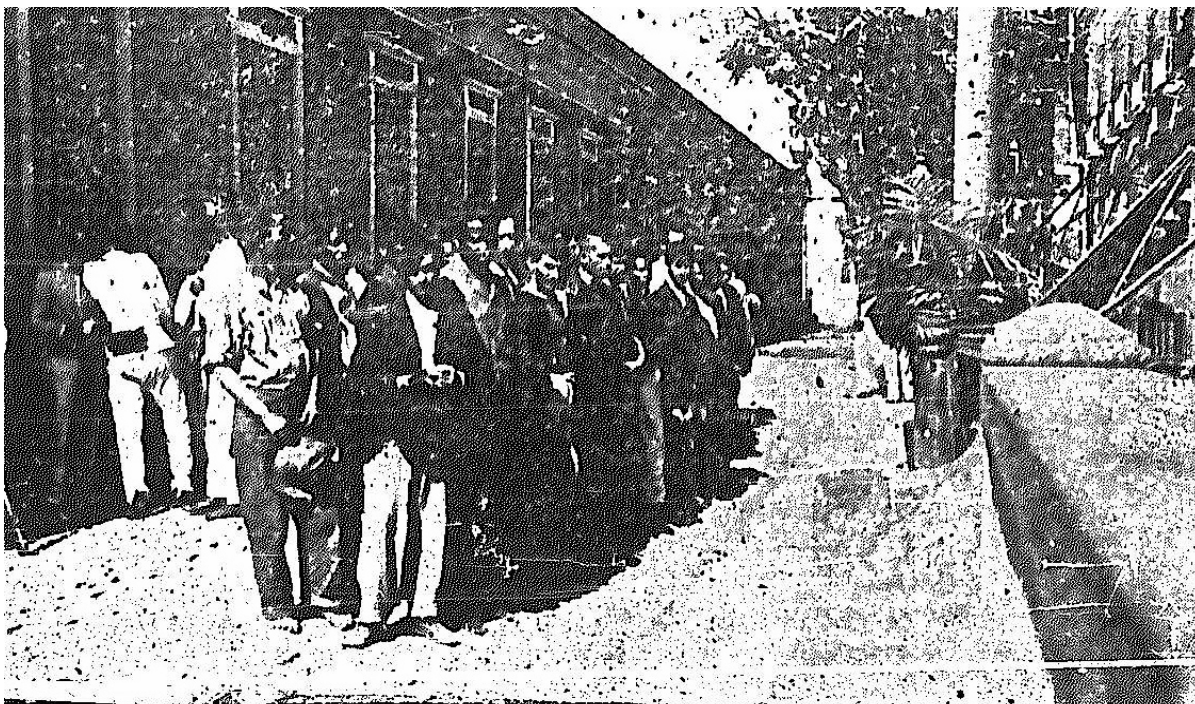
das Cobras nova remessa de cerca de duzentos presos, fortemente escoltados³¹⁶.

As prisões dessas pessoas são vistas como atos de *limpeza* da cidade, cuja remessa para a Ilha das Cobras significava o prenúncio de que eles dali seriam, na grande maioria, mandados para outra localidade muito mais distante. Talvez seja apropriado aqui fazer relação com algo distante no tempo, mas com aproximação no *modus operandi* das expulsões dos também indesejados sociais em Portugal nos séculos XVII e XVIII: a célebre cadeia de Limoeiro, em Lisboa, era um local de passagem de todos os degredados do reino lusitano, com bem aponta o estudo de Thimoty Coates³¹⁷. Era ali que eles esperavam a sentença do degredo ou galés, para rumarem além-mar em direção ao Novo Mundo, muitas vezes. No Rio republicano, em muitos momentos, a Ilha das Cobras fez um papel semelhante ao “guardar” os indesejáveis que seriam expulsos da cidade em navios para outras partes do território nacional ou seus respectivos países de origem, como foi o caso de muitos estrangeiros deportados. Ambas eram prisões para pessoas categorizadas de criminosas e, geralmente, em esperas de partidas para longe das suas metrópoles.

Esses procedimentos de “limpeza” da cidade de seus elementos destoantes parece casar perfeitamente com a imagem da foto a seguir (*foto 04*), publicada no semanário *O Malho* no princípio de dezembro de 1904. A fotografia, cuja legenda indica que “seguirão para o Acre”, mostra presos enfileirados no pátio da Repartição Central de Polícia, possivelmente para identificação, triagem e posterior envio para a Ilha das Cobras, local de onde a grande maioria foi embarcada em navios para o cumprimento do desterro em terras acreanas ou do entorno.

³¹⁶ JORNAL DO COMMERCIO. **Os acontecimentos (coluna *Gazetilhas*)**, 18/11/1904, nº 522, anno 84, p. 02. Acervo da BPP.

³¹⁷ COATES, *op. cit.*



Os presos que seguiram para o Acre

Foto 04 – O MALHO. Os presos que seguiram³¹⁸ para o Acre, ano III, nº 117, 10/12/1904, p. 10. Acervo da FBN.

A ida dos prisioneiros da Repartição Central de Polícia para Ilha das Cobras ocorria comumente através de um cortejo a pé pelas ruas centrais até a região da Prainha (atual Praça Mauá) e do Cais Pharoux, áreas portuárias próximas daquela prisão insular e complexo militar naval. Uma dessas caminhadas de prisioneiros arrebanhados nas diversas Circunscrições Urbanas da capital foi registrada desta forma:

Todos os indivíduos presos nos últimos dias que se achavam naquela repartição [*Central de Polícia*], em número de 96, foram transportados hontem para os calabouços da Ilha das Cobras, às 02 horas da tarde. Atravessaram as ruas da cidade mettidos numa dupla fila de 150 praças de infantaria de bayonetta calada, abrindo a columna de dez cavallaria e fechando-a, outras dez. Comandava esta força um capitão e, attraida para vê-la, aos toques de cornetas, corriam ás portas e janelas e ás boccas das ruas innumeradas pessoas³¹⁹.

³¹⁸ Vale lembra mais uma vez que, de acordo com a ortografia vigente à época, o verbo *seguiram* denota o *futuro do presente* e não o *pretérito-mais-que-perfeito*. Neste caso, eles ainda iriam embarcar para o Acre.

³¹⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os conflictos do Rio**. 18/11/1904, ano XXX, nº 9.483, p. 01. Acervo da BPP.

Percebe-se o uso de um forte esquema de segurança envolvido na condução dos prisioneiros, que certamente já tinham passado por algum sistema de identificação, qualificação de periculosidade ou apenas “escolhidos” pelo chefe de polícia. Outro aspecto, também importante nessa discussão sobre expulsões de indesejáveis é o da “publicidade”, marcada pela presença de testemunhas observando pela última vez homens e mulheres condenados ao desterro, cujas cornetas da tropa anunciavam a todos da medida. Esse era um procedimento cujas raízes estavam assentadas por semelhança nos degredos de outrora, nos quais as expulsões daqueles indesejados eram sempre acompanhadas pelos toques de cornetas, pois “essa teatralidade contribuía para a sacralização do ato de partida, do rompimento definitivo ou temporário com a comunidade de origem”, como bem observa Pieroni³²⁰. E ainda, tal ato trazia mais significações porque também “atuava no papel de promover na opinião pública a lembrança de que a sanção outorgada aos ‘criminosos’ não deveria ser esquecida”³²¹.

As partidas para a prisão na Ilha das Cobras, — e daí para os navios — foram uma rotina naqueles dias de estado de sítio, como mostram as notícias dos diversos periódicos já citados. Como já foi dito anteriormente, as prisões aconteciam de forma indiscriminada, pois a pecha de desordeiro, gatuno, vagabundo, cáften, prostituta, — e outras assemelhadas —, podia ser pespegada em uma gama variada de sujeitos. Tipos que já eram desde muito reforçados negativamente no imaginário popular, e policial, inclusive pelas charges que procuravam retratar os chamados “elementos perigosos” da cidade.

Muitos prisioneiros foram posteriormente soltos, mas isso é algo impossível de quantificar a partir das fontes disponíveis. Nem há o objetivo de se fazer isso neste trabalho, pois o que se quer ressaltar é que havia “critérios” para fazer a triagem e seleção de quem seriam as pessoas desterradas ou deportadas. Como já foi mencionado no capítulo anterior, através dos procedimentos do próprio chefe de polícia, ter apelidos ou pertencer a algum grupo de capoeira foram alguns dos modos de seleção adotados pelas autoridades policiais. Aqueles cuja passagem por delegacias os tornava conhecidos contumazes dos delegados e agentes, também tiveram o mesmo destino.

³²⁰ PIERONI, 2003, *op. cit.*, p. 22. Para os degredados de outrora existiam outros elementos ritualísticos, que faziam parte do cortejo de banimento: em alguns casos eram açoitados, caminhavam com baraço, calceta e o público participava geralmente lançando injúrias, pedras e lixos.

³²¹ *Idem*.

Parece ser bastante evidente que deve ter havido alguma determinação das autoridades centrais para que os delegados das Circunscrições Urbanas [*delegacias policiais*] assim procedessem e “limpassem” ao máximo suas áreas dos indesejados que ali encontrassem, conforme explicita a matéria que segue ao se referir especificamente a uma dessas unidades policiais:

O Dr. Cyro Costa, delegado da 19ª Circunscrição Urbana, tendo em vista limpar a Gávea da malta de arruaceiros que, nestes últimos dias, cometeu alli toda sorte de depredações, rondou hontem durante a noite e a madrugada, as ruas daquele arrabalde, prendendo os seguintes indivíduos: João Marciano de Lima; Vicente Tosca; Luiz Pereira da Silva Júnior (Luiz Moleque); Benedicto Barros de Abreu; Fritz Taumer; Victorio Oscar (Grillo); José de Souza (Zezinho); Mathias Schebin; Virgílio Barbosa do Nascimento (gatuno conhecido); Franklin da Silva Mattos; Hermes Lopes; Manoel Dias de Castro (Barrela); Casemiro Gustavo (Pé de Prata); Bento Gomes de Souza e muitos outros. Aquela autoridade continua em perseguição dos vagabundos, e espera, de vez, fazer uma limpa na circunscrição a seu cargo.

Mesmo predominando julgamentos baseados em critérios discutíveis pelas suas subjetividades e da sanha policial naqueles dias de novembro e dezembro de 1904 e 1910, havia ainda parâmetros mais aprimorados, fundamentados em modelos mais detalhados e de acordo com algumas práticas científicas em voga na época, como a medida antropométrica dos indivíduos presos. O jornal carioca *Gazeta de Notícias* informa que, em apenas um único dia, “foram examinados no gabinete anthropométrico, 100 indivíduos. Desses foram 55 considerados vagabundos, gatunos ou desordeiros reincidentes e, como taes, serão transportados para o Acre; sendo os demais postos em liberdade”³²².

Esses exames eram realizados na própria Casa de Detenção, por peritos da área de criminologia que lidavam com um sistema inventado por um perito criminal francês chamado Alphonse Bertillon, por volta de 1880, e logo tornado referência nessa área. De acordo com o historiador Pierre Darmon, o método de Bertillon “repousava sobre o critério objetivo da invariabilidade absoluta do esqueleto humano a partir dos vinte anos”³²³. Isso permitia a elaboração de fichas sinaléticas (marcas

³²² GAZETA DE NOTÍCIAS. **A escolha dos vagabundos**, 01º/12/1904, ano XXXI, nº 336, p. 02. Acervo da FBN.

³²³ DARMON, P. **Médicos e assassinos na Belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 213. Sobre este assunto e outros correlatos, como a questão criminal associada ao conceito de raça, ver: SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil** –

de nascença, cicatrizes, tatuagens, etc) pessoais de todos aqueles que eram presos, que depois eram comparadas para saber se eram primários ou reincidentes. Após realizar e reunir uma infinidade de dados de medições corporais de presos em Paris, Bertillon estabeleceu um método que levava em conta onze medidas corporais diferentes. Pelos seus cálculos, só havia uma chance em quatro milhões de dois indivíduos apresentarem todas as medidas iguais³²⁴.

A adoção desse sistema foi um avanço considerável para a polícia criminal na virada do XIX para o XX, pois permitiu maior clareza e certeza na identificação individual dos presos em uma época onde a fotografia era muito dispendiosa e pouco eficiente³²⁵, o retrato falado pouco confiável e as impressões digitais ainda não tinham se estabelecido por completo. A adoção deste último método era muito recente no mundo e no Brasil, embora o chefe do Gabinete de Identificação e Estatística, Félix Pacheco, naquele período já “estivesse cada vez mais convencido das vantagens do sistema datiloscópico”³²⁶ sobre os outros em voga.

Ainda em 1904 o Brasil enviou o médico Afrânio Peixoto³²⁷ para participar do *Congresso Médico Latino-Americano* na cidade de La Plata, na Argentina, cuja grande estrela do evento era o médico Juan Vucetich³²⁸. Além de participar do congresso, o enviado brasileiro foi portador, ao regressar, “de vários objetos e livros com que a polícia de La Plata quis obsequiar a polícia fluminense”. Por fim, o criminologista “Dr. Juan Vucetich remeteu [*à polícia fluminense*] diversas obras,

1870/1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; e, MAIO, M. & SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

³²⁴ DARMON, *op. cit.*, p. 216. Cabe informar que Alphonse Bertillon embora não tenha concluído o curso, teve estudos avançados de medicina e foi um matemático autodidata.

³²⁵ Naquele momento o progresso técnico e material da fotografia não permitia ainda sua universalização como método de identificação criminal. E ainda, na França, os fotógrafos que trabalhavam para a polícia viam a atividade como artística, por isso não aceitavam prescindir de poses e embelezamento dos fotografados. Em sentido oposto, Alphonse Bertillon só acreditava no auxílio da fotografia se ela mostrasse verrugas, cicatrizes, barbas mal feitas, etc. Ou seja, os criminosos e os suspeitos “como de fato eram”. Aos poucos a *fotografia artística* foi dando lugar à *fotografia criminal* nos institutos de criminalísticas do mundo todo. DARMON, *op. cit.*, p. 222.

³²⁶ CASTRO, 1905, *op. cit.*, p. 175.

³²⁷ Júlio Afrânio Peixoto era formado em medicina, nomeado Inspetor de Saúde Pública no Rio (1902), diretor do Hospital Nacional dos Alienados (1904) e também professor de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi ainda membro da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <www.academia.org.br>, acessado em 08/06/09.

³²⁸ A datiloscopia como método de identificação criminal foi adotada pela primeira vez na Argentina, em 1896. Sua técnica foi aperfeiçoada pelo criminologista Juan Vucetich Kovacevich e em 1910 sua prática já era corrente entre as principais polícias do mundo, com exceção da França que ainda continuava como o método *Bertillonage*, baseado na antropometria. Cf.: DARMON, *op. cit.*

entre as quais a *Dactyloscopia comparada*, lida perante o Congresso com aplauso unânime de todos os homens de ciência ali reunidos”³²⁹.

É certo que o método argentino ainda estava engatinhando quando comparado ao já estabelecido método de Bertillon, que era o mais utilizado pela polícia brasileira. Mas a precisão e o rigor de ambos os métodos não estava em discussão durante os estados de sítio, posteriores as eclosões dos conflitos de 1904 e 1910, pois ocorreram ações deliberadas das autoridades para expulsar o maior número possível de pessoas consideradas perigosas e indesejáveis que fossem apanhadas nas ruas e morros da cidade. Portanto, o rigor pericial na identificação dessas pessoas ficou subordinado às vontades das autoridades policiais — soldados, inspetores, escrivães, delegados e do próprio chefe de polícia — na empreitada de se livrarem do maior número possível dos indesejados sociais.

Outro aspecto importante de ressaltar é que era muito comum naquele tempo os presos não portarem documentos de identificação pessoal e ainda, adotarem a cada prisão um nome ou um apelido diferentes, como estratégia de auto-proteção diante das autoridades policiais. Um caso sintomático, colhido pelo próprio Alphonse Bertillon ilustra esta prática entre presos reincidentes e que pode ser aplicada para o caso que foi dito acima e, talvez, aos muitos outros exames antropométricos realizados na Casa de Detenção do Rio de Janeiro em fins de 1904. Neste sentido, é interessante ler o exemplo francês citado pelo historiador Pierre Darmon:

No dia 20 de fevereiro [*de 1893*] um pouco antes da hora do fechamento do serviço, ele tomou as medidas do sexto Dupont do dia. O homem, que escapara das malhas do sistema tradicional de identificação, fora preso por roubo. Com todos os dados antropométricos anotados, Bertillon dirigiu-se para um fichário e voltou munido de uma ficha: – muito bem Dupont! –, disse ao prisioneiro, – tenho belas informações a seu respeito. Você foi preso em 15 de dezembro último sob o nome de Martin por tentativa de roubo de garrafas vazias³³⁰.

Isso demonstra que para não ser preso pela polícia ou tentar se livrar dela, uma das estratégias dos presos era comportar-se como um Dupont/Martin. Posto que havia naqueles dias conturbados, como diz em tom chistoso um verso publicado

³²⁹ CASTRO, 1905, *op. cit.*, p. 175.

³³⁰ DARMON, *op. cit.*, p. 219.

pelo semanário *O Malho*³³¹, em 1904, muito “fel nos corações” e “pouco juízos nas bolas”, que não havia “direito das gentes nem nas ruas, nem nas praças”; tanto de um lado quanto de outro dos envolvidos nos conflitos de dias antes. Duas semanas depois, *O Malho* volta a apontar, em tom humorístico, para a “falta de juízo” que afetava uma gama variada de sujeitos nos últimos meses de 1904, seja do lado do governo ou dos seus opositores. Numa charge (*vide anexos, parte I, charge 01*) de autoria de Dudu, um casal já de certa idade trava o seguinte diálogo, reproduzido logo abaixo do desenho:

Ah! Meu querido Pantaleão! Não há nada como se ter juízo; se tu não o tivesses, talvez esta hora estivesse barra fora...
 — E tu a gemer na cama, que é lugar quente...
 — Ou morta dentro de um caixão... Cruzes! Parece-me estar a ver a minha entrada no cemitério... a minha cova aberta... e depois fechada... com terra... e os amigos, a dizer: — *A terra te seja leve...* E tu lá no Acre às voltas com a borracha... Cruzes, que horror!
 — É mesmo, minha velha! Tomemos uma pitada, para varrer idéias tristes³³²...

Na ótica do chargista, a prudência era algo em falta na cidade convulsionada e em estado de sítio. A sensatez parecia estar presente apenas em pessoas mais velhas e estruturadas, como ele procura demonstrar através da relação afetiva entre o casal do desenho. Porém, fica patente que o medo de “ir para o Acre” é outro elemento que pesava na preservação do “juízo”, pois havia um perigo que pairava sobre os recalcitrantes: serem desterrados para a “terra da borracha”.

Por isso todo cuidado era pouco para aqueles que temiam cair na malha fina da polícia, pois “não há direito das gentes nem nas ruas, nem nas praças”, o que denota ter havido considerável ressonância na sociedade das medidas firmes e enérgicas adotadas pelo governo contra os “desordeiros, gatunos e vagabundos”, assim definidos de forma peremptória pelas autoridades e pela imprensa. Em alguns casos, foram realizadas as comparações baseadas no método de Bertillon para identificação dos reincidentes; noutros, bastava apenas a certeza baseada em critérios nada científicos, dotados de preconceitos e subjetividades das autoridades policiais, como já foi afirmado.

³³¹ O poema era de autoria de Jacarépinga Puba, conhecido como Paty dos Alferes. O MALHO. *O Nero da higiene*, 19/11/1904, ano III, nº 114, p. 25. Acervo da FBN.

3.2 – Travessias - As viagens dos “navios-prisões”: do Rio de Janeiro à Amazônia

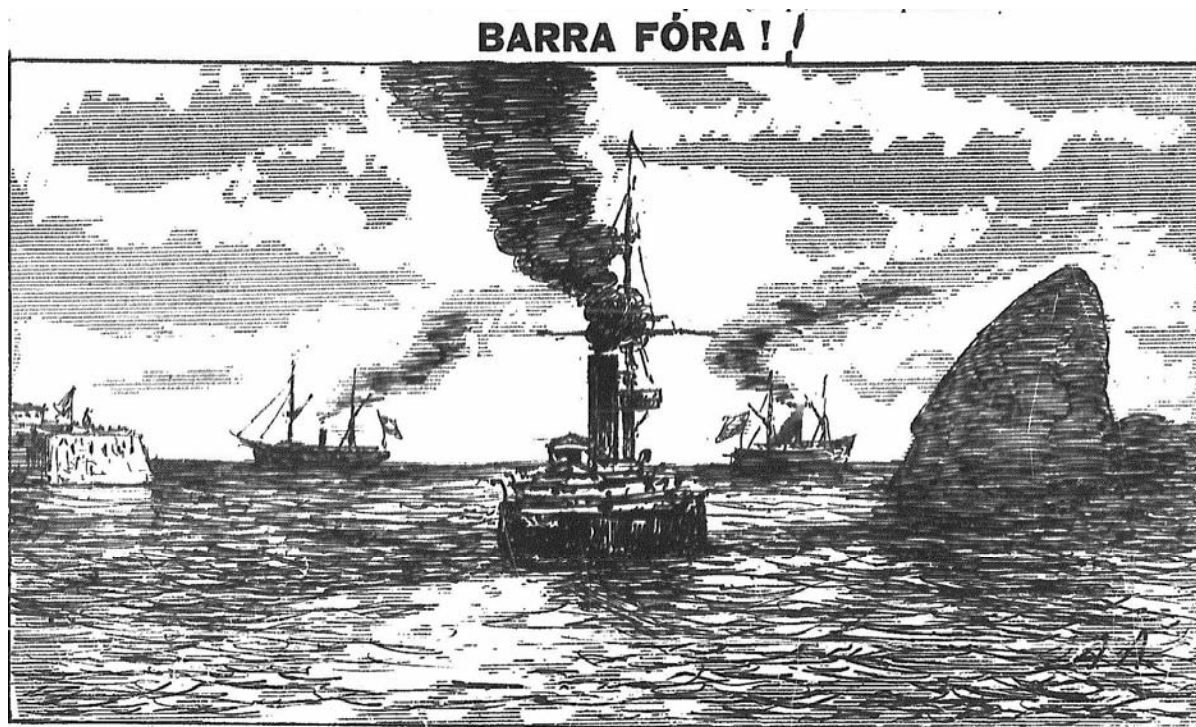
O desfecho das revoltas ocorridas na capital da república, para a maioria dos milhares de prisioneiros pobres, mal afamados — criminosos ou não — foi a aplicação do desterro ou a deportação (caso dos estrangeiros) como medida preventiva às novas *Bernardas* que pudessem aparecer. E ao mesmo tempo, essas medidas serviram para “arejar” a cidade da presença daqueles indesejados sociais que ali viviam. Pelas informações disponibilizadas, principalmente pela imprensa (jornais do Rio de Janeiro, Belém e Manaus) é possível saber como se deu o transporte desses prisioneiros e em que condições viajaram. Discutir essas questões possibilita entender mais a fundo o tratamento dado a eles pelo Governo Federal e como isso repercutiu em algumas das cidades por onde passaram. Como veremos, o próprio trajeto de cada um dos navios foi marcado pela continuação dos sofrimentos e aprofundamento das violências e das arbitrariedades que já vinham sofrendo. Creio que essa abordagem permite perceber com maior clareza a extensão daquelas revoltas, bem como trazer elementos novos para compreender as consequências de tais medidas para aqueles homens e mulheres “premiados” com o desterro.

Os navios que serviram como prisões flutuantes, chamados de paquetes, eram barcos movidos a vapor e pertenciam ao *Lloyd Brasileiro* ou eram da *Companhia Nacional de Navegação Costeira*. Desta última empresa, os navios, transformados em “navios-prisões”, foram alugados pelo Governo Federal para transportar todos os prisioneiros desterrados de 1904. O *Lloyd Brasileiro* alugou ao governo somente o paquete *Satélite*, em 1910, para o transporte de desterrados para a Amazônia.

No desenho a seguir (*desenho 01*), o autor procura representar a saída desses paquetes [vapores] que conduziram os desterrados, dando ênfase à má fama de todos e ironizando-os como novos produtos de exportação. Exportação não de riquezas, como deixa bem evidente, mas de despesas que tinham o sabor de lucro ao serem suprimidas daquele meio social. É nesse sentido que *O Malho* diz: “valia a pena um estado de sítio de vez em quando, só para se poder exportar

³³² O MALHO. *Pitadas de juízo*, 03/12/1904, anno III, nº 116, p. 28. Acervo da FBN.

livremente, sem peias, essa onda de lama que invade as nossas cidades”³³³. Resumindo, esse era um daqueles casos singulares onde menos significava mais ou algo melhor para as autoridades da capital da república. E o estado de sítio era o instrumento legal — e aplicado em determinadas circunstâncias — que dava ao governo a “liberdade” para agir dessa forma, segundo o semanário humorístico.



Vapores do Lloyd e da Costeira, devidamente comboiados, conduzindo gente de má nota—*arruaceiros*, *gatunos* e *caftens*— para o Norte e para o Sul.
Os nossos financeiros políticos não contavam com este novo gênero de exportação, elemento de... despeza!

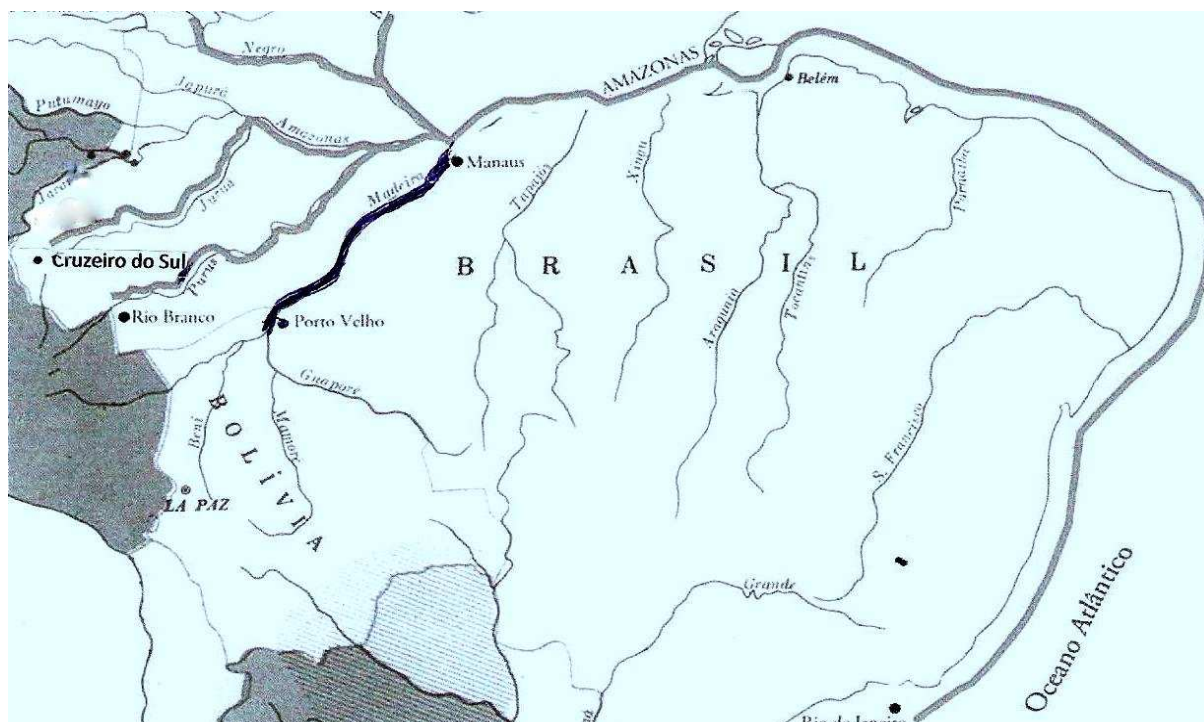
Desenho 01: O MALHO. *Barra fora!* anno III, nº 116, 03/12/1904, p. 21. Acervo da FBN.

Em todos os navios que partiram “Barra fora” da Guanabara, os prisioneiros viajaram nos porões sem o direito de, em nenhum momento, subirem ao tombadilho até o destino final. Foram viagens de clausura durante todo o trajeto e, depois de dias de viagem, a chegada em Belém significava adentrar no rio Amazonas e rumar e direção a Manaus³³⁴. Após a parada em Manaus, seguiam-se mais alguns dias

³³³ O MALHO. *Caftens fichados pela polícia*, 03/12/1904, ano III, nº 116, p. 15. Acervo da FBN.

³³⁴ A distância fluvial entre Belém e Manaus é de aproximadamente 985 milhas. Sobre essas distâncias, ver: AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. 1917.

pelos rios Madeira, Juruá ou Purus³³⁵ [todos tributários do Amazonas, ver mapa 02 a seguir] para se chegar à região acreana.



Mapa 02 – Rios Madeira, Purus e Juruá. Fonte: Atlas Histórico Escolar – MEC, p. 56, 1960.

Na época, o termo “região acreana”, tanto nos documentos oficiais do Governo Federal, quanto na imprensa fluminense e discursos de parlamentares, incluía a vila de Santo Antônio do Madeira e seu entorno como tal. Toda essa área era o que se poderia chamar uma “fronteira de fricção”³³⁶, uma fronteira de divisa política entre três países: Brasil, Bolívia e Peru. Espaço de grande produção extrativa de um tipo de borracha de alta qualidade e maior valor comercial no mercado, chamada de *Acre fina*. Além de ser a região de onde provinha a maior quantidade de borracha natural exportada pelas casas comerciais de Manaus e Belém para Europa e EUA, por ali passava também a borracha produzida nas terras do Peru e da Bolívia³³⁷. Creio que derivam dessas questões os entendimentos para que a imprensa, deputados e autoridades do governo sediadas no Rio de Janeiro

³³⁵ E entre Manaus e Sena Madureira (Departamento do Alto Purus), a primeira cidade acreana localizada no Purus, é de aproximadamente 1.465 milhas.

³³⁶ O termo é do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, na obra já citada *O seringueiro e o seringal*. A discussão mais detalhada sobre a produção de borracha, dados estatísticos, a formação dos seringais e a migração para a Amazônia podem ser também consultadas nessa mesma obra do referido autor.

usassem o termo “região do Acre” sem muito rigor geográfico para englobar também as localidades do Alto Madeira e do Rio Abunã (por este afluente era possível sair do Acre e adentrar no Madeira), onde hoje fica o estado de Rondônia.

Qualquer viagem de Manaus ao Acre e para Santo Antônio do Madeira, nesses tipos de embarcações [paquetes] retratadas no desenho anterior, poderia demorar vários dias. Para o Alto Juruá, um pouco mais devido a lonjura fluvial ser maior. Além do tipo de embarcação e distância, influenciavam na duração da viagem outros fatores: números de paradas em portos; se a navegação nos rios era subindo-os ou descendo-os; se era inverno ou verão, períodos em que rios ficam mais cheios ou mais secos; ou ainda, o número de serpenteio em torno dos infundáveis meandros de cada rio.

De acordo com um militar contemporâneo chamado Annibal Amorim, “no período do dilúvio amazônico, gastam-se, commumente, 15 dias de Manáos a Pennapolis [*antiga Vila Empreza, atual Rio Branco*] ou a Senna Madureira”³³⁸. E continua ele relatando as viagens reguladas em muito pelo regime hidrográfico: “para Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, são cerca de 20 dias. Na vazante, essas viagens são feitas em quase dois mezes”³³⁹. Adentrar nos limites da Amazônia brasileira era sem dúvida uma jornada de fôlego, marcada por doses de aventura, necessidades e perigos. Principalmente para aqueles que nela embrenhavam-se pela primeira vez.

Percebe-se claramente no *mapa 02* os três roteiros usados à época para se chegar à “região do Acre” a partir de Manaus: A primeira, navegando pelo Amazonas e Madeira até Porto Velho e Santo Antônio; a segunda, pelo Solimões e Purus até a atual cidade amazonense de Boca do Acre, daí se entrava no Território Federal Acre pelos rios Acre (Departamento do Alto Acre) ou se continuava no Purus (Departamento do Alto Purus); e por fim, pelos rios Solimões e Juruá para se chegar ao trecho mais distante: a cidade de Cruzeiro do Sul, sede do Departamento do Alto Juruá³⁴⁰.

Nas viagens de 1904, os navios da *Costeira* só chegaram até Manaus devido não terem condições, dada suas dimensões e calado, de navegarem até o

³³⁷ Ver: HEMMING, J. “Amazônia, o surto da borracha”, pp. 341-452. In _____, J. **Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2009.

³³⁸ AMORIM, *op. cit.*, p. 186.

³³⁹ *Idem*.

³⁴⁰ Os mapas com a divisão política do Território Federal do Acre e seus respectivos Departamentos administrativos encontram-se em *Anexos – mapas*.

Território Federal do Acre e pelos seus rios não adequados para aquelas embarcações. Os prisioneiros desterrados nos “Itas”³⁴¹ da *Costeira* foram então transferidos para embarcações menores que faziam a rota entre Manaus e o Acre. Em 1910 houve também muitas semelhanças e condições de seis anos antes: o mesmo tipo de embarcação, presos encerrados nos porões, militares de guarda armados fazendo a segurança e fuzilamentos de prisioneiros, quando acusados de causarem tumultos ou tentativas de revolta nos porões³⁴².

No entanto, o navio *Satélite* conseguiu chegar até Santo Antônio do Madeira, já que este caudaloso rio comportava a navegação de embarcações da dimensão daquele navio. Essa característica do rio Madeira é realçada até em romances, como na obra *A Selva*, onde o narrador assim comenta sobre esse rio: “era a única virtude que o distinguia dos irmãos [*Juruá, Acre, Purus e outros rios*]. Os gaiolas³⁴³ subiam durante todo o ano, confiados na grandeza do curso inesgotável”³⁴⁴.

Diante do que já foi evidenciado, torna-se tentador aqui fazer a comparação com algo vivenciado décadas depois, em outro contexto e realidade, pelo escritor Alexander Soljenitsin e narrado desta forma nas suas memórias sobre os desterrados transportados em navios para a Sibéria nos tempos de Stálin: “É de modo invisível mas constante que se deve transportar, de ilha em ilha, escravos também invisíveis, embora tenham carne, volume, peso”³⁴⁵. Na Rússia, a prática dos desterrados políticos para distante e fria Sibéria era algo que remontava o período czarista, contudo seu caráter massivo só passa a ocorrer após a *Revolução Russa* de 1917³⁴⁶. Dada essa longa tradição, não é estranho que jornais passem a associar os desterrados para a Amazônia com os expurgos para a Sibéria russa, lançando

³⁴¹ Os navios de cabotagem, pertencentes à *Companhia Nacional de Navegação Costeira*, em sua grande maioria, tinham o prefixo tupi ITA no nome. Estes navios faziam a linha Sul — Norte do país e, de tão conhecidos, *Ita* virou metonímia para qualquer navio de cabotagem movido a vapor. Essa fama fez com que muitos anos depois esses navios fossem homenageados por Dorival Caymmi na música “Tomei um Ita no Norte”. Sobre esta companhia naval e outras, ver: CORNEJO, C. & GERODETTI, J. E. **Navios e portos do Brasil**. São Paulo: Solaris, 2006.

³⁴² As matérias publicadas principalmente nos jornais de Manaus e Belém são fontes interessantes para esse conjunto de informações. Para o caso do *Satélite*, além dos jornais, o relatório de viagem do comandante Carlos Storry.

³⁴³ Um autor assim descreve o porquê da origem do nome: “Da elevada superestrutura, (...) dois, três conveses, camarotes nas amuradas, adveio-lhe o apelido irônico e pitoresco de gaiola”. In MORAES, R. **Na planície amazônica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1926, p. 137.

³⁴⁴ CASTRO, F. **A Selva**. Rio de Janeiro: Moura Fontes, 1934, p. 253.

³⁴⁵ SOLJENITSIN, A. **Arquipélago Gulag**. São Paulo: Círculo do Livro. Sd, p. 467.

³⁴⁶ Cf.: APPLEBAUM, A. **Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos**. São Paulo: Ediouro, 2004.

inclusive o epíteto de “Sibéria tropical” às terras de floresta amazônica do norte brasileiro. Em alguns casos, os jornais apontavam que os desterrados para a Amazônia e o tratamento do Governo Federal dados aos proscritos era até pior se comparado com a realidade russa, conforme se pode ler abaixo em uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*:

ainda o movimento das victimas varadas á bala, ainda a dolorosa história dos desterrados do Acre, ainda este rastejar de pobres mulheres aos pés das autoridades supplicando pelos seus [*vide charge 02*], quando eram agarrados como cães e atirados para o porão de navios, sem processo, sem uma palavra de defesa, incommunicáveis, doentes ou sãos, vestidos ou semi-nus, mais desgraçados que os condenados da Sibéria, aos quaes o despotismo russo dá ao menos o alimento e o albergue nas solidões do exílio³⁴⁷.

Feito esse breve íterim associativo, passo a tratar da trajetória de cada um daqueles navios brasileiros carregados de desterrados, muitos nacionais e alguns estrangeiros, que também tinham carne volume e peso. Todos eles aportaram na Amazônia nos anos iniciais do século XX, após serem evacuados forçosamente da cidade em que viviam.

3.2.1 – Itaipava, a primeira viagem

Esse navio fez duas viagens no trajeto Rio de Janeiro — Manaus, após ser alugado pelo Governo Federal com a única finalidade de transportar parte dos desterrados da *Revolta da Vacina* até a capital amazonense. Daí em diante eles seguiram em embarcações menores até ao Acre. As reportagens mais extensas e detalhadas sobre essa viagem foram publicadas nos jornais *A Notícia* (Rio de Janeiro) e *Jornal do Commercio* (Manaus)³⁴⁸. Entre eles há um consenso sobre a data de saída do porto carioca, pois ambos afirmam a data do dia 27 de novembro como sendo o dia em que se deu a partida. Todavia, a respeito da quantidade de desterrados, o jornal manauara fala em 336 pessoas, enquanto que a folha carioca em um dia atesta terem sido 334 e noutro, os mesmos 336 confirmados pelo jornal *A Notícia*.

³⁴⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Estado de sítio*. 18/02/1905, ano XXXI, nº 9.574, p. 01. Acervo da BPP.

Depois de onze dias de viagem o navio chega ao porto de Belém, sendo visitado para as inspeções de praxe pelas autoridades portuárias locais. Nomeadamente pelo “doutor Bernardo Rutowicz, médico da repartição de saúde do porto e pelo Sr. Adolpho Cahn, guarda-mor interino da alfândega”³⁴⁹. Mas a visita das autoridades de terra não foi frutífera, dada a natureza especial da carga que o navio transportava. É o que se atesta na continuidade da matéria do mesmo jornal, ao afirmar que

O commandante do *Itaipava*, capitão Thomaz Rewin, negou-se a apresentar qualquer documento ou informações concernentes a viagem, declarando que elle, tendo uma missão reservada do governo federal, estava por isso inhabilitado de satisfazer qualquer formalidade. A despeito desta reserva soube-se que o navio trazia a bordo 336 deportados (*sic*); que tinha também um forte contingente do 12º batalhão de infantaria, commandado pelo sr. Capitão Emygdio Sarmento, e mais um tenente. O capitão Sarmento declarou, por egual, que motivos reservados o prohibiam de dar qualquer explicação sobre as circunstâncias da viagem, e a respeito da missão que lhe fora confiada. O mesmo official saltou no mesmo dia á tarde, indo do ponto de embarque directamente ao telegrapho terrestre, tendo mais tarde larga conferência com o commandante da guarnição federal, coronel Salustiano Reis, commandante do 01º de infantaria. O capitão Sarmento voltou para bordo ás 6 ½ da tarde, tendo ficado em terra menos de 02 horas³⁵⁰.

É possível entender, por razões ligadas às ordens de superiores, — militares e autoridades federais —, que nem o comandante do navio e nem o comandante da tropa, que fazia a segurança do navio e dos prisioneiros, tinham ou podiam dar muitas explicações acerca daquela jornada um tanto lúgubre. Pelas palavras que o jornal atribui ao capitão Sarmento, a viagem adquire aspectos quase secretos e com ares soturnos. E a “larga conferência” com o comandante militar em Belém, deve ter sido um encontro que fazia parte das obrigações repassadas quando da partida desse paquete do porto do Rio de Janeiro.

Era comum neste tipo de situação, em que envolvia interesses de estado, o comandante do navio viajar com a chamada *carta de prego*, uma expressão marítima cujo significado remete a uma carta lacrada entregue ao comandante do navio na hora da partida. Ele só tinha autorização de abrir o documento quando passasse em certo ponto da viagem, — como um porto — e daí em diante recebia

³⁴⁸ As edições são as seguintes: JORNAL DO COMMERCIO (AM) – 16/12/1904; A NOTÍCIA – de 26 a 29 de dezembro de 1904. Acervo da FBN.

³⁴⁹ A NOTÍCIA. *O Itaipava*, 28 e 29/12/1904, nº 307, p. 01. Acervo da FBN.

novas determinações das autoridades locais. Dada a natureza da viagem e a presença de um comando militar a bordo, a *carta de prego* deve ter ficado sob a responsabilidade do capitão Emygdio Sarmiento e não nas mãos do comandante do navio Thomaz Rewin. A ida em terra para falar com a autoridade militar local pode ter sido com a finalidade de receber uma nova *carta de prego* até Manaus, contendo novas instruções para o encerramento da sinistra viagem.

No *Jornal do Commercio* de Manaus aparecem mais detalhes da viagem entre o Rio de Janeiro e Manaus, com relatos e críticas mais contundentes à situação daqueles desterrados. Na opinião desse jornal os desterrados eram pessoas que foram agarradas à força nas ruas da cidade carioca por simples vontade da polícia e que antes de serem colocadas nos navios, “nãos lhes faltaram os violentos coices de armas e as surras de umbigo de boi”³⁵¹ [*chicote*].

Depois de embarcados nos porões do *Itaipava*, durante o trajeto da viagem, o periódico relata que diariamente eles eram acordados pela manhã com esguichos d’água que “produziam no lugar em que estavam e estão uma lamaceira nauseabunda”. As refeições começavam com o equivalente ao café-da-manhã, que seria composto de uma caneca de café com uma bolacha, “cuja consistência desafiava a do granito; ao meio-dia a esmola de um almoço repugnante e a sobremesa de taponas e pontapés”³⁵². E nada disso teria mudado até a chegada em Manaus, quando o navio atracou na ilha de Marapatá³⁵³, próxima ao porto de Manaus, conforme relata o supracitado periódico amazonense:

Veio assim até Marapatá essa leva de homens, procurando saber a razão da violência que sofriam, qual o crime que cometeram. Muitos deles foram arrancados de seu serviço, estupidamente, o ganha-pão honesto para suas humildes famílias. Vimos dois deles, aqui mandados desembarcar, por ordem superior e são os de nome

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ JORNAL DO COMMERCIO. **Os presos do Itaipava**, 16/12/1904, ano I, nº. 306, p. 01. Acervo da FBN.

³⁵² *Idem, ibidem*.

³⁵³ Marapatá, também chamada de “Ilha da Consciência”, no XIX abrigou um lazareto e no início do século XX era administrada pela Marinha. Havia uma lenda recorrente, narrada por alguns escritores e viajantes que atestam terem ouvido-a de moradores locais. Com poucas variações, afirmava-se que todo aquele que seguia para o interior da Amazônia, rumo aos altos rios, deixava sua consciência nessa ilha e retomava-a somente no regresso. O significado da estória é que ao adentrar na Amazônia as pessoas deveriam abrir mão de qualquer tipo de ética e moral, pois a selva era o lugar aonde esses valores nada valiam. Era um mundo em que o sucesso dependia da “audácia de sobrepor aos escrúpulos” e onde “para lá convergiam todas as ambições dos quatro cardiais”. In CASTRO, 1934, *op. cit.*, p. 26. Sobre essa estória consultar: BATES, H. W. **Um naturalista no rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944; CUNHA, E. **À Margem da história**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>, acessado em 20/05/2008.

Anthero Arcênio da Silva e José Theodoro de Carvalho, o primeiro empregado numa refinação de assucar á rua Figueira de Melo, no Rio e o segundo operário de uma fundição na Gambôa. Para poderem desembarcar foi-lhes fornecida roupa á bordo do *Itaipava*, pois o que traziam no corpo estava toda rôta e imunda pelo uso de 28 dias! Nesse paquete estão alguns deportados em condições desesperadoras de saúde: José Luis Albino e Santiago Alves de Lima, sendo provável que o término de sua viagem não seja o Acre e sim...³⁵⁴

A partir deste pequeno texto evidencia-se o nome de pelo menos quatro daqueles passageiros compulsórios da leva dos primeiros desterrados para o Acre. Os dois primeiros escaparam já no fim da linha do *Itaipava*, cujos passageiros desterrados seriam transferidos daí em diante para embarcações menores, certamente aos barcos conhecidos como *gaiolas*, conforme indica esta matéria ao asseverar que “de Manaos para o Acre o transporte dos desterrados será provavelmente por canoas e embarcações denominadas de gaiolas”³⁵⁵. Tirando o absurdo de se viajar em canoas de Manaus ao Acre, os *gaiolas* eram as embarcações que faziam regularmente linha hidrográfica entre o Acre e a capital do Amazonas. Quanto às “ordens superiores”, elas devem ter partido do Rio de Janeiro via telegrama, comunicação que possibilitou a volta para casa dos dois operários citados pelo jornal.

Percebe-se se então que a propalada “separação do joio do trigo”, executada pelo chefe de polícia Cardoso de Castro em fins de 1904, bem como as medições antropométricas, *deixaram passar* pessoas que não se enquadravam na justificativa dada pelas autoridades de terem sido expulsos só “vagabundos” contumazes e “bandidos” perigosos e irrecuperáveis. Existiam, entre os desterrados, pessoas que no dia-a-dia tinham empregos fixos e que talvez jamais tenham entrado numa delegacia ou prisão antes da revolta que explodiu em meados de novembro. O envolvimento de operários e outros trabalhadores, muitos deles ligados ao Centro das Classes Operárias - CCO, torna-se ilustrativo ainda mais com esta matéria publicada ainda em meados de novembro de 1904 em um jornal que estava longe de ser opositor ao governo de Rodrigues Alves: “desde a noite passada, um grupo numeroso de mais de 600 operários das fábricas Corcovado e Carioca, commeteram toda série de depredações, arrancando lampeões da iluminação pública, quebrando

³⁵⁴ JORNAL DO COMMERCIO, *op. cit.*

outros e atravessando-os ao longo das linhas dos bonds”³⁵⁶. Diante desta situação, a linha que já era muito tênue entre vagabundos e operários, parece desaparecer por completo aos olhos das autoridades.

Não há o menor propósito de desconhecer ou minimizar que muitas dessas pessoas talvez tenham participado de algum tipo de protesto contra as forças policiais e o governo naqueles dias agitados de novembro, inclusive Anthero e José Theodoro. Mas é correto afirmar que elas tinham suas motivações, que talvez nunca saibamos quais e que não é intenção aqui procurar deslindá-las. O importante nesses casos citados há pouco é ressaltar que eles contrastam com discurso adotado pelo governo e encampado por vários órgãos de comunicação, referentes aos tipos e perfis malévolos das gentes desterradas.

É bastante elucidativo o fato de Anthero Arcênio e José Theodoro precisarem de roupas novas, pois as suas estavam puídas e rasgadas. Isto reforça a informação de que todos eles eram constantemente molhados com água no porão da embarcação e que de lá só saíram para desembarcar no porto de Manaus. O fato de o jornal informar que eles estavam com a mesma roupa havia 28 dias, certamente é a data contada desde o dia da prisão de ambos. Ou seja, entre o dia 16 e 17 de novembro, no primeiro ou segundo dia de vigência do estado de sítio.

E também é possível entender, a partir dessa citação, o porquê de o jornal falar em um primeiro momento em 336 pessoas desterradas e posteriormente em 334: nesta última quantificação estavam suprimidos os dois operários, que a favor deles, pode-se imaginar, ocorreram intervenções de pessoas (ou pessoa), importantes junto às autoridades da capital fluminense. Mas o restante seguiu viagem, já que a maioria não tinha padrinho para interceder em seu favor. Ou como afirma o mesmo periódico, em tom complacente e sucinto, “nem a brutos se trata como se está tratando esta multidão de gente, que se não é toda digna de uma atenção, não é toda também de vagabundos e desordeiros”³⁵⁷.

Outro aspecto que merece análise é o relato da má situação de saúde de José Albino e Santiago Alves, que certamente foi provocada ou agravada pelas condições da viagem de onze dias no porão insalubre e imundo do *Itaipava*, somada aos “banhos” diários e a má e insuficiente alimentação servida ali. É possível

³⁵⁵ A NOTÍCIA. **O Lloyd brasileiro**, 22 e 23 de dezembro de 1904, ano XI, nº 276, p. 02. Acervo da FBN.

³⁵⁶ JORNAL DO COMMERCIO. **Os acontecimentos (coluna Gazetilhas)**, 16/11/1904, ano 84, nº 520, p. 02. Acervo da BPP.

considerar que o destino final de alguns deles não tenha sido mesmo o Acre, pois não sobreviveram aos maus tratos e às doenças adquiridas nas prisões no Rio de Janeiro ou nos porões dos navios durante aquelas viagens malsãs.

Sabe-se ainda que ao todo desembarcaram seis pessoas desterradas em Manaus, não seguindo para o Acre, conforme relata o jornal *Commercio do Amazonas*³⁵⁸ do dia 15 de dezembro. De Manaus, o restante dos desterrados seguiu para o Acre em duas embarcações: os vapores *Constantino Nery* e *Santo Antônio*³⁵⁹, ambos com destino ao Alto Juruá, um dos três Departamentos do então Território Federal do Acre (*vide em Anexos, mapas 01 e 02*), cuja sede à época era a cidade de Cruzeiro do Sul.

O então coronel Thaumaturgo de Azevedo, que em 1892 fora desterrado pelo presidente Floriano Peixoto para a Amazônia, treze anos depois era prefeito do Departamento do Alto Juruá. Ele um outrora “cana graúda” banido, assim expõe em seu relatório ao ministro da justiça José Joaquim Seabra (outro desterrado por Floriano), no ano de 1905, a chegada dos desterrados em Cruzeiro do Sul:

Em consequência dos sucessos de 14 de novembro, governo federal teve necessidade de afastar desta capital diversos indivíduos considerados prejudiciaes á ordem pública. Desses foram para o Departamento do Alto Juruá, aportando no dia 17 de janeiro 155, levados pelo vapor *Costantino Nery* e em 15 de fevereiro 211 conduzidos pelo *Santo Antônio*³⁶⁰.

Pelo relatório do prefeito, tem-se a informação que chegaram ao Acre um número maior (366 pessoas) do que aquele transportado pelo *Itaipava* até Manaus, pouco mais de três dezenas em relação aos 336 transportados até esta cidade. Isso já descontando os seis que desembarcaram em Manaus. Uma possível explicação para tal fato é ter havido o embarque de alguns “indesejados” existentes nas cidades de Belém e Manaus por parte das autoridades locais, como dão a entender alguns jornais das respectivas capitais. Em fins de dezembro de 1904, a folha amazonense

³⁵⁷ *Idem*.

³⁵⁸ Essas informações foram reproduzidas no jornal *A Província do Pará*, que deu crédito à folha amazonense. Cf.: A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Notas e informações**, 24/12/1904, ano XXIX, nº 8.844, p. 01. Acervo da FBN.

³⁵⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **A mashorca do Rio: notas e informações**, 28/12/1904, ano XXIX, nº 8.847, p. 01. Acervo da FBN.

³⁶⁰ AZEVEDO, G. T. **Primeiro Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 26.

Jornal do Commercio publicou um telegrama datado do dia anterior e recebido de Belém, cujo teor era o seguinte: “a polícia desta capital [Belém], aproveitando a passagem do *Itaipava* por esse Estado, deportou (*sic*) nove menores que seguiram nesse paquete”³⁶¹. Contudo, esta é uma referência que pela data tem tudo para ter ocorrido na segunda viagem do *Itaipava*, e não nesta primeira.

Todavia, não se deve desconsiderar a possibilidade de ter ocorrido algo semelhante nas outras viagens, já que o governo do Amazonas mostrava-se preocupado não só com os indesejados que habitavam a capital do estado, mas também com os que rumaram do sul do país para a Amazônia em fins de 1904 e início de 1905. Havia a preocupação, por partes das autoridades, com possíveis desembarques de desterrados em solo amazonense, principalmente na capital Manaus. A mensagem do governador, tenente-coronel Antônio Constantino Nery, é clara nesse sentido e corrobora a hipótese apresentada no início desse trabalho sobre um dos motivos dos desterrados terem ocorridos para o Acre: o fato de ser um Território Federal, administrado diretamente pela União.

Na sua mensagem enviada aos parlamentares amazonenses em julho de 1905, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos daquele ano, há em anexo o relatório do secretário de segurança pública do Amazonas. Nesse documento, José Alves D’Assumpção Menezes expõe e presta contas das ações do ano anterior da Chefatura de Segurança Pública do Estado. Um dos pontos mais enfatizados pelo secretário ao governador está relacionado com as preocupações causadas pelas passagens dos “navios-fantasmas” meses antes pelo porto da cidade manauara.

Diz José Menezes que

A decretação do estado de sítio (...) deu ao governo a oportunidade de expurgar a cidade [Rio de Janeiro] dessa imensidade de indivíduos perniciosos, perigosíssimos a tranqüilidade e a segurança pública. É possível que nas malhas da polícia cahisse alguém que della deveria ter escapado. Aprouve ao governo da república mandal-os para o Amazonas. É fácil avaliar o terror de que se apoderou a população desta capital, logo que se divulgou essa notícia, que importava na imminência de ameaça constante a sua tranqüilidade, a sua segurança até então sempre respeitadas e mantidas. Era meu dever afastar o mal que se annunciava (...) expuz os receios da população desta capital, das classes conservadoras e a gravidade do mal que a todos ameaçava, e v. exc. solicito assim às queixas e os receios de que fui portador, providenciou conseguindo que tão perigosa imigração seguisse

³⁶¹ JORNAL DO COMMERCIO. **Telegramas**, 29/12/1904, nº 317, p. 01. Acervo da FBN.

imediatamente caminho do interior do estado, **indo se estabelecer no Alto Purus e Alto Juruá, nas prefeituras federaes.** (...) os deportados seguiram para o Purus e o Juruá, mas não houve quem não duvidasse da sua permanência (*sic*) nesses logares (grifos meus)³⁶².

Percebe-se que os desterrados não eram também pessoas desejáveis nas cidades por onde passaram. A possibilidade real de serem desembarcados em cidades amazonenses, especialmente em Manaus, mobilizou e causou inquietações entre as autoridades e parte da população daquela cidade. Pelas palavras do secretário, a recusa em receber aquelas pessoas indesejadas envolveu diretamente o próprio governador, no sentido de atuar junto às autoridades federais para que o Estado do Amazonas não fosse “agraciado” com tal fardo, com aqueles enfeitados “produtos de exportação” do Governo Federal.

A opção pelas prefeituras federais do Acre foi a que se mostrou menos onerosa politicamente às autoridades federais, pois nos dois episódios não precisou negociar ou desagradar os governadores dos Estados com remessas de desterrados da capital federal. O exemplo do governo amazonense, cujo chefe do executivo dirige-se às autoridades federais para evitar a descida em Manaus de parte dos desterrados, explica em parte o porquê da escolha pelo Acre como local de despejo dos desterrados. Dada a garantia de que isso não ocorreria no Amazonas, torna-se evidente que o governador Antônio Constantino Nery aproveitou-se ainda da oportunidade impar para embarcar alguns indesejados da cidade de Manaus com destino às “prefeituras federaes” do Acre.

Cabe também ressaltar que não eram só brasileiros os desterrados para a *Sibéria tropical*. Pelo relato do *Jornal do Commercio* existiam nos porões do *Itaipava* pessoas de nacionalidade portuguesa, italiana, francesa, espanhola, alemã e norte-americana. Isso contrasta com a informação abaixo, publicada no jornal *O Estado São Paulo* no final de novembro de 1904.

Estiveram hontem na Ilha das Cobras os senhores Adolpho Garcia, chanceler do consulado portuguez e Daniel Pinto Correa, secretário do mesmo consulado que foram aquella ilha, sendo gentilmente recebidos pelo sr. Capitão de fragata Marques da Rocha,

³⁶² O relatório do secretário de segurança pública amazonense, José Alves D’Assunção Menezes, encontra-se em: NERY, A. C. **Mensagem lida perante o congresso dos representantes, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905 pelo governador do Estado Antônio Constantino Nery.** Volume I. Manáos: Typografia do Amazonas, 1905, p. 145/147. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1639>>, acessado em 10/01/2010.

comandante do corpo de artilharia da Marinha. Em companhia deste oficial os visitantes viram os vários presídios, onde se acham presos os indivíduos presos durante os últimos acontecimentos. Em uma turma de cinquenta e poucos presos que achava prompts para embarcar no vapor *Alagoas*, não encontraram os visitantes um só homem de nacionalidade portuguesa. Dois, que declararam ser portugueses, ficou averiguado que eram filhos de portugueses. Quasi todos os presos são homens de cor. Ao que parece, muito dos brasileiros recolhidos à ilha, na ocasião em que foram presos, declararam ser subditos portugueses afim de serem postos em liberdade³⁶³.

Não se sabe o horário em que se deu a visita das autoridades diplomáticas portuguesas, mas certamente foi depois do *Itaipava* já ter deixado o porto do Rio de Janeiro, entre a madrugada e as primeiras horas da manhã do dia 27 de novembro. Mas mesmo já tendo partido um navio, as celas das Circunscrições (delegacias), Repartição Central de Polícia e Ilha das Cobras continuavam com muitos presos, que chegavam a todo o momento naqueles dias de estado de sítio em que o governo aproveitava para “limpar” a cidade.

Naquele dia 27, na Ilha das Cobras, alguns percebendo que podiam ser libertos por intervenção das autoridades “patrícias”, declaravam-se portugueses como última esperança de sair da malfadada “Ilha do Martírio”. Além de eles serem na sua maioria homens de cor, o que já os denunciavam como também dar a entender o referido jornal, talvez uma simples interlocução com as autoridades diplomáticas reforçasse mais ainda o fato de eles não serem súditos de Portugal. E assim sendo, devem ter mesmo embarcado em outros navios para o território acreano nos dias posteriores àquela visitação.

3.2.2 - Itaperuna

Outra vez mais o chefe de polícia, Cardoso de Castro encarregou-se pessoalmente de fazer a triagem dos desterrados para o Acre, conforme atesta esta matéria ao dizer: “foi hontem a tarde à Ilha das Cobras a fim de escolher entre os indivíduos que alli se achavam presos a disposição de sua excelência, 100 dos mais conhecidos como desordeiros, vagabundos e caftens para transportá-los para o

³⁶³ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os conflictos do Rio**, 28/11/1904, ano XXX, nº. 9.493, p. 01. Acervo da BPP.

Acre”³⁶⁴. Essa não é uma notícia isolada, pois é recorrente encontrar nos jornais do Rio de Janeiro, notadamente nos de tom mais governista, a atribuição e a proeminência do chefe de polícia em “escolher” pessoalmente os que seriam desterrados e a indicação de que eles todos estavam “a sua disposição”. Ou seja, parecia haver por parte da imprensa a tendência em incensar os feitos, o empenho e a dedicação do chefe de polícia na sua luta para “livrar” a cidade dos onipresentes “baderneiros, criminosos e vagabundos”. Percebe-se também que antes de ser o governo ou a polícia, era Cardoso de Castro em pessoa que agia pautado no seu aludido bom senso em separar o chamado “joio do trigo”.

Esse mesmo jornal informa também que o *Itaperuna* levava *carta de prego* e mesmo assim, conclui, “podemos informar que [o *Itaperuna*] demanda à região do Acre”. O *Jornal do Brasil* foi outro periódico que deu cobertura jornalística sobre a saída do paquete *Itaipava*, informando que ele levava a bordo cerca de “400 presos dos que se achavam na Ilha das Cobras e que para alli foram remetidos por serem vagabundos, desordeiros, gatunos e caftens”³⁶⁵. Da mesma forma, assevera que os desterrados transportados seriam “internados no território do Acre, por ser um ponto distante e de difícil regresso” para aquelas pessoas renegadas.

A chegada da embarcação ao porto de Belém foi noticiada pelo jornal *Província do Pará*, que afirmou ter o navio aportado nas primeiras horas da manhã do dia 22 de dezembro na baía do Guajará, “conduzindo a segunda leva de desordeiros comprometidos na sedição chefiada pelo Dr. Lauro Sodré”. Mais uma vez, segundo o mesmo jornal, o comandante do navio, Ricardo Malris, declarou às autoridades portuárias locais não poder apresentar documento algum à alfândega, “em virtude de vir em serviço especial do governo da União”³⁶⁶. Nesta, como nas outras viagens dos paquetes com desterrados, os responsáveis pelos navios nada declaravam oficialmente às autoridades dos portos onde passavam, alegando sempre o caráter singular e sigiloso da “missão” que empreendiam.

Da mesma forma que os casos envolvendo as outras viagens, foi comum encontrar divergências quanto ao número total de desterrados. Para os jornais *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, seriam em torno de 400 desterrados. Já nos periódicos do Norte, *Jornal do Commercio* e *A Província do Pará*, foram 340 apenas

³⁶⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS. **Presos deportados**, 11/12/1904, ano XXXI, nº 346, p. 01. Acervo da FBN.

³⁶⁵ JORNAL DO BRASIL. **Os sucessos**, 12/12/1904, ano XIV, nº 347, p. 01. Acervo da FBN.

que passaram pelos portos de Belém e Manaus antes de seguirem para o Acre. Não se pode excluir a hipótese de terem realmente saído 400 pessoas do Rio de Janeiro e que parte deles tenha morrido devido as já aludidas péssimas condições de salubridade nos porões, libertados em algum ponto do trajeto ou simplesmente sido executados e jogados ao mar, como ocorreu em outras viagens com essas cargas humanas. Esta última hipótese seria uma forma de eliminação mais imediata daqueles considerados “líderes” da revolta de novembro. Por fim, há de se considerar que o próprio governo não tinha interesse em divulgar números exatos a respeito dessas medidas “profiláticas”.

3.2.3 – *Itaipava*, a segunda viagem

O *Itaipava* deve ter voltado de Manaus em direção ao Rio de Janeiro já no fim do dia 15 de dezembro, para ter havido tempo de ele ter feito o mesmo trajeto, Rio — Manaus, dez dias depois. A viagem de volta foi mais rápida, pois provavelmente estava vazio e o trajeto até o mar era descendo o rio Amazonas. Além do mais, presume-se que fez menos paradas nos portos nordestinos para abastecimentos de víveres e lenhas. O fato é que no dia 25 de dezembro de 1904 o *Itaipava* saía novamente em direção à Amazônia levando mais uma carga de desterrados para o Acre, desta vez somavam-se 461 pessoas.

No dia 29 de dezembro de 1904 o jornal *O Estado de São Paulo* reproduz uma matéria que saía dois dias antes no periódico carioca *A Notícia*. Ali se relatava o embarque e a saída do navio *Itaipava*, que de novo rumava ao Norte levando uma carga humana de algumas centenas de indesejados, entre estes se encontrava um dos indigitados líderes dos amotinados do bairro da Saúde, o seu apelido era *Prata Preta*, alcunha dada pelos jornais a Horácio José da Silva.

Em tom grandiloquente de detalhes, talvez alguns observados ou imaginados pelo repórter, outros provavelmente relatados a ele, atestava a matéria que ao sair do Rio de Janeiro

o *Itaipava*, moveu sua possante hélice, revolvendo ruidosamente as águas da bahia, descrevendo graciosamente uma curva, para tomar a direção da Barra. A bordo, o maior silêncio; no tombadilho os três

³⁶⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Notas e informações**, 23/12/1904, ano XXIX, nº 8.843, p. 01. Acervo da FBN.

officiaes da Força do 12º de infantaria, encarregada de escoltar os presos, o médico de bordo e mais ninguém. No passadiço o commandante dando ordens com voz forte, e na prôa a maruja, executando diversas manobras. Dos porões do navio partiam rumores surdos, gritos, imprecações, blasphêmias.... Alli, amontoados na maior promiscuidade, creanças e velhos, negros e brancos, nacionaes e estrangeiros, deitados uns, outros de pé, seguros fortemente, de mãos ambas aos óculos das espias, procuravam respirar, faziam esforços sobrehumanos para sorver o ar puro do exterior, que difficilmente penetrava pelos interstícios... Nos porões nenhuma luz! Os 334 [na verdade 461, segundo o governo] condemnados, quasi nus, debatiam-se nas trevas, com as enormes ratazanas que audaciosamente os atacavam, cobrindo-os de dentadas!³⁶⁷

Segundo *A Notícia*, “deste porto em diante, a viagem para os infelizes foi um crescendo de soffrimentos e martyrios! Dos porões um cheiro horrível, nauseabundo, se desprehendia, fazendo recuar quem alli pretendesse entrar”. Todo esse quadro de péssima salubridade e higiene pintado pelo periódico teria se agravado progressivamente, pois “todos os presos acham-se enfermos, atacados de febre, causada pela intoxicação de gases deletérios”³⁶⁸.



Foto 05 – O MALHO. Os prisioneiros na Ilha das Cobras, ano III, nº 117, 10/12/1904, p. 10. Acervo da FBN.

³⁶⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Degredados para o Acre**, 29/12/1904, nº 9.523, p. 03. Acervo da BPP.

³⁶⁸ A NOTÍCIA. **O Itaipava**, 26 e 27 de dezembro de 1904, ano XI, nº 306, p. 01. Acervo da FBN.

É importante a informação da composição do grupo de desterrados embarcados no navio, formado por “creanças e velhos, negros e brancos, nacionaes e estrangeiros”. De fato, a fotografia da página anterior (*foto 05*) nos mostra os muitos prisioneiros, já perfilados na Ilha das Cobras aguardando embarque para o Acre, com alguns deles aparentemente apresentando tais características. Ela foi publicada na revista *O Malho* e demonstra mesmo a existência de crianças³⁶⁹ no primeiro plano da imagem, bem como de outras pessoas que pareciam serem também muito jovens, negras e mestiças. Outra singularidade nessa narrativa do jornal é a da possível existência de estrangeiros entre os desterrados, pois pela legislação nacional os não-brasileiros deveriam ser deportados para seus países de origem e não desterrados.

Todo esse teatro de horrores narrado pelo periódico *A Notícia* aconteceu após a partida do navio, quando “sucederam se os dias de viagem e não se modificou a situação dos infelizes”, que era agravada pela ferocidade atribuída a *Prata Preta*, o aludido “comandante rebelde” da “Porto Arthur” carioca localizada no bairro da Saúde. O então desterrado *Prata Preta* é classificado e descrito como

um negro terrível, um verdadeiro demônio. Este negro, alto, musculoso, forte entre os mais fortes, tomou logo certa supremacia, assumindo as funções de chefe dos porões. Armado de um grosso pedaço de cabo, entrou logo a surrar bestialmente, ferozmente seus companheiros de infortúnio, só os abandonando quando o sangue rubro esguichava das feridas!³⁷⁰

O navio fez sua primeira parada no porto da cidade do Recife, para abastecimento de água e carvão. Saltaram em terra, por poucas horas, apenas alguns oficiais, o médico de bordo e o comandante do navio. Após esse porto não se sabe o que ocorreu com *Prata Preta*, a indigitada liderança dos distúrbios no bairro da Saúde e que a imprensa tomou como símbolo da rebeldia contra o governo.

Talvez ele tenha tido o mesmo destino daqueles onze que foram fuzilados seis anos depois e cujos corpos foram jogados ao mar³⁷¹ por ordem do comandante da força de bordo, morrendo sem conhecerem o destino final da jornada indesejada que foram obrigados a realizar. Esse é o único navio que o governo admitiu

³⁶⁹ Pelo Código Penal de 1890 uma criança poderia ser presa a partir dos 09 anos de idade. Somente em 1927, com a aprovação do Código de menores, a idade foi aumentada para 14 anos. Cf.: CORRÊA, *op. cit.*, p. 200.

³⁷⁰ A NOTÍCIA. *Idem*.

oficialmente, através de relatórios, ter partido para o Acre. A própria produção historiográfica sobre a *Revolta da Vacina*³⁷² é uníssona em sempre se pautar pela quantidade admitida pelo Governo Federal, de 461 pessoas desterradas para o Acre no navio *Itaipava* que partiu no Natal de 1904. Foi de novo o próprio chefe de polícia, Cardoso de Castro, quem mais uma vez teceu alguns comentários sobre a seleção daqueles que seriam desterrados entre tantos apanhados pelas ruas da cidade durante os distúrbios de novembro e dezembro e embarcados na segunda viagem do *Itaipava*. Eis o que ele diz no documento enviado ao ministro José Joaquim Seabra, seu superior imediato:

Mandei recolher a Ilha das Cobras esses indivíduos, presos por assim dizer em flagrante nos próprios logares onde foram achados damnificando as cousas publicas. O governo deliberou depois transportal-os para o Acre. Levantou-se forte opposição contra essa medida, como se o Poder Executivo houvesse acaso exercido alguma violência contra gente séria, que fosse merecedora de defesa tão calorosa. O Governo estava armado de poderes extraordinários que o estado de sítio lhe conferia e entre esses poderes a Constituição, no artigo 80, falla claramente do *desterro para outros sitios do território nacional*. Não se decidiu sem base. Todos os indivíduos transportados para o Acre passaram por uma verificação preliminar. Indagou-se primeiro da identidade de cada um, compulsaram-se os antecedentes criminaes de todos, fez-se em summa, um exame rigoroso, uma seleção perfeitamente justa e certa. Dos 945 individuos apresentados ao Gabinete de Identificação e de Estatística, foram reconhecidos 461, sendo soltos os restantes. Esses 461 indivíduos possuem no archivo criminal 949 nomes, tendo entrado na Casa de Detenção 1.852 vezes, das quaes 1.535 por contravenção e 317 por processos crimes, sendo 141 por delictos contra as pessoas e 176 contra a propriedade. Está ahi a natureza da gente que o Governo fez transportar para o Acre³⁷³.

Uma exposição deveras reveladora, em muitos aspectos, sobre os atos do governo durante aqueles estados de sítios. Além de trazer para a discussão elementos que também evidenciam concepções pessoais do chefe de polícia articuladas com uma “visão de mundo” que também era a de uma época. Em seu relatório é recorrente ele se referir a teóricos franceses e alemães que lidam com a

³⁷¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. *O caso Satélite*, discurso do eminente Sr. Ruy Barbosa, 01º/06/1911, nº 11.856, p. 03, 10. Acervo da BPP.

³⁷² Ver os autores já citados: SEVCENKO; CARVALHO, 2004; SAMIS; CUKIERMAN; PAMPLONA; CHALHOUB, 1996.

³⁷³ CASTRO, 1905, *op. cit.*, pp. 05/06.

questão criminal, citando obras e artigos dos mesmos³⁷⁴. E no campo da ação prática cita amiúde o “systema francez” e as deportações efetivadas pelo estado alemão de Macklenbourg como referenciais que sustentam suas argumentações para tais medidas tomadas contra aquelas “canas miúdas”.

Pelas informações fornecidas pelo chefe de polícia, fica evidente que os crimes atribuídos a eles eram de natureza comum, parte deles anteriores as *Bernardas* de novembro. Em nenhum momento ele se refere a possíveis crimes de natureza política (sedição e conspiração, por exemplo), que ensejavam processos, julgamentos e o cumprimento das penas em regime fechado. Fica patente então que a única opção que o governo levou em consideração foi a de promover os desterrados para o Acre das pessoas que as autoridades tinham como profissionais do crime e cujo relatório oficial apontava cada um dos desterrados usar dois nomes em média; com cerca de quatro passagens pela Casa de Detenção; 3,3 envolvidos com contravenção e 0,68 respondiam a processo criminal por furtos e roubos. Já foi realçado que a única motivação que permitia ao governo efetuar os desterrados era atestar “grave comoção intestina” e, como se percebe, não foi isso que se alegou de fato. Como o próprio chefe de polícia admite, ocorreram algumas reclamações em favor dos desterrados como se “o Poder Executivo houvesse acaso exercido alguma violência contra gente séria”. Ou seja, evidencia-se também que o julgamento do caráter daquelas pessoas se sobrepôs aos seus direitos jurídicos mais mezinhas e que o Governo Federal quis sim livrar-se deles a qualquer custo.

3.2.4 - *Itapacy*

Pelos relatos disponíveis a partir da pesquisa em jornais, o *Itapacy* foi o último navio a partir do Rio de Janeiro levando ao Norte os desterrados gerados pela *Revolta da Vacina*. Ele saiu do porto da capital da República no dia 04 de janeiro de 1905 e as informações sobre a quantidade de presos transportados variam entre “mais de duzentas” e 450³⁷⁵. O relato mais completo da viagem do *Itapacy* é aquele

³⁷⁴ Aparecem nomes como Paul Baillere, Goron, Ernst Rosenfeld e de um periódico chamado *Revue penitenciare*.

³⁷⁵ Esta quantidade é apenas relatada de forma sucinta pelo *Jornal do Brasil* como algo que ainda iria ocorrer a qualquer momento nos dias posteriores. Segundo o jornal, “450 era o número dos presos escolhidos na Casa de Detenção para seguir caminho do Acre”. JORNAL DO BRASIL. **Os sucessos**, 19/12/1904, ano XIV, nº 354, p. 01. Acervo da FBN.

que foi publicado no jornal *A Província do Pará*, no início da segunda quinzena de janeiro de 1905. Este jornal assim narra a chegada do *Itapacy* ao porto de Belém:

fundeu hontem pela manhã, no [porto de] Guajará, o vapor *Itapacy*. Commanda-o o Sr. A. C. Milles. A sua tripulação compõe-se de 36 pessoas. É médico de bordo o sr. Euphrásio Cunha. Guardando os deportados, em número superior a 200, vem um destacamento de 30 praças do 38º de infantaria, sob o commando do tenente José Narciso da Silva Ramos, tendo como ajudante o alferes José Marques, ambos pertencentes áquelle batalhão. Delegado pela polícia do Rio, também acompanha os deportados um empregado daquela repartição, cujo nome não podemos obter³⁷⁶.

Este mesmo jornal paraense, em dezembro, noticia que estariam indo do Rio de Janeiro em direção ao Alto Amazonas “400 pessoas deportadas”³⁷⁷, um número certamente mais preciso que o “superior a 200” relatados acima. Assim como nas outras viagens realizadas pelos “navios-prisões”, havia militares fazendo guarda do navio e dos desterrados, bem como a presença de um médico de bordo. A novidade em relação às outras viagens é a presença de um representante da polícia fluminense, talvez encarregado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Cardoso de Castro, para fazer um possível relatório de bordo sobre a jornada do *Itapacy* e da sua carga humana.

O jornal *A Província do Pará* exaltou ainda o fato de que durante a viagem até Belém nenhum óbito fora registrado, pois afirma de forma categórica ter sido “o estado sanitário de bordo excelente” e que “os mashorqueiros estão todos bem dispostos, pois a alimentação servida a elles é magnífica e abundante”. Sustentava com destaque este mesmo jornal que vinha a bordo do navio Luiz Pinto Pereira de Andrade, “uma das figuras mais em destaques da mashorca de 14 de novembro”.

Cabe dizer que Pinto de Andrade era figura bastante conhecida na cidade do Rio de Janeiro, fama adquirida como “arrauaceiro” contumaz segundo alguns cronistas do seu tempo. Afonso Arinos classifica-o como “capanga-eleitoral”, um dos representantes do movimento monarquista³⁷⁸ e que teria sido “contratado” pela oposição para fazer arruaças nos dias tumultuosos de novembro de 1904. Como já foi anteriormente discutido, os capangas eleitorais, que agiam muitas vezes como

³⁷⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Deportados para o Juruá – o Itapacy**, 17/01/1905, ano XXX, nº 8.867, p. 01. Acervo da FBN.

³⁷⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **A mashorca no Rio**, 27/12/1904, ano XXIX, nº 8.846, p. 01. Acervo da FBN.

³⁷⁸ FRANCO, 2001, *op. cit.*, p. 502.

fósforos, eram figuras comuns ao lado de políticos na Primeira República. Não foi possível saber quando e nem em que condições, mas é certo que Pinto de Andrade regressou ao Rio de Janeiro, pois em 1910 foi mais uma vez preso por seu envolvimento, segundo o Governo Federal, na *Revolta dos Marinheiros*. Como era bem relacionado e afamado, indubitavelmente alguém deve ter intercedido em seu favor e facilitado seu regresso a capital federal.

3.2.5 - *Satélite*

O *Satélite* não foi a única embarcação que partiu com indesejados apanhados nas ruas e prisões resultantes do estado de sítio que começou a vigorar logo após a eclosão da *Revolta da Chibata*. Muitos prestadores de serviços da Marinha tiveram demissão sumária e também foram expulsos para seus estados de origem, junto com os marinheiros que tiveram baixa compulsória da Armada nacional. O *Jornal do Commercio* narra de modo sintético pelo menos uma dessas partidas, conforme se segue: “hontem e ante-hontem foi rescindido o contrato de 300 foguistas³⁷⁹, aproximadamente. Para o norte de República partiram hontem a bordo do paquete *Iris* 60 marinheiros com baixa e que se destinam aos estados donde são naturaes”³⁸⁰. Além do *Íris*, o jornal *O Paiz* também relata a partida em direção aos estados do Norte do paquete *Manaos*, levando também ex-marinheiros duplamente expulsos (da Marinha e da cidade) que não conseguiram ser embarcados no paquete *Íris*³⁸¹. Estes, contudo, não chegaram ao Acre ou à Amazônia e sim, aos estados do “norte”, como Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Formalmente não eram considerados desterrados e nem viajaram em porões de navios, já que “voluntariamente” receberam passagens do governo para se ausentarem do Distrito Federal.

Porém, o mais famoso desses navios de errantes e que se tornou símbolo para a oposição das conseqüências daquela revolta, foi o barco *Satélite*. Sobre sua viagem existem relatos mais consistentes, pois a imprensa acompanhou e descreveu com mais detalhes e interesse seu trajeto e a oposição, tendo à frente o

³⁷⁹ Eram pessoas encarregadas de abastecer as caldeiras dos navios a vapores com lenha ou carvão. Era um serviço renegado por marinheiros, por ser considerado pouco digno devido ser realizado nos porões escuros, quentes e sujos de fuligem oriunda da queima do material vegetal.

³⁸⁰ JORNAL DO COMMERCIO. *Ecoss da sublevação*, 16/12/1910, ano 84, nº 349, p. 03. Acervo da BPP.

senador Rui Barbosa, usou o “caso *Satélite*” para cobrar do governo explicações sobre detalhes dos desterrados e de outras questões relativas à *Revolta dos Marinheiros* e do estado de sítio.

Essa embarcação saiu do Rio de Janeiro na noite de Natal de 1910, levando a bordo 436 desterrados com destino ao Acre, Território Federal que — mais uma vez — tornava-se sítio privilegiado para receber os indesejados da capital federal, acusados pelo governo de participação em mais uma *Bernarda* ou de serem simplesmente criminosos comuns. No dia 02 de janeiro o paquete chega ao porto de Recife, parando apenas para o abastecimento de mantimentos e lenha. No dia 07 de janeiro o *Satélite* chega ao porto de Belém, ancorando na Baía do Guajará, conforme aponta o jornal *A Província do Pará*:

Fundeuo hontem neste porto, escalando para receber carvão e víveres, o vapor *Satélite*, de propriedade do Lloyd Brasileiro e do piloto do commando Carlos Storry. Traz 15 dias de viagem, desde o Rio de Janeiro, de onde partiu, conduzindo cerca de 500 presos, deportados pela polícia daquela capital. O *Satélite*, durante sua viagem do Rio, fez quatro escalas, sendo uma ao porto da Bahia e as restantes a Pernambuco, Maranhão e Pará, ora para fazer aguada, ora para receber combustível. Tanto a guarnição como os presos gosaram saúde até Belém, segundo a declaração do médico de bordo, Dr. Floro de Andrade tendo reinado completa ordem entre todos. Chegando ao nosso porto, o *Satélite* recebeu a visita do médico do Serviço Sanitário Marítimo, dr. Lindolpho Campos, do official Alberto Lassance, que alli foi desempenhar uma incumbência reservada por ordem do sr. Chefe de Polícia, e do Sr. Guarda-mor da alfândega, a quem declarou o immediato que o navio está armado em guerra e traz destino por enquanto ignorado pela officialidade. No acto da visita o commandante Carlos Storry esteve invisível³⁸².

Na verdade, contava com exatos treze dias de viagem. E outros relatos não atestam em nenhum momento, como será visto mais adiante, “a completa ordem entre todos”. Era mais um “navio-prisão” que viajava com *carta de prego* e, portanto, em condição especial de viagem tal como os navios que seis anos antes passaram pelos mesmos portos que ele. Nos dizeres de Edmar Morel, “o navio, com sua desgraçada carga humana, deixou o porto do Rio secretamente. Ninguém soube do embarque dos infelizes, sobre quem (*sic*) recaiu todo o ódio do governo”³⁸³. E

³⁸¹ O PAIZ. **Baixas da Armada**, 16/12/1910, ano XXVI, nº 9.568, p. 02. Acervo da BPP.

³⁸² A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Os passageiros do *Satélite***, 08/01/1911, ano XXXVI, nº 11.032, p. 02. Acervo da FBN.

³⁸³ MOREL, *op. cit.*, p. 162.

compara os desterrados de 1910 com os de 1893³⁸⁴ ao dizer que os passageiros do *Satellite* “não eram homens ilustres, a exemplo da deportação (*sic*) feita por Floriano Peixoto, em abril de 1893³⁸⁵”. O Relatório³⁸⁶ do comandante do navio, Carlos Brandão Storry, traz informações preciosas, porém sintéticas, da viagem e a lista completa de toda a carga humana banida mais uma vez do Rio de Janeiro pelo Governo Federal. Ele afirma que o navio saiu do Rio de Janeiro no dia 25 de dezembro, por volta das 23 horas, retornando ao mesmo porto somente no dia 04 de março de 1911. O Relatório foi entregue ao então gerente do *Lloyd Brasileiro*, Francisco Brígido.

Nesse relatório, Carlos Storry utiliza algumas passagens para ilustrar suas percepções sobre a viagem e em relação às pessoas que transportou. Diz ele estar “de volta da infeliz viagem”, após sessenta e nove dias, em que transportou “105 marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres, com 50 praças do Exército fazendo a guarnição do navio”. Somando os números fornecidos pelo comandante, foram 441 pessoas transportadas nos porões do *Satellite* para o norte do país. Contudo, de acordo com as tabelas anexadas ao relatório é possível perceber mais detalhes sobre cada um desses três grupos, classificados com “marinheiros, vagabundos e mulheres” e um total de 436³⁸⁷ pessoas (ver *Apêndices*).

Na relação dos denominados “vagabundos”, na verdade constam 293³⁸⁸ nomes de presos recolhidos na Casa de Detenção e embarcados no *Satellite*, com as seguintes informações: nomes completos manuscritos, — alguns destes nomes estavam assinalados com um X — e depois, em número pequeno, algumas observações sobre a índole de alguns deles. Por último, logo após o nome há a localidade onde eles foram desembarcados. Neste item se percebe claramente tratar-se de uma caligrafia diferente daquela de quem escreveu os nomes e fez as observações nas listas entregues então na partida do *Satellite*. As localidades de desembarques desses desterrados e o destino foram preenchidos posteriormente ou

³⁸⁴ Vale ressaltar que MOREL refere-se claramente aos desterrados da Revolta da Armada de 1893 e não, aos de 1892 relatados no *capítulo I* deste trabalho.

³⁸⁵ MOREL. *Idem*.

³⁸⁶ STORRY, Relatório citado.

³⁸⁷ Não incluí na soma os 07 marinheiros considerados livres, cujo embarque foi autorizado pelo Chefe de Polícia.

³⁸⁸ No relatório do comandante do navio existe uma observação ao lado do nome de Januário Seabra de Souza: “foi tirado pelo chefe de polícia”. Dando entender que não partiu do porto do Rio por ordem do Chefe de Polícia, Belisário Fernandes da Silva Távora. Sendo assim, realmente a conta fecha em 292 nomes.

pelo comandante do navio ou pelo oficial militar designado como chefe de guarda, o segundo-tenente Francisco Melo.

As localidades indicadas como destino final são: Manaus (01 pessoa), Humaitá³⁸⁹ (18 pessoas), Santo Antônio do Madeira (129 pessoas), Linhas Telegráficas (141 pessoas) e sem indicação de onde ficaram, aparecem quatro nomes. Na vila de Santo Antônio, os desterrados seriam destinados aos trabalhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMA. Sobre as observações apensadas ao lado de alguns nomes, estas trazem expressões como: “ladrão perigoso”, para Adriano Lopes ou Abrahão Lopes, Arlindo Escossia da Paixão e Armando Adriano Mendes; “desordeiro e ladrão perigoso”, para Gastão Ribeiro dos Santos (vulgo Capenga) e Januário Seabra de Souza; “desordeiro perigoso” é também o termo imputado a José Ribeiro da Silva; já para Juvenal José Gomes e Joaquim de Oliveira Geraldo há a informação de que ficaram doentes e desceram em Pernambuco.

Levando em conta informações de Edmar Morel, mais dois desterrados desceram em Belém, beneficiados pelas intervenções de amigos influentes. Foi o que teria acontecido, por exemplo, com Agenor Novaes e Álvaro Façanha de Oliveira. O primeiro, “pelo seu gênio boêmio foi entregue à polícia pelo próprio pai, o Barão de Novaes, que queria o rapaz desterrado da família”. Mas com a ajuda dos amigos de boêmia e de noitadas, foi contratado um advogado que conseguiu um *habeas corpus* junto ao STF em favor do renegado Agenor Novaes³⁹⁰. Por sua vez, o ex-marinheiro Álvaro Façanha teve em seu favor a interferência de um almirante amigo seu e anos depois, Façanha tornou-se capitão da polícia cearense e diretor da cadeia pública de Fortaleza³⁹¹. Esses dois, por origem e perfil, diferiam em muito da maioria dos desterrados com os quais embarcaram.

Quanto aos marinheiros, na verdade ex-marinheiros, já que foram expulsos das fileiras da Armada, existem três listas distintas: uma daqueles provenientes do

³⁸⁹ Município situado ao Sudoeste do estado do Amazonas e distante 675 km de Manaus, próximo a cidade de Porto Velho (cerca de 200 km), atual capital rondoniense. Foi fundado no final do século XIX e foi um importante entreposto comercial no rio Madeira. Outras informações sobre as demais localidades receptoras de desterrados serão explicitadas no próximo capítulo. Cf.: CASTELO BRANCO, J.M.B. “Caminhos do Acre”, pp. 74-209. In **Revista do IHGB**, vol. 196, jul-set, 1947, p. 92. Acervo do IHGB.

³⁹⁰ No relatório do comandante Carlos Brandão Storry há a indicação ao lado do nome de Agenor Novaes de que ele teria desembarcado em Santo Antônio do Madeira e não em Belém, como atesta Edmar Morel. Cf.: *Apêndices*, neste trabalho.

Quartel Geral do Exército, com 31 nomes; a outra dos enviados do quartel da Força Policial, com 68 nomes; e, por fim, uma lista a parte com o nome de sete pessoas classificadas como “marinheiros livres”. De acordo com Edmar Morel, estes “marinheiros livres” seriam elementos da polícia encarregados de promover um “levante” entre os desterrados e assim justificar “execuções em massa sem nenhum julgamento”³⁹². Difícil acreditar que policiais tenham aceitado viajar nos porões escuros do *Satélite*, nas piores condições de higiene e alimentação, para criarem um clima de “revolta” entre os desterrados. É mais crível pensar que os mesmos fossem de fato ex-marinheiros, que talvez tenha recebido propostas para incentivar e executar tal levante com promessas futuras de liberdade ou outros tipos de benefícios.

Com estes sete, somam-se 106 ex-marinheiros. Quanto a localidade de destino, noventa e quatro aparecem como designados para os trabalhos da CLTEMA e para doze deles não existe nenhuma informação. Uma observação importante é que em alguns nomes também aparece ao lado uma letra X assinalando-os, como já foi dito da mesma forma em relação aos classificados com vagabundos. É o caso dos seguintes ex-marinheiros: José Alexandrino da Silva, Aristides Pereira da Silva, Manoel Elízio de Araújo, Nilo Ludgero Bruno, Ricardo Benedicto, Argemiro Rodrigues de Oliveira, Hernani Pereira dos Santos, Izaías Marques de Oliveira e Vitalino José Ferreira. Para Morel, todos esses sujeitos foram assassinados por ordem do segundo-tenente Francisco Melo, cuja sentença teria sido ordenada quando da partida da Ilha das Cobras. Esta é apenas uma hipótese considerável, pois não há como saber se a sentença de execução dessas pessoas foi determinada antes da saída ou posteriormente. O que reforça a tese de eles saírem já marcados para morrer é o embarque dos sete “marinheiros livres”.

No Relatório do comandante Carlos Storry ele mesmo expõe, dia-a-dia, os acontecimentos de bordo. Ele afirma que no dia 26 de dezembro, por ter adoecido um dos foguistas do navio, foi retirado do porão do navio José Pedro da Rocha, um ex-marinheiro, para assumir as funções daquele. Este, segundo o comandante, relatou que nos porões estavam tramando para aquela noite uma revolta cuja finalidade era a tomada do navio pelos desterrados. O líder desta revolta em alto-mar seria Hernani Pereira da Silva, vulgo Sete. Vejamos como o comandante Carlos

³⁹¹ MOREL, *op. cit.*, p. 162.

³⁹² *Ibidem*, p. 161.

Storry narra em seu relatório a “descoberta antecipada da revolta” pelas autoridades de bordo:

A revolta seria da maneira seguinte: os sete marinheiros que vinham de passagem, em liberdade, procuravam obter munições para armas, facas, etc. e de acordo com os deportados, em dado momento, que deveria ser meia-noite, atacavam as sentinelas, apossando-se das armas. Em seguida, os presos subiriam e os oficiais, quer de bordo quer do Exército, seriam assassinados, assumindo o comando do navio os ex-marinheiro “Sete”, imediatado pelo ex-marinheiro Aristides Pereira da Silva, vulgo Chaminé. Às 11 horas P. M. assisti o mais horrível dos dramas. O Sete foi fuzilado e em seguida jogado ao mar³⁹³.

Fica claro o papel desempenhado pelos sete ditos “marinheiros livres”, embarcados por recomendação do delegado Flores da Cunha: coube a eles fornecerem armas e incutirem em alguns ex-marinheiros, previamente escolhidos, que a tomada do navio era a única saída para eles. Estava então criada a situação para vinganças contra alguns ex-marinheiros, por tentativa de rebelião para a tomada do navio e ainda pelo motim pregresso nos navios da Marinha. Ao mesmo tempo, na ótica dos oficiais, os fuzilamentos serviriam como exemplo para que dali em diante o restante se comportasse até o destino final.

O comandante continua seu relatório diário e afirma que no dia 27 “continuaram os inquéritos e alguns marinheiros foram algemados”. E no primeiro dia do Ano-Novo de 1911 diz: “eu me afastei da costa para serem fuzilados seis homens, o que fizeram às duas da manhã”. Entre eles estava *Chaminé*, que mesmo estando de braços e pés amarrados o comandante afirma que ele se jogou ao mar antes de receber qualquer tiro. No dia seguinte foram fuzilados mais dois desterrados e “ao todo foram mortos 09 dos bandidos que conduzimos. Esta medida extrema foi a única possível nas condições em que nos achávamos”³⁹⁴. Sobre as mulheres, consta que as 44 desterradas foram recolhidas na Casa de Detenção no Rio de Janeiro e destinadas às seguintes localidades: dezenove para Santo Antônio, vinte e uma para as Linhas Telegráficas e quatro teriam ficado em Manaus. Na listagem não existe nenhuma outra informação adicional ou mesmo observações como as existentes nas outras listas.

³⁹³ STORRY. Relatório citado.

³⁹⁴ *Idem*.

Ao chegar a Manaus, no dia 13 de janeiro, o *Satellite* permaneceu ali por dez longos dias ancorado na baía de Marapatá, rumando para o Alto Madeira somente no dia 23 do mesmo mês. Segundo o comandante, “tentamos ver se evitávamos semelhante viagem que, pelas informações chegadas, logo na entrada do rio Madeira, todos adoeceriam”. Mas não houve alternativa, o barco foi autorizado a rumar em direção à vila de Santo Antônio do Rio Madeira e chega dia 03 de fevereiro naquela localidade, onde “foram entregues à comissão do capitão Rondon 200 homens, conforme ordem do governo. Os restantes teriam de descer com eles e deixando-os pelas margens do rio”. Havia pressa em se livrar da incômoda carga e o mais rápido possível sair daqueles confins, conforme atesta o comandante no final de seu relatório ao dizer que “no mesmo dia ficamos livres das garras de perversos bandidos”³⁹⁵.

No capítulo a seguir abordo um aspecto singular envolvendo o navio *Satellite* e a sua carga de desterrados: a longa estadia em Manaus e a mudança de planos ocorrida nessa cidade. O navio saiu do porto do Rio de Janeiro com destino ao Acre, mas ao chegar a Manaus sua rota foi alterada e os custodiados acabaram seguindo em direção ao Alto Madeira, localidade onde estavam sendo construídas a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e as Linhas Telegráficas, esta última pela Comissão Rondon. Discuto ainda os pedidos de *habeas corpus* apresentados à Justiça, e negados, após a saída dos navios do Rio de Janeiro, bem como as anistias inócuas dadas aos desterrados de 1904 e 1910 quando já estavam internados nos lindes oeste da Amazônia brasileira.

³⁹⁵ *Idem.*

Capítulo IV – Desencontros e esperas: uma nova rota para o *Satélite*, o “navio-fantasma”, e as anistias

*“Céus... meus! Por piedade
Tirai-me desta aflição!
Vós!... socorrei os meus filhos
Das garras da maldição!*

*São horas, são horas
São horas de teu embarque
sinto não ver a partida
Dos desterrados do Acre”.*

Sem título, Carlos F. P³⁹⁶.

4.1 – Por que os prisioneiros do *Satélite* não foram para o Acre?

Uma indagação pertinente acerca dos desterros ocorridos em 1910 é sobre o porquê de o navio *Satélite* ter ficado todos aqueles dez longos dias parado no porto de Manaus, já que esta cidade não era o destino final para os desterrados ali parados e enclausurados. Como já foi demonstrado há pouco, no capítulo anterior, a passagem dessa embarcação por outros portos do trajeto fora marcada pela pressa e pela discrição. Todavia, em Manaus algo atrasou para além do esperado a estadia desse navio no porto daquela cidade. Um jornal manauara assim relata a chegada do *Satélite* na capital amazonense em princípio de 1911:

Todo esse pessoal, que chegou, está detido a bordo, a disposição do Inspetor da Primeira Região [*militar*], para quem veio um offício do Ministro da Guerra, general Dantas Barreto. Contém instruções sobre destino que deve ser dado a esta gente ruim, colhida nas malhas da Polícia do Rio de Janeiro. Pelas informações que conseguimos obter, podemos afirmar que o navio à tarde saíu para fora do quadro, fundeando em local onde aguardará vapor de menor calado para receber esses quatrocentos e quarenta e quatro *povoadores do solo* que irão para o Acre³⁹⁷.

Fica claro que mesmo extra-oficialmente se sabia que o destino final daqueles prisioneiros “povoadores” seria o Acre, e não Santo Antônio do Madeira. A

³⁹⁶ Ver nota explicativa na página de epígrafes do pré-texto acerca da autoria dessas quadras.

demora do navio em Manaus por tanto tempo e a espera da Inspetoria Militar por determinações vindas da capital federal, diretamente encaminhadas pelo ministro da guerra, general Dantas Barreto, reforçam tal hipótese. E ainda, se o navio tivesse originalmente como destino final Santo Antônio não precisaria ir até Manaus, cidade localizada algumas milhas acima da foz do Madeira. Caso tivesse havido apenas a necessidade de abastecimento de mantimentos e combustível, isso poderia ter sido feito na cidade de Itacoatiara, localizada nas proximidades da confluência do rio Amazonas com o rio Madeira e distante 204 quilômetros fluviais (110 milhas) da capital amazonense (*vide mapa 03, em anexos*). Acrescente-se a isto as palavras do próprio comandante, que afirmou ter tentado “evitar semelhante viagem” pelo rio Madeira somente na sua chegada em Manaus, algo que sugere ter havido um destino inicial, quando da partida da baía da Guanabara, que não o da região da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Por fim, soma-se às hipóteses acima a tentativa de baldeação, em Manaus, dos prisioneiros desterrados para outro navio. Algo que já estava em curso com o fretamento de um barco de menor calado chamado *Cabral*, que havia partido e Belém em princípio de janeiro e era aguardado em Manaus para daí seguir para o Acre imediatamente e levando aqueles a quem o governo e parte da imprensa chamavam de *povoadores do Acre*. Ou de forma menos metafórica, de “gente ruim colhida nas malhas da polícia” carioca.

A *Província do Pará* narra que esse vapor saiu de Belém no dia 02 de janeiro com passageiros e cargas e, ao chegar à capital amazonense, o comandante do navio e o sócio da firma proprietária da embarcação “foram convidados pelo inspetor interino da 01ª Região Militar Permanente a fretar o seu vapor para conduzir os deportados (...) presos no *Satélite*”³⁹⁷. O jornal também informa que o próprio inspetor interino, capitão Pedro Botelho, havia garantido aos responsáveis pela embarcação que ele recebia ordens expressas do Governo Federal para “requisitar” sem contestação o vapor *Cabral* para essa missão até o Acre.

Os desterrados seriam transportados para as cidades acreanas de Sena Madureira (Departamento do Alto Purus) e Empreza, atual Rio Branco (Departamento do Alto Acre). O valor do fretamento do navio não é revelado pelo

³⁹⁷ JORNAL DO COMMERCIO. **Gente perigosa vae para o Acre**, 14/01/1911, anno 08, nº, nº 2.432, p. 01. Acervo da FBN.

³⁹⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Os passageiros do *Satélite***, 02/02/1911, ano XXXVI, nº 11.057, p. 02. Acervo da FBN.

jornal, mas a primeira prestação a ser paga na assinatura do contrato seria de 50:000\$ (cinquenta contos de réis). Tudo parecia se encaminhar tão bem que o segundo-tenente Francisco Melo, junto com outro oficial do *Satélite*, foi pessoalmente a bordo do *Cabral* para inspecioná-lo e saber das suas condições para o transporte dos prisioneiros e

foram todos elles unâimes em declarar que o *Cabral* era na ocasião o único vapor capaz de transportar com segurança e presteza a leva de deportados vindos a bordo do vapor *Satélite*. Á requisição do inspector interino d'aquella Região foram feitas grades para contê-los dentro dos porões. Além desta providência o commandante do *Cabral* foi intimado a retirar toda carga que existia a bordo para assim accomodar os deportados nos porões, à similhaça do que se passara no *Satellite*³⁹⁹.

O que aconteceu a partir daí foi uma série de desencontros e postergações acerca do aluguel do paquete e do embarque dos desterrados para o Acre. Da parte dos responsáveis pelo *Cabral*, dada a situação que os deixava sem muitas escolhas, “aquelles srs. não puzeram obstáculos, baldeando para outro vapor os passageiros e a carga que levavam [de Belém], e aguardaram a chegada do *Satélite*, a fim de servir os desejos do governo federal”⁴⁰⁰. Algo que na verdade se configurava mais claramente como uma determinação, uma imposição, do que apenas um simples desejo do governo.

É de se imaginar a correria que tiveram os responsáveis pelo *Cabral* em, repentinamente, se desfazerem de compromissos assumidos com passageiros e casas comerciais para atender o chamamento dos militares e, de último instante, ser desfeito tudo o que parecia tão certo. No intuito de acatar de imediato o “desejo” do governo, “o commandante fez baldear para o vapor *João Alfredo* as cargas que conduzia para Senna Madureira [*cidade acreana*] e outros portos intermediários, desembarcando o restante em Manaus”⁴⁰¹.

Porém, quando tudo já se encaminhava para alcançar ao seu termo, a ordem de pagamento da primeira parcela do frete não chegava do Rio de Janeiro, via Ministério da Guerra. Por precaução, e antevendo que a situação começava a se

³⁹⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Os deportados para o Acre**, 10/02/1911, ano XXXVI, nº 11.065, p. 02. Acervo da FBN.

⁴⁰⁰ *Idem*. A título de informação, o *Satélite* saiu de Belém no dia 07/01; o *Cabral* no dia 02/01. O primeiro chegou a Manaus dia 13/01 e o segundo, antes, dia 10/01. O primeiro contato para aluguel do *Cabral* se deu no dia 14/01, na sede da 01ª Região Militar.

⁴⁰¹ *Idem*.

complicar, o comandante do vapor *Cabral*, Felipe Duarte de Souza Aguiar, escreve uma carta no dia 20 de janeiro ao Inspetor interino capitão Pedro Botelho da Cunha solicitando a este militar que ele atestasse, junto aos seus sócios em Belém, a veracidade do acordo. No mesmo dia o capitão Pedro Botelho responde em carta confirmando o acerto estabelecido entre ambas as partes. E assim, o comandante do *Cabral* dava sustentação formal à exigência do aluguel do navio pelo Governo Federal junto aos seus sócios em Belém e, de certa forma, se livrava da responsabilidade de ter tomado por vontade própria a decisão de alteração dos planos iniciais da viagem do *Cabral*.

Contudo, a garantia por escrito dada pelo Inspetor interino mudou quando o oficial titular Roberto Trompowsky retornou à Manaus no dia 23 de janeiro, provavelmente vindo do Rio de Janeiro com novas determinações do ministro da Guerra. O general Trompowsky comunica então aos responsáveis pelos vapores *Satellite* e *Cabral* que os planos haviam mudados e que os desterrados não iriam mais para o Acre e sim, para Santo Antônio do Madeira.

As medidas tomadas pelo inspetor interino da 01ª Região Militar foram acatadas pelo general Roberto Trompowsky, mas quando já estavam sendo resolvidos procedimentos de embarque dos desterrados no *Cabral* “um despacho telegráfico do governo ordena a partida **do Satellite para o Acre** (*sic*, grifos meus), directo, sem baldeação”⁴⁰².

Essa mudança de planos do Governo Federal, além da quebra de compromisso assumido, afetava com grandes prejuízos os responsáveis pelo vapor *Cabral*, que já tinham como certa a viagem ao Acre levando os desterrados e desfeitos os compromissos da viagem inicial. Este mesmo periódico assim narra, com mais detalhes, o enredo confuso envolvendo o Governo Federal — através da 01ª Região Militar e Ministério da Guerra — e os locadores forçados da embarcação:

O commandante do *Cabral*, que perdera vinte dias de espera, lavrou um protesto no dia 16 e apresentou-o ao juiz seccional, para a competente ratificação, constituindo os consignatários um advogado para tratar de sua causa. Em seguida, o *Cabral*, deixando de embarcar a carga de Manaus para o Acre, regressou a Belém, onde chegou hontem. Os prejuízos, inclusive lucros cessantes, são

⁴⁰²A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Os passageiros do Satellite**. 02/02/1911, ano XXXVI, nº 11.057, p. 02. Acervo da FBN. Mas uma vez se repete a confusão – ou generalização senso-comum – de ordem geográfica acerca das *regiões do Acre*. Na matéria não fica claro se a expressão “partida do Satellite para o Acre” é do jornal, se ele apenas reproduz a fala do general Trompowsky ou trecho do telegrama enviado pelo Governo Federal.

avaliados em 300:000\$, segundo ainda nos foi informado. A firma referida, que é fretadora do *Cabral*, no caso de não obter novo carregamento para o Acre, pretende entregar o navio á Companhia Maranhense, sua proprietária⁴⁰³.

Dando sequência ao acompanhamento do caso, *A Província do Pará* dá publicidade para uma *Ordem do dia* intitulada “instrucções organizadas para o serviço do contingente que se destina a Santo Antônio do Rio Madeira, em comissão de guarda do pessoal chegado a esta cidade a bordo do vapor nacional *Satellite*”, expedida no mesmo dia 23, pelo Inspetor efetivo da 01ª Região Militar general Trompowsky. Eis parte de seu teor:

O navio seguirá directamente de Manaus a Santo Antônio, sede da Comissão de Obras Federaes, onde desembarcará o pessoal para ser distribuído pelos diferentes serviços dessa Comissão. Para a execução dessas instrucções, empregarei todos os esforços, esperando esta Inspectoria achar na bravura e habilidade de que tendes dado provas, tanto quanto no zelo, patriotismo e boa vontade, elementos para o cumprimento do dever. Em caso de rebelião, é bom accentuar aqui, ou mesmo em qualquer acto de indisciplina, tanto do pessoal deportado como da Força que lhe vai servir de guarda, e bem assim do serviço especial do vapor, desde que não seja possível a repressão por meios ordinários, podereis, procedendo a um processo sumário, julgar como em tempo de guerra, visto ficar o mesmo navio arvorado em transporte militar, sujeito, por consequente, ás leis do exército. O navio terá nesses dois únicos portos a demora necessária, a fim de não augmentar a diária, já elevada pelas condições especiais do frete de seu regresso a Manaus⁴⁰⁴.

Difícil saber os reais motivos que o governo teve para mudar seus planos acerca do destino final dos desterrados. A questão financeira, referente às dificuldades de liberação de recursos para o fretamento do vapor *Cabral* é algo muito frágil de sustentar como o motivo principal, embora haja no comunicado uma referência à contenção de custos na escolha do trajeto entre Manaus e Santo Antônio. Outro aspecto destacável nas instrucções do general Trompowsky é a sua orientação de se julgar qualquer indisciplina de bordo em consonância com as medidas militares adotadas em tempo de guerra contra civis. Ou seja, determina que qualquer motim deveria ser reprimido com execução sumária dos cabeças.

⁴⁰³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Os deportados para o Acre**, 10/02/1911, ano XXXVI, nº 11.065, p. 02. Acervo da FBN.

⁴⁰⁴ *Idem*.

A viagem do vapor tinha mesmo um quê de epopéia trágica para aqueles homens e mulheres renegados. Tal perspectiva aparece na charge a seguir (*charge 05*), onde se vê a representação do paquete *Satélite* como se fosse o Diabo em pessoa partindo da entrada da Baía da Guanabara levando em um balaio os desterrados nas suas costas em direção às terras do norte do país, que no horizonte aparecem identificadas nas legendas *Pará* e *Manaos*. Os desterrados, que no lápis do desenhista viram apenas singelos “reclamantes”, ainda dão adeus a *Zé Povo* e este apenas deseja que o diabo lhes carreguem sem possibilidades de regresso. Percebe-se ainda que o traço do chargista além de metafórico é exagerado na representação das escalas geográficas, humanas e do Diabo, pois procura encaixar todo um cenário dentro de uma imagem que possibilite ao leitor a compreensão imediata da mensagem.



Os reclamantes (cynicamente): — Adeus Zé! Saudinha, heim?
Zé Povo: — Feliz viagem, e que o diabo vos carregue... sem bilhete de volta!

Charge 05: O MALHO. *Limpando águas*, ano IX, nº 432, de 24/12/1910, p. 15. Acervo da FBN.

A mensagem subliminar procura mostrar como se de fato os desterrados estivessem indo mesmo para o inferno, — senão o bíblico, o terreal, o *inferno verde* situado na *Sibéria tropical* —, e levados pelo próprio Diabo. Esse era o destino para

as pessoas oriundas das camadas mais pobres da população, que nem o “povo” — representado por um pretenso tipo nacional denominado *Zé Povo* — demonstrava qualquer simpatia por elas e as desejava longe da cidade. Esse aspecto infernal é algo que aparece redivivo na charge. Mais uma vez aparece a visão negativa sobre a Amazônia, mostrada como a representação de um lugar funesto e de desditas: era a recorrência à imagem do inferno verde, da selva como lugar da selvageria e dos selvagens, de sítio distante que ninguém ia por opção própria.

A ida dos mal afamados “reclamantes” era, nessa perspectiva, mais uma remessa de pessoas adequadas às características negativas do lugar para onde iam, conforme acreditavam as autoridades e parte da imprensa na época. Se os “reclamantes” não se adaptavam às normas da cidade considerada moderna e aprazível, ao declamado progresso e à cultura da *belle époque*, o lugar mais indicado a eles seria exatamente as terras ditas “incultas” dos “sertões” ao norte do país. Sertões assemelhados nos significados a tantos outros, tal como o descrito por uma personagem de Guimarães Rosa em *Grande Sertão: veredas* — “sertão é onde o criminoso vive arredado do arrocho da autoridade”. Ou ainda, na mesma direção: “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”. Lugar em que o “viver é muito perigoso”⁴⁰⁵. Porém, como bem frisa o historiador Victor Leonardi, para além dessas características é possível extrair outras que são pouco realçadas dessa representação do *sertão*. Diz ele que no sertão também “nasceu uma grande parte da cultura brasileira, em suas diferentes expressões regionais e locais”. E aprofundado em relatos de viajantes, conclui afirmando que “o isolamento — parte integrante da vida de todos os sertões — não gerou apenas hábitos despóticos, mas, também, hábitos generosos, de hospitalidade em todo o interior do Brasil”⁴⁰⁶.

Toda essa tradição em torno da idéia de *sertão* tem uma historicidade, tal como aponta Janaína Amado. O termo sertão aqui referenciado, e muito recorrente naquele momento, aproxima-se da concepção herdada do período colonial que designava “quaisquer espaços amplos desconhecidos, desabitados ou pouco habitados (...) onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”⁴⁰⁷. Uma categoria, como ela mesma diz, construída discursivamente a partir do litoral que desde cedo foi o “lugar” antagônico e complementar ao sertão. E

⁴⁰⁵ ROSAS, J. G. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp. 08, 19 e 25.

⁴⁰⁶ LEONARDI, V. P. B. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 1996, p. 307.

dependendo da abordagem, sertão adquiria a dualidade de ser o inferno ou o paraíso. E é dessa forma que a região amazônica aparece, ora como inferno verde, ora como o paraíso das “primeiras páginas do Gênesis”.

E mais especificamente sobre o Acre, um desses discursos construídos de fora para dentro pode ser encontrado na pena do escritor Cassiano Ricardo, que retrospectivamente assim se refere aos milhares de migrantes que o Acre recebeu em fins do XIX e primeiras décadas do XX:

Ou morreriam, ou iriam “nascer de novo”, como na linguagem bíblica. Iriam ser acreanos, iriam mudar de vida, ou perecer; iriam revelar qualidades inéditas, ou sucumbir. Mas que era ser acreano naquele tempo? Era vencer o deserto; um deserto diferente dos outros, porque vivo, fértil, feroz e totalitário. Deserto no pior sentido da palavra; porque não passivo, não indiferente, mas disposto a aceitar a luta pela vida, necessitado de fecundação e ao mesmo tempo trancada em seu terrível enigma verde⁴⁰⁸.

Nos casos dos destierros aqui tratados, predominaram nos discursos das autoridades e da imprensa a visão negativa, cuja charge mostrada anteriormente parece resumir com propriedade tal concepção já bastante sedimentada à época. Talvez jamais se saiba quantos se “tornaram” acreanos ou quantos venceram o “deserto”/“sertão”. Mas é certo que os sobreviventes *nasceram de novo* ao terem que se adaptar aos novos modos de vida em um outro mundo. Tudo era muito diferente daquilo que eles conheciam e tinham como referenciais de vivências e de sociabilidades adquiridas até então.

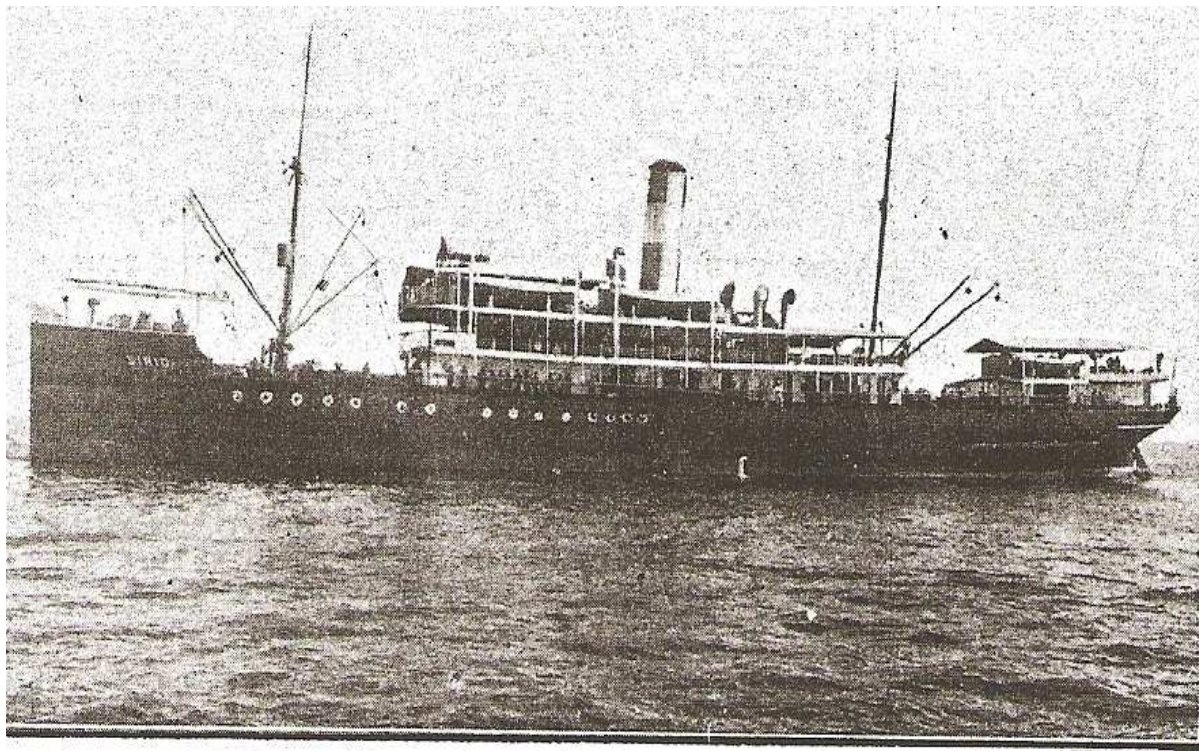
Também é correto afirmar o oposto disso, pois aos olhos das autoridades eles foram enviados para a morte, senão física, para a morte simbólica: a morte pelo esquecimento, provocado pelas distâncias nos ditos *vazios* e *desertos* da Amazônia acreana e áreas do entorno. Talvez alguns tenham se “regenerado pela borracha” como o governo dizia desejar, ao afirmar que nos recônditos da Amazônia todos teriam que trabalhar para viver e ali não encontrariam mais ambiente propício para a “malandragem e vagabundagem” que o Rio de Janeiro parecia tão bem oferecer.

As viagens “saneadoras” com destierros enclausurados nos porões escuros e úmidos dos *paquetes*, todos semelhantes ao modelo a seguir (*foto 06*),

⁴⁰⁷ AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 08, nº. 15, pp. 148-149, 1995.

⁴⁰⁸ CASSIANO RICARDO. **O Tratado de Petrópolis**. Volume I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954, p. 88.

certamente não livraram a capital federal dos seus problemas com a criminalidade. As localidades amazônicas que receberam esses desterrados também não viram como bons olhos as chegadas de levadas de homens e mulheres de má fama desembarcando em seus portos.



MARINHA MERCANTE BRAZILEIRA — Um paquete do Lloyd Brasileiro.

Foto 06 – *Sírio*, um dos paquetes da frota da empresa *Lloyd brasileiro*, embarcação semelhante àquelas que empreenderam viagens nos anos de 1904 e 1910 transportando desterrados para a Amazônia⁴⁰⁹.

Creio ainda ser importante nesse contexto, mesmo que de forma breve, dizer algo sobre a configuração e padronização técnica das embarcações utilizadas nos desterrados. Todos aqueles navios alugados eram bastante parecidos entre si. Os *Pockets boats*, que no Brasil foram aportuguesados para *paquetes*, eram as embarcações mais usuais para o transporte de cargas (porões) e passageiros (conveses), de norte a sul, pela costa brasileira. Quanto ao peso, excluindo o *Satélite* que pesava 1.412 toneladas, o *Itaipava* (904ton), o *Itapacy* (914ton) e o

⁴⁰⁹ Fonte: LIGA MARÍTIMA, ano IV, nº 37, julho de 1910, p. 12. Acervo da Biblioteca da Marinha/RJ.

Itaperuna (909ton)⁴¹⁰, todos também movidos a vapor, tinham tonelagens quase idênticas. Se tomarmos por base o “*Itapacy* [que] tem 230,4 pés de comprimento e 13,7 de pontal”⁴¹¹, os outros navios deveriam também ter características parecidas com essas. Algo em torno de 70 metros de comprimento por 04 metros de pontal, que é a altura entre a quilha e o convés principal. Os porões, em nenhum deles, eram espaços adequados para que se transportassem pessoas. Eram escuros, muitas vezes sujos, sem banheiros, abafados e que devem ter se tornados muito mais insalubres com tanta gente amontoadá durante dias e noites em seus interiores lúgubres.

Esses eram os famosos “navios-fantasmas”, transformados em presigangas⁴¹², que empreenderam viagens longas até a Amazônia, para se desfazerem de suas cargas humanas, compostas de pessoas transportadas contra suas vontades para fora da cidade do Rio de Janeiro. À sua maneira, Afonso Arinos assim resume o que significava uma viagem nessas embarcações para aqueles que foram transportados na condição de prisioneiros desterrados, embora ele não cite especificamente os casos de 1904, para as *regiões do Acre*:

À tradição dos navios-fantasmas – as chamadas presigangas – que transportavam nos porões uma espécie de gado humano, perdido em imprecações e lamentos, quando não atirado em lutas de desespero, homens enjaulados como feras nos cascos fechados, clamando por água e ar, rolando de borco na lama fétida de sangue, vômitos e excrementos, essa tradição de pesadelo não se reduzia apenas aos navios negreiros, que Castro Alves transformou em símbolos de miséria, revolta e piedade⁴¹³.

Eis as palavras de um admirador confesso de Rodrigues Alves, presidente que da mesma forma como agiu Hermes da Fonseca (1910/1914) seis anos depois, desterrou levas de homens e mulheres recolhidos nas prisões e ruas da cidade do Rio de Janeiro em 1904. Afonso Arinos se omite de qualquer crítica em relação aos desterrados da *Revolta da Vacina* e, nesta passagem acima, faz apenas uma crítica

⁴¹⁰ LLOYD'S REGISTER SHIPPING. **List of steamers arranged according to nationality and gross tonnage**, Volume II, London-UK: Society Printing House. 1923, p. 1091. Acervo da Biblioteca da Marinha/RJ.

⁴¹¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Deportados para o Juruá – o Itapacy**. 17/01/1905, anno XXX, nº, nº 8.867, p. 01. Acervo da FBN.

⁴¹² Mais um termo derivado da marinha inglesa e aportuguesado: *Pressgang* eram navios que recolhiam, transportavam e serviam de prisão provisória para detentos condenados ao desterro ou degredo.

⁴¹³ FRANCO, *op. cit.*, p. 523.

genérica, embora contundente, ao que ele chama de “tradição dos navios-fantasmas” usados para os transportes de desterrados nos anos iniciais da república.

No excerto de sua análise, citado há pouco, não há qualquer enfoque particularista que aponte ou nomeie os responsáveis diretos por tais práticas nos anos iniciais do novo regime. Embora ele condene tais práticas, demonstra ao mesmo tempo um conservadorismo cauteloso em atribuir à prática dos desterrados algo bastante generalista de uma, digamos, “tradição” republicana. O tráfico negreiro, por ele lembrado como paralelo, reforça essa percepção ao apontar para coisas vistas como praticadas com frequência desde muito tempo. Algo que já foi apontado no capítulo anterior, quando o senador Barata Ribeiro faz a mesma comparação em relação aos desterrados para o Acre ocorridos em 1904 ao citar o poeta Castro Alves e fazer alusão ao poema *Navio negreiro*. Este, porém, de forma mais incisiva e direta.

Além de nacionais civis e ex-marinheiros desterrados para a Amazônia e militares de baixa patente expulsos ou transferidos para seus estados natais, ocorreram também deportações de muitos estrangeiros para seus países de origem. A acusação contra estes últimos geralmente estava associada ao anarquismo e cafetinagem, como o governo qualificava comumente os motivos principais para expungir de território brasileiro certos tipos de pessoas consideradas incômodas. É o caso, por exemplo, destas deportações anunciadas pelo jornal *O Paiz* de alguns judeus acusados de rufianismo:

O sr. chefe de polícia fez apresentar hontem a tarde, ao official de serviço do porto, acompanhado de uma turma de agentes do corpo de segurança, dez *caftens* que estavam recolhidos a Casa de Detenção e que deviam seguir para Marselha a bordo do paquete *Amazonas*. Desses *caftens*, o de nome Alberto Feldman recusou seguir viagem, voltando para a prisão. Os demais, Pedro Delaurenz, Elik Goldmidel, Herez Inglenk, Joseph Cecil, Max Maxma, Luiz Hendten, Henry Keller, Gerson Brockman e Abraham Finkelbert foram deportados⁴¹⁴.

Embora legalmente a medida de deportação só coubesse aos estrangeiros, nem todos aqueles que foram presos em 1904 foram deportados como os citados acima. É sintomático aí o caso de Alberto Feldman, que se recusou a seguir viagem e continuou preso. Depois, deve ter seguido para o Acre junto com outros

estrangeiros, visto que nem todos os presos de outras nacionalidades foram deportados pelas autoridades federais e do Distrito Federal. Pois como já foi realçado anteriormente, o pacote *Itaipava* na sua segunda viagem não levava somente nacionais brasileiros, mas também um considerável número de estrangeiros. O que as autoridades parecem não ter admitido naqueles dias “especiais” de estado sítio, foi a permanência dessas pessoas na cidade do Rio de Janeiro: fossem estrangeiros ou nacionais.

Há inclusive casos registrados em jornais de São Paulo sobre o envio de presos pela polícia daquela cidade para o Rio de Janeiro, a fim de serem também desterrados. A ocorrência mais rumorosa é a do padeiro italiano Pasquale Francesco⁴¹⁵, que já tinha sido anunciada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em fins de dezembro e que, dois meses depois, retoma o caso com mais detalhes conforme explicita o texto abaixo:

Pasquale Francesco foi realmente deportado. É elle próprio quem narra à sua mulher, por meio de uma carta dirigida ao genro, Sr. Samuel da Silva Prado, residente á rua Caetano Pinto, 96. A victima da polícia de São Paulo acha-se actualmente na Fazenda se propriedade do Sr. Raymundo Eduardo de Gouvea, situada na Ilha de Tapauá, no rio Purus. Paschoal Francesco, declara na alludida carta, que no logar em que está morre gente como mosca, victimada pela malária, que quer voltar para cá e não pode, porque não dispõe absolutamente de recursos pecuniários. Por isso, pede á mulher e aos amigos que o socorram, enviando-lhe daqui a importancia necessária para ocorrer as despesas com a viagem de regresso⁴¹⁶.

Pasquale ou Paschoal deve ser tomado com o caso raro entre aqueles que foram desterrados, pois conseguiu se comunicar com a família e teve sua situação divulgada com interesse pela imprensa. É de se imaginar que os familiares e os amigos devem ter feito tudo que estava ao alcance deles para pagar a passagem de volta do italiano, que tinha ainda a seu favor o fato de ter sido preso em São Paulo e mandado arbitrariamente pela polícia paulista ao Rio de Janeiro para ser desterrado.

⁴¹⁴ O PAIZ. **O caftismo**. 04/12/1904, ano XXI, nº 7.362, p. 01. Acervo da BPP.

⁴¹⁵ Pelo que foi relatado pelo jornal na edição do dia 23/02/1905, o padeiro italiano foi preso por ter sido encontrada em sua casa uma grande quantidade de objetos roubados por italianos fugidos do Rio de Janeiro e aos quais ele dera abrigo. Os italianos Miguel Lofurno e Alfredo Rossi, juntos com Manuel Athal e Antônio Ramos teriam realizados vários furtos durante as *Bernardas* de setembro e fugidos para a capital paulista. Ao serem presos os demais, Pasquale foi junto como comparsa e receptor e, de imediato, todos foram enviados para o Rio de Janeiro.

⁴¹⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Notas e informações**. 22/02/1905, ano XXXI, nº 9.578, p. 01. Acervo da BPP.

Ou seja, ele fora preso em uma cidade onde não estava em vigor o estado de sítio e, portanto, tal medida não podia ser aplicada a ele.

A seguir há uma tabela (*Tabela I*) resumida e formatada a partir das informações colhidas nas diversas fontes consultadas durante a pesquisa. Essas documentações auxiliaram nas descrições e análises narradas, e apresentadas neste capítulo, das viagens dos cinco vapores que transportaram os desterrados para a aludida *Sibéria tropical* no princípio do século XX. Diferentemente do que ficou oficializado pelo Governo Federal e por muitos trabalhos historiográficos já referidos sobre 1904, que em notas breves apontam para os mesmos números, esta tabela evidencia que a quantidade de desterrados para o Acre foi no mínimo três vezes maior do que aquela comumente consagrada até agora pela historiografia. Sobre os desterrados de 1910 não há maiores divergências quanto ao total de enviados compulsórios para o extremo ocidental da Amazônia brasileira.

Tabela I – Partidas e chegadas dos navios com desterrados para a Amazônia*

Paquete	Saída do Rio de Janeiro	Chegada em Belém	Chegada em Manaus	Nº de desterrados
<i>Itaipava</i>	27/11/1904	08/12/1904	14/12/1904	Entre 334 e 336 pessoas
<i>Itaperuna</i>	10/12/1904	22/12/1904	***	Entre 339 e 400 pessoas
<i>Itaipava</i>	25/12/1904	***	***	461 pessoas
<i>Itapacy</i>	04/01/1905	15/01/1905	***	Entre 319 e 450 pessoas
<i>Satélite</i>	25/12/1910	07/01/1911	13/01/1911	Entre 436 pessoas
	Total			Mínimo: 1.889 pessoas Máximo: 2.083 pessoas

* Tabela elaborada a partir das informações disponíveis em jornais, relatórios oficiais, documentação jurídica e Anais do Congresso Nacional. *** Informações não encontradas.

4.2 – Os pedidos de habeas corpus, requerimentos e as anistias: medidas inócuas e tardias

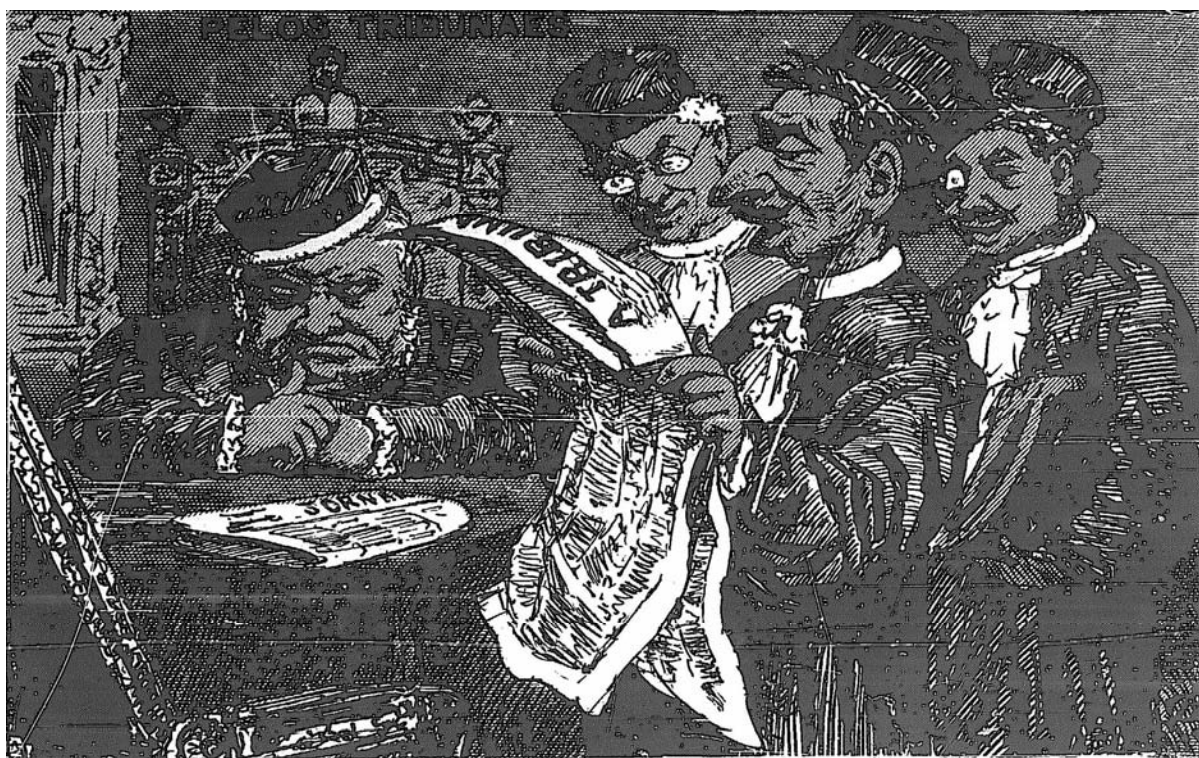
Existem poucos casos envolvendo os desterrados em que a justiça solicitou informações sobre eles às autoridades do executivo federal. Como já fora ressaltado, os desterrados de 1904 e 1910 foram “condenados” acima de tudo pelas autoridades do executivo sem que processo algum fosse instaurado, seja na justiça civil ou militar. Eram, de fato, espécie de “criminosos sem crime”, como aludi anteriormente dada as suas condições *sui generis*. E aqui, entendendo como crimes apenas aqueles circunscritos às motivações do estado de sítio e que poderiam justificar legalmente os desterramentos ocorridos de forma célere e sub-reptícia. Tratarei aqui de alguns casos em que foi possível coligir documentação relativa às solicitações da justiça acerca de alguns desses desterrados, toda ela constante no Arquivo Nacional em um fundo documental denominado GIFL.

Um desses documentos diz respeito ao pedido do juiz de direito da 11ª Pretoria do Distrito Federal, Geminiano da Franca, que foi enviado no dia 18 de janeiro de 1905 ao chefe de polícia do Distrito Federal, Antônio Cardoso de Castro. O juiz afirma na petição encaminhada constar naquela Pretoria que Francisco Pereira, vulgo *Caneta*, “foi deportado para o Acre por ter tomado parte nos distúrbios de novembro” e requisita informações sobre *Caneta* “para serem juntas aos autos de um processo crime em que o mesmo é réu”⁴¹⁷. Outra vez surge a impropriedade jurídica do termo *deportado* (punição só aplicada a estrangeiros), quando na verdade era *desterrado* a classificação correta que o juiz deveria atribuir à condição de *Caneta*.

Não existem maiores detalhes sobre o crime cometido e data em que teria ocorrido o aludido delito do qual *Caneta* era réu. Pela maneira como aconteceram as prisões e os desterramentos, provavelmente o processo em que Francisco Pereira figurava como réu antecedia aos distúrbios de novembro de 1904. Soma-se ainda a favor desta hipótese o fato de terem sido desterrados vários prisioneiros da Casa de Detenção, que ali já cumpriam pena durante as *Bernardas* de novembro e que, por motivos óbvios, não tiveram nenhuma participação na *Revolta da Vacina*. Mas foram desterrados mesmo assim por serem, aos olhos das autoridades da república,

criminosos permanentes e pessoas cujas presenças eram indesejadas na cidade. Muitos desses prisioneiros cumpriam penas leves e logo estavam nas ruas novamente, gerando preocupação às autoridades executivas diante da pouca eficácia da aplicabilidade do Código Penal para certos tipos de delitos. O estado de sítio veio a calhar, pois permitiu que o executivo naquele e em outros momentos dispensasse o judiciário e realizasse as punições que achava então necessárias.

Essa pouca eficácia estava em trancafiar por muito tempo pessoas que cometiam pequenos delitos, contravenções e outras faltas classificadas no Código Penal da época, pode ser traduzida na charge a seguir (*charge 06*), intitulada *Pelos tribunaes*. O chargista mostra três advogados nem tão sisudos como o circunspecto juiz que se encontra sentado, onde um deles lê para os demais uma matéria jornalística dando conta dos desterros para o Acre. E faz então um comentário irônico para seus colegas de profissão sobre a “medida justa de tais atos”, no que um deles apóia, mas reclama da partida daqueles que seriam os seus “melhores freguezes” do instrumento do *habeas corpus*.



— Hum l... Pode ser que o desterro do pessoal da lyra, do mulhero e da gazua, seja medida justa ; mas... quem substituirá a freguezia para os *habeas-corpus* ?
— Apoiado ! O nosso accordão é unanime : ficamos sem os melhores freguezes...

Charge 06: O MALHO. *Pelos tribunaes*, ano III, nº 117, de 10/12/1904, p. 11. Acervo da FBN.

⁴¹⁷ Fundo GIFl, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos s/n e nº 60. 03 folhas, 1905. Acervo do AN.

Essa charge, junto com o diálogo, possibilita pensar que era muito comum advogados serem contratados para livrarem da justiça pessoas que cometiam delitos de natureza jurídica menos grave, mas que socialmente eram bem mais censurados e condenados como vinculados a certos tipos de delitos. Quem os contratava não fica claro, mas pelo perfil social dos presos pode se pensar em familiares, amigos e até alguns políticos que utilizavam os “serviços” de parte desse pessoal acusado geralmente de ser “da Lyra [*vadiagem*], do mulhierio [*rufianismo*] e da gazua [*arrombadores de casas*]”.

Feita essas breves considerações é o momento de retornar ao caso de *Caneta*, que se enquadra em muitos aspectos nas questões delineadas acima. No dia 21 do mesmo mês, o comandante do Corpo de Infantaria da Marinha e responsável pela Ilha das Cobras, Francisco Marques da Rocha responde ao chefe de polícia, sucintamente, que “nesta secretaria nada consta com o nome indicado”. Porém, quatro dias depois esse mesmo comandante envia um ofício ao chefe de polícia e atesta que José Francisco Pereira “esteve prezo nesta fortaleza, e sahio do porto desta capital, por vossa ordem, no dia 10 de dezembro último a bordo do paquete nacional ‘Itaperuna’”. No dia 26 do mês corrente a secretaria de polícia comunica oficialmente ao juiz Geminiano da Franca uma informação que ele já tinha conhecimento, de que o vulgo *Caneta* tinha mesmo seguido para o Acre. Daí em diante não há como saber da sequência do processo contra esse réu desterrado, como muitos, para o Território Federal do Acre.

Outro caso envolve o pedido de *habeas corpus* nº 3.824 em favor de Antônio Januário. No dia 24 de janeiro de 1905 a Corte de Apelação do Distrito Federal envia o ofício nº 3.925 ao chefe de polícia Cardoso de Castro e faz o seguinte requerimento em tom bastante incisivo e sem rodeios: “convém que v. exc. ministre por escripto até o dia 31 corrente, às 12 horas da manhã, todos os motivos e legalidade da prisão de que se queixa o paciente”⁴¹⁸. Outra vez a secretaria de polícia informa que “com o nome indicado nada consta” ali naquela unidade e remete o documento ao comandante Marques da Rocha e ao administrador da Casa de Detenção, no dia 27 de janeiro.

No dia seguinte, o responsável pela Casa de Detenção responde através do ofício nº 288 que Antônio Januário “alli veio entrar em 01º de dezembro, ficando a

⁴¹⁸ Fundo GIFl, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos nº 3.925; nº 3.926; nº 71 e nº 288. 05 folhas, 1905. Acervo do AN.

disposição do senhor Chefe de Polícia, foi, por ordem deste, posto em liberdade no dia 03 mesmo mez”. Na verdade, ele não foi posto em liberdade como afirma o capitão Meira Lima, Januário saiu da Casa de Detenção direto para Ilhas das Cobras e lá continuou mais alguns dias preso. Essa prisão insular era último roteiro “visitado” pelos desterrados antes de partirem do Rio de Janeiro, como já foi esclarecido anteriormente.

É o próprio comandante Marques da Rocha, por meio do ofício nº 71, quem atesta ter Antônio Januário partido no *Itaperuna* no dia 10 de dezembro, ao responder a mesma solicitação da secretaria de polícia, que seria repassada posteriormente à justiça. No penúltimo dia do prazo dado pela justiça, o parecer final do secretario de polícia e imediato de Cardoso de Castro, major João Vieira do Amaral, diz assim: “o impetrante preso na vigência do estado de sítio como perigoso á ordem pública seguiu para o norte do paiz em 10 de dezembro último. Parece-me que assim se pode responder ao Dr. Presidente da Corte de Appellação”⁴¹⁹.

Mais uma vez encerra-se da mesma forma que o outro caso envolvendo um desterrado. Este, diferente do anterior, não tem seu caso demandado pela justiça por figurar como réu da justiça comum. Ele não é um foragido da justiça, mas alguém que recorre a ela e esta se manifesta tardiamente no seu caso. Com se percebe, já tinham se passado cerca de 50 dias desde que Antônio Januário foi embarcado a contragosto no paquete *Itaperuna* em direção ao Acre. Neste caso, o *parágrafo 22 do artigo 72* da Constituição que tratava do *habeas corpus* de nada lhe valeu, pois ali estava claro que “violências ou ilegalidades que passaram, por maiores que tenha sido, não encontram amparo nesse dispositivo”⁴²⁰. Ou seja, esse instrumento só tinha (e tem) serventia para casos iminentes de ameaças da inviolabilidade da liberdade, segurança ou propriedade do indivíduo. Para ser mais claro, dizia assim a lei na Carta de 1891: “dar-se-á o *habeas corpus*, sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder”⁴²¹.

Em fevereiro do mesmo ano, mais precisamente no dia 17, o juiz federal da 01ª Vara, Godofredo Xavier da Cunha, envia mais uma solicitação ao chefe de

⁴¹⁹ Fundo GIF, *ibidem*. Documento nº 288.

⁴²⁰ RIBEIRO, A. C. S. “Diante disso espera-se justiça: *habeas corpus* em favor de estrangeiros na Primeira República”, pp. 461-476. In RIBEIRO, G. S. (org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 468.

⁴²¹ BRAZIL, **Constituição Federal de 1891**, op. cit.

polícia, Cardoso de Castro⁴²², onde pede para esta autoridade “esclarecimentos acerca da legalidade da prisão” de João Ferreira e outros. A justiça manifestava-se nesse caso em virtude de um *habeas corpus* coletivo, impetrado pelo advogado Anselmo Torres da Silva, em favor do supracitado João Ferreira e outros⁴²³. Ao todo são 209 nomes (ver *Apêndices*) que o juiz lista a partir da documentação original entregue pelo advogado, cuja cópia o magistrado anexa ao ofício enviado para Cardoso de Castro.

A cópia da petição em anexo é a parte mais rica em detalhes do documento enviado ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. Nela o advogado, após citar todos aqueles 209 nomes constantes no pedido de *habeas corpus*, complementa que a solicitação se estende a “todos os mais homens e mulheres desterrados no Acre por ordem do governo da República”.

E em um tom mais incisivo diz que a ação na justiça não se move por questões de ordem política, mas “somente sentimentos de piedade para com os infelizes desterrados pela tyrannica governamental”. E continua, apresentando sua opinião sobre o que considerava como as motivações envolvendo a revolta de novembro de 1904. Eis suas palavras, nos seguintes termos:

a rancorosa e ridícula lei da vacinação obrigatória, decretada inconstitucionalmente pelo Congresso Federal deu lugar a que os habitantes desta capital scientes da violação da Constituição da República e conscientes de seus direitos naturaes não a aceitassem e contra ela lavrassem seus protestos. Tal protesto não passava de simples passeatas de ondas populares pelas ruas aos gritos de morra á vacinação obrigatória, quando o presidente da República, pelo seu ministro do Interior e Chefe de Polícia mandou fazer fogo contra o povo em vista disso, o povo já por princípio de dignidade, já por motivo de conservação, carregou também contra seus agressores. Mas com pedras e garrafas⁴²⁴.

Embora o advogado Anselmo Torres no início das suas considerações diga que a ação endereçada à justiça não tem caráter político, fica claro seu posicionamento de discordância em relação às medidas tomadas pelo governo em um tom claramente político. E ainda, sua leitura acerca dos distúrbios de novembro contrasta objetivamente com aquela feita pelo governo e a maioria dos jornais da

⁴²² Fundo GIF, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos nº 161 e nº 166, 24 folhas, 1905. Acervo do AN.

⁴²³ A exposição de motivos em que se assentou o pedido de *habeas corpus* está com a data de 13 de fevereiro de 1905, dia em que também deu entrada na 01ª Vara da Justiça Federal.

capital, que atribuíram à oposição a culpa de ter desencadeado o estopim e instrumentalizado os populares a tomarem parte naqueles distúrbios.

Há também considerações de ordem jurídica, como a sua opinião sobre a inconstitucionalidade da lei da vacinação obrigatória. Derivaria daí o início dos protestos, que segundo o causídico tiveram como significado a autonomia e a consciência da população sobre fazer valer seus “direitos naturais”. Por fim, o impetrante culpa diretamente o presidente Rodrigues Alves, o seu ministro Joaquim Seabra e o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Cardoso de Castro, por terem agido com violência contra a população, que nada mais teria feito senão reagir por “conservação e dignidade”, mesmo não tendo armas de fogo como a polícia. Por fim, ele garante que os populares apenas portavam pedras e garrafas que eram atiradas contra a força policial, agrupamento que ele considerava superior em poder de dissuasão ao dos revoltosos.

Temos então duas visões distintas sobre a participação de populares na revolta: as autoridades falam em pessoas inconscientes e ignorantes, que faziam parte de um movimento sedicioso perpetrado e conduzido por inimigos políticos do governo; um advogado que parece simpático à oposição diz o contrário, que o movimento brotou de uma população que sentiu seus direitos naturais e sua dignidade violados. De um lado, o governo tenta dar um tom político para a revolta; do outro, se tenta esvaziar qualquer leitura que aponte para uma ação das oposições parlamentares ou de grupos ideológicos.

A respeito da malograda revolta tentada na Escola Militar, o advogado afirma que ela ocorreu por decisão de “meia dúzia de patriotas [que] dirigiram-se ao [palácio do] Catete a fim de depor o governo actual”. Ou seja, deixa subentendido que o golpe militar que fora tentado revestira-se, diante daquela situação, em um ato em defesa da pátria e da República. E sobre o estado de sítio decretado pelo governo, o advogado Anselmo Torres da Silva também emite o seu parecer pessoal:

não [foi] para a salvação das instituições pátrias, mas para vingança contra aquelles que em nome da salvação de todo o território brasileiro procuraram expulsar do governo o Dr. Rodrigues Alves. Compreendeu o governo que, dentro do estado de sítio é senhor absoluto do povo, e devido essa sua compreensão mandou effectuar milhares de prisões de pessoas do povo.

⁴²⁴ Fundo GIFl, *ibidem*, documento nº 161.

A sua leitura é que tal medida nada mais foi do que um instrumento, do qual o governo lançou mão, para vinganças contra aqueles que, legitimamente, queriam apelar do poder um governo que tinha afrontado a Constituição e depois, quando houve a revolta, agiu de maneira discricionária e autoritária contra a população que o advogado compreende ter sido ciosa em seus direitos e portadora de um espírito elevado de cidadania⁴²⁵. A segunda ponderação é de que o *Código Penal* possuiria leis severas o suficiente para “punir os ladrões, reprimir a vagabundagem, aos que exploram a desgraças das prostitutas, que com actos impudicos escandalizam publicamente a sociedade”. Assim como outras vozes já tinha reverberado a respeito do estado de sítio, ele considera que sua aplicação só se adequava aos casos de crimes de natureza política, jamais para crimes comuns como os que ele cita ao final desta sua exposição.

E sobre os presos, afirma ter sido determinado pelo governo que eles “deviam seguir destinados para o Acre”. Só não foram, realça ele, aqueles presos cuja intervenção em favor deles foi realizada por quem tinha algum peso e influência junto às autoridades. Recorda então do episódio, — aqui já tratado, — em que representantes consulares de Portugal visitaram a Ilha das Cobras, “acompanhados de alguns membros da colônia portuguesa e pediram ao governo o favor de mandar por em liberdade os seus patrícios”, que legalmente não poderiam ser desterrados e sim deportados para o país de origem. A outra situação em que isso ocorreu foi proporcionada por “influências políticas, [que] com tal precedente, pediram também ao governo que mandasse soltar os seus protegidos, e o governo fez-lhes o favor”. O velho ditado popular que diz “aquele que tem padrinho forte não morre pagão”, parecia se adequar perfeitamente em alguns casos para tal situação em que se encontravam aqueles presos antes de serem desterrados.

Sobrou então outro contingente, que de acordo com o advogado somava “perto de duas mil pessoas, entre homens e mulheres, infelizes que não tiveram quem pedisse ao governo o favor de mandar pô-los em liberdade, de nada valendo para eles a justiça”. Esses desterrados, na assertiva do advogado, ou foram “atirados ao mar com vida” ou “chegaram a seus destinos inutilizados” fisicamente e doentes. E indaga retoricamente em um tom que mistura doses de legalismo, lógica e estereótipos tão comuns naquela época:

⁴²⁵ Essa questão envolvendo a cidadania na Primeira República já foi anteriormente comentada. Ver especialmente a obra, já citada, de José Murilo de Carvalho, **Cidadania no Brasil**.

que espírito de justiça existe no acto do governo em desterrar para as mortíferas regiões do Acre quase dois mil criminosos por taes crimes e deixando mais de um mil criminosos pelos mesmos crimes em plena liberdade e infectando esta capital? (...) mas, venerando juiz, esses infelizes para a dignidade do mundo civilizado e da toga da magistratura brasileira não devem continuar sob coação tão illegal, tão deshumana.

A indagação pode ser lida também desta forma: por que uns não outros? Dito de uma maneira mais explícita: se mesmo na ilegalidade e desvirtuamento da aplicação do estado de sítio foram desterrados milhares de sujeitos pelo Governo Federal, quais critérios existiram para a escolha daqueles que foram obrigados a embarcar nos “navios fantasmas”? O advogado não desconhece que sua clientela — ou aqueles de quem ele se tornou defensor — era composta de muitas pessoas envolvidas ou acusadas de infrações penais que atravessavam os *artigos* 393 (*mendicância*), 396 (*embriaguez*), 399 (*vadiagem*), 400 (*reincidência de vadiagem*) e 402 (*capoeiragem*) constantes no *Código Penal* então em vigor. Mesmo assim, faz uma ressalva: “muitos dos infelizes desterrados no Acre não são ladrões, vagabundos ou caftens, são homens honestos arrancados da sociedade e tão somente pela perversidade e pela vingança”. Contudo, o cerne de sua exposição de motivos não aprofunda ou dá relevo a este aspecto, que em alguns momentos também aparece em vozes da oposição e matérias de jornais. O que ele questiona, já que a petição é de ordem jurídica, é o uso de uma medida voltada para crimes políticos aplicada em pessoas que tinham cometido no máximo crimes comuns.

E mesmo diante dessa medida extrema, que foi a aplicação do desterro, lembra que no caso dos enviados para o Acre “seus nomes não foram publicados no *Diário Oficial*, responsável por todos os actos que praticou durante os estado de sítio o presidente da República”. Derivando daí outra ilegalidade e um crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República, segundo o advogado Anselmo Torres. Ele alegava que o governo não dera a devida publicidade aos atos que, mesmo discricionários, cometera durante o estado de sítio.

E por fim, faz uma comparação talvez exagerada entre os desterrados para o Acre e alguns cavalos descartados que a polícia fluminense enviara recentemente, naqueles dias, para o Rio Grande do Sul. Eis suas palavras:

O governo mandou-os para o Acre da mesma forma que mandou para as campinas riograndenses uma tropa de cavallos cançados da polícia, apenas com a única diferença de que os desterrados foram

para o Acre para morrerem de febres contagiosas e de fome e a tropa de cavallos cançados da polícia iriam para as campinas riograndenses para engordar e mudar de pêlo.

É patente, diante do que já foi discutido, que os desterrados praticados pelo governo em 1904 e 1910 foram atos de punição, ausentes de quaisquer laivos de considerações para com as vítimas, fossem eles de natureza legal ou humanitária. Talvez por isso sejam recorrentes alusões como esta acima, ou aquela em que se afirmava serem os desterrados russos para a Sibéria asiática recebedores de melhores tratamentos do que aqueles que iam ou foram para a *Sibéria tropical*, na Amazônia acreana.

Findada a exposição de motivos do advogado de defesa dos desterrados, o documento que dera entrada na 01ª Vara da Justiça no dia 13 de fevereiro e daí fora enviado no dia 17 para secretaria de polícia, tem nessa secretaria seu primeiro despacho interno no dia 23, cujo teor é o seguinte: “parece-me que se pode responder ao juiz que muitos indivíduos foram presos na vigência do estado de sítio, como perigosos a ordem pública e tiveram destino por esta repartição”.

Esta é a resposta, na condicional, sucinta e pouco esclarecedora para os requerentes (juiz e advogado) e os possíveis beneficiários (desterrados) do *habeas corpus*. Em nenhum momento a secretaria de polícia usa a expressão “desterrados” e nem que eles foram para o Acre, simplesmente os presos “tiveram destino”. E mais, é recorrente a expressão “parece que se pode responder”, denunciando a dificuldade das autoridades executivas em serem claras o suficiente sem se culparem pelos excessos cometidos. Outro fato curioso é que poucos dias depois o chefe de polícia comunica ao juiz federal Godofredo Xavier que toda a documentação havia sido extraviada, o que redundava em novo reenvio da mesma juntada à secretaria de polícia e o consequente atraso no parecer final do pedido de *habeas corpus* coletivo. Se o intuito era atrasar o despacho das informações requeridas pela justiça, isso de fato ocorreu.

Nesse caso, como talvez tenha ocorrido em outros pedidos de *habeas corpus*, a justiça se imiscuiu do seu papel de guardião da lei e dos direitos e decidiu, no dia 04 de março de 1905, que as medidas tomadas pelo Governo Federal ocorreram em momento de excepcionalidade e estavam autorizadas pelo *artigo 80* da Constituição Federal. Considerou que não era possível o judiciário aprovar tal requerimento enquanto perdurasse o estado de sítio, nos termos do *artigo 65, §3º*,

do Regimento Interno do mesmo STF, e conforme jurisprudência, derivada do acordo ocorrido em 16 de abril de 1898.

É importante lembrar que nessas datas em que foram protocolados os pedidos de *habeas corpus* ainda vigorava o estado de sítio, que havia sido prorrogado pela terceira vez e adentrado o ano de 1905. Ou seja, o STF alegou sua incapacidade de arbitrar legalmente o pedido devido ainda haver a excepcionalidade do estado de sítio vigorando sob a capital da República⁴²⁶. E como complemento, explicitou no despacho que tal pedido em questão conflituava com um acordo anterior, provavelmente oriundo do estado de sítio de 1897. Como já foi esclarecido em outro momento, no início de novembro de 1897, o então presidente da República, Prudente de Moraes, sofreu um atentado do qual acabou saindo ileso. Mas, instituído o estado de sítio, foram praticados alguns desterramentos, principalmente para a Ilha de Fernando de Noronha. Meses depois, os desterrados foram anistiados e voltaram novamente para a capital da república.

Assim como veio a anistia formal para aqueles do final do XIX, o governo também anistiou em meados de 1905 todos aqueles vitimados pelas medidas tomadas durante o estado de sítio aprovado no ano anterior. Porém, na prática os desterrados para o Acre não tiveram nenhum benefício real relacionado com a aprovação daquela medida de indulto. Antes da anistia concedida de forma ampla e irrestrita, na sessão de 03 de junho de 1905, foi apresentado na Câmara Federal e colocado em apreciação um Requerimento que solicitava explicações do presidente da República acerca dos desterrados para o Acre. As indagações contidas no documento apresentado pelo deputado oposicionista Barbosa Lima são estas:

- 1) Qual o número e quaes os nomes, nacionalidades, empregos e residência dos indivíduos que, segundo mensagem do presidente da República, de 29 de maio último, “foram, para garantia da ordem pública, retirados desta capital para o território do Acre, como desordeiros reconhecidos e indivíduos de má reputação”?
- 2) Foram presos pela polícia todos esses indivíduos nos dias 11 a 19 de novembro “quando quebravam combustores da iluminação pública, inutilizavam carros de companhia ferro carris e praticavam outras depredações” – ou entre os desterrados do Acre muitos indivíduos há

⁴²⁶ Em 18 de outubro de 1898 foi aprovado no Senado Federal o Projeto de lei que regulamentava o estado de sítio. Dizia no seu artigo 01º, §3º, letra D: “as medidas de exceção consistirão somente na suspensão do *habeas corpus*, limitada às medidas de exceção, expressamente declaradas na presente leis, relativas às pessoas. “Sessão de 18 de outubro de 1898”. In _____, R. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Volume XXV, tomo VI. Rio de Janeiro: MEC, 1953, pp. 358-364.

- que foram presos pela polícia depois daquela última data, até em dezembro e janeiro como noticiou a imprensa desta capital?
- 3) Antes de serem enviados para o Acre, nas várias levadas que desta capital partiram em dezembro e janeiro, em que prisões estiveram recolhidos esses indivíduos que, não tendo sido regularmente processados, julgados e condenados, só nos termos do *artigo 80* da Constituição poderiam ser detidos e desterrados?
 - 4) Correndo perante a justiça federal o processo dos implicados civis na insurreição que motivou a decretação do estado de sítio, por que não foram remetidos à mesma justiça os demais indivíduos que a Mensagem diz terem tomado parte activa nesse movimento revolucionário?
 - 5) Ou si não eram criminosos políticos, porque não foram submettidos a processo crime, sujeitos á fiança, quando coubesse, pelas depredações e damno causado á propriedade pública e á particular, nos dias 11 e 14 de novembro?
 - 6) Desterrados estes indivíduos e transportados á custa do Estado para o território do Acre, não como degredados, que nenhuma sentença judiciária os condenou, providenciou o Governo para que, terminado o estado de sitio, fossem restituídos ao seu domicilio todos os desterrados?
 - 7)
 - 8) Foram alguns delles entregues a autoridades locais ou federaes e a particulares, para serem localizados como colonos?
 - 9) Dentro do estado de sítio e durante o desterro morreram, e onde, alguns desses desterrados? Vivem todos ainda? Onde e em que condições?⁴²⁷

São perguntas que se o governo as tiver respondido, talvez não tenha dado informações muito precisas, tal como agiu diante dos pedidos de informações pela Justiça nos casos anteriormente citados. Primeiro por não ter intenção de fazer isso publicamente para atender uma solicitação da oposição; segundo, porque certamente não tinha como responder algo que não sabia ou que o incriminava. Até onde foi possível acompanhar, esse requerimento foi sendo protelado para apreciação nas sessões seguintes da Câmara Federal.

Determinadas respostas para estas indagações, bem como alguns comentários acerca das mesmas, podem ser extraídas da documentação pesquisada e das informações já fornecidas nos dois primeiros capítulos desse trabalho. Sobre a primeira pergunta, o governo jamais divulgou detalhes sobre as pessoas desterradas para o Acre. Nem mesmo a quantidade de desterrados oficialmente informada corresponde aos números reais, como já foi demonstrado aqui a partir de informações oriundas da documentação pesquisada. A segunda

⁴²⁷ ANNAES DA CÂMARA. **Sessão de 03 de junho de 1905**, pp. 24-25. Acervo do Centro de Documentação e Informação – CEDI/Câmara dos Deputados – Brasília/DF.

questão é possível responder afirmando que as prisões aconteceram desde a eclosão dos conflitos até meados de janeiro do ano de 1905, quando ainda vigorava o estado de sítio. Na sondagem seguinte, sabe-se que os desterrados foram arrebanhados nas várias circunscrições urbanas (delegacias) da capital, na Casa de Detenção, no Quartel da Força Policial e nos calabouços da Ilha das Cobras. O quarto questionamento remete aos processos instaurados contra “canas graúdas”, medida que não foi estendida aos “canas miúdas” desterrados e cujas sentenças foram tomadas à margem da lei pelas autoridades do executivo federal.

No bojo da anterior, a resposta do quinto ponto é que o governo em nenhum momento queria mais a permanência daquelas pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, nenhuma acusação formal de crime comum ou de crime político fora imputada aos desterrados acusados pelo governo de tomar partes nos “sucessos de novembro”. Por fim, o governo em nenhum momento atuou no sentido de garantir ou facilitar o regresso dos desterrados após o fim do estado de sítio e da outorgada anistia. E ainda, existem informações e indícios por demais seguros de que os desterrados foram entregues diretamente nas mãos dos prefeitos departamentais do Acre, que eram autoridades nomeadas pela União naquela localidade e respondiam diretamente ao ministro da justiça. Por fim, se sabe alguns morreram e outros foram mortos durante a viagem e é de se imaginar que muitos também tenham perecido de doenças adquiridas na Amazônia ou mesmo já nos porões dos navios em que viajaram.

Cerca de dois meses depois desse requerimento parlamentar, no dia 05 de agosto, o senador Rui Barbosa apresenta um projeto de anistia bastante sintético e formatado nos seguintes termos:

artigo 01º: são anistiadas todas as pessoas que tiveram parte nos sucessos desta capital durante a noite de 14 de novembro de 1904, assim como nas ocorrências civis ou militares, anteriores ou posteriores, que com elas se relacionem; artigo 2º - revogam-se as disposições em contrário⁴²⁸.

No dia 09 do mesmo mês o projeto entra em discussão e posteriormente é colocado em primeira votação no plenário do Senado. Trinta e cinco senadores votaram a favor da anistia e quatro foram contra. Daí seguiu para as comissões de

Constituição e Diplomacia e Justiça e Legislação, que o devolveu para a Mesa Diretora com mais duas votações favoráveis em plenário por larga margem de votos nos dias 17 e 18 de agosto. O mesmo projeto de anistia depois enviado 01º de setembro para a Câmara Federal, onde obteve 120 votos favoráveis e 02 contrários⁴²⁹.

Contudo, tal medida teve pouco efeito prático para aqueles que foram desterrados cerca de oito meses antes. O governo que bancara toda a logística para enviá-los para o Acre, terminado o estado de sítio e aprovada a anistia, nada fez para o retorno daquelas pessoas ao local de onde foram expulsas. O efeito foi real e benéfico apenas para aqueles que continuavam presos no Rio de Janeiro, pois a regulamentação do estado de sítio de 1898 dizia claramente em seu artigo 06º que suspenso tal medida,

serão desde logo postos em liberdade os cidadãos detidos ou desterrados, a respeito dos quais não se colheram provas de criminalidade; e remetidos imediatamente às autoridades competentes, com as provas que se houverem coligidos, os demais indiciados, a fim de que se instaure o processo contra eles e quaisquer outros responsáveis.

Logo após a assinatura do Decreto que concedia anistia, foram soltos Vicente de Souza, Luiz Pinto de Andrade e Arthur Rodrigues da Silva. E no caso dos militares, foi enviado ofício “ao sr. Ministro da Guerra para as providências relativas á soltura dos srs. Tenente coronel Lauro Sodré, general Olympio da Silveira, major Gomes de Castro, capitão Antônio Augusto de Moraes e mais indiciados”⁴³⁰. Também ganharam liberdade os prisioneiros civis e militares, sendo a maioria destes últimos os que estavam presos nas fortalezas de Santa Cruz, São João e Ilha das Cobras e o restante dos civis que estavam detidos no prédio da Brigada Policial. Ao todo, o *Jornal do Commercio*⁴³¹ lista 42 oficiais e 37 praças (soldados e alferes alunos). Entre esses praças, estava Genesco de Castro, irmão de Plácido de

⁴²⁸ BARBOSA, R. “Discursos parlamentares”, Sessão de 05 agosto de 1905. In **Obras Completas de Rui Barbosa**. Volume XXXII, tomo I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, pp. 03-54.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ JORNAL DO COMMERCIO. **Senado (coluna Gazetilhas)**. 04/09/1905, ano 85, nº 246, p. 02.

⁴³¹ *Idem*.

Castro⁴³², este figura tornada proeminente por ter participado da chamada *Revolução Acreana*.

Já o processo de anistia envolvendo os desterrados da *Revolta da Chibata* teve muitas idas e vindas, principalmente por envolver a quebra disciplina militar no seio da Marinha brasileira por parte dos marinheiros. O poder executivo sempre foi cioso em não desagradar o oficialato da Marinha nessa questão, tanto no calor dos acontecimentos com anos mais tarde quando essa questão veio à tona novamente.

Dois anos depois da revolta, em 1912, João Cândido e outros marinheiros foram absolvidos criminalmente e expulsos da Marinha. Noventa anos depois, a senadora acreana Marina Silva apresentou Projeto de Lei (PL nº 071/98) requerendo a anistia *post mortem*, reintegração, promoção e pensão previdenciária para todos os marinheiros expulsos da Marinha em virtude da *Revolta da Chibata*. Após sofrer alterações substanciais na sua proposta original, o projeto foi aprovado no Senado em 2002 e sancionado pelo presidente da República em 23 de julho de 2008. Sua redação final ficou restrita ao seguinte texto:

Lei nº - 11.756, de 23 de julho de 2008.

Art. 1º - é concedida anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento, com o objetivo de restaurar o que lhes foi assegurado pelo decreto no 2.280, de 25 de novembro de 1910.

parágrafo único. (vetado).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação⁴³³.

Ou seja, não houve aprovação dos benefícios de promoção, reintegração e pensão previdenciária no texto da Lei sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, cujo parágrafo vetado aludia a essas questões. A novidade é que esta Lei reconhece João Cândido como o único líder daquela revolta, o restante é nada mais que uma gama de anônimos anistiados sob o signo de “demais participantes do

⁴³² Gaúcho e de origem militar, chegou ao Acre em 1899 para exercer oficialmente o trabalho de agrimensor. Cerca de três anos depois tomou parte como um dos líderes da chamada *Revolução Acreana*. Após o fim dos conflitos tornou-se um grande seringalista e proprietário de terras no Brasil e na Bolívia. Foi assassinado em 1909 em uma emboscada nas imediações do Seringal Capatará, de sua propriedade. Cf.: TOCANTINS, *op. cit.*, volume II; LIMA, C. A. **Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973; CASTRO, G. **O Estado independente do Acre e José Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

⁴³³ **Diário Oficial da União**. 24/07/2008, seção 01, Nº 141, p. 03. Consulta *on line* disponível em: <<http://portal.in.gov.br/in>>, acessado em 05/02/2010.

movimento”. O que torna essa Lei mais *sui generis* é o fato de ela remeter ao que foi “assegurado no Decreto 2.280” de 1910, que apenas dizia em seu único artigo: “é concedida anistia aos insurretos de parte dos navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo, que lhe for marcado pelo governo se submeterem as autoridades constituídas”. Por fim, em 20 de dezembro de 2008 o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, inaugurou na Praça XV (Rio de Janeiro) uma estátua em homenagem a João Cândido. O ministro da Defesa Nelson Jobim não compareceu, bem como a Marinha não enviou nenhum representante e ainda soltou uma nota à imprensa afirmando “não reconhecer João Cândido como herói”⁴³⁴.

No caso específico dos desterrados, tanto os de 1904 quanto os de 1910, cabe dizer que formalmente eles estavam em liberdade na Amazônia desde quando lá foram deixados. Embora estivessem inicialmente sobre vigilância constante das autoridades para as quais foram entregues (no Acre e em Santo Antônio do Madeira) e carregassem o estigma de “desterrados”, algo que os qualificava negativamente, essas pessoas em nenhum momento foram encarceradas em função das motivações pelas quais foram expulsas da cidade do Rio de Janeiro. E neste sentido o governo não afrontava nem a anistia nem o fim do estado de sítio, pois pelo artigo 02º da regulamentação do estado de sítio o indivíduo desterrado deveria “conservar-se solto no ponto do território para onde transferir sua habitação”. Embora essa frase possibilite uma interpretação oposta, o ato de “transferir sua habitação” não dava o direito ao desterrado em optar — como já ficou claro nos casos até aqui apresentados — entre sair ou ficar. E ainda, nem escolher o destino em que porventura quisesse cumprir tal medida imposta pelo governo.

Lima Barreto, escritor aqui já referenciado em outras passagens, anos depois dos desterramentos de 1904 e 1910 escreve uma *Carta Aberta* que é dirigida a Rodrigues Alves, então recém eleito para um segundo mandato presidencial no ano de 1918⁴³⁵. Nessa carta, datada do início de dezembro de 1918, o escritor apela ao presidente para que este impeça que “o poder público se transforme em verdugo dos humildes e desprotegidos”⁴³⁶. Talvez escrevesse isso se lembrando das

⁴³⁴ Ver: **Folha de São Paulo**. 21/11/2008, ano 88, nº 29.076. Caderno Brasil. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/Brasil/fc111200818.html>, acessado em 04/07/2009.

⁴³⁵ Rodrigues Alves não chegou a assumir o mandato, pois devido ter contraído gripe espanhola não tomou posse na data prevista (15/11/1918), vindo a falecer em janeiro de 1919. Em seu lugar assumiu o vice Delfim Moreira. A referida *Carta Aberta* de Lima Barreto foi publicada na obra *Bagatelas*, cuja data é posterior a posse de Delfim Moreira. Certamente Lima Barreto imaginava que Rodrigues Alves assumiria a presidência assim que estivesse com a sua saúde restabelecida.

⁴³⁶ LIMA BARRETO, A. H. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956a, p. 105.

perseguições, prisões arbitrárias, desterramentos e estados de sítios de antes, inclusive das ocorrências do ano de 1904, quando Rodrigues Alves exercia a presidência da república e período em que se deu a *Revolta da Vacina* e os desterramentos para o Acre.

A tônica do seu texto é em torno do recorrente autoritarismo da polícia do Distrito Federal — que segundo ele perseguia com frequência os trabalhadores e os humildes — e do costumeiro silêncio da imprensa sobre tais fatos. E na sequência ele faz uma espécie de denúncia contra o então chefe de polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal. O missivista Lima Barreto pede ao seu pretense interlocutor e chefe do executivo federal que olhe para “as centenas de pessoas que o senhor Aurelino Leal anda arrebanhando para seus cárceres, sob o pretexto de serem anarquistas e conspiradores, acusação que não se baseia em fato algum, pretendendo, entretanto, atirá-los para Fernando de Noronha ou outro qualquer desterro”⁴³⁷.

Isso aponta para o fato de que as práticas policiais pouco mudaram após os acontecimentos de 1904 e 1910, que o Governo Federal, através das administrações que se seguiram, continuou procurando controlar ou eliminar aqueles estratos da população considerados perigosos — ou potencialmente perigosos — à ordem pública. E, portanto, a expulsão da cidade do Rio de Janeiro continuava sendo uma prática adotada contra os recalcitrantes de então.

E por fim, o escritor relembra o episódio do navio *Satellite*, que embora não tenha se sucedido no governo de Rodrigues Alves, era sintomático de uma época, algo que revelava não só as características dos governos daquele período, mas as próprias peculiaridades da chamada Primeira República. Eis as palavras do autor de *Policarpo Quaresma* sobre o navio dos desterrados de 1910:

vossa excelência tem experiência e traquejo de governo; e não deve, creio eu, consentir que empane a longa vida pública de vossa excelência, a repetição das cenas dantescas do *Satellite*, das deportações para os **pantais do Acre**, dos tormentos nas masmorras da Ilha das Cobras e de outros fatos assaz republicanos. Fico perfeitamente crente de que vossa excelência não quererá que a República do Brasil venha substituir no mundo a autocracia russa, com sua **Sibéria** e seus hediondos trepoffs⁴³⁸ (grifos meus).

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 114.

⁴³⁸ *Idem*. Os “hediondos trepoffs” é uma alusão de Lima Barreto às autoridades de São Petersburgo encarregadas das repressões em 1905 na então capital russa. Encarnadas pelo escritor na figura de seu governador-geral, general Dmitri Trepoff.

São esses fatos, “assaz republicanos”, que parecem preocupar Lima Barreto, assim como já o preocupavam quando escreveu criticamente e com fina ironia sobre os desterrados para os “pantanaís” do Acre em 1904, cujo governo tinha a frente o próprio Rodrigues Alves, e 1910. O autor condena o que ele chama de autocracia, algo que parecia ser aos seus olhos a marca daqueles governos republicanos, dos quais fora contemporâneo. Uma república que, na sua pena, caminhava para ser um regime aos moldes da Rússia czarista. Inclusive com sua própria Sibéria e seus desterrados políticos e sociais, oriundos majoritariamente da capital da república e internados compulsoriamente nas partes mais distantes do território nacional.

O Brasil não inovava com tais práticas, como já foi demonstrado em outras passagens. Poucos anos antes, na velha Europa, a Terceira República francesa adotava no ano de 1885 a lei Waldeck-Rousseau para punir com o desterro os seus criminosos reincidentes e considerados irrecuperáveis, inclusive para a Amazônia, mais precisamente para a temida Ilha do Diabo na Guiana Francesa, então colônia da França⁴³⁹. A historiadora Michelle Perrot, que trata desse assunto *en passant* em uma de suas obras, sintetiza com precisão o progressivo uso dos expurgos ao dizer que a partir daquele momento “a prisão fracassa, a exclusão triunfa”⁴⁴⁰. O fato de o governo brasileiro recolher presos das cadeias e penitenciárias, sem participação nenhuma nas duas revoltas, denota a semelhança como o procedimento francês de apenas poucos anos antes. Paris parece não ter inspirado apenas a remodelação da cidade do Rio de Janeiro e os trejeitos da *belle époque* adaptados aos trópicos.

Na sequência do texto, no próximo capítulo, continuo pelas amazônias. Mas andando pela sua parte mais ocidental, nas *regiões do Acre*, local para onde foram enviados os desterrados. Discuto algumas questões já indicadas anteriormente, fazendo inicialmente um recuo no tempo para mostrar a Amazônia portuguesa já como local de envio de degredados, bem como as representações e os estigmas construídos ao longo do tempo em torno dessa região e, em particular, do Acre. Por fim, mostro alguns desses desterrados através das mediações de relatos de

⁴³⁹ Esta prisão ficou eternizada através da obra do escritor Henri Carrière, chamada *Papillon*, depois transformado em filme homônimo. Para esta localidade também foi enviado para cumprir pena de prisão perpétua, em 1894, o militar e judeu francês Alfred Dreyfus acusado de traição a pátria num processo claramente fraudulento denunciado à época pelo escritor Émile Zola em seu famoso artigo intitulado *J'Accuse*.

⁴⁴⁰ PERROT, M. **Os excluídos: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 237.

terceiros e de documentos de natureza criminal/policial que foram possíveis localizar durante a pesquisa de campo.

PARTE – III

CENAS E CENÁRIOS: OS DESTERRADOS NA AMAZÔNIA – ACRE E ALTO MADEIRA

GEOGRAPHIA POLITICA



- Onde fica a Siberia do Brasil ?
- Que pergunta! No Acre...

Capítulo V – Amazônia, a *Sibéria Tropical*: lugar de degredados e de desterros

“(...) deixando as vizinhanças do Pará penetra-se no deserto. A sensação de profunda melancolia, que se apodera do espírito, nos adverte que estamos dentro das mais densas solidões do mundo. No Alto Amazonas (...) domina esse amargo sentimento que obriga a alma a dobrar-se sobre si mesma. (...) o olhar lançado ali para qualquer ponto do horizonte só encontra o infinito, a enormidade, o silêncio, a ausência do homem e a presença da natureza, grande mas triste”.

Tavares Bastos, *O vale do Amazonas* (1866).

5.1 – *Prólogo: os degredados para a Amazônia portuguesa – povoar, defender e trabalhar*

A Amazônia como recebedora de indesejados é algo que antecede o Estado e a República brasileiros. Desde o período colonial Portugal já utilizava o extremo norte da América portuguesa como desaguadouro de criminosos e desqualificados do Reino lusitano⁴⁴¹. O núcleo formador das cidades de São Luís do Maranhão (1612) e Nossa Senhora de Belém do Pará (1616) foram as suas respectivas fortalezas militares, construídas a partir da colonização portuguesa com uso significativo dos braços de degredados⁴⁴² que serviram ali como operários. Além do trabalho na construção e manutenção dos fortes, ainda no século XVII, os degredados eram usados nas duas capitanias⁴⁴³ (Maranhão e Grão Pará) como soldados na defesa contra a invasão dos holandeses e franceses.

⁴⁴¹ Embora a maioria dos degredados para a Amazônia fosse oriunda de Portugal, ainda existiam em menor número casos de degredados enviados da África e do Brasil. AMADO, J. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial”. In Revista **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Volume VI (suplemento), pp. 813-832, set/2000.

⁴⁴² TORRES, S. M. S. **O Cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1880)**. Dissertação de mestrado/PUC-SP. São Paulo, 2006, p. 52.

⁴⁴³ Em 1621 a América portuguesa foi desmembrada em duas unidades administrativas independentes: O Estado do Maranhão (capitanias do Maranhão, Ceará e Pará) e o Estado do Brasil (demais capitanias). No ano de 1737 o Estado do Maranhão passou a ser denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital sendo transferida de São Luís para Belém. Em 1755 o Estado do Grão-Pará e Maranhão ganha sua quarta capitania, a Capitania de São José do Rio Negro. E por

Com a unificação das duas capitanias em 1737, o fluxo de criminosos e faltantes renóis não cessou. Porém, foi a partir da segunda metade do século XVIII que a Coroa tornou mais intensa tal prática, quando D. José I decreta então que “todas pessoas que por sentença se achassem já condenadas ao degredo para o Estado da Índia sejam mandadas para esse do Maranhão”. Esses sentenciados tinham por obrigação “servir” a Coroa com o trabalho enquanto durasse a pena, que às vezes poderia ser perpétua. Havia ainda outro grupo, dos considerados sem “culpas”, classificados como vadios e “mandados para esse estado não a servirem, mas para povoarem”⁴⁴⁴. Isso significa dizer, de forma resumida, que esse degredo estava então assentado em três bases: trabalho, defesa e povoamento da Colônia.

O trabalho de Simei Maria Torres, circunscrito a segunda metade do XVIII, aponta que nesse período foram enviados para a Amazônia portuguesa 721 degredados pela justiça civil entre 1751 e 1800, sendo 34 mulheres e 687 homens, demonstrando um predomínio enorme do elemento masculino como apenados. Homens e mulheres jovens, predominantes na faixa entre 21 e 30 anos, “muitos no auge do vigor físico, produtivo e reprodutivo”⁴⁴⁵. Comparadas ao universo masculino, as poucas mulheres enviadas eram na sua maioria de órfãs ou as já casadas, estas últimas enviadas para cumprir penas. Na falta de órfãs, mulheres de “toda qualidade” acabavam sendo enviadas com o objetivo de se casarem com os “homens de qualidade” da Colônia⁴⁴⁶.

No caso específico da Amazônia, entre 1737 e 1800, outro estudo aponta que setenta e quatro mulheres aportaram nas capitanias do Maranhão e do Pará, de um total de 2.500 mulheres degredadas para o Brasil⁴⁴⁷ em um intervalo de 63 anos. Essa falta de mulheres portuguesas disponíveis para o casamento fez com que as autoridades permitissem e até incentivem casamentos interétnicos, como preconizava o *Alvará de Lei* expedido por D. José I em 1755 ao reportar que

fim, em 1772, a Coroa portuguesa desmembra seu Estado do norte e funda o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (sede em Belém) e o Estado do Maranhão e Piauí (sede em São Luís). Cf.: ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, 2006; PRIORE, M. & GOMES, F. (org). **Senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

⁴⁴⁴ Documento 3.264, de 07 de maio de 1751. Acervo da Capitania do Maranhão, Arquivo Histórico Ultramarino, *apud* TORRES, p. 68.

⁴⁴⁵ TORRES, *op. cit.*, p. 98.

⁴⁴⁶ Ver PIERONI, 2006, *op. cit.*, pp. 63-65.

⁴⁴⁷ AMADO, J. “Crimes domésticos: criminalidade e degredo feminino em Portugal, século XVIII”. In **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, n.ºs. 01 e 02, pp. 143-168, 1999.

“vassalos deste Reino, e da América, que casarem com as índias dela [América], não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de minha Real atenção”⁴⁴⁸.

Outro grupo de pessoas que aportou na Amazônia lusitana era formado por voluntários, geralmente casais e filhos que recebiam mercês do reino para trabalharem e se manterem na Colônia na condição de povoadores e que, se continuassem na metrópole talvez jamais tivessem a oportunidade de possuírem terras, animais, utensílios e outros benefícios que para tais casos eram oferecidos pelas autoridades régias.

Por último, ocorria ainda o envio de soldados da metrópole, escolha que se dava principalmente entre aqueles que houvessem cometido algum crime, falta ou desertado de suas funções. Esses soldados eram normalmente recrutados compulsoriamente, prática que era bastante comum. Sobre a maioria dos recrutados (vadios, mendigos e desocupados), o perfil mais nítido era de jovens, alguns com menos de treze anos, solteiros e que eram arregimentados para servirem em localidades de fronteiras, geralmente consideradas pela Coroa como áreas remotas e desprotegidas⁴⁴⁹.

Simei Torres alerta para a linha tênue que permita distinguir claramente degredados de soldados, povoadores e órfãs. Pois havia degredados que já vinham com o objetivo de serem aproveitados militarmente; existiam os degredados para a Índia, que podiam escolher comutar a pena para o Brasil na condição de povoadores; tinham também as órfãs que cometiam crimes e vinham como degredadas, bem como as chamadas “órfãs do rei”, cujos pais haviam morrido a serviço da Coroa. Pela distinção, essas últimas eram enviadas aos trópicos apenas para o casamento com homens reputados como “honrados”. E por fim, existiam os cônjuges que acompanhavam seus pares condenados ao degredo e “não sabemos se por amor, convenção social ou dependência econômica”⁴⁵⁰.

Os indesejados portugueses de outrora, inclusive os enviados para a Amazônia, foram extremamente necessários ao povoamento no contexto da empresa colonial, servindo como braços no trabalho produtivo e na faina militar. Diferentemente dos desterrados republicanos do início do século XX, pois estes foram simplesmente banidos para que desaparecessem da metrópole e da capital do país, sem estarem vinculados a qualquer política de ocupação territorial e

⁴⁴⁸ *Apud* TORRES, *op. cit.*, p. 129.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, pp. 78-81.

expansão de fronteiras, seja de cunho estatal ou privado. Esses desterros da República visavam apenas se desfazer momentânea (“canas graúdas”) ou permanentemente (“canas miúdas”) dos indesejados políticos ou sociais; os degredados de outrora, para além da pena, visavam o aproveitamento laborial e social dos réus (como as mulheres, destinadas ao casamento). É, pois, bastante restrito o sentido em que se podem aproximar os degredados de antes com os desterrados republicanos de 1904 e 1910: a singularidade aproximativa está no fato de apartar do convívio social aqueles que representavam ônus incômodos às respectivas sociedades metropolitanas e às suas normas vigentes em cada época. Afora isso, creio já ter sido bastante reforçada as diferenças jurídicas, políticas, conceituais e históricas envolvendo as práticas de deslocamentos obrigatórios do período colonial e imperial daqueles adotados pela República brasileira. Mesmo a despeito de muitas autoridades, jornalistas e políticos dessa época se referirem aos desterros de então como degredo, parecendo querer pespegar naqueles punidos com tais medidas o signo da repugnância e da incompatibilidade em conviver com uma determinada visão de mundo que se queria hegemônica.

Por mais que algumas autoridades do governo brasileiro, em alguns documentos e em entrevistas, tenham dito que os desterrados seguiam para “trabalhar na borracha” e que as mulheres “vadias” casariam com os melhores e mais produtivos seringueiros, deve se entender essas justificativas apenas como retóricas ou partes de um argumento formal para legitimar publicamente tais atos. A Amazônia em geral, e o Acre em particular, já atraíam suficientemente a imigração livre para suas plagas havia algum tempo, principalmente pela idealização que se fazia da Amazônia como espaço de prosperidade, riqueza ou apenas melhoria de vida para milhares de pessoas que ali começaram a chegar com mais intensidade na segunda metade do XIX. Outra distinção é que, devido a baixa densidade demográfica e escassez populacional, o império português de outrora não podia prescindir de seus súditos para fins de povoamento e labor, mesmo que fossem criminosos e indesejados⁴⁵¹. Já os ditos “canas miúdas” desterrados pela república eram “dispensáveis”, tanto pelo viés demográfico, quanto por seus comportamentos e utilidades e por isso a maioria foi deixada na Amazônia quase sem nenhum controle e olhar disciplinador do Estado conforme veremos mais adiante. E nesse

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 74.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 18.

ponto vale ressaltar, a favor desse último aspecto, que as estruturas do Estado ainda estavam sendo implantadas no Acre, cuja organização administrativa foi iniciada somente em 1904 pelo Governo Federal ao incorporá-lo como Território Federal ao mapa nacional.

Ou seja, para o Brasil da Primeira República, os desterrados não estavam relacionados com a lógica da funcionalidade e manutenção do Estado nacional e tampouco do povoamento dirigido, trabalho e defesa de regiões distantes e fronteiriças tal como o degredo era aproveitado pela Coroa portuguesa nos séculos anteriores. Enfim, os desterrados republicanos não eram povoadores e nem peças indispensáveis dentro do ordenamento de ocupação econômica e demográfica do recém incorporado Território Federal do Acre e até mesmo das regiões do entorno.

Diferentemente dos degredos lusitanos para o Novo Mundo, os desterrados republicanos de forma geral foram práticas eventuais, consequências de revoltas sociais e crises políticas agudas que propiciaram ao Estado a oportunidade de se desfazer de seus indigitados como desclassificados sociais para os locais mais recônditos do território brasileiro. Esses desterrados, e esses desterrados, também não figuravam na perspectiva militar de somar braços armados de defesa da fronteira nacional, se considerarmos que foram enviados para um área ainda tensionada pelos conflitos entre brasileiros com peruanos e bolivianos. Reafirmando o que já foi dito anteriormente, no Acre existia uma *fronteira de fricção* muito acentuada cuja presença desses desterrados não teve nenhum impacto de caráter militar ou bélico nas querelas de fronteira internacional ainda em aberto ou latente. Fronteira esta que alargava o Brasil como entidade geopolítica, ao incorporar à nação quase duzentos mil quilômetros quadrados de terras cobiçadas, em grande medida, pelas árvores nativas produtoras de látex que nelas existiam em miríades.

O exemplo nessa direção pode ser dado mais diretamente pelo ocorrido com os desterrados para a cidade acreana de Cruzeiro do Sul (Departamento do Alto Acre), que mais adiante falarei. Ali, em 1905, ainda havia enfrentamentos entre as tropas peruanas e brasileiras do 15º Batalhão de Infantaria estacionada no Alto Juruá. Em seu relatório de governo o prefeito do Departamento alude a insuficiência de soldados na proteção da fronteira com o Peru, “desguarnecida, tanto de fiscalização aduaneira como de postos militares” e contando somente com “menos

de 200 praças, e estas cançadas ou adoentadas”⁴⁵². E em nenhum momento o prefeito, no seu relatório, aponta terem sido utilizados desterrados no corpo militar da guarnição de fronteira ali estacionada. Pelo contrário, ele ressalta a necessidade de formação de “uma boa e cuidadosa guarnição”⁴⁵³ para aquela região, exigências que certamente eliminariam a possibilidade de utilização dos desterrados na força militar local.

O problema, quase perene, era que havia muitas resistências de militares em servirem na distante fronteira do oeste amazônico, pois ser destacado para o Acre não se constituía em algo desejado e abraçado de bom grado, principalmente para os militares de baixa patente. Já os oficiais, além das obrigações inerentes à função militar e de comando hierárquico, geralmente eram alocados em cargos nas administrações das prefeituras departamentais do Território Federal do Acre, que passou a ser administrado por prepostos designados pelo Governo Federal e subordinados diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Mas de uma maneira geral, existiam resistências significativas de servidores da União em rumarem de outras unidades da federação para trabalharem/servirem no Acre.

5.2 – Os condenados ao “acricídio”

Em agosto de 1911 o senador Rui Barbosa leu em plenário uma carta enviada por um amigo seu que presenciara o desembarque dos desterrados do navio *Satélite*⁴⁵⁴ em Santo Antônio do Madeira. Em certa altura ele procura descrever ao senador o que é “aquele recanto de terra” situado no extremo Oeste da Amazônia brasileira e identificado por muitos à época indistintamente como as *regiões do Acre*. Ali, diz ele citando o escritor H. Hall Caine, “é a sepultura do suicida moral, a pátria dos proscritos”. Um lugar onde ele atesta haver couro para todas as misérias da humanidade. Não estava sozinho nessa interpretação derivada de seu testemunho ocular, que por isso parece requerer ares de autoridade para aquele que “esteve lá” e narra aos outros o que ele presenciara.

⁴⁵² AZEVEDO, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁵³ *Ibidem*, pp. 42-44.

⁴⁵⁴ No próximo capítulo tratarei da narrativa dessa testemunha acerca da chegada dos desterrados em Santo Antônio. Seu nome era Belfort Booz de Oliveira. Carta a Rui Barbosa [CR1071/1-12], de 30/05/11, com 10 folhas, enviada da cidade de Olinda (PE) ao Rio de Janeiro. Biblioteca Rui Barbosa, Série Correspondência Geral. FCRB.

Para efeito contextual necessário, breve e simplificado, o território do Acre⁴⁵⁵ foi incorporado formalmente ao Brasil em 1903 através do *Tratado de Petrópolis*, assinado entre as repúblicas brasileira e boliviana depois de cessados os conflitos entre os brasileiros que lá viviam e as tropas bolivianas nas disputas pelo território rico em borracha natural extraída das seringueiras que pululavam nas florestas do Acre. Esse insumo passou a adquirir uma importância impar com a descoberta do processo de vulcanização, ainda no século XIX, cuja demanda passa a ser crescentemente requerida pela emergente indústria automobilística que necessitava cada vez mais dessa matéria-prima extraída nas selvas amazônicas⁴⁵⁶. É nesse contexto que a imigração para a região se intensifica a partir dessa nova frente econômica baseada no extrativismo vegetal do látex.

Neste particular, o historiador Samuel Benchimol diz que a partir da segunda metade do XIX

a Amazônia foi tomando outro aspecto. Passou a existir e a viver em função exclusiva da borracha. A outra Amazônia ficou à margem, longe da febre e da ganância. Nasceram, assim, duas Amazônias quase sem comunicações. Uma das marombas e dos currais do Baixo-Amazonas, dos oleiros e vaqueiros do Marajó, dos castanheiros do Tocantins e Baixo-Madeira, dos cacauzeiros de Cametá, dos guaranazeiros de Maués (...). Ela está em contraste violento com a outra Amazônia precipitada, inquieta, excitante dos seringueiros do Acre, dos balateiros do Juruá, dos caucheiros do Abunã (...).⁴⁵⁷

Até então, esse Acre que se constituía em um território “encravado nas terras questionadas, vê-se o território brasileiro do Acre — 191 mil km², que são a única circunscrição definida e segura na espessa penumbra geográfica onde em

⁴⁵⁵ A origem do topônimo Acre é controversa. Uma dessas versões aponta para uma matriz indígena, ligada ao vocábulo Ipurinã *Uwakuru* (algo como rio das madeiras/troncos) que servia para designar o atual rio Acre. De acordo com essa concepção, o termo foi se alterando ao longo do tempo em *Uakiry, Aquiry Aqri, Akre, Aciri e Acre*. Cf.: CASTELO BRANCO, *op. cit.*, pp. 127/128. Outra explicação já parte do nome *Aquiry* e atesta que Acre deriva de um erro involuntário de grafia. Isso teria acontecido devido à pressa com que um seringalista chamado João Gabriel escreveu uma carta endereçada “ao visconde de Santo Elias, e apesar de ter boa letra, tais garatujas imprimiu que a sua carta, no escritório do Pará, passando de mão em mão, para se verificar o nome do lugar, foi decifrado Acre e o Aquiry passou a ser mesmo Acre”. In RIBEIRO, N. **O Acre e os seus heróis**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 38.

⁴⁵⁶ Parte dessa discussão pode ser aprofundada no capítulo I da obra de MARTINELLO, P. **A Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: Edufac, 2004. Ver também: CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*, especialmente o *Capítulo 05*; LIMA, 1994, *op. cit.*

⁴⁵⁷ BENCHIMOL, *op. cit.*, p. 183.

todos os sentidos as fronteiras se diluem”⁴⁵⁸, como afirmou Euclides da Cunha que visitou a região em missão oficial⁴⁵⁹, no ano de 1905, e relatou suas impressões acerca do lugar. E ao falar da ocupação humana da região ele ressalta “a beleza moral das almas varonis que derrotaram o deserto”⁴⁶⁰ acreano coberto de florestas. Essa visão do deserto-floresta não era historicamente recente, o historiador Jacques Le Goff aponta ter surgido na Europa medieval derivada da tradição cristã, pois “no mundo temperado (Europa), sem grandes extensões desérticas e áridas, o deserto – o mesmo é dizer, a solidão – assumirá um aspecto absolutamente diferente, quase exatamente o contrário do deserto sob o aspecto da geografia física: será a floresta”⁴⁶¹. Essas representações são formatadas através da relação do ser humano com o ambiente natural, se considerarmos que não há natureza em si; mas que ela é culturalmente apreendida e discursivamente descrita e, em torno dela, se constroem determinadas sensibilidades⁴⁶². Amazônia, Acre e floresta estão permeadas de todas essas sensibilidades inscritas em origens muito distantes e difusas.

Euclides da Cunha reproduz essa inversão apontada acima, apresentando ainda um olhar carregado de dicotomias e, às vezes, ambivalências, pois esse deserto-floresta brasileiro configura-se por contraste como o seu oposto que é o litoral⁴⁶³. Nessa perspectiva, o Acre é por definição o sertão de um Brasil profundo e que se acentuava mais ainda pela indefinição geográfica de suas fronteiras em querelas não resolvidas com os vizinhos andinos.

Para ele essa transformação se daria acima de tudo através de sua incorporação definitiva à Nação e pelo auxílio do conhecimento técnico-científico dos homens de saberes formais, entre os quais aquele renomado escritor se incluía.

⁴⁵⁸ CUNHA, E. **Peru versus Bolívia**. Belém: NEAD/Unama, p. 04. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>, acessado em 20/05/2008.

⁴⁵⁹ Euclides da Cunha era o chefe brasileiro da Comissão Mista de Limites Brasil – Peru. Fora nomeado em agosto de 1904 pelo ministro Barão do Rio Branco, com a missão de subir o rio Purus e fixar os limites fronteiriços entre o Brasil e o Peru. Este Tratado de limites entre os dois países só foi assinado em 1909, ano que Euclides da Cunha foi assassinado. Ver: SENADO FEDERAL. **O Tratado de limites Brasil – Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.

⁴⁶⁰ CUNHA, E. **À Margem da história**, *op. cit.*

⁴⁶¹ LE GOFF, J. “O deserto-floresta no Ocidente medieval”, pp. 37/53. In _____, **O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1989, p. 37.

⁴⁶² Ver: MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 197; THOMAS, K. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1900)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

⁴⁶³ Sobre as construções ambivalentes e representações em torno do litoral, sertão e deserto, ver: LIMA, N. T. **Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

Assim, ele procura ser o tradutor para os brasileiros do litoral desse Brasil “estrangeiro” e ignorado, tal como fez anos antes com os grotões nordestinos e suas gentes ao mostrá-los na sua obra, que ele chama de vingadora, *Os Sertões*. Sua expedição ao Acre é formalmente diplomática e científica, mas ele em particular aponta para uma perspectiva “civilizatória”, ao mostrar esse chão há pouco tornado brasileiro, mas que se encontrava nas suas palavras à “margem da história” e necessitava ser integrado na nacionalidade brasileira. Era como se houvesse dois brasis em descompasso⁴⁶⁴.

Outro aspecto a ser pensado é sobre a ideia de uma “fronteira diluída”, algo que esse autor procura dar relevo. Estudos e narrativas apontam que primeiros exploradores e migrantes chegaram à região acreana ainda na metade do XIX e desconsideravam — e muitos desconheciam mesmo — os limites fronteiriços do Brasil com a Bolívia e Peru. Os brasileiros passam então, gradativamente, a ocupar um território que legalmente não era pátrio — pois o Brasil reconhecia-o como boliviano — e aos poucos, estes brasileiros vão se constituindo em maioria nas plagas estendidas pela expansão de áreas produtoras de borracha na Amazônia ocidental. De forma concomitante e gradual eles territorializam essa região com suas marcas ao ponto de ela ser, de fato, mais brasileira do que boliviana ou peruana no tocante a sua ocupação ao fim do último quartel do século XIX.

É daquele período o surgimento da expressão “ir para o Acre”, que ainda hoje consta em algumas edições dos dicionários *Houaiss* e *Aurélio*⁴⁶⁵, como sinônimo de morrer. O termo associava a região acreana, seu clima, suas doenças endêmicas e as dificuldades de acesso como uma ida sem volta. Um túmulo em sentido literal e figurado, senão para todos, mas para a grande maioria que por lá aportava. Talvez se possa também imaginar, derivada daí, uma espécie de morte simbólica, pois quem ao Acre rumava geralmente entrava para o rol daqueles de quem não se tinha mais notícias no lugar de onde partira. Isso porque ao “ir para o Acre” perdiam-se, muitas vezes por completo, os laços dos que partiam com aqueles que ficavam. Geralmente em função da comunicação com o Brasil, ou o restante do país pós 1903, ser muito difícil e precária, além dos preços caríssimos dos transportes fluviais para o padrão econômico da grande maioria que para lá se

⁴⁶⁴ Uma interessante discussão sobre a concepção de espaço no pensamento brasileiro na Primeira República, especialmente acerca de Euclides da Cunha, pode ser obtida em: MAIA, J. M. E. “A terra euclidiana”, pp. 126/154. In _____, J. M. E. **A Terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

dirigia para labutar na extração da seringa, frequentemente já devendo ao futuro patrão que pagava-lhes a viagem de ida até a Amazônia.

Atraídos pela riqueza do látex da floresta, que o grande capital demandava, milhares de pessoas migram — segundo Euclides da Cunha — para realizar uma “colonização à gandaia, anárquica” que do ponto de vista histórico teria acarretado um povoamento “acidental, imprevisível, fora das bases do progresso”⁴⁶⁶. Outra vez pode-se ancorar essa visão como algo muito próximo da mentalidade medieval que contrapunha a floresta-deserto “ao ‘mundo’, isto é, à sociedade organizada”⁴⁶⁷ e que sobreviveu na longa duração no Ocidente. Essa gandaia euclidiana é também sinônimo de desorganização e de falta de ordem, caracterizadas por não ter existido nenhum incentivo ou planejamento do ponto de vista dos poderes públicos para a ocupação da região durante as décadas que antecederam o envio dos desterrados ao Acre.

Isso possibilita afirmar que a justificativa apresentada pelo Governo Federal, em 1904 e 1910, de terem sido os desterrados focados na possibilidade de incrementar povoamento da região, não se sustenta diante das características da ocupação que ali foi acontecendo ao longo dos anos finais do XIX e início do XX. Poderia se usar para isso o atenuante de serem terras estrangeiras havia pouco tempo, mas o número de degredados enviados foi muito pequeno se comparado com a população majoritariamente de brasileiros que lá já vivia. Pode se afirmar com segurança que os desterrados não provocaram nenhum impacto significativo no tocante ao aumento da força de trabalho e nem em relação à densidade populacional do lugar. Pode se dizer que apenas dois vieses subsistem nesses desterrados: um ideológico e outro pragmático. Esses dois aspectos na verdade se conjugam, pois ao mesmo tempo em que o governo deslocava para as bordas da sua fronteira mais recente parte dos problemas da cidade (os indesejados), fazia uso da ideologia do povoamento e do desbravamento dos sertões ditos ignotos como justificativa para tais medidas.

Voltando ao então célebre autor d’*Os Sertões*, a respeito da imigração ele vai dizer que na Amazônia, e no Acre em particular, prevaleceu “uma seleção natural invertida, [aportaram] todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados

⁴⁶⁵ Ver em ambos os dicionários o verbete **MORTE**.

⁴⁶⁶ CUNHA, E. *À Margem da história*, op. cit., p. 24.

⁴⁶⁷ LE GOFF, 1989, op. cit., p. 51.

expedidos a esmo, como o rebotalhos das gentes, para o deserto”⁴⁶⁸, principalmente nordestinos que fugiam das secas⁴⁶⁹ sazonais e crônicas do semi-árido do sertão e da pobreza alastrante em que muitos viviam. Mas não chegaram ao Acre somente pessoas enquadradas nas características acima descritas, aceitar acriticamente tal assertiva com foros de verdade absoluta seria cair em mais uma generalização, entre as muitas existentes desde muito sobre essas questões. Os interesses, as motivações, os tipos humanos e a origem dessas gentes foram as mais diversas. Vejamos o que diz a historiadora Isabel Guillen em sua obra *Errantes da Selva* sobre esse assunto:

A migração de trabalhadores nordestinos (...) não ocorreu somente em períodos de seca, o que nos leva a questionar a primazia e o alcance do argumento que os associa indelevelmente. (...). Ainda que não se descarte a seca como item explicador da migração, já que não se pode anular os seus efeitos sobre os movimentos sociais migratórios, não lhe daremos o peso de determinação que tem assumido na literatura e na historiografia⁴⁷⁰.

Mas na tentativa de chamar a atenção de seus leitores, Euclides da Cunha assim sintetiza o significado dessa migração para o Acre, carregando nas cores trágicas daquilo que ele nomeia de “expatriação dentro da própria pátria” daqueles homens e mulheres chamados por ele de enjeitados:

Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria⁴⁷¹.

⁴⁶⁸ CUNHA, 2000b, *op. cit.*, p. 150.

⁴⁶⁹ Sobre os problemas relativos ao trabalho, criminalidade e preconceitos contra os pobres em cidades do nordeste no período circunscrito a este trabalho, ver: DINIZ, A. S. **A Maldição do trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850/1930)**. Dissertação de mestrado/Sociologia-UFPB. João Pessoa, 1988; acerca do uso político das secas, suas dimensões simbólicas e sociais ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução**. Dissertação de mestrado/IFCH-Unicamp. Campinas, 1988; e, VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.

⁴⁷⁰ GUILLEN, *op. cit.*, pp. 193/194.

⁴⁷¹ CUNHA, 2000b, *op. cit.*, p. 150.

A diáspora do nordeste seco — passando primeiro pelas capitais dos seus estados de origem — para a floresta úmida foi então uma constante durante décadas. Essa foi a tônica dominante que marcou as migrações — forçadas ou voluntárias⁴⁷² — em direção à floresta amazônica, diferentemente daquela ocorrida com os outros “rebotelhos” também expatriados dentro da própria pátria pelo Governo Federal na primeira década do século XX. Esse último grupo era formalmente de desterrados arrebanhados nas ruas, delegacias e cadeias da cidade do Rio de Janeiro enviados, de forma sub-reptícia e coordenada, pelo Estado brasileiro nos anos de 1904 e 1910 após a eclosão daquelas decantadas duas revoltas que provocaram impactos significativos na ordem republicana. Essas migrações e esses desterramentos convergem, em diferentes momentos e por motivos idem, para uma espécie de pátria dos proscritos que se tornara o Acre na visão de muitos à época.

Se o Acre era genericamente visto assim desde sua formação, — um deserto, um vazio, uma sociedade desorganizada, uma vaga geográfica e lugar de morte —, nada mais adequado no imaginário de muitas autoridades da época que mandar pessoas com predicados e características consideradas também negativas, para que ali vivessem longe da capital da república imaginada e sonhada pelas elites e autoridades. Desta forma foi que embarcaram em navios-prisões grupos heterogêneos de homens e mulheres para uma viagem sem volta, para um destino pungente, onde o horizonte que se apresentava era o da morte e o do isolamento na *Sibéria tropical*, uma terra desconhecida e estranha para todos eles acostumados com outros espaços sócio-geográficos e outras formas de sociabilidades.

Todos foram então condenados a viver — e morrer — no Acre, entre uma “vaga população erradia e dispersa, perdida em um recanto selvagem da Amazônia”, como vem afirmar peremptoriamente em tons carregados de etnocentrismo o jurista e sociólogo Oliveira Viana⁴⁷³ acerca dessa região poucos anos depois. Uma população que no entendimento deste intérprete era formada majoritariamente por “cangaceiros tumultuários; jagunços explosivos e turbulentos; sertanejos rebeldes e indomáveis”⁴⁷⁴. Oliveira Viana nunca esteve na Amazônia, muito menos no Acre, mas sua representação permeada de estigmas e lugares

⁴⁷² Reporto-me unicamente ao fato de ser, ou não, um ato dos governos de Províncias.

⁴⁷³ OLIVEIRA VIANA, F. “O erro da autonomia acreana”, pp. 143/155. In _____, F. **Pequenos estudos de psicologia social**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 146. Sua obra é publicada pela primeira vez em 1921.

comuns de época certamente foi absorvida de outros intérpretes em voga nos anos antecedentes a publicação desta obra. Por sinal, essas questões já aparecem em sua obra mais conhecida, escrita em 1918 e publicada dois anos depois, *Populações meridionais do Brasil*, onde ele analisa e caracteriza os três “tipos” formadores do mundo rural brasileiro: o sertanejo, o matuto e o gaúcho⁴⁷⁵.

Sua assertiva é muito semelhante ao pensamento de Nina Rodrigues, que partia de conceitos como raça e natureza para estabelecer no litoral o local por excelência da civilização e do branco; o sertão como ambiente da barbárie, espaço de mestiços, negros e índios. Enfim, lugar habitado incultos em estágios inferiores de evolução⁴⁷⁶; uma natureza selvagem onde simetricamente predominariam ações também selvagens. Ou ainda, o deserto-floresta como a antítese da civilização e a Amazônia sendo então um desses antípodas preferenciais: era ao mesmo tempo “deserta” e “selvagem”. Em muitas obras literárias e relatos de viagens de época, por exemplo, os seringais de forma recorrente são apresentados como locais de domínio dos homens mais fortes, audazes e poderosos. O seringal era “um paraíso diabólico”⁴⁷⁷, nos dizeres do já citado Euclides da Cunha, quando analisa as redes de relações de trabalho e o regime de labuta no qual estava inserido o seringueiro, um “homem que trabalhava para se escravizar”, assevera o escritor. Para ele, a natureza era a parte edênica; as relações sociais que ali se estabeleciam correspondiam ao seu oposto bíblico. Tem-se então um espaço antitético.

Sem ficar imune a essas concepções tão difundidas e presentes à época, alguns anos depois o historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis sintetiza essa visão antinômica, tão recorrente naquele período de início de século, ao olhar para a Amazônia das décadas precedentes da seguinte forma:

A sociedade que se criava na Amazônia era uma sociedade que vivia por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro, em atitudes marciais ou gestos de virilidade muito comuns nos organismos sociais que se constituem nessas fases de transição da instabilidade para a estabilidade. Ora a Amazônia era o inferno verde, onde o homem, cercado de riquezas, afundava na terra encharcada, no pantanal dos vícios e da indignidade, padecendo sofrimentos físicos e morais sem conta, ora um velocino d’ oiro, um mundo encantado que os mais ousados, os

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 147.

⁴⁷⁵ OLIVEIRA VIANA, F. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

⁴⁷⁶ VENTURA, R. **Estilo tropical: historia cultura e polêmicas literárias no Brasil – 1870/1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 54.

⁴⁷⁷ CUNHA, 2000b, *op. cit.*, p. 127.

mais afortunados, ou onde todos tinham a sua grande oportunidade para o êxito material que é um sonho universal. (...) Os desatinos que cometeram explicam-se pelas condições em que operavam⁴⁷⁸.

O pêndulo por ele apresentado vai literalmente do céu ao inferno, onde o meio natural é um elemento ora capaz de alquebrar o ser humano física e moralmente; ora é um mundo de oportunidades para os mais ousados, como se fossem agraciados com as bênçãos momentâneas da deusa Fortuna. E por fim, o elemento humano é entendido como marcado pela frouxidão moral, seus maus costumes, certa desordem tumultuária e pelos crimes cometidos nas plagas amazônicas, muitas vezes justificados pelas próprias condições do meio físico e social em que essas pessoas operavam.

São esses discursos e imagens que dominavam meios intelectuais, jornalísticos e entre cronistas, quanto o assunto era a Amazônia na passagem do XIX para o XX e décadas subsequentes. Na maioria das vezes partiam de pessoas cujo prestígio era inegável em círculos onde ressoavam tais concepções, mas que aos poucos elas iam se tornando senso comum. Assim, se construíram visões que passaram a fazer parte da linguagem corrente em veículos como jornais escritos, relatos de viagens e a própria produção literária que tem a região como temática.

Em muitos casos esses homens foram leitores de obras de cunho científico ou narrativas de viagens, principalmente de cronistas de expedições, religiosos e naturalistas estrangeiros que já eram bastante conhecidos por seus estudos e andanças pela região em séculos precedentes. Entre todos, estes são os mais conhecidos e referenciados: Cristobal Acuña (*Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*); Charles-Marie de La Condamine (*Descendo o rio das Amazonas*); Alexander Von Humboldt (*Quadros da natureza*); casal Agassiz (*Viagem ao Brasil*); Alfred Wallace (*Viagens pelos rios Amazonas e Negro*) e, Henry Bates (*Um naturalista no rio Amazonas*).

É isso que se pode observar a seguir, em uma “contextualização” dos desterrados feita por um articulista que pretensamente buscava se esconder no anonimato. Na sua compreensão, o Acre teria para os degradados (*sic*) do século XX o mesmo papel que a Colônia lusitana no Novo Mundo representou para Portugal ao descarregar nela os seus indesejáveis séculos antes, conforme atesta o artigo publicado no jornal *O Paiz* e assinado por alguém com o sugestivo

⁴⁷⁸ REIS, 1953, *op. cit.*, p. 63.

pseudônimo de Pangloss. Vale observar o que diz o automeado Pangloss dos trópicos, com seu otimismo um tanto exagerado e eivado de evidente sarcasmo com aqueles que foram desterrados para o Acre:

O degredo vale muitas vezes uma regeneração. Aqui, estes miseráveis estavam com o destino escripto. Tanto fariam que iriam apodrecer na Casa de Correção com os trinta annos nas costas, ou iriam parar na mesa do necrotério. (...) a fatalidade os havia impellidos para o crime e o crime os aprisionara. Tudo isso muda-se agora. São subitamente alojados noutra terra, onde não há ninguém, o que é absolutamente diferente desse meio em que sempre viveram.⁴⁷⁹

Pangloss, segundo Luís Edmundo em sua obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*⁴⁸⁰, era o pseudônimo do jornalista, político e escritor Alcindo Guanabara. Neste fragmento, aparecem algumas mistificações e crenças da época que certamente eram compartilhadas por muito mais pessoas, não sendo apenas uma percepção isolada do autor do texto acima. Uma delas é da crença na “fatalidade” que empurrava determinados tipos de gentes para criminalidade, visão que estava alicerçada em algumas concepções oriundas da sociologia, antropologia e biologia e portadora de pretensões científicas em voga no período, principalmente no meio jurídico e médico. A ponte entre esses dois últimos campos de saberes se dava principalmente por meio da medicina legal e forense.

Também se reproduz através da pena de Pangloss a ideia de ser o Acre um local “vazio”, um *sertão* “sem ninguém” a ser desbravado e povoado, carente de ter explorada a riqueza que a natureza oferecia com exuberância. Embora tenha sido incorporado ao Brasil um ano antes dos desterrados de 1904, lá já viviam dezenas de milhares de pessoas atraídas pela possibilidade de riqueza com o látex, que evidentemente foi para poucos. Isso sem contar com número muito maior de indígenas, que nas estatísticas oficiais de povoamento não eram levados em conta devido à intrínseca “selvageria” da qual eram ditos portadores⁴⁸¹.

Num sentido mais amplo ligado à própria lógica dita civilizatória, inaugurada pelos europeus nos séculos anteriores, as ideias correntes de progresso e uma visão linear e evolutiva da história, pespegou nesses povos autóctones o estigma da

⁴⁷⁹ O PAIZ. **O dia**, 29/11/1904, nº 7.357, p. 02. Acervo da BPP.

⁴⁸⁰ EDMUNDO, *op. cit.*, p. 606.

⁴⁸¹ O censo oficial das populações indígenas no Brasil só passou a ser feito a partir de 1970. Cf.: LEONARDI, *op. cit.*, p. 273.

inferioridade como marca indelével. E as terras onde historicamente viviam, são consideradas então “livres de ocupação” e passam a fazer parte daquilo que Carlos Reboratti chama de *fronreira potencial* para a economia em expansão territorial. Assim ele caracteriza este tipo de fronteira: “La tierra que a los fines del desarrollo fronterizo consideramos ‘libres de ocupacion’, puede estar habitada por grupos humanos culturalmente diferente a los de la sociedad central”⁴⁸². Dessa maneira, esses habitantes locais tornam-se invisíveis quando os agentes da expansão quantificam as almas que habitam e vivem naquilo que é considerado *deserto* ou *sertão*. E são esses ditos selvagens, os que sofrem os impactos mais drásticos da ocupação e expansão dessa *fronreira potencial*.

No caso acreano, muitos indígenas foram assassinados, outros incorporados aos empreendimentos da frente expansionista do látex e, outros tantos, “empurrados” para áreas mais distantes e afastadas de onde originariamente se encontravam, num processo de expulsão conhecido na região como *correrias*⁴⁸³. Em fins de 1897, o padre Jean-Baptiste Parrissier realizou trabalhos missionários na região do Alto Juruá e rios do entorno. De maneira enfática ele critica a situação dos indígenas e rechaça o atributo de selvagens que lhes fora imposto e diz: “é uma calúnia atroz que os brancos, europeus, civilizados, que prefiro chamar de aventureiros, inventaram e propagaram, sem ter vergonha, para legitimar, ou pelo menos para desculpar, os seus roubos e atrocidades”⁴⁸⁴. Sobre as *correrias*, ele narra que “quando a acha [*a maloca*] ele [*o “civilizado”*] e seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais”⁴⁸⁵.

É neste sentido que se pode entender a ocupação das terras acreanas como sendo uma colonização “à gandaia”, um povoamento “acidental”, proporcionado pelo súbito interesse pela borracha natural e de outros produtos da fauna e flora, como expressa Euclides da Cunha quando visita a região em 1905.

⁴⁸² REBORATTI, C. E. “Fronteras agrarias en America Latina”. **Geocritica - Cuadernos Críticos de Geografia Humana**, Barcelona, ano XV, nº 87, mayo de 1990, p. 18.

⁴⁸³ O processo de expulsões, mortes e capturas (principalmente mulheres e crianças) de indígenas ocorridos no Acre, no final do XIX e início do XX, é conhecido como “correrias”. Destaco aqui trabalhos que tratam dessa questão, principalmente na região do Alto Juruá: PANTOJA, *op. cit.*; IGLESIAS, M. M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Tese de doutorado/UFRJ - Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2008; WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁴⁸⁴ PARRISSIER, J. B. “Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao Rio Juruá, 1898”, pp. 01-60. *In* CUNHA, M. C. **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 52.

Ele crê existir ali então “cem mil almas ou cem mil sertanejos ressuscitados”⁴⁸⁶ povoando aquele lugar tornado recentemente brasileiro. Esse termo usado por Euclides da Cunha, de “sertanejos ressuscitados”, parece bastante semelhante com a leitura sobre a mesma questão feita anos depois pelo escritor Cassiano Ricardo⁴⁸⁷, autor já referido no capítulo anterior. Só para relembrar, este autor dizia que os migrantes que chegaram ao Acre no fim do XIX e início do XX “nasceram de novo” ao ali se estabelecerem. Ou seja, “ressurgiram” com novos acreanos “naturalizados” e incorporados a população do lugar.

De uma maneira geral, os dados da população do Acre no início do século XX são muitos díspares e carentes de confiabilidade. Em o *Seringal e o seringueiro*, por exemplo, Ferreira Reis apresenta outra cifra para o mesmo período, ao dizer que “só no Acre, (...) no momento em que o Brasil o incorporou à soberania nacional somavam-se entre sessenta e setenta mil”⁴⁸⁸. Os relatórios oficiais dos prefeitos departamentais apontam as seguintes cifras, um pouco mais modestas: Alto Acre em 1904: 15.000 pessoas; Alto Acre em 1905: 40.000 pessoas; Alto Purus em 1904: 12.000 pessoas; Alto Juruá em 1904: 6.974 pessoas⁴⁸⁹, este último Departamento com o levantamento realizado em apenas 28 seringais. De uma maneira geral, sabe-se que esses censos também não atingiram todos os seringais dos outros dois Departamentos, principalmente os mais distantes localizados nos altos rios. Independente da veracidade dos números redondos apresentados por Euclides da Cunha e outros, é certo que nesse *deserto ocidental* já viviam muitas pessoas antes

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 55.

⁴⁸⁶ CUNHA, E. *À margem da história*, op. cit., p. 25.

⁴⁸⁷ CASSIANO RICARDO, op. cit.

⁴⁸⁸ REIS, 1953, op. cit., p. 41.

⁴⁸⁹ Esses relatórios são respectivamente: MATTOS, R. A. C. **Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre relativo ao período decorrido entre 18 de agosto e 31 de dezembro de 1904**. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009; RIBEIRO, J. M. A. **Exposição dos factos administrativos ocorridos na Prefeitura do Alto Acre apresentada ao exm. Sr. Dr. J. J. Seabra**. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009; MARIANO, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano**. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009; AZEVEDO, G. T. **Segundo Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do**

da chegada dos desterrados e que o impacto demográfico causado por eles foi globalmente insignificante. O que se pode pensar como impactantes foram suas presenças nos incipientes núcleos urbanos, já que a presença maior da população estava dispersa no interior dos seringais. A vila Rio Branco, por exemplo, que era sede provisória do Departamento do Alto Acre tinha apenas 204 moradores segundo o censo realizado durante administração de Raphael da Cunha Mattos em 1904.

Essa discussão sobre a população acreana serve-me para retomar a assertiva já explicitada anteriormente. A de que embora expressiva por si só, a quantidade de desterrados para o Acre representava uma parcela muito pequena quando comparada com a população migrante e adventícia que foi chegando e se estabelecendo a partir de meados do XIX. Isso me permite dizer que a decisão do governo de desterrá-los apenas pela ótica do povoamento é uma tese que não se sustenta em bases sólidas e tampouco legítima tais medidas. Não foi visando o povoamento ou a colonização, pois as autoridades locais em nenhum momento demonstraram querer ou ter absorvido tais pessoas como talhadas para tais objetivos em seus relatórios oficiais.

Além do mais, a mão-de-obra na empresa extrativista era suficientemente significativa e continuamente reposta por gentes oriundas principalmente do nordeste brasileiro e inseridas dentro de uma fechada rede de arregimentação que envolvia casas aviadoras; seringalistas; agenciadores no nordeste, conhecidos como paroaras; estrutura de transportes e hospedagens até Belém e Manaus, de onde seguiam depois para os altos rios do interior amazônico. Essa logística fazia com que aquele que ia se tornar mais à frente um seringueiro, já chegasse devendo ao seu futuro patrão os gastos referentes à alimentação, transporte e hospedagem⁴⁹⁰. Essa rede de relações também não passou despercebida pelo missionário francês Constant Tastevin, que no princípio de 1910 navegou pelos principais rios da região do então Departamento do Alto Juruá, no Acre. Conta ele que “os proprietários das florestas produtoras de borracha são verdadeiros fidalgos que trazem de muito

corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

⁴⁹⁰ Consultar GUILLEN, *op. cit.*, p. 207. A ênfase da autora é sobre a migração coordenada pelo Estado brasileiro durante a Segunda Guerra para a extração de látex nos seringais amazônicos. Porém, aponta que tais procedimentos já existiam no chamado primeiro ciclo da borracha, na virada do século XIX para o XX. Ver também, o capítulo *A economia da borracha e seus atores* em FERREIRA, S. M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914).** Tese de doutorado/IE – Unicamp, 2005.

longe, às suas expensas, os trabalhadores que recolhem a goma das seringueiras”⁴⁹¹.

Diante disso, considero que os indesejados desterrados do Rio de Janeiro para a Amazônia foram expurgados, antes de tudo, para que desaparecessem das ruas e do cotidiano daquela cidade. Por isso foram enviados para um lugar onde o regresso fosse uma barreira de fato, dada algumas condições específicas. E isto se deu por três motivos de igual importância, percebidos como complementos intrínsecos aos desterramentos para a *Sibéria tropical*: dificuldade de transporte, de retorno (preço, demora, distância e vigilância das autoridades locais)⁴⁹² e a morte que deveria dizimar muitos deles, acometidos por doenças apontadas como endêmicas e por vezes fatais naquela *Sibéria tropical*. Pode-se dizer que de certa forma todos tiveram decretada a morte civil ao serem escondidos e esquecidos na Amazônia, medida semelhante ao “morrer por isso”⁴⁹³ do antigo Código colonial português. O significado do termo “ir para o Acre” expressava e muito isso num imaginário que denotava ser bastante sedimentado na capital do país. A distância e os estereótipos relacionados ao lugar pareciam configurar-se em elementos que contribuiriam para o isolamento e contenção dos desterrados, aos olhos daqueles que os renegavam, nos confins da Amazônia brasileira.

Conforme vemos na próxima charge (*charge 07*), o chargista Leônidas mostra os lampiões “vingadores” — ainda tortos e quebrados — remando uma canoa e levando seus então recentes “algozes” *Para o Acre*. O desenho realça o semblante tristonho e a postura cabisbaixa dos desterrados ali representados.

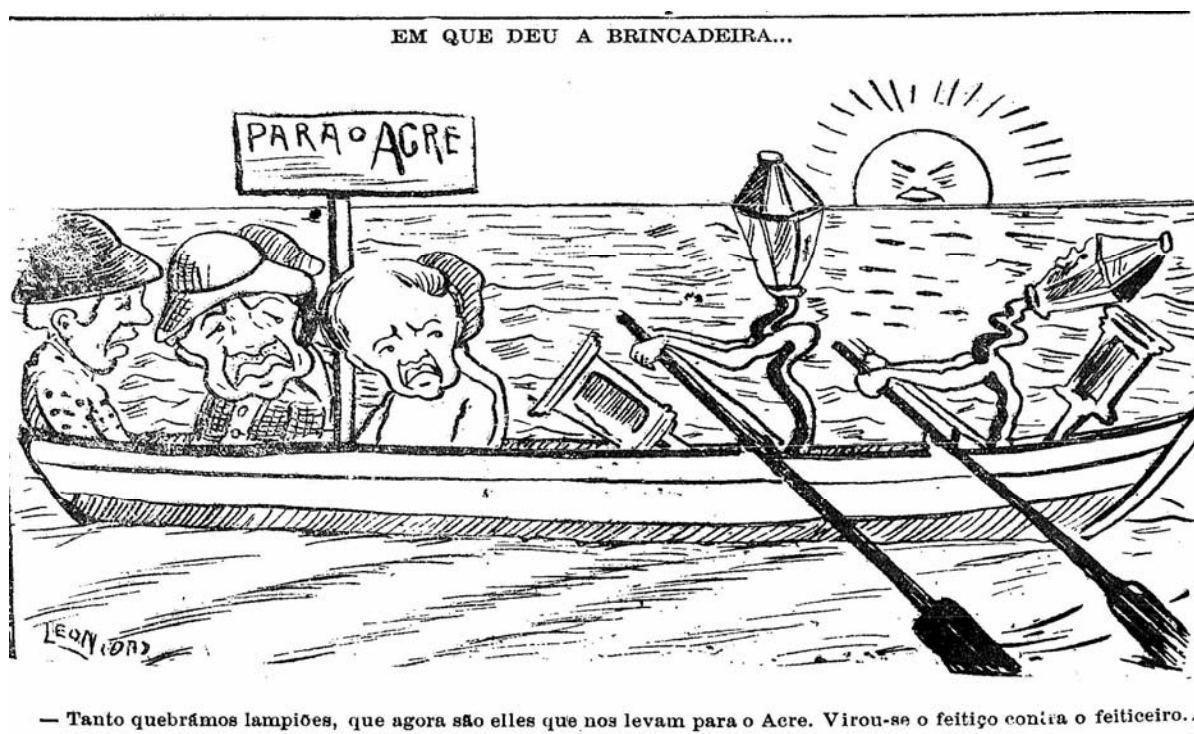
Ao fundo dessa imagem há um sol radiante e risonho, que parece anunciar novos dias na capital da República, cidade que continuou com suas de contradições e contrastes mesmo com a expulsão de muitos dos seus indesejados sociais. Subliminarmente era como se a luz retornasse a iluminar a cidade, afastando os seus males após a “escuridão” provocada pela *Bernarda* e seus filhos. Ir para o Acre era então a punição adequada para aquelas pessoas, cujas penalidades da justiça comum as autoridades pareciam entender que não era mais a solução. Como já foi

⁴⁹¹ TASTEVIN, C. “No Môa, nos limites extremos do Brasil de do Peru, 1914”, pp. 72-107. In CUNHA, M. C. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 72.

⁴⁹² Vale lembrar que os prefeitos dos três Departamentos do Território Federal Acre eram nomeados pelo presidente da República e subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para onde remetiam seus relatórios administrativos periodicamente. Cf.: SILVA, 2002, *op. cit.*

⁴⁹³ Na legislação do Código Filipino a expressão “morrer por isso” significava a morte civil por meio do degredo. Cf.: LARA, *op. cit.*

realçado, para esses casos a exclusão também triunfou frente às outras possíveis medidas disciplinares existentes na legislação republicana.



Charge 07: Ironiza a condição dos desterrados que seguem viagem para o Acre, os chamados “Quebra-lampeões”. O MALHO. **Em que deu a brincadeira**, ano III, nº 117, de 10 de dezembro de 1904, p. 20. Acervo da FBN.

Para complementar essa discussão vale observar o que diz o trecho de uma quadrinha irônica, publicada n’O *Malho*, por um sujeito que se identifica pelo pseudônimo de Paty dos Alferes e que faz a seguinte indagação: “inda há gente a confiscar, condenada ao.... acricídio?”⁴⁹⁴. Ou seja, os desterrados estavam mais associados à morte e a possibilidade dela acontecer no Acre, do que à vida. Essa foi a intenção do autor do neologismo ao fazer uso desse substantivo⁴⁹⁵, expressando um pensamento que parece ter tido muita difusão naqueles dias de sítio, prisões e desterrados daquelas gentes.

Isto ocorria porque, entre outras considerações correlatas, o Acre em particular e a Amazônia em um contexto mais amplo, eram piores do que a Sibéria

⁴⁹⁴ O MALHO. **Poema**. 10/12/1904, ano III, nº 117, p. 22. Acervo da FBN.

⁴⁹⁵ A junção do nome Acre com o elemento de composição derivado do latim *cidium* (cortar, matar) significaria obviamente algo como “matar o Acre”, destruí-lo. O que daria um sentido diferente à intenção do autor do termo.

rusa⁴⁹⁶ na visão de muitos que faziam essa associação ligeira entre esses dois ambientes naturais. Espaços indelevelmente marcados pelas concepções de vastidão, isolamento, natureza adversa ao elemento humano e ausência de *civilização*. Desde muito, intelectuais, viajantes e jornalistas brasileiros faziam referência à Sibéria quando olhavam para o mundo amazônico ou suas bordas. É o caso do já aqui recorrente Euclides da Cunha, que na sua obra mais famosa cita o caso do coronel Moreira César, chefe de uma das expedições a Canudos. Ele lembra que esse militar, ainda no Império, cometera um crime de assassinato e como pena “o crime acarretou-lhe a transferência para Mato Grosso, e dessa Sibéria canicular do nosso exército tornou somente após a proclamação da República”⁴⁹⁷. Esta província estendia-se então com suas fronteiras até as bordas do Acre, ocupando terras onde hoje está situado o Estado de Rondônia. São essas mesmas terras do noroeste do Mato Grosso, e onde estava situada a vila de Santo Antônio do Madeira, que anos depois o antropólogo Claude Levi-Strauss identificou como situadas em uma espécie de *mundo perdido*⁴⁹⁸, numa clara alusão ao livro homônimo de Arthur Conan Doyle publicado em 1912⁴⁹⁹.

Mas voltando em Euclides da Cunha, há no exemplo citado uma punição disciplinar vista como à altura da grave falta cometida por aquele militar: o internamento na *Sibéria tropical*. É nessa mesma perspectiva que se insere aquela passagem do discurso do senador Barata Ribeiro, referida como epígrafe no início do capítulo anterior. Lá ele compara os remanejamentos de militares para o Acre como algo parecido aos destierros de civis para esse mesmo território logo após o fim da *Revolta da Vacina*. O serviço militar nessas paragens distantes da Amazônia parecia desagradar e muito aos “agraciados” com tal missão. Em sua passagem

⁴⁹⁶ Uma boa leitura acerca das imagens construídas em torno da Sibéria como local ermo, distante e vazio, que alguns ao mesmo tempo consideram como a expressão da Rússia “profunda” e um elemento da nacionalidade daquele país, encontra-se em: BASSIN, M. “Inventing Siberia: visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century”, pp. 763/794. In **American Historical Review**, vol. 96, nº 03, june 1991.

⁴⁹⁷ CUNHA, 2000a, *op. cit.*, p. 252. Esse mesmo autor, na sua obra *Contrastes e confrontos*, diz textualmente que a nacionalidade russa “se perdia na grandeza inútil da Sibéria”. CUNHA, E. **Contrastes e confrontos**. Belém: NEAD/Unama, p. 38. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>, acessado em 20/05/2008.

⁴⁹⁸ LEVI-STRAUSS, Claude. “O mundo perdido”, pp. 233/244. In _____, **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

⁴⁹⁹ A obra conta a história de quatro ingleses que realizam uma expedição para a Amazônia e descobrem um mundo “pré-histórico”: os cientistas Summerlee e Challenger, o jornalista Malone e o aventureiro lorde Roxton. Ver: DOYLE, A. C. **O Mundo perdido**. São Paulo: Nova Alexandria, 1998. Uma análise dessa obra, seus personagens e narrativa pode ser vista em: GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

pelo mesmo Mato Grosso, citado de longe por Euclides da Cunha, o engenheiro militar Anníbal Amorim assim se refere aquele lugar poucos anos após o acontecimento narrado por Euclides da Cunha:

Militarmente fallando, Matto Grosso e toda a Amazônia são meras possessões brasileiras. (...). Servir em Mato Grosso, nas condições actuaes, é pagar um pesado e inútil tributo ao esquecimento de si próprio, ao tédio e à melancolia, no paiz do Silêncio. Não aconselharei aos meus collegas do exército, que vão ao Matto Grosso, nem mesmo voluntariamente, como lá fui duas vezes. Seria negar-lhes a verdade do que aquillo é, no que respeita ás cousas do nosso officio. Todavia há uma razão, em virtude da qual vale a pena de ir áquelles sem fins do Brazil, e alli passar, pelo menos, um anno: é para sentir a sensação agradabilíssima da volta⁵⁰⁰.

Duas narrativas e dois narradores. O primeiro é um testemunho intermediado (ouviu o que relata); o segundo é de um observador direto (viu o que relata)⁵⁰¹. Um apenas ouviu dizer, até então, sobre aquela Amazônia que mais tarde conheceria; o outro é testemunha ocular, presenciou o que fala e se coloca como narrador abalizado, espécie de mensageiro aos seus leitores — contemporâneos e futuros — ao falar de um “outro mundo”. Em comum, apontam para o domínio de tédios, esquecimentos, silêncios, imensidão erma e do calor abrasador na Amazônia. Algo parecido com as impressões externadas pelo jornalista e político liberal Tavares Bastos quando visitou a Amazônia na década de 60 do XIX, cujo fragmento encontra-se na abertura deste capítulo⁵⁰². Seriam essas as sensações que se abatiam sobre os indivíduos que se aventuravam pelos *sertões* do Brasil, para onde a ida geralmente se dava por obrigações inerentes aos cargos ocupados e as responsabilidades assumidas perante a burocracia estatal, aventuras passageiras ou interesses econômicos.

Mato Grosso, cujo nome remete a ideia de uma selva densa e volumosa, já no século XIX aparecia como representação de uma *Sibéria* brasileira, uma imagem que alguns anos depois seria “herdada” pelo Acre após ser incorporado ao território nacional. No trabalho de Lylia Galetti, esta pesquisadora demonstra que o jornal *O Povo*, de Cuiabá, mantinha em fins da década de 1870 uma coluna intitulada *Ecos*

⁵⁰⁰ AMORIM, *op. cit.*, pp. 457/458.

⁵⁰¹ Há um estudo interessante sobre essas formas de testemunhos e narrativas de cronistas ibéricos na Amazônia no XVI e XVII, analisando suas visões de mundo acerca do ambiente natural e das sociedades indígenas com as quais tiveram contatos. Ver: UGARTE, A. S. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII**. Manaus: Valer, 2009.

da Sibéria⁵⁰³. Ou seja, de forma endógena também havia a apropriação de tal imagem para mostrar o isolamento da Província distante em relação à metrópole e capital litorânea.

É recorrente essa alusão entre a Sibéria e a Amazônia — ou determinados lugares da Amazônia —, onde ambas são apontadas como sinônimas de lugares remotos, distantes dos seus centros administrativos, espaços de natureza hostil ao homem, vastos “desertos”, regiões atrasadas e lugares de exílios, ambas funcionando como imensas prisões sem grades para os que lá estavam ou eram enviados. Uma chave explicativa para isso pode ser encontrada no, há pouco citado, artigo de Mark Bassin, *Inventing Siberia*.

Esse autor mostra que em princípio do século XIX a Sibéria “ofereceu” aos russos de São Petersburgo elementos importantes para essa criação do “outro geográfico”, reforçando a construção de uma pretensa e almejada identidade europeia da Rússia. Essa fetichização da Sibéria, como ele diz, foi alicerçada por um forte complexo ideológico de produção de imagens negativas sobre aquele lugar. Assim, a Rússia eurocêntrica via a Sibéria como uma colônia distante localizada na “atrasada” Ásia, demarcando a fronteira entre a civilização e a cultura de dois continentes⁵⁰⁴ percebidos como opostos. Constrói-se então uma fronteira distante, permeada de imagens fantasiosas e artificiais.

A imagem imperial da Sibéria, realçada pelo Estado russo de então, era a de uma colônia mercantil no tocante ao seu aproveitamento econômico. Útil apenas pelos recursos naturais que dispunha, assemelhando-se em importância àquela que os impérios ibéricos do Novo Mundo tinham para suas metrópoles, segundo aponta Mark Bassin⁵⁰⁵. E foi a partir do início do XIX que a Sibéria tornou-se um lugar preferencial para exílios forçados. Nas palavras deste autor, “an expansive storehouse for people whose presence in European Russia the authorities deemed to be socially or politically undesirable”⁵⁰⁶. Ou seja, espaço que passa a servir também como um grande depósito para pessoas cujas autoridades da capital russa considerassem social e politicamente indesejadas de viverem ali. É essa mesma visão que no início do século XX, na capital da república brasileira, possibilita o

⁵⁰² BASTOS, A. C. T. **O Vale do Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional/Brasília: INL, 1975, p. 126.

⁵⁰³ GALETTI, L. S. G. Nos confins da *civilização*: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese de doutorado/USP, São Paulo, 2000.

⁵⁰⁴ BASSIN, *op. cit.*, p. 768.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 767.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 771.

desterro daquela parte da população também vista como indesejados metropolitanos e atribui, por semelhança, à Amazônia o epíteto de *Sibéria tropical*. Como nos diz o mesmo Mark Bassin, o nome Sibéria já tinha na primeira metade do XIX se tornado popularmente sinônimo de exílio e servidão penal, não importando mais se era isso era na Sibéria russa ou fora dela⁵⁰⁷. O emprego do termo Sibéria, usado por muitos no Brasil ao se referir a Amazônia, parece dar razão a tal afirmação.

Outro aspecto que se soma nessa tentativa de análise explicativa é o fato do Império czarista está então em bastante evidência nos jornais brasileiros daquele período das duas revoltas, devido a Guerra Russo—Japonesa (1904/1905). Inclusive os jornais cariocas comparam os conflitos ocorridos no bairro da Saúde em 1904 com a batalha de Porto Arthur, travada entre Rússia e Japão em fevereiro de 1904. Horácio José da Silva, o indigitado *Prata Preta* é cognominado pela imprensa de “comandante de Porto Arthur”, como se fosse uma versão “antipatriótica” do general Anatoly Stoessel. Se existiu no Rio de Janeiro em 1904 o equivalente simbólico a Porto Arthur e seu comandante, também se reaviva no imaginário daquela época o termo *Sibéria*, agora trazendo o complemento *tropical* para se referir ao Acre.

Durante a pesquisa nos periódicos e relatórios oficiais, foi recorrente encontrar expressões como “povoar o Acre” com os desterrados; que ali era uma “selva selvagem”; fala-se de “deportados para o Acre” e que eles foram enviados “sorrteiramente para o Acre”; de que seguiram a “passeio ao Acre”; que tiveram “destino conveniente”; no Rio, todos os chamados vagabundos eram potenciais “aspirantes ao Acre” ou “candidatos ao Acre”; por isso, diziam: “Acre com eles!”; que eles realizariam uma “viagem de instrução ao Acre”; e ali haveria a “regeneração pela borracha”; naquela que seria uma “sociedade de quarta ordem” e espécie de “Sibéria tropical”, entre outros termos correlatos que exprimem tais anátemas.

Em todas essas matérias ou relatórios aparece, em maior ou menor grau, um sentimento de rejeição e aversão em relação ao Acre. Pela ótica das autoridades e da imprensa esse território é comumente mostrado como sendo por excelência um lugar adequado para receber aquele tipo de gente que foi desterrada. O Acre era

⁵⁰⁷ Como é esta associação negativa que prevaleceu ao uso do termo *Sibéria tropical* pelos contemporâneos das duas revoltas, privilegiei abordar apenas os aspectos com esta conotação imputados a Sibéria russa. Mas da mesma forma que em relação à Amazônia, romancistas russos e os chamados *Dezembristas* irão construir uma imagem oposta da Sibéria. Nessa imagem positiva ela é retratada como um local de conto de fadas, terra de pessoas livres e independentes, sem contato com os opressores (Igreja Ortodoxa e czarismo) e terra sem aristocratas. Cf.: BASSIN, *op. cit.*

assim um destino malfadado tal como o Brasil do século XVI, descrito por Gil Vicente em sua obra *Auto da barca do purgatório*, cuja uma das passagens assim diz: “e marinheiros sodes vós? Ora asi me salve Deus e me livre do Brazil”⁵⁰⁸. Se fosse possível reatualizá-la para o início do século XX, na perspectiva daqueles considerados vagabundos, talvez ficasse assim essa frase: “Deus me salve e me livre do Acre”.

FORMAÇÃO DO NOVO MUNDO:



— Que desaforo ! Mandarem mulheres para o Acre... lá para os confins do Judas, onde o diabo perdeu as botas !... Pouca vergonha ! Pois não basta irem os homens ?
 — Não, minha filha, não basta ! Aquillo é um novo Paraíso : já está cheio de Adões... só faltam as Evas... Si ellas não forem — babão ! — lá se vai o mundo da borracha por agua abaixo...

Charge 08 – O MALHO. *Formação de um novo mundo*, 10/12/1904, ano III, nº 117, p. 18. Acervo da FBN.

É esse Acre que no alvorecer do século XX, território recém incorporado ao mapa geográfico nacional, aparece em muitas das representações mentais de autoridades, jornalistas e populares com um lugar distante, vazio, atrasado e carente de civilização. Os banidos para esse lugar de má reputação são simetricamente também apontados como pessoas dotadas de múltiplas negatividades e

⁵⁰⁸ In PIERONI, 2000, *op. cit.*, p. 249.

nocividades. Juntam-se então corpos de sujeitos recalcitrantes com um lugar em muito já mal afamado, para daí moldarem um “Novo mundo” distante, conforme expressa o fictício diálogo, mas crível de ter ocorrido — portanto verossímil —, entre duas senhoras inserido na charge anterior (*charge 08*).

O tom sarcástico pauta toda a conversa, onde o tema central gira em torno dos desterrados ocorridos para o Acre. E toca num ponto pouco abordado pelo governo e pelos jornais da época: a ida de mulheres entre os banidos para o Acre, localizados “lá para os confins do Judas, lá para onde o diabo perdeu as botas!”, conforme expressa o diálogo. Eram homens e mulheres fundando um novo “paraíso”, destino para o qual ninguém queria ir a não ser por interesses bem focados ou por obrigação. Nessa perspectiva do semanário e do chargista, só havia “Adões” e “Evas” compulsórios na formação daquele “mundo da borracha”. A ironia como figura de linguagem invertida é clara: essas pessoas foram expulsas não *do* paraíso, mas expulsas *para* o “paraíso”: ou melhor, o anti-paraíso que seria o Acre. Confinados e isolados longe dos seus lares, dos parentes, dos amigos, da cidade e de possíveis defensores de suas causas. Todos apartados compulsoriamente das suas redes de sociabilidades humanas e espaciais, para um lugar onde tudo seria novo e diferente.

Nesse aspecto, ocorre outra situação que carrega semelhanças com àquela encontrada pelos degredados de outrora, vindos de Portugal para as terras do Novo Mundo: de ao chegarem ao destino do expurgo portarem permanentemente o estigma de desterrados. As observações de Geraldo Pieroni, em sua obra *Banidos*, podem ser pensadas como homologias pertinentes para o caso dos desterrados republicanos neste ponto a seguir, ao dizer que “os horizontes da nova terra que o recebe aceitará mal aquele que vem condenado (...) ele é sempre suspeito de malefícios e estará sujeito à represália popular”⁵⁰⁹. Se não havia a condenação jurídica para os desterrados republicanos, havia a condenação política, social e moral que passaram a carregar junto de si onde quer que estivessem após terem sido internados nas *regiões do Acre*.

Como no passado, as expulsões para plagas distantes foram também justificadas e vistas como possibilidades de regeneração para aqueles desterrados pela república. A alusão é clara nesta matéria publicada no jornal *O Paiz*, escrita pelo já citado autor de pseudônimo Pangloss, nome que remetia claramente a

personagem de Voltaire na obra *Cândido*, cujo otimismo era marcado pelo tom exacerbado, afirmando sempre que tudo estava bem quando na verdade estava mal. Vejamos o que diz o Pangloss republicano:

Como os criminosos portugueses do tempo da Colônia eram degredados para esta terra virgem dos Brazis, vão elles para as do Acre. Os degredados portugueses do século XVI não foram infelizes no Brasil: é de supor que os do século XX não o sejam no Acre, onde a borracha anda aos pontapés e não reclama nenhuma aptidão especial para enriquecer os que a procuram. Não desanime, os degredados! **Com coragem, resignação e a borracha do Acre, auguro lhes o mais brilhante destino**⁵¹⁰. [grifos meus].

Outra vez o termo degredo é utilizado em escritos de época para nomear o que de fato era desterro, demonstrando que pareciam permanecer arraigadas no imaginário social as práticas e seus significados de outrora como *memórias herdadas*⁵¹¹ e que buscavam, naquele momento, reavivar na memória coletiva os referenciais do passado para explicar tais medidas. A comparação claramente procura estabelecer paralelos entre lugares, práticas e pessoas, mesmo que distantes no espaço-tempo e derivadas de outro contexto histórico e social. Nesta aproximação por comparação o Acre seria o Brasil quatro séculos depois, marcado também por ser concebido *a priori* como uma terra virginal, distante e despovoada, um espécie de *Novo Mundo* para o Brasil. Os desterrados do século XX também são comparados aos degredados de antes, no que toca ao caráter e a vida afirmada como dissoluta e pautada pela criminalidade.

Enfim, eram homens e mulheres desviados da “ordem” e motivos de preocupação constante para as autoridades. E se não serviam na metrópole, serviam para povoar e desbravar as possessões territoriais distantes conforme alega o governo. O Brasil colonial foi terra de degredo; o Acre, território incorporado em 1903 e administrado pela União como Território Federal⁵¹², torna-se preferencialmente terra de desterrados na primeira década do século XX com a República. Eis aí a alusão que o articulista procura estabelecer para justificar as

⁵⁰⁹ *apud* PIERONI, 2003, *op. cit.*, p. 24.

⁵¹⁰ O PAIZ. **O dia**, 29/11/1904, ano XXI, nº 7.357, p. 02. Acervo da BPP.

⁵¹¹ POLLAK, M. “Memória e identidade social”, pp. 200/212. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

⁵¹² Sobre o período territorial (1903-1962) e de unificação departamental (1921) do Acre ver: SILVA, 2002, *op. cit.*

medidas tomadas pelo governo. Dois mundos diacrônicos são colocados em paralelos: em ambos os expulsos das metrópoles são internados em terras virginais com o intuito de que ali servissem de braços na exploração econômica, fossem úteis e se regenerassem.

Difícil ainda imaginar os desterrados para o Acre tendo um “brilhante destino”, conforme deseja o autor do artigo publicado n’ *O Paiz*, dada a forma como ocorreram aqueles desterramentos, as motivações que estavam ligadas a tais práticas e a maneira como chegaram ao destino que lhes foi reservado na *pátria dos proscritos*. Pode-se considerar que os pouco mais de dois milhares de sujeitos desterrados em 1904 e 1910, eram homens e mulheres que também “levavam a dolorosíssima missão de desaparecer”⁵¹³ quando foram condenados ao expurgo na *Sibéria tropical* acreana e amazônica. Desde muito a região era vista como uma espécie de prisão sem muros e sem grades, percebida como um local adequado aos recalcitrantes, por ser considerada uma localidade remota, distante, *vazia de civilizados*. Portanto, era a extrema fronteira e o rincão derradeiro do território nacional sem *cultura* constituída e sem está plenamente inserido *história nacional*.

Diante de tais questões, cabe fazer alusão à análise do geógrafo Carlos Reboratti, anteriormente já referenciado nesse texto. Diz ele que determinadas características de expansão da *fronteira potencial* de cunho econômico-extrativista, como foi o caso do Acre em particular e da Amazônia de forma geral, são marcadas pela ocupação de áreas pouco povoadas e de baixa ação antrópica. Essas particularidades levam muitas vezes a construções e representações em torno do lugar, assim por ele definidas:

Esta es la etapa en que la frontera adquiere algunas características mitológicas: sus riquezas son exageradas, sirve de refugio a marginados sociales, tanto reales como imaginarios, es vista como una tierra de promisión por algunos y como una maldición por otros, adquiere, en suma la atracción de lo misterioso, de lo desconocido. Si a esto le sumamos la fragmentaria e deformada información proveniente de los frentes extractivos, la lucha contra los factores naturales, la brutal explotación humana, nos es de extrañar que esta fase sea fuente de inspiración para la creación literaria⁵¹⁴.

⁵¹³ Tomo por empréstimo a expressão de Euclides da Cunha, quando ele se refere aos milhares de nordestinos pobres que fugiam da seca do sertão para o litoral e depois expulsos das capitais do nordeste, rumam para a Amazônia no final do século XIX. CUNHA, 2000b, *op. cit.*, p. 130.

⁵¹⁴ REBORATTI, *op. cit.*, p. 10.

Mitos e realidades se sobrepõem nesse processo em que se amalgamam tipos sociais, lugares e valores que se encontram e confrontam na *fronteira potencial*. Certos aspectos são superdimensionados e deformados, de forma positiva ou negativa, e daí surge o novo e o diferente, o real e o imaginário e outras ambivalências possíveis. A Amazônia brasileira — nessa perspectiva — tornou-se por definição uma especial fonte de inspiração para a criação literária daqueles que a ela se dirigiram com intuito de mostrá-la, nas suas múltiplas dimensões, através das suas penas. Porém, sem deixar de perpassar em todas essas escritas uma espécie de “estética do sublime e do arrebatamento frente à grandiosidade da natureza”⁵¹⁵.

Predomina então um recorrente “realismo naturalista como chave estética de representação literária da Amazônia no Brasil”⁵¹⁶ na virada do século XIX para o XX, nas mais variadas obras que tem como temática o *mundo dos seringais* ou assuntos próximos e correlatos. Incluo aqui, sem esgotar ou fazer escolhas de gêneros literários, apenas obras e autores que nasceram e/ou viveram na Amazônia, cujos enredos ou obras são coevas ao período dos destierros: *À margem da história* e *Contrastes e confrontos*, Euclides da Cunha; *Amazônia misteriosa*, Gastão Cruls; *Coronel de barranco*, Cláudio de Araújo Lima; *A Selva*, Ferreira de Castro; *Deserdados*, Carlos de Vasconcellos; *Inferno Verde*, Alberto Rangel; *Os seringais*, Mário Guedes; *Ressucitados e Na planície amazônica*, Raimundo Moraes; *Terra de Icamiba*, Abguar Bastos, entre outros.

Nessa atração do misterioso e desconhecido, ao mesmo tempo em que a região era percebida como o “paraíso perdido” por Euclides da Cunha, pois lá se mostravam para ele as “primeiras páginas do Gênesis”, também era o “inferno verde”, como aparece no conto de Alberto Rangel⁵¹⁷ e muitos outros cronistas do que grosso modo chamarei aqui de “literatura regionalista”, mas também já chamada de *literatura do seringal*⁵¹⁸. Numa perspectiva a natureza é positivamente vista como espelho e obra do criador; ainda virgem, infantil e intocada, não preparada para receber o homem. Noutra, um lugar de vícios, sem a lei formal dos homens

⁵¹⁵ MURARI, L. “A angústia do exilado: o sentimento do sertão na alma brasileira”, pp. 187/262. In _____, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 197.

⁵¹⁶ HARDMAN, F. F. **A Vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 28.

⁵¹⁷ A obra deste autor chama-se **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas** e foi publicada em 1908 com prefácio de Euclides da Cunha.

⁵¹⁸ O termo é usado por GUILLEN, *op. cit.*

vigorando, sem a presença do Estado brasileiro e um lugar onde a natureza a todo instante estava em oposição ao ser humano. Enfim, um inferno imenso em que vigorava uma espécie de “estado de natureza” e onde as normas do Contrato não tinham chegado ou eram muito frágeis. Em suma, uma sociedade ainda “à margem da história”.

Ou seja, em ambos os casos predomina uma leitura ambígua e dicotômica da Amazônia, dos seus mistérios, dos seus mitos e do caráter das pessoas que ali viviam. Um espaço por excelência da alteridade e visto de fora comumente como atrasado e bárbaro. Uma imagem que talvez encontre similaridade com a visão pré-moderna, muito comum na Europa cristã, e trazida com ao Novo Mundo, de assentar o inferno ou o paraíso em terras ditas remotas e virgens⁵¹⁹. Uma dualidade de longa duração, que opõe civilização à floresta, pois nessa tradição as florestas sempre foram vistas como lugar de dubiedades⁵²⁰ e de desconfianças.

Nessa perspectiva, como complemento, cabe citar algo já ressaltado pelo historiador Philip Curtin (*apud* Grove) quando fala da tendência às comparações que os navegantes europeus estavam tentados a fazer em relação aos primeiros contatos com o desconhecido Novo Mundo americano:

The experience of travel in the tropics presented Europeans not only with hazardous environments but with landscapes that were as unfamiliar climatically as their peoples, plants, animals, soils and landforms. This unfamiliarity invited comparison and description, framed primarily in terms of the differences of these landscapes from those of Europe⁵²¹.

Esta tendência comparativa estava alicerçada em um universo mental complexo, que trazia elementos cristãos e mitológicos compartilhados havia muito tempo pelos europeus e que os viajantes não custaram em associar às terras do Novo Mundo a partir dos primeiros contatos. Algo captado e evidenciado com acuidade por Sérgio Buarque de Holanda na sua obra *Visão do Paraíso*. E em sentido mais específico, esse autor nos fala da disseminação da crença do *Paraíso*

⁵¹⁹ Ver GEREMEK, 1995, *op. cit.*

⁵²⁰ Para acompanhar a historicidade desta visão dualista, ver: HARRISON, R. P. **Forests: the shadow of Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1993; e, LE GOFF, 1989, *op. cit.*

⁵²¹ In GROVE, R. **Green imperialism: Colonial expansion, tropical island Eden and the origins of environmentalism, 1600-1860**. London: Cambridge University Press. 1995, p. 31. Tradução: A experiência de viajar nos trópicos apresentou-se aos europeus não só com ambientes perigosos, mas com paisagens que não lhes eram familiares climaticamente aos seus povos, plantas, animais, solos e paisagens. Esta falta de familiaridade leva-os a comparações e descrições, principalmente, em

terreal situado na orla oriental do mundo, cujos argumentos eram apoiados “em escritos de teólogos antigos e modernos, a favor da crença dos que situassem o sagrado horto no coração do Brasil, e de preferência na Amazônia”⁵²².

Além dessa concepção inicial dotada de tom edênico, em fins do XIX e início do XX creio que passa a prevalecer uma visão menos edulcorada em relação à Amazônia. Prepondera um discurso em que a natureza amazônica é superlativizada: grandiosidade que encapsula o homem; recursos naturais superdimensionados que geram cobiças sem par; “vazios” demográficos e perigos “naturais” (doenças endêmicas e animais ferozes) que engolfam e vitimizam os adventícios. Dentro deste contexto misterioso e pouco agradável, a floresta seria então uma mãe severa e disciplinadora para aqueles filhos rebeldes e enfeitados da nação que foram desterrados. Filhos que seriam “polidos” nas suas brutesas pela natureza, amaciados pelas dificuldades de adaptação que a floresta tropical ofereceria ou feneceriam diante das agruras onipresentes para aqueles que também chegaram sem serem convidados.

Para os sobreviventes adventícios nacionais restava o exílio na “própria” terra, num local afastado e desconhecido que paradoxalmente também era uma “outra” terra para eles. Os defensores do expediente dos desterrados para a Amazônia procuravam passar a ideia de que somente por meio de um trabalho rigoroso e severo em um local adverso é que aqueles identificados como homens rudes e mulheres licenciosas, teriam a oportunidade de abrandarem suas brutesas e práticas condenáveis pelo olho do poder civilizatório e policaresco que se irradiava a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Compreender este “outro lugar”, tanto simbólico quanto real, ajuda-nos a juntar os fios desta trama que aqui se desenrola e contribui também para tentar capturar essas impressões a partir dos olhares de alguns homens do passado, de contemporâneos daquela época. Um relato de viagem intitulado *Do Rio ao Acre*, publicado no jornal *O Paiz* em quatro partes, talvez seja a síntese do que foi afirmado acima. São impressões de um homem “daquele tempo”, um engenheiro e oficial militar chamado Annibal Amorim que no final de 1909 fez esse trajeto que intitula a série de artigos por ele escritos. O trecho de Manaus ao Acre, segundo seu

função das diferenças dessas paisagens com aquelas da Europa. Para o caso específico da Amazônia ver: GONDIM, *op.cit.*; UGARTE, *op. cit.*,

⁵²² HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, p. 173.

relato, demorou 23 dias, mas que lhe pareceram 23 anos. E complementa afirmando que “aquele estado [*Amazonas*] é ainda uma espécie de Sibéria para muita gente”⁵²³. Sustenta ainda aos leitores do seu relato de viagem não conhecer nenhuma experiência comparável à sua, por ele assim definida de forma grandiloquente e excessiva: “nada mais estúpido e brutificador que uma viagem no interior da Amazônia, realizada assim, no meio de uma sociedade de 04ª ordem. (...) se Dante fosse vivo e percorresse esta paragem, talvez acrescentasse mais um capítulo a última parte da *Divina Comédia*”⁵²⁴.

E é para a parte mais distante desta *Sibéria*, que esse cronista alude como algo não descrito pelo poeta Dante na *Divina comédia*, que os desterrados foram enviados com a finalidade de desaparecerem e não causarem mais o estranhamento e as preocupações que suscitavam nas autoridades e nas elites cariocas. Um lugar em que, na classificação daquele engenheiro militar, se situava uma sociedade para além ou aquém das franjas daquilo que ele, e muitos outros, acreditavam ser algo civilizado. É sabido que a última parte da obra do poeta florentino trata do paraíso e não do inferno. Se aquele militar não se equivocou, ele ao fazer tal alusão buscava mostrar o contraste entre a selva não domada pelo homem, virginal e genésica, caldeada por uma sociedade forasteira e mestiça de pessoas das piores espécies ali convivendo de forma, digamos *dantesca*.

Mas do que a natureza, o homem amazônico é considerado parte de uma sociedade atrasada em todos os aspectos: material, cultural, econômico e social. Um juiz chamado Carlos Domício Toledo, que trabalhara no Acre poucos anos antes dessa viagem de Amorim, sintetiza bem essa representação comparativa ao dizer que “o Rio de Janeiro é o grande centro civilizado do Brasil, onde nada falta. O Acre é o degredo do Brasil, onde nada existe de creado”⁵²⁵.

5.3 – Os desterrados em terras acreanas: crimes e máculas do desterro

Nessas considerações anteriores, procurei dar ênfase para alguns aspectos relativos a formação do Acre e que envolvem alguns discursos construídos acerca dessa região e da Amazônia, sejam eles reais e imaginários. A partir de agora,

⁵²³ O PAIZ. *Do Rio ao Acre*. 27/11/1910, ano XXVI, nº 9.549, p. 02. Acervo da BPP.

⁵²⁴ *Idem*.

torna-se o momento de apresentar alguns aspectos de ordem específica, no tocante aos desterrados em terras da região acreana. Para tanto, fiz uso prioritariamente de documentação jurídica, de jornais e de relatórios oficiais. Esse conjunto permitiu trazer a tona dois casos envolvendo os desterrados e a justiça em terras acreanas. Se esses dois casos são ínfimos em relação ao número total de desterrados enviados em 1904 e 1910, eles se tornam representativos para o contexto da presente pesquisa. Isto porque mostram de alguma maneira como se deu a inserção social desses desterrados em terras acreanas, que tipo de atividades realizavam e que preconceitos carregavam ao ali se estabelecerem. Mais do que a quantidade, a qualidade das fontes no seu aspecto historiográfico nos diz muito sobre aqueles desterrados e os desterrados desembarcados na Amazônia acreana.

Essa documentação me permitiu “olhar sob os ombros”⁵²⁶ de delegados, escrivães, juízes e promotores para daí lançar um olhar que pudesse trazer a lume algumas questões relacionadas às vidas desses desterrados no momento em que entram em conflito com a lei em terras acreanas. Dois são os casos que tratarei a seguir, entre aqueles mais de mil desterrados do Rio de Janeiro em fins de 1904. No primeiro deles temos como acusado o auto-declarado “barbadiano” Lycurgo Álvaro de Carvalho; o segundo trata do acusado carioca Saul Ovídio.

5.3.1 – Lycurgo Álvaro de Carvalho, Xapuri – Acre, março de 1910

Em 1910 a cidade de Xapuri (*foto 07, a seguir*) era um importante entreposto comercial do Departamento do Alto Acre, cuja economia gravitava em torno da borracha produzida nos seringais circunvizinhos e que dali era exportada para as praças de Belém e Manaus, algo comum aos povoados acreanos que foram se estabelecendo às margens dos rios⁵²⁷. Próximo da fronteira com a Bolívia, o vilarejo na época em que as terras do Acre pertenciam à república andina era chamado por eles de Mariscal Sucre e foi nessa localidade que numa quarta-feira, em 02 de

⁵²⁵ A obra chama-se *Organização judiciária do Território do Acre*, de 1907. Apud COSTA, F. P. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal – 1904/1918**. Rio Branco: Edufac, 2005, p. 109.

⁵²⁶ A expressão é tomada por empréstimo do historiador italiano Carlo Ginzburg quando afirmou que, ao lidar com processos da inquisição medieval durante suas pesquisas em arquivos, lançava um “olhar por sobre os ombros dos inquisidores”. Cf.: GINZBURG, C. **A micro – História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

março de 1910, ocorreu um assassinato envolvendo dois acusados como réus: Lycurgo Álvaro de Carvalho e Paulino Gomes da Silva. Lycurgo, apelidado de Preto Lycurgo, era um dos desterrados que o Governo Federal em 1904 mandara para o Acre e é então apresentado como co-autor da morte de José Casimiro⁵²⁸.



Foto 07: vista parcial da vila de Xapuri (Departamento do Alto Acre), por volta do ano de 1906. *In* FALCÃO, E. **Álbun do Rio Acre (1906-1907)**, p. 152.

Por irrisão do destino, na margem esquerda do rio homônimo que banha Xapuri existia à época uma localidade chamada Sibéria (ver *foto 02*, em anexos). Hoje, Sibéria é um bairro da cidade de Xapuri, mas quando Lycurgo lá chegou era apenas um local utilizado como arreararia para cargas, animais e trabalhadores provenientes do Seringal Bosque⁵²⁹ e do seringal Sibéria (pertencente a firma J. Soares & Sobrinhos), sendo daí a origem mais provável do nome que batiza o lugar. De certa forma, e por vias inusitadas, pode-se dizer que Lycurgo de fato conheceu no Acre a Sibéria.

⁵²⁷ Um conjunto de informações, que trata de forma concisa sobre a formação de Xapuri pode ser encontrado em: COSTA, A. L. **Madeira que cupim não rói: Xapuri em arquitetura – 1913/1945**. Rio Branco: Edufac, 2010; ver ainda CASTELO BRANCO, *op. cit.*, p. 141.

⁵²⁸ Paulino Gomes da Silva & Lycurgo Álvaro de Carvalho, inquérito já citado.

⁵²⁹ SOUZA, C. A. (org.). “Formação histórica do bairro Sibéria”, pp. 30. 36. *In* XAPURYS, Rio Branco: Departamento de História/UFAC, nº 01, out/1995.

Um ano após esse crime, o jornal xapuriense *Correio do Acre*, em fevereiro de 1911, quando soube que o Governo Federal pretendia⁵³⁰ novamente enviar como desterrados para o Acre uma leva de prisioneiros detidos em virtude do estado de sítio decretado após a revolta dos marinheiros, em fins de 1910, rememora sobre aqueles que foram enviados após a *Revolta da Vacina* seis anos antes e lança um alerta grave a partir do exemplo anterior:

Consta virem com destino a esta localidade, no vapor *Cabral*, mais de 400 homens degredados do Rio de Janeiro, vadios, vagabundos e larápios que o governo enxovalha derramando no território a lia da população da capital federal. E verdade que alguns destes homens trasladados do meio propício em que polulam nas grandes aglomerações urbanas, se modificam e se regeneram, mas a maioria deles conserva seus hábitos ignóbeis e ferozes instintos. Da remessa de 1905, tivemos aqui alguns, verdadeiros facínoras e toda gente se lembra do incorrigível Voador, que mais de um delicto perpetrrou e do sinistro preto Lycurgo que colaborou com o assassinato de um homem na rua mais populosa desta cidade. Vamos ter infecção em nosso meio, quiçá mais perigosa do que a varíola⁵³¹.

Para o jornal, as más proezas de Lycurgo e do “sinistro” Voador iriam ser repetidas, em escala talvez muito mais grave, caso se confirmasse a chegada de mais um montante de desterrados naquela cidade. A “salubre” Xapuri, decantada pelo jornal em seus anseios higienistas, parecia estar prestes a sofrer uma nova “infecção social”. Mas por questões que independeram da vontade dos moradores e das autoridades locais, o navio *Satellite* desviou sua rota original e seguiu de Manaus para Santo Antônio do Madeira. No *capítulo IV* já foi feita a devida explanação acerca dos motivos pelos quais o vapor *Cabral* não foi viabilizado e partiu para o Acre com uma nova leva de desterrados, considerados como sendo a “lia da população da capital federal”. Interessante perceber que sete anos após a *Revolta da Vacina* e um ano após o assassinato de José Casemiro, a lembrança sobre a presença dos desterrados em Xapuri é avivada pelo jornal local com a alusão ao crime no qual se envolveu Lycurgo de Carvalho. Ênfase também dada às consequências ruins da presença de tais pessoas naquela sociedade, que se repetiria novamente caso fosse confirmada a chegada de uma nova turma de renegados.

⁵³⁰ As questões envolvendo a mudança de planos acerca do envio dos desterrados do navio *Satellite* para o Acre, após a parada em Manaus, já foram devidamente discutidas no *Capítulo IV*.

⁵³¹ CORREIO DO ACRE. **Vagabundos**, 12/02/1911, ano II, nº 23, p. 01. Acervo da FBN.

Através da documentação disponível não é possível saber se a vítima e o outro acusado do referido assassinato eram também antigos desterrados, tal como Lycurgo de Carvalho. Se fossem, certamente o jornal *Correio do Acre* não se furtaria de explicitar informação tão importante. O outro denunciado era Paulino Gomes da Silva, natural de Pernambuco e que nos autos de prisão e qualificação disse ter 33 anos, casado, sabendo ler e escrever e trabalhar como talhador de carne na cozinha do hotel Casa Branca, de propriedade do português Joaquim Antônio, vulgo Periquito. Diante do delegado ele alegou que estava na casa de uma mulher chamada Bibiana, participando de um jogo de cartas juntamente com José Casemiro e outras pessoas, quando com este último teve uma “ligeira altercação, dando-lhe uma pancada na mão com uma bengala de junco”. Nesta ocasião, disse ele ter a vítima lhe afirmado que “não queria briga por se achar desarmado”. E que, pouco tempo depois, ele estava encostado à porta dos fundos da casa de Bibiana quando foi surpreendido por José Casemiro que avançava em sua direção em posse de um punhal, desferindo-lhe um golpe que acertou o seu braço direito.

Conta Paulino Gomes que de imediato desceu correndo pelo quintal da casa e mesmo assim fora alcançado por José Casemiro. Nesse momento ambos caíram em luta pelo chão, quando nessa ocasião apareceu Lycurgo com uma arma de fogo e tendo puxado Casemiro deu-lhe dois tiros a queima-roupa. Nesse instante, diz Paulino, procurou livrar-se de Casemiro que ainda estava vivo e caído sobre seu corpo, mas a vítima recebeu um terceiro tiro dado pelo mesmo Lycurgo. Segundo Paulino, a vítima teria pronunciado as seguintes palavras após receber o último e fatal tiro: “mataste-me negro desgraçado”. Lycurgo então teria saído em fuga com a arma do crime nas mãos.

Mas Lycurgo logo foi detido e encaminhado à delegacia de polícia, onde também prestou depoimento e deu sua versão, conforme consta nos autos. Foram feitas as perguntas de praxe e Lycurgo respondeu não saber precisar sua idade, que era analfabeto, solteiro, filho de Júlia de Carvalho e Álvaro de Carvalho, natural de Barbados e tinha como profissão a atividade de jornaleiro (trabalhador avulso, diarista). A informação intrigante é o fato de Lycurgo afirmar ter nascido na ilha caribenha de Barbados nos três momentos em que presta testemunho: duas vezes perante o delegado e outra diante do juiz.

Antes de continuar como o depoimento de Lycurgo, cabe fazer um parêntese necessário aos aspectos relacionados à essa sua reiterada afirmação. O

arquipélago caribenho de Barbados começou a ser colonizado pela Inglaterra em meados do século XVII e recebeu muitos degredados, principalmente irlandeses e em menor número escoceses e ingleses⁵³². Essa ilha estava tão identificada com os expurgos feitos pela Inglaterra que o termo “barbadejar” significava embarcar alguém à força para Barbados⁵³³. Alguns aspectos mesmo distantes no tempo se assemelham em muito com os desterrados do Brasil republicano, tanto nos métodos quando nas concepções ideológicas envolvendo sujeitos e lugares. Fora isso, é pouco provável que Lycurgo tenha realmente nascido na ilha barbadiana, conforme atesta quando indagado sobre o local de nascimento. Algumas evidências vão nessa direção: seus pais chamavam-se Álvaro e Joana, nomes distantes de um padrão barbadiano de nomenclatura. E se darmos crédito às afirmações de Lycurgo, ele teria nascido por volta de 1889/1900 e teria vindo para o Brasil ainda muito jovem. Por que uma família de negros barbadianos libertos desde 1834 viria para o Brasil de um passado recém escravista, mas que conservava ainda muito vivas discriminações imensas contra pessoas de cor como o *preto* Lycurgo?

Acredito que a resposta para essa questão encontra-se na própria Amazônia que Lycurgo forçosamente conheceu quando foi desterrado. Em 1907, pouco tempo depois de Lycurgo chegar ao Acre, começou a ser construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia⁵³⁴, e certamente disso ele teve conhecimento. Ali, entre 1907 e 1912, trabalharam ao todo mais de 21 mil operários migrantes, na sua maioria gente estrangeira. Nesse contingente destacavam-se os trabalhadores vindos de Barbados e outras ilhas caribenhas, cuja chegada somente em 1910 aponta para 2.211 pessoas transplantadas daquela ilha⁵³⁵.

Para não alongar muito, creio que é mais plausível admitir que Lycurgo, sabedor dessa história, ao ser preso forjou uma nova procedência para si — e tenta apagar o fato de ser um desterrado — num lugar onde ser estrangeiro não era nada tão estranho. Não eram só bolivianos e peruanos, havia no Acre muitos espanhóis,

⁵³² Ver: LINEBAUGH, P. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”, pp. 07-46. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 06, 1984.

⁵³³ LINEBAUGH, P. & REDIKER, M. **A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 122.

⁵³⁴ HARDMAN, F. F. **Trem fantasma: a Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras: 2005; FERREIRA, M. R. **A Ferrovia do diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

⁵³⁵ FERREIRA, M. R. *op. cit.*, p. 212. Sobre a presença de caribenhos e descendentes em Porto Velho, ver: MENEZES, N. “Gênero e religiosidade em uma comunidade caribenha de Rondônia”, pp.

portugueses, italianos, libaneses, sírios e gentes de outras nacionalidades em conexões diversas e inesperadas, territorializando e sociabilizando *com* e *no* lugar. Sem falar em Santo Antônio e Porto Velho, onde o exagero de alguns aponta para ter existido “de cada nacionalidade representante na construção da estrada”⁵³⁶. Barbadiano ou não, Lycurgo lançou mão de uma nova identidade para si numa região onde predominava um universo de misturas entre pessoas desenraizadas e deslocadas, amalgamando verdadeiras *zonas de contatos*⁵³⁷ culturais nas quais e com as quais ele também passou a interagir ao ali chegar. É inclusive muito provável que Lycurgo tenha estado antes do aludido crime na região onde estava sendo construída a EFMM, pois era relativamente fácil chegar lá partindo do Acre pelo rio Abunã e daí saindo no rio Madeira. E Lycurgo, por ser trabalhador “a jornal”, como ele diz, podia se deslocar livremente na região acreana e seu entorno. Essa circularidade de pessoas, ideias e práticas relacionadas com os deslocamentos forçados já foi realçada no contexto do degredo colonial por Laura de Mello e Souza⁵³⁸. Os desterrados republicanos, de alguma forma, eram portadores dessas mesmas características dadas pelos contatos.

Voltando a Lycurgo, a princípio seu depoimento não contrasta com as informações dadas por Paulino, até a hora em que este cai no chão em luta corporal com a vítima José Casemiro. Daí em diante as versões de ambos começam a tomar outro rumo. Diz Lycurgo que viu Paulino puxar um revólver, enquanto estava atracado com Casemiro, e dar-lhe dois tiros. Nesse instante, Lycurgo afirma ter corrido para separar os dois homens em contenda. Foi quando Casemiro, já ferido, recebeu um último tiro dado por Paulino, que logo em seguida correu em fuga para se homiziar na casa de Bibiana. Ou seja, na parte final dos depoimentos de ambos, cada um procura acusar o outro como sendo aquele quem atirou em José Casemiro.

69-80. Revista **Mandrágora**, volume 16, nº 16. São Paulo: UNIMEP, 2010; LOPES, E. R. *Alto do Bode: um bairro de “barbadianos” em Porto Velho-RO*. Mimeo, Porto Velho, 1992.

⁵³⁶ FERREIRA, *op. cit.*, p. 211. Porém, de forma mais criteriosa, a lista de óbitos por nacionalidade dos trabalhadores da estrada aponta para pessoas falecidas de 38 diferentes países, excluindo aí os de nacionalidade desconhecida. Cf.: HARDMAN, 2005, p. 166.

⁵³⁷ PRATT, M. L. **Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999. A autora usa essa expressão para se referir aos “espaços sociais onde culturas díspares se encontram” de forma tensa e conflitiva, muitas vezes “perpassadas por circunstâncias de coerção e desigualdade”, pp. 27 e 31. Os exemplos de maior relevo dado pela autora são derivados do colonialismo e do escravismo, mas podemos pensar o termo para situações como essas encontradas no Acre e na região do entorno no início do século XX: desterrados, trabalhadores nacionais e estrangeiros, indígenas, militares e autoridades civis em interações das mais variadas.

⁵³⁸ SOUZA, L. M. **Inferno Atlântico – demonologia e colonização, séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Essas são as versões dadas pelos dois e únicos acusados. De imediato delegado capitão Durval Antunes da Costa determina a autópsia em José Casemiro e, para isso, nomeia como peritos os práticos Justo Gonçalves da Justa (redator-chefe do jornal *O Acre*) e Telêmaco Coveri, italiano dono da Farmácia Coveri. Eles atestam que não houvera nenhum tiro a queima-roupa e que atingiram a vítima apenas dois tiros de “revólver Smith & Wesson ou semelhante, calibre 32”, um deles acertando-lhe a cabeça e o outro o baixo ventre.

No dia seguinte, 03 de março, Paulino Gomes, já de advogado constituído solicitou ser submetido ao exame de corpo delito pelo ferimento de punhal que disse ter sofrido de José Casemiro. Porém, apresenta para justificar tal pedido uma versão diferente e superdimensionada se comparada como o seu depoimento dado anteriormente ao delegado. Seu advogado, Luiz Barretto Corrêa de Menezes, assim redige o documento ao delegado de polícia: “que [Paulino] tendo recebido um ferimento grave no braço direito na luta em que tivera com os indivíduos José Casemiro e Lycurgo de Carvalho quer submeter-se a corpo delicto”. Ou seja, passa a afirmar que lutara com a vítima e o outro acusado, quando recebeu o que considerava grave ferimento. E ainda, não nomeia desta vez o autor do ferimento de punhal que sofrera no braço. No mesmo dia, à tarde, o requerido exame é feito pelos mesmos práticos que realizaram a autópsia em José Casemiro. Concluem que Paulino sofrera apenas um corte de natureza leve “por instrumento perfuro-cortante de um centímetro de extensão por dois de profundidade” próximo ao cotovelo do braço direito. Ou seja, a gravidade alegada pela defesa não se sustentava diante do laudo.

Como testemunhas do crime ocorrido foram arroladas as seguintes pessoas para serem ouvidas no dia 05 de março, com suas respectivas idades, profissões e naturalidades declaradas: Bernardo Pereira de Almeida, 46 anos, cozinheiro, português; Joaquim Antônio Ferreira (Periquito), 32 anos, comerciante, português; Boaventura de Paula Avelino de Souza, 41 anos, artista, cearense; Manoel Galdino da Silva, 24, anos, cozinheiro, cearense; Abílio José da Silva, 34 anos, jornalista, pernambucano; Francisco José de Freitas, 32 anos, artista, alagoano; Francisco João Affonso, 42 anos, artista, português; José Pordeus da Cunha, 38 anos, cozinheiro, pernambucano; Manoel Ferreira da Cunha, 24 anos, cozinheiro, paraense; Aauto Fernandes Campos, 18 anos, jornalista, potiguar; Francisco

Ribeiro de Souza, 24 anos, artista, amazonense; e, Casemiro Pontes de Medeiros, 25 anos, empregado do hotel Casa Branca, potiguar.

O primeiro depoente, Bernardo Pereira de Almeida, disse que no dia do crime “estava em uma meza de jogo na casa de Bibiana (...) quando ao terminar o jogo, Paulino perdeu uma parada para Casemiro de quem arrebatou o dinheiro travando-se uma discussão entre ambos”. Atesta que Casemiro então sacou de um punhal e seguiu em direção a Paulino, que correu e caiu em seguida, quando foi alcançado por Paulino. Passaram a lutar no chão, ambos disputando o punhal. Foi quando a testemunha diz ter ouvido um tiro e, ao olhar, viu Lycurgo de revólver em punho segurando um dos braços de Casemiro. Depois, a vítima já baleada teria dito a seguinte frase: “aquele negro me matou, atirou-me na cabeça”. Ao ser perguntado se antes da luta tinha visto Paulino armado, respondeu que o viu com “apenas uma bengala, mas que em outras ocasiões o tinha visto armado de revólver”. Mas afirmou que nesse dia viu apenas Lycurgo armado de um revólver.

Em seguida depôs o português Joaquim Antônio Ferreira, proprietário do hotel Casa Branca, apelidado de Periquito e declarado analfabeto. Conta que estava na cozinha de seu hotel quando ouviu as seguintes palavras vindas de fora: “não mate o homem”. Ao sair à rua viu dois homens lutando e reconheceu serem Paulino e Casemiro, onde este último dizia: “eu te mato negro”. E de pronto chegou então Lycurgo de revólver em punho e “disparou a arma em direção aos mesmos e logo depois agarrou em um braço de Casemiro (...) e puxando-o, encostou-lhe o revólver e disparou um tiro”. Periquito atesta que ouviu a vítima então dizer: “me mataste negro, mas conhecestes que sou homem”. Nessa ocasião, disse a testemunha, Paulino e Lycurgo fugiram enquanto Casemiro debatia-se no chão. A vítima foi então levada para a casa/hotel dessa testemunha e, antes de morrer, repetia que os dois fugitivos tinham lhe ferido. Periquito contou também nunca ter visto Paulino andar armado, mas Lycurgo “era costureiro e até mesmo anteriormente tinha visto ele com um revólver Smith & Wesson ou semelhante calibre 32”. Esse depoimento é favorável e atenuante acerca do papel de Paulino no crime, pois Periquito além de dizer que só viu Lycurgo atirar em Casemiro, atesta que era costume o acusado andar sempre armado com um revólver.

Boaventura de Paula Avelino de Souza, outra testemunha, contou que estava na casa de Joanelha quando ouviu “uma detonação e logo depois outra” e ao dirigir-se para a rua “viu nas imediações da casa de Periquito, dois homens ligados

no chão em atitude de quem luctavam”. Em seguida, atesta, deu-se uma terceira detonação “a partir de uma arma que empunhava Lycurgo”. Inquirido sobre rixas entre os envolvidos, o depoente contou que “ouvira dizer que Casemiro desejava medir-se pelas armas com Paulino, a quem se atribuía (*sic*) atos de heroísmo como valentão conhecido”. E que era comum esses dois homens, mais Lycurgo, andarem habitualmente armados pelas ruas da cidade. O fato de pessoas andarem armadas não era uma raridade naqueles tempos no Acre, o específico no caso é a fama de valentes e desordeiros atribuída aos três principais envolvidos no inquérito.

Na sequência da inquirição ocorreram os depoimentos das outras testemunhas e eles não variaram muito daquilo dito pelas outras já citadas. Por exemplo, Manoel Galdino asseverou que também estava na casa de Bibiana como muito outros. Porém, que não viu nenhum dos acusados atirando em José Casemiro. Presenciou apenas o momento em que Lycurgo correu armado em direção à briga entre a vítima e Paulino. Nesse instante, a testemunha garante que se dirigiu para dentro da casa de Bibiana e de lá ouviu apenas os tiros. Só voltou a sair dali após alguns minutos, quando observou José Casemiro sendo carregado já ferido para dentro do hotel Casa Branca, de Periquito. Outra testemunha, Abílio José da Silva afiançou que estava no hotel Casa Branca e ao ouvir dois estampidos, correu à porta e viu naquele momento Lycurgo “segurar em Casemiro e disparar contra o mesmo”.

Já Francisco de Freitas, narrou que no momento da ocorrência estava trabalhando numa oficina, próxima ao local do crime e ao sair para a rua após ouvir barulhos, presenciou Lycurgo dar um tiro na cabeça de Casemiro e na sequência veio Paulino, que disparou outro tiro contra a vítima. Este depoente é o primeiro a inverter a ordem dos tiros recebidos por José Casemiro: afirma que primeiro foi Lycurgo quem atirou; depois Paulino. Diz que ouviu de Casemiro, já no hotel Casa Branca, aquilo que foram suas últimas palavras dirigidas ao médico que o atendia: “Dr. Paulo de Moraes, não deixe os pretos Paulino e Lycurgo fugirem, porque foram eles que me mataram”. Francisco João era outro que estava trabalhando junto com Francisco de Freitas. Esse auto-declarado português e artista, disse não conhecer nem a vítima e nem os acusados, mas viu quando um “preto” atirou em um homem caído ao chão. Pelos depoimentos, sabe-se que tanto a vítima quanto Paulino eram homens negros, juntamente com o Lycurgo que trazia ainda a insígnia de preto desterrado, como relembra o jornal *Correio do Acre*. O realce a cor da pele parece

ser algo destacado como elemento negativo, não importando de onde proviesse: se do jornal, de uma testemunha ou da vítima.

A oitava testemunha foi José Pordeus, também trabalhador do hotel de Periquito, que disse ter presenciado Lycurgo disparar dois tiros em José Casemiro. As duas testemunhas seguintes, também empregadas do hotel Casa Branca, nada acrescentaram de substancial em comparação aos outros depoimentos. A última testemunha a depor é Casemiro Pontes de Medeiros, que trabalhava como cozinheiro no hotel de Periquito. Nessa ocasião ele entrega ao delegado um revólver que diz ter sido dado a ele por Paulino, logo após a luta em que este se envolveu com a vítima e Lycurgo. Embora não esteja claro até onde ia essa proximidade, pode se inferir que Paulino tinha uma rede de relações sociais mais densa que as de Lycurgo na cidade de Xapuri. Muito dos depoimentos lhes são favoráveis e de imediato ele tem um advogado para defendê-lo, o que não ocorre com Lycurgo.

Quando o acusado Paulino Gomes é novamente interrogado, ele admite diante do delegado que a referida arma era mesmo sua e que pedira para que Casemiro Pontes a guardasse. Já Lycurgo de Carvalho, cuja arma apresentada como sua foi encontrada por Hermenegildo Roberto em um matagal no barranco do rio, próximo a casa de Bibiana, local onde a maioria estava no dia do crime, pelo que consta no referido inquérito, também reconheceu ser proprietário do revólver apontado como sendo seu.

Quatro dias depois o escrivão Durval Antunes Costa remete o inquérito à justiça com a seguinte observação sobre o réu Lycurgo: “cumpre-nos informar nestes autos que o acusado Lycurgo é desordeiro incorrigível e reincidente já tendo como tal várias vezes dado entrada na cadeia pública desta cidade”. No dia 15 de março o adjunto do promotor público envia a denúncia contra os acusados ao juiz preparador da Comarca do Alto Acre e lá se diz que “o infeliz José Casemiro também era de péssimo costume má índole”. Enfim, independente dos papéis de cada um dos envolvidos diretos nesse crime, as autoridades locais (policiais e judiciárias) não se furtam de salientar nos seus pronunciamentos que nem a vítima e nem os acusados eram pessoas de bons comportamentos naquela cidade. Lycurgo, por exemplo, carregava a pecha de ser um incorrigível *habitué* da cadeia de Xapuri.

No dia 17 de março o juiz do caso, Albino dos Santos Pereira, convoca os dois réus e mais seis testemunhas, entre as doze que já tinham anteriormente dado depoimentos ao delegado, para as oitavas na justiça. Não obstante muitas

testemunhas afirmarem que o crime aconteceu após uma discussão em uma mesa de jogo que ocorria na casa de Maria Bibiana, ela mais uma vez é “esquecida” como uma testemunha que poderia fornecer pistas importantes sobre a trama envolvendo o crime. Afinal, se havia carteadado com apostas em dinheiro e Paulino arrebatou da mesa os valores ali postos, por que outras pessoas não se desentenderam com ele? Haveria dívidas de jogo entre réu e vítima? Qual o papel de Maria Bibiana nesse carteadado em plena quarta-feira e que atraia tanta gente? Por que Lycurgo se envolveu? Foi algo premeditado entre os dois acusados? São questões não aparecem na documentação criminal porque talvez não tenham despertado interesse nas autoridades em mexer com tais assuntos. Mas parece que a casa de Bibiana, que alguns se referem como pensão, habitualmente era frequentada por diversas pessoas para jogos de apostas, bebidas e outros prazeres não revelados nos depoimentos.

No auto de qualificação perante a justiça o primeiro a depor é Lycurgo de Carvalho que, segundo o escrivão, naquele momento se achava “livre de ferros e sem qualquer outro constrangimento”. Lycurgo começa sua fala reafirmando novamente, desta vez perante o juiz, ter nascido na Ilha de Barbados e, pela primeira vez diz sua idade: 20 anos. Interessante notar que se em março de 1910 ele tinha essa idade, em fins de 1904 quando foi desterrado para o Acre ele teria somente entre 14 e 15 anos de idade. Esse é um aspecto que reforça em muito os relatos de jornais que na época falam dos desterrados de menores, algo que a *foto 05* (p. 169) — já mostrada neste trabalho — também aponta para a mesma direção.

No dia 21 de março, o advogado Luiz Barretto de Menezes tenta desqualificar a denúncia contra Paulino Gomes. Ele afirma que nem todas as testemunhas atestavam ter visto Paulino atirado em Casemiro e que a arma de seu cliente não era um revólver e sim uma pistola. Com isto ele queria deixar subentendido que os tiros recebidos por José Casemiro foram mesmo dados por Lycurgo. E diz que Paulino não poderia “ser pronunciado por falta de provas ou indícios vehementes”. Outro aspecto contestado é sobre o fato de terem sido ouvidas somente seis testemunhas, que o advogado alega como ilegal. E encerra dizendo: “pedimos que seja decretada a nulidade deste processo pelos fundamentos acima expostos, o que tudo se inteira”. Dois dias depois o parecer do promotor João Felipe de Medeiros é de que sejam pronunciados os denunciados Lycurgo e Paulino, pois “a denúncia oferecida contra os réos tem todos os requisitos exigidos pela lei”,

considera ele. Responde as contestações do advogado, garantindo que “se no inquérito policial não há um número limitado de testemunhas para deporem, do contrário é estabelecido para a formação de culpa”. Ou seja, o limite era de seis testemunhas nessa fase posterior das oitivas.

No dia 26 de março é a vez do juiz Albino dos Santos Pereira fazer suas considerações acerca do processo que tem em mãos. Assevera que nenhuma das testemunhas ouvidas foi contraditória e que “os réos são assassinos confessos”. Na sequência faz uma consideração que talvez diga muito sobre a presença dos desterrados no Acre ao dizer que “a população exige a punição como desaffronta a sociedade, e para dar exemplo aos desordeiros, que ainda infestão esta cidade, outrora tão livre desse mao pessoal”. Interessante notar que o juiz aponta para um “antes e depois” de Xapury, que teria piorado e se tornado mais perigosa com a chegada do “mao pessoal”, tal como já apontara o jornal *Correio do Acre* anteriormente citado. Pelo visto ele não se referia apenas à vítima e aos réus, mas talvez até para a presença de outros desterrados ali naquela vila. E então ele finaliza e explicita a decisão judicial da seguinte maneira: “sou do parecer que deve ser julgado procedente a denúncia e pronunciados os denunciados nas penas por ela pedida (...) e sem a menor contestação é aceitável a denúncia, como de fato a aceito”.

Paulino Gomes é então pronunciado no artigo 294⁵³⁹ do Código Penal (inciso 01); Lycurgo de Carvalho por sua vez é incluso nos artigos 63⁵⁴⁰ e 294 (inciso 01). O juiz sugere que ambos sejam condenados em grau máximo das penas constantes nos respectivos artigos penais. A sentença solicitada para Lycurgo foi mais dura, pois além de ser pronunciado como co-autor do assassinato, agiu sem dar chance de defesa à vítima na compreensão do magistrado. Porém, dois dias antes desse pronunciamento do juiz e antes de irem a júri popular, os réus evadiram-se do local onde estavam presos na madrugada do dia 23 para 24 de março. Somente no dia 28 o escrivão Durval Antunes da Costa comunica formalmente ao juiz Albino dos Santos Pereira a ocorrência das fugas de Lycurgo e

⁵³⁹ Artigo 294. Matar alguém: § 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39. Pena - de prisão cellualar por doze a trinta annos. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil.** Disponível em <http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html>, acessado em 24/11/2009.

⁵⁴⁰ Art. 63. A tentativa do crime, a que não estiver imposta pena especial, será punida com as penas do crime, menos a terça parte em cada um dos grãos. *Idem*.

Paulino, justificando que o elemento facilitador foi “devido ao estado de deterioração e a falta absoluta de segurança das prisões existentes no prédio onde a mesma funciona”. Essa escapada dupla foi noticiada pelo jornal xapuriense *Acreano*, cerca de duas semanas após ela ter ocorrido. Eis parte da matéria:

ao despontar o dia do 24 findo mez de março, evadiram-se da cadeia pública desta cidade os perversos assassinos Paulino da Silva e Lycurgo Álvaro de Carvalho, que a tiros de revólver pozeram termo á vida do inditoso José Casemiro, no dia 02 do mesmo mez (...). O sr. Delegado de polícia tendo conhecimento do facto logo pela manhã cêdo, distribuiu com todo cuidado e estrategicamente oito praças na pista dos fugitivos, que infelizmente não foram encontrados até o momento em que escrevemos estas linhas. Havendo suspeitas bem fundadas de que os evasores se encontram a bordo da lancha *Fênix*, aquella autoridade fez seguir nesta embarcação duas praças desfarçadas até a sede da prefeitura deste Departamento a ver se com o auxílio do sr. Coronel Delegado Auxiliar, a quem officiou, consegue a captura dos célebres assassinos⁵⁴¹.

E assim, este processo dorme nas prateleiras da justiça até ser novamente dada continuidade mais de três anos após a fuga dos condenados. No dia 29 de julho de 1913 o escrivão Rodrigo de Carvalho volta a acrescentar algo novo no texto do processo, ao comunicar ao juiz que tinha sido “informado de que os réos neste processo achão-se: Paulino Gomes da Silva em Belém, e Lycurgo Álvaro de Carvalho em Porto Velho, na estrada de ferro Madeira-Mamoré”. A fuga do *barbadiano* Lycurgo de Carvalho para a região do Alto Madeira é sintomática diante do que foi abordado anteriormente.

Dez dias depois o mesmo escrivão afirma ter expedido duas cartas precatórias aos chefes de polícia dos estados do Amazonas e do Pará, requerendo que os réus fossem presos e mandados de volta ao Acre para os respectivos julgamentos. Pelos menos até o dia 29 de abril do ano seguinte os fugitivos não tinham sido capturados, pois as últimas linhas do processo acabam assim: “certifico que assumindo hoje o cargo de escrivão desta comarca, encontrei os presentes autos no estado em que se achavam”. Essas são as palavras do novo escrivão da justiça, que certamente não teve mais tido mais trabalho com esse caso. Lycurgo e Paulino parecem que de fato escaparam não só da cadeia de Xapury, mas das condenações por assassinato.

⁵⁴¹ ACREANO. *Echos da polícia*, 07/04/1901, anno IV, nº 66, p. 04. Acervo da BN.

5.3.2 – Saul Ovídio, Cruzeiro do Sul – Acre, março de 1905

No Departamento do Alto Juruá temos um Inquérito Policial envolvendo a pessoa de Saul Ovídio⁵⁴². Saul Ovídio é indiciado em março de 1905 pelo delegado auxiliar de Cruzeiro do Sul⁵⁴³ (sede do Departamento do Alto Juruá, ver mapas em *Anexos*), tenente Fernando Guapindaia de Souza Brejense. Em portaria, datada de 07 de março de 1905, o delegado justifica a investigação devido “ao facto de Saul Ovídio ter sido preso por estar furtando” e convoca as testemunhas e o acusado para depoimentos formais.



Foto 08: vista parcial de Cruzeiro do Sul, sede do Departamento do Alto Juruá, provavelmente entre os anos de 1907/1908 durante alagação provocada pelo transbordamento do rio Juruá. In BARROS, G. R. Nos confins do extremo Oeste. Tomo I, p. 20.

⁵⁴² Saul Ovídio, inquérito policial já citado.

⁵⁴³ Na verdade, no decorrer das páginas do inquérito policial a localidade onde se passam tais fatos é denominada Invencível e não, Cruzeiro do Sul. Invencível, um antigo seringal, na época era sede provisória da prefeitura do Alto Juruá e onde estava estacionado o 15º Batalhão de Infantaria do Exército brasileiro. O primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, coronel Thaumaturgo de Azevedo (um dos desterrados de 1892) “fundou” Cruzeiro do Sul com ata e salamaleques oficiais em 28 de setembro de 1904 como sede da prefeitura do Alto Juruá. Porém, a capital do Departamento do Alto Juruá só foi elevada a categoria de cidade em 31 de maio de 1906, através de Decreto nº 34 do mesmo Thaumaturgo de Azevedo. Cf.: SILVA, J. A. F., *op. cit.*; Ver também o Decreto nº 08 que “transfere a sede provisória e dá nome á definitiva”. AZEVEDO, 1905, *op. cit.*, p. 175.

Essa investigação foi pedida pelo prefeito interino do Departamento do Alto Juruá, Flávio Alves de Mattos Pitombo, após receber denúncia do engenheiro da prefeitura Sulpício Salles Cordovil, ainda no dia 04 de março. A denúncia formalizada primeiramente ao prefeito e depois remetida por este à autoridade policial diz o seguinte: “faço-vos apresentar o deportado (*sic*) de nome Saul Ovídio que foi apanhado por dois outros em flagrante delicto de gatunagem de objetos pertencentes as ditas testemunhas e tendo sido preso pelo soldado de ronda ainda se portou insubordinadamente”.

Após tomar ciência do fato é assim que o chefe do executivo municipal se dirige ao delegado auxiliar, no mesmo dia 07 de março: “remeto a parte dada (...) contra o deportado Saul Ovídio (...) para punir o delinquente de acordo com a lei”. Interessante notar que mesmo antes das oitivas do inquérito, Saul Ovídio é de antemão classificado como delinquente pela autoridade municipal, que pede punição de imediato. Outro aspecto importante, que talvez complemente e reforce a ideia de culpabilidade creditada pelo prefeito é o fato, por ele ressaltado, de Saul Ovídio ser um deportado⁵⁴⁴ (*sic*) da leva de expurgados por consequência da revolta de 1904. No entanto, o rito policial é levado adiante e no mesmo dia é expedido um ato denominado *Fé de citação*, onde são convocadas as seguintes pessoas: Saul Ovídio (acusado); Manuel Irênio Pessoa; Antônio Ferreira; Antônio Joaquim da Silva e Ozias de Araújo Lima, todos eles como testemunhas de acusação.

Nesse mesmo dia Saul Ovídio é o primeiro a depor diante do delegado, e também tenente do exército, Fernando Guapindaia. O acusado é brevemente descrito no documento como tendo “presumíveis trinta anos”, solteiro, natural do Rio de Janeiro, ajudante de padeiro e “residente em Cruzeiro do Sul como deportado”. É de se imaginar que, talvez exceto pelo fato de ser identificado como deportado, as outras informações tenham sido dadas pelo próprio Saul Ovídio. O que reforça a tese de que os desterrados carregavam intrínseca e permanentemente, como uma mácula, o fato de *serem* desterrados e não, *terem* sido desterrados.

⁵⁴⁴ Nos capítulos anteriores creio já ter ficado clara as distinções entre termos como *banimento*, *degredo*, *desterro* e *deportação*, tanto nos suas dimensões históricas, jurídicas e semânticas. Porém, como já foi esclarecido, no universo mental e senso comum do período não havia essa nitidez estabelecida. Nos casos citados anteriormente é compreensível que jornalistas e escritores usassem o termo *degredo* para se referirem aos *desterros* republicanos, pois seria uma forma de tornar inteligível aos seus leitores que tais práticas eram semelhantes às de outrora. Porém, o uso inapropriado de termos pelas autoridades executivas e judiciais é algo mais complexo, pois a legislação vigente no período era clara a esse respeito.

Interessante notar a profissão por ele informada, de “ajudante de padeiro”. Não é provável que em Cruzeiro do Sul o acusado exercesse esta profissão declarada, algo que certamente ele vincula a uma situação anterior da sua prisão no Rio de Janeiro e ao consequente desterro para o interior do Acre, pois é sabido que os desterrados em Cruzeiro do Sul ficaram custodiados e realizando serviços braçais para a prefeitura do Departamento. Mas caso não tivesse veracidade tal informação, isso tem pouco relevo naquilo que aqui gostaria de realçar: era importante aos olhos da justiça/polícia o acusado sempre informar uma profissão diante da criminalização da ociosidade pela legislação da época. E Saul Ovídio certamente sabia, mesmo com o anátema de desterrado, que deveria indicar uma profissão na qual era habilitado para se adequar ao discurso oficial do “ter trabalho honesto” e, portanto, não se passar por vagabundo egresso da urbe carioca. No caso específico de Saul Ovídio talvez ele se sentisse com mais dignidade falar da sua situação de antes do que aquela atual, ali no Departamento do Alto Juruá realizando um trabalho compulsório e vivendo vigiado e com os passos controlados pelas autoridades do lugar.

A respeito da acusação em si, informa-nos o inquérito que Saul respondeu da seguinte maneira à pergunta feita pelo delegado auxiliar sobre a acusação de furto: “que em brincadeira quis lançar mão de um pedaço de macaxeira cozida que estava em cima de um jirau e nessa ocasião dois seus companheiros que não conhece o nome foram chamar a patrulha”. A partir da chegada da patrulha policial que o prendeu, Saul afirma ao delegado que foi espancado com “duas ou três pranchadas cujos sinaes estão visíveis como passou a mostrar”, segundo consta no referido documento policial. O acusado então teria finalizado seu depoimento dizendo estar “admirado de ser castigado por uma brincadeira”. E por não saber ler nem escrever, Saul Ovídio não assinou seu depoimento, conforme esclarece o escrivão Napoleão do Rêgo Brasileiro.

A primeira das testemunhas de acusação a depor é do soldado do 15º Batalhão de Infantaria, Manuel Irênio Pessoa, solteiro, natural do Rio de Janeiro, com 21 anos de idade declarados. Disse ao delegado que ele estava de patrulha na noite do dia 03 quando foi “chamado por dois deportados que não sabe o nome, porem os conhece, para prender o indivíduo de nome Saul que estava furtando umas macacheiras (*sic*) cozidas”. Esse soldado conta que deu voz de prisão ao acusado e, em seguida, saiu conduzindo-o em direção ao quartel da força policial.

No caminho, Manuel Irênio afirma que ao passar com o preso em frente a uma construção este apanhou um pedaço de madeira e passou a atacá-lo com intuito de fugir. Esse ato obrigou o depoente a “lançar mão do seu sabre e dar-lhe doze pranchadas (...) levando-o neste estado ao quartel onde o amarrou por duas vezes”.

Em seguida é colhido o depoimento de Antônio Ferreira, também soldado da mesma guarnição que Manuel Irênio e seu companheiro de patrulha no dia da ocorrência. Afirmou ter 25 anos, casado e ser natural do estado de Pernambuco e ao ser perguntado sobre o caso envolvendo Saul Ovídio, teria exposto que

pelas dez horas mais ou menos fora chamado em voz alta por alguns deportados e que para o barracão dos mesmos se dirigia ouvindo de dois a queixa de que Saul havia furtado um prato de macacheiras (*sic*) e já tinha desatado o lado de uma rede, não sendo essa a primeira vez que assim procedia.

Confirmou ainda que Saul atacara o soldado Manuel e este revidara com pranchadas de sabre e, ao chegar no quartel, o acusado foi então amarrado. Cabe aqui fazer uso do depoimento desse soldado para colocar em evidência outra informação dada pelas autoridades do Departamento do Alto Juruá ao próprio ministro da Justiça à época, Joaquim Seabra. No seu relatório, referente ao período de 04 de junho a 22 de novembro de 1905, o prefeito interino do Alto Juruá, Francisco D' Ávila e Silva⁵⁴⁵, comenta acerca de um barracão que serviu para abrigar os desterrados da cidade do Rio de Janeiro para aquela localidade.

Eis as informações por ele prestadas ao MJNI a respeito de algumas construções implementadas pela prefeitura do Departamento: “na construção da barraca destinada aos funcionarios da Prefeitura foram aproveitados os materiaes provenientes da demolição do barracão dos deportados (...)”⁵⁴⁶. Não sabemos que destino de fato foi dado aos desterrados após a demolição do barracão que lhes servia de alojamento e moradia, apenas há o indicativo de que foram transferidos para a vila de São Fellipe, nome como era conhecido o atual município amazonense de Eirunepé, também situado às margens rio Juruá e próximo ao Acre. Mas fica

⁵⁴⁵ Era capitão do 15º Batalhão de Infantaria e substituiu interinamente o prefeito titular, coronel Thaumaturgo de Azevedo, que tinha viajado para o sul do país.

⁵⁴⁶ SILVA, F. **Relatório do Prefeito interino do Alto Juruá apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 10 de fevereiro de 1906, pelo prefeito em exercício Francisco D' Ávila e Silva**, p. 05. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acessado em 22 de janeiro de 2009.

evidenciado que durante o tempo em que permaneceram em Cruzeiro do Sul, senão todos, mas boa parte dos desterrados ficou sob responsabilidade do poder público: vigiados nos seus afazeres compulsórios e à noite abrigados em um local predeterminado, onde também eram vigiados.

As duas outras testemunhas de acusação são os dois desterrados que chamaram a patrulha para denunciar o furto de macaxeiras cozidas que teria sido praticado por Saul Ovídio. O primeiro a depor é Ozias de Araújo Lima, que disse ser pernambucano, ter 49 anos de idade, solteiro e que era trabalhador “a jornal”. Assim como no caso de Saul, ressalta-se no inquérito que ele é “residente em Cruzeiro do Sul como deportado”. Tal informação, mesmo para uma testemunha de acusação servia para realçar e distinguir a estirpe das pessoas que ali moravam daquelas que chegaram como delinquentes expulsos pelas autoridades da república. O termo “os deportados” usado amiúde pelas autoridades e depoentes, aparentava ser uma referência bastante presente no cotidiano das pessoas do lugar para designar aqueles declarados 366 desterrados que ali chegaram a bordo dos navios *Constantino Nery* e *Santo Antônio*, alugados em Manaus⁵⁴⁷.

Condição que parecia ser também incorporada pelos próprios desterrados, conforme assume o próprio Ozias Lima na sequência da oitiva policial, ao dizer que “por ser deportado mora em comum com outros companheiros em um barracão e que notava sempre que alguém comia o que guardava de um dia para o outro”. Diante dessa recorrência misteriosa, o depoente ficou acordado naquela noite “esperando reconhecer quem assim procedia”. E então teria visto quando Saul Ovídio “passava-lhe por baixo da sua rede e dirigia-se para o sítio onde estava um prato de macacheira cozida que havia guardado. (...) o surpreendeu em flagrante delito e chamou a patrulha”. Eis aí o enredo na versão de Ozias, envolvendo aquele que se coloca como vítima e o acusado. Ambos desterrados, — mas naquele momento em situações opostas — que se veem diante da autoridade policial pelo fato de ter havido a subtração de um prato de comida num alojamento coletivo que lhes servia de abrigo noturno.

O último a prestar esclarecimentos ao delegado foi Antônio Joaquim da Silva, também um desterrado internado no Departamento do Alto Juruá, no Território Federal do Acre. Ele asseverou ter 28 anos de idade, ser casado, ter como profissão a atividade de pedreiro e que sabia ler e escrever. O fato de ele enunciar que seu

estado civil é de homem casado aponta para um aspecto tratado de forma humorística em duas charges (charge 02, em *Anexos* e charge 02, *capítulo II*) extraídas da revista *O Malho*, mas que servem para demonstrar que muitas famílias de uma hora para outra ficaram sem a figura central no tocante à manutenção econômica da casa. Muitos chefes de família, de repente, foram apartados não só da cidade em que moravam, mas de seus familiares. Sem saberem se um dia voltariam a revê-los novamente.

Mas, voltando ao depoimento de Antônio Joaquim, este informou que depois de “arrumar os trens [*utensílios*] da cozinha” do barracão, foi para o alojamento onde todos dormiam. Ao chegar ao local “viu uma luta em que Ozias de Araújo Lima dizia ser Saul gatuno de umas macacheiras (*sic*) que tinha guardado”. O depoimento finaliza com o escrivão resumindo a última resposta de Antônio Joaquim dada ao delegado: “não sabendo elle depoente se é exato ter Saul furtado uma rede e as próprias mercadorias”. Não fica claro, mas há indícios de que após ser preso sob a acusação de furtar um prato de macaxeiras cozidas, Saul Ovídio também se tornara suspeito por possíveis sumiços de uma rede e de mercadorias existentes no barracão que servia de abrigo aos desterrados. No entanto, essas outras suspeições não aparecem na sequencia do presente inquérito, mas demonstram ter havido conflitos e desarmonia entre aqueles homens ali considerados indistintamente como “deportados”.

No dia seguinte, o delegado conclui o inquérito e envia-o ao prefeito interino do Departamento do Alto Juruá. Resumidamente, o delegado Fernando Guapindaia atesta em sua exposição que “Saul Ovídio é gatuno, pouco importando que o furto fosse de artigos insignificantes”. Considera que o espancamento aplicado em Saul Ovídio pelo soldado Manuel Irênio fora “ilegal e censurável”, mas que não cabia aplicação de pena alguma ao militar pelo o ato praticado. Aponta que Saul Ovídio deveria ser levado às barras da justiça para que sofresse as sanções cabíveis do Código Penal, “mesmo para que este exemplo aproveite à chusma de vagabundos para aqui deportados”. Por fim ele deixa bem claro que “as duas últimas testemunhas são deportados”, mesmo sendo elas testemunhas de acusação e uma delas a alegada vítima. No dia 11 de março, esta denúncia foi encaminhada pelo prefeito interino ao promotor público do Departamento do Alto Juruá.

⁵⁴⁷ AZEVEDO, 1905, *op. cit.*, pp. 26/27.

O promotor Adalberto da Cunha Mattos emitiu seu parecer em 27 de março de 1905, onde grifou as passagens “macaxeiras cozidas” acompanhadas do sinal de exclamação. Desta forma o magistrado procurava exprimir sua admiração e incredulidade diante do inusitado caso sobre o qual tinha que se pronunciar. Ele considera tudo aquilo “facto insignificante que nada tem que ver com a secção da justiça”, sendo algo apenas de natureza policial. O promotor então pede o arquivamento da denúncia, pois acreditava que o acusado ao ser preso e permanecer nessa condição por alguns dias já estava sendo punido pela falta que cometera. Ou seja, a justiça ao não se pronunciar neste caso simplesmente deixou livre as autoridades executivas (prefeito e delegado) para que executassem as punições que entendessem merecer Saul Ovídio.

Diante desse quadro, sabe-se que a então recém fundada cidade de Cruzeiro do Sul teve, na sua formação, o aporte de centenas de desterrados que ao lá chegarem foram utilizados com braços de trabalho pela prefeitura do Departamento do Alto Juruá durante alguns meses. O fato de a prefeitura construir um barracão para servir de alojamento, vigiá-los e fornecer alimentos teve como contrapartida a atividade laboral por parte daqueles que foram expulsos das ruas da cidade do Rio de Janeiro para um dos lugares mais distantes e de difícil acesso da Amazônia brasileira.

Saul Ovídio era apenas um entre aqueles 366 desterrados que o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo admitiu em seu relatório de governo⁵⁴⁸ ter recebido em Cruzeiro do Sul, vila que nem existia quando da sua chegada em 12 de setembro de 1904. Segundo este prefeito, logo que os desterrados ali desembarcaram “mandei relacional-os, e logo providenciei no sentido de lhes ser dado agasalhos, roupa e alimentação”⁵⁴⁹. E conclui com a seguinte informação sobre os desterrados: “applicam-se em diversos trabalhos de terraplanagem e cultura, e recebem uma ração em géneros, igual á dos praças do 15º Batalhão de Infantaria”⁵⁵⁰. Nada se fala em salários, talvez trabalhassem nessas árduas tarefas somente em troca basicamente de comida e dormida.

Mas parece ter havido — evidências para isto existem — que além desses desterrados do Rio de Janeiro, Cruzeiro do Sul também recebeu uma leva de mulheres expulsas da cidade de Manaus e que devem ter chegado naquele mesmo

⁵⁴⁸ AZEVEDO, 1905, *op. cit.*

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 26.

período à região do Alto Juruá. Isso é o que afirma o autor da obra *Nos confins do extremo Oeste*, cujo pai militar fora também prefeito do Alto Juruá em meados da década de 1910. Ele diz que “no governo de Silvério Nery, o chefe de polícia despachou para Cruzeiro do Sul, cento e cinquenta prostitutas que infestavam a zona do comércio de Manaus”⁵⁵¹. Há uma clara aproximação com o que foi discutido no *capítulo III*, deste trabalho, quando o próprio governo do Amazonas admite ter enviado alguns desterrados apanhados na capital amazonense quando da passagem de um dos navios, vindo do Rio de Janeiro, pelo porto manauara. Os fios se entrelaçam, mesmo sem que se possam atá-los de forma cabal. Contudo, essa informação permite perceber que os desterrados complementares a partir de Manaus também faziam parte de decisões unicamente das autoridades executivas e se alicerçavam na “necessidade” de expulsar da cidade aqueles estratos da população que a maculavam.

Diante dessa informação já discutida, cabe realçar novamente que todas essas pessoas não foram enviadas ao Acre com a finalidade de povoamento ou para lidarem com a extração da goma elástica, conforme as autoridades alegam em alguns momentos. Mesmo com as constantes reclamações sobre a necessidade de povoamento das terras acreanas, como expressam os prefeitos da época em seus diversos relatórios, os desterrados em particular não tinham o perfil “moral” e técnico das pessoas que os prefeitos, autoridades e homens de negócios desejavam ali receber. Principalmente para as ocupações e os ofícios necessários aos incipientes núcleos urbanos, já que o grosso da mão de obra era atraída quase que na sua totalidade para o trabalho nos seringais. Um pequeno exemplo é o trecho do relatório do chefe da Diretoria de Comércio da prefeitura do Alto Juruá, em Cruzeiro do Sul, José Pereira de Brito Berredo em que atesta a “inutilidade” dos desterrados de 1904 internados naquela localidade:

A não ser a imigração forçada que houve em fins de 1904 dos desordeiros gatunos que infestaram as ruas do Rio de Janeiro, nenhum outro movimento se tem realizado. Um tal pessoal, inepto para o serviço jornalheiro (...). É bastante sensível a falta de braços para o serviço público e particular, tornando-se por isso custosíssima a mão-de-obra⁵⁵².

⁵⁵⁰ *Idem.*

⁵⁵¹ BARROS, *op. cit.*, p. 143.

⁵⁵² O CRUZEIRO DO SUL. *Imigração*, 21/10/1906, nº 9.849, p.03. Acervo da FBN.

Os trabalhos nos seringais eram os mais requisitados, havia toda uma rede de arregimentação, transporte e internação de trabalhadores, principalmente nordestinos, que funcionava plenamente⁵⁵³ para os afazeres que demandavam a atividade extrativa da goma elástica. Na região do Departamento do Alto Juruá, onde estava localizada a cidade de Cruzeiro do Sul, não era diferente. O já citado missionário esperantista Constant Tastevin reforça isso ao dizer, cerca de uma década depois, que: “é preciso lembrar que esta é uma das regiões por excelência produtoras de borracha, onde todos os braços estão ocupados com a extração da preciosa goma”⁵⁵⁴.

No entanto, o que requeria o prefeito do Alto Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em seu relatório de governo enviado ao ministro da justiça, era a “introdução de imigrantes adequados ao solo”⁵⁵⁵ para a implantação e diversificação de atividades agrícolas. Nesse sentido, esse engenheiro militar e positivista, aponta que a solução seria o Governo Federal levar até aquelas paragens famílias de imigrantes japoneses. Justifica essa sua opção porque no Acre, diz ele, “escasseiam trabalhadores baratos, pacientes e sóbrios, taes quaes são os japonezes, povo admiravelmente adaptado ao trabalho e ao progresso”⁵⁵⁶. Paciência, sobriedade e gosto pelo trabalho era um perfil que os renegados da capital republicana não tinham como apresentar e oferecer diante da má fama que carregavam.

Esse prefeito, com seu espírito moldado pela concepção positivista de progresso, afirma que o regime de trabalho nos seringais era ainda de ordem feudal e atrasado. A prosperidade pública e o desenvolvimento somente se efetivariam, dizia ele, se for “legalizada a propriedade e abroquelado o trabalhador”. E finaliza esse assunto afirmando que “a monocultura [*da seringa*] é uma aberração, só a polycultura prodigalisa bem estar e fortuna”⁵⁵⁷. Fica clara a oposição de Thaumaturgo de Azevedo ao domínio absoluto do extrativismo monocultor como fomentador do desenvolvimento econômico e social da região.

⁵⁵³ Ver GUILLEN, *op. cit.*

⁵⁵⁴ TASTEVIN, C. “Na Amazônia (viagem ao Alto Juruá e ao Rio Tejo), 1914”, pp. 61-71. In CUNHA, M. C. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 65.

⁵⁵⁵ AZEVEDO, 1905, *op. cit.*, p. 46.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 08.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 50.

O fato é que as autoridades, que receberam os desterrados no Acre, não viam naquelas pessoas o adequado aproveitamento para o trabalho e o povoamento que imaginavam. Vinte anos depois da chegada dos desterrados em Cruzeiro do Sul, o jornal *Via Láctea* em sua primeira edição rememora a presença daquelas pessoas em terras do Juruá da seguinte maneira:

quando em 1904 se deu a revolta contra a vacinação obrigatória, o Governo Federal mandou espalhar no Território os vagabundos e desordeiros apanhados na capital da república pela polícia carioca, procurando corromper o ambiente social deste abandonado rincão, como se ele fosse um antro de malfeitores⁵⁵⁸.

Passada duas décadas desde a chegada dos desterrados em Cruzeiro do Sul se percebe ainda, através desse fragmento, a permanência de um sentimento contrário à decisão do Governo Federal em ter mandado para aquele “abandonado rincão” os desterrados da República. Ali, diz a matéria, não podia ser considerado um “antro de malfeitores” no qual a União podia internar homens e mulheres buliçosos, tornados inconvenientes sociais na metrópole.

5.4 – Os desterrados anônimos no Acre: lampejos de um tempo

Além desses dois casos envolvendo os desterrados no Acre com a justiça e a polícia, existem outros relatos de época que remetem para a forma como eles foram tratados e aproveitados pelas autoridades locais. O advogado e jornalista Josias Lima publicou em 1906 um opúsculo-denúncia intitulado *Os prefeitos do Território do Acre (sua autopsia moral)*⁵⁵⁹, onde procurou alertar as autoridades e a imprensa do Sul do país sobre a “atmosfera de tyrannia que degrada e conspurca” o Acre. Seu livro, afirmava ele, tinha como objetivo trazer à tona denúncias sobre “uma série de factos delictuosos, revoltantes e abjectos praticados friamente á sombra das funções altos cargos” pelas autoridades locais, notadamente os prefeitos departamentais nomeados pelo Governo Federal⁵⁶⁰. Suas críticas mais

⁵⁵⁸ VIA LÁCTEA. [Sem título], 1926, ano I, nº 01, p. 03. Acervo da Biblioteca dom José Hascher.

⁵⁵⁹ LIMA, J. **Os Prefeitos do Território do Acre (sua autopsia moral)**. Manáos: Livraria e Typographia Universal, 1906.

⁵⁶⁰ Sobre alguns aspectos acerca do autoritarismo no executivo acreano no período territorial ver: SILVA, 2002, *op. cit.*

incisivas recaem sobre os prefeitos do Alto Acre, José Marques Acauã Ribeiro⁵⁶¹, e o do Alto Juruá, coronel Thaumaturgo de Azevedo.

Josias Lima também foi promotor público no Acre e paralelamente a isso escrevia uma coluna no jornal xapuriense *Correio do Acre* chamada *Posta restante*. Os textos da sua coluna eram sempre marcados por uma fictícia troca de correspondências entre duas personagens: Chica Tereza Noronha e seu compadre Cosme Chico de Queiroz. Nessas *cartas* trocadas entre si, seus dois alter egos criticavam com frequência os autonomistas ligados ao coronel Antônio Antunes Alencar⁵⁶². Josias Lima, mesmo de forma muito concisa, é o primeiro a relatar os maus tratos sofridos por alguns dos desterrados ao chegarem ao Acre na metade da primeira década do século XX. Fica claro que sua denúncia pública só veio à tona devido suas divergências políticas com as autoridades locais, notadamente os prefeitos departamentais. Porém, o importante aqui é evidenciar que no Acre os desterrados tornaram-se sujeitos cujas presenças eram por demais conhecidas na sociedade local e esse advogado e jornalista foi um dos poucos que registrou tais presenças e mais, explicita relações inadequadas e ilegítimas envolvendo desterrados e autoridades.

Josias Lima, em seu manifesto, acusa o prefeito do Departamento do Alto Acre, Acauã Ribeiro de ter utilizado muitos dos desterrados como capangas políticos nas brigas e disputas que tinha com os seus adversários locais na Vila Rio Branco, sede do referido Departamento. Ele cita o a agressão sofrida por uma pessoa chamada Luiz Ribeiro, espancada a mando do prefeito pelo alferes Pinto Monteiro e outros “phantasiados de polícias, pagos pela Prefeitura, (...) já a esse tempo pertencentes a tal companhia de segurança do Dr. Acauã Ribeiro, composta, na sua totalidade, de infelizes deportados, gatunos e assassinos”⁵⁶³.

Mais adiante, o advogado Josias Lima retoma a questão em torno dos desterrados e a relação deles com os políticos locais e a Companhia de Segurança Pública. Diz ele que

⁵⁶¹ Foi o segundo prefeito efetivo do Departamento do Alto Acre, sucessor do coronel Raphael da Cunha Mattos. Exerceu o cargo entre 25 de maio e 31 de dezembro de 1905, substituindo o prefeito interino Odilon Pratagy Brasiense. Em seu relatório de governo, Acauã Ribeiro nada fala sobre a presença de desterrados no Acre e tampouco o uso deles como membros da Companhia de Segurança. Cf.: RIBEIRO, 1906, *op. cit.*

⁵⁶² Uma discussão a respeito do chamado *Movimento autonomista acreano* pode ser vista em SILVA, 2002, *op. cit.*, especialmente no segundo capítulo.

⁵⁶³ LIMA, 1906, *op. cit.*, p. 22.

não ficou a officialidade abaixo da moralidade das praças – dois deportados do Rio de Janeiro, cujos nomes nos escapam (...) foram nomeados officiaes da briosa milícia, que actualmente, já elevada a batalhão de segurança, é interinamente commandado por Guilherme Aragão, ex-cocheiro de praça e presentemente major⁵⁶⁴.

Tomando como plausível tais denúncias, a capangagem política tão comum no Rio de Janeiro daquele tempo, teria também vicejado no Território Federal do Acre e adquirido contornos mais profundos. Ou seja, há o indicativo de que alguns desterrados foram metidos em fardas e receberam patentes para agirem não em nome da ordem pública na Companhia de Segurança⁵⁶⁵, mas em prol de interesses privados de determinados grupos políticos e pessoas. O que torna essa prática de aproveitamento de desterrados na polícia em algo crível pode ser extraída da exposição de motivos do primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre, Raphael da Cunha Mattos. Ao se reportar ao efetivo militar do Departamento em seu relatório, ele diz que “os acreanos além de serem poucos para o trabalho nos seringas não abandonam o serviço da extracção da borracha que lhes dá um lucro diário nunca menor de 20 mil réis, para verificarem praças que não lhes traz vantagem alguma”⁵⁶⁶. Evidente, que a expectativa de ganhos era muito maior com o trabalho da borracha, mas na prática a vida do seringueiro não era financeiramente tão cheia de ventura como procura mostrar o prefeito Cunha Matos. Muitos eram permanentemente devedores do patrão seringalista, pois muitas vezes a borracha produzida mal dava para quitar os débitos gerados pela aquisição de gêneros alimentícios no Barracão do seringal, que nos dizeres do já mencionado padre Jean Parrissier “esta loja [*o barracão*] é uma fonte de grandes lucros para o patrão”⁵⁶⁷. Fora isso, portanto, não é de todo absurdo pensar que alguns deles tenham mesmo sido metidos em fardas ao chegarem ao Território Federal do Acre, principalmente aqueles que eventualmente fossem portadores pregressos de práticas e vida militar antes de serem presos e desterrados.

Essa falta de atração pelo serviço policial local, somada aos baixos soldos e a falta de homens disponíveis é algo que deve ter contribuído para o aproveitamento de alguns desterrados como membros da força pública e prestadores de serviços

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 37.

⁵⁶⁵ Criada pelo Decreto nº 30, de 18 de julho de 1905. Ver RIBEIRO, 1906, *op. cit.*, em seu relatório já referenciado.

⁵⁶⁶ MATTOS, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁶⁷ PARRISSIER, *op. cit.*, p. 22. Ver também: WOLFF, *op. cit.*; WEINSTEIN, *op. cit.*

escusos aos seus chefes e protetores no Acre, que nos dizeres do seu primeiro prefeito era um “território ingrato, onde os poucos que escapam como vida fatalmente retiram-se sem saúde”⁵⁶⁸. Outra menção registrada sobre a presença dos desterrados no Departamento do Alto Acre é feita pelo irmão de Plácido de Castro, Genesco de Castro, na sua obra *O Estado independente do Acre e José Plácido de Castro: excerptos históricos*. É uma obra laudatória sobre o irmão, escrita em 1930, onde Genesco de Castro se propõe a fazer a defesa da memória de Plácido de Castro assassinado em 1909 e por ele chamado de “abnegado brasileiro que arrancou o Acre á Bolívia para unir ao Brasil”⁵⁶⁹. Genesco, aqui já citado no *capítulo IV*, é aquele mesmo que em 1904 servia como cadete na Praia Vermelha e na tentativa de golpe contra o governo acabou sendo preso por ter atuado ao lado dos rebeldes militares liderados por Lauro Sodré e Olympio da Silveira.

Nessa sua obra, a primeira referência aos desterrados aparece quando o autor atribui o assassinato do irmão a um crime de natureza política, praticado a mando de autoridades federais que Plácido teria denunciado pelas práticas de assassinato e roubo no Território do Acre. Não cabe aqui adentrar nos meandros dessas questões, o interesse é somente evidenciar que os desterrados ao chegarem ao Acre ficaram diretamente sob responsabilidade das autoridades federais locais. Segundo ainda Genesco de Castro, essas autoridades federais vindas de fora formavam quadrilhas compostas de “oriundos da phalange de degredaddos sociaes que o Governo da União exportara para aquella infeliz terra” [Acre]⁵⁷⁰. O serviço sujo contra os inimigos, nos seus dizeres, era feito pelos “cabras [capangas] de confiança do prefeito” do momento, enviado ao Acre para administrar algumas das três prefeituras departamentais. Esse envio de autoridades administrativas exógenas nomeadas pela União era algo que desagradava por demais a elite local, principalmente aqueles que se colocavam como heróis da *Revolução Acreana* e que se viam desprestigiados pelo Governo Federal a partir do momento em que esse passa a fazer a organização administrativa do novo território nacional. Ou seja, pessoas como Plácido de Castro consideravam que lutaram contra bolivianos pela posse do território sem apoio do Brasil e por isso deveriam ter proeminência e voz na condução administrativa do Acre *tornado* brasileiro. Genesco de Castro reclama

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 23.

⁵⁶⁹ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 36.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 34.

inclusive da leniência do presidente Nilo Peçanha que teria prometido punir os assassinos de Plácido de Castro, mas

falava com a mesma sinceridade do Dr. J. E. Freire de Carvalho [*clínico e farmacêutico local*] quando depois de assistir o assassinato a vergustadas (*sic*) de um *quebra-lampeão*, deportado, no quartel da força pública do Acre, — attestava que a vítima daquela barbaridade cristalizada havia morrido de pneumonia!⁵⁷¹.

Ainda de acordo com o irmão de Plácido de Castro, este fato ocorreu durante a administração do prefeito do Alto Acre Acauã Ribeiro, período em que ele afirma ter sido comum o espancamento e mortes de desterrados na Vila Rio Branco, sede do Departamento. Essas vítimas comumente seriam enterradas com diagnósticos que atestavam tipos de *causa mortis* diferentes daquelas reais. Na última passagem de seu livro onde ele faz referência aos desterrados, o relato é semelhante aquele formatado na denúncia feita pelo advogado Josias Lima em 1905. Diz Genesco de Castro que o segundo-tenente Francisco das Chagas Pinto Monteiro fora processado por crime de homicídio “praticado nas pessoas de dois infelizes deportados [*sic*] de 14 de novembro, que succumbiram debaixo do azorrague no próprio quartel da antiga Companhia de Segurança”⁵⁷². Malgrado essas denúncias trazidas à tona pelos dois autores sejam oriundas das disputas políticas no Alto Acre, elas indicam que práticas de violências contra os desterrados foram mais corriqueiras do que podemos imaginar.

Para finalizar este capítulo, cabe fazer alguns comentários mais gerais entre os dois casos principais aqui tratados. Embora em ambos estejam presentes desterrados, cada um deles traz questões diferentes para serem pensadas acerca da presença dessas pessoas em terras acreanas como desterradas pela república. No caso de Saul Ovídio, ele e outros desterrados estavam sob custódia das autoridades administrativas/militares do Departamento do Alto Juruá. Ali viviam em constante vigilância, trabalhavam em obras da prefeitura, dormiam em um alojamento coletivo, tinham a capacidade de mobilidade bastante restrita e com horários regulados para seus afazeres cotidianos.

Já Lycurgo de Carvalho era o oposto, nada parecia impedi-lo de fazer o que queria. Inclusive, era apontado como recorrente frequentador da delegacia local por

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 38.

⁵⁷² *Ibidem*, p. 216.

conta de suas constantes faltas. De acordo com diversas testemunhas era corriqueiro ele andar armado, tinha fama de valentão, parece que visitava com assiduidade bancas de jogos, onde certamente havia bebidas alcoólicas e outras licenciosidades. Enfim, levava uma vida que em nada diferenciava daquela atribuída aos malandros descritos pela polícia e cronistas da capital da República, local de onde ele fora expulso. Xapuri tornara-se certo sentido uma pequena Rio de Janeiro para Lycurgo, que ali procedia com as mesmas liberdades e mobilidades que talvez tenha tido outrora na urbe carioca.

No primeiro caso temos o controle do poder público sobre os corpos e o ir e vir dos desterrados; noutro, temos a ausência de qualquer domínio efetivo sobre um desterrado, mesmo quando uma autoridade local diz que ele era um desrespeitador assíduo das leis e das normas em voga. Mas há de se fazer uma observação relacionada ao *tempo* em que cada uma dessas prisões, derivadas das correspondentes acusações, ocorreram. O caso envolvendo Saul Ovídio se dá poucos meses depois da chegada da leva de desterrados ao Acre, daí é possível imaginar ter havido maior controle e vigilância nesse momento inicial da presença dos proscritos em solo acreano. O crime em que Lycurgo tomou parte aconteceu cerca de cinco anos após ele ter chegado ao Acre, período de tempo que certamente contribuiu para um maior afrouxamento e até mesmo falta de qualquer controle mais direto por parte das autoridades sobre os desterrados. Ou seja, estamos diante de duas situações que envolvem desterrados em períodos de tempos diferentes, malgrado em ambos os casos eles sejam lembrados como portadores da insígnia perene de *deportados*.

No capítulo derradeiro deste trabalho continuo abordando alguns outros casos de desterrados diante da justiça no extremo amazônico. São especificamente aqueles da leva de 1910 embarcados no *Satélite* e despejados em Santo Antônio do Madeira, também nas “regiões do Acre”.

Capítulo VI – Os desterrados no Alto Madeira: trabalho, punições e mortes

“O contrabando não haveria no Brasil se as autoridades aduaneiras puzessem uma vigia às mercadorias como esses homens foram vigiados. (...) a benemerência do governo quis fazer trabalhadores ricos e fidalgos dos miseráveis, que daqui saíram para Santo Antonio do Madeira, lugar onde morre e não se nasce. (...) esses cidadãos, sem defesa, sem processo, sem interrogatório, foram executados”.

senador **Rui Barbosa**, discurso em plenário, agosto de 1911

6.1 – Santo Antônio do Rio Madeira: nos “confins da civilização”

Muito próxima geograficamente ao Acre, não menos temida e de má fama, era vila de Santo Antônio do Rio Madeira (*foto 09, próxima página*) localizada então nas recorrentes e aludidas *regiões do Acre*. A vila de Santo Antônio ficava encravada no extremo noroeste do então estado do Mato Grosso, na fronteira deste estado com o recém implantado Território Federal do Acre e também fazia divisa com o estado do Amazonas, cuja vila mais próxima era Porto Velho⁵⁷³, distante cerca de sete quilômetros de Santo Antônio do Rio Madeira.

Conforme o trecho discurso proferido pelo senador Rui Barbosa, citado em epígrafe acima, considera-se que ali naquele *deserto* distante e iníquo não nascia ninguém. Fica evidente a ironia sagaz de Rui Barbosa, ao dizer que o governo quis fazer daqueles homens e mulheres desterrados “trabalhadores ricos e fidalgos” em um lugar tão mal visto. Logo em seguida ele conclui afirmando que na verdade, o desterro para aquela localidade representava de fato uma medida de execução coletiva para aqueles homens e mulheres. A vila de Santo Antônio era vista como uma terra de morte e de consumo de corpos humanos que lá chegavam para

⁵⁷³ Tida como oficialmente fundada em 1907 para receber os maquinários e equipamentos para a construção da EFMM, iniciada nesse ano, Porto Velho era um vilarejo que pertencia ao distrito de Humaitá (AM). No século XIX a localidade serviu de base para um acampamento militar brasileiro durante a Guerra do Paraguai.

trabalhar em basicamente três frentes: nos seringais extraindo borracha, nas obras da CLTEMA ou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM.



Foto 09 – imagem parcial de Santo Antônio do Rio Madeira, cuja legenda remete a uma das poucas “ruas” do vilarejo. Foto de Afonso Henrique de Magalhães. Fonte: Fundo Documental da Comissão Rondon (Anexo II – Exploração e levantamento do rio Jamari, maio de 1910). Acervo do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana – MHEx/FC.

É sintomática a importância destas três frentes de atração humana para a região e seu entorno naquele período. Os seringais, pela riqueza extrativa que produziam e que tinha grande procura principalmente pelas indústrias do hemisfério norte. Era nessa parte ocidental da Amazônia onde se produzia grande parte da borracha escoada via fluvial para os portos de Belém e Manaus e que daí era exportada, principalmente para Europa e EUA; já a linha férrea apresentava-se como um elemento para circulação de pessoas e mercadorias atraídas pelo frenesi da borracha, bem como de ocupação de fronteiras e parte da compensação do governo brasileiro à Bolívia pela cessão do Acre através do Tratado de Petrópolis⁵⁷⁴;

⁵⁷⁴ O Decreto 5161 (10/03/1904), que ordenava executar o Tratado de Petrópolis, em seu artigo 6º afirma que “os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir, em território brasileiro, (...) uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio (Madeira) até Guajará-Mirim (Mamoré). (...) Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará para construir em quatro anos, usarão ambos países com direito às mesmas franquias e tarifas”. *Apud* SILVA, A. C. **Enganos de nossa história**. Porto Velho: Edufro, 2007, pp. 81/82.

por último, as linhas telegráficas representavam para o Governo Federal a integração, via comunicação, dos ditos sertões do noroeste com o sul do país. Além disso, a *Comissão Rondon* atuou paralelamente na busca em adquirir e catalogar conhecimentos geológicos e hídricos, da fauna, da flora e das tribos indígenas existentes na região. De acordo com a historiadora Laura Maciel, em sua obra *A Nação por um fio*, a *Comissão Rondon* tinha como meta mais geral conhecer e incorporar uma região considerada “inexplorada”, elaborando para tal empreitada “uma cartografia das diferenças encontradas, capaz de se sobrepôr a elas e construir um mapa homogêneo e reconhecível da nação”⁵⁷⁵. E conclui esse raciocínio afirmando que a concepção de “desbravar”, — significando penetrar sertão adentro, abrir, tornar manso — trazia o pressuposto de agir apoiada em “medidas de força, atrelada a uma idéia de ‘defesa’, que, por sua vez, está associada a tarefas em que a intervenção estatal, sobretudo a militar, era o suposto”⁵⁷⁶.

Por ironias do destino, em junho de 1910 chega a esta malfadada localidade o renomado sanitarista Osvaldo Cruz, que poucos anos antes tinha ficado em evidência com o episódio da *Revolta da Vacina*, quando ficou conhecido como o “saneador do Rio de Janeiro”. Por esse reconhecimento, o referido médico foi contratado pela empresa norte-americana *Madeira-Mamoré Railway Company* para tentar debelar as inúmeras mortes que afetavam os trabalhadores na construção da estrada de ferro homônima, iniciada em 1907 e concluída em 1912⁵⁷⁷. Ao chegar à região, Osvaldo Cruz escreveu uma carta ao seu amigo e também médico Sales Guerra, na qual assevera a ele a boa impressão que lhe causara Porto Velho; por outro lado, ressalta que o que ouvira falar de Santo Antônio do Madeira não era nada bom do ponto de vista sanitário e arremata: “creio que no inferno não há região análoga”⁵⁷⁸. Mas ele não era o único a pensar assim, vejamos o que diz o jornalista norte-americano Frank Kravigny em suas memórias publicadas sob o título de *The jungle route*, ao recordar da desditosa vila de Santo Antônio onde ele trabalhou: “was a typical frontier town of about 200 people, with all the vices and unmentionable

⁵⁷⁵ *Op. cit.*, p. 155.

⁵⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷⁷ Entre 1907 e 1912 a companhia contratou 21.817 trabalhadores de diversas nacionalidades. Destes, 1.693 morreram durante os trabalhos de construção da ferrovia, sendo que cerca de 37% dos mortos eram brasileiros. HARDMAN, 2005, *op. cit.*, pp. 164/166.

⁵⁷⁸ FRAGA, C. **Vida e obra de Osvaldo Cruz**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1972, pp. 110 e ss.

diseases that seemed to thrive even better here in the tropics”⁵⁷⁹. Outros cronistas contemporâneos também reafirmam percepções muito semelhantes sobre Santo Antônio do Madeira, vilarejo apresentado comumente como um lugar feio, tristonho, com população composta por aventureiros e desordeiros, vila de vícios (álcool e prostituição) e morte⁵⁸⁰.

O depoimento do sertanista Cândido Rondon sobre a vila de Santo Antônio também se insere nessa perspectiva anterior. De forma parecida ele assim a descreve com as mesmas tintas em seu diário, quando lá esteve em dezembro de 1909, pouco antes de empreender retorno ao sul do país:

Não tenho lembrança de jamais ter visto outro povoado de aspecto tão feio e tristonho. Constituída a população de aventureiros, vindos de todas as partes do mundo, cheia de vícios, alcoólatra, parece ter querido erigir um padrão de glória ao desprezo pela higiene e o asseio. (...) em resumo, depois de ver tão infeliz aldeia, despovoada de crianças, compreendia-se que só por milagre não tivesse ela permanentemente a assombrosa mortalidade que a celebrou⁵⁸¹.

É provável que o discurso do senador Rui Barbosa, em epígrafe, tenha se baseado nas informações transmitidas por Rondon em algum artigo que comumente ele publicava, nos jornais do Rio de Janeiro, logo que retornava de viagem. E foi neste lugar, localizado no extremo ocidental da Amazônia e decantado no sul do país como a expressão da calamidade e do infortúnio, que acabou aportando — com sua carga humana de desterrados — o navio *Satélite*, que partira do Rio de Janeiro na noite do natal de 1910. Tendo chegado ali, após 41 dias de viagem, com mais de quatro centenas de desterrados. Entre eles havia ex-marinheiros, operários, desempregados e mulheres acusadas de serem prostitutas no Rio de Janeiro. E, como nos diz uma testemunha e memorialista sobre essa odisséia náutica macabra, já “nos primeiros dias de fevereiro (...) o navio *Satélite* concluía o último estirão do

⁵⁷⁹ Tradução: “era um vilarejo típico de fronteira com cerca de 200 pessoas, com todos os vícios e doenças inomináveis que pareciam prosperar ainda melhor aqui nos trópicos”. In KRAVIGNY, F. **The jungle route**. New York: Orlin Tremaine Company, 1938, pp. 64/65. Frank Kravigny chegou em Santo Antônio do Rio Madeira em julho de 1910, contratado pela companhia norte-americana *Madeira Mamoré Railway Company*. Em 1938 publicou este livro onde narra suas experiências e impressões durante o tempo que passou naquela localidade. O “aqui nos trópicos” denota que ele escreveu o texto enquanto estava em Santo Antônio.

⁵⁸⁰ SILVA, A. G. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho: Edufro, 2001, pp. 66-67.

⁵⁸¹ VIVEIROS, E. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa cultural dos esperantistas, 1969, p. 301.

Madeira, antes de chegar a Porto Velho. Assim o vapor maldito foi repousar âncora nos escolhos aflorados no desnível de Santo Antônio⁵⁸².

Diferentemente dos desterrados para o Acre em fins de 1904, sobre os quais não se tem conhecida nenhuma narrativa de testemunha a presenciar seus desembarques, esses desterrados embarcados no *Satellite* tiveram suas chegadas registradas por duas pessoas. Uma delas foi o funcionário da CLTEMA, Belfort Booz de Oliveira⁵⁸³, que na época fez uma espécie de denúncia tendo como interlocutor o seu amigo e senador oposicionista Rui Barbosa, a quem envia uma carta datada do dia 30 de maio de 1911 e que é lida por este parlamentar na sessão do dia 01º de agosto do mesmo ano. Vejamos então como Belfort de Oliveira rememora suas impressões acerca dos desterrados de 1910, que ele observara desembarcando nas alastrantes terras amazônicas em 02 de fevereiro do ano seguinte. Aqueles homens e mulheres que ele chama de “quatrocentos desgraçados”.

Belfort começa seu relato informando ao senador que soube da notícia do segundo levante dos marinheiros quando já estava em Manaus, no final de dezembro do ano de 1910. Atesta que foi somente após sua chegada a Santo Antônio, no final do mês de janeiro de 1911, que ele “soube da saída do *Satellite* com os proscritos” com destino àquela localidade. E revela ter a *Comissão Rondon*, a partir de solicitação do Ministério da Agricultura, se empenhado de pronto em contratar duzentos homens com diárias variando entre 05 e 06 réis. Por outro lado, os norte-americanos da direção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se recusaram a receber qualquer “degredado que o governo oferecia”, tendo a administração da EFMM salientado que “responsabilizaria, se necessário, o governo pela chegada daqueles elementos de desordem”. Percebe-se nessa recusa veemente da direção da EFMM, em receber os desterrados, o temor em incorporar pessoas que o próprio Governo Federal pintava como expressões do crime e da discórdia, profissionais habilitados da desordem. Essa recusa torna-se mais significativa se levarmos em consideração que havia, por parte dos construtores, uma demanda permanente por braços humanos para o trabalho nas obras da estrada de ferro.

No dia da chegada do navio o missivista afirma que ele foi um dos que subiram a bordo do *Satellite* para presenciar a saída dos desterrados dos porões do

⁵⁸² SILVA, *op. cit.*, p. 69.

⁵⁸³ Belfort Booz de Oliveira trabalhou na CLTEMA como Auxiliar de Serviços Sanitários. No dia 30 de maio de 1911 ele escreve ao senador Rui Barbosa narrando o que viu em Santo Antonio do Madeira. Este documento encontra-se no acervo da FCRB.

navio e posterior descida deles em terra, depois de quarenta dias de clausura. Ele assim narra o preparo para abertura das portinholas que davam acesso ao interior daquela grande prisão flutuante:

A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, à luz de um sol amazonense, os quatrocentos desgraçados foram guindados, como qualquer coisa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas, e nuas como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfrangalhadas deixaram ver todo o corpo.

Diz Belfort que eles emergiram de um “ambiente mephistico” e, após descenderem da embarcação, “foram se espalhando naquele solo de miséria” que era Santo Antônio do Madeira. E assevera a postura dos homens que “recepcionaram” os prisioneiros do *Satélite*, que em palavras operando nos limites entre o conforto e o escárnio “todos lhes falavam [aos *desterrados*] que estavam ali como homens livres, que receberiam ordenados no fim do mês”. Essas pessoas seriam seringalistas e comerciantes, que ali foram em busca de alguns braços para o trabalho da extração de seringa ou outras atividades na própria vila. Aqueles que não foram “escolhidos” para o trabalho nos seringais, cerca de duzentos homens, foram entregues à CLTEMA. As mulheres “foram recolhidas aos acampamentos da Comissão (...) e como lobas famintas entregaram-se à prostituição, para sustento do corpo e a estas horas talvez não sobreexista nenhuma”, sustenta o agente sanitário.

Aqueles que receberam os desterrados no desembarque diziam-lhes, em um tom ambíguo de benemerência e jocosidade, que os trabalhos que lhes eram então oferecidos se constituíam em um meio de eles ganharem dinheiro e voltarem mais tarde aos seios de suas famílias. Certamente vãs promessas aos que chegavam, talvez sem mais nenhuma forma de esperança positiva em suas vidas há muito arruinadas e não tinham como acreditar na possibilidade de regresso fácil aos seus lares.

Além da debilidade física acarretada pela viagem, havia ali presente a reputação desditosa da qual eram portadores: a de terem desafiado as leis e desejarem destruir os poderes constituídos da República, como alegavam as autoridades. Ou como diz o próprio missivista, os desterrados traziam consigo a má fama de terem intimidado o governo da República. Mas que ao desembarcarem

eram apenas homens e mulheres que já “não tinham mais forças para investir contra seus superiores e apenas murmuravam” palavras quase inaudíveis, segundo ele assevera. Acerca da situação desses desterrados incorporados forçosamente na CLTEMA, primeiramente no acampamento chamado Henrique Dias, ele nos conta que

estavam todos espalhados, aos grupos de dous ou três, em pequenas barracas de campanha, expostos as agruras das noites doentias, dormindo na umidade do solo, sem agasalhos nem defesa de mosquiteiros contra os anófeles das regiões palúdicas, amanheciam sob o nevoeiro das friagens malditas, entregavam-se aos labores do dia, curvados sob os serviços mais brutais, nos rigores de uma temperatura mínima de 39 graus centígrados, à sombra, sem alimentação compensativa, tudo isto cercado de uma atmosfera de esperanças inexecutáveis⁵⁸⁴.

Alguns dias depois da chegada, parte dos desterrados foi conduzida pelo tenente Mattos Costa para outro acampamento, chamado Vila Nova. Ainda no dia 18 de fevereiro “três dos degredados da Comissão Rondon foram fuzilados pelo capitão Mattos Costa para servir de exemplo, como diziam” [*as autoridades militares da CLTEMA*]. E encerra confirmando que “todos foram dizimados, ou pela bala ou pela malária”. Diante desse quadro descrito, parece que havia um conjunto de ações deliberadas, adotadas pelas autoridades dos acampamentos, para dar fim o mais rapidamente possível à presença daqueles desterrados incorporados nas fileiras da CLTEMA.

Em um sentido mais amplo, Belfort Oliveira comenta também sobre a situação dos militares designados compulsoriamente para servir ali no extremo norte do país naquela região considerada maligna. Ele diz que:

Naquele mesmo lugar em que foram imolados os passageiros do *Satellite* impera o cinismo, o crime, o contrabando e todas as misérias da humanidade (...) também sofrem os soldados, que recrutados em todos os estados da União, com as mesmas bazólias do futuro, vão para servir de escravos a mando de braços bordados de galardões, chibateados da manhã à noite⁵⁸⁵.

Essa passagem converte-se em um misto de denúncia dos atos dos poderosos da alta cúpula política e militar da república, procurando realçar a vida sofrida do homem comum, do soldado raso, vivendo em uma terra onde imperavam

⁵⁸⁴ Carta citada.

⁵⁸⁵ Carta citada.

autoridades discricionárias e muitas vezes a lei do mais forte. No caso específico da CLTEMA temos o Estado como esse ente, representado pela oficialidade militar ali estacionada. Imaginem então a situação dos que chegavam carregando a mácula do desterro e do crime de insurreição nas costas, numa sociedade como é descrita a de Santo Antônio. E o pior, partícipes de uma rebelião perpetrada contra o Governo e contra a hierarquia militar. Em sentido mais específico talvez seja também uma denúncia velada aos já apontados rigores nos tratamentos dados aos soldados da Comissão pelo sertanista Cândido Rondon, que “chegou a responder processo militar por excessos na aplicação de sanções disciplinares, questionando-se, inclusive o recurso a castigos corporais”⁵⁸⁶. Se existiam procedimentos tão rigorosos para os soldados que ali serviam e cometiam algumas faltas, para os desterrados pode se imaginar que não eram em menor grau e intensidade tais corretivos.

Outro aspecto de sua narrativa a ser problematizado é a percepção de como e porque Santo Antônio se insere como recebedora de tais tipos de gentes. Mais uma vez cabe o exercício de aproximar de maneira metafórica a ilha de Barbados de Santo Antônio do Madeira. Creio que sua imagem construída nas narrativas de época se assemelha nesse particular àquela do inglês Henry Whistler, que em 1654 se referia desta forma ao lembrar o fato da Inglaterra mandar degredados para a colônia caribenha de Barbados: “esta ilha é um monte de estrume onde a Inglaterra despeja seu lixo: vadios e prostitutas e outras pessoas do tipo são as que em geral trazem para cá”⁵⁸⁷. A mesma ilha de Barbados que Lycurgo Álvaro de Carvalho, desterrado para o Acre em 1904, dizia ser sua pátria natal alguns séculos depois. Lugares distantes no tempo, mas que guardavam proximidades em algumas características: espaços de interesses do capitalismo, presença de trabalhadores desempenhando funções relacionadas às múltiplas atividades exploratórias de caráter privado ou estatal. E ainda, uma composição populacional multiétnica, multicultural e com presença marcante e constante de adventícios, muitos deles estrangeiros⁵⁸⁸.

Essas *regiões do Acre*, de amplo caldeamento cultural e de diversos contatos multiétnicos, adquirem nesta perspectiva um aspecto utilitarista parecido ao descrito por *mister Whistler*. Torna-se também um depósito para o “lixo”, o “estrume social” indesejado e produzido pelas contradições da desigual sociedade brasileira

⁵⁸⁶ LIMA, 1999, *op. cit.*, p. 75.

⁵⁸⁷ *Apud* LINEBAUGH, 1984, *op. cit.*, p. 26.

ainda em transição de um renegado passado monárquico e escravista que teimava em permanecer com seus resquícios duradouros. E em sentido mais restrito, marcas da infante República pouco democrática, incapaz de ampliar a cidadania e atordoada diante de novas formas de composição social que iam surgindo e que passam a serem vistas como ameaçadoras da ordem.

É assim que esse canto fronteiro da Amazônia torna-se um depósito longínquo e adequado para os desterrados daquelas duas revoltas do Rio de Janeiro, pois era um lugar que estava distante de qualquer olhar de comiseração e da vigência mais comezinha do estado de direito como norma constante. É nessa vila que Lycurgo se interna quando foge da cadeia de Xapuri em princípio de 1910, onde certamente teve contatos com os barbadianos que ali trabalhavam e dos quais ele se dizia compatriota.

São essas as memórias narradas por Belfort Booz de Oliveira, ele também uma espécie de banido da República, embora seu caso seja de caráter mais momentâneo e menos grave. Eis os motivos que ele apresenta na carta como responsáveis pela sua ida a contragosto para Santo Antônio do Madeira: “Logo após a campanha eleitoral (...) do vosso lado desde o primeiro momento da refrega (...) fui obrigado a ausentar-me da República (...) para as extremas regiões do norte”. Ele se refere claramente às eleições presidenciais ocorridas no ano anterior, quando seu padrinho político, Rui Barbosa, foi derrotado por Hermes da Fonseca.

A segunda memória sobre o desembarque e presença de desterrados em Santo Antônio do Madeira é a do espanhol Benigno Cortizo Bouzas. Ele chegou à região em 1908 vindo da cidade de Vigo, com então quatorze anos, para trabalhar com seus irmãos em uma propriedade rural nos arredores de Santo Antônio “esplotando una pequeña granja e llevando productos granjeros a los mercados de Porto Velho y Santo Antonio”⁵⁸⁸. Em princípio de 1911, então com dezessete anos, ele observa — sem grandes contrastes com a narrativa de Belfort Booz de Oliveira — a chegada daquela carga humana lançada em terra pelo “navio-fantasma” chamado *Satélite*. Ambas impressões são parecidas, embora suas memórias sobre tal evento só tenham sido publicadas no ano de 1950 em uma obra intitulada *Del Amazonas al infinito*. É de se imaginar que a obra seja derivada de uma espécie de diário escrito durante o período em que viveu na região do Alto Madeira.

⁵⁸⁸ LINEBAUGH & REDIKER, *op. cit.*

⁵⁸⁹ BOUZAS, B. C. *Del Amazonas al infinito*. Recife: Diário da Manhã, 1950, p. 55.

É assim que ele começa seu relato, dando conta inicialmente do atracamento do navio em Santo Antônio nas bordas de sua propriedade:

una tarde, un siniestro vapor de nombre “Satelite”, fondeó en la barranca de nuestra granja. Apparently, el vapor no tenía pasajeros, pues solo se veían soldados con las bayonetas en los fusiles, pero luego se supo que en las bodegas venían 300 hombres y 49 mujeres, confinadas por la policia de Rio⁵⁹⁰.

Pelo que ele diz, fica patente que a notícia sobre a vinda dos desterrados para aquela localidade antecedeu a chegada do *Satélite*, que já era esperado. O que denota ter havido publicidade dos acontecimentos acerca da revolta e da decisão do Governo Federal em desterrar parte dos indesejados – culpados ou não – para a Amazônia. Outra informação que não aparece no relato de Belfort Booz é sobre a presença do delegado de Santo Antônio no momento da descida dos desterrados em solo. Tratava-se do capitão Catingueira, tido por Cortizo Bouzas como um homem enérgico e violento, mas que ele afirma ser algo necessário haver naquele ambiente alguém com tais características. Foi esse delegado quem, segundo o espanhol, “comunicó al comercio y propietarios que podían candidatarse a adquirir empleados a bordo del ‘Satélite’, mediante ciertas condiciones”⁵⁹¹. Isso demonstra certa carência de mão-de-obra local, que de forma extemporânea e por vias tortas o Estado oferecia naquele momento sob “certas condições”.

Não há esclarecimento mais detalhado sobre quais seriam as condições para os comerciantes “adquirirem” aqueles desterrados como empregados. Porém, há o indicativo dado pelo jovem espanhol ao colocar que a preferência das escolhas cabia primeiro ao capitão Mattos Costa, comandante militar responsável pela guarda dos desterrados do Rio de Janeiro até Santo Antônio. Os escolhidos por ele seriam destinados aos já referidos trabalhos de construção das Linhas Telegráficas entre Santo Antônio e Cuiabá. Isso parecia causar temor nos desterrados, pois o narrador afirma que “los infelices escogidos por el capitan Mattos Costa, temblaban de miedo e imploraban a los paisanos que los recogiesen”. Evidencia-se aí que o temor maior era depois de tudo pelo qual passaram, ainda serem obrigados a ficar sob as ordens de militares como o capitão Mattos Costa. E consequentemente enfrentarem os

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 55.

⁵⁹¹ *Idem*.

rigores da disciplina e do trabalho no interior da selva ao lado daqueles que eles certamente viam como seus algozes mais diretos.

Sobre as mulheres desterradas, sua descrição sobre as condições em que elas desembarcaram é semelhante àquelas apontada por Belfort Booz. O diferencial é apenas na quantidade, pois pela listagem oficial embarcaram 44 mulheres no Rio de Janeiro e não as 49 que ele informa terem ali chegado; teriam embarcado mais cinco no trajeto ou houve apenas um equívoco? Pelo que foi visto anteriormente é plausível a primeira opção, mas não há como garantir isso. O que ele acrescenta é como foi decidido o destino dessas mulheres, ao dizer que “La orden era que solamente podia llevar una mujer de aquellas, una casa de familia”⁵⁹². Entretanto, não houve muito interesse em se aproveitar aquelas mulheres acusadas de prostituição como empregadas domésticas, pois “solamente unas cinco o seis dueñas de casa se candidataron y el resultado fue dejar aquellas infelices entregadas a su propia suerte”⁵⁹³.

Sorte mesmo parece ter tido uma daquelas mulheres desterradas que Benigno Bouzas tão bem descreve como uma “bonita rubia de nombre Angelina”. Diz ele que ela “recibió allí mismo, en el campo de distribución, un telegrama de Rio, mandandola dinero y solicitando su regreso urgente”⁵⁹⁴. Certamente tratava-se de Ângela da Conceição, conhecida como Angelina, que assim aparece na listagem de desterrados constante no relatório do comandante Carlos Brandão Storry⁵⁹⁵. Benigno nos conta que sua alegria foi tamanha que “llorando de contenta, se abrazó a otra compañera e la decía que el dinero llegava para las dos, que regresarían juntas por el primer barco”. Não é possível saber se tal vontade se materializou, principalmente pelo fato de estarem custodiadas pelos militares ali presentes e que foram designados a entregar aquela carga de proscritos naquela localidade.

Benigno Bouzas conta também que foi incentivado por um dos seus vizinhos, capitão José Damasceno, para ficar com algum dos desterrados como empregado em seu sítio, da seguinte maneira: “lo minimo sirven para remar la piragua”. O espanhol teria retrucado, mas acabou solicitando que seu vizinho, “hombre influyente en la localidad”, escolhesse para ele um daqueles desterrados que ali desembarcaram. O capitão apontou então para um “hombre de unos treinta

⁵⁹² *Ibidem*, p. 56.

⁵⁹³ *Idem*.

⁵⁹⁴ *Idem*.

⁵⁹⁵ Ver lista completa das 44 mulheres desterradas em *Apêndices*, Parte II, Quadro 04.

años, barbado como todos los otros compañeros y pálido” que ao ser perguntado seu nome e profissão respondera chamar-se Hilário Silveira e ser barbeiro na cidade do Rio de Janeiro. Na listagem (ver *Apêndices, parte II, quadro 05*) há apenas uma pessoa como este prenome, mas chamava-se Hylário Alves Moraes.

Porém, como já foi realçado aqui em capítulo precedente, havia a prática comum de prisioneiros darem nomes falsos às autoridades no momento da prisão como forma de burlar o controle de identificação deficiente do Estado. Contudo, não é possível dizer que tal expediente foi utilizado por essa pessoa na partida, na chegada ou se não havia relação nenhuma entre uma e outra. Se foi na saída, ele enganou as autoridades policiais ao dar um nome falso; se foi na chegada, ele talvez quisesse adotar uma nova identidade com o novo nome: “nascer” de novo na *Sibéria tropical*; senão, seu nome não consta na listagem original de embarcados no Rio de Janeiro. Esta última talvez seja a menos provável das possibilidades, pois ele mesmo teria dito trabalhar como barbeiro na capital federal.

Após Hilário dizer o seu nome e a sua profissão, capitão Damasceno teria respondido que não havia trabalho para barbeiro e, se quisesse, ficaria trabalhando com Benigno Bouzas e irmãos em serviços na roça, remando canoas e fazendo comida. Ganharia por essas atividades 100 mil réis. Hylário teria respondido altivamente que aquelas tarefas eram todas coisas fáceis e aceitado o trabalho. Mas o espanhol disse que logo descobriu a “informalidad del carioca” ao lhe dar uma ordem para pegar duas mudas de roupas na casa de comércio de um árabe: ele teria adulterado a autorização para três peças de roupas e vendido uma delas pela metade do preço, reforçando já na chegada, aos olhos das pessoas do lugar, que os desterrados eram mesmo pessoas de maus e incorrigíveis procedimentos e nas quais não se podia confiar.

No dia seguinte, ele teria saído da granja dos irmãos Bouzas em direção a vila de Santo Antônio dizendo que precisava visitar um amigo, que provavelmente viera com ele no porão do *Satélite*. Antes, pediu 20 mil réis e teria recebido de Benigno somente a metade dessa quantia. Depois de dois dias sem aparecer na granja, Benigno Bouzas conta ter recebido a visita de um soldado que “me procuro y me dijo si no me interesaba por poner en libertad a Pintasilgo, por cuyo apodo ya era Silveira conocido de la policia”.⁵⁹⁶ Ao perguntar ao soldado o que motivou da detenção de Hilário, foi informado de que ele foi flagrado em “acto de inversión con

um tal chileno”. Benigno afirma ter dito ao soldado que nada poderia fazer por Pintassilgo e que o levassem, se fosse o caso, para o trabalho nas linhas telegráficas. Depois, diz não mais ter ouvido falar de Hilário ou, a partir dali, Pintassilgo. Mas suas palavras finais sobre a presença dos desterrados naquela região diz muito dos possíveis destinos daqueles homens e mulheres que ali chegaram sem ser convidados e esperados. Eis sua narrativa:

Por la madrugada, por las cercanias del cementerio, se oían, a veces, disparos de fusil. Unos decían que eran soldados en ejercicio y otros afirmaban que eran ejecuciones ordenadas por el capitan Mattos Costa. Lo cierto fué que de allí a unos meses, era contada la persona que se veía de las que habían llegado por el *Satélite*. La línea telegráfica y las enfermedades habian terminado com aquél drama⁵⁹⁷.

Percebe-se por esse relato, e alguns outros, que havia quase que de forma deliberada, por parte de autoridades militares a serviço da *Comissão Rondon*, a intenção de punir de forma muito rigorosa – inclusive com a vida – aqueles homens e mulheres embarcados compulsoriamente no *Satélite*. O fato de desembarcarem como proscritos pelo governo já era para muitos um indicativo forte de culpabilidade, embora o próprio Benigno explicita um caso contrário — que foge a regra — conforme esta passagem abaixo:

Un mancebo de farmacia, hombre de bién, que se acredito en Santo Antônio por su buena conducta y que había sido cogido en la redada de “*Satélite*”, decía que la policía de Rio, aprovechandose del estado de sitio, decretado con motivo de la sublevación de parte de la armada, hizo una limpieza en el hampa y que en la confusión, muchos fuéron enrollados injustamente. És siempre así en todas las partes, y em los países latinos con frecuencia: los militares hacen las revueltas; el pueblo anónimo sufre las consecuencias⁵⁹⁸.

Como fica evidenciado na passagem acima, o interlocutor de quem o espanhol ouve tais informações fora um rapaz transportado pelo *Satélite* e que em Santo Antônio era um reputado “hombre de bién”. Foi mais um daqueles vitimados pelo governo na sua sanha de “limpieza en la hampa”, ou seja a limpeza na malandragem vista com onipresente na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, nem todos se enquadravam no cenário pintado pelas autoridades acerca dos

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p. 57.

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 58.

comportamentos e culpabilidades daqueles indigitados “revoltosos”. Mais ainda, esta passagem demonstra ter havido incorporação social e reconhecimentos por parte dos moradores locais de homens e mulheres que, com devido apoio, parecem ter reconstruído suas vidas de forma considerada honesta e pautada em “boas condutas”.

Essas ressalvas timidamente aparecem inclusive em um livro escrito pelo general Lobato Filho⁵⁹⁹ em memória do pai, tenente Lobato, que atuou na Seção Norte da CLTEMA e estava em Santo Antônio no momento da chegada dos desterrados naquela mal afamada localidade. O tenente Lobato Filho, juntamente com o tenente Mattos Costa, chefiava a supracitada Seção Norte dos trabalhos de construção das linhas telegráficas. O autor, porém, parece intencionalmente realçar que seu pai não teve participação nenhuma nas punições aplicadas aos desterrados aproveitados nos trabalhos compulsórios da *Comissão Rondon*. Diz ele que a chegada do capitão Mattos Costa, no próprio *Satélite*, “foi uma ótima solução, em face da presença daqueles 200 ex-marinheiros, pois o chefe técnico [*seu pai*] ficou exonerado da execução da parte disciplinar”⁶⁰⁰.

Já para as ações desempenhadas pelo tenente Mattos Costa, há dele um relato bastante claro sobre as medidas tomadas em relação aos desterrados desembarcados ali em Santo Antônio. Vejamos um trecho dessa narrativa:

O Tenente Mattos Costa prestou, na Seção Norte relevantes serviços contendo e sufocando com energia, todos os ímpetos de indisciplina desses recém vindos. (...) os novos elementos recebidos foram absolutamente perturbadores do serviço. Chegaram em estado de revolta e o paludismo aniquilou-os ainda revoltados. Transformaram-se quase em feras e só obedeciam quando viam uma pistola ou a bravura indômita do Tenente Mattos Costa. Não houve meios de os transformar em coisa útil (...) ⁶⁰¹.

Contudo, em nenhum momento é dito com todas as letras algo sobre os justíamentos daqueles homens que depois de muitos dias de viagens, fracos e doentes foram obrigados de imediato a se engajarem nos pesados trabalhos de abertura na mata de varadouros para instalação de postes e cabos telegráficos. Mas nas entrelinhas é possível captar as medidas tomadas pelas lideranças militares

⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 58.

⁵⁹⁹ LOBATO FILHO, J. B. **Avançai para o Jamari! (A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira)** Rio de Janeiro: S. ed. 1957.

⁶⁰⁰ *Idem*, p. 116.

acerca daqueles elementos considerados “perturbadores”. Eis a sequência do relato, provavelmente ouvido diretamente do pai do autor ou de anotações por ele deixadas:

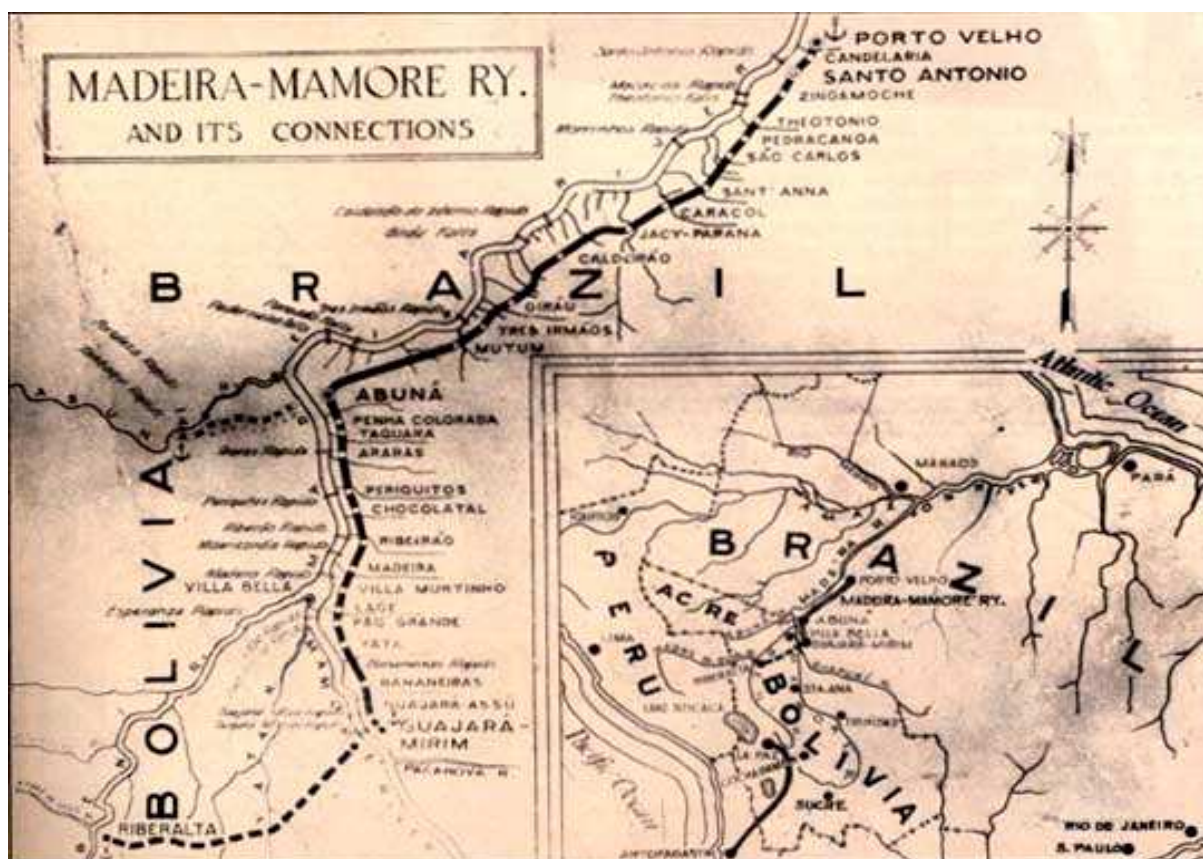
A situação de intranquilidade culminou por uma tentativa de rebelião, com o assalto ao depósito de armamento e munição, o que custou a vida do chefe dos rebeldes. Felizmente esta foi a última alteração. (...) As deserções e, afinal, o implacável impaludismo, foram liquidando aquele punhado de homens inaproveitáveis nas selvas amazônicas e talvez bons marinheiros. **Morriam, porém, cercados de toda assistência e, por fim, agradecidos** [grifos meus]. Só em meados de março, amortecia a fúria desses homens permanentemente rebeldes, ou, melhor, quase extintos eles, foi possível ao serviço de locação tomar seu ritmo. Os poucos que se salvaram foram de grande utilidade: hábeis, trabalhadores e disciplinados. É que a convivência com maus elementos os prejudicava⁶⁰².

Esse olhar, de um militar e filho de alguém que diretamente teve participação nesses acontecimentos narrados, nos mostra a permanência para além daqueles anos coevos aos desterramentos de certezas inabaláveis sobre a natureza da maioria daqueles homens, que em alguns casos ele diz que “morriam agradecidos”. Seria devido preferirem morrer a suportar os rigores disciplinares a que estavam submetidos a partir do momento em que foram incorporados aos trabalhos compulsórios? Ou o autor se refere apenas ao fato da direção da *Comissão Rondon* cuidar dos doentes atacados pela malária com remédios, como parece querer deixar transparecer? Mesmo sem respostas definitivas sobre essas possibilidades, há de se levar em conta que o autor dessa narrativa é um graduado militar e filho de alguém que servia ao Estado nacional na época dos desterramentos. Homem que tinha poder de vida e de morte sobre os desterrados incorporados nas fileiras da CLTEMA, da qual ele era um dos chefes. A assimetria entre quem detinha o monopólio da violência legal (pautada pela hierarquia e comando) e da ordem, em relação aqueles desterrados, era enorme.

Por tudo isso, é difícil considerar pertinente que homens, culpados ou não de participação na revolta dos marinheiros, encarassem passivamente e sem nenhuma estratégia de reação – isolada ou coletiva – à forma como eram tratados no acampamento da CLTEMA. Reagir talvez fosse para muitos deles mais digno do que fazer parte daqueles “poucos que se salvaram e [que] foram de grande

⁶⁰¹ *Idem, ibidem.*

utilidade”, como anuncia o general Lobato Filho ao culpar os próprios desterrados pelas desgraças que se abateram sobre eles patrocinadas, com certa frequência e rigor, pelos militares sediados em Santo Antônio do Madeira.



Mapa 03 – Linha da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Tinha seu ponto inicial em Porto Velho e o final em Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia. Fonte: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/81efmmCron.htm>>, acessado em 25/07/2010.

Já foi esclarecido que o Governo Federal justificou que os homens desterrados serviriam como força de trabalho a ser incorporada na fase final da construção da linha telegráfica que interligaria o estado do Mato Grosso (desde Cuiabá) ao do Amazonas, na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e nos seringais produtores de borracha da região fronteira. No caso das mulheres, o governo garante que elas seriam futuras esposas daqueles seringueiros mais produtivos da região. Só assim elas deixariam a “vida airada” e esses homens das florestas receberiam as consortes como um “prêmio” dos seus patrões, em um lugar visto desde muito como escasso de mulheres disponíveis para o matrimônio.

⁶⁰² *Idem*, 117.

A própria construção da EFMM fazia parte de um dos pontos do Tratado de Petrópolis que pôs fim a “Questão do Acre”, onde o Brasil se comprometia com a Bolívia a construir uma via férrea para que este país escoasse principalmente sua produção gomífera. Sua extensão percorria um trecho que ia desde a fronteira com a Bolívia até a cidade de Porto Velho (ver *mapa 03*, página anterior). Havia ainda acertada uma indenização ao país andino no valor de dois milhões de libras esterlinas, como forma de compensação financeira pela perda das terras acreanas. É nesse local que boa parte dos degredados de 1910 irão viver, trabalhar, — alguns cometerão novos crimes — e morrer. A seguir coloco em cena algumas dessas pessoas, tendo como apoio a documentação jurídica e sua narrativa peculiar.

6.1.1 – Delphina Rodrigues, Santo Antônio do Madeira, agosto de 1913

Delphina foi presa na noite de 14 de julho de 1913, no Acampamento 33 da EFMM, na vila de Presidente Marques (Abunã), onde residia havia apenas dois meses. Os relatos constantes no Inquérito Policial e no Processo Criminal⁶⁰³ dão conta de que por volta das nove horas da noite a acusada foi pivô de uma confusão em um botequim onde saiu ferido a golpes de navalha o praça José Rodrigues, com um corte “vertical no lado esquerdo da região torácica, com 23cm de extensão por 02cm de profundidade”, conforme constatarem depois no exame de corpo delito.

Tudo teria começado com a chegada de Delphina ao bar já embriagada, chamando para brigar Júlia dos Santos Lessa. Daí em diante houve uma enorme confusão em que se envolveram diretamente mais três pessoas. Após a confusão, Delphina foi imediatamente presa e conduzida até a sub-delegacia da localidade junto com as testemunhas para os depoimentos de praxe. Quem a conduziu presa foi o cabo Manoel Honorato de Lyra e, lá chegando, todos foram ouvidos pelo sub-delegado Francisco da Silva Paes. O depoimento inicial foi da acusada, que disse ter 23 anos de idade, natural de Minas Gerais, sem profissão definida, não sabendo ler nem escrever e “serem verdadeiros os fatos dos quais era acusada”. Resumidamente consta no seu depoimento que Delphina disse o seguinte: “estava em pé, na porta do bar de Antônio Costa, quando apareceu Júlia e esta lhe deu uma

⁶⁰³ Delphina Rodrigues da Silva, ré; Processo Criminal já citado.

chinelada na cara”. E que durante a confusão ela foi “agredida pelos praças Manoel Félix e Manoel Honorato, caindo em seguida no chão”.

Logo após seu depoimento, foram ouvidas as testemunhas de acusação: José Avelino da Silva, 31 anos, solteiro, maranhense, tripulante de embarcação e analfabeto; Octaviano Soares, 24 anos, alagoano, solteiro, tripulante de embarcação; Ignácio Guimarães, 24 anos, solteiro, paraibano, tripulante de embarcação e analfabeto; Júlia dos Santos Lessa, 36 anos, piauiense, viúva, sem profissão e analfabeta; Manoel Félix, 26 anos, solteiro, potiguar, policial e analfabeto; Antônio Alves da Costa, 34 anos, maranhense e comerciante. Percebe-se inicialmente a presença de homens e mulheres procedentes de várias partes do país, ali convivendo nas múltiplas dimensões das suas existências.

O maranhense José Avelino ao ser ouvido disse estava no bar quando Delphina, aparentando embriaguês, chegou dizendo que queria brigar com “uma mulher valente dali”. Foi quando apareceu Júlia e deu uma chinelada no rosto de Delphina, armando-se uma confusão que o praça José Rodrigues tentou apartar e da qual acabou saindo ferido. Em seguida, afirma que viu o também praça Manoel Honorato atingir Delphina com um golpe de bengala que derrubou-a no chão e foi então dominada. Por fim José Avelino também afirma, a título de informação, que Delphina era “uma deportada procedente de Manaus”. Na verdade, Delphina foi embarcada no Rio de Janeiro, mas como a última parada do *Satélite* antes de chegar a Santo Antônio fora em Manaus, isso explica tal afirmação dada pela testemunha.

Na sequência, a testemunha Octaviano Soares afirmou que também estava em uma serenata no bar de Antônio quando viu Delphina chegar e afirmar que “queria encontrar uma mulher valente para brigar”. Foi nesse instante que Júlia se aproximou da ré e aplicou-lhe uma chinelada na cara dela, reafirma o depoente. E quando José Rodrigues interveio no intuito de apartar a briga entre as duas mulheres, foi então ferido por Delphina. A ré foi então golpeada na cabeça por Manoel Honorato, caiu no chão e ao se levantar ainda tentou golpear os praças com a navalha que empunhava.

Não muito diferente dos depoimentos anteriores, foi a versão apresentada por Ignácio Guimarães. De forma afinada, repete integralmente aquilo que seus companheiros de profissão já tinham dito para a autoridade policial. Contudo, mais interessante é a versão apresentada por Júlia Lessa. Ela confirma também sua

presença na aludida serenata que ocorreu no bar de Antônio Soares. Lá estando, chegou Delphina que passou a desafiá-la e insultá-la e dizer, dirigindo-se a ela depoente, que “queria encontrar uma mulher valente para brigar”. Ao mesmo tempo em que ia em sua direção, diz que Delphina portava na mão direita uma navalha e por se achar ela desarmada, tirou “o chinelo e deu com ele no rosto de Delphina”. De imediato, Júlia afirma, apareceram algumas pessoas querendo desarmar Delphina, só sabendo depois que o praça José Rodrigues havia sido ferido. Finaliza dizendo que logo após o fim da confusão dirigiu-se para sua casa.

Logo em seguida foi a vez do guarda Manoel Félix dar seu depoimento. Disse que ao saber da realização de uma serenata no botequim do Antônio, para lá se dirigiu juntamente com o cabo Manoel Honorato. Lá viram sentadas duas mulheres juntas, Júlia Lessa e uma outra mulher cujo nome não sabe dizer. Delphina, do lado de fora do estabelecimento dizia então que “queria brigar com uma mulher valente”. E em seguida ela dirigiu-se para a mesa onde estavam as duas mulheres e diz para a outra que acompanhava Júlia Lessa que “não era com ela”. Ouvindo isso, “Júlia compreendeu que era com ela e tirou o chinelo acertando Delphina no rosto”. Foi quando Delphina, diz o policial, puxou uma navalha. Ao ver essa cena, o praça José Rodrigues tenta tomar a navalha de Delphina e é então ferido por ela. “A testemunha Manoel Félix, vendo a fúria de Delphina deu-lhe uma paulada na cabeça”, que ao cair no chão foi então desarmada e em seguida presa e encaminhada para a delegacia.

A versão apresentada pelo dono do botequim, onde ocorria a aludida serenata, é dada logo em seguida. Porém, ele diz que na verdade a serenata ocorria na sua casa e que havia um grupo de pessoas do lado de fora. E enquanto ele “atendia alguns fregueses, houve desordens e isso resultou no crime investigado que ele não presenciou”. Só depois, ele diz, “viu um praça ferido e ser preso a mulher de nome Delphina”.

O inquérito policial foi concluído dia 16 de julho e, de imediato, o sub-delegado Francisco Paes remete-o para a justiça. No despacho dado no dia seguinte ele afirma peremptoriamente que Delphina era “desordeira habitual e que fora deportada pela polícia de Manaus”, tal como já dissera uma das testemunhas sobre a origem da acusada. Quanto a Júlia Lessa, seu comentário segue o mesmo tom ao dizer que aquela mulher “constitui-se elemento pernicioso nessa localidade, sendo frequentemente corrigida pela autoridade local”. Os autos da denúncia

seguem então para a sede da Comarca da Justiça, em Santo Antônio do Madeira, e são recebidos no primeiro dia de agosto. Quem passa a conduzir inicialmente a instrução do processo é Salustiano Alves Corrêa, suplente de juiz de direito em Santo Antônio, que convoca no dia 06 de agosto todas as testemunhas e a ré Delphina para novos depoimentos no dia 18 do mesmo mês.

O primeiro depoimento é de Delphina, que respondeu as perguntas de praxe: naturalidade, idade, profissão, filiação e se sabia ler e escrever. As respostas foram as mesma dadas ao sub-delegado na fase do inquérito policial um mês antes, e “nada mais disse”. No segundo depoimento de Ocatviano Soares, mais uma vez ele atesta o “completo estado de embriaguez” de Delphina no dia da confusão no botequim, ou residência, de Antônio Soares. Ao ser confrontada com o depoimento dessa testemunha, Delphina teria dito “não saber o que fez, apenas ter sciencia de ter sido esbordoada pela mulher Júlia dos Santos Lessa e pelo cabo de polícia Manoel Honorato de Lyra, sendo em seguida presa”. No depoimento de Manoel Félix, mais uma vez ele disse que “estava rondando” com seu amigo homônimo e chegaram até “o botequim onde se encontrava a serenata (*sic*)” que ele sabia existir.

Na vez de Antônio da Costa, em cuja propriedade acontecia a dita serenata, este deu poucas e evasivas informações para a autoridade da justiça. Afirmou que só no dia seguinte soube, por ouvir dizer, “ter sido Delphina presa por ter ferido gravemente com uma navalha o praça de polícia de nome José Rodrigues”. Justifica seu alheamento em relação ao ocorrido porque “seus afazeres não permittiram que o mesmo testemunhasse o facto de vista”.

No dia 20 de agosto, Júlia Lessa presta seu depoimento perante a justiça. De novidade, segundo os autos, disse que estava na serenata acompanhada da “mulher de vida fácil Jardimilina de tal” e logo que chega Delphina, esta passa a insultá-la. De imediato Júlia Lessa diz que “queixou-se a patrulha rondante” sobre o comportamento da ré, justificando que “não queria questões naquelle lugar, pois havia autoridade”. Ao ser dada a palavra a Delphina, esta disse que valia o que já tinha dito durante a acareação com a primeira testemunha.

Por fim, o depoimento de Manoel Honorato ocorreu no dia 27 de agosto, encerrando a fase de oitivas perante a justiça. Nada acrescentou em relação ao que já havia falado antes. Interessante notar que, passado mais de um mês, José Casemiro não foi ouvido, bem como a mulher chamada Jardimilina. Nesse mesmo dia Delphina é ouvida novamente e dessa vez conta os motivos que a levaram golpear a

navalha José Rodrigues. Disse que conhecia todas as pessoas envolvidas no processo e tal fato aconteceu por ter “levado uma bordoadada em cima do olho esquerdo pelo cabo Manoel Honorato” e logo em seguida uma “bordoadada do cabo Manoel Félix”. Antes disso, “uma chinelada na testa pela mulher Júlia”. Em consequência disso, afirma, “achando-se um pouco alcoolizada, resolveu resistir a prisão puchando (*sic*) por uma navalha, dando golpes com a mesma sem saber em quem”. No dia 02 de setembro Delphina é “pronunciada no *artigo 304*, § único do Código Penal e por terem ocorridas as circunstâncias agravantes do *artigo 39*, §§ 04 e 16 do mesmo”.

Ou seja, foi enquadrada no crime de lesão corporal⁶⁰⁴ com os agravantes de ter sido impelida por motivo frívolo e reprovável (§ 04) e por estar o ofendido sob “proteção imediata da autoridade pública” (§ 16). Este último agravante se devia ao fato do praça estar de serviço, numa função do Estado. Sobre este último aspecto, interessante notar que numa vila onde quase nada acontecia, três praças estavam de “serviço” numa serenata que ocorria em um botequim. E ainda, o processo foi movido pela justiça pública e não por Júlia Lessa ou José Rodrigues, ambos agredidos por Delphina Rodrigues.

Somente no dia 30 de outubro de 1914, quando já havia mais de um ano presa, são convocados os jurados para compor o grupo que absolveria ou condenaria a ré Delphina Rodrigues. A sessão do júri ocorreu apenas no dia 05 de dezembro do mesmo ano, tendo a frente o juiz João Chacon, da Comarca de Santo Antônio do Madeira. Como promotor atuou Joviniano Reis e José Casemiro Bayma foi o escrivão. O defensor público, que atuou em favor de Delphina Rodrigues, foi João Timótheo Pereira da Rosa. Logo no início da sessão foi realizado o sorteio dos oito jurados, sendo sorteados somente homens para a composição do júri de sentença. Em seguida Delphina mais uma vez repetiu o mesmo depoimento lacônico já prestado em fases anteriores e o escrivão passou então a ler para o público presente todo o processo da formação de culpa da ré Delphina. O promotor então desenvolveu sua argumentação de acusação e defendeu os graus de pena que deveriam ser imputados para Delphina Rodrigues. As informações do escrivão são

⁶⁰⁴ Código Penal, artigo 304: “Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incurável e que prive para sempre o ofendido de poder exercer o seu trabalho: Pena - de prisão celular por dois a seis annos. Paragrapho único. Si produzir incommodo de saúde que inhabilite o paciente do serviço activo por mais de 30 dias: Pena - de prisão celular por um a quatro annos”. *Op. cit.*

sucintas e pouco esclarecedoras: assim como no caso do promotor, diz que o advogado de defesa de Delphina também “desenvolveu a defeza (*sic*) do seu constituinte (*sic*) mostrando a lei, provas, factos e razões porque sustentava a inocência da sua constituinte”.

As questões preparadas pela promotoria e oferecidas aos jurados para responderem apenas *sim* ou *não*, foram as seguintes: 1) se no dia 14 de julho de 1913 a ré feriu o praça José Rodrigues com uma navalha? Os oito jurados votaram *não*; 2) o ferimento provocado causou grave incomodo de saúde no ofendido? Outra vez o *não* foi unanimidade; 3) O ofendido ficou inabilitado para o trabalho por mais de trinta dias? Os oito jurados disseram *não*; 4) O crime foi cometido por motivos frívolos? Também foram unânimes em negar; 5) O crime foi cometido em período noturno? Disseram *não* integralmente; 6) Existiam atenuantes em favor de Delphina? Outra vez a negativa foi plena. Um pouco intrigante esta pergunta, pois ela confronta em parte com a resposta negativa da primeira. Delphina poderia não ter ferido o soldado como consta no processo, contudo haveria a hipótese de ter facilitado para que outra pessoa cometesse tal delito. Mas essa possibilidade não consta nos autos. As questões da defesa foram as seguintes: 1) a ré estava em estado de privação dos sentidos no dia do crime? Afirmaram conjuntamente que *não*; 2) em face do *artigo 27*⁶⁰⁵, do Código Penal, a ré é criminosa? E por fim, consideram todos do conselho de sentença que Delphina não era criminosa. Assim, Delphina Rodrigues foi absolvida por unanimidade e a expedição de seu alvará de soltura se deu no mesmo dia em que se encerrou o julgamento.

Delphina livra-se da cadeia, mas talvez não tenha se livrado nunca do signo que carregava atrelado à sua pessoa: a de desterrada e de prostituta expulsa do Rio de Janeiro. O caso a seguir, tem muita semelhança com este que acabei de narrar. Trata-se de mais um passageiro involuntário do *Satellite* envolvido com a lei e com os estereótipos impregnados em seu corpo de ser um desordeiro contumaz. Porém, ele não é réu e sim vítima. Mas no decorrer do processo, o acusado tentou inverter os papéis como veremos.

6.1.2 – Francisco Pereira, Presidente Marques, maio de 1916

No dia 01º de maio de 1916, na vila de Presidente Marques (atual Abunã), onde existia uma estação de trem da ferrovia EFMM, houve uma festa alusiva ao dia do trabalhador na qual muitos moradores da localidade estavam presentes naquela noite. Duas personagens centrais dessa narrativa estavam naquele evento festivo que logo acabou em confusão: Francisco Pereira, um desterrado de 1910⁶⁰⁵, e o comandante local da força policial, alferes Henrique Carvalho dos Santos.

Diferentemente daquela decisão inicial da administração da EFMM, de não contratar os “elementos de desordem” desterrados no *Satellite*, cinco anos depois Francisco Pereira trabalhava como foguista na oficina de trens da EFMM e conta que naquele dia, após terminar “a limpeza de uma máquina”, ao fim da tarde, saiu do alojamento da estação para comprar farinha. No caminho encontrou alguns companheiros que lhe convidaram para “um pagode na casa do Sr. Salvador”. A princípio ele declinou de ir lá, alegando estarem presentes “alguns desafetos [seus] por causa da mundana Joanna Piau e outros que estavam na companhia do tenente Carvalho”. Nesse seu depoimento, prestado ao subdelegado no dia 03, ele já estava baleado com um tiro que atingiu seu fêmur direito e configurava como vítima de um inquérito policial rumoroso. Ele mesmo aponta que existiam rixas que antecederiam aos conflitos gerados no pagode do senhor Salvador. Questões que envolviam além da pessoa do comandante da força policial da localidade, desavenças e talvez disputas em torno de uma mulher que ele classifica como a mundana (prostituta) chamada de Joanna Piau.

Nessa mesma ocasião, ele diz ter vinte e três anos, trabalhar como foguista e ser natural do Rio de Janeiro. Isso significa que ao ser desterrado no vapor *Satellite* ele tinha no máximo dezessete 17 anos, muito provavelmente foi um entre as centenas de expulsos da Marinha após o fim da revolta dos marinheiros. E em vez de limpar e alimentar caldeiras de navios, como antes, passou a fazer o mesmo serviço nos trens da EFMM.

Entretanto, depois de voltar ao alojamento onde dormia, não resistiu à tentação e resolveu ir “em direção a casa onde ocorria o pagode, porém ficando do

⁶⁰⁵ Artigo 27, § 4º: não são criminosos os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime. *Op. cit.*

⁶⁰⁶ Ver seu nome em *Apêndices*, Quadro 01, item 22, dos desterrados de 1910. Ele consta como sendo um dos 68 marinheiros expulsos da Marinha.

lado de fora” conversando com uns companheiros seus, como diz. Afirmar que a refrega começou quando ele “censurou” um amigo, “de bons procedimentos”, por ter levado as suas duas irmãs solteiras para aquele pagode. Outra pessoa que estava próxima e ouviu a conversa, “garantiu que se alguma coisa acontecesse ele estava ali para defender [as irmãs]”. Esta conversa chegou aos ouvidos do tenente Carvalho, que segundo Francisco Pereira, ordenou aos gritos que a patrulha da polícia ali presente o revistasse e como nada encontraram, um dos praças deu-lhe “uma pranchada de sabre na cabeça”.

Francisco Pereira disse ter se desvencilhado dos policiais e corrido para um local escuro do outro lado da linha do trem e de lá gritou que “queria ver irem pegá-lo”, demonstrando um ímpeto desafiador que muitas testemunhas disseram posteriormente ser sua marca. Contou ainda que os praças atiraram em sua direção na escuridão, sem acertá-lo, e que ele correu para se refugiar na oficina onde trabalhava. Nesse local diz ter passado o resto da noite, quando foi surpreendido por volta das seis da manhã com o destacamento de policiais liderados pelo tenente Carvalho chegando na oficina da EFMM à sua procura. De imediato, Francisco diz ter se escondido no terreno atrás da oficina e tentado pular o muro dos fundos, quando foi surpreendido com um grito de “entrega-te negro” e logo em seguida foi atingido por um dos tiros disparados por ordem do tenente Carvalho. E conta ainda que tentou fugir apenas “para não ser liquidado pelo pelotão armado de fuzil”.

No mesmo dia foi chamado o comandante policial, “tenente” Henrique de Carvalho Santos, que na verdade era apenas um alferes aposentado e não possuía a patente pela qual era conhecido no lugar. Contou ao subdelegado que dera autorização para uma festa “em regozijo ao dia do trabalho” e que depois dos seus afazeres, também foi ao local para tomar uns aperitivos e sentou numa mesa com dois amigos. Pouco depois, “o preto Francisco Pereira entrou no mesmo botequim pedindo que lhe servissem uma cerveja e dizendo: ‘hoje eu acabo com esta festa’”. Afirmou ainda que na segunda vez em que Francisco Pereira pediu cerveja e repetiu a mesma frase ele, como policial, interpelou Francisco afirmando que ele era de fato a autoridade ali.

Francisco teria então tentado atingir Henrique Carvalho e foi intercedido pelos praças que faziam a patrulha e estavam junto do comandante. Foi nesse momento que um deles deu uma pancada de sabre em Francisco Pereira. O restante do enredo já sabemos, exceto pelo fato da testemunha alegar que

Francisco ao fugir para a escuridão deu tiros em direção a casa onde se realizava a festa. Isso fez com que os membros da força policial, que se encontravam na festa, fossem ao quartel buscar armas de fogo para revidar aos tiros que Francisco disparava, de acordo com Henrique de Carvalho.

Cabe realçar que a leitura de processos criminais, como estes aqui mostrados, podem erroneamente nos dar a impressão de que a violência e o crime em determinadas sociedades são muitos presentes na vida cotidiana. Sem certos cuidados isso pode levar o pesquisador a apontar para um quadro de violência extrema a partir desse tipo de documentação, que trata especificamente de crimes. No presente caso, as circunstâncias, a trajetória das pessoas envolvidas e o lugar em que ocorrem dizem bastante sobre o panorama cotidiano da localidade e das pessoas que ali se encontravam. Um lugar de fronteira nos “sertões” do Brasil, onde a presença da justiça e dos guardiões da ordem (polícia) era ainda muito deficiente; deriva daí um predomínio de ações individuais marcadas pelo signo da valentia e da audácia. Demonstrar tais predicados era muitas vezes algo valorizado e incutia medo e respeito numa sociedade onde andar armado era um hábito e visto como uma necessidade, muitas vezes.

Entre as testemunhas, merece destaque o depoimento do “turco” Karubim Forbay, um comerciante de 27 anos que estava com outro “compatriota”, José Assad Azzi e o policial Henrique de Carvalho. Disse que todos estavam sentados numa mesa quando passou Pereira próximo deles, quando o “tenente Carvalho disse que o preto passava para mostrar a arma e que ia mandar o preto para o quartel”, mas que ele testemunha não viu em nenhum momento arma alguma em poder de Francisco Pereira.

No dia 07 de maio o Inquérito é concluído e remetido ao promotor público Vulpiano Tancredo Machado, em Santo Antônio do Madeira. Esse promotor não aceita a denúncia contra Henrique de Carvalho por achar que as provas ali apresentadas são insuficientes para tal. O juiz José Júlio contesta o promotor e diz que “ele se preocupou com a defesa do réu” e por isso não poderia admitir “que um promotor de justiça formado não compreenda as limitações de suas atribuições”. Nessa contenda entre duas autoridades do judiciário, resultou em o promotor multado e a denúncia acatada, tendo Henrique de Carvalho sido intimado em 09 de julho para prestar esclarecimentos por escrito sobre as denúncias de crime de responsabilidade e tentativa de assassinato em um prazo de quinze dias.

Contudo, tal prazo não foi cumprido pelo acusado, pois é somente em 11 de agosto que Henrique Carvalho, já no posto de subdelegado de polícia em Presidente Marques, se digna a responder ao juiz do caso. Na sua defesa ele relata sua versão aos acontecimentos daquela noite da festa e da prisão na manhã seguinte, após ser baleado, de Francisco Pereira. Porém, a outra parte de seu depoimento é centrada na desqualificação moral da vítima e do passado dela tido como desabonador de desordeiro contumaz.

Vejamos o que ele diz inicialmente sobre Francisco Pereira, tal como está escrito e anexado aos autos:

seja-me licito declarar e deixar patente com as côres firmes da verdade, quem é o individuo que acode pelo nome de Francisco Pereira. Francisco Pereira (se é que este seja o seu verdadeiro nome) longe e muito longe de ser um cidadão util por qualquer fôrma a sociedade, é um typo menos pernicioso em qualquer meio, é indiscutivelmente um requintado desordeiro um deslavado gatuno, um bandido enfim.

Após essa apresentação de Francisco ao juiz do caso, Henrique Carvalho historia o modo como Francisco Pereira chegou naquela região. Rememora a revolta de 1910 e as medidas de “saneamento” do Governo Federal, que redundaram na expulsão de centenas de indesejáveis. E Francisco Pereira era um deles.

Quando no governo da Republica, o Exmo. Senr. Marechal Hermes da Fonseca, a policia do Estado do Rio de Janeiro, tendo de proceder a um saniamento na cidade, expurgando-a, com a eliminação do seu seio de alguns dos mais terriveis elementos da desordem e do crime de toda a natureza, fez uma rigorosa devassa na classe mais abjecta e della tirou 444 almas danadas perdidas e perigosas, compostas de terriveis desordeiros, gatunos deslavados, marinheiros insubordinados e meretrizes nojentas, e fez embarcar todo esse pessoal indigno, no vapor “Satélite” deportando-o para os recantos do norte do Paiz á ser despejado nos doentios e longincuos seringaes do Territorio do Acre.

Eram pessoas que na totalidade estavam marcadas pela mácula da criminalidade, vagabundagem e rebeldia. E por representarem perigos enormes para a capital da República e os poderes constituídos, foram “deportadas” para os “longínquos seringais do Acre”. Henrique Carvalho reproduz na sua defesa a idéia lançada pelo Governo Federal nas duas ocasiões dos desterros de que aqueles homens e mulheres seriam utilizados nos trabalhos dos seringais. Parte desses

desterrados pode mesmo ter chegado aos seringais, mas os indícios apontam para uma maior presença deles nos esparsos e diminutos núcleos urbanos amazônicos. Já vimos que muitos foram aproveitados nas Linhas Telegráficas, em serviços urbanos nas vilas do entorno da EFMM e no Acre; nesta localidade, inclusive, custodiados por uma das três prefeituras departamentais. E até mesmo na própria estrada de ferro, mesmo com a recusa inicial da administração em aceitá-los como trabalhadores seus. Neste último exemplo se enquadra Francisco Pereira. Certamente nos seringais não foram mais nem menos desejáveis, ou úteis, do que foram em outras atividades.

Interessante ainda notar que nessa representação de lugar distante e doentio, para Henrique Carvalho o Acre é algo mais além, mais afastado e longe da desditosa e também pouco louvada região do Madeira. Pode ser percebido nessa passagem citada como certos discursos, de tons uniformes e generalizantes, transitavam desde o “litoral” até locais mais remotos do país. Os homens e mulheres expulsos à força na condição de desterrados, também aparecem na leitura de uma autoridade policial, pouca afeita ao domínio da norma escrita da língua, de uma distante vila do interior noroeste do Mato Grosso, como próprios culpados pelas medidas de “saniamento” [*sic*] realizada pelo governo contra os membros da “classe mais abjeta” da cidade do Rio de Janeiro.

Na explicação dessa autoridade/réu, aqueles desterrados de antemão eram um vagalhão de vagabundos da pior espécie. Percebe-se ainda que ele conhecia de alguns pormenores ocorridos durante a viagem cinco anos antes do vapor maldito, o que talvez tenha sabido a *posteriori*. Eis suas palavras não só para se referir a Francisco, mas a todos seus companheiros de viagem embarcados no *Satellite*:

Essa onda de miseráveis, como que corrompidos desde o primeiro vagido, causava tão inaudito terror que a policia ordenou severamente não fosse permitido a nem um pisar em terra durante a travecia [*sic*] do Rio ao extremo norte, o que foi cumprido. Esses selerados vieram escoltados por um grande contingente do exercito com armas emballadas, sob o comando do tenente Francisco Mello. Não obstante, o official da escolta durante a viagem vio-se na indeclinada necessidade de mandar fuzilar alguns, pelo bem que restava com o seu desaparecimento. Pois bem: Francisco Pereira foi um dos celebres 444 e que por desgraca desta sona [*sic*], não foi elle tambem fuzilado, como outros seus companheiros de vida perdida. E nem se diga que esse bandido regenerou-se, por quanto, de há muito vem se constituindo o terror, o espantelho desta Villa. Francisco Pereira (que diga a população desta terra) jurou a sua

indole perversa que deveria desrespeitar a tudo e a todos e assim fez com a própria auctoridade de então. Implicou com a força pública, primordial preocupação de todo selerado e desordeiro, tendo já nesta localidade desarmado e feito correr em pleno dia os soldados aqui destacados.

Por fim, remete às proezas de Francisco Pereira na vila de Presidente Marques, mas nada fala sobre o fato de prendê-lo fora do flagrante, sem mandado e ainda ter dado ordem para que os praças atirassem nele. Caso que acabou levando o subdelegado a figurar, como já foi dito, na condição de réu no referido processo. Ele procura antes de tudo atestar a “folha corrida” dos maus comportamentos e peripécias iníquas do desterrado Pereira: desagregador, brigão, desrespeitosos com os mais velhos e que forçava prostitutas ao sexo sem ao menos pagá-las.

Eis como essas questões aparecem através do se depoimento escrito entregue á justiça:

Antes do baile do dia 1º de Maio a noite Pereira em completo estado de nudez de emboscada, e armado de revolver, agredio ao cidadão (sic) Maia e Mello, este conductor de trem e aquelle carteiro ambulante do correio, e quando reconhecidos, desculpou-se o desordeiro, allegando que julgava ser algum soldado que ele esperava para dar um tiro! O respeitável ancião Cel. Vicente Maia, que nesta localidade com os applausos e acatamento da população, exerce o cargo de Agente do Correio, não escapou da sanha de Pereira, que o insultou publicamente, porque o digno funcionario não lhe quis entregar uma carta de uma mulher, sem ordem da mesma. Pereira, ainda o crapula, quando nada fazia, agredia e forçava em suas proprias casas, as mulheres publicas para fins libidinosos, conseguindo o seu intento, dadas as condições de superioridade, sexo, força e arma. Deste Modo, o deportado do “Satélite” ia levando tudo de vencida, pela impunidade que sempre gozou, sendo certo e publico nesta localidade, que o ex- Sub-Delegado Sr. Simpliciano, por covardia talvez, depois de desrespeitado e corrido pelo desordeiro, o mandou chamar para servir de seu agente de policia!!! Eis o famigerado Pereira, Exmo. Senr.!

Segundo Henrique de Carvalho, Francisco Pereira tanto fez de errado que granjeou fama de homem temido até pelas autoridades policiais locais. Essa sua “reputação”, o teria beneficiado ao ponto de um subdelegado da localidade preferir tê-lo como aliado a adversário. Francisco Pereira teria então sido promovido a agente policial por uma autoridade que, por temor e covardia, não quis cumprir a lei. Tomada por crível, o que se pode extrair dessa informação é que a má fama e a

valentia imputadas aos desterrados, de uma maneira geral, podiam em alguns casos serem úteis para se estabelecer “alianças” com autoridades dos locais para onde foram desterrados. No capítulo anterior vimos como no Acre ocorreram denúncias de terem alguns desterrados sido incorporados nas fileiras da guarda departamental e agidos como capangas de algumas autoridades executivas do Acre Federal.

Nesse caso envolvendo Francisco Pereira, diferentemente do subdelegado de antes, Henrique de Carvalho se coloca perante o juiz do caso como uma autoridade que enfrentou um bandido irrecuperável. E parece deixar subentendido que mesmo exorbitando da lei, não podia tergiversar diante de uma figura tão abjeta e incorrigível como era o caso de Francisco Pereira nas suas palavras. Algo que se reforçar mais adiante na sua exposição, ao dizer que: “jamais deixarei minha autoridade envolvida no manto negro do desprestígio e da desmoralização”. Cabe realçar que no primeiro depoimento de Francisco Pereira ele diz que tinha desavenças com esta autoridade e que elas antecederiam a festa de 01º de maio.

Admite na carta – pela primeira vez – que deu ordens para os soldados atirarem em Francisco Pereira, pois naquele momento estava diante de “um bandido, energúmeno reconhecido”. Mas contesta as duas acusações criminais que lhe foram imputadas no Processo Criminal (abuso de autoridade e tentativa de assassinato), dizendo que agiu dentro da lei e de acordo com o que se exigia naquele momento em que Francisco Pereira tentou fugir, após ouvir a ordem de “entrega-te negro” dada pela polícia.

Henrique de Carvalho acusa o delegado Francisco Paes, responsável pela fase do Inquérito, de ser mais um dos protetores de Francisco Pereira. E que essa autoridade procurou nas oitivas ouvir somente testemunhas favoráveis a Francisco Pereira, tendo inclusive redigido alguns depoimentos dessas mesmas testemunhas. Contesta e desqualifica a veracidade das informações prestadas por algumas delas, por considerar que haviam mentido ou por deporem sobre fatos apenas por “ouvir dizer”. E conclui esta parte da sua carta indagando se “poderá ter essa papelada disregrada (*sic*) e falas, o rótulo de inquérito policial?”

Já na condição de subdelegado de Presidente Marques, Henrique de Carvalho solicita de vários moradores daquela vila, depoimentos por escrito que atestassem a vida pregressa de Francisco Pereira naquele lugar, que segundo a autoridade sempre fora pautada pelo desrespeito às leis, aos bons costumes e à

moral. Ele junta esses depoimentos de pessoas consideradas honestas e de boa índole e anexa-os à carta enviada ao juiz do caso.

Todos dão testemunhos muito parecidos, ao afirmarem o comportamento de desordens, insolência e atrevimento que parecia ser intrínsecos a Francisco Pereira. A exceção é que algumas pessoas mesmo levantando os aspectos negativos marcantes na vida de Francisco Pereira na vila, também ressaltam que ele sempre fora um homem bastante trabalhador. Ou seja, de acordo com certos valores muito presentes naquele período, na boca de algumas pessoas Francisco Pereira era “desordeiro”, mas não um vagabundo indolente. Ser valente era algo muito mais valorizado do que ser tachado de desocupado pois, além do opróbrio, vadiagem era um crime tipificado no Código Penal vigente na época.

Um aspecto importante nesse caso é que pela primeira vez o acusado, Henrique de Carvalho, apresenta o auto de resistência e agressão de Francisco Pereira, com data de 02 de maio, dia em que Francisco Pereira foi baleado e preso já fora do flagrante delito. O detalhe é que o auto não é assinado pelo subdelegado da época, Francisco Paes, e sim por Henrique de Carvalho: novo subdelegado e réu no Processo originado daquele Inquérito Policial. Ou seja, assinou um documento com uma data retroativa que antecedia sua posse!

A morosidade da justiça com o tempo foi beneficiando o réu, que de protelação em protelação viu o caso ser aos poucos inviabilizado pelas circunstâncias do lugar: distância das Comarcas, da sede do Juízo e dificuldades de localizar e transportar as testemunhas depois de decorrido algum tempo após o crime que ocorreu no feriado do dia do trabalho. Um dos exemplos é que o juiz do caso necessitou de permissão de autoridades judiciais sediadas em Manaus para que algumas testemunhas fossem transportadas de Presidente Marques até Santo Antônio do Madeira. O fato é que nenhuma testemunha foi mais ouvida e o juiz Francisco Coutinho mandou arquivar o caso no dia 26 de abril de 1917.

Encerram-se assim nessas narrativas apresentadas pequenos fragmentos da trajetória amazônica de dois daqueles inúmeros sujeitos desterrados, embarcados na Baía da Guanabara nos porões do *Satélite* na noite de Natal de 1910 e tendo como destino a *Sibéria tropical*. Delphina e Francisco, pessoas de vidas turbulentas e errantes como talvez tenham sido as de tantos outros companheiros involuntários de infortúnios, foram ao mesmo tempo culpadas e

inocentes pela forma como se inseriram em enredos sobre os quais não puderam antever onde iam parar.

6.2 – Os desterrados na Sibéria tropical: *máculas, crimes e esquecimentos*

Desde muito tempo, algo que remonta aos primórdios do século XIX, se reproduzia entre os moradores e os viajantes que subiam os rios a partir de Manaus a lenda da Ilha de Marapatá, que também é conhecida por *Ilha da Consciência*. Foi ali naquela ilha que o navio *Satélite* permaneceu fundeado por dez dias enquanto não se resolvia o caminho a ser tomado por sua carga humana de proscritos no ano de 1910. Segundo a lenda supracitada, todo aquele que quisesse triunfar na Amazônia ao navegar pelos caminhos hídricos selva adentro, deveria deixar nessa ilha sua consciência e buscá-la somente quando resolvesse deixar a região e regressar à chamada civilização. Ou seja, nas paragens interiores da Amazônia a aventura e a cobiça não combinavam com quaisquer escrúpulos ou princípios éticos e morais. Muitos asseveravam que nos altos rios se podia tudo e ninguém deveria se culpar disso. Daí a recorrência para se desculpar, aceitar e praticar certos procedimentos que muitas vezes eram considerados elementares para viver diante de tantas adversidades.

O missionário Constant Tastevin, se deparou com algo parecido no campo religioso por volta de 1914 na região do Alto Juruá. Ele narra que em muitas localidades, “em um meio tão abandonado (...) as preocupações materiais abafaram quase todas as aspirações sobrenaturais”. E que aquela “pobre gente, não tendo outro móvel para suas ações além do interesse, não podem crer que *[um padre]* possa agir por simples dedicação”⁶⁰⁷ ao andar por aquelas paragens distantes. Ou seja, qualquer ação diletante ou derivada da obrigação parecia ser algo difícil de acreditar, mesmo vinda de um religioso.

O naturalista inglês Henry W. Bates, diz que ouviu esta mesma lenda, em 1850, sobre a cidade amazonense de Manacapuru. Ele narra que os viajantes e exploradores sem escrúpulos, ao subirem o rio Solimões, diziam que deixavam a vergonha em Manacapuru, para só readquiri-la na volta⁶⁰⁸. Além disso, de acordo

⁶⁰⁷ TASTEVIN, C. “Na Amazônia (viagem ao Alto Juruá e ao Rio Tejo), 1914”, pp. 61-71. In CUNHA, M. C. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, pp. 64 e 67.

⁶⁰⁸ BATES, *op. cit.*, p. 151.

com o senso comum da época, muitos consideravam que só rumavam para a Amazônia espontaneamente sujeitos com uma boa dose de espírito aventureiro e de ganância. Essas características comumente eram amplificadas pela pobreza da maioria que chegava com a ilusão da possibilidade de riqueza fácil, proporcionada pelo látex ou outros elementos ligados ao mito da região rica e misteriosa que atiçava a imaginação de uma miríade de adventícios na virada do XIX para o XX. Usando uma expressão de Euclides da Cunha, diria que muitos desses “expatriados da pátria”, juntos com muitos estrangeiros adventícios, muitas vezes nada tinham a perder a não ser a vida.

Contudo, os desterrados de 1904 e 1910 destoam desta linhagem de migrantes, pois eles não eram regra e sim a exceção ao passarem pela “Ilha da Consciência”. Não foram imbuídos da ganância nem da aventura escolhida por livre arbítrio, não imaginavam serem agraciados pela *Fortuna*, talvez só restasse a eles o desejo de sobreviver naquele mundo desconhecido. Um lugar cujas características que muitos já tinham ouvido falar antes de embarcarem, assemelhavam-se, comumente, a de um inferno terreal. Mas não podemos dizer se foram mais perniciosos ou virtuosos aos lugares por onde passaram que aqueles ali chegados em outras condições. Contudo, pareciam forçosa e perenemente carregarem a pecha de desterrados; ou deportados, como ficaram mais conhecidos à época.

A pesquisadora Nilza Menezes⁶⁰⁹ diz que depois de chegarem à Vila de Santo Antônio do Madeira, mesmo passados alguns anos, os desterrados de 1910 eram ainda sujeitos marcados pela mácula do banimento, perseguidos pela polícia local e estigmatizados pela população do lugar como criminosos permanentes. Eram pessoas marcadas pela experiência da impotência, de que nos fala Pierre Ansart⁶¹⁰, para quem a humilhação sofrida pelas vítimas se mostra com frequência de maneira durável. Experiência esta que talvez tenha os acompanhados por toda a vida, pois seus infortúnios ficaram impregnados na memória coletiva e perseguiram todos eles por muitos anos, gerando múltiplos sofrimentos acerca de um passado não esquecido ou superado, retroalimentado pela humilhação e exclusão permanentes da qual estavam prisioneiros.

⁶⁰⁹ Cf.: MENEZES, N. “Os sobreviventes do barco Satélite”. Revista **Primeira Versão**, ano I, número 54. Porto Velho: Editora da Unir, 2001.

⁶¹⁰ ANSART, P. “As humilhações políticas”. In: MARSON & NAXARA. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Edufu, 2005, pp. 15-29.

Malgrado os crimes que Francisco Pereira, Lycurgo de Carvalho, Delphina Rodrigues, Saul Ovídio e tantos outros anônimos de desditas semelhantes tenham cometido, podemos atestar que aqueles homens e mulheres não foram condenados somente pelas autoridades republicanas, mas acima de tudo condenados e punidos pela nova ordem política, moral e cidadina que as elites brasileiras intentavam impor ao país. Por analogia aos degredados do período colonial, os desterrados de 1904 e 1910 também embarcaram à força e a contragosto em “novas galés”, em direção ao desconhecido para trabalharem, viverem e morrerem em um lugar estranho e distante daquele do qual foram desterrados. Certamente muitos daquele contingente de quase dois milhares de pessoas recomeçaram a duras penas novas vidas, sem envolvimento com a justiça e confronto com a lei, mas certamente em alguns casos procurando esconderem o anátema da condição de desterrados.

É certo que até hoje pouco, ou quase nada, sabemos das desventuras daqueles homens e mulheres enviados para as *regiões do Acre* na primeira década do século XX. A maioria parece não ter deixado muitos rastros documentais ou testemunhais de suas andanças por aquelas paragens nos confins da Amazônia. Talvez outros trabalhos historiográficos possam lançar novas luzes ao que ainda hoje continua, e muito continuará, obscuro e indizível. Tarefa nada fácil quando lidamos com estas lacunas tão imensas, tal qual a Amazônia.

Considerações finais

“No anfiteatro lacustre do Amazonas o caboclo é o Orestes da tragédia grega. É perseguido por fúrias. [...] e no sangue, que hade lavar, um dia, as veias do brasileiro etnico normal, o sangue do pária tapuio terá seu coeficiente de mistura ao sangue de tantos povos, argamassado num só corpo, [...] fundido num só molde”.

Alberto Rangel, **Inferno Verde (1908)**.

Irei começar essas considerações finais retomando o escritor Euclides da Cunha e suas recorrentes percepções da Amazônia como um espaço antitético, ao dizer que “a Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante”⁶¹¹. São impressões argutas de um pensador já afamado e reconhecido como tal, mas carregadas de dualidades em oposição com laivos de determinismo em relação à natureza e da crença na ausência do *caráter nacional* nessa parte do Brasil. Não era com certeza uma percepção isolada naquele período, pois como foi bastante acentuado nos capítulos deste trabalho, o Governo Federal e parte da imprensa procuraram realçar tais impressões ao escolherem a Amazônia — e o Acre em particular — como local de internação dos indesejados da capital federal. Capital que era para muitos a expressão da aludida “civilização distante” de que fala Euclides da Cunha, contudo uma civilização que ele mesmo diz olhar mais para a Europa do que para o interior daquele Brasil “profundo” e esquecido.

Algo que ele já antevê na sua obra *Os Sertões* repete-se na Amazônia: a existência de dois *Brasis*, onde o Sul é a antítese dos grotões rurais daquilo que em parte mais tarde vai ser geografado como Nordeste, até então chamado genericamente de Norte. Segundo Neide Gondim, nos escritos amazônicos de Euclides da Cunha temos “a visão de um republicano que tenta encaixá-la [a sua *teoria*] nos locais por onde passou e o que não se coadunasse seria sumariamente eliminado”⁶¹². Desta visão talvez tenha se originado a idéia do título de sua obra que reúne seus ensaios amazônicos: *À margem da história*. A margem de que história estava a Amazônia e aqueles que lá viviam? Certamente da história nacional, pois

⁶¹¹ CUNHA, 2000b, *op. cit.*, p. 123.

ele entendia que naquele lugar havia em demasia sujeitos desvinculados dos valores e sentimentos ligados à idéia de nação. Uma parte do Brasil que não era Brasil; de brasileiros que eram brasileiros de fato, mas não de direitos, pois não participavam da *comunidade nacional*.

Num primeiro momento, alguns estudos parecem reforçar tal percepção. Segundo cálculos de José Loureiro, a Amazônia com cerca de 01 milhão de habitantes na primeira década do século XX contribuía com cerca de 39% das exportações nacionais, enquanto o restante desta riqueza exportada era produzida por cerca de 34 milhões de pessoas⁶¹³. Alertava este autor para a pouca atenção dada pela União àquela parte do Brasil tão abandonada, onde o Estado nacional apenas se beneficiava das suas riquezas sem dar-lhe contrapartida equivalente ou próxima da riqueza extraída e exportada. Em grande medida, falava ele em nome dos proprietários, dos barões da borracha e dos comerciantes ligados ao chamado sistema de aviamento, que tinha no Seringal sua expressão de maior significância. É esse sistema produtor de riquezas, baseado na empresa seringalista com suas relações de trabalho idiossincráticas que perturba e choca Euclides da Cunha, quando lhe vem à mente ali existir “um feudalismo acalcanhado e bronco”⁶¹⁴.

Percebe-se daí que há um descompasso, aonde o progresso do Sul não chegava àqueles rincões riquíssimos. Não nos referimos aqui ao fausto e a riqueza das elites de Belém e Manaus, engalanadas que eram pelos produtos e ares da Europa, mas de uma unidade nacional que ali não se completava, um lugar onde a vigência da lei e da ordem é então de caráter mais privado que estatal. Há por partes de muitos que ali então estavam, o sentimento do abandono pela própria nação que não lhes acolhia. O caboclo é um exilado na própria pátria, segundo Alberto Rangel, num lugar onde ele ressalta que a justiça se fazia pela força do winchester 44 [*marca de rifle*]⁶¹⁵. Para a maioria daqueles cronistas, são esses sujeitos expressados na figura do caboclo enjeitado pela nação, explorado pelos poderosos e que lutava arduamente contra a natureza – às vezes adversa, às vezes amiga – para sobreviver.

⁶¹² GONDIM, *op. cit.*, p. 226.

⁶¹³ *apud* GONDIM, *op. cit.*, p. 228.

⁶¹⁴ CUNHA, *op. cit.*, p. 128.

⁶¹⁵ RANGEL, *op. cit.*, p. 177.

O paralelo com a tragédia grega de Ésquilo⁶¹⁶, proposta de forma lateral por Rangel na epígrafe, não deixa de ser interessante. Adaptando-a para o presente caso, o caboclo é Orestes, príncipe desterrado, vingador, civilizacional e elo democrático da miscigenação e da nacionalidade; a natureza traiçoeira é a rainha Clitemnestra, que precisa ser domada (destruída?) nas suas fúrias e perigos; o país é Agamenon, que deixa seus filhos órfãos e não os ajuda. Pelo contrário, precisa de ajuda, que os filhos ajam em seu nome, trabalhem em seu proveito. Seria tentado a dizer, mesmo diante das muitas proximidades existentes entre os escritores – e amigos – Alberto Rangel e Euclides da Cunha, que eles divergem num ponto específico nessas questões relacionadas à Amazônia: Euclides da Cunha apontava para a necessidade de uma ação e presença mais incisiva e direta do próprio Estado nacional na Amazônia; Alberto Rangel nos indica, de forma mais poética e menos sociológica, que as mudanças se dariam futuramente. Elas viriam pelas mãos dos próprios habitantes, amalgamados a partir das diversas misturas e tornados então espíritos “vingadores”. Ou como ele mesmo diz, “outros virão, os felizes, na terra semeada e desbravada, meter o alicerce fundo da *urbs*, onde foi o abarracamento provisório do *settler*”⁶¹⁷.

Aproximando ainda mais dos desterrados de 1904 e 1910, aqueles desterrados, perseguidos pela fúria do Governo/Nação (Agamenon), são “entregues” forçadamente à Amazônia (Clitemnestra). Mas para eles seguem a narrativa do mito, faltava a eles serem tal como Orestes e converterem-se em caboclos vingadores. Todavia, eles eram no máximo novos “brabos”⁶¹⁸ que se tivessem sorte seriam amansados pela floresta e pelos homens poderosos do lugar, com ínfimas possibilidades de retornarem à capital da república de onde foram desterrados.

⁶¹⁶ Peça apresentada ao público ateniense em 458 a. C. pelo dramaturgo grego Ésquilo. A obra chama-se **Orestéia**, composta em três partes: **Agamenon**, **Coéforas** e **Eumênides**. Na primeira parte é narrada a volta do rei de Argos, Agamenon, após o fim da Guerra de Tróia. Este é então assassinado pela esposa Clitemnestra com ajuda do seu amante Egisto. A segunda parte se detém sobre o retorno do filho Orestes, desterrado após a morte do pai. Ele retorna tempos depois e comete o matricídio para vingar a morte e a honra do pai. Na última, o enredo é em torno da perseguição a Orestes pelas deusas vingadoras chamadas Erínias, sua defesa pelo deus Apolo e o julgamento dele pelos tribunais atenienses, quando é absolvido pelo voto da deusa Minerva. Cf.: ÉSQLILO. **Orestéia - Agamenon, Coéforas e Eumênides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2006.

⁶¹⁷ RANGEL, *op. cit.*, p. 282.

⁶¹⁸ Havia entre os seringueiros da Amazônia a distinção entre o “brabo” e o “manso”. O *brabo* era aquele novato, que chegava à Amazônia e não conhecia os mistérios da mata, as estações de chuva, as caças da floresta e as leis não escritas do lugar. Enfim, chegava para com o tempo se “tornar” seringueiro e sujeito de fato daquele ambiente físico e social. O *manso* era o seu oposto, figura experiente, conhecedora já dos mistérios e costumes, um “mestre” em matéria da mata, que era respeitado pelo *brabo*; enquanto este era comumente motivo de chacota durante o período inicial de adaptação, que era em média de um ano.

O Governo Federal quis isolá-los na *Sibéria tropical*, quis condená-los ao *acricídio*. Sabemos que no Império e nos primeiros anos da República muitos prisioneiros eram enviados para a Ilha de Fernando de Noronha, como forma de manter os indesejados distantes dos centros urbanos, distantes da capital e em um lugar difícil regresso. O Acre, nesse paralelo, era simbolicamente também uma região insular. Um arquipélago de clareiras no meio da floresta, onde o caminho “natural” para se locomover eram os varadouros e os rios que ligavam seringais, aldeias, cidades e vilas muitas vezes situadas dias de viagem umas das outras. Cabe realçar esse poder mítico das ilhas como espaços adequados ao isolamento e a quarentena de doentes, prisões para indesejados sociais, lugar de atração para os diversos tipos de aventureiros e ermitões nos seus exílios voluntários⁶¹⁹.

Aqui nesse trabalho apareceram com maior ou menor destaque muitas ilhas assim configuradas, reais ou simbólicas: Ilha das Cobras, Ilha de Fernando de Noronha, Ilha do Diabo, Ilha de Barbados, Ilha de Marapatá; e, por que não, Acre e Santo Antônio do Madeira? Locais que às vezes são apontados como de benção, mas muitas vezes de maldição para aqueles que neles aportavam. Esse simbólico, como bem diz Lucrécia Ferrara, “é um produto cultural que cria tramas fictícias mais duradoras do que as urdidas pela frágil realidade”⁶²⁰. E a bem dizer, essas fronteiras geralmente são de limites muitos tênues e que até permitem o entrecruzamento dessas dimensões ditas reais e simbólicas com certa frequência.

Pensando nessa perspectiva, o Acre torna-se também uma espécie de “ilha” nos limites da Amazônia brasileira. Enviar os desterrados para a decantada *Sibéria tropical* era uma forma de tentar isolá-los em uma terra distante. No Acre, não era possível enquadrar a contento os desterrados no modelo estudado por Foucault: de prisão celular com a quebra de certas sociabilidades como método de controle sob olhar vigilante do poder. O espaço de confinamento dos desterrados era ao mesmo tempo o espaço da pena. Nesse sentido, a Amazônia acreana era simbolicamente uma espécie de prisão sem grades para aqueles sujeitos considerados como “epidemias morais”, tal como aparecem epigrafados em uma crônica de Olavo Bilac publicada na revista *Kosmos* em novembro de 1904. Tais *epidemias*, dizia ele,

⁶¹⁹ Para um aprofundamento sobre esta questão, ver: SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

⁶²⁰ FERRARA, L. “O turismo dos deslocamentos virtuais”, pp. 15-24. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariz da. (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 15.

“depauperam o organismo social, e o conduzem á indisciplina, á inconsciência e á escravidão”⁶²¹. E em tom lamentoso questiona a contradição existente entre a metrópole carioca modernizada e a parte da população que não se adequava a ela, nos seguintes termos: “eu não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade, - se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é a civilização, o que é hygiene (...)”⁶²². Talvez os homens “rudes” não quisessem mesmo *aquelas* civilização e higiene que lhes eram apresentadas de forma autoritária não só pelo governo ou pelo Estado, mas por uma ideologia dominante que não respeitava procedimentos democráticos.

Retomando ainda algumas questões apresentadas no decorrer dos capítulos, creio que é pertinente nesse momento também lançar um olhar panorâmico sobre alguns aspectos considerados por mim relevantes para o debate acerca daquele período de virada de século, de significativas mudanças sociais, jurídicas, culturais e políticas no Brasil. Um país recém saído da escravidão, que conservava ainda fortemente nos seus mais diversos estratos sociais os preconceitos de cor, o déficit de cidadania substantiva, mão-de-obra pouco qualificada, muitos vivendo de subempregos e habitando a zona tênue entre o “bem viver” e o “mal viver” que muitas vezes levava-os a serem classificados como vagabundos, perigosos, malandros ou outras ordenações assemelhadas que os denotavam como indesejados. Isso tudo parece ter adquirido mais amplitude na capital da infante República brasileira, que ia se transformando para se adequar aos cânones da dita modernidade através de novos costumes, urbanizações intensas e expedientes legais autoritários numa sociedade onde a cidadania tinha uma baixa participação e amplitude.

Diante de tudo isso, não fica tão difícil compreender o porquê das autoridades, principalmente as executivas, não terem tido pejo em exorbitar na aplicação de medidas repressivas e autoritárias contra uma população considerada por muitos como manipulável e ignorante. Portanto, perigosa e muitas vezes um entrave ao chamado progresso que se queria implantar naquelas décadas conturbadas da República. Na República, os desterramentos tornam-se medidas muito mais autocráticas do que as penas assemelhadas existentes no regime anterior

⁶²¹ *apud* DEL BRENA, *op. cit.*, p. 281.

⁶²² *Idem, ibidem.*

(Império), pois a vontade do chefe do executivo da Nação tornava-se — na prática — uma espécie de cesarismo legal dada a particularidade do estado de sítio.

Como foi visto, as muitas *Bernardas* ocorridas nos anos iniciais da República na capital federal tiveram como consequência as medidas de estado de sítio e os desterros dos acusados de envolvimento em tais atos geralmente encarados como perigosos ao regime político e ao governo. E numa sociedade tão marcada pelas distinções de classe e *status*, as punições também traziam os signos marcas dessas estratificações tal como foi exemplificado nos desterros, processos legais e anistias envolvendo “canas graúdas” e “canas miúdas”.

Nas duas mais cruentas e impactantes revoltas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, revoltas da vacina (1904) e da chibata (1910), isso se explicita com mais vigor e intensidade. Acredito que ao se usar nesses dois eventos o *artigo 80 da Constituição Federal*, os governos de então não queriam apenas acabar com as momentâneas “comoções intestinas” de que falava a Carta. Havia clarificado ali, pelas medidas tomadas que redundaram nos desterros, a intenção de aproveitar o “período especial” dado pelo estado de sítio para tentar não resolver, mas minimizar problemas que afligiam as autoridades cotidianamente na parte nobre e tornada vitrine da cidade: a presença de pessoas que destoavam da “nova cidade” que ia se tentando implantar.

Expulsar essas pessoas tornou-se naqueles dois momentos soluções bastante adequadas aos olhos das autoridades. Livrar-se daqueles homens e mulheres mandando-os para as lonjuras do Acre Federal representava simbolicamente que a própria República buscava esconder suas contradições mais visíveis. Os desterros são assunto pouco debatido na historiografia sobre aqueles dois acontecimentos e se talvez pensarmos eles dentro da lógica oficial, se consiga captar algumas de suas chaves explicativas.

As próprias autoridades no Acre, não pareciam muito preocupadas com a “regeneração” dos desterrados. Como no caso de Saul Ovídio, para o qual o delegado pede punição rigorosa para servir de exemplo à “chusma de vagabundos para aqui deportados”. Em Santo Antônio, muitos foram utilizados a exaustão nos trabalhos da CLTEMA e quando se tornavam inoportunos e indóceis eram fuzilados imediatamente. Outros tantos sumiram sem deixar rastros pela imensidão das cognominadas *regiões do Acre*.

De maneira geral, a historiografia é pródiga em mostrar que as duas revoltas tiveram suas figuras símbolos, tornadas imagens centrais da oposição ao governo e a ordem social. Em 1910 João Cândido, na época jocosamente chamado pela imprensa de “almirante negro”, a *posteriori* foi heroificado como o símbolo de resistência aos castigos na marinha e aos preconceitos de cor então vigentes. Aos poucos, o apelido se transformou em algo positivo e virou sua identidade com galardia. João Cândido, já nos primeiros dias da revolta granjeou notoriedade que certamente o impediu de ser desterrado com os demais passageiros do *Satélite*, principalmente depois daquelas mortes ocorridas na Ilha das Cobras onde ele foi um dos dois únicos a sobreviver.

Menos lembrado, Horácio José da Silva também foi incensado em 1904 como símbolo da resistência ao governo e “herói rebelde”. Para tanto, foi cognominado de *Prata Preta*. Outro apelido inventado para dar ares de intrepidez, valentia e marcar também a origem social dos “inimigos” da ordem. Dois pretos, um “almirante”, outro “prata”. Na marinha brasileira não havia lugar para um almirante negro, dada a impossibilidade de homens de cor atingir postos de oficiais. O apodo “almirante negro”, naquele contexto, serviu para demonstrar essa situação vista como esdrúxula: negros e mestiços se revoltarem contra seus superiores e exigirem mudanças na marinha.

Horácio José da Silva, desterrado para o Acre, ao ser comparado ao metal precioso evidencia-nos a mesma estratégia usada alguns anos depois contra o marinheiro João Cândido. Horácio José é prata, mas é preta. Portanto, considerado de qualidade inferior; tomado como turbulento, rebelde e incorrigível valentão que teve o ímpeto de afrontar a polícia nos dias de sítio na capital federal. Dois homens tomados não nas suas individualidades, mas como símbolos de legiões de rebelados “inconscientes” e recalcitrantes degenerados.

Feitas essas considerações, cabe ponderar que não houve a intenção de redimir os desterrados ou tratá-los como mártires que a República despejou nas *regiões do Acre*. Isso não foi uma meta e para tal tarefa eu não me proporia caso fosse possível tal papel. Se consegui deslocar os sentidos dos seus desterramentos daqueles dados pelos governos republicanos do início do século XX, já terá valido a pena ter empreendido esta “ida ao passado”. As invisibilidades históricas da qual em grande medida todos foram vítimas se devem também as repressões e aos silêncios sofridos durante suas andanças pela Amazônia acreana e seus arredores, como

em determinados momentos foi possível demonstrar através de alguns casos particulares.

Suas múltiplas histórias — quase todas desconhecidas e perdidas na bruma do tempo — são expressões do desenraizamento forçado, da movimentação involuntária que se abateu sobre aquelas pessoas cujos crimes não se caracterizavam por qualquer “desafio” a República e aos poderes constituídos, mas por serem intrinsecamente marcadas por estereótipos ou faltas cometidas frente às leis e os valores da sociedade em que viviam. Por isso foram vitimadas pelos “atos de alta polícia política” e não, sentenciadas de acordo com o que permitia o Código Penal, como bem expressou à época Rui Barbosa. Os destierros serviram como “exemplos”, no sentido de incutir uma pesadíssima pedagogia de “bons” comportamentos em uma parte da população já amplamente estigmatizada com determinados clichês e chavões tornados quase inquestionáveis.

Creio que esses destierros ocorridos no alvorecer do século XX, pensando-os em num processo de longa duração, também revelam em grande medida as mudanças, permanências e remodelações pelas quais passaram determinadas punições cujas características são expressas nas expulsões de pessoas para locais considerados distantes. Nomeadamente o degredo, o destierro, o banimento, o exílio, a deportação e outras punições correlatas que traduzem em certo sentido como os poderes públicos no Brasil resolveram, ou tentaram resolver, determinadas questões que enfrentaram ligadas aos costumes, legalidade, visões de mundo e fundamentalmente na maneira como a própria sociedade vai se constituindo ao longo do tempo. Revela, creio, muito sobre as relações de domínio, de mando e das profundas desigualdades presentes no Brasil nesse caminhar de alguns poucos séculos. Temos ainda internamente os profundos contrastes regionais, sobre os quais a Amazônia revela ainda hoje muito deles. Sem esquecermos também dos imaginários sobre essa região e o Acre, que embora constituídos e realçados no alvorecer do século passado, ainda são vez ou outra reproduzidos e resignificados contemporaneamente.

Por fim, gostaria de encerrar esta jornada, esse enredo que não se fecha com essa tese, com um poema de Carlos Drummond de Andrade, chamado *O historiador*. Tal como ele aponta, tentei aqui me inspirar no seu conselho e contar o que não faz jus ser glorificado. Que esse trabalho seja também um ponto de partida para novas inquietações de futuros pesquisadores, tal como fui tomado, lá nos idos

de 2002, ao ler uma pequena matéria em um jornal antigo sobre o envio de “Quebra-lampeões” ao Acre. Este é ainda um campo a ser desbravado com mais denodo por outras curiosidades.

Eis o poema do poeta de itabirano.

O historiador

*Veio para ressuscitar o tempo
E escarpelar os mortos,
As condecorações, as liturgias, as espadas,
O espectro das fazendas submergidas,
O muro de pedra entre membros da família,
O ardido queixume das solteironas,
Os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas,
Nem desfeitas.
Veio para contar
O que não faz jus ser glorificado
E se deposita, grânulo,
No poço vazio da memória.
É importuno,
Sabe-se importuno e insiste,
Rancoroso, fiel.*

Fontes e referências bibliográficas

01- Arquivos consultados

- Arquivo Nacional – AN (Rio de Janeiro - RJ);
- Biblioteca da Marinha – BM (Rio de Janeiro - RJ);
- Biblioteca Nacional – BN (Rio de Janeiro - RJ);
- Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – TJAC (Rio Branco - AC);
- Biblioteca dom José Hascher – BJH (Cruzeiro do Sul - AC);
- Biblioteca Pública do Paraná – BPP (Curitiba - PR);
- Centro de Documentação e Informação – CEDI/Câmara dos Deputados (Brasília - DF);
- Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia – CDH/TJRO (Porto Velho - RO);
- Centro de Documentação e Informação Histórica – CDIH/UFAC (Rio Branco - AC);
- Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB (Rio de Janeiro - RJ);
- Fórum da Comarca de Xapuri – FCX (Xapuri - AC);
- Fórum da Comarca de Cruzeiro do Sul – FCCS (Cruzeiro do Sul - AC);
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (Rio de Janeiro - RJ);
- Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana – MHEx/FC (Rio de Janeiro - RJ);
- Museu da Borracha – MB (Rio Branco - AC).

02 – Fontes manuscritas

Belfort Booz de Oliveira. **Carta a Rui Barbosa** [CR1071/1-12], de 30/05/11, com 10 folhas, enviada da cidade de Olinda (PE) ao Rio de Janeiro. Biblioteca Rui Barbosa, Série Correspondência Geral. FCRB;

Carlos Brandão Storry. **Relatório de viagem do comandante do Lloyd Brasileiro Satélite**, de 05/03/1911, com 22 folhas. Biblioteca Rui Barbosa, Coleção Carlos Brandão Storry. FCRB;

Delphina Rodrigues da Silva, ré; **Processo Criminal** (crime de lesões corporais), juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, nº 0011, caixa 03, 129 folhas, 1914. CDH/TJRO.

Fundo GIFl, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos s/nº e nº 60. 03 folhas, 1905. Acervo do AN.

Fundo GIFl, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos nº 3925; nº 3926; nº 71 e nº 288. 05 folhas, 1905. Acervo do AN.

Fundo GIFl, caixas 6C-157. **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos nº 161 e nº 166. 24 folhas, 1905. Acervo do AN.

Henrique de Carvalho Santos, réu; **Processo Criminal** (tentativa de assassinato), juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, nº 052/1916, caixa 05, 86 folhas, 1917. CDH/TJRO.

Paulino Gomes da Silva & Lycurgo Álvaro de Carvalho, réus; **Autos de crime** (assassinato), juízo do 2º termo da Comarca do Alto Acre, nº 268, caixa 15, 73 folhas, 1910. Arquivo do Fórum da Comarca de Xapuri - FCX.

Saul Ovídio, acusado; **Inquérito Policial** nº 97, Delegacia Auxiliar de Polícia, Departamento do Alto Juruá, caixa 1905, 20 folhas, 1905. Arquivo do FCCS.

03 – Fontes impressas

3.1 – Relatórios, Legislação e Discursos

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. **Primeiro Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Acervo do IHGB.

_____, Gregório Thaumaturgo de. **Segundo Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Acervo do IHGB.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXV, tomo IV, 1898. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948.

_____, Rui. “Estado de sítio”. Sessão extraordinária de 12/11/1897. *In Obras Completas de Rui Barbosa*. Volume XIV, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde/DIN, 1952.

_____, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Volume XXV, tomo VI. Rio de Janeiro: MEC, 1953.

_____, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXVIII, tomo I, ano 1901. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

_____, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**, volume XXXII, tomo I, ano 1905. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

_____, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares**. Volume XIX, tomo III, ano de 1892. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

BRAZIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24/02/1891. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/CCIVIL_03/constituicao>, acesso em 20 de abril de 2007.

BRAZIL. **Synopse do recenseamento**. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. Disponível em www.biblioteca.ibge.gov.br, acessado em 10/06/2010.

BRAZIL. Gabinete de presidência. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da quinta legislatura pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, 1905, mimeo. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsb/bsd/u1294>>, acesso em 10 de janeiro de 2010.

BRAZIL. Ministério da Justiça. **Exposição apresentada ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ministro de Estado dos Negócios da Justiça, em janeiro de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1897/contents.html>>, acesso em 12 de março de 2009.

BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao vice-presidente da República pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, apresentado pelo ministro Antônio Francisco de Paula Souza**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 30 de fevereiro de 2009.

CASTRO, Antônio A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal (1905)**. Anexo G. *In* BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1888/contents.html>>, acesso em 20 de dezembro de 2008.

COMISSÃO RONDON. **Relatório apresentado ao Sr. Tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, pelo segundo tenente Octávio Félix Ferreira da Silva**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920. Fundo Documental da Comissão Rondon. Acervo do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana – MHEX/FC – RJ.

MARIANO, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano.** Anexo H. *In* BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

MATTOS, Raphael Augusto da Cunha. **Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre relativo ao período decorrido entre 18 de agosto e 31 de dezembro de 1904.** Anexo H. *In* BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

NERY, Antônio Constantino. **Mensagem lida perante o congresso dos representantes, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905 pelo governador do Estado Antônio Constantino Nery.** Volume I. Manaus: Typografia do Amazonas, 1905. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1639>>, acessado em 10/01/2010.

RIBEIRO, José Marques Acauã. **Exposição dos factos administrativos ocorridos na Prefeitura do Alto Acre apresentada ao exm. Sr. Dr. J. J. Seabra.** Anexo H. *In* BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon (1907/1915).** Brasília: Senado Federal, 2003.

SILVA, Francisco D'Ávila e. **Relatório do Prefeito interino do Alto Juruá apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 10 de fevereiro de 1906, pelo prefeito em exercício Francisco D'Ávila e Silva.** Anexo H. *In* BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

3.2 – Periódicos

3.2.1 – Jornais

- Acreano (AC) – 1909/1910;
- A Notícia (RJ) – 1904;
- A Província do Pará (PA) – 1904/1905/1911;
- Correio da Manhã (RJ) – 1904;
- Correio do Acre (AC) – 1911;
- Folha do Dia (RJ) – 1911;
- Folha de S. Paulo (SP) – 2008;
- Gazeta de Notícias (RJ) – 1904/1905/1910;
- Jornal do Commercio (RJ) – 1904/1905/1910/1911;
- Jornal do Commercio (AM) – 1911;
- Jornal do Brasil (RJ) – 1904/1905;
- O Cruzeiro do Sul (AC) – 1906;
- O Estado de São Paulo (SP) – 1904/1905/1910/1911;
- O Globo (RJ) – 1952;
- O Paiz (RJ) – 1904/1910/1911;
- Via - Láctea (AC) – 1926.

3.2.2 – Diários Oficiais

- Diário do Congresso Nacional (DF) – 1911;
- Annaes da Câmara Federal (DF) – 1905;
- Diário Oficial da União - DOU (DF) – 2008.

3.2.3 – Revistas

- Careta (RJ) – 1910;
- Fon-Fon (RJ) – 1910;
- O Malho (RJ) – 1904/1905;
- Liga Marítima (RJ) – 1910;
- Tagarela (RJ) – 1904.

04 – Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, 2006.

ACRE. **Atlas Geográfico Ambiental do Acre**. Rio Branco: Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife/São Paulo: Massangana/Contexto, 2001.

_____, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução**. Dissertação de mestrado/IFCH-Unicamp. Campinas, 1988.

AMADO, Janaína. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia Colonial”. In **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Volume VI (suplemento), pp. 813-832, set/2000.

_____, Janaína. “Crimes domésticos: criminalidade e degredo feminino em Portugal, século XVIII”, pp. 143-168. In **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, 1999.

_____, Janaína. “Região, sertão, nação”, pp. 145-151. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vl. 08, nº. 15, 1995.

AMORIM, Anníbal. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. 1917.

ANSART, Pierre. “As humilhações políticas”. In: MARSON & NAXARA. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Edufu, 2005

APPLEMBAUM, Anne. **Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos**. Tradução de Mário Vilela e Ibraíma Dafonte. São Paulo: Ediouro, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1978.

AZEVEDO, Aluísio Tancredo Gonçalves de. **O Cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

BARBOSA, Orestes. **Bambambã**. 02ª edição. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1993.

BARROS, Glimesdes Rêgo. **Nos confins do extremo Oeste: a presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)**. Volume I. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.

BASSIN, Mark. “Inventing Siberia: visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century”, pp. 763-794. In **American Historical Review**, vol. 96, nº 03, june, 1991.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional/Brasília: INL, 1975.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. 2º volume. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Torrierri Guimarães. São Paulo: Martins Claret, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1990.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, um pouco antes e além depois**. Coleção Amazoniana. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BILAC, Olavo. **Olavo Bilac** (seleção e prefácio de Ubiratan Machado). São Paulo: Global editora, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. 5ª edição. Brasília: Edunb, 1993.

BOSCHI, Renato. (org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1998.

BOUZAS, Benigno Cortizo. **Del Amazonas al infinito**. Recife: Diário da Manhã, 1950.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 06ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. "O que os olhos não veem: história das prisões do Rio de Janeiro", pp. 185-213. *In*: MAIA, Clarissa Nunes [et. al.] (org). **História das prisões no Brasil**. Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____, Marcos Luiz. "A Polícia carioca no Império", pp. 219-234. *In* **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 12, nº 22, 1998.

_____, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Edusc, 2004.

CARONE, Edgar. **A Primeira República (evolução)**. Volume II. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____, José Murilo de. **Os bestializados da República: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-dumará, 1996.

CARVALHO, Lia Aquino de. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro – 1886/1906**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995.

CASER, Arthur Torres. **O medo do Sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)**. Dissertação de mestrado/PPGHCS-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2009.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. “Caminhos do Acre”. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. Volume 196, jul-set, 1947.

CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. Rio de Janeiro: Moura Fontes, 1934.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CASSIANO RICARDO. **O Tratado de Petrópolis**. Volume I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. Volume 08, nº 16, PP. 83/105, março/agosto de 1988.

CHARLOT, Mônica & MARX, Roland (orgs). **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1993.

CHAZKEL, Amy. “Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República”, pp. 07-45. *In*: MAIA, Clarissa Nunes [et. al.] (org). **História das prisões no Brasil**. Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

COATES, Timothy J. **Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império português, 1550/1755**. Tradução de José Vieira Lima. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação de mestrado/UFGA. Belém, 2006.

CORDEIRO, Carlos Antônio. **Código Criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1861.

CORNEJO, Carlos & GERODETTI, João Emílio. **Navios e portos do Brasil**. São Paulo: Solaris, 2006.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. 2ª edição. Bragança Paulista: EdUSF, 2001.

CORRÊA, Sezerdello. **O Rio Acre: ligeiro estudo sobre a ocupação Paravicini no Rio Acre – limites, navegação e commercio com a Bolívia**. Rio de Janeiro: Mont' Alverne, 1899.

COSTA, Ana Lúcia. **Madeira que cupim não rói: Xapuri em arquitetura – 1913/1945**. Rio Branco: Edufac, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados”, pp. 77-100. *In* **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, 1999.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal – 1904/1918**. Rio Branco: Edufac, 2005.

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. **O caos surgirá da ordem: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império**. Dissertação de mestrado/CCHLA - UFPB. João Pessoa, 2007.

CRAVEIRO COSTA, João. **A conquista do Deserto Ocidental**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

CRESPO, Daniele dos Reis. **O cotidiano policial no Rio de Janeiro de Pereira Passos (1902-1906)**. Dissertação de mestrado/UFJF. Juiz de Fora, 2007.

CRUZ, Maria Augusta Lima. “Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do século XVI”. *In* **Textos de História**. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, pp. 169-184, 1999.

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós Temos Pasteur – Manguinhos: Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2007.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 39ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Publifolha, 2000a.

_____, Euclides. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 2000b.

_____, Euclides. **Peru versus Bolívia**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acessado em 20/05/2008.

_____, Euclides. **À margem da história**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acessado em 20/05/2008.

_____, CUNHA. **Contrastes e confrontos**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>, acessado em 20/05/2008.

CUNHA, Heitor Xavier Pereira da. **A revolta da esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1910.

DAOU, Ana Maria. **Belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle époque**. Tradução de Regina Grisse de Agostinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DECCA, Edgard Salvadori de. "A humilhação: ação ou sentimento?", pp. 105-117. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (org). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Edufu, 2005.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEL BRENA, Giovanna Rosso. (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio. (org). **Senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIACON, Todd. **Rondon, o marechal da floresta**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIAS, Floriano Aguiar. **Constituições do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1975.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850/1930)**. Dissertação de mestrado/Sociologia-UFPB. João Pessoa, 1988.

DOSSE, François. **A história**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru-SP. Edusc, 2003.

DOYLE, Arthur Conan. **O mundo perdido**. Tradução de Romualdo Apis Guimarães. São Paulo: Nova Alexandria, 1998.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 2003.

ÉSQUILO. **Orestéia - Agamenon, Coéforas e Eumênides**. 07ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2006.

FALCÃO, Emílio. **Álbum do Rio Acre (1906/1907)**. 02ª edição. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. "Fluxos e refluxos da capoeira: Brasil e Portugal gingando na roda", pp. 111-133. *In Revista Análise Social*, Lisboa – Portugal, volume XL, nº 174, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Volume I/10ª edição. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FARIA, Antônio Bento de. **Anotações theorico-práticas ao Código Penal do Brasil**. Volumes I e II, 02ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

FAUSTO, Boris. (org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1899-1930)**. 04ª edição, volume I, tomo III. São Paulo: DIFEL, 1984.

_____, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1890/1924)**. 02ª edição. São Paulo: Edusp, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Alessandro. "O turismo dos deslocamentos virtuais", pp. 15-24. *In* YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariz da. (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)**. Tese de doutorado/IE – Unicamp, 2005.

FRAGA, Clementino. **Vida e obra de Osvaldo Cruz**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1972.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Américo. **Uma capital para a República: poder federal e forças políticas no Rio de Janeiro na virada para o século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREIRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 07ª edição. São Paulo: Global, 2004.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1982.

GALEANO, Diego. “De frente para o crime”, pp. 82-85. *In* **Revista Nossa História**. Ano V, nº 49. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese de doutorado/USP, São Paulo, 2000.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)**. Tradução de Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **A micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

_____, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GROVE, Richard. **Green imperialism: Colonial expansion, tropical island Eden and the origins of environmentalism, 1600-1860**. London: Cambridge University Press, 1995.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia**. Tese de doutorado/IFCH -Unicamp. Campinas, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais, volume XI. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____, Francisco Foot. **A vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARRISON, Robert Pogue. **Forests: the shadow of civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

HEMMING, John. **Fronteira amazônica: a derrota dos Índios brasileiros**. Tradução de Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Edusp, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Tese de doutorado/UFRJ - Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KRAVIGNY, Frank W. **The jungle route**. New York-USA: Orlin Tremaine Company, 1940.

LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. 01ª edição. Manaus: Valer, 2008.

LARA, Sílvia Hunold (org). **Ordenações Filipinas: livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. (org.). **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes, 1993.

_____, Jacques. “O deserto-floresta no Ocidente medieval”, pp. 37/53. *In* LE GOFF, J. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1989.

LE MOS, Miguel & MENDES, Teixeira Raimundo. **A liberdade espiritual e a organização do trabalho**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1888.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LEVI-STRAUSS, Claude. “O mundo perdido”, pp. 233/244. *In* _____, **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Mário José de. **Capitalismo e extrativismo: a formação da região acreana**. Tese de doutorado/IE-Unicamp. Campinas, 1994.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Numa e a Ninfa**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 12 de março de 2009.

_____, Afonso Henriques de. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Ática, 2002.

_____, Afonso Henrique de. **Diário íntimo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____, Afonso Henriques de. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

LIMA, Josias. **Os prefeitos do Território do Acre (sua autópsia moral)**. Manáos: Livraria e Typographia Universal, 1906.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINEBAUGH, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram", pp. 07-46. *In: Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 06, 1984.

LLOYD'S REGISTER SHIPPING. **List of steamers arranged according to nationality and gross tonnage**, Volume II, London-UK: Society Printing House, 1923.

LOBATO FILHO, João Bernardo. **Avançai para o Jamari! (A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira)** Rio de Janeiro: S. ed. 1957.

_____, João Bernardo. **A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

LOPES, Evandro da Rocha. **Alto do Bode: um bairro de "barbadianos" em Porto Velho-RO**. Porto Velho: mimeo, 1992.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ, 1998.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: Edufac, 2004.

MARTINS, Hélio Leôncio. "A Revolta dos marinheiros – 1910", pp. 101-227. *In História naval brasileira*. Volume V. Tomo I-B. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/SDM, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, Vasco M. de Almeida Homem de. **O degredo**. Lisboa – Portugal. Cadeia Penitenciária, 1940.

MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 03ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1926.

MORAIS FILHO, José Alexandre Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 04ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOREL, Marco & ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. “O almirante branco”, pp. 36-40. *In Revista Nossa História*. Ano V, nº 53. Rio de Janeiro: SABIN, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890/1930)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MENEZES, Nilza. “Os sobreviventes do barco Satélite”. Revista **Primeira Versão**, ano I, número 54. Porto Velho: Editora da Unir, 2001.

_____, Nilza. “Gênero e religiosidade em uma comunidade caribenha de Rondônia”, pp. 69-80. Revista **Mandrágora**, volume 16, nº 16. São Paulo: UNIMEP, 2010.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008.

NEEDEL, Jeffrey. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. **A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas**. Rio de Janeiro: PUC (mimeo), 1998.

NORONHA, Fabrícia Rúbia Guimarães de Souza. **O império dos indesejáveis, legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889)**. Dissertação de mestrado/UnB. Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA VIANA, Francisco. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____, Francisco. "O erro da autonomia acreana", pp. 143/155. *In* OLIVEIRA VIANA, F. **Pequenos estudos de psychologia social**. 03ª edição, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

PAMPLONA, Marco. **Revolta, república e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Miltons: cem anos de história nos seringais**. 02ª edição. Rio Branco: Edufac, 2008.

PARRISSIER, Jean-Baptiste. "Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao Rio Juruá, 1898", pp. 01-60. *In* CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. "Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres". **Estudos avançados**, São Paulo, volume 13, nº 35, jan/abr, 1999.

PEIXOTO, Sílvio. **Floriano: memórias e documentos**. Volume IV. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do MEC, 1939.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República**. Coleção história do povo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatay. "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano", pp. 279/290. *In* **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº. 16, 1995.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos: 1833-1894**. Cadernos de Pesquisa 01. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996.

PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia**. Brasília: EdUnb, 2000.

_____, Geraldo. **Banidos: a Inquisição e a lista dos cristão-novos condenados a viver no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil Colônia**. 03ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. 02ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PINTO, Surama Conde Sá. **Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)**. Tese de doutorado/IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

PIZARRO, Ana. **O sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana**. Niterói: EdUFF, 2006.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social", pp. 200/212. *In Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

PONTAROLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo – ideologia e ação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. São Paulo: Arrault, 1927.

REBORATTI, Carlos. "Fronteras agrarias en America Latina". **Geocritica - Cuadernos críticos de geografia humana**, Barcelona, ano XV, nº 87, mayo de 1990.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, Elisa Pereira. "Poder privado e construção do Estado na Primeira República", pp. 43-68. *In* BOSCHI, Renato. (org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. "Diante disso espera-se justiça: *habeas corpus* em favor de estrangeiros na Primeira República", pp. 461-476. *in* RIBEIRO, G. S. (org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e os seus heróis: contribuição para a história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RIVADULLA, Daniel; NAVARRO, Jesús Raul & BERRUEZO, Maria Teresa. **El exílio español en América en el siglo XIX**. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro – 1870/1920**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995.

ROSAS, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSEMBERG, André. “Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República”, pp. 63/81. *In Em tempos de História*. PPG-HIS/UnB. Brasília, nº. 13, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle époque aos primeiros tempos do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822 – 1940**. 2ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Quatro dias de rebelião**. Rio de Janeiro: J. Olympo Editora, 1991.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande – 1894/1945**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razão da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SENADO FEDERAL. **O Tratado de limites Brasil – Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosaic Naify, 2010.

SILVA, Amizael Gomes da. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho: Edufro, 2001.

SILVA, Antônio Cândido da. **Enganos de nossa história**. Porto Velho: Edufro, 2007.

SILVA, Francisco Bento da. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964**. Dissertação de mestrado/UFPE. Recife, 2002.

SILVA, Jorge Arakem Faria da. **Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo - o genial fundador da cidade de Cruzeiro do Sul**. Cruzeiro do Sul: S. Ed., 2001.

SILVA, Marcos. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SLEMIAN, Andréa. “À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal”, pp. 175-206. *In* RIBEIRO, G. S. (org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2008.

SIQUEIRA, Carla. “A imprensa comemora a República: memórias em lutas no 15 de novembro de 1890”, pp. 161/171. *In* **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 14, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira”, pp. 685-713. *In* **Revista Análise Social**, Lisboa - Portugal, Volume XXXII, nº 142, 1997.

_____, Carlos Eugênio Líbano. **A negrada instituição: os capoeiras do Rio de Janeiro – 1850/1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SOLJENITSIN, Alexander. **Arquipélago Gulag**. São Paulo: Círculo do Livro. Sd.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. (org.). “Formação histórica do bairro Sibéria”, pp. 30-36. *In* **XAPURYS**, Rio Branco: Departamento de História/UFAC, nº 01, out/1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico – demonologia e colonização, séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TASTEVIN, Constant. “Na Amazônia (viagem ao Alto Juruá e ao Rio Tejo), 1914”, pp. 61-71. *In* CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

_____, Constant. “No Môa, nos limites extremos do Brasil de do Peru, 1914”, pp. 72-107. *In* CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1900)**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Volumes I e II. 4ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, 2001.

TOMA, Maristela. **Imagens do degredo: história, legislação e imaginário.** Dissertação de mestrado/Unicamp. Campinas, 2002.

TORRES, Simeia Maria de Souza. **O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1880).** Dissertação de mestrado/PUC-SP. São Paulo, 2006.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII.** Manaus: Valer, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____, Ronaldo. (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAZ, Lílian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular: as habitações coletivas no Rio Antigo.** Dissertação de mestrado/UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro: mediações, linguagens e espaços (1900-1930).** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultura e polêmicas literárias no Brasil – 1870/1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, José Ribas. “O instituto do *habeas corpus* como instrumento de alargamento da cidadania na Primeira República (1889-1921)”, pp. 225-262. In SAMPAIO, M. P. F. (et alii). **Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal.** Rio de Janeiro: UFF/TRF, 2006.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Ática, 2000.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: Cooperativa cultural dos esperantistas, 1969.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLFF, Christina Scheibe. **Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945).** São Paulo: Hucitec, 1999.

Anexos

Parte I – charges

Parte II - fotos

Parte III – documentos jurídicos

Parte IV - mapas

Parte I - charges

1) O MALHO, anno III, nº 116, 03/12/1904: Pitadas de juízo (p. 28). Acervo FBN.

PITADAS DE JUÍZO



Ah! meu querido Pantaleão! Não ha nada como se ter juízo; si tu o não tivesses, talvez a esta hora estiveses barra fora...

— E tu a gerner na cama, que é logar quente...

— Ohi morria dentro de um caixão... Cruzes! Parece-me estar a ver a minha entrada no cemiterio... a minha cova aberta... e depois fechada... com terra... e os amigos, a dizer: — *A terra te seja leve...* E tu lá no Acre ás voltas com a boriacha... Cruzes, que horror!

— E? mesmo, minha velha! Tomemos uma pitada, para variar idéas tristes...

2) O MALHO, anno III, nº 118, 17/12/1904: Isso sim! (p. 25). Acervo FBN.

ISSO, SIM!



— Estas vendo? O teu marido tambem fazia parte de uma quadrilha de ladroes.
 — Mentira! mentira! mentira! Você é uma lingua de trapo, sua velha corôca do diabo!
 — Não tenho medo das tuas caretas! O teu marido é um homem perdido. Trata de arranjar outro!
 — Não quero, não quero, não quero! Hei de punir pelo Antonio até elle sair da ilha das Cobras...
 — E si elle for para o Acre?
 — Ah! Isso é outra conversa: fago de conta que elle morreu...

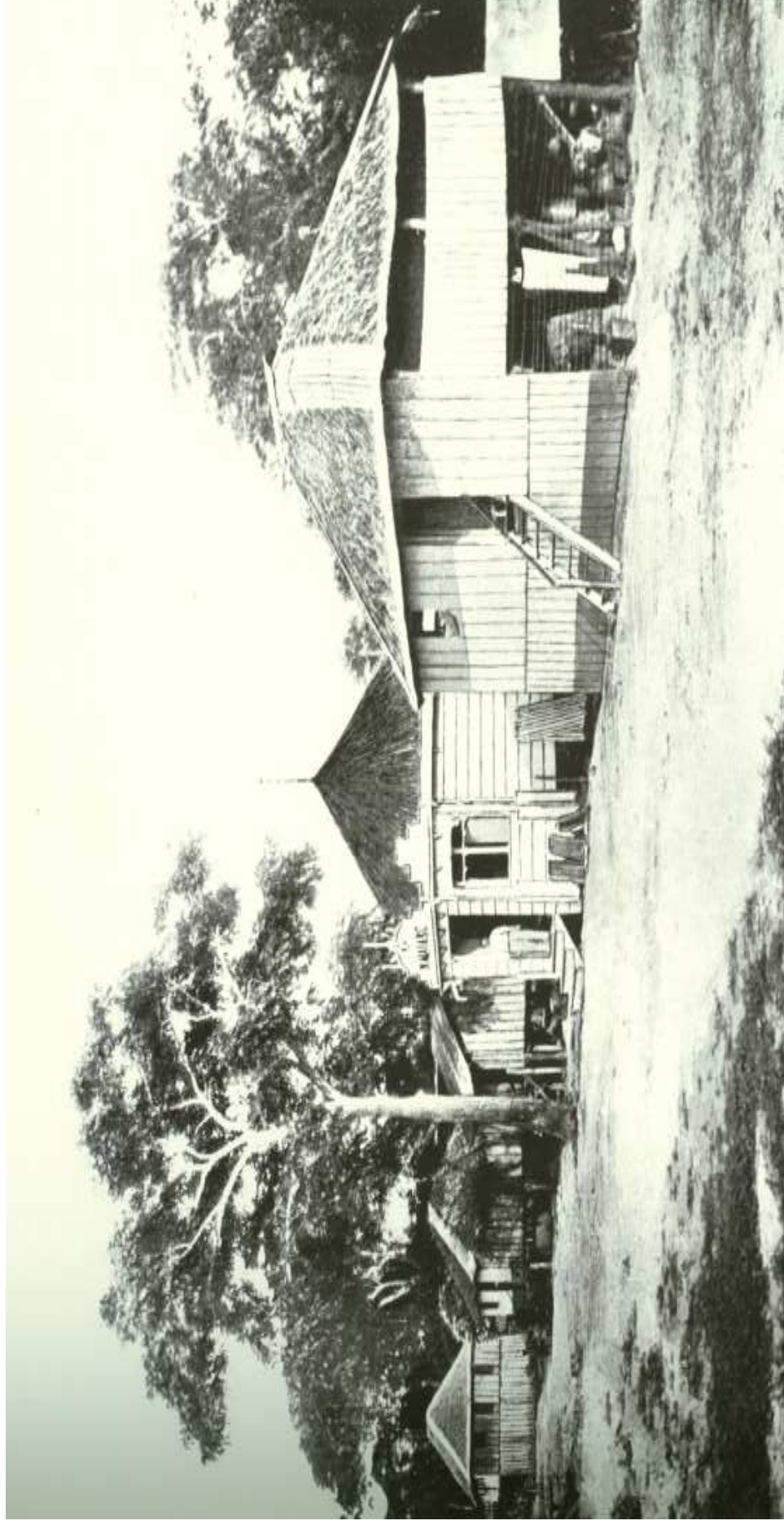
O *Almanak do Malho* vai civilisar o Acre.

Cognac Sanjunior—depositarios Antunes Irmao & C.
 Rua Gonçalves Dias 4.

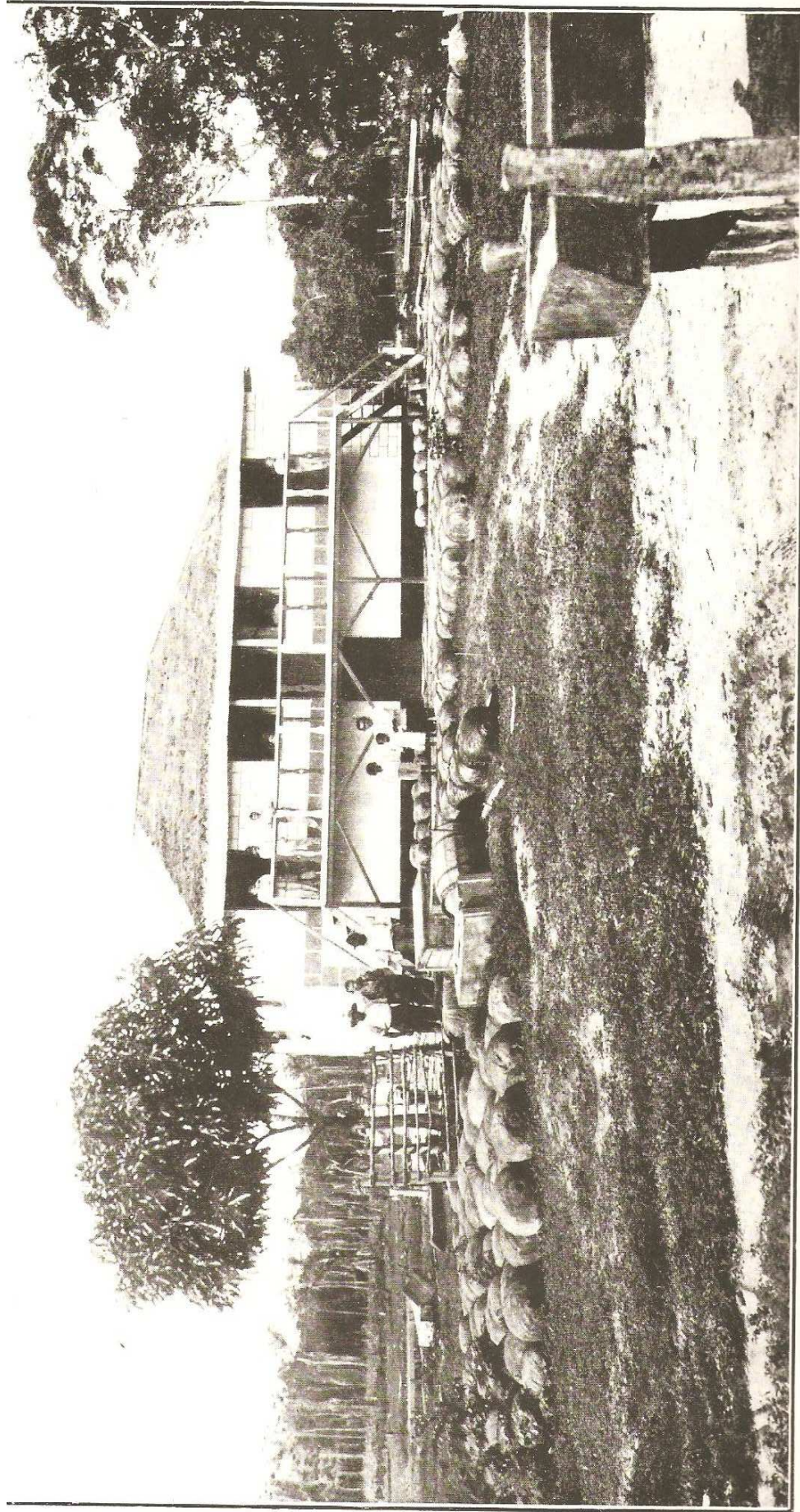
a. das molestias antestiacas

Parte II – fotos

- 01) Foto parcial da Vila Empreza (Departamento do Alto Acre) por volta de 1906, atual Rio Branco, capital do Acre. FALCÃO, E. **Álbum do Rio Acre (1906-1907)**, p. 99.



- 02) Foto parcial da sede do Seringal Sibéria por volta de 1906. FALCÃO, E. **Álbum do Rio Acre (1906-1907)**, p. 149.



Sibéria

Seringal situado na margem esquerda, já próximo à cidade do Xapuri, propriedade da firma J. Soares & Sobrinho. Póde este seringal produzir 30.000 a 35.000 kilos. Com uma bella fonte de agua potavel, confortavel vivenda, é deveras aprazivel o seringal «Sibéria».

Parte III – documentos jurídicos



Ilustração 01 – Capa do Inquérito Policial que trata do crime de assassinato envolvendo os acusados Lycurgo Álvaro de Carvalho e Paulino Gomes da Silva. *Autos de crime, juízo do 2º termo da Comarca do Alto Acre, nº 268, caixa 15, 73 folhas, 1910. Fórum da Comarca de Xapuri.*

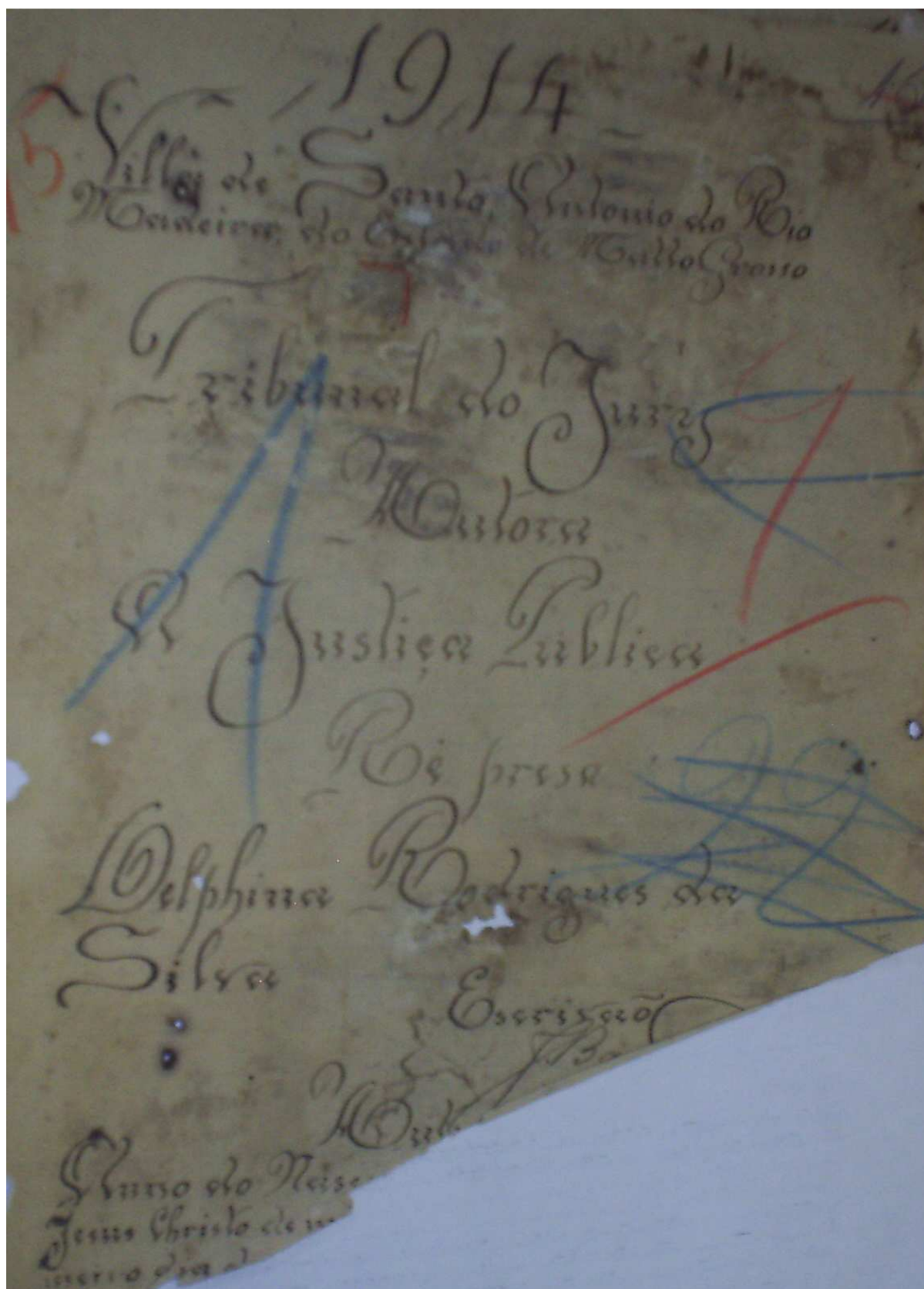


Ilustração 02 – capa do Processo Criminal envolvendo Delphina Rodrigues da Silva, acusada do crime de lesões corporais em Júlia dos Santos no ano de 1914. Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, nº 0011, caixa 03, 129 folhas, 1914. CDH/TJRO.

1905
 Departamento do Alto Juruá
 Ao Sr. Juiz p.^a or demissoes Juiz 9-3-905
 M. A. D. L. A. H. G.
 C. P. L. A. H. G.
 Inquérito Policial
 Delegacia Auxiliar de Polícia
 N.º 97
 1905
 Escrivão: - Napoleão do Negro Brasileiro.
 Indiciado: - Saul Ovidio
 Autuação
 Aos sete dias do mês de Março, do anno
 mil novecentos e cinco, neste lugar Suramei
 ref. e em meu Cartorio autuei a portaria, of
 ficio do Sr. Deputado interno e a parte da dia
 pelo offerecimento do Sr. Deputado, que adu
 ante não justifica. Do que para constar
 faço este termo. Eu, Napoleão do Negro Bra
 sileiro, escrevi, e assinei.
 Autuei.

Ilustração 03 – Primeira página do Inquérito Policial envolvendo o réu Saul Ovídio. Inquérito policial nº 97, Delegacia Auxiliar de Polícia, Departamento do Alto Juruá/Acre, caixa 1905, 20 folhas, ano de 1905. Arquivo do Fórum da Comarca de Cruzeiro do Sul.

1916

Juízo de Direito da Comarca
de Santo Antonio do Rio de
Madeira do Estado de Mato Grosso do
Sul

Escritas
J. Bayma

Autor Crimes
Quarta
A Justiça Publica
Rio
Henrique de Carvalho Santos

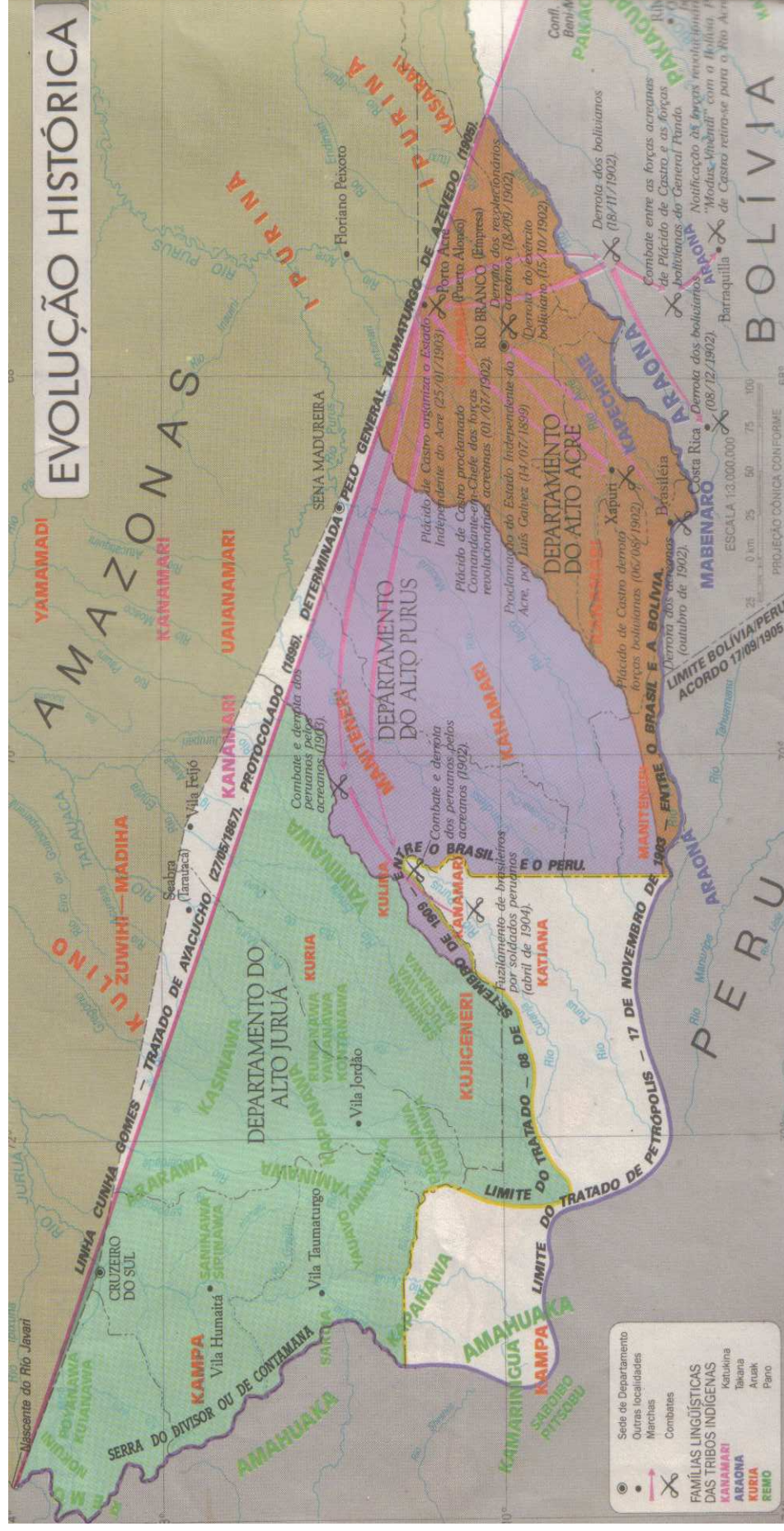
Autuacao

Os dois dias do mez de Junho
do anno de mil novecentos e de-
zois meza Villa de Santo Antonio
do Rio de Madeira, do Estado de Ma-
to Grosso, em meu cartorio autua-
o seguinte com despacho que
adiante se se, do que para con-
tar lanno este termo. Eu Jose' Bai-
ma Bayma, Escrivão que o
escrevi

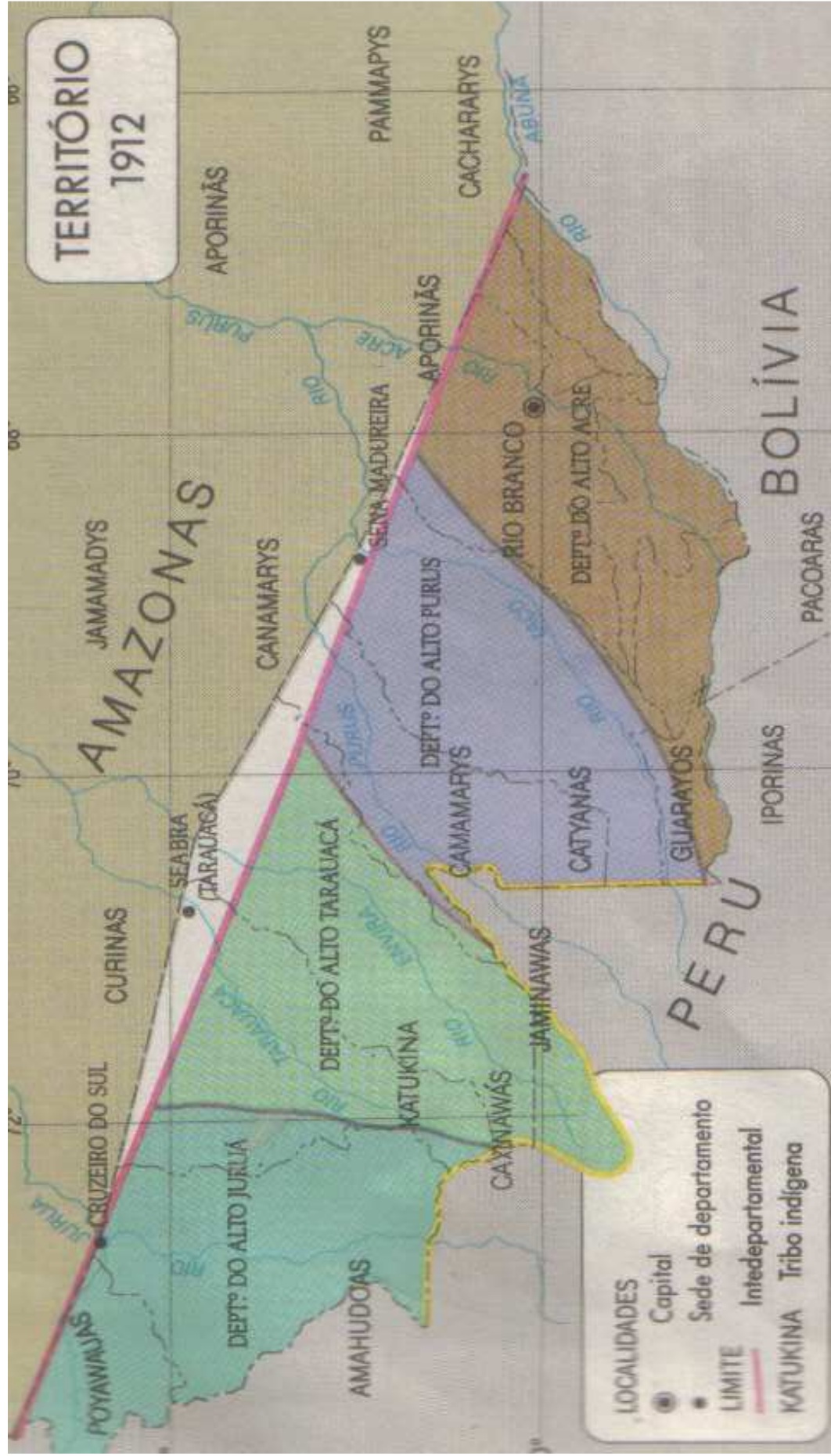
Autuei

Ilustração 04 – Henrique de Carvalho Santos, réu; processo criminal (tentativa de assassinato de Francisco Pereira), juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, nº 052/1916, caixa 05, 86 folhas, 1917. CDH/TJRO.

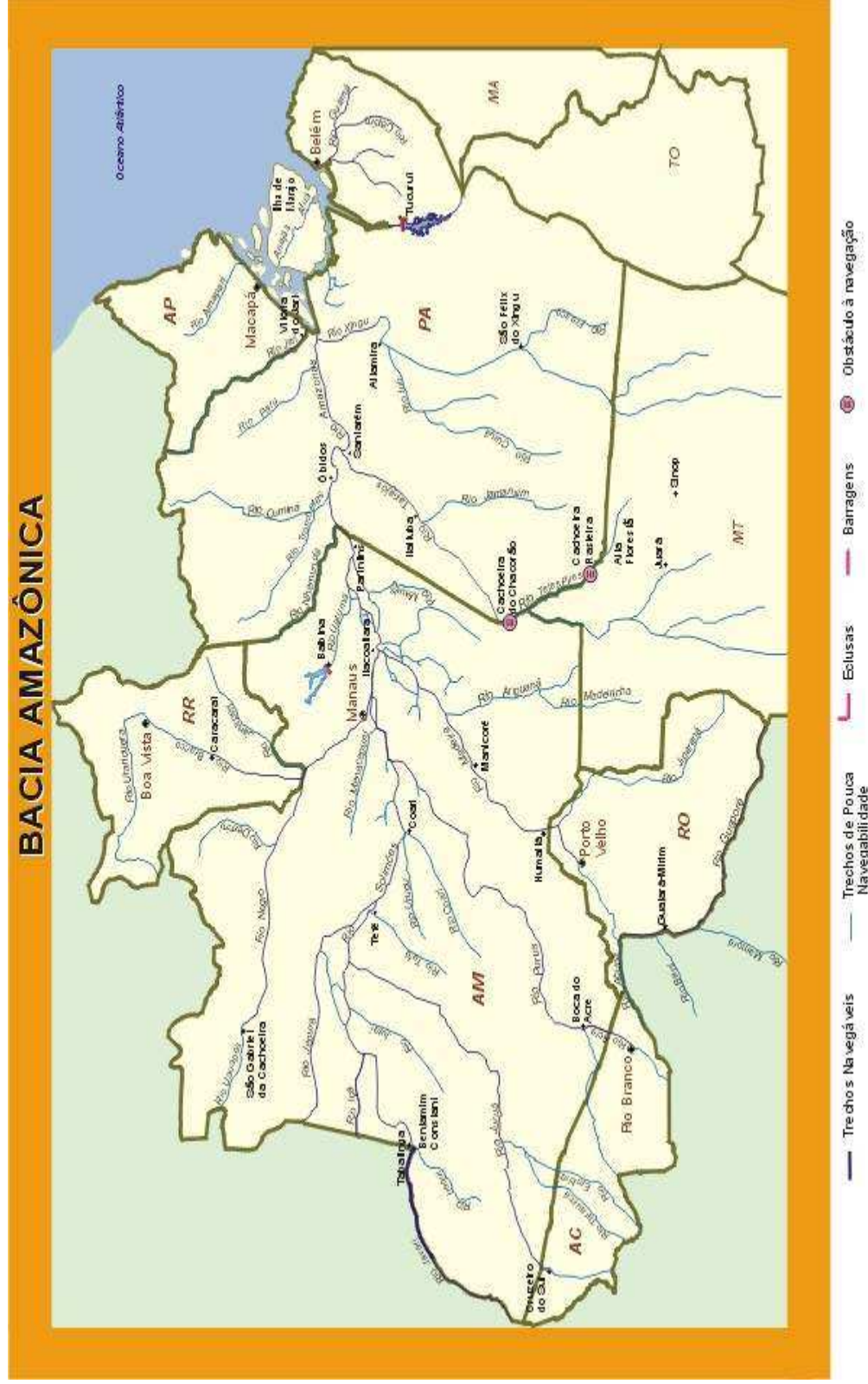
Parte IV - mapas



MAPA 01: Primeira divisão político-administrativa do Território Federal do Acre, criada através do Decreto nº 5.188, de 07/04/1904. Temos os três Departamentos e suas respectivas sedes: Alto Acre (Rio Branco); Alto Juruá (Cruzeiro do Sul); Alto Purus (Sena Madureira). As áreas em branco representam terras em litígio com o Amazonas e o Peru. Fonte: **ACRE**, 1991.



MAPA 02: Divisão política do Território Federal do Acre de 1912, ano em que há a criação do Departamento do Alto Tarauacá (sede, Seabra – depois chamada Tarauacá), desmembrado do Departamento do Alto Juruá através do Decreto presidencial nº 9.831, de 23/10/1912. Fonte: **ACRE**, 1991.



MAPA 03: parte da atual divisão política brasileira e da Bacia Amazônica com os principais rios tributários do Amazonas, entre eles temos os rios Madeira, Purus e Juruá (estes dois últimos deságuam primeiro no Solimões, que é na verdade o Amazonas estendido). Eram estes rios os únicos caminhos para se chegar ao extremo ocidental da Amazônia brasileira, as “regiões do Acre”. Disponível em <www.transportes.gov.br>, seção de transportes aquaviários/bacia Amazônica Ocidental. Acesso em 03/09/2008.

Apêndices

Parte I – Desterrados de 1904

Observações: esta relação obedece a sequência nominal conforme os originais e foi elaborada a partir da documentação constante nas caixas 6C-157 do fundo GIFL, denominada **Autoridades judiciais**, 02ª seção, documentos nº 161 e nº 166. 24 folhas, 1905. Acervo do Arquivo Nacional.

Quadro 01 – Relação dos presos desterrados com pedido de *habeas corpus* protocolado no STF (209 presos)

	Nome
01	João Ferreira
02	Augusto Ferreira
03	Fernando Fernandes do Valle
04	Manoel Pereira de Castro
05	Manoel da Fonseca Soares
06	José da Costa
07	Theodoro Ruas
08	Manoel Lopes Pereira Sampaio
09	Antônio Pereira de Paiva
10	José Rodrigues dos Santos
11	Ambrósio Pereira Lima
12	Alberto da Silva
13	José Teixeira
14	Jacob F. da Silva
15	Canuto Appollinário
16	José Custódio dos Santos
17	José G. de Souza
18	Antônio Ferreira
19	Alípio José Alves
20	Antônio de Souza
21	José Jacintho de Lima
22	Epiphânio Montes
23	Venâncio Galdino de Souza
24	Arthur Ferreira
25	João Vieira Gomes
26	João Gama da Costa
27	Jovino Antônio da Silva
28	Mário César Palmeira
29	Augusto Norberto de Barros
30	Antônio Silveira da Rocha
31	Manoel Mathias
32	Manoel Nogueira
33	Alcides da Rosa
34	Nicomedes Faustino Ferreira Borges
35	Aristides Villa Martins

36	Venâncio Alves
37	Celestino José de Santana
38	Antônio Rodrigues
39	Antônio José dos Santos
40	Antônio Vellasco Martello
41	João Manoel de Oliveira
42	Lauriano da Silva
43	José Francisco Carlos da Cunha
44	Avelino Martins da Silva
45	Terciliano da Silva
46	Antônio José Pereira
47	Joaquim Alves
48	Raphael José Mattosinho
49	Oscar Cezar Gonçalves
50	Fausto Nazareth
51	Joaquim Alves Martins
52	Antônio Alves
53	Joaquim José Fernandes Alves Leal
54	Albina Viçosa Franco
55	Paula Santa Rosa
56	Marcos José Ferreira
57	Santiago Alves de Lima
58	Thimóteo José Ribeiro
59	Manoel Nicolau de Carvalho
60	Alfredo José Vieira
61	Julia de Souza Venholes
62	América Costa Bernardes
63	João Lourenço de Souza
64	Gastão Peres de (ilegível)
65	José Alves dos Santos
66	Antônio José da Silva
67	Manoel do Couto
68	João Nunes Eurico
69	João Soares Neves
70	Vicente José Cruz
71	Joaquim Francisco da Silva
72	José Antônio Fiúza
73	Alcides Ferreira Lima
74	João Maia
75	Antônio da Silva
76	Honório Alisce Faria
77	José Antônio Martins
78	Mário Pereira
79	Antônio de Paiva
80	João de Andréa
81	Abel da Rocha
82	João Victor
83	Amâncio Farinha

84	José Alves
85	Constantino V. Vasconcellos
86	José Luiz Albino
87	Januário Sabino
88	Emílio Visconte
89	José Pinheiro
90	Manoel Durães
91	Álvaro Ferreira de Castro
92	José Theodoro de Carvalho
93	Alberto Lourival
94	Lourenço José de Oliveira
95	Antônio Rodrigues
96	Vicente Ferreira
97	Manoel Pinto Guedes
98	Erybaldo Julião
99	Eduardo Pereira
100	Roque José Fernandes
101	José Henrique de Andrade
102	Giovanni Antônio Deraporali
103	Joaquim Lima da Silva
104	Paulino Alves da Silva
105	José Martins
106	Honório Germano
107	Pedro da Silva
108	Manoel Fito dos Santos
109	João Luiz
110	Laurentino Pedro Monteiro
111	Abílio Diniz Cascaes
112	José Nogueira
113	Francisco Salles Bahia
114	Antônio dos Santos
115	Victalino Alves de Souza
116	João Marciano de Lima
117	Rodolpho José Rios
118	Domingos Fernandes Lopes
119	João Pereira dos Santos
120	Domingos Real
121	Adriano Lira Adolpho
122	Antônio Leite Barbosa da Silva
123	Manoel José da Costa
124	Manoel José Nascimento
125	Ladislao Baptista Pereira
126	Luiz Bibiano
127	João Baptista
128	João Procópio de Oliveira
129	Pedro Ferreira Borges
130	Francisco Carlos Alencar
131	Salustiel Moreira da Costa

132	Manoel Corrêa
133	Olympio Barreira
134	Marcelo Raymundo Alves Carneiro
135	João de Azevedo (ilegível)
136	João Dutra
137	Agostinho Bernardo
138	Francisco Alves
139	Euzébio Alves dos Santos
140	Sebastião José dos Santos
141	Fernando Gonçalves
142	Lourival Raymundo
143	Vicente de Souza
144	Victoriano Francisco dos Santos
145	Helkuber
146	Tristão Martins da Rocha
147	Raymundo Sabino
148	José de Souza
149	Mário dos Santos
150	Galliano Antônio do Santos
151	Pedro Lima
152	José dos Santos
153	Manoel Severino
154	Antônio Neves de Oliveira
155	Frederico José de Freitas
156	Manoel Escobar Garcia
157	Benedicto Garcia
158	João Ângelo
159	Vicente Esteves
160	Antônio Francisco
161	Manoel Serafim
162	Marçal Benedicto dos Santos
163	Antônio de Oliveira Fonseca
164	Cosme Damião
165	Nicanor Manoel Pereira
166	José Reis
167	Reinaldo de Souza Pinto
168	Manoel Pedro Vieira
169	Bernardino José Pinto
170	Antônio José dos Santos
171	Perciliano da Silva
172	Petilla Carmini
173	José Francisco Cardoso Ramos
174	Francisco Antônio Alves
175	Antônio da Silva
176	Geraldo Monteiro Assumpção
177	José G. dos Santos
178	Márcio Alves de Souza
179	Pedro Miguel Monteiro

180	Geraldino Gomes da Silva
181	Firmino Gonçalves de Mello
182	João Francisco de Almeida
183	Salvador Madeira
184	Manoel José Chaves
185	Manoel Fernandes de Sant'anna
186	José Correa Gonçalves
187	Manoel Barbosa
188	Avelino de Castro
189	Delmiro Xavier Ferreira
190	Raul Gastão de Carvalho
191	Antônio Vieira de Faria
192	Joaquim Gomes
193	Esteves Lopes
194	Álvaro da Costa Paixão
195	Pedro Fiori
196	José Bonifácio de Andrade e Silva
197	Felippe da Silva
198	Saturnino Nunes de Magalhães
199	Vivente Ferrari
200	João Ferreira
201	Armando
202	João Braz
203	José Gomes de Oliveira
204	Augusto Pereira Rabello
205	Bento Miguel
206	Manoel Silvestre
207	Antônio de Oliveira Soares;
208	José de Souza Santos;
209	João Felício

Parte II – Desterrados de 1910

Observações: Esta listagem foi elaborada a partir do documento original, o Relatório de viagem do navio *Satélite* do comandante Carlos Brandão Storry, de 05/03/1911, com 22 folhas. Biblioteca Rui Barbosa, Coleção Carlos Brandão Storry. Fundação Casa Rui Barbosa – FCRB. O documento original é manuscrito e não está em ordem alfabética, porém obedece a disposição NOME – DESTINO – OBSERVAÇÕES aqui adotados. Como já foi esclarecido no *capítulo III*, a lista de embarque quando da partida, constava apenas de NOMES. DESTINO e OBSERVAÇÕES, foram acrescentados durante o trajeto ou ao final da viagem.

Quadro 01 - Marinheiros presos no quartel da Força Policial (68 presos)

	Nome	Destino	Observações
01	Adelino Sampaio	LT	
02	Afonso Zacarias de Araújo	LT	
03	Alfredo de Azevedo Justiniano	Não segue	Praça do batalhão naval
04	Álvaro Alberto Pimentel	Não segue	Praça do batalhão naval
05	Álvaro Façanha de Oliveira	LT	
06	Álvaro Nascimento	LT	
07	André Leocadio da Silva	LT	
08	Antonio Barbosa Pestana	LT	
09	Antonio Bispo	LT	
10	Antonio Delfimio (!)	LT	
11	Antonio Mendes da Silva	LT	
12	Aristides Pereira da Silva	LT	X
13	Armando Miguel da Silva	LT	
14	Brigido Sebastião Gomes	LT	
15	Carlos Ernesto de Souza	LT	
16	Domingos Monteiro	LT	
17	Dyonisio Jose dos Santos	LT	
18	Elias Pitta Ferreira	LT	
19	Francisco Alves de Oliveira	LT	
20	Francisco da Silva Franco	LT	
21	Francisco Ferreira	LT	
22	Francisco Pereira	LT	
23	Francisco Xavier das Chagas	LT	
24	Gerson Barreto	LT	
25	Henrique Jose da Silva	LT	
26	Henrique Pereira	LT	
27	Ivo Souto da Cunha	LT	
28	João Batista de Oliveira	LT	
29	João Cardoso	LT	
30	João Feliciano	LT	
31	João Felix da Silva	LT	

32	João Honório Francisco	LT	
33	João Monteiro de Souza	LT	
34	João Salustiano da Silva	LT	
35	Joaquim Jose Coelho	LT	
36	Joaquim Pereira da Silva	LT	
37	Jose Alexandre Coelho	LT	
38	Jose Alves da Silva	LT	
39	Jose Belmiro	LT	
40	Jose da Silva	LT	
41	Jose Firmino dos Santos	LT	
42	Jose Maria da Silva	LT	
43	Jose Pedro da Rocha	LT	
44	Jose Severino da Silva	LT	
45	Jose Waldemar Tavares	LT	
46	Julio Barbosa	LT	
47	Luiz Balthazar	LT	
48	Luiz Pereira da Silva	LT	
49	Manoel Elizio de Araújo	LT	X
50	Manoel Ferreira de Andrade	LT	
51	Mario Ferreira Jose dos Santos	LT	
52	Martinho Ferreira da Silva	LT	
53	Maximo Jose Maria Rubens	LT	
54	Napoleão Pinto de Souza	LT	
55	Nilo Ludgero Bruno	LT	X
56	Olympio da Silva Gomes	LT	
57	Pedro Alexandrino Jose dos Santos	LT	
58	Pedro Gonçalves Bastos	LT	
59	Pedro Xavier dos Santos	LT	
60	Plácido de Oliveira	LT	
61	Raimundo dos Santos	LT	
62	Ricardo Benedicto	LT	X
63	Ricardo Bispo da Paixão	LT	
64	Romão Jose Chistacio	LT	
65	Severino Carneiro da Silva	LT	
66	Severino Pereira de Oliveira	LT	
67	Vicente de Almeida	LT	
68	Viridiano Ferreira de Souza	LT	

LT = Linhas Telegráficas da Comissão Rondon

Quadro 02 - Marinheiros recolhidos na Casa de Detenção (31 presos)

	Nome	Destino	Observações
01	Alcides Galvão	LT	
02	Argemiro Rodrigues de Oliveira	Não indica	X
02	Aristides de Azevedo	LT	
04	Arthur de Barros Acyoli	LT	
05	Benedicto de Oliveira	LT	
06	Calixto da Silva Castro	LT	
07	Carlos Francisco da Silva	LT	
08	Carlos Rodrigues da Silva	LT	
09	Francisco Alves Mariano	LT	
10	Germano Gonçalves	LT	
11	Henrique de Castro Lima	LT	
12	Hernani Pereira dos Santos	Não indica	X
13	Izaías Marques de Oliveira	Não indica	X
14	João da Silva Medeiro	LT	
15	João Jose Martins	LT	
16	Joaquim Alves de Azevedo	LT	
17	Jose Felipe da Silva	LT	
18	Jose Pereira (?)	LT	
19	Manoel de Souza	LT	
20	Manoel Fabio Coutinho	LT	
21	Manoel Marinho	LT	
22	Manoel Pedro	LT	
23	Manoel Silvestre dos Santos	LT	
24	Manoel Vieira da Silva	LT	
25	Moises Ramos de Oliveira	LT	
26	Otávio Teixeira Granja	LT	
27	Paulo Marins	LT	
28	Pedro Bispo de Oliveira	LT	
29	Ramiro Jose Rodrigues	LT	
30	Valentino da Silva	LT	
31	Vitalino Jose Ferreira	Não indica	X

LT = Linhas Telegráficas da Comissão Rondon

Quadro 04 - Mulheres recolhidas na Casa de Detenção (44 presas)

	Nome	Destino	Observações
01	Abigail da Silva	SAM	
02	Alice Maria do Nascimento	Manaus	
03	Alice Palmyra Varcas	LT	
04	Alice Roxa Duarte	SAM	
05	Alzira Maria da Conceição	LT	
06	Ângela da Conceição [Angelina]	SAM	
07	Benvinda Alves dos Santos	LT	
08	Cândida Anna Soares	Manaus	
09	Carmen de Almeida	LT	
10	Carmen Maria da Gloria	Manaus	
11	Catharina (de tal)	LT	
12	Celestina de Farias	LT	
13	Corina de Almeida	SAM	
14	Corina Maria da Conceição	LT	
15	Cypriana dos Santos	SAM	
16	Delphina Rodrigues da Silva	SAM	
17	Deolinda de Moura	LT	
18	Elisa dos Santos	SAM	
19	Elvira dos Santos	LT	
20	Emilia Francisca	Manaus	
21	Ephigenia Ferreira de Souza	LT	
22	Esperança Ferreira da Silva	SAM	
23	Felicia Maria das Dores	LT	
24	Fortunata Maria da Conceição	LT	
25	Idalina dos Santos	LT	
26	Izabel Maria da Conceição	SAM	
27	Joaquina Angélica de Paiva	LT	
28	Joaquina de Almeida	SAM	
29	Julia Maria das Dores	LT	
30	Juracy Ventura Guedes	LT	
31	Maria Baptista	LT	
32	Maria da Conceição	SAM	
33	Maria da Silva Conceição	SAM	
34	Maria Eugenia	SAM	
35	Maria Ignacia	LT	
36	Mariana Victoria de Azevedo	LT	
37	Odeth Menezes de Souza	SAM	
38	Olympia Ferreira Dias	LT	
39	Philomena Maria da Conceição	SAM	
40	Rita do Cristo Rangel	LT	
41	Sebastiana Joaquina de`Matos	SAM	
42	Sebastiana Vitória Maria de Jesus	SAM	
43	Stella da Cruz Amaral	SAM	
44	Vitória Maria de Lurdes	SAM	

Quadro 05 - Homens recolhidos na Casa de Detenção (258 presos)

	Nome	Destino	Observações
01	Abel Jansen	LT	
02	Abílio Luiz	SAM	
03	Adolpho Tessier	SAM	
04	Adriano Lopes ou Abrahao Lopes	LT	Ladrão perigoso
05	Adriao Simplicio da Silva	LT	
06	Affonso Gonçalves	HUMAITA	
07	Agenor da Rocha Teixeira	SAM	
08	Agenor Monteiro de Souza	LT	
09	Agostinho Antonio Rodrigues	SAM	
10	Agostinho Ferreira da Costa	SAM	
11	Albino Jose Ribeiro	LT	
12	Albino Pinheiro dos Santos	LT	
13	Alcides Jose Vieira	LT	
14	Alfredo Amâncio da Rocha	LT	
15	Alfredo de Almeida	HUMAITA	
16	Alfredo dos Santos	SAM	
17	Alfredo Jose Correia	SAM	
18	Alfredo Muniz de Aguiar	SAM	
19	Alfredo Paulino Alves	LT	
20	Alfredo Rodrigues de Oliveira	LT	
21	Alfredo Teixeira da Silva	SAM	
22	Álvaro Jose da Silva	LT	
23	Álvaro Martins	SAM	
24	Ângelo Jorge	SAM	
25	Anselmo de Souza	LT	
26	Antonio Arlindo Pimenta	LT	
27	Antonio Bento	SAM	
28	Antonio Cezano da Silva	SAM	
29	Antonio da Costa	HUMAITA	
30	Antonio da Silva	LT	
31	Antonio de Almeida Beijinho	SAM	
32	Antonio de Freitas Soares Guimarães	LT	
33	Antonio dos Santos	LT	
34	Antonio dos Santos	SAM	
35	Antonio Ferreira da Silva	LT	
36	Antonio Francisco	LT	
37	Antonio Gomes de Moraes	LT	
38	Antonio Henrique de Barros	LT	
39	Antonio Joaquim	LT	
40	Antonio Jose da Silva	LT	
41	Antonio Machado da Costa	SAM	
42	Antonio Marques de Oliveira	MANAUS	
43	Antonio Martins Vieira	SAM	
44	Antonio Pedro	LT	
45	Antonio Pereira	SAM	
46	Antonio Raul Junior	LT	

47	Antonio Rego	LT	
48	Antonio Saladino de Menezes	SAM	
49	Antonio Salvador	SAM	
50	Antonio Teixeira Lima	LT	
51	Antonio Vetromille	SAM	
52	Apolinário Caetano da Silva	LT	
53	Arcelino de Barros Pereira	SAM	
54	Aristides da Silva Quirino	SAM	
55	Arlindo Escossia da Paixão	LT	Ladrão perigoso
56	Armando Adriano Mendes	LT	Ladrão perigoso
57	Arnaldo Teixeira	HUMAITA	
58	Arthur de Carvalho	SAM	
59	Arthur dos Santos Moraes	SAM	
60	Arthur Moreira Lima	LT	
61	Atabaripa Martins	LT	
62	Augusto da Silveira Martins	SAM	
63	Augusto Jose Fortuna	LT	
64	Augusto Justino de Souza	LT	
65	Aurélino Monteiro	LT	
66	Avelino Gomes dos Santos	LT	
67	Barros da Silva	LT	
68	Basílio Lourenço	LT	
69	Benedicto Antonio de Jesus Collares	HUMAITA	
70	Benedicto Manoel Barão	LT	
71	Bernardo Ferreira	LT	
72	Bernardo Ramos	LT	
73	Candido Antonio da Silva	LT	
74	Candido Bernardo Jose João	LT	
75	Cesário Alves Peres	SAM	
76	Cesário Fontes	LT	
77	Claudino Teixeira	SAM	
78	Cleto de Azevedo Rangel	LT	
79	Custodio Chinelli	LT	
80	Cyriaco Jose Modesto	LT	
81	Delphim Francisco de Almeida	LT	
82	Domingos Costa	LT	
83	Domingos de Azambuja	SAM	
84	Domingos Ribeiro	HUMAITA	
85	Durval Nogueira	SAM	
86	Eduardo Francisco da Costa	SAM	
87	Elias Francisco dos Santos	LT	
88	Elyzeu de Medeiros	LT	
89	Emilio Rodrigues	LT	
90	Emydio Alonso da Luz	LT	
91	Ernesto Muniz de Aguiar	LT	
92	Estevão Rodrigues de Freitas	LT	
93	Eugenio de Castro	SAM	
94	Eugenio Honório da Silva	LT	

95	Eugenio Lourenço de Albuquerque	LT	
96	Euphrosino Albino de Almeida	LT	
97	Felismino de Oliveira	LT	
98	Francisco de Paula Ramos	LT	
99	Francisco Eugenio Balmaque	SAM	
100	Francisco Gabriel Martins	LT	
101	Francisco Moreira	SAM	
102	Gabriel Ozório de Lima	SAM	
103	Gastão de Oliveira Torre	LT	
104	Gastão Ribeiro dos Santos (Capenga)	LT	Desordeiro e ladrão perigoso
105	Geraldo Celestino da Silva	LT	
106	Henrique Ferreira Loureiro	SAM	
107	Henrique Jose dos Santos	LT	
108	Hortencio Jose Vieira	SAM	
109	Hylario Alves Moraes	LT	
110	Ignácio Jose dos Reis	HUMAITA	
111	Izauro Jose Barboza	SAM	
112	Izidro Jose de Souza	SAM	
113	Jacob Laurindo de Souza	LT	
114	Jacomo Martins	LT	
115	Januário Seabra de Souza	-	Foi tirado da lista pelo chefe de policia. Desordeiro perigoso.
116	João Batista dos Santos	SAM	
117	João Belio	SAM	
118	João da Silva	LT	
119	João da Silva	LT	
120	João de Oliveira Pacheco Palmeira	SAM	
121	João de Oliveira Ramos	LT	
122	João Dias Brasileiro	SAM	
123	João Francisco de Barros	LT	
124	João Francisco Lucas	LT	
125	João Joaquim da Cruz	SAM	
126	João Jose da Costa	LT	
127	João Lara Ortiz	SAM	
128	João Luiz de Aguiar	SAM	
129	João Maia (João Branco)	SAM	
130	João Manoel	SAM	
131	João Manoel Puerto	SAM	
132	João Marcolino do Nascimento	SAM	
133	João Pereira	LT	
134	João Pereira da Costa	SAM	
135	João Pereira de Oliveira	LT	
136	João Pereira de Souza	SAM	
137	João Peres	SAM	
138	João Rodrigues Adão	LT	
139	João Simão Thomé	LT	
140	João Soares	LT	

141	João Soares	SAM	
142	João Tutti	HUMAITA	
143	Joaquim Antonio dos Passos	SAM	
144	Joaquim de Lima e Silva	SAM	
145	Joaquim Nicolau	SAM	
146	Joaquim Pereira de Carvalho	LT	
147	Joaquim Pereira dos Santos	SAM	
148	Jorge Frederico de Paiva	SAM	
149	Jorge Ribeirinho	SAM	
150	Jose Alonso Pinheiro	LT	
151	Jose Caetano	HUMAITA	
152	Jose da Silva	HUMAITA	
153	Jose da Silva Araújo	SAM	
154	Jose de Almeida	SAM	
155	Jose de Araújo Silva	SAM	
156	Jose de Franca	SAM	
157	Jose de Souza	SAM	
158	Jose dos Reis	LT	
159	Jose Eduardo de Oliveira	SAM	
160	Jose Fernandes	LT	
161	Jose Fernandes de Oliveira (Epitácio)	LT	Perigoso
162	Jose Fernandes do Espírito Santo	LT	
163	Jose Ferreira Landoreza (Juca da Praia)	LT	
164	Jose Ferreira Martins	SAM	
165	Jose Gomes da Silva	SAM	
166	Jose Herrera de Macedo	SAM	
167	Jose Ignácio de Andrade	LT	
168	Jose Joaquim de Mattos	SAM	
169	Jose Juvenal Gomes	-	Doente, ficou em PE
170	Jose Leão Barrozo	SAM	
171	Jose Luiz Pereira	LT	
172	Jose Maria Belisario Soares	SAM	
173	Jose Maria Pires	SAM	
174	Jose Marques de Holanda Cavalcanti	LT	
175	Jose Mizael	LT	
176	Jose Pedro Mauricio	SAM	
177	Jose Ribeiro da Costa	LT	
178	Jose Ribeiro da Silva	LT	Desordeiro perigoso
179	Jose Rodrigues	LT	
180	Jose Rodrigues Soares	SAM	
181	Jose Sylvestre de Carvalho	SAM	
182	Jose Teixeira	HUMAITA	
183	Jose Vieira	SAM	
184	Justino Teixeira Braz	SAM	
185	Juvêncio Antonio de Araújo	SAM	
186	Juventino Candido Rodrigues	HUMAITA	
187	Laurindo da Silva	SAM	
188	Leopoldino Antonio de Moraes	SAM	

189	Leopoldo de Carvalho	SAM	
190	Lino de Souza Lima	LT	
191	Luiz Bernardino	SAM	
192	Luiz Pereira da Costa	HUMAITA	
193	Luiz Rangel	SAM	
194	Manoel Alves de Castro	LT	
195	Manoel Antonio de Carvalho	SAM	
196	Manoel Barrozo	SAM	
197	Manoel Bruno	SAM	
198	Manoel Candido Teixeira	SAM	
199	Manoel da Costa	LT	
200	Manoel da Motta Bastos	HUMAITA	
201	Manoel da Silva	LT	
202	Manoel de Freitas Guimarães	SAM	
203	Manoel dos Santos Rabello	LT	
204	Manoel Emilio de Oliveira	SAM	
205	Manoel Francisco	SAM	
206	Manoel Francisco dos Santos	SAM	
207	Manoel Galdino dos Santos	SAM	
208	Manoel Gonçalves	LT	
209	Manoel Gonçalves	LT	
210	Manoel Jacintho	SAM	
211	Manoel Jacintho de Oliveira	SAM	
212	Manoel Jose Carneiro	SAM	
212	Manoel Jose Dantas da Costa	?	
213	Manoel Machado	LT	
214	Manoel Marques Rodrigues	LT	
215	Manoel Martins dos Santos	SAM	
216	Manoel Pereira de Lima	SAM	
217	Manoel Pires	SAM	
218	Manoel Ramos	LT	
219	Manoel Rodrigues	LT	
220	Manoel Soares Branco	SAM	
221	Martiniano Apolinário dos Santos	HUMAITA	
222	Mauricio Constantino da Silva	SAM	
223	Miguel Pereira	LT	
224	Morival Santos Silva	SAM	
225	Narciso Jose de Jesus	SAM	
226	Octavio Bento	LT	
227	Octavio Gomes Pessoa	LT	
228	Olympio da Silva Filho	LT	
229	Oscar Antonio da Costa	LT	
230	Oscar Bragança	SAM	
231	Oscar Ferreira	LT	
232	Pedro Cravo	LT	
233	Pedro Jose Alves	LT	
234	Pedro Rodrigues	SAM	
235	Pedro Rodrigues Barboza	SAM	

236	Pedro Zeferino das Neves	SAM	
237	Potestato Lopes dos Santos	LT	
238	Raphael Caetano	SAM	
239	Raul de Oliveira	SAM	
240	Ricardo Silva	LT	
241	Rodolpho Pinto Braga	SAM	
242	Roldão Filismino de Oliveira	LT	
243	Romualdo Flores	HUMAITA	
244	Rufino Jose Narciso	LT	
245	Samuel Lopes	SAM	
246	Sancho Martins dos Santos	LT	
247	Sebastião Fernandes Piedade	LT	
248	Sergio Gabriel	LT	
249	Sylvano Jose da Cruz	LT	
250	Sylvino Antonio de Oliveira	LT	
251	Theodoro Jose Carvalho	SAM	
252	Trajano Rodrigues	HUMAITA	
253	Ventura Antonio de Oliveira	LT	
254	Ventura Joaquim de Sequeira	LT	
255	Vicente Fontanilha	SAM	
256	Vicente Pereira da Silva	?	
257	Virginio Jose Inácio	SAM	
258	Waldemiro Domingos Viegas dos Santos	LT	

LT = Linhas Telegráficas da Comissão Rondon; SAM = Santo Antônio do Madeira

Quadro 07 - Marinheiros Livres (07 pessoas)

	Nome	Destino	Observações
01	Antonio Elias de Moura	-	
02	Arnaldo Candido de Oliveira	-	
03	David Isaac Gomes	-	
04	João de Matos	-	
05	João Pedro	LT	
06	Jose Alexandrino da Silva	-	X
07	Manoel Francisco Gomes	-	

LT = Linha Telegráficas da Comissão Rondon

Quadro 08 - Homens recolhidos na Casa de Detenção (35 presos)

	Nome	Destino	Observações
01	Agenor Novaes	SAM	
02	Alfredo César Chaves	LT	
03	Alonino Jose Santana	LT	
04	Alvaro Marques de Paiva	SAM	
05	Antonio Correia Teixeira	LT	
06	Antonio Fagundes	SAM	
07	Antonio Maria Leite Gonçalves Brochado	LT	
08	Antonio Pedro	LT	
09	Augusto Guimarães	LT	
10	Boaventura da Silva	Humaitá	
11	Donato Mesquita	SAM	
12	Floriano de Oliveira Costa	LT	
13	Franklin Carlos da Silva	LT	
14	Honorato Silva	LT	
15	Horacio Joaquim da Silva	LT	
16	Jeronymo Pereira da Silva	SAM	
17	João da Silva Mattos	LT	
18	João dos Santos	SAM	
19	João Piphano	LT	
20	Joaquim de Oliveira Geraldo	-	Ficou em PE doente
21	Jose Augusto Teixeira	LT	
22	Jose Machado	LT	
23	Jose Maria de Souza	LT	
24	Luiz Paulo de Farias	SAM	
25	Manoel Antonio Caetano	LT	
26	Manoel de Oliveira	LT	
27	Manoel Ferreira da Silva	SAM	
28	Manoel Ferreira dos Santos	SAM	
29	Manoel Justino da Silva	SAM	
30	Manoel Pereira	SAM	
31	Romeu da Siqueira	SAM	
32	Rufino da Silva	LT	
33	Thomaz Kleio	SAM	
34	Victorino Barbosa Mello	SAM	
35	Wenceslau Escobar	SAM	

LT = Linhas Telegráficas da Comissão Rondon; SAM = Santo Antônio do Madeira